UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

*Campus* de Rio Claro

# A DIMENSÃO POPULACIONAL NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO

Rui Ribeiro de Campos

Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço –, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)
2.004

910.09 Campos, Rui Ribeiro de
C198d A dimensão populacional na obra de Josué de Castro / Rui Ribeiro de Campos. – Rio Claro : [s.n.], 2004
430 f. : il., gráfs., tabs., mapas

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Odeibler Santo Guidugli

1. Geografia – História. 2. História do pensamento geográfico – Brasil. 3. Nação. 4. Nordeste. 5. População. 6. Fome. I. Título

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____

_____

_____

_____

_____

_____
Rui Ribeiro de Campos

Rio Claro (SP), _____ de _____ de 2.004

Resultado: _____

Agradecimentos especiais
ao orientador, Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli,
pela atenção dada em todo o processo,
e a todos os que colaboraram,
cuja citação aqui poderia cometer injustiças,
pela omissão de um ou de outro.

Para todos os que lutam por um mundo melhor,
através da Geografia.

"... *Se muito vale o já feito*
*mais vale o que será.*
*E o que foi feito*
*é preciso conhecer*
*para melhor prosseguir.*"

(*O Que Foi Feito Deverá*, de
M. Nascimento/F. Brant)

# SUMÁRIO

Índice ..... vi

Índice de Tabelas ..... viii

Índice de Figuras ..... x

Resumo ..... xi

*Abstract* ..... xii

Apresentação ..... 01

I - Aprendendo com os outros ..... 06

II – O país e a geografia brasileira, de 1900 a 1975 ..... 43

III – Vida e principais obras de um geógrafo da fome ..... 145

IV – A atuação parlamentar de Josué de Castro ..... 248

V – A dimensão populacional na obra de Josué de Castro ..... 336

Considerações Finais ..... 396

Referências Bibliográficas ..... 408

Apêndice 1 ..... 428

Apêndice 2 ..... 431

# ÍNDICE

**Apresentação** ..... 01

**Capítulo I - Aprendendo com os outros** ..... 06
1.1. A pós-graduação em Geografia no Brasil ..... 08
1.2. Perfil de algumas dissertações e teses vinculadas à história do pensamento geográfico brasileiro ..... 22
1.3. À procura da *riqueza geográfica* de obras literárias ..... 35
1.4. Avaliação geral dos trabalhos analisados ..... 39

**Capítulo II - O país e a geografia brasileira, de 1900 a 1975** ..... 43
2.1. A Geografia no período Imperial ..... 46
2.2. De 1889 a 1930: A República do *café com leite* ..... 66
2.3. De 1930 a 1954: a era Vargas ..... 89
2.4. De 1955 a 1973: do Plano de Metas ao *Milagre* ..... 112

**Capítulo III - Vida e principais obras de um geógrafo da fome** ..... 145
3.1. Da convivência com a lama aos estudos sobre a fome ..... 146
3.2. Uma geografia da fome brasileira ..... 170
3.3. Uma geopolítica da fome ..... 185
3.4. A economia colonial brasileira: feudal ou capitalista? ..... 219
3.5. O exílio forçado de um cidadão do mundo ..... 227

**Capítulo IV - A atuação parlamentar de Josué de Castro** ..... 248
4.1. Características básicas do *getulismo* e do trabalhismo ..... 249
4.2. A atuação no Congresso Nacional ..... 267
4.2.1. O ano legislativo de 1955 ..... 268
4.2.2. O ano legislativo de 1956 ..... 275
4.2.3. O ano legislativo de 1957 ..... 287
4.2.4. O ano legislativo de 1958 ..... 291
4.2.5. O ano legislativo de 1959 ..... 293
4.2.6. O ano legislativo de 1960 ..... 309
4.2.7. O ano legislativo de 1961 ..... 315
4.2.8. O ano legislativo de 1962 ..... 327
4.3. Análise geral das atividades parlamentares de J. de Castro.330

**Capítulo V - A dimensão populacional na obra de Josué de Castro** ..... 336
5.1. A necessidade de um estatuto diverso para a Geografia ..... 340
5.2. As condições de vida das classes operárias de Recife (PE)... 364
5.3. Aspectos demográficos em sua obra ..... 368
5.4. Estudioso de geografia populacional? ..... 378
5.5. A Geografia e Josué de Castro ..... 383

**Considerações finais** ..... 396

**Referências Bibliográficas** ..... 408

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Número de programas de pós-graduação em Geografia, por curso, em 1971, 1981, 1996 e 2001 ..... 08
Tabela 2 – Distribuição, por regiões, dos cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia, no ano de 2001 ..... 10
Tabela 3 – Notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação em Geografia na avaliação 1999/2000 ..... 11
Tabela 4 – Conceitos obtidos pelos programas de pós-graduação em Geografia, segundo as regiões brasileiras (nº de programas) em 2000 ..... 12
Tabela 5 – Temas abordados em trabalhos de pós-graduação em Geografia, de 1996 a 2001 ..... 13
Tabela 6 – Temas abordados nas dissertações e teses de pós-graduação em Geografia na USP ..... 15
Tabela 7 – Temas abordados em trabalhos de pós-graduação em Geografia na UNESP até 2.000 ..... 17
Tabela 8 – Participação relativa dos temas abordados em trabalhos de pós-graduação na UNESP e no país ..... 18
Tabela 9 – Temas abordados em programas paulistas de pós-graduação em Geografia no século XX ..... 19
Tabela 10 – Temas abordados em dissertações de mestrado em Geografia na UFMG, UECE E PUC-Minas, até o ano de 2.000 ..... 20
Tabela 11 – Identificação dos trabalhos analisados ..... 22

Tabela 12 – População brasileira de 1920 a 1970 ..... 92

Tabela 13 – Organização hospitalar (1967) ..... 98

Tabela 14 – Migrações internas – 1960 (1.000 pessoas) ..... 117

Tabela 15 – Percentual da população urbana e rural de 1940 a 1970 e aumentos intercensitários ..... 118

Tabela 16 – População rural total nas regiões – 1940, 1950, 1960, 1970 .... 118

Tabela 17 – População economicamente ativa brasileira ..... 120

Tabela 18 – Taxas anuais de natalidade, de 1872 a 1970 ..... 124

Tabela 19 – Coeficiente por doenças transmissíveis, em 1955/59 ..... 126

Tabela 20 – Faixas etárias do Brasil, de 1872 a 1970 ..... 127

Tabela 21 – Composição (%) por sexos no Brasil, de 1940 a 1970 ..... 128

Tabela 22 – Brasil: composição por sexo (em porcentagem) em 1950 e 1960, segundo o lugar de residência ..... ..... 129
Tabela 23 – Brasil: população urbana nas regiões (% da pop. urbana total), de 1940 a 1970 ..... 129
Tabela 24 – Distribuição das cidades brasileiras – 1970 ..... 130

Tabela 25 – População total, urbana, índice de urbanização e crescimento demográfico decenal, no período 1940-1970 ..... ..... 171
Tabela 26 – Taxas de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo do Brasil, entre 1920 –1970 ..... 171
Tabela 27 – Brasil: distribuição da população por setores de atividade econômica e participação feminina na PEA (em %) ..... 172
Tabela 28 – Brasil: estrutura fundiária e percentual de utilização da terra – 1970 ..... 172
Tabela 29 – Evolução demográfica de algumas regiões do mundo e do Brasil (em milhões de hab.) ..... 186
Tabela 30 – Crescimento demográfico mundial no século XX ..... 186
Tabela 31 – Ritmos anuais médios de crescimento da população do mundo (em %), de 1900 a 1970 ..... 186
Tabela 32 – Salário-mínimo real nos estados da Guanabara e de São Paulo, de 1944 a 1967 ..... 306
Tabela 33 – Atividades de Josué de Castro no Plenário da Câmara Federal – 1955-1962 ..... 330
Tabela 34 – Discursos proferidos por Josué de Castro na Câmara Federal, de 1955 a 1962 ..... 331
Tabela 35 – Projetos de lei apresentados pelo deputado federal Josué de Castro – 1955-1962 ..... 332
Tabela 36 – Condições de vida da população operária do Recife ..... 366

Tabela 37 – Ração média alimentar: habitual em 1932 e padrão estabelecido em 1937 ..... 366
Tabela 38 – O efeito da escolaridade e do rendimento familiar na natalidade, no Brasil, em 1980 ..... 401

# Índice de Figuras

Figura 1 - Pós-Graduação em Geografia – Mestrado – cursos criados entre 1970 e 2000 ..... 09

Figura 2 - Pós-Graduação em Geografia – Doutorado – cursos criados entre 1970 e 2000 ..... 09

Figura 3 - Distribuição das notas (avaliação 99/00) dos cursos de pós-graduação em Geografia em 2.000 ..... 10

Figura 4 - Percentagem dos conceitos obtidos pelos cursos de pós-graduação em Geografia em 2.000 ..... 11

Figura 5 - Taxas de natalidade e mortalidade brasileiras, de 1889 a 1970 .... 125

Figura 6 - Taxa de fecundidade (por mil) no Brasil, em 1940 ..... 125

Figura 7 - Pirâmides etárias brasileiras, de 1872 a 1970 ..... 127

Figura 8 - Divisão do Brasil em áreas de regimes alimentares ..... 158

Figura 9 - Mapa das áreas alimentares do Brasil ..... 175

Figura 10 - Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil ..... 178

Figura 11 - Índices do salário-mínimo na cidade do Rio de Janeiro, de 1953 a 1975 ..... 306

# RESUMO

Este texto teve como objetivo analisar a obra de Josué de Castro, procurando a geografia nela contida. Para melhor situar este estudo, houve, no início, um levantamento de dissertações e teses de geografia brasileiras, com destaque, para leitura, análise e comentário, das paulistas e de natureza semelhante. Foi uma tentativa de aprender com os outros. Na seqüência, estudou-se a história do país no período de sua vida e também da geografia brasileira – para provar que ela existe há muito tempo –, com vinculações com a história da saúde pública no Brasil, para contextualizar melhor o autor. No terceiro capítulo, foram analisados aspectos da vida de Josué de Castro que foram significativos para a compreensão de seus textos, e as suas principais obras, com destaque para as mais importantes sob o prisma geográfico. Em seguida, foi feita uma decomposição de sua atuação parlamentar, somente de sua participação no plenário, com base nas publicações oficiais do Congresso Nacional. O quinto capítulo, contemplou seu possível enquadramento na demografia e na geografia, uma visão de sua presença em textos geográficos, culminando com uma análise da dualidade geográfica – Física e Humana –, a advocatura de estatutos epistemológicos diferentes para as ciências da natureza e as sociais, e uma proposta de método para a Geografia.

**Palavras-chave:** Josué de Castro – nação – Nordeste brasileiro – população – fome .

# ABSTRACT

This text tried to analyze Josué de Castro's work, looking for its Geography. For better understanding, there was in the beginning, a reading of many Brazilian Scientific PhD thesis about geography subject, specially in reading, analyzing and reviwing the "*paulistas*" authors and similars in nature. It was an attempt to learn, with the others. Then, we studied the country's history in its lifetime and Brazilian geography – trying to prove its long existence – linking that with Brazilian public health history, structuring better the author. The third chapter analyzed some aspects about Josué de Castro's life that had been significant for better understand his texts and his works, specially the most important ones geographically. In the subsequent chapter was evaluated his parlamentary performance was made (just his assembly performance) and dealing with National Congress publishes. The fifth chapter considered his possible fitting in demography and geography texts, ending in an analysis from geography duality – Physical and Human – to the advocating of different episthemological statutes for nature and social sciences and, finally, proposing a method for Geography.

**Key words:** Josué de Castro – nation – Brazilian Northeast – population – hunger.

# Apresentação

> "*Ler é, em qualquer hipótese, encadear um discurso novo no discurso do texto.*" (Paul Ricoeur)

Este trabalho possui como proposta analisar a obra de Josué de Castro (1908-1973), procurar compreender sua visão de mundo e analisar a presença da temática populacional em sua obra. O que se pretende é um desafio, pois deseja-se estudar quase todos os aspectos de sua atuação. Para começar, de um intelectual brasileiro que não teve medo de assumir esta identidade, que enfrentou as ordens dos *centros europeus ou estadunidenses*, ao mesmo tempo em que propunha um governo mundial. De qualquer modo, é impossível esgotar todos os aspectos da questão, mesmo daquela aqui proposta, em uma única pesquisa.

Não foi, o autor, uma descoberta atual; sabia-se sobre ele há muito tempo e entrou-se em contato novamente, por ocasião da dissertação de mestrado. Foi aí que se verificou que ele havia feito uma produção geográfica e, sobre ele, pouco tinha sido escrito no âmbito acadêmico geográfico. Daí ter se resolvido fazer uma pesquisa com o intuito, não de realizar simplesmente uma biografia, e sim de procurar entender o pensamento geográfico por ele produzido. Por outro lado, não se desejava descolar a análise da história política do país e da disciplina geográfica, indispensáveis para entendê-lo. Para isto, foi-se verificar se existiam trabalhos deste nível sobre ele em Geografia e não se encontrou. Talvez existam, mas não foram deparados, o que animou mais ainda a realizar este projeto.

Redescobrir o autor foi uma satisfação e uma provocação. Seu discurso apaixonado, nacional e mundial, se desdobrou em denúncias sobre a fome e em projetos para solucionar a questão. O mais importante foi que sua obra se manteve atual, pela persistência do tema. Pela sua repercussão, na época, foi estranho observar o silêncio sobre ela por um bom período. Por isto, este trabalho visa apontar uma das possibilidades de leitura, propor a inscrição de grande parte de sua obra na história do pensamento geográfico brasileiro e revisitar suas principais idéias, para instrumentalizar aqueles que desejam incorporar a mesma luta atualmente. Daí a perspectiva de procurar seus erros, para evitar que sejam repetidos.

Procurou-se analisar as obras, localizando-as no tempo, para não descaracterizá-las ou exigir delas o que não tinham condições de oferecer. Cada obra traz a marca de seu tempo; algumas permaneceram, outras não. Aquelas que ficaram, necessitavam de uma análise de conjuntura política, de uma identificação da visão de mundo e da análise de seu discurso frente à realidade do momento. Isto possibilitou verificar os aspectos que foram sendo abandonados e os que foram adotados, pois todo trabalho carece do apoio de outros cientistas. Se mudou o conceito de ciência, se o adotamos, a obra seguinte será melhor ou, pelo menos, diferente. Esta a razão de adotarmos uma exposição cronológica, visando mostrar, inclusive, as mudanças positivas do autor.

Um autor que não fez um curso de Geografia, que iniciou um trabalho antes da existência oficial desta possibilidade mas, que a lecionou no Rio de Janeiro e, posteriormente, no exílio. Que viveu uma fase rica de nossa história, engajando-se, parcialmente, no projeto getulista. Era recifense e nordestino, nordestino e brasileiro, brasileiro e mundial, mundial e recifense. A realidade política o impediu de retornar a Recife (PE) no final da vida. Por isto, há necessidade de se conhecer suas idéias, criticá-las, concordar ou discordar, para, pensando sobre o pensado, atualizá-las ou construir novos pensamentos. Hoje não existem mais povos colonizados – no sentido tradicional do termo –, não há mais o *tabu* que impede de ver que dois terços da

humanidade passam fome. Já se admitiu o fracasso da *missão civilizadora européia*. Entretanto, o cerne de seu pensamento permanece atual em razão do empobrecimento de parte da população, derivado do desemprego estrutural e da ausência de uma efetiva reforma agrária. Através da fome como questão central, suas análises atingiram outros temas coligados, como subdesenvolvimento, desigualdades sociais, saúde pública e reforma agrária.

Muitas vezes, quanto mais se pesquisa, mais difícil se torna encontrar uma forma de expressão que inclua todos os aspectos da problemática. O que se quer dizer ou analisar? É tudo ou somente parte? Optou-se por incluir todos os aspectos significativos – foram muitos – para caracterizar o autor e considerar as dimensões de sua abordagem. Além do mais, era preciso tomar o cuidado de não querer que se abordasse temas que não estavam presentes em sua época.

Se, por vezes, faltou-lhe *rigorismo científico*, isto se deveu ao fato de ser mais importante, para ele, seus valores sociais, sua visão de mundo e o segmento social que representava. Também por defender utopias que, por sua definição, não se encaixavam no presente. Utopias são

> "*aquelas idéias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para a sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária.*" (Löwy, 1989, p. 13)

Em seu tempo, era mais difícil pertencer a uma ou a outra linha de pensamento geográfico. No Brasil havia, praticamente, uma *geografia oficial*[1] e a ela ele se atrelou. Não havia diferenças de abordagem teórica e metodológica, que integravam a dinâmica normal de crescimento de uma ciência. Entretanto, não se submeteu, normalmente, ao discurso neutro e asséptico que ela gostaria que tivesse. O perfil da geografia oficial não coincidia com o que ela fazia e, assim, ficava mais difícil ser por ela considerado. Rompeu, mais tarde, com a mesma, abandonando-a e passando a se considerar como realizando outra ciência como, por exemplo, a sociologia.

Sua preocupação principal não foi a de discutir Geografia; queria-a para analisar a fome, por considerar o seu método mais completo. Ela aparecia, em cada momento histórico, como um modo de pensar daquela época. Os problemas eram, muitas vezes, diversos em cada período. As "*mudanças nos modos de pensar a geografia são produto direto das transformações econômicas, políticas e sociais,* ..." (Carlos, 1992, p. 131). Pois

> "... *a cada nova divisão do trabalho, a cada nova transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido*." (Santos, 1997, p. 103)

Se "*a História nos instrui sobre o significado das coisas*" (Santos, 1994, p. 15), era preciso também reconstruí-la e não se esquecer de que, com o tempo, as coisas passam e alteram as maneiras de encarar o problema. Neste contexto, não se pode olvidar, também, o tempo no qual o texto foi escrito ou no qual o autor participou como deputado federal e presidente de vários organismos. A construção de um texto é feita a partir das múltiplas imagens que o autor possui sobre o contexto vivido pelo outro. Isto significa, também, que a análise de determinado discurso necessita ser vista em relação com o contexto no qual a obra foi elaborada, as suas condições de produção. A própria linguagem, muitas vezes, precisa ser adaptada, pois o significado atual é outro.

A tentativa é a de recuperar um esforço empreendido na construção de um conhecimento; entretanto, sem não pretender abarcar (e nem poderia) toda a produção

[1] Existiam outras, como a do Estado-Maior e a ligada ao aparelho estatal, mas pouco divergiam da oficial.

do autor. Isto, aliás, seria muito difícil pois sua produção intelectual, além de vasta, não se encaixava em um único tipo de orientação teórico-metodológica, até porque as pessoas e as ciências mudam. Às vezes, alguns cientistas avançam, o paradigma dominante permanece, resultando na exclusão dos primeiros daquela comunidade científica. Nota-se que o pensamento geográfico é múltiplo, com visões e soluções contraditórias a respeito dos problemas. Está na hora de se superar a idéia de que as sucessivas *novas* geografias aparecem para substituir as *velhas*, de que é necessário começar tudo novamente porque uma nova proposta foi estabelecida.

> "*Ora, a convivência simultânea de correntes teóricas diferentes, ou mesmo antagônicas, é uma característica comum a qualquer campo do conhecimento, e é a partir dos embates que se travam entre elas que a ciência avança. E esse avanço se dá por superação do conhecimento anterior, e não a partir de sua negação.*" (Abreu, 1994, p. 278)

Procurar desconstruir e reconstruir, de modo contínuo, o objeto da Geografia, implica em sempre reconstruir a sua história. A ciência só permanece em construção se, continuamente, se reconstrói sem desvinculá-la de seus contextos, sendo a última a condição necessária para a primeira.

O geógrafo Ritter (1779-1859) havia destacado o papel da análise histórica, afirmando:

> "*Mas a ciência geográfica não pode igualmente privar-se do fator histórico, se ela quer ser uma verdadeira disciplina das relações terrestres espaciais e não um feixe de abstrações, um compêndio que fixa um quadro e permite avaliar o vasto mundo, mas não permite conhecer a realidade espacial através de suas relações essenciais, assim como a conformidade interna e externa a suas leis.* [...] *Devemos combinar dados espaciais e históricos para chegar a fazer uma imagem completa da realidade terrestre.*" (*apud* Moraes, 1989, p. 184)

Como se vê, um dos fundadores da geografia moderna a impregnou de preocupação com o tempo histórico, destacou o papel da análise histórica na realização da pesquisa geográfica, da mutabilidade do espaço no tempo, da necessidade de pesquisar a história humana para explicar a construção espacial hoje existente. Monbeig também afirmou: "*Mas, quando se pensa verdadeiramente como geógrafo, isto é, com o hábito de não dissociar o presente do passado,* ..." (Monbeig, 1943, p. 20). Isto com o cuidado de não considerar o passado como um degrau da escada que gerou a situação atual e que somente tenha importância por isto. Ora, a história não foi feita assim e muitos, como viam mais, continuam presentes atualmente.

Considerando que o objeto da tese é analisar um estudioso da fome, impõe-se indagar: o que é a fome? Quais as formas de sua compreensão que vem predominando historicamente? Como ela vem permanecendo como objeto de discussão nos campos da saúde e da política em geral? A fome, tanto como objeto de pesquisa quanto tema de debates e de ação, é hoje inseparável da obra de Josué de Castro. Com ele é que se criou um conjunto de instituições da política de alimentação no país. Foi transcendendo a questão individual que o autor conseguiu construir seus conceitos de fome, em uma articulação correta entre o biológico e o social. Assim, conseguiu relacioná-los com a ciência, o desenvolvimento e a construção da nação. Sua obra demonstrou, não somente uma visão de fome mas, também, de saúde e de sociedade em determinado período.

A fome não é algo prejudicial apenas ao indivíduo pois torna doente a própria sociedade. O rendimento escolar da criança subnutrida é inferior, desperdiçando um potencial de criatividade, tornando-a o trabalhador pouco qualificado de amanhã. Com baixa qualificação, será mal remunerado – dificultando o crescimento do mercado interno – e mais sujeito a doenças, onerando o sistema hospitalar. Sem condições de

atuação cidadã, fica mais vulnerável a discursos messiânicos, populistas ou autoritários.

A angústia de centenas de milhões de pessoas, relacionada ao o que comer amanhã, é o maior escândalo de nosso planeta. Cabe à ciência colaborar na resolução deste problema. Mas se hoje já não é possível identificar fome e escassez – pois há alimento em quantidade suficiente –, a questão deixou de ser simplesmente técnica para ser principalmente política e, por esta razão, a colaboração maior deve vir das ciências sociais e, entre elas, a Geografia possui um importante papel. A fome, mais do que um fenômeno de caráter biológico, é uma doença social a exigir novas estruturações da sociedade. O faminto vive hoje em um mundo de fartura e esta convivência simultânea entre escassez e abundância demonstra a má distribuição dos recursos e também a esperança de solução, pois sua razão é social.

Um autor não é dono absoluto de sua obra pois nela tem a participação, via diálogo, de outros conceitos e temas. Por isto, uma obra tem o significado construído, através da interação do que foi escrito e o momento histórico. O texto, aqui disposto, também depende de sua construção, das perguntas que foram feitas e que estão presentes no destaque ou omissão de trechos de sua obra, no estabelecimento de períodos. Isto tem como referência a nossa forma de analisar o mundo, pois a seleção vem das questões feitas, de nosso objetivo e nossa visão de mundo.

A abordagem do tema se desdobrará em cinco capítulos. No primeiro, para melhor fundamentar, fomos verificar, em trabalhos de natureza semelhante, qual a situação do tema *história do pensamento geográfico* no Brasil e aprender com aqueles que realizaram, com outros autores, trabalhos semelhantes. Este capítulo foi uma fundamentação, constituindo-se somente em uma análise de dissertações e teses encontradas na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro (SP) e na Universidade de São Paulo (USP), principalmente pela facilidade de obtenção dada a proximidade, embora a USP possua um valor histórico pela primazia no setor. A história da pós-graduação destas universidades permite a avaliação de uma produção mais ampla do que a realizada.

O segundo capítulo se constituiu em uma contextualização das obras, através da abordagem de fatos considerados marcantes que ocorreram no país, na geografia e na política de saúde pública. Sobre o Brasil, deu-se maior atenção ao século XX, pela importância maior na obra de Josué de Castro e, também, ao século XIX, em virtude da formação de nossa nacionalidade. A política nacional de saúde pública foi colocada, de modo rápido, porque se constituía em um dos seus temas; não pelas doenças mas pelas conseqüências da fome. Para discutir a Geografia, a retomada foi um pouco mais distante, para provar se ela existia ou não, antes de sua criação acadêmica, com a implantação do curso universitário de Geografia e História na USP.

No capítulo seguinte, procurou-se abordar os fatos mais significativos da vida de Josué de Castro – o que se é depende muito de onde e em que momento se está; assim, o que se faz e pensa, além de incluir a sociedade almejada, traz as marcas do tempo e do lugar – e uma análise, com razoável respeito cronológico, de suas obras mais significativas. O destaque maior foi para *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, pois foram as duas mais importantes. Surgiu, como intelectual de algum prestígio, na era Vargas, aproximou-se mais dele no Estado Novo e na fase *democrática* do mesmo, foi deputado federal no período de Juscelino Kubitschek, passou pelo período Jânio-Jango e foi exilado durante os governos militares, falecendo durante o *milagre brasileiro*. Tentou-se destacar, também neste capítulo, a sua atuação frente à *Food and Agriculture Organization* (FAO), o seu livro *Sete palmos de terra e um caixão*, e discutir se a economia colonial brasileira era feudal ou capitalista. Este último aspecto derivou do fato de, até o falecimento, ele defender que foi feudal.

Deixou-se o capítulo quarto para a análise de uma de suas múltiplas ações: sua atuação parlamentar. Iniciou-se o capítulo discutindo as características básicas do getulismo e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual estava filiado, para, em seguida, ano a ano – para melhor analisar a sua atuação –, debater suas intervenções no plenário. O quinto e último capítulo, procurou debater as razões da pouca atenção da geografia frente às suas obras, a sua marca em estudos populacionais, o surgimento de posturas – embora minoritárias – que pretendiam reduzir a quase nada o esforço intelectual anterior e, mesclado a isto, a necessidade de a Geografia possuir uma base científica clara.

Josué de Castro foi um indivíduo que não possuía uma maneira de pensar exclusiva e seu pensamento social se inseria em uma categoria mais ampla. Além disto, é uma tarefa permanente dos intelectuais a atualização dos conceitos. "*A atividade intelectual é inerente ao ser humano, sendo que todos desenvolvem formas de pensar e sentir o meio e a sociedade nos quais estão inseridos.*" (Anselmo, 2.000, p. 8) Mas poucos se dedicam à tarefa de pensar e de escrever sobre a sociedade. Estes atos são diferentes conforme a formação profissional de cada um: se foi engenheiro, possuiu um tipo de raciocínio; se médico, teve outro. Além disto, inclui a ideologia de cada um e a pregada pelo sistema dominante.

Ver a geografia em suas principais obras, observar como trabalhou com os aspectos populacionais, relacionando isto com a situação do país e da Geografia, foram as tarefas priorizadas. De qualquer maneira, este trabalho serve para, em um país mentalmente colonizado, preservar a memória de um cientista brasileiro que fez uso da ciência geográfica. A lembrança de uma questão que ainda não foi resolvida e que, apesar dos avanços que aconteceram nos campos científico e tecnológico, foi agravada: a fome. Em um mundo muito mais moderno, mas também cruel, os homens-gabirus ou lixíveros ocupam o lugar dos homens-caranguejos.

# I - Aprendendo com os outros

*"Ocultar o começo, as origens, é, muitas vezes, uma forma de adiar a chegada do novo."*

Um dos objetivos deste trabalho é o de analisar a produção bibliográfica de Josué de Castro (1908-1973), tendo como eixo a questão populacional. Em sua obra, ele abordou temas pouco aprofundados pela geografia acadêmica e escolar de sua época, e que permaneceram significantes até os dias atuais. Entre eles, fome, concentração de renda, produção agrícola voltada para a subsistência, crescimento populacional versus crescimento econômico, neomalthusianismo, elaboração de teoria demográfica, determinismo fisiográfico, colocação do homem como objeto e objetivo central da análise geográfica, e sua atração pelo princípio de unidade cósmica da Geografia: a possibilidade de ver, de modo integral, o encadeamento dos fenômenos. Além disto, a utilização de aspectos fisiográficos, não de modo isolado mas com vistas à compreensão do fato social estudado. Todos estes aspectos dão ao autor, por nós enfocado, um papel significativo no processo de construção da geografia brasileira e na discussão sobre os caminhos e os métodos desta ciência no país.

A pesquisa abordou uma importante personalidade que ficou à margem da *geografia oficial* e, por isto, sentiu-se a necessidade de estudar trabalhos que analisaram autores não considerados geógrafos em sua época. Como estudaríamos alguém importante na história da ciência geográfica brasileira? Fomos verificar, em trabalhos de natureza semelhante, os métodos, as técnicas, os instrumentos utilizados, como uma forma de aprendizagem para a realização de nossa proposta. Ou seja, compreendeu-se a precisão de entrar em contato com dissertações e teses que buscaram refletir sobre o trabalho de um autor importante para a história da Geografia brasileira. Para isto, realizamos, primeiramente, um inventário das dissertações e teses defendidas – e lemos a maioria delas –, até o ano de 2000, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e na Universidade de São Paulo (USP), que possuíam natureza semelhante ao trabalho proposto. Ainda que parcial e limitado a duas universidades paulistas, pudemos verificar que carecemos de uma historiografia das idéias geográficas brasileiras, apesar de ela ser fundamental nos momentos de impasses metodológicos e epistemológicos, além de permitir um melhor exercício profissional, o que transformou em algo fundamental o estudo do pensamento geográfico nos cursos de graduação. Em 1980, Monteiro escreveu:

> *"O levantamento das 'vozes esquecidas' da Geografia no Brasil está para ser feito e, felizmente (ou infelizmente), revelará que não temos sido o deserto total de idéias. As obras de nossos geógrafos pioneiros, notadamente aquelas de Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser – para citar apenas dois dos mais expressivos – estão para ser reexaminadas e reavaliadas. E não apenas no campo específico da Geografia. Boa prática de valorização cultural é a de vincular a ciência à própria criação artística. Assim como há avaliações sociológicas e históricas da produção literária, por que não haverá de ter lugar uma avaliação geográfica? Seja no contexto mais antigo de 'ciência' sob forma artística – como em Euclides da Cunha – seja naquele mais contemporâneo, de extrair riqueza geográfica de criação literária – como em Guimarães Rosa – há muito o que fazer."* (Monteiro, 1980, p.39)

É interessante observar que os autores citados no parágrafo anterior foram objeto de estudos por parte de geógrafos após a publicação do texto: Delgado de Carvalho por

Ferraz (1994), Everardo Backheuser por Anselmo (2000), o mesmo ocorrendo com a proposta de avaliação geográfica da produção literária: Euclides da Cunha foi analisado por Antonio Filho (1990) e Guimarães Rosa por Ferreira (1990).

Estes aspectos tornaram a nossa proposta mais intrigante. A possibilidade de estar pesquisando mais uma "*voz esquecida*" se transformou em um acontecimento animador. O fato de ser a respeito de um autor falecido há quase trinta anos não retirava o valor do trabalho; ao contrário, fornecia nexos causais que explicam, ou possibilitam, avanços nas ciências. O importante é não se esquecer de que as teorias, ao contrário das doutrinas, nascem para morrer, para serem superadas. Isto somente acontece se forem constantemente retomadas.

Ao analisar a obra de um autor não se pode esquecer de que as teorias são produções sociais datadas e de que o surgimento de um novo período histórico requisita a produção de novos conceitos, pois são eles que também possibilitam o novo período. Entretanto, as novas teorias e os novos conceitos existem porque outras teorias e conceitos os antecederam, e os novos trazem os pretéritos agregados a eles. Este é o motivo pelo qual é difícil trabalhar de modo adequado, em qualquer área, se se desconhece o decurso de suas transformações, decurso este que não é isolado do contexto histórico e nem da ideologia de quem produz o conhecimento.

Fatos e teorias científicas sofrem influências das características da estruturação social, do poder vigente e da ideologia dominante. O paradigma científico dominante possui em seu fracasso a possibilidade de emergência de outro. Nas ciências sociais é comum a convivência de diversos paradigmas científicos e aquele que, em determinado momento, predomina não é, necessariamente, o mais correto, nem é o mais novo. Uma concepção rechaçada em uma época pode ser adotada em outra. Daí ser fundamental o estudo da epistemologia de uma ciência. O novo traz, nem sempre com o mesmo significado, aspectos dos anteriores. A crítica ao pensamento dominante e o repensar as propostas anteriores são os possibilitadores da continuação do processo; são, também, os impedidores da estagnação. Isto justifica o estudo de qualquer autor do passado.

Por estes motivos, resolveu-se realizar – além do inventário de trabalhos de natureza semelhante à nossa pesquisa na UNESP-Rio Claro e na USP – um levantamento das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, nesta área, em outras instituições, para poder ampliar o panorama da produção acadêmica brasileira e verificar a intensidade da presença de estudos relativos à história do pensamento geográfico brasileiro, em alguns centros de pesquisa. Neste contexto, ele será visto como um contribuinte para esta tarefa, à partir de olhares mais voltados para a questão da população.

## 1.1. A pós-graduação em Geografia no Brasil

"*Não há nada mais prático que uma boa teoria.*" (Kurt Lewin)

Considerando-se a pós-graduação como uma das fontes principais para as tarefas de construção do pensamento geográfico, a análise de seus produtos se tornou relevante para o inventário e a interpretação de seus cursos e programas. Os primeiros cursos de Geografia a integrarem, em 1971, o Sistema Nacional de Pós-graduação, foram os de *Geografia Física* e *Geografia Humana* da Universidade de São Paulo (USP). Tanto na década de 1970 quanto na de 1980, o crescimento do número de cursos foi pequeno; existiam cinco cursos de mestrado e dois de doutorado em

Geografia na década de 1970, e quatro de mestrado e um de doutorado na seguinte. No fim da década de oitenta, a área possuía nove cursos de mestrado e três de doutorado. Somente na década passada, surgiram doze cursos de mestrado (onze entre 1996 e 2000) e quatro de doutorado (três entre 1996 e 2000).

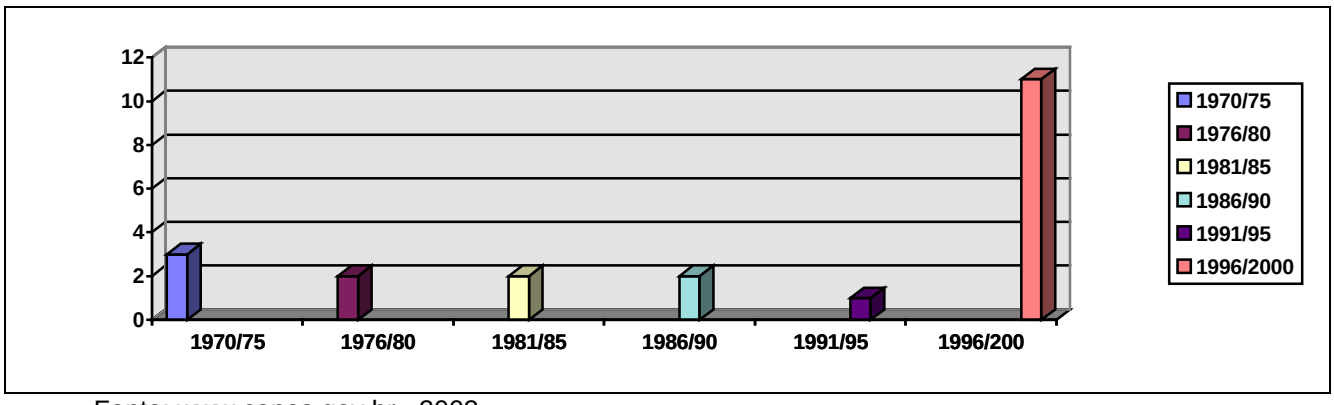
Tabela 1. Número de programas de pós-graduação em Geografia, por curso, em 1971, 1981, 1996 e 2001

| Ano | Mestrado | Doutorado[2] |
|---|---|---|
| 1971 | 02 | 02 |
| 1981 | 05 | 02 |
| 1991 | 09 | 03 |
| 2001 | 21 | 07 |

Fonte: Capes, 2002
Organizada pelo autor.

A pouca quantidade destes cursos era uma das explicações para o reduzido número de mestres e doutores da área, no período. Isto permite inferir que, porção significativa dos cursos de graduação, principalmente em instituições privadas, contava com um número limitado de docentes titulados. Como demonstram os dados citados, o crescimento foi muito grande na década de 1990, surgindo, em sua segunda metade, o dobro do total de cursos existente anteriormente. O processo pode ser melhor visualizado nos quadros a seguir:

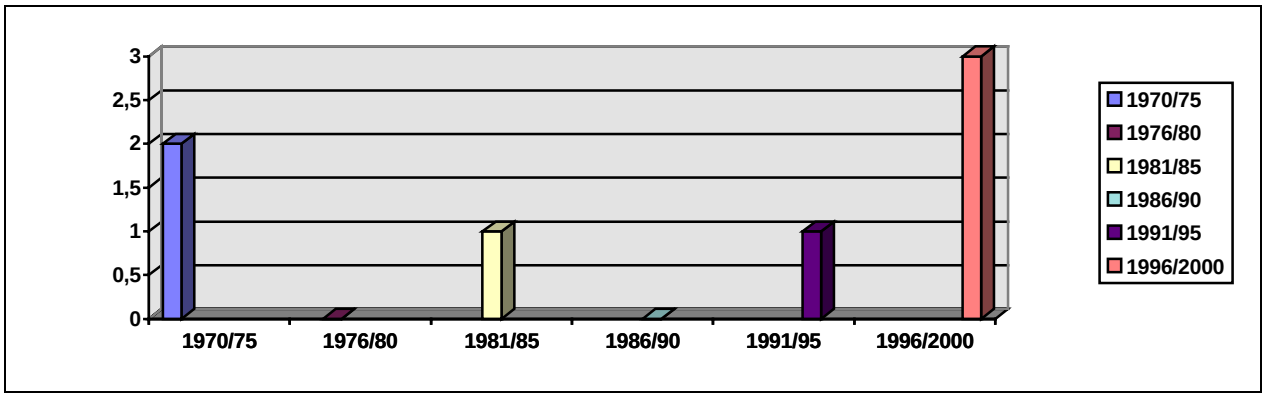
Figura 1. Pós-graduação em Geografia – Mestrado – cursos criados entre 1970 e 2000. (número de cursos novos por período)




Fonte: www.capes.gov.br - 2002

[2] Todos os cursos de Doutorado possuíam também o de Mestrado. Portanto, somente de Mestrado, *strictu sensu*, o país não tinha nenhum curso em 1971, três em 1981, seis em 1991 e catorze em 2001. Os dados se referem somente aos cursos integrados ao Sistema Nacional de Pós-graduação e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Figura 2. Pós-graduação em Geografia – Doutorado – cursos criados entre 1970 e 2000. (número de cursos novos por período)




Fonte: www.capes.gov.br - 2002

Todavia, este crescimento não foi espacialmente bem distribuído pois, dos vinte e um cursos de mestrado, nove estavam na região Sudeste, cinco na Sul, cinco no Nordeste e dois no Centro-Oeste. A região Norte, até o ano 2000, não possuía nenhum curso[3]. Em relação aos cursos de doutorado, a concentração espacial era ainda maior, com seis situados na região Sudeste e somente um na região Sul, permanecendo as demais regiões sem os mesmos.

Tabela 2. Distribuição, por regiões, dos cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia, no ano de 2001 (número de cursos e percentual em relação ao país)

| **Região** | **Mestrado** | **%** | **Doutorado** | **%** |
|---|---|---|---|---|
| Norte | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Nordeste | 5 | 23,8 | 0 | 0,0 |
| Sudeste | 9 | 42,9 | 6 | 85,7 |
| Sul | 5 | 23,8 | 1 | 14,3 |
| Centro-Oeste | 2 | 9,5 | 0 | 0,0 |
| **Total** | 21 | 100,0 | 7 | 100,0 |

Fonte dos dados: CAPES, 2002
Organizado pelo autor.

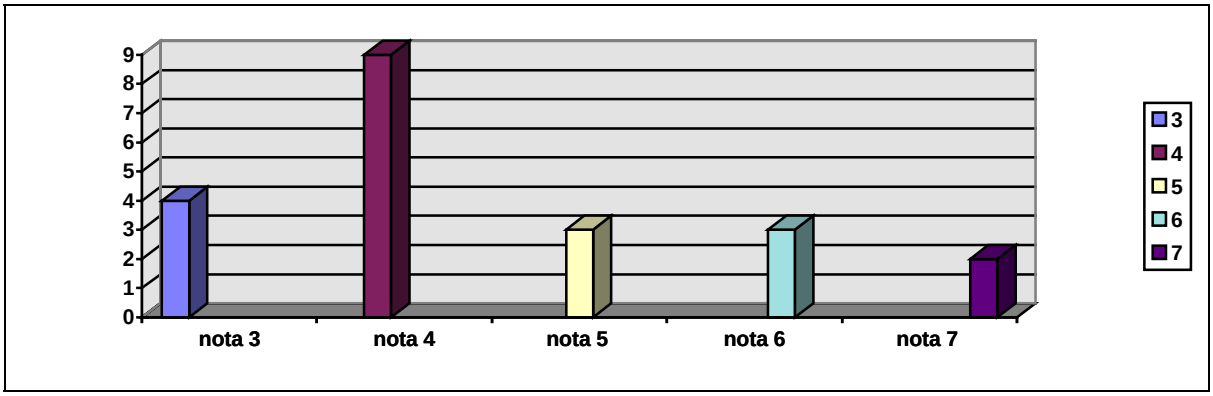
Estes cursos sofreram avaliações, que foram realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – órgão do Ministério da Educação (MEC) –, em 1996/1997 e em 2000/2001. Em razão dos critérios adotados na primeira avaliação serem considerados inadequados pela própria CAPES[4],

[3] As divisões regionais citadas seguem o critério ainda adotado pelo IBGE. Em março de 2002, foram reconhecidos pela CAPES mais três cursos de mestrado (FUFMS, UFMT e UNICAMP) e um de doutorado (UNICAMP). Ou seja, a região Norte permanecia sem curso de pós-graduação (*strictu sensu*) em Geografia.

[4] Segundo a CAPES, predominaram critérios de avaliação subjetivos (mesmo para dados quantitativos) e, pelo fato de ser a primeira apreciação, os relatórios apresentados não retrataram, necessariamente, a situação real dos programas de pós-graduação. Na avaliação de 1996/1997, a comissão decidiu, inclusive, não atribuir a nota máxima (sete) a nenhum programa. Somente dois programas (UFRJ e UNESP-Rio Claro) obtiveram nota seis. A área Geografia está inserida na grande área de Ciências Humanas.

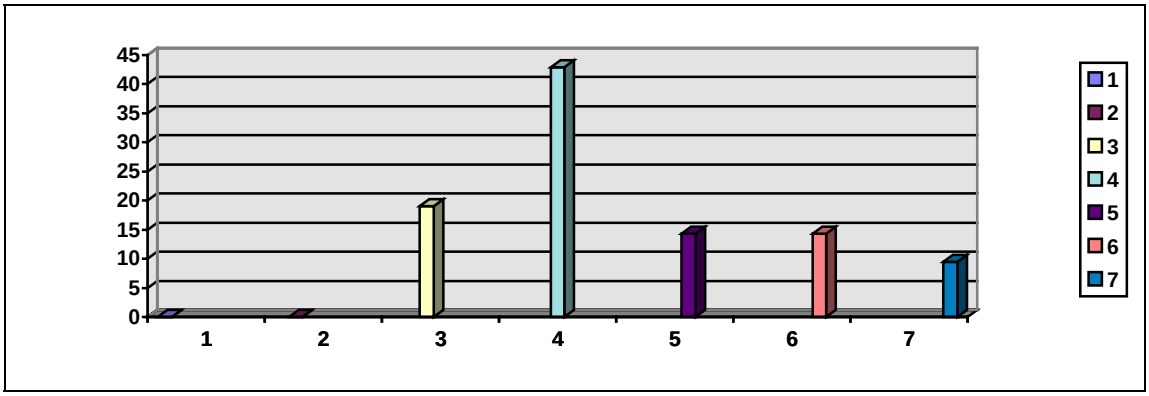
resolveu-se levar em consideração somente os conceitos[5] obtidos na segunda avaliação. Dos vinte e um programas de pós-graduação em Geografia, 42,9% obtiveram nota quatro; 19% nota três, 14,3% nota cinco, o mesmo percentual para a nota seis e somente 9,5% obtiveram a nota máxima. Os cinco programas melhor avaliados (notas seis e sete) se encontravam na região Sudeste, e todos os treze programas que receberam as menores notas (três e quatro) se encontravam nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Ou seja, a distribuição das avaliações ocorreu, também, nos mesmos moldes da distribuição da renda no Brasil.

Figura 3. Distribuição das notas (avaliação 99/00) dos cursos de pós-graduação em Geografia




Fonte: CAPES, junho de 2002.

Figura 4. Percentagem dos conceitos obtidos pelos cursos de pós-graduação em Geografia em 2.000.




Fonte dos dados: CAPES/MEC, 2002
Cálculos e organização do autor.

[5] Os níveis de avaliação vão de um a sete. Os níveis 1 e 2 foram dados a programas de pós-graduação considerados com condições completamente insatisfatórias.

Tabela 3. Notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação em Geografia na avaliação 1999/2000.

| **Instituição de Ensino Superior (IES)** | **UF** | **Nível** | **Conceito** |
|---|---|---|---|
| Universidade Federal da Bahia – UFBA | BA | M | 4 |
| Universidade Estadual do Ceará – UECE | CE | M | 3 |
| Universidade de Brasília – UNB | DF | M | 3 |
| Universidade Federal de Goiás – UFG | GO | M | 4 |
| Universidade Federal de Uberlândia – UFU | MG | M | 5 |
| Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG | MG | M | 5 |
| Universidade Federal de Pernambuco – UFPE | PE | M | 4 |
| Universidade Estadual de Maringá – UEM | PR | M | 4 |
| Universidade Federal do Paraná – UFPR | PR | M | 4 |
| Universidade Federal Fluminense – UFF | RJ | M/D | 4 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ | RJ | M/D | 7 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN | RN | M | 3 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS | RS | M | 4 |
| Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | SC | M/D | 5 |
| Universidade Federal de Sergipe – UFSE | SE | M | 4 |
| Universidade Estadual Paulista/Pres. Prudente - UNESP/PP | SP | M/D | 6 |
| Universidade Estadual Paulista/Rio Claro – UNESP/RC | SP | M/D | 6 |
| Universidade de São Paulo (Geografia Física) – USP | SP | M/D | 6 |
| Universidade de São Paulo (Geografia Humana) – USP | SP | M/D | 7 |
| Universidade Estadual de Londrina – UEL | PR | M | 3 |
| Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG | MG | M | 4 |

Fonte: CAPES/MEC, 2.002
Organizado pelo autor.

Algumas instituições obtiveram conceitos baixos em razão dos seus cursos terem sido criados recentemente. Até julho de 2002, por exemplo, nenhuma dissertação havia sido defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte ou no curso de mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, pois eles ainda não possuíam nem dois anos de existência. Isto deve ser levado em consideração, inclusive na análise da tabela quatro, para evitar avaliações regionais precipitadas.

Tabela 4. Conceitos obtidos pelos programas de pós-graduação em Geografia, segundo as regiões brasileiras (nº de programas)[6] em 2.000.

| | **Conceitos obtidos** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Regiões** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** |
| Norte | - | - | - | - | - | - | - |
| Nordeste | - | - | 2 | 3 | - | - | - |
| Sudeste | - | - | - | 2 | 2 | 3 | 2 |
| Sul | - | - | 1 | 3 | 1 | - | - |
| Centro-Oeste | - | - | 1 | 1 | - | - | - |
| **Total** | 0 | 0 | 4 | 9 | 3 | 3 | 2 |
| Percentagem | 0,0 | 0,0 | 19,0 | 42,9 | 14,3 | 14,3 | 9,5 |

Fonte dos dados: CAPES/MEC, 2002
Organizados pelo autor.

[6] Os conceitos obtidos pelas IES que possuem Mestrado e Doutorado foram os mesmos para os dois programas.

Estes dados, além de permitirem uma visualização da concentração quantitativa e qualitativa dos programas no espaço brasileiro, também demonstraram que a maioria deles era recente, o que pode explicar a baixa avaliação de diversos cursos. Apesar disto, era elevado o número de dissertações e teses, considerando o pouco tempo de existência da maioria dos programas. É importante destacar que, apesar dos problemas existentes, nenhum programa obteve uma avaliação considerada completamente insatisfatória quanto a estrutura curricular, titulação de alunos, corpo docente, produção intelectual, atividades de pesquisa e infra-estrutura, que foram os quesitos avaliados.

Este levantamento teve a função de delinear o perfil do conjunto de programas de pós-graduação em Geografia, nos quais foi inventariada a maioria das dissertações e teses defendidas no período e, também, para verificar a freqüência de trabalhos na linha de pesquisa referente ao pensamento geográfico brasileiro, para melhor situar o nosso trabalho. Foi surpreendente o elevado número de dissertações e teses na área de Educação ligadas, principalmente, ao ensino de Geografia[7]. Em áreas como: Ciências Sociais, Economia, Lingüística, Geociências e outras, também existiam trabalhos, se não ligados diretamente à ciência geográfica, relativos a temas contemplados por ela. O levantamento, a partir de dados da CAPES e de algumas Instituições de Ensino Superior (IES), permitiu apresentar uma amostragem significativa dos trabalhos realizados entre 1996 e 2001, de todas as IES com programas de pós-graduação em Geografia. A partir do título, procuramos enquadrar estes trabalhos em grupos, de modo a estabelecer uma visão panorâmica dos objetos de análise mais freqüentes.

Toda classificação peca ao procurar incluir em parâmetros restritos um determinado trabalho, ainda mais quando é feita a partir de títulos e resumos. Em Geografia, possuidora da prática de analisar diversos aspectos de uma totalidade, qualquer indexação é perigosa e limitante. Portanto, o que foi elaborado a seguir oferece um panorama estreito pois teve, como principal finalidade, a verificação da presença/ausência de atividades acadêmicas ligadas á epistemologia da ciência geográfica no Brasil.

[7] Em um levantamento precário, por mera curiosidade, encontramos, somente no período 1996-2001, mais de quarenta dissertações e teses sobre Geografia na área de Educação.

Tabela 5. Temas abordados em trabalhos de pós-graduação em Geografia, de 1996 a 2001

| **Temas** | **Dissertações de Mestrado** | | **Teses de Doutorado** | |
|---|---|---|---|---|
| | Nº | % | Nº | % |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 22 | 13,9 | 10 | 13,5 |
| 2. Geografia e ensino | 21 | 13,3 | 9 | 12,2 |
| 3. Aspectos naturais específicos (*geografia física)* | 20 | 12,7 | 3 | 4,1 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 15 | 9,5 | 4 | 5,4 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 12 | 7,6 | 4 | 5,4 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 16 | 10,1 | 8 | 10,8 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço[8], território, lugar, região etc.) e metodológicas | 11 | 7,0 | 6 | 8,1 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 8 | 5,1 | 1 | 1,3 |
| 9. Geografia e Turismo | 6 | 3,8 | 3 | 4,1 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 5 | 3,2 | 3 | 4,1 |
| 11. **História do pensamento geográfico brasileiro** | **4** | **2,5** | **9** | **12,2** |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 4 | 2,5 | 4 | 5,4 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música,, literatura) | 2 | 1,3 | 4 | 5,4 |
| 14. Outros | 12 | 7,6 | 3 | 4,1 |
| **Total** | 158 | 100 | 74 | 100 |

Fonte: CAPES/MEC, 2002, e pesquisas do autor
Organização do autor

Nas dissertações de mestrado, houve um destaque para os trabalhos relacionados a problemas urbanos, ensino de Geografia (notadamente no nível fundamental) e estudos relacionados ao que se convencionou chamar de *geografia física*. Estes três temas abarcaram, aproximadamente, 40% das dissertações de mestrado elencadas, entre 1996 e 2001. Aquelas ligadas, diretamente, à história do pensamento geográfico brasileiro foram, quantitativamente falando, pouco expressivas, situando-se entre os temas menos freqüentes nestes estudos.

Nas teses de doutorado, os trabalhos referentes à história do pensamento geográfico brasileiro foram mais significativos, tendo este tema se situado entre os três mais abordados, conjuntamente com questões urbanas e de geografia e ensino, totalizando mais de 1/3 das defesas. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, estudo de bairros e de problemas de saúde ou moradia, entre outros) foi o tema mais abordado quer nas dissertações quer nas teses. Em segundo lugar, também nos dois casos, se encontrava o tema Geografia e Ensino. Ainda pouco significativa, em razão das mudanças espaciais que a atividade provoca, foi a quantidade de trabalhos relacionados à análise geográfica do turismo. A novidade, realmente, foi a presença de temas relacionados à história do pensamento geográfico brasileiro, os quais, dos últimos lugares entre as dissertações, se encontravam em segundo (empatado com geografia e ensino) entre as teses de doutorado. A presença discreta deste assunto, principalmente no mestrado, talvez derive do fato de o mesmo ser pouco abordado durante o curso de graduação e não decorrente da ausência de autores a serem estudados. Desafios teóricos e metodológicos para trabalhos desta natureza também podem ser a causa.

[8] Duas dissertações e duas teses foram referentes à *espaço e doença*, enquadrando-se na chamada *geografia médica*.

As primeiras teses em Geografia, no país, foram defendidas na USP. A pioneira, de *Geografia Humana*, intitulada *Santos e a geografia humana do litoral paulista*, elaborada por Maria da Conceição Vicente de Carvalho sob a orientação de Pierre Monbeig, de quem era assistente, foi defendida em 23 de novembro de 1944. A primeira de *Geografia Física* foi a de João Dias da Silveira, orientada pelo mesmo geógrafo e apresentada em 1946: *Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira*. Até 1960 aconteceram, somente, nove defesas de teses, sendo sete de Geografia Humana. Dada a importância histórica, além do fato de ser a única universidade a possuir dois programas de pós-graduação no mesmo *campus*, considerados como distintos pela CAPES, resolveu-se, elaborar uma tabela dos trabalhos realizados na USP até o final do século XX. Na tabela anterior, colocou-se até o ano de 2.001, porque a pretensão era retratar a produção ocorrida entre a primeira e a segunda avaliação feita pela CAPES. Nas tabelas seguintes, com a utilização dos mesmos critérios[9], procurou-se caracterizar toda a produção da pós-graduação, nas universidades citadas, até o ano de 2.000, objetivando realizar um balanço do século XX.

Tabela 6. Temas abordados nas dissertações e teses de pós-graduação em Geografia na USP até 2000

| | **Geografia Física** | | | | **Geografia Humana** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Mestrado** | | **Doutorado** | | **Mestrado** | | **Doutorado** | |
| **Temas** | *Nº* | *%* | *Nº* | *%* | *Nº* | *%* | *Nº* | *%* |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 04 | 2,3 | 01 | 0,8 | 86 | 27,9 | 43 | 20,8 |
| 2. Geografia e ensino | 10 | 5,8 | 03 | 2,4 | 14 | 4,6 | 07 | 3,4 |
| 3. Aspectos naturais específicos (*geografia física)* | 102 | 59,6 | 76 | 61,8 | 02 | 0,6 | 03 | 1,4 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 02 | 1,2 | 01 | 0,8 | 65 | 21,1 | 34 | 16,4 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 22 | 12,9 | 20 | 16,3 | 10 | 3,2 | 08 | 3,9 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 16 | 9,4 | 09 | 7,3 | 11 | 3,6 | 10 | 4,9 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, lugar, região etc.) e metodológicas | 05 | 2,9 | 06 | 4,9 | 14 | 4,6 | 08 | 3,9 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 01 | 0,6 | 00 | 0,0 | 19 | 6,2 | 07 | 3,4 |
| 9. Geografia e Turismo | 00 | 0,0 | 02 | 1,6 | 08 | 2,6 | 07 | 3,4 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 | 29 | 9,4 | 17 | 8,2 |
| 11. **História do pensamento geográfico brasileiro** | **00** | **0,0** | **01** | **0,8** | **05** | **1,6** | **03** | **1,4** |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 02 | 1,2 | 00 | 0,0 | 11 | 3,6 | 17 | 8,2 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 | 04 | 1,3 | 03 | 1,4 |
| 14. Outros | 07 | 4,1 | 04 | 3,3 | 30 | 9,7 | 40 | 19,3 |
| **Total** | 171 | 100 | 123 | 100 | 308 | 100 | 207 | 100 |

Fonte: www.geografia.fflch.usp.br;
Organização do autor

[9] Nas duas situações, ocorreram casos em que foi difícil a inserção em determinado grupo, como os trabalhos que se referiam à agricultura e à indústria em uma localidade ou região, ou relacionados à toda a cadeia produtiva de algum produto agrícola; na maioria dos caos, optou-se pelo item 14 (Outros).

No programa Geografia Física, como era de se esperar, aproximadamente 3/5 das teses e dissertações versaram sobre aspectos naturais específicos; nos últimos anos, as questões ambientais começaram a se destacar. Na categoria *Geografia e ensino*, sobressaíram os temas ligados aos trabalhos com mapas nas escolas. Sobre esta categoria, cabe ressaltar que a maioria dos trabalhos, conforme o levantamento feito no período 1996-2001, tinha sido realizada na área da Educação e não na de Geografia. Foi uma surpresa a descoberta de dois estudos, intitulados como de *geografia médica* e de orientadores diferentes, neste programa de pós-graduação[10]. Se existiram textos sobre a aplicação de determinadas técnicas de análise, faltaram outros abordando *teorias da natureza* pois, destes, nada encontramos. Quanto ao objetivo principal da investigação, somente uma tese, analisando a cartografia brasileira[11], pôde ser incluída como referente à história do pensamento geográfico brasileiro.

No programa Geografia Humana, os trabalhos pioneiros foram típicas *monografias urbanas*, refletindo a escola geográfica dominante no período. O tema: *questões urbanas*, foi o predominante, tanto nas dissertações quanto nas teses, seguido também, nos dois casos, por aqueles ligados às atividades agropecuárias. Sobre a história do pensamento geográfico brasileiro, a participação foi, percentualmente, muito baixa, inferior aos percentuais encontrados na análise dos trabalhos feitos no país entre 1996 e 2001 e nos realizados, de 1980 a 2.000, na UNESP, *campus* de Rio Claro. Entretanto, entre as IES pesquisadas, esta foi uma das poucas a conter trabalhos sobre o pensamento de geógrafos estrangeiros e a mais expressiva a respeito de análises conceituais[12].

Com a mesma finalidade, resolveu-se fazer um balanço da produção dos dois *campi* da UNESP. No *campus* de Rio Claro (Unesp/RC), a primeira defesa de uma dissertação ocorreu em 1980 e a primeira tese foi defendida em 1987. Em Presidente Prudente (Unesp/PP), a primeira dissertação também foi defendida em 1980, mas a primeira tese somente em 1999; como foram poucas até o ano de 2.000 (somente quatro[13]), decidiu-se não incluí-las por não possibilitarem uma visão de linha ou de tendências do curso.

---

[10] SOBRAL, Helena Ribeiro W. *Poluição do ar e doenças respiratórias em crianças da Grande São Paulo: um estudo de Geografia Médica*, tese defendida em 19/07/1988, e a tese de COSTA, Maria Eugênia Moreira. *Ocorrência de malária na área de influência do reservatório de Itaipu – margem esquerda – Paraná – um estudo de geografia médica*, em 04/07/1996.

[11] ARCHELA, Rosely Sampaio. *Análise da cartografia brasileira – Bibliografia da Cartografia na geografia no período de 1935-1997*, cuja defesa ocorreu em 18/10/2000.

[12] Exemplificam a primeira afirmação os seguintes trabalhos: MEGALE, Januário Francisco. *Geografia e sociologia – introdução ao estudo de Max Sorre* (tese; 14/04/1980); MORAES, Antonio Carlos Robert. *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexander von Humboldt, Karl Ritter, Friedrich Ratzel* (dissertação; 21/10/1983); ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel* (tese; 02/10/1997). Como contribuição à presença da Geografia no país, encontram-se ainda os textos de DINIZ FILHO, Luiz Lopes. *Território nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)* (dissertação; 04/04/1994) e RUDZIT, Gunther. *O processo de formação do oficial do exército brasileiro e a geografia (1850-1930)* (dissertação; 23/06/1997). Entre as que foram buscar a *geografia* contida em autores literários, podem ser citados: MUNERATTI, Eduardo. *Atos agrestes: uma abordagem geográfica na obra de Graciliano Ramos* (dissertação; 31/11/1994); BESSA, Vagner de Carvalho. *Território e desenvolvimento: as ideologias na obra de Graciliano Ramos* (dissertação; 31/10/1994). Se trabalhos sobre metodologias ocorreram em diversas IES, na USP-Geografia Humana houve a presença mais marcante da análises conceituais; ilustram, entre várias: SALVI, Rosana Figueiredo. *Estudo do tempo na geografia humana brasileira como uma categoria do método* (dissertação; 25/05/1993); MOREIRA, Rui. *Espaço, corpo do tempo: a construção geográfica das sociedades* (tese; 09/12/1994); MARTINS, Élvio Rodrigues. *Da Geografia à ciência geográfica e o discurso lógico* (tese; 23/05/1997); LOPES, Iole Ilíada. *O lugar da razão e a razão do lugar. Uma aproximação preliminar entre a teoria da ação comunicativa de Habermas e a Geografia* (dissertação; 17/12/1997).

[13] Nenhuma delas referente à história do pensamento geográfico brasileiro, incluindo as defendidas (foram treze) até julho de 2.002. Entre as dissertações, houve uma relacionada especificamente à fome (STACCIARINI, J. Henrique

Tabela 7. Temas abordados em trabalhos de pós-graduação em Geografia na UNESP até 2.000

| | **Mestrado** | | | | **Doutorado** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Unesp/RC | | Unesp/PP | | Unesp/RC | |
| **Temas** | **Nº** | **%** | **Nº** | **%** | **Nº** | **%** |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 25 | 14,9 | 22 | 20,4 | 03 | 3,8 |
| 2. Geografia e ensino | 08 | 4,8 | 08 | 7,4 | 02 | 2,5 |
| 3. Aspectos naturais específicos (*geografia física)* | 33 | 19,6 | 10 | 9,3 | 14 | 17,5 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais) | 35 | 20,8 | 22 | 20,4 | 14 | 17,5 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 18 | 10,7 | 21 | 19,5 | 13 | 16,2 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos | 15 | 8,9 | 02 | 1,8 | 06 | 7,5 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, lugar, região etc.) e metodológicas | 03 | 1,8 | 01 | 0,9 | 05 | 6,3 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 12 | 7,1 | 05 | 4,6 | 05 | 6,3 |
| 9. Geografia e Turismo | 01 | 0,6 | 02 | 1,8 | 01 | 1,2 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 08 | 4,8 | 06 | 5,6 | 01 | 1,2 |
| 11. **História do pensamento geográfico brasileiro** | **03** | **1,8** | **01** | **0,9** | **03** | **3,8** |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 00 | 0,0 | 01 | 0,9 | 07 | 8,7 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 01 | 0,6 | 00 | 0,0 | 01 | 1,2 |
| 14. Outros | 06 | 3,6 | 07 | 6,5 | 05 | 6,3 |
| **Total** | 168 | 100,0 | 108 | 100,0 | 80 | 100,0 |

Fonte: pesquisas do autor
Organizado pelo autor

Nas dissertações e teses nos *campi* da UNESP, observou-se um percentual muito baixo de trabalhos relacionados aos temas: político-administrativos e geopolíticos, aspectos específicos da cultura brasileira (somente dois, relacionados à literatura), geografia e turismo, análises conceituais e história do pensamento geográfico nacional. Os de maior percentual foram os relativos às atividades agropecuárias, questões urbanas, aspectos naturais e questões ambientais. Ainda que em períodos diferentes quanto à duração, a comparação com os dados gerais do país, entre 1996 e 2001, e os totais das dissertações dos dois *campi* da UNESP, pode ajudar a estabelecer comparações. É importante destacar que, atualmente, existe uma tendência, em cada programa, por enfatizar determinados temas.

---

R. *A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida: um estudo de caso sobre a atuação do Comitê de Catalão-GO*, defendida em 1998).

Tabela 8. Participação relativa dos temas abordados em trabalhos de pós-graduação na UNESP e no país.

| **Dissertações** | | | **Teses** | |
|---|---|---|---|---|
| Nº do tema | UNESP (%) | Brasil (%) | UNESP (%) | Brasil (%) |
| 1 | 17,0 | 13,9 | 3,8 | 13,5 |
| 2 | 5,8 | 13,3 | 2,5 | 12,2 |
| 3 | 15,6 | 12,7 | 17,5 | 4,1 |
| 4 | 20,6 | 9,5 | 17,5 | 5,4 |
| 5 | 14,1 | 7,6 | 16,2 | 5,4 |
| 6 | 6,2 | 10,1 | 7,5 | 10,8 |
| 7 | 1,4 | 7,0 | 6,3 | 8,1 |
| 8 | 6,2 | 5,1 | 6,3 | 1,3 |
| 9 | 1,1 | 3,8 | 1,2 | 4,1 |
| 10 | 5,1 | 3,2 | 1,2 | 4,1 |
| **11** | **1,4** | **2,5** | **3,8** | **12,2** |
| 12 | 0,4 | 2,5 | 8,7 | 5,4 |
| 13 | 0,4 | 1,3 | 1,2 | 5,4 |
| 14 | 4,7 | 7,6 | 6,3 | 4,1 |

Fonte: UNESP
Organizado pelo autor

Observou-se entre as dissertações na UNESP, o predomínio de atividades agropecuárias, questões urbanas e aspectos naturais específicos. Foi diferente do restante do país (questões urbanas, geografia e ensino, aspectos naturais específicos) quanto ao tema predominante: atividades agropecuárias. Nas teses ocorreu um aspecto completamente diferente: enquanto na UNESP predominavam aspectos naturais específicos, atividades agropecuárias e questões ambientais, no país foram questões urbanas, geografia e ensino, e história do pensamento geográfico. Ficou patente que na UNESP (tanto no mestrado quanto no doutorado), o predomínio foi do tema ligado às atividades agropecuárias, enquanto no Brasil, nas dissertações e teses, o predomínio foi do tema questões urbanas, seguido de geografia e ensino. Na universidade paulista também houve destaque para questões ambientais (quarto e terceiro lugares, respectivamente) e pouca presença da análise de um aspecto da cultura brasileira. História do pensamento geográfico brasileiro, com pequena participação na UNESP nos dois casos, demonstrou maior presença, no país, quanto às teses de pós-graduação.

Com estes dados em mãos, optou-se por fazer – inclusive pela dificuldade de obtenção de dados referentes a todo o país e pela importância do tema – um levantamento da produção da pós-graduação paulista em Geografia no século XX, somando as dissertações e teses da UNESP[14] e da USP. Com isto, pode-se abrir caminhos para outros trabalhos que tiverem a pretensão de aprofundar este assunto, inclusive realizando uma avaliação de toda a produção brasileira.

[14] Nesta tabela, foram colocadas as quatro teses defendidas, até o ano 2.000, na Unesp/PP e que não foram incluídas na análise anterior.

Tabela 9. Temas abordados em programas paulistas de pós-graduação em Geografia no século XX

| Temas | Mestrado | | Doutorado | |
|---|---|---|---|---|
| | *Nº* | *%* | *Nº* | *%* |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 137 | 18,1 | 48 | 11,6 |
| 2. Geografia e ensino | 40 | 5,3 | 12 | 2,9 |
| 3. Aspectos naturais específicos (*geografia física)* | 147 | 19,5 | 93 | 22,5 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 124 | 16,4 | 49 | 11,8 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 71 | 9,4 | 42 | 10,1 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 44 | 5,8 | 26 | 6,3 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, lugar, região etc.) e metodológicas | 23 | 3,0 | 19 | 4,6 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 37 | 4,9 | 12 | 2,9 |
| 9. Geografia e Turismo | 11 | 1,5 | 10 | 2,4 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 43 | 5,7 | 18 | 4,3 |
| 11. **História do pensamento geográfico brasileiro** | **09** | **1,2** | **07** | **1,7** |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 14 | 1,9 | 24 | 5,8 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 05 | 0,7 | 04 | 1,0 |
| 14. Outros | 50 | 6,6 | 50 | 12,1 |
| **Total** | 755 | 100 | 414 | 100 |

Fontes: www.geografia.fflch.usp.br; posgrad@prudente.unesp.br; www.rc.unesp.br
Organização do autor

Os números deixaram patente os três primeiros temas (aspectos naturais específicos, questões urbanas, atividades agropecuárias), tanto nos mestrados quanto nos doutorados. O predomínio do primeiro lugar, nos dois casos, teve a seu favor o fato de, na USP, existir um programa específico do tema (*geografia física*); nos outros dois, ocorreu somente uma inversão de posições, quando modificado de dissertação para tese. Isto não aconteceu com os três últimos temas (aspecto da cultura brasileira, história do pensamento geográfico brasileiro, geografia e turismo), permanecendo aquele que mais nos interessava em penúltimo lugar, demonstrando o papel, quantitativo, pouco significativo do mesmo no quadro de opções.

Com a mesma preocupação, buscou-se dados de universidades fora do estado de São Paulo[15], para verificar se existiam diferenças marcantes. Os mesmos critérios foram utilizados e, como pode ser verificado na tabela que se segue, as diferenças não foram tão significativas. Conseguiu-se também o título de todos os resultados do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), até dezembro de 2002, mas sem as datas das defesas, o que impediu a elaboração de uma tabela até o último ano do século XX. Mesmo assim, vistoriou-se os títulos de

[15] Além das citadas na tabela dez, também foram pesquisadas as dissertações da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Em ambas, a primeira defesa ocorreu em 2.000 e totalizavam dez, em cada uma delas. Nas duas, ocorreram trabalhos relativos aos mesmos cinco temas (1 – 3 – 4 – 5 e 6) e, como pode ser visto, nenhum relacionado ao 11. O mesmo se sucedeu até julho de 2002 nas 33 dissertações da UEM e nas 49 da UFU. Pesquisamos, ainda, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual a primeira defesa de dissertação acontecera somente em 2000; houve um total de seis defesas no referido ano (duas relativas ao item 1, e uma para cada um dos seguintes: 2 – 5 – 7 – 12). Até agosto de 2002, tinham acontecido 31 defesas na UFRGS e nenhuma delas se encaixava no item 11.

todos os trabalhos, constatando que, nas cento e quatro dissertações[16] e oito teses defendidas, não existia uma que se referisse, especificamente, à história do pensamento geográfico brasileiro.

Tabela 10. Temas abordados em dissertações de mestrado em Geografia na UFMG, UECE e PUC-Minas, até o ano de 2.000

| | UFMG | | UECE | | PUC-Minas | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Tema** | *Nº* | *%* | *Nº* | *%* | Nº | *%* |
| 1. Questões urbanas (histórico, planejamento, comércio, bairros, saúde, moradia etc.) | 11 | 17,7 | 03 | 12,0 | 03 | 20,0 |
| 2. Geografia e ensino | 05 | 8,1 | 02 | 8,0 | 00 | 0,0 |
| 3. Aspectos naturais específicos (*geografia física)* | 13 | 21,0 | 06 | 24,0 | 01 | 6,7 |
| 4. Atividades agropecuárias (inclusive reforma agrária, uso do solo, agroindústria, mudanças estruturais e comunidades rurais). | 08 | 12,9 | 00 | 0,0 | 03 | 20,0 |
| 5. Questões ambientais (quer isoladas, quer correlatas com a estrutura social) | 07 | 11,3 | 08 | 32,0 | 00 | 0,0 |
| 6. Cartografia, Sistema de Informação Geográfica, uso de sensoriamento remoto e de modelos. | 05 | 8,1 | 03 | 12,0 | 04 | 26,6 |
| 7. Análises conceituais (natureza, espaço, território, lugar, região etc.) e metodológicas | 02 | 3,2 | 00 | 0,0 | 01 | 6,7 |
| 8. Atividades, áreas e impactos industriais | 02 | 3,2 | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 |
| 9. Geografia e Turismo | 02 | 3,2 | 01 | 4,0 | 00 | 0,0 |
| 10. Questões demográficas (migrações internas e externas, colonização, questões de gênero etc.) e análises de projetos de ocupação | 00 | 0,0 | 00 | 0,0 | 02 | 13,3 |
| **11. História do pensamento geográfico brasileiro** | **00** | **0,0** | **00** | **0,0** | **00** | **0,0** |
| 12. Questões político-administrativas e geopolíticas, e gestão territorial estatal | 00 | 0,0 | 01 | 4,0 | 00 | 0,0 |
| 13. Análise de um aspecto da cultura brasileira (festa, futebol, música, literatura) | 00 | 0,0 | 01 | 4,0 | 00 | 0,0 |
| 14. Outros | 07 | 11,3 | 00 | 0,0 | 01 | 6,7 |
| **Total** | 62 | 100 | 25 | 100 | 15 | 100 |

Fontes: sítios eletrônicos das IES citadas, em 2002
Organização do autor.

Procurou-se, ainda, referências sobre o assunto na única IES não pública do país que possuía pós-graduação em Geografia: o programa denominado de Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Ele tinha somente curso de mestrado, a primeira defesa acontecera em outubro de 1998 e, do total de quinze até o ano 2000, nenhuma se referia ao item 11 da tabela[17]. Também recente era o programa de mestrado da Universidade Estadual do Ceará (UECE); de novembro de 1998 ao final de 2.000, das vinte e cinco dissertações defendidas, nenhuma se enquadrava no item de número onze[18]. No Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), outro dos programas pesquisados, a primeira dissertação foi apresentada em 1992, e até o final do século passado, nenhuma pesquisa tinha sido realizada à respeito do tema de número onze[19].

[16] Assim se distribuíram as dissertações: **1**=21 (20,2%); **2**= 01 (0,9%); **3**= 24 (23,1%); **4**= 11 (10,6%); **5**= 16 (15,4%); **6**= 03 (2,9%); **7**= 02 (1,9%); **8**= 08 (7,7%); **9**= 05 (4,8%); **10**= 02 (1,9%); **11**= 00 (0,0%); **12**= 03 (2,9%); **13**= 00 (0,0%); **14**= 08 (7,7%). Nas oito teses, também nenhuma se referia ao item 11.

[17] Até julho de 2002, aconteceram 34 defesas; nenhuma delas se reportavam aos itens 8, 9 e 11.

[18] Verificou-se até setembro de 2.002, e a situação permanecia a mesma.

[19] Até julho de 2002, já haviam sido registradas 115 defesas e, quanto ao item 11, a situação permanecia a mesma.

A análise destes dados permitiu verificar que a geografia brasileira pouco se preocupou, até a década de 1980, em discutir sua sedimentação teórica, suas relações com o objeto de análise, ou seja, foi um exemplo de um saber que pouco refletiu sobre si mesmo. Mas o fato de a história da ciência geográfica no país se encontrar ausente, no tipo de pesquisa aqui abordado, não causou uma grande surpresa, face a um levantamento realizado anteriormente. Em 1990, com a finalidade de fundamentar o conteúdo e a bibliografia de uma disciplina a ser implantada[20], entramos em contato com os cursos universitários de Geografia existentes no país. Ainda que pouco mais de uma dezena (principalmente as públicas) tenham respondido à solicitação, o material recebido permitiu algumas conclusões. Entre elas, a de que muitos cursos de graduação em Geografia não possuíam, em seu currículo, uma disciplina voltada para a epistemologia da Geografia. Nas universidades que a possuíam, a análise do conteúdo programático possibilitou descobrir que a história da geografia brasileira era o grande tema ausente. Quando presente, se restringia a um dos dilemas desta ciência, notadamente aqueles relacionados ao chamado *processo de renovação da Geografia*. Esta situação ajudava a explicar a pouca presença de estudos sobre a geografia brasileira ou sobre geógrafos que tiveram uma atuação destacada no país.

Assim, após estes estudos, procurou-se, para melhor fundamentar o trabalho, alicerçar-se em experiências de outras pessoas. Daí a leitura e análise de algumas dissertações e teses de natureza similar à nossa ou ligada àquilo que Monteiro (1980, p. 39) chamou de "*extrair riqueza geográfica de criação literária*". O levantamento realizado na UNESP e na USP, das dissertações e teses com este perfil, demonstrou que elas não atingiram a uma dezena e meia. Dada a significância destas duas instituições universitárias, pôde-se inferir que ou a geografia brasileira é pouco significativa em idéias e propostas (o que veremos, no capítulo seguinte, que não é verdade) ou, temos estudado insuficientemente o nosso passado – fato este que dificultará o nosso futuro –, ou que os nossos cursos de graduação e pós-graduação têm sido omissos no estudo da epistemologia da geografia brasileira (o que parece ser correto).

## 1.2. Perfil de algumas dissertações e teses vinculadas à história do pensamento geográfico brasileiro

> "*A crítica à realidade nacional só é consistente se embasada na esperança de uma outra 'realidade', ainda não real.*"

Na busca de alicerces para a pesquisa, procuraram-se trabalhos, com objetivos semelhantes, tanto na UNESP quanto na USP, realizados até o ano de 2.000. Não foram muitos os encontrados, mas foram muito importantes. Traçaremos aqui um perfil, de alguns deles, para melhor avaliar a contribuição dos mesmos à geografia brasileira e à pesquisa em desenvolvimento. As dissertações e teses lidas para este fim, aqui colocadas segundo a data da defesa, foram as seguintes:

[20] A disciplina *Evolução do Pensamento Geográfico*, no curso de Geografia da PUC-Campinas, hoje cognominada de *Epistemologia da Geografia*.

Tabela 11. Identificação dos trabalhos analisados

| Título | Autor | Data | IES | M/D |
|---|---|---|---|---|
| A obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação. | SANTOS, Wilson dos | 1984 | UNESP | M |
| O pensamento geográfico de Euclides da Cunha: uma avaliação. | ANTONIO FILHO, Fadel David | 1990 | UNESP | M |
| O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942. | FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira | 1994 | USP | M |
| Oliveira Vianna e a unidade-identidade do espaço brasileiro. | ANSELMO, Rita de Cássia M. de Souza | 1995 | UNESP | M |
| Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil. | SOUZA NETO, Manoel Fernandes de | 1997 | USP | M |
| O pensamento geográfico de Manoel Bomfim. | OLIVA, Teresinha Alves de | 1998 | UNESP | D |
| Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. | ANSELMO, Rita de Cássia M. de Souza | 2000 | UNESP | D |

Fontes: Unesp/RC e USP
Organizada pelo autor

Nesta procura, também foram vistos alguns textos acadêmicos relacionados à história da Geografia no país, como Almendra (1993), Antonio Filho (1995), Carvalho (1997), Colesanti (1984), Préve (1988) e Vlach (1988), e ligados à procura de elementos geográficos em obras literárias específicas, como Araújo (1992), Ferreira (1990) e Wanderley (1997). A estes últimos, foi dedicado um item específico neste capítulo. Para a exposição à seguir, a opção foi pela seqüência cronológica dos autores pesquisados, para facilitar a própria contextualização, não sendo, portanto, decorrente da importância maior ou menor atribuída às pesquisas realizadas.

Durante o Império e o início da República, as narrativas a respeito de nossa nacionalidade tiveram duas vertentes. A primeira, como fruto de nossas condições naturais, teve como elemento fundamental o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 na capital imperial. Possuía, como objetivo principal, reunir e organizar "*os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil*"; também se constituíam em seus objetivos, a defesa da centralização política e a preservação da propriedade fundiária e da escravidão (que dependiam da centralização). Sustentar a unidade territorial e *construir* a pátria brasileira eram, então, os objetivos primordiais e, por isso, para os seus membros, a História era mais importante do que a Geografia, sendo esta uma auxiliar daquela. À Geografia cabia a localização, a descrição do quadro natural, aí incluídos os fatores naturais que explicavam os fatos históricos e o futuro grandioso que nos esperava.

A História traria à luz as gloriosas memórias da pátria e a Geografia era o farol que vislumbrava o porvir grandioso. O Brasil era concebido como fruto da ação do branco português e o Grito do Ipiranga, em 1822, o processo fundante como nação. Em 1838, por exemplo, o secretário adjunto do IHGB solicitou às províncias o envio de informações, de acordo com os dez itens solicitados; destes, somente um era sobre a parte geográfica. E a redação dele era elucidativa da concepção de geografia do IHGB:

> *"Notícia circunstanciada da extensão da província, de sua confrontação com outras, de sua divisão em comarcas, da direção de seus rios, e montanhas, da qualidade de seus terrenos, e de seus arvoredos, da sua mineração, agricultura, e pescarias, de tudo enfim que possa servir à história geográfica do país, e com possível exatidão e clareza."* (*apud* Vlach, 1988, p.100)

Poucos foram os trabalhos de Geografia[21] publicados na revista do IHGB e estes precisavam estar de acordo com os princípios doutrinários da instituição. Entre os princípios, estavam a *imparcialidade,* a *neutralidade* e o conceito de que o Estado era a nação; daí a procura de documentos oficiais e a colocação do Estado como sujeito e do povo como objeto da História.

A outra vertente, que foi se solidificando no período republicano, era pessimista em relação ao destino do país, em razão de concepções evolucionistas deturpadas. A nossa natureza era *prodigiosa e abençoada* mas o povo existente... . A primeira grande influência do período republicano foi o positivismo comteano, que aqui se apresentou de maneira diversa do europeu, com estudos superficiais sobre o mesmo e mesclado ao evolucionismo social de Herbert Spencer (1820-1903) que, contraditoriamente, pregava o individualismo extremado. As teorias racistas, ao lado do determinismo fisiográfico, completavam a explicação da pretensa inferioridade do homem tropical. Uma das mais importantes obras de nossa literatura, *Os Sertões* (1902), escrita por um autor positivista, estava repleta de explicações deterministas e racistas. Euclides da Cunha (1866-1909) colocava, freqüentemente, como naturais as características dos sertanejos e chegou a colocar textos irritantes, como o a seguir:

> "*A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço* […] *é, quase sempre, um desequilibrado.* […] *Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destróem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço – mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores*". (Cunha, 1982, p.86-87)

Neste livro, um dos poucos frutos positivos do massacre de Canudos, foi comum a utilização de conceitos de biologia para explicar a sociedade[22], a interpretação da sociedade por analogia a um organismo, a crença no dom profético da ciência, e até a *necessária* missão de levar aos selvagens e bárbaros a *verdadeira* civilização.

Vinculada diretamente à linha de pesquisa sobre a história do pensamento geográfico, a dissertação de Souza Neto (1997), intitulada *Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil*, realizou um importante resgate de um autor cujas discussões ainda se inserem no atual cotidiano nordestino. O objeto de estudo foram as obras geográficas do cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877) e o principal objetivo da pesquisa foi "*o de buscar compreender que 'Geografia' era produzida em um país sem geógrafos e qual o papel desta disciplina para a elite no interior de um projeto para a nação.*" (Souza Neto, 1997, p. 9) A escolha do Senador Pompeu se deveu ao fato de ter "*produzido e reproduzido um pensamento geográfico merecedor de análise*" e pelo fato de o mesmo ter utilizado sua produção científica como instrumento de poder para os seus pares; ou seja, a elite cearense. A pesquisa também procurou compreender como se pensava a Geografia no país naquele período; daí buscar, não uma biografia do autor, e sim uma análise da obra geográfica por ele produzida.

---

[21] Um levantamento efetuado do período 1839-1946, mostrou que, dos 1671 artigos publicados, somente 417 (25%) eram de Geografia; e os cultores desta área não chegavam a 10% dos sócios do IHGB (Vlach, 1988, p.112).

[22] É necessário relembrar sempre que, uma das razões de nossa pobreza social, foi a naturalização das desigualdades.

A dissertação foi dividida em cinco capítulos. O inicial, traçou um breve histórico dos anos oitocentos, caracterizando as principais questões políticas, a estrutura senhorial e patrimonialista, baseada em doações e favores. Os fatos essenciais do Segundo Império foram colocados para melhor situar o autor estudado – um representante da elite imperial –, limitando a análise ao período compreendido entre 1845 e 1877, correspondente à entrada de Pompeu no *seleto clube do poder* ao ano de seu falecimento. O segundo capítulo procurou estabelecer o papel exercido pelo Senador Pompeu, através de uma sucinta biografia, com a preocupação maior de situá-lo na política de seu estado natal e de traçar os passos de sua carreira política. Neste mesmo capítulo, colocou a principal influência filosófica sofrida, analisou a prática da conciliação no seio da elite, a criação – por esta – da crença de um país em construção (*país de futuro*) e de que a solução era a *europeização* do Brasil.

No terceiro capítulo, analisou a principal obra didática do pesquisado, o *Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil* (1856, 536 páginas), que foi aprovada pelo IHGB e adotada no Colégio Pedro II, em liceus e em seminários. Discorreu sobre o método dialogístico por ele adotado[23], a divisão da obra (três secções: Cosmografia, Geografia Física e Geografia Política), o índice do livro (no qual fica patente o privilégio temático à Europa) e suas fontes (demonstrando que o modelo de livro didático de Geografia adotado era o francês). Fez ainda uma relação com a educação escolar da época e com a função da escola de disseminar o nacionalismo patriótico, baseado no território, para os poucos letrados (e para que estes o transmitissem à maioria analfabeta) e analisou a concepção de Geografia do autor. O capítulo seguinte (este e o anterior são os mais extensos) estabeleceu uma breve genealogia do clã Pompeu-Accioly do Ceará – e o papel do mesmo no poder – e também analisou um livro, o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (2 tomos, 1863 e 1864, 1179 páginas), mostrando não só a importância da obra para o estado relatado como também a importância destas estatísticas para o planejamento, para o poder. Neste livro, havia questões importantes como a transposição das águas do São Francisco e a preocupação com as conseqüências do desmatamento, a da regionalização do estado (Litoral, Serra e Sertão), além de dados sobre os aspectos físicos e sócio-econômicos. Ou seja, como qualquer geógrafo ligado ao poder, Pompeu procurou clarificar o território, a população e os recursos existentes para controle e gerência.

Como nos dois capítulos anteriores, o quinto (e último) foi centrado na análise de uma obra específica, a *Memoria sobre o Clima e Seccas do Ceará*, precedida de uma discussão sobre a seca e seu papel na criação, no imaginário do país, do Nordeste como uma região homogênea. O livro analisado propunha ações e procurava dar *cientificidade* à problemática das secas. Resumindo: a dissertação, no primeiro capítulo, caracterizou o momento histórico (no período vivido pelo Senador Pompeu) do país e, depois – capítulo segundo –, de sua vida e do estado do Ceará; analisou – uma para cada capítulo – três obras geográficas do autor, atingindo os objetivos propostos e comprovando a existência de uma Geografia e de geógrafos bem antes da sistematização acadêmica desta ciência no país.

Outra dissertação analisada foi *O pensamento geográfico de Euclides da Cunha: uma avaliação*, defendida em 1990 por Antonio Filho, que nela se propôs a extrair a *essência geográfica* da obra euclidiana e procurar as correntes de pensamento que a influenciaram. Cabe mencionar, de início, que não se tratou de uma análise específica de *Os Sertões* e que, portanto, não se insere na linha dos trabalhos de, por exemplo, Ferreira (1990) e Wanderley (1997). A dissertação foi dividida em seis capítulos, com a

[23] O método dialogístico é também conhecido como método do Abade Gaultier, nome do jesuíta autor de um livro didático que distribuía o conteúdo sob a forma de diálogo, de perguntas e respostas entre o mestre e o aluno. Na 3ª edição (1859) do *Compêndio*, este método foi abandonado.

colocação do método e das técnicas na Introdução, na qual defendeu que qualquer produção científica "*não pode ser pensada fora do contexto histórico em que foi elaborada, de modo que o discurso científico não pode ser considerado como uma visão 'neutra', pois está inserido na superestrutura social, referida por Marx."* (Antonio Filho, 1990, p. 15) No primeiro capítulo (*Euclides da Cunha e o momento histórico*) inseriu os dados biográficos do autor em questão e, além dos fatos históricos mais marcantes, as idéias que dominaram o período e aquelas que proporcionaram as mudanças.

No segundo capítulo (*A evolução do pensamento de Euclides da Cunha*), procurou estabelecer as influências teóricas sofridas no decorrer da vida pelo escritor, notadamente do positivismo comteano e do darwinismo social de linha spenceriana[24]. Metodologicamente, a influência do francês Augusto Comte (1798-1857) pesou menos do que a do inglês Herbert Spencer (1820-1903), como demonstram trechos de um texto jornalístico: "*Acabo de ler uma página iluminada de Spencer, em que o eminente evolucionista* ... [...] *O 'struggle for life', a fórmula magestosa da nossa elevação constante,* ..."[25]. O capítulo seguinte (*Euclides da Cunha na opinião de geógrafos*) foi uma análise de três artigos considerados, pelo autor do trabalho, os mais expressivos sobre Euclides da Cunha.

No quarto capítulo, intitulado *Euclides da Cunha e 'À margem da Geografia'*, foram analisados sete artigos publicados entre 1897 e 1909, e colocados sob este título na edição de sua obra completa. No seguinte – o mais longo – fez uma análise de *Os Sertões* na busca de seus aspectos geográficos. O sétimo e último (*Euclides da Cunha e a Amazônia*), estudou os seus escritos sobre a Amazônia, decorrentes das viagens realizadas para a região; em uma delas, conseguiu descobrir as cabeceiras do rio Purus. Apesar de ainda embebido de posturas deterministas e sócio-darwinistas, sua visão sobre a Amazônia foi "*abrangente e integradora, na medida em que os aspectos naturais estão sempre relacionados com os aspectos sociais e econômicos,..."* (Ibidem, p. 199).

Apesar das posturas deterministas e da pouca citação de geógrafos em *Os Sertões*[26], Euclides da Cunha conhecia trabalhos do geógrafo francês Élisée Reclus (1830-1905) e em seus diversos escritos fez referências a diversos autores ligados à Geografia[27], sem contar os inúmeros autores de outras áreas que foram, por ele, citados. O método euclidiano de estudo de uma paisagem natural era do geral para o particular e, após isso, enfocava o elemento humano. Para analisá-lo recorria,

---

[24] Também declarou em carta: *"Sou um discípulo de Gumplowicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico."* (*apud* Antonio Filho, 1990, p. 78) Ludwig Gumplowicz (1838-1909), jurista e sociólogo austríaco de origem polonesa, autor de *A luta das raças* (1883), foi um dos mais importantes representantes do darwinismo social. Escreveu Euclides: *"A civilização avançará nos sertões impelida por essa 'força motriz da História' que Gumplowicz, maior que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes."* (Cunha, 1982, p. 07) Por isso, considerava a abolição como uma fatalidade social, o negro e o índio como "*perturbadores da raça"*, o mestiço um "*desequilibrado"* e o jagunço um "*anacronismo étnico*".

[25] No jornal **O Estado de São Paulo**, de 19/03/1892, escrito para uma série intitulada *Da Penumbra* (apud Antonio Filho, 1990, p. 75).

[26] A despeito de fundamentos deterministas, é pouco provável que Euclides da Cunha tenha tido contato direto com o livro *Antropogeografia*, de Ratzel, por não ter sido este livro traduzido para o português e a versão italiana (*Geografia dell'Uomo*, de Ugo Cavallero) datar de 1914 (doze anos após a publicação de *Os Sertões*).

[27] Entre eles, o prussiano Alexandre von Humboldt (1769-1859), os estadunidenses William Morris-Davis (1850-1934) e Orville Derby (1851-1915), os franceses Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), Emmanuel Liais (1826-1900) e Pierre Emile Levasseur (1828-1911), os alemães Johann Baptist von Spix (? – 1827) e Carl F. P. von Martius (1794-1868), os ingleses Richard Burton (1821-1890) e George Gardner (1812-1849), o canadense Charles F. Hartt (1840-1878), o padre português – considerado o *pai da geografia brasileira* – Manuel Aires de Casal (1754-1821), os brasileiros Teodoro Sampaio (1885-1937) e José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898).

freqüentemente, à História. Cometeu diversos erros[28] – alguns eram verdades na época –, criticou nossa rede ferroviária[29] e a própria geografia brasileira, afirmando que faltava a ela um maior conhecimento geológico e geomorfológico. De qualquer modo, acreditamos nós, Euclides da Cunha trouxe a Região Nordeste para o restante do Brasil, e sua principal obra, notadamente a primeira parte (*A terra*) foi, durante muito tempo, a referência básica dos livros de geografia para o estudo do Sertão Nordestino.

Um outro trabalho que acabou se tornando muito interessante, em razão da semelhança com Josué de Castro em relação a alguns temas e à omissão do autor pesquisado nos textos de Geografia, foi a tese de Oliva (1998) a respeito do médico e geógrafo sergipano Manoel Bomfim (1868-1932). O método de análise utilizado foi o chamado estruturalismo genético, desenvolvido pelo filósofo francês Lucien Goldmann (1913-1970), que procura apreender o processo de construção de um pensamento, relacionando-o com as estruturas políticas, econômicas e com as visões de mundo (que representam a visão de seu grupo/classe social) que as gerou. Acrescentou, a este método, a proposta do geógrafo Sílvio Carlos Bray de, como técnica de análise, selecionar palavras-chaves, pois estas permitiriam a percepção das contradições, e cada tendência de pensamento possui suas palavras-chaves. Os trabalhos de Santos (1984), Antonio Filho (1990), Anselmo (1995), Antonio Filho (1995) e Anselmo (2000) também adotaram esta mesma linha. Como foram todos realizados na UNESP, *campus* de Rio Claro (SP), possuíam o mesmo orientador[30] e foram as dissertações e teses ligadas diretamente à análise do pensamento geográfico ali produzidas, pode-se concluir que esta tem sido a linha metodológica adotada naquela instituição.

Manoel Bomfim afirmava que a essência da nação estava nas forças vivas do povo, que o Estado brasileiro era um traidor da nação e atribuía à explotação colonial e neocolonial – e às elites locais que agiam de modo semelhante – os problemas existentes na América Latina (Oliva, 1998, p. 27), fundamento de sua teoria do parasitismo das metrópoles. Anti-racista, combatente do darwinismo social, da solução do *branqueamento* e do capitalismo *selvagem*, favorável à realização da reforma agrária e de uma educação popular massiva, não poderia ser aceito por geógrafos e historiadores engajados na política hegemônica da época. Contrário a certas posições marxistas ortodoxas – até por admitir que, aqui, não havia condições para uma revolução proletária, no sentido marxiano do termo –, não teve, mais tarde, a apreciação que merecia por parte da cognominada *esquerda* brasileira. Acreditando que o Brasil era um país que bastava a si mesmo pelos seus recursos naturais e humanos, elaborou um projeto para o país.

---

[28] Como, por exemplo, atribuir o fenômeno das secas no Sertão Nordestino à *monção de nordeste*, utilizar o termo *curiboca* para o caboclo sertanejo, afirmar que "*A natureza não cria normalmente desertos. Combate-os, repulsa-os.*" (Cunha, 1982, p. 46). Além disso, cometeu erros na apreciação científica dos climas amazônicos, colocou o meio físico como o elemento fundamental da formação da *raça* e defendeu o autoctonismo do homem americano.

[29] No artigo *Olhemos para o Sertão* (jornal **O Estado de São Paulo**, 18 e 19 de março de 1902) escreveu sobre "*o traço bem pouco civilizador que caracteriza a distenção das nossas redes de estradas de ferro. De fato, nenhuma busca o centro do país ...*" (*apud* Antonio Filho, 1990, p. 112). Defendeu a construção de uma ferrovia (Trans-acreana), com 726 Km, que cortaria transversalmente os vales do Juruá, Purus, Iaco e Acre, que libertaria o homem dos rios.

[30] Prof. Dr. Sílvio Carlos Bray, que também é autor de importantes artigos neste campo como "*As escolas geográficas em São Paulo e no Brasil – 1934 a 1976 (uma tentativa de classificação)*" (**Boletim do Departamento de Geografia**. Presidente Prudente, n. 7, 1976, p. 109-116), "*Introdução ao estudo da interpretação funcionalista na Geografia*" (**Geografia.** Rio Claro: AGETEO, v. 2, n. 4, 1977, p. 103-107), "*Os postulados da análise funcionalista na Geografia e seus aspectos ideológicos*" (**Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, 1977, n. 4, p. 29-40), "*Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na Geografia"* (**Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v. 10, n. 20, 1980, p. 33-43), "*Da técnica das palavras-chaves à história do pensamento geográfico no Brasil"* (In: "**Anais** do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico no Brasil". Rio Claro: IGCE-UNESP, 1999, p. 3-16), entre outros.

Todavia, qual a sua relação com a Geografia? Em primeiro lugar, cabe lembrar que, *stricto sensu*, não existiam geógrafos no país e, até a nossa cidadania acadêmica em 1934 – com a criação do curso de Geografia e História na USP –, os estudos que podem ser considerados como geográficos eram realizados por pessoas formadas em Direito, Engenharia e Medicina, onde era comum o conceito de Geografia como substrato da História. Todos aqueles que refletiram sobre nação, território e caráter nacional realizaram, de algum modo, a atividade geográfica. Qualquer estudo que contenha as noções de espaço, território e sociedade – e, no passado, também a natureza, mesmo que isolada da sociedade – integra o discurso geográfico. E estes conceitos estavam presentes no discurso bomfiniano (como também na obra do Senador Pompeu) sobre o Brasil.

Bomfim era crítico da historiografia do IHGB e não aceitava o pessimismo racista dos republicanos positivistas. Exaltava Darwin mas condenava o darwinismo social, colocando a falsa *inferioridade* como histórica e a educação massiva como solução. Em sua proposta de educação, a Geografia teria um importante papel. Considerava-a como uma ciência experimental (situada no conjunto das ciências físicas e naturais), opunha-se ao conceito de *descrição da terra* e criticava a excessiva memorização e a *aridez* da mesma como disciplina escolar. Para ele, ela se caracterizava pela sistematização e conexão científica dos fatos, útil para fortalecer e orientar o espírito. A concebia como o estudo do conjunto de condições físicas e políticas que formam o meio, dentro do qual vive o homem, um estudo que deveria ser racional, metódico, científico, relacionando o fenômeno e suas causas lógicas

Recomendava o uso de mapas, considerava essencial, pedagogicamente, aliar a Geografia à História e defendia que seu estudo deveria ser prático, valorizando a utilização de excursões e passeios. Quanto ao que podemos rotular de *pensamento geográfico* em sua obra, está o fato do tema constante ser a relação homem-meio e o de rejeitar o determinismo fisiográfico como explicação da condição do país. Em seus textos, geógrafos foram mencionados ou utilizados como fontes, mas não participou de instituições como IHGB e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro[31].

A tese realizada por Oliva foi dividida em quatro capítulos: 1. *Uma tarefa (também) para a Geografia: criar a nação*; 2. *Buscando um projeto para a nação brasileira*; 3. *O pensamento geográfico em Manoel Bomfim*; 4. *Um discurso contra o branqueamento*. Estabeleceu a metodologia na introdução e não fez um capítulo específico sobre o momento histórico, mas o caracterizou, notadamente no campo cultural, no segundo capítulo. No conjunto, procurou estabelecer a visão de mundo e as estruturas significativas do discurso de Manoel Bomfim, procurando caracterizá-lo como uma contestação às idéias básicas de uma geografia a serviço da metrópole e de uma elite intelectual europeizada.

Outra dissertação analisada foi a de Anselmo (1995) sobre Oliveira Vianna (1883-1951), um intelectual possuidor de uma visão social conservadora, autoritária e antidemocrática. A autora iniciou seu trabalho apontando que, uma das principais razões de sua pesquisa, era a carência de estudos na Geografia a respeito dos grandes pensadores nacionais que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a formação do pensamento geográfico brasileiro. Foi Vianna um escritor sem relação direta com a Geografia, mas importante para a mesma, se se tem como premissa que o espaço brasileiro foi articulado com base em pensamentos autoritários, conservadores e elitistas. Como a geografia brasileira foi institucionalizada como ciência acadêmica somente na década de 1930 e em bases conservadoras, cientistas

[31] A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi fundada em 1883, possuindo como um dos motivos de sua criação a concentração das atividades do IHGB nos estudos históricos. Sua finalidade era discutir a ciência geográfica e, principalmente, fatos e documentos referentes à geografia brasileira.

sociais de outras áreas, que pensaram o espaço social nacional, integram as suas raízes.

Um dos principais teóricos do Estado varguista conservador e autoritário, o fluminense Francisco José de Oliveira Vianna formou-se em Direito – profissão que não exerceu efetivamente – e foi durante um tempo professor de Matemática (a sua *paixão*) em Niterói (RJ). Foi somente a partir de 1916, quando passou a lecionar na Faculdade de Direito do estado do Rio de Janeiro, que sua carreira de intelectual[32] deslanchou. Após o golpe de 1930, integrou, como consultor jurídico, o Ministério do Trabalho dirigido por Lindolfo Collor (1890-1942), foi o orientador de muitas das reformas sociais impostas na época e o sistematizador do Direito do Trabalho, organizando as regras trabalhistas do país. Foi um anti-liberal, por acreditar que o povo brasileiro não possuía *tradição* compatível com o Liberalismo e necessitava de um governo forte (do tipo autoritário e centralizador). Adepto do darwinismo social, foi um nacionalista favorável à imigração européia para a promoção do branqueamento (ou arianização), por crer que a mesma eliminaria as raças inferiores – o indolente brasileiro pobre –, que eram o negro, o índio ou o mestiço. Seu conceito de civilização era calcado nas concepções do escritor, escultor, embaixador e vigarista francês Conde de Gobineau (1816-1882), autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853-55), para quem a questão étnica era a chave da história humana, e nas do racista Vacher de Lapouge (1854-1936), autor de *O ariano e seu papel social*, no qual afirmava que, através de processos sistemáticos de seleção – semelhantes aos feitos com animais e plantas –, seria possível regenerar a espécie humana.

Naquilo que se refere especificamente a fenômenos do espaço geográfico brasileiro,

> *"um amplo material pode ser colhido de seus trabalhos. Oliveira Vianna preocupou-se, particularmente, com as relações sociedade-natureza, as mobilidades populacionais, a organização do território, a identidade do espaço brasileiro, a posição do Brasil frente ao mundo entre outros temas."* (Anselmo, 1995, p. 5)

Em seu primeiro trabalho significativo publicado, *Populações meridionais do Brasil* (1920), um dos autores que sustentava suas teses – e que foi importante nas análises das influências da natureza sobre a constituição da sociedade brasileira – era o geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904). Do autor de *Antropogeografia* (1882-1891) foram-lhe úteis, entre outras idéias, a crença na inevitabilidade natural do expansionismo e a visão do Estado como protetor e acima da sociedade[33]. Na obra *Evolução do povo brasileiro* (1922), na qual propôs uma nova maneira de estudar a realidade brasileira[34], teve como base o possibilismo do francês Vidal de la Blache (1845-1918).

---

[32] Entre suas obras, podemos citar: *Populações meridionais do Brasil* (1920), *Evolução do povo brasileiro* (1923), *O ocaso do Império* (1925), *Raça e assimilação* (1932) e *Instituições políticas brasileiras* (1955, póstuma).

[33] Na obra *Populações meridionais do Brasil* há afirmações como: "*Sob a amenidade de nossos climas tropicais a vida se torna empresa fácil. Como os gregos, todos nós podemos viver ao Sol e às estrelas: cantando. Não há aqui intempéries. Em todas as estações derrama-se um perpétuo encanto primaveril ...* [...]. *Numa terra destas, em que 'não há pobre que não seja farto com pouco trabalho', ...*" (*apud* Anselmo, 1995, p. 42 e 43). Considerava favorável a existência, nos séculos da colonização, dos preconceitos de cor e de sangue; aliás, considerava-os *providenciais*, uma vez que os mesmos impediram a "*ascensão até as classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formigam nas sub-camadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras.*" (Ibidem, p. 57)

[34] Livro no qual faz afirmações como: "*... pode-se dizer que a lei da abolição de 1888, concorre para retardar a eliminação do H. afer em nosso país – porque não há dúvida que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais rapidamente.*" [*Afer*, em latim, significa africano] "*Sim, exatamente isto: reeducação das nossas elites dirigentes. Digo 'elites' e não de nossas 'massas', porque sou dos que acreditam que os povos valem pelo teor moral e intelectual das suas classes dirigentes ...*" (*apud* Anselmo, 1995, p. 48 e 51). Por isso, achava que

O principal objetivo da dissertação foi "*uma busca de compreensão do aspecto geográfico transmitido por um autor, considerado conservador e autoritário"* (Ibidem, p. 15) que procurou, à sua maneira, dar um sentido ao espaço nacional, que buscou desvendar a estrutura deste espaço, e que explicava as diferenciações regionais existentes pelos desníveis culturais, raciais e mesológicos. O trabalho foi dividido em quatro capítulos (1. *O papel da ideologia – noção de visão de mundo*; 2. *O pensamento conservador e o momento histórico*; 3. *O pensamento geográfico na obra de Oliveira Vianna*; 4. *A visão de mundo de Oliveira Vianna e a "imagem" do espaço brasileiro*), sendo os principais dados biográficos do autor estudado, colocados na Introdução.

Trabalho também significativo, de retomada de intelectuais pouco estudados pela Geografia, foi a tese de Anselmo (2000) sobre o engenheiro, geógrafo e geopolítico Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951) que, segundo a autora, foi um do "*mais reputados geógrafos do país*". Ele pode ser considerado o nosso primeiro sistematizador da geopolítica. Procurou pensar estrategicamente o país e formulou suas propostas tendo como embasamento as formulações do geógrafo prussiano Friedrich Ratzel e do jurista sueco Rudolf Kjellén (1864-1922). A questão principal da tese é "*a compreensão de como se consolidou a espacialidade própria brasileira."* (Anselmo, 2000, p. 11)

O texto foi dividido em três grandes partes. A primeira – e a menor delas – tratou da visão de mundo de Backheuser, analisada com base na proposta de Lucien Goldman, para quem as concepções de mundo estavam associadas e mantinham relações intensas com a base material da sociedade. Ou seja, o conjunto de aspirações, sentimentos e idéias de um grupo ou classe social (seus valores, ideologia, necessidades e cultura) distinguia os grupos, influenciava – e era influenciado – pelo meio material e acabava por caracterizar a produção do espaço. Um indivíduo não possui um pensar exclusivo, pois seu pensamento se insere e caracteriza um determinado grupo social. Discutiu, nesta primeira parte, os conceitos de territorialidade e nacionalidade, retomando o processo europeu de construção de uma representação patriótica e o papel da Geografia na construção do conceito de território dos Estados Nacionais. E, igualmente, o caso brasileiro de dar unidade ao Estado-nação com base no território: o afeto a um pedaço de terra, sentimento cujos limites eram as linhas da fronteira. Discorreu, ainda, sobre o tipo de nacionalismo do autor, sua visão sobre o papel da imigração européia (como outros intelectuais do período, acreditava na educação e no branqueamento da população como essenciais para a formação de nossa nacionalidade), seu combate aos regionalismos e, principalmente, os dados biográficos.

Na segunda parte (*Geopolítica e formação territorial*), analisou a concepção de Estado deste *intelectual orgânico*, o papel dos intelectuais envolvidos com o Estado Getulista, a influência de Ratzel e de Kjellén em suas concepções geopolíticas (baseando-se nas próprias obras de Backheuser) – inclusive quanto ao papel do meio natural e da cultura –, a sua visão de que, assim como as massas de ar, as civilizações iriam se deslocar das zonas temperadas e frias para o Equador, o seu projeto de redivisão territorial do país e de defesa da mudança da capital federal para o Retângulo Cruls, e as suas concepções sobre as fronteiras e as leis de crescimento dos Estados.

Iniciou a terceira parte (*Geografia e Formação Nacional*) com considerações sobre a geografia brasileira no período, seguida do papel do autor na luta (inclusive suas propostas que, como a sua visão de Estado, eram calcadas no modelo alemão) pela modernização da educação – com descrições sobre a situação da educação nacional, das campanhas e das reformas realizadas –, historiando sua participação na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, depois, no conservador movimento

---

a atenção maior deveria ser dada ao ensino secundário e, principalmente, ao superior pois era este que preparava as classes dirigentes.

católico. Colocou as características destes movimentos, procurando sempre assinalar a situação histórica. A segunda metade desta terceira parte, foi dedicada à geografia brasileira, com um breve histórico da mesma no início do século XX, suas novas concepções (a *geografia moderna*), a participação de Backheuser em organizações a ela ligadas, a disciplina escolar Geografia nas reformas de ensino (de 1925, 1931 e 1942) e a criação dos cursos superiores de Geografia e do IBGE.

Em seu trabalho, a autora procurou discutir as particularidades do pensamento autoritário brasileiro, a visão de Estado do autor em questão e alguns elementos básicos do positivismo comteano. Colocou a situação da disciplina nas diversas reformas de ensino e procurou caracterizar órgãos públicos, como o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o IBGE. Como os trabalhos anteriormente citados, tratou de caracterizar o momento histórico e as particularidades da chamada *intelectualidade* brasileira da época. Como nas outras dissertações e teses vistas por nós, a inclusão do momento histórico e das características da Geografia da época se mostrou algo fundamental em seu trabalho.

Importante para a concretização da Geografia como disciplina escolar e como ciência, foi a atuação de Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), objeto da dissertação de Ferraz (1994). Nascido na capital francesa – em razão do pai exercer a função de Secretário da Legação do Império –, Delgado de Carvalho pertencia a uma família vinculada à nobreza brasileira e, como integrante da elite abastada, teve acesso a escolas européias famosas, bacharelando-se em Letras (1905) e cursando, posteriormente, Direito e Ciências Diplomáticas. Somente aos vinte e três anos chegou ao Brasil. Seus primeiros livros de geografia brasileira foram publicados em Paris e em francês[35]; entre 1913 e 1920, voltou a viver no continente europeu[36].

Em seu trabalho, Ferraz procurou avaliar a obra deste autor como uma contribuição ao resgate da memória geográfica *"enquanto discurso científico institucionalizado"*. Não realizou um estudo detalhado sobre toda a obra do autor, ficando restrito a um período (1913-1942), objetivando

> "*resgatar as características principais de seu pensamento voltado à Geografia, principalmente ao ensino de geografia, como parâmetro e modelo de movimento que implementou a Geografia 'moderna e científica' no Brasil, e que nos influencia atualmente."* (Ferraz, 1994, p. 132)

Justificou o período de análise escolhido por ser, o ano de 1913, o da publicação de *Geographia do Brasil* e, o de 1942, por "*representar a concretização de todo um processo de luta pela efetivação da Geografia como disciplina científica, necessária à consolidação de um projeto para o Estado-nação brasileiro."* (Ibidem, p.32) Este último ano foi o da Reforma Capanema, com a qual a disciplina passou a ser ensinada em todas as séries, do primário ao colegial.

A dissertação foi dividida em seis capítulos (sem títulos), iniciando com as principais características da sociedade brasileira no período em questão, com destaque para a era Vargas. No segundo capítulo, apresentou uma rápida caracterização da Geografia produzida até aquele momento; no terceiro procurou estabelecer os pontos de contato entre a ciência geográfica que se tentava efetivar e os interesses do Estado brasileiro, destacadamente após 1930. No capítulo seguinte, identificou as principais

---

[35] *Un centre économique au Brésil (estado de Minas)*, em 1908, e *Le Brésil Meridional (étude économique sur les etats du sud* ), em 1910.

[36] No Brasil, foi professor de Inglês, Geografia e Sociologia no Colégio D. Pedro II, chefe dos serviços de pluviometria da Inspetoria de Obras Contra as Secas e, por dez anos, professor de Geografia Econômica e de Geografia do Brasil nas Escolas de Intendência e do Estado Maior do Exército. Sempre manteve relações estreitas com as Forças Armadas. Fundou e foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Educação, foi sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Educação (1931), catedrático de Geografia Humana na Universidade do Distrito Federal (1935) e membro da Comissão do Livro Didático (1939), entre diversas atividades.

características da Geografia proposta por Delgado de Carvalho. O quinto se constituiu em um breve levantamento da biografia do autor, restrita ao período em questão e, no último, procurou analisar, de modo geral, a geografia delgadiana. Face à variedade das áreas em que atuou (Geografia, Geopolítica, História, Pedagogia, Sociologia e outras), o texto centrou-se em algumas obras geográficas[37] e na concepção desta ciência por parte do autor examinado.

Em sua análise, colocou-o como um divisor de águas da ciência geográfica, como alguém que buscou uma adequação à realidade brasileira, não aplicando uma única concepção de Geografia, adaptando tanto os conceitos da escola alemã (inclusive no tocante ao liberalismo econômico) quanto os da escola francesa (relativos ao liberalismo político). "*O uso das bases possibilistas e deterministas, portanto, eram resgatadas de forma alternada, sem que uma necessariamente eliminasse a outra*; ..." (Ibidem, p. 90). Minimizou, por razões históricas, a sua ligação com o Estado varguista, realçou o conceito de região natural pregado por ele e a sua crença no poder da ciência (*neutra e objetiva*), ao lado de uma prática engajada a favor do projeto estatal pós-30 (a proposta de *edificação de um Estado forte e interventor*) e do nacionalismo patriótico ("*propunha à Geografia uma clara função empreendedora do nacionalismo,* ..."). A restrição do período e a análise de poucos livros – basicamente dois –, fizeram com que a leitura não permitisse uma visão de conjunto da obra do autor – o que também não era o objetivo do trabalho – propiciando, essencialmente, uma visão do aspecto inovador de suas idéias e da influência que realmente teve no aparecimento de uma geografia *mais moderna*, tanto nas escolas quanto no aparato estatal.

Se Delgado de Carvalho se destacou na tentativa de implantação de uma concepção mais científica e na metodologia de ensino da Geografia, o paulista Aroldo Edgard de Azevedo (1910-1974), ao ter seus livros didáticos utilizados na maioria das escolas, foi, em parte, o responsável pela concepção que a população letrada possuía a respeito dela. Descendia de *coronéis* e políticos conservadores, atuantes durante o período imperial e de grande ascendência no Vale do Paraíba paulista. Sempre se orgulhou de sua origem *rural-aristocrata*, e esta influenciou sua visão conservadora, moralista e elitista de sociedade. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro mas, como Oliveira Vianna, não seguiu esta carreira. Dedicou-se ao ensino de Geografia no antigo curso secundário e, em 1936, ingressou, como aluno, no curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Licenciado em 1939, foi convidado a lecionar na mesma faculdade; em 1942, passou a ministrar Geografia do Brasil (criada naquele ano), disciplina para a qual concorreu para a cátedra em 1945, sendo o titular da mesma até a sua aposentadoria (1967).[38]

Em 1936, quando ingressou como aluno na USP, escreveu o livro *Geographia* para a primeira série do curso ginasial. A boa aceitação fez com que escrevesse livros para todas as séries dos antigos cursos ginasial e colegial, transformando-se no principal autor de livros didáticos desta disciplina no país, por três décadas[39]. Segundo Santos (1984, p. 16), elaborador de uma dissertação sobre ele, entre 1934 e 1974 publicou "*127 textos, sendo 97 de nível superior e 30 referentes a livros didáticos"*. Das

---

[37] *Geographia do Brasil*, de 1913, e *Metodologia de Ensino de Geografia – Introdução aos Estudos de Geografia Moderna*, de 1925; esta última foi, de longe, a mais citada.

[38] Na USP, foi o fundador do Instituto de Geografia e seu diretor de 1963 a 1967. Foi também um dos sócios-fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), com intensa participação em seus congressos e assembléias gerais, exercendo, inclusive, os cargos de secretário-geral e de presidente (1946/47 e 1953/54). Além disso, foi um dos responsáveis pela criação do Boletim Paulista de Geografia e seu diretor de 1949 a 1961, período em que foram publicados trinta e nove números.

[39] Até o seu falecimento em 1974, Aroldo de Azevedo vendeu um total estimado em 12 milhões de livros didáticos. Na década de 1960, um período em que muitos estavam fora da escola, não havia aquisição por parte do poder público e nem *livro descartável,* chegou a vender 130 mil exemplares por ano.

noventa e sete publicações (livros, artigos e coletâneas), somente quatro se relacionavam diretamente com a chamada *geografia física* e dois com a *geografia política*; um terço (30 textos) se referia a estudos urbanos, a maioria como monografias.

A dissertação de mestrado, realizada por Santos (1984) sobre a obra de Aroldo de Azevedo, teve como objetivo principal avaliar o trabalho deste autor como subsídio à composição de uma historiografia das idéias geográficas no Brasil. Fez um levantamento de toda a produção e analisou alguns textos significativos, dividindo o seu trabalho em cinco capítulos, colocando na introdução a fundamentação metodológica do mesmo. No primeiro capítulo, expôs a biografia de Aroldo de Azevedo, o papel de sua ascendência rural-aristocrata, sua presença no contexto cultural paulista e no brasileiro, sua atuação na USP e na AGB. Caracterizou também a sua produção intelectual, inclusive o quase monopólio nos livros didáticos, principalmente enquanto vigorou a Reforma Capanema (1942-62). No capítulo seguinte, analisou a orientação da geografia brasileira no período em que ocorreu a sua produção técnico-científica e o papel da criação dos cursos superiores de Geografia, da AGB, do CNG e do IBGE. Segundo o texto, a geografia brasileira da época teve por base a orientação da escola francesa tradicional, aceita aqui de modo a-crítico por Azevedo, que teve em Pierre Monbeig *"o seu principal mentor*".

No terceiro capítulo, discorreu sobre o contexto histórico, tratando de definir os fatores culturais, econômicos e políticos que influenciaram o geógrafo paulista. No quarto capítulo, buscou caracterizar a sua visão de mundo, na tentativa de recuperar seu pensamento geral e geográfico, através da análise de alguns artigos significativos, nos quais ficou patente o pensamento político elitista/autoritário e a postura, muitas vezes racista, de um defensor do liberalismo econômico, do imperialismo capitalista e de uma geopolítica de cunho fascista para o Brasil. No quinto e último capítulo, empenhou-se em caracterizar a Escola Regional Francesa e em estabelecer a ligação de Azevedo com a mesma. Demonstrou como seus trabalhos se amoldavam aos preceitos positivistas-funcionalistas da escola lablacheana – à qual sempre foi fiel –, e como as características conceituais, metodológicas e ideológicas eram semelhantes. A estrutura de seus textos didáticos, os aspectos que caracterizavam suas concepções positivistas, o referencial funcionalista presente em seus escritos, o apego ao visível da paisagem e o abandono das discussões teóricas – consideradas inúteis frente à objetividade dos fatos –, foram outros aspectos discutidos neste mesmo capítulo.

Apesar da parcialidade de nosso levantamento, podemos perceber que ainda são poucos os estudos acadêmicos, nos cursos de pós-graduação, sobre aqueles que fizeram esta ciência nos Brasil. Há uma presença significativa de trabalhos sobre a fase da *criação* da nação brasileira e do papel da Geografia na criação do nacionalismo patriótico; ou seja, do processo ocorrido, de pessoas cujo trabalho pode ser considerado *geográfico* e de autores considerados geógrafos[40]. O único autor analisado, cuja obra, em sua maioria, foi produzida após a criação dos cursos universitários públicos no país, foi Aroldo de Azevedo. Cabe observar, sobre estes temas, que há um predomínio das dissertações de mestrado sobre as teses de doutorado[41].

---

[40] Aos trabalhos citados, acrescentamos: PEREIRA, Raquel. **A geografia e as bases da formação nacional brasileira:** uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 1999. Referentes ao período pré-universidade: MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria:** imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 1996; PEREIRA, Sérgio Luís N. **Geografia:** caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil – 1838-1922. Dissertação (mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 1997. E os trabalhos sobre o ensino de geografia e o nacionalismo patriótico de Vlach (1988) e, sobre o livro didático, de Colesanti (1984).

[41] Dos trabalhos referentes ao conjunto da obra de autores, entre os analisados anteriormente, acrescidos dos citados na nota anterior, há cinco dissertações (sobre Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Delgado de Carvalho, Aroldo de

Nas pesquisas realizadas, não foi encontrada, até 2002, nenhuma dissertação ou tese elaborada na área de Geografia referente à obra, parcial ou total, de Josué de Castro. O único trabalho específico, sobre este autor, foi a tese de doutorado em Ciências Sociais defendida por Silva (1998). A autora, que pesquisou o acervo particular do médico pernambucano, procurou estabelecer uma *dialogia*[42] entre a vida e a obra do pesquisado, "*que dedicou-se ao tema da fome, transformando-o em uma poética de vida.*" Dividiu a sua tese em quatro partes; na primeira (*A fala de si*), utilizou textos nos quais o autor fala de sua vida e de suas realizações, esperanças e frustrações, e na segunda (*A fala para o outro*), analisou suas principais obras, a fala para o grande público.

A terceira parte (*A fala do outro*) se caracterizou pela "*reconstrução do personagem pelas imagens que dele ficaram para os amigos, conhecidos e familiares.*" Na última parte – a menor e à guisa de conclusão –, procurou a *antropoética* contida em sua obra, evidenciadora de sua atualidade frente às questões emergenciais do final do século XX. Realizou um bom levantamento da biografia e fez uma análise apaixonada de sua obra e de suas idéias.

O fato de a produção, no aspecto aqui focado, ser pequena, não significa que não seja importante. Cabe ainda a ressalva de que, até 1984, penúltimo ano do regime militar brasileiro, só existiam cursos de doutorado em Geografia em duas universidades paulistas (USP e UNESP) e seis cursos de mestrado *stricto sensu*; pouca quantidade e concentração territorial[43]. Além disso, o processo de construção da ciência geográfica no mundo e no Brasil não era objeto de estudo na maioria dos cursos existentes no país. Nos poucos cursos que possuíam conteúdos programáticos ligados à epistemologia da Geografia, a maioria procurava somente dar um panorama das principais escolas geográficas. A ausência mais notada nestes conteúdos era a da história da geografia brasileira.

Isto realça a importância dos trabalhos realizados, pois não se avança sem teorias e sem carregar o passado. Quando se despreza a obra pretérita, pode-se passar a idéia de que a *verdade final* já foi atingida e de que todas as revoluções no pensar já foram realizadas. Aí, ou alguns apresentam *novidades* antigas e ultrapassadas por outros pensadores, ou se faz parte de uma ciência que vive a patinar, pois está sempre começando do zero. Como disse Guimarães Rosa (1908-1967): "*Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômpito."* (Rosa, 1985, p. 291)[44] Só se propõe algo novo quando se procura repensar o já pensado. E a Geografia que, como citamos, começou primeiro na escola fundamental e, somente muito mais tarde, chegou às universidades, deve muito de sua construção a intelectuais que exerciam outras atividades e nelas pensaram o espaço brasileiro.

---

Azevedo e Senador Pompeu) e três teses de doutorado (sobre Manoel Bomfim, Adolpho Backheuser e Ignácio Rangel), sendo cinco realizados na UNESP e três na USP.

[42] Não utilizou o termo em seu significado normal, de diáfora ou dilogia, que, em retórica, significa a repetição de uma palavra na frase com sentidos diferentes.

[43] Segundo a fonte destas informações (MEC, 1984), três cursos de mestrado se encontravam no eixo Rio-São Paulo (USP, UNESP-Rio Claro e UFRJ), dois no Nordeste (UFPE e UFSE; nesta, iniciado em 1983) e um na região Sul (UFSC, iniciado em 1984).

[44] Cômpito significa o ponto onde se desembocam diversos caminhos, uma encruzilhada.

## 1.3. À procura da *riqueza geográfica* de obras literárias

> "*O pior não é morrer de fome num deserto, é não ter o que comer na terra prometida.*" (José Lins do Rego)

Para melhor fundamentar o trabalho, decidiu-se, também, por analisar trabalhos que procuraram realizar uma avaliação da *geografia* existente em uma obra literária específica. Nas universidades pesquisadas, encontramos dois trabalhos: uma dissertação sobre *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1908-1967), realizada por Ferreira (1990), e uma tese sobre *A Pedra do Reino,* de Ariano Suassuna (1927-), elaborada por Wanderley (1997), ambas defendidas na UNESP, *campus* de Rio Claro, orientadas por Lívia de Oliveira e na linha da chamada Geografia da Percepção ou Humanística, que possui em Yi-Fu Tuan[45] um de seus expoentes. Uma outra dissertação, que analisava alguns textos de Mário de Andrade (1893-1945), elaborada por Araújo (1992) e defendida na USP, também foi incluída em nossa análise.

O trabalho de Ferreira (1990), sobre *Grande Sertão: Veredas*, foi dividido em quatro capítulos. No primeiro (*Geografia e literatura*), procurou estabelecer algumas das inter-relações entre Literatura e Geografia, colocando, inclusive, a posição de diversos geógrafos a respeito da contribuição da literatura no estudo das interações entre o homem e seu espaço vivido[46]. Para muitos escritores, "*o meio ambiente deixa de ser apenas um pano de fundo secundário, recuperando sua importância para o equilíbrio material e psíquico dos indivíduos.*" (Ferreira, 1990, p. 8) O espaço físico, no contexto dos romances, obtinha significados, dados pelo escritor; diversas paisagens, fora deles, poderiam passar desapercebidas. Assim, a literatura nos informava sobre a heterogeneidade das experiências – sagradas ou profanas – dos homens com a natureza, sobre os diversos significados que um lugar podia possuir, dos valores que possuíam aqueles que o habitavam. Ou seja, a literatura nos noticiava sobre como os seres humanos percebiam seus mundos. Na segunda parte do mesmo capítulo, procurou caracterizar a paisagem mineira dos Gerais – o espaço vivido pelo personagem Riobaldo –, narrada nos planos geográfico e simbólico.

No segundo capítulo (*Travessia geográfica*), procurou rastrear os lugares e os itinerários vividos/percebidos pelo personagem principal. Isto foi feito através do texto do romance, pois "*cada personagem tem um conhecimento e uma compreensão do espaço em que vive, que tornam suas percepções ambientais diferenciadas, enquanto indivíduos*" (Ibidem, p. 67), o que significa que as percepções do meio ambiente estão também relacionadas ao estilo de vida. O texto, inicialmente, mostrou como o personagem descobriu os Gerais e, depois, caracterizou os aspectos naturais e o processo de ocupação da região. No capítulo seguinte (*Espaço e Lugar*), a autora procedeu a um reconhecimento do significado de espaço e lugar, com base nas concepções de Yi-Fu Tuan, e procurou determinar os momentos, na narrativa do romance, nos quais os Gerais se constituíam em lugar/sertão (enquanto área conhecida topofilicamente) e espaço/sertão (um mundo desconhecido em sua amplidão). Dizendo de outro modo, de como um espaço indiferenciado se transformava em lugar.

---

[45] Nascido na China em 1930 e professor de Geografia em diversas universidades ocidentais. Seu livro mais conhecido, **Topofilia:** *um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, foi publicado em 1974; no Brasil, foi publicado em português pela DIFEL em 1980.

[46] Citou as posições de, entre outros, Pierre Monbeig, Armand Frémont, Paul Claval, Douglas Pocock, Christopher Salter, Fernando Segismundo, Mauro Mota e, principalmente, Yi-Fu Tuan.

O quarto e último capítulo (*Percepção geográfica e o Grande Sertão: Veredas*) procurou identificar "*a percepção do escritor/personagem com a paisagem narrada e real*", com base em estudos da Geografia Humanística sobre a percepção geográfica. Neste caso, o fato de Guimarães Rosa ter escrito com o lastro de sua própria vivência na região, tornou mais rica a análise. Para a autora, a

> *"literatura contribui para a percepção geográfica através de seus registros que falam de um mundo experienciado cotidianamente, de modo imediato ou conceitual, pelos escritores, mediante as conjunturas fictícias ou não das paisagens vivenciadas pelos personagens."* [...] *"Ao resgatarem a unicidade dos significados objetivos e subjetivos da experiência e da percepção da paisagem vivida, estes estudos permitem que os geógrafos não se restrinjam às concepções de uma geografia de características cartesianas; que continue* [sic] *a acentuar o divórcio entre a mente e a matéria."* (Ferreira, 1990, p. 159 e p. 190)

Cabe mencionar que o texto quase nada disse sobre Guimarães Rosa e também pouco falou sobre o lançamento da obra, sua repercussão, sua localização no tempo. Não estamos aqui afirmando que isto era necessário, mas simplesmente registrando que, neste aspecto, diferiu das dissertações e teses citadas anteriormente.

Outro trabalho similar foi o de Wanderley (1997), sobre a obra *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*, de autoria do escritor paraibano Ariano Suassuna. O objetivo foi apreender o Sertão nordestino contido nesta obra literária, a partir da percepção do escritor e sob a ótica geográfica, tendo como "*fundamentos teórico-metodológicos os pressupostos lingüísticos da semântica discursiva (análise de discurso) e os pressupostos geográficos da percepção do meio ambiente."* (Wanderley, 1997, p. 8)

A tese estava dividida em quatro capítulos; não havia, como na anterior, um capítulo sobre a corrente da Geografia da Percepção ou Humanística; entretanto, seus conceitos, com base em Anne Buttimer, Armand Frémont, David Lowenthal, Douglas Pocock, Yi-Fu Tuan e outros, se encontravam espalhados pelo texto. Neste romance, como também em *Grande Sertão: Veredas*, a criação do escritor foi engendrada a partir de um território concreto, com tempo e cultura definidos. No primeiro capítulo (*Em busca de leveza e concretude*), a autora deixou claro que o propósito era abordar o conteúdo geográfico da narrativa, estabelecer os conceitos estruturantes e contextualizar o autor. Definiu "***paisagem/espaço*** *como o local virtual das intenções e experiências humanas e o* ***lugar/território*** *como uma projeção concreta e simbólica do espaço, definida pelos valores, atitudes, ações e todo o sistema de relações, intra e intergrupais*." (Ibidem, p. 37)

O segundo capítulo (*A paisagem vivida das pedras do reino*) localizou e explicou os dois grandes blocos de estrutura granítica (as *pedras do reino*) e apresentou as idéias messiânico-sebastianistas dos fatos ocorridos, durante o período analisado, no sertão pernambucano. Conceituou messianismo, listou movimentos messianistas ocorridos no país para explicar o trágico e sangrento movimento, também messianista, ocorrido no local. O capítulo a seguir (*No Romance D'A Pedra do Reino*) foi dedicado às interpretações geográficas contidas na obra, compreensão que contou com a ajuda de uma entrevista com o autor do romance. No quarto e último capítulo (*Sertão: castelo real ou castelo poético?*), realizou uma análise do discurso suassuaniano e finalizou escrevendo sobre a magia e a concretude do Sertão daquela área pernambucana.

Nesta tese, o fato histórico narrado no romance, o local do conflito e o próprio autor foram analisados. Ou seja, aqui também não se abriu mão da contextualização. Estes dois últimos trabalhos apontam u'a linha de pesquisa importante: a análise geográfica de textos literários. Esta linha abre possibilidades de u'a maior integração entre Geografia e Literatura, a partir de textos acadêmicos, principalmente no ensino

médio. Uma análise geográfica da região nordestina fica muito mais rica se incorporar, por exemplo, obras de João Cabral de Melo Neto (1920-1999) ou Graciliano Ramos (1892-1953).

A dissertação de Araújo (1992), intitulada *No meio da multidão: um diálogo entre Mário de Andrade e a Geografia*, teve como objetivo *"investigar a representação do espaço brasileiro e na cidade de São Paulo"* em obras de Mário de Andrade (1893-1945), imagens que ainda freqüentavam a mídia, o senso comum e parte de nossa produção científica. A procura principal se referiu ao tratamento dado à oposição entre o rural e o urbano e ao significado da paisagem urbana – temas reconhecidos socialmente como geográficos –, em obras alheias à produção científica/acadêmica desta ciência, com base na concepção de *pensamento geográfico*, expressada por Moraes, que o definiu como "*um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas*." (Moraes,1988, p. 32)

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos, cada um deles tendo como referência uma obra de Mário de Andrade. O primeiro analisou trechos de *O Turista Aprendiz*, tomado como uma metáfora com vistas à criação de uma cultura nacional, de uma civilização brasileira com base nos cânones impostos pela tropicalidade, que integrasse as culturas de todas as raças e regiões, que fosse autêntica para ser universal, para enriquecer a humanidade. O segundo, centrado em Macunaíma, examinou a supressão das distâncias e das determinações temporais na realização de uma utopia rompedora do isolamento das regiões, *desgeografizando* o país através da mistura e inversão dos elementos do norte e do sul do Brasil. Procurou deixar claro que, para Mário de Andrade, "*o meio é o elemento chave na determinação das possibilidades civilizatórias nacionais.*" (Araújo, 1992, p. 30) Daí a valorização dada por ele ao meio tropical, à cultura das raças aqui existentes, e a sua recusa do transplante da civilização européia. Neste aspecto, a autora do texto comparou a posição do criador do nosso "*herói sem nenhum caráter*" com as concepções de Vidal de La Blache.

Estudou, no capítulo seguinte, com alguns exemplos externos, o processo e as conseqüências da *modernização* da capital paulista. O texto norteador foi *Paulicéia Desvairada*, revelador de uma cidade particular – com suas tradições e seus protagonistas –, mas já com os elementos de uma cidade universal, de uma metrópole moderna. O quarto e último capítulo, analisou as mudanças na ocupação do espaço paulistano, da cidade de taipa à de tijolo, da cidade *rural* para a *urbana*. O indivíduo na multidão, a *identidade estrangeira* da agora cidade industrial, com base em textos de *Lira Paulistana*, foram os temas básicos. Neste trabalho, não houve uma preocupação com a biografia do autor pesquisado e nem uma grande preocupação em expor a linha, o método ou a visão ideológica, do tipo de análise realizada.

Afora estes trabalhos acadêmicos, para fundamentar melhor o que se pesquisaria, buscou-se outros. As pretensões eram as de estudar o autor escolhido sob diversos ângulos, apesar da focagem no aspecto demográfico. Um pouco das características de alguns deles, listamos na seqüência. Um foi o importante trabalho de Préve (1988), uma dissertação em Educação sobre a participação do Boletim Geográfico (BG) na produção da metodologia de ensino, entre 1943 e 1978. Nele, além de reflexões sobre o ensino de Geografia e análises sobre a secção *Contribuição ao Ensino* do BG, inseriu um capítulo sobre a constituição do IBGE no espaço e no tempo (Préve, 1988, p. 79-125), onde colocou a história do IBGE, relacionando-a com a do país, e analisou a influência deste órgão sobre o professor. Outro trabalho, a dissertação de Colesanti (1984) sobre o ensino da Geografia através do livro didático, no período compreendido entre 1890 e 1971, possui um capítulo (Colesanti, 1984, p. 6-

58) no qual analisou todas as reformas republicanas até 1970 e os programas oficiais de ensino da disciplina no período. No início deste mesmo capítulo, teceu considerações sobre o ensino na Colônia e no Império. No terceiro e último capítulo, para analisar o conteúdo dos livros didáticos, selecionou um tema: o estudo do clima.

Vlach (1988), em sua dissertação sobre a relação entre o ensino de Geografia e o nacionalismo patriótico, achou pertinente "*questionar o ensino de geografia, tentando explicitar o contexto em que irrompeu como ferramenta essencial do (e para o) capitalismo* ...". Dos três capítulos, o primeiro foi dedicado ao papel da educação e da Geografia na formação social capitalista e o segundo à constituição do Estado alemão e ao papel da geografia escolar no nacionalismo teutônico. Ou seja, na abordagem relativa à inculcação do nacionalismo patriótico no Brasil, procurou contextualizar o Estado capitalista e o papel já exercido pela Geografia no primeiro país onde a mesma conseguiu sua *cidadania acadêmica*.

A tese de Antonio Filho (1992), à respeito do pensamento geográfico sobre a Amazônia brasileira – no período compreendido entre 1900 e 1940 –, inserido em obras de pesquisadores, cientistas, viajantes e literatos regionalistas, visou avaliar as visões de mundo contidas em diversas obras sobre a região. Como afirmou o autor, o trabalho objetivava

> "*realizar uma avaliação das idéias ou concepções, no tocante à Amazônia brasileira, embutidas no 'pensamento geográfico'. Este, por sua vez, substancia a 'visão de mundo' predominante a partir do discurso de autores representativos na vida intelectual do país, ...*" (Antonio Filho, 1992, p. 1-2).

Na introdução, teceu considerações sobre o método e a técnica utilizados, realizando uma abordagem do materialismo histórico e dialético, tendo como referências básicas o filósofo francês Lucien Goldmann (1913-1970) e o húngaro Georg Lukács (1885-1971).

No capítulo inicial (*A Amazônia no contexto histórico*), fez um histórico da ocupação desde o século XVI até o período áureo da extração da borracha. Realizou isto como fundamento para a análise da visão sobre a Amazônia de Euclides da Cunha, de literatos (Alberto Rangel, Gastão Cruls, Raimundo Morais, Ferreira de Castro e Peregrino Júnior), de higienistas (Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Afrânio Peixoto), de Cândido Mariano da Silva Rondon e de um livro didático. Ainda que brevemente, colocou dados biográficos básicos dos autores citados.

Outra fonte procurada, foi uma tese sobre a cartografia e os aparelhos ideológicos de Estado no Brasil, elaborada por Carvalho (1997), com diversos objetivos. Um deles foi "*proceder um levantamento dos processos históricos que balizaram o desenvolvimento da Cartografia em sua relação com a formação do Estado em geral e com o Estado brasileiro, em particular.*" (Carvalho, 1997, p. 4) Elaborou, no início, um capítulo denominado *Revisão teórico-conceitual*, no qual afirmou que sua análise foi realizada através do método dialético; entretanto, não discorreu sobre o mesmo. Escreveu sobre a política cartográfica, analisou o surgimento do Estado e a relação entre cartografia, geopolítica e poder, para dar um maior embasamento às suas análises.

## 1.4. Avaliação geral dos trabalhos analisados

"*A vida é compreendida retrospectivamente mas vivida prospectivamente.*" (Soren Kierkegaard)

A tarefa empreendida se mostrou muito útil. Descobriu-se que a proposta pode vir a suprir alguma lacuna, dada a pouca presença de estudos desta natureza na ciência abraçada. Mais do que isto: independente da utilização expressa, ficou um grande aprendizado, o que força a agradecer, de antemão, todos aqueles que elaboraram as pesquisas mencionadas. Na quase totalidade delas, houve a ausência de *petulâncias acadêmicas*, o respeito a posições divergentes, a descrença em relação à objetividade absoluta, o saber-se imperfeito. Se pouco foi aprendido e se eventuais falhas forem repetidas, a culpa é do responsável por esta.

Na maioria dos trabalhos, observou-se que não existe mais aquele capítulo inicial abordando de modo extenso, a *linha filosófica*, citando longos textos da teoria adotada. Contudo, este fato não significa que isto não tenha importância e sim que, definida na introdução, a linha deve estar presente no trabalho. De nada adiantaria um longo discurso a respeito da dialética marxista se o restante do texto for de uma postura claramente positivista. Todavia, como tentamos demonstrar, de uma forma ou de outra, nenhum trabalho abriu mão da contextualização histórica. E isto é um aspecto positivo importante.

A motivação, dos mestres e doutores citados, foi a de buscar compreender a "*geografia produzida em um país sem geógrafos*", o papel dela na consolidação do Estado-nação, a efetivação como disciplina científica ou a de extrair a *essência geográfica* de obras clássicas da literatura brasileira; em suma, ajudar a compor uma historiografia das idéias geográficas no país. A pouca quantidade de estudos sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro, como tentou-se demonstrar, ainda permanece. Contudo, a análise evidenciou que este processo de conhecimento do passado está caminhando, que o realizado até aqui foi significativo, mas há a necessidade de estímulo a linhas de pesquisa sobre o tema. A opção feita, pelos autores dos trabalhos aqui comentados, decorreu da necessidade de se compreender melhor a ciência por eles adotada. É difícil operar com uma disciplina sem história ou que somente conhece o seu processo em outras realidades. Esta situação impede traçar u'a linha sobre a qual se pretende percorrer. A sensação que se teve, ao ler os trabalhos, foi a de uma busca no tempo para entender o momento atual e estabelecer metas. Foi como se estivesse procurando a identidade da geografia brasileira. Ater-se ao presente, ficar perto demais do objeto de estudo, impede o seu entendimento. Quando se está muito próximo, vê-se pouco. Distanciar-se dele, ampliar o campo de visibilidade, é o que permite compreendê-lo.

A motivação principal dos que estudaram a obra de um geógrafo ou da *geografia* contida na mesma, como os de Antonio Filho (1990), Ferraz (1994), Anselmo (1995 e 2000), Oliva (1998) e Santos (1984), foi o resgate da história do pensamento geográfico brasileiro, tanto de autores que se utilizaram desta ciência com o fim de alicerçar a ação de um Estado elitista, autoritário e racista, quanto de contestadores da estrutura existente, cujo discurso foi obnubilado[47]. Alguns privilegiaram determinados textos: às vezes, pela limitação dos mesmos[48]; outras, por selecionar os direcionados à

[47] Este último caso se refere à tese de Oliva (1998) sobre Manoel Bomfim.

[48] Como no caso de Antonio Filho (1990) que, analisando Euclides da Cunha, teve que privilegiar *Os Sertões*, embora tenha feito uma avaliação e/ou relato de toda a obra do autor; já sobre a vida deste, escreveu, comparativamente, pouco.

Geografia[49]. Com raras exceções, os aspectos biográficos foram incluídos, com destaque para os que ajudavam a compreender a atuação do personagem e a finalidade de seus escritos. Não um capítulo restrito ao assunto e sim entremeado a obras significativas; ou seja, aspectos da vida que colaboravam no entendimento da produção intelectual.

Nos textos analisados, também ficou patente a necessidade de se estudar o contexto histórico e científico no qual uma obra foi produzida. Todos os trabalhos que analisaram o conjunto da obra de um autor, ligado à Geografia, o incluíram em um de seus capítulos. Pois, isolado de suas correlações com o processo vivido, uma produção pode deixar de ser histórica – e, portanto, presente – para ser simplesmente algo do passado. A postura metodológica e o olhar ideológico são aspectos que permitem entender melhor as características e a importância de uma obra produzida. A procura da verdade depende da personalidade do pesquisador, de sua formação teórica e filosófica, de suas convicções, de sua visão social de mundo, pois toda obra traz consigo as marcas de quem a elaborou. Isso demonstrou que, em nosso estudo, os aspectos biográficos do autor, sua concepção de mundo e as características do país no período por ele vivido, deveriam ser incluídos.

Além disto, cabe observar que a carência, no país, não reside somente em dissertações e teses, mas também em livros sobre a obra de geógrafos brasileiros. Sobre geógrafos estrangeiros existem, ainda que em número pouco significativo, mas as obras básicas de autores clássicos são muito difíceis de serem encontradas em língua portuguesa. Há artigos sobre correntes do pensamento geográfico, sobre a Geografia em determinados períodos, mas sobre geógrafos brasileiros é muito rara a publicação sobre a obra de algum autor significativo[50], sendo mais comum a publicação de notas necrológicas. Raros são os artigos analisando um autor ou uma obra por ele publicada quando o mesmo estava vivo, o que pode demonstrar um certo receio a polêmicas, e estas são fundamentais para qualquer ciência[51]. Às vezes, criticamos demais pensadores estrangeiros a respeito de suas posições ou interpretações da realidade nacional e/ou mundial, quando deveríamos enfocar mais aqueles que os transferiram para a nossa realidade de modo a-crítico e sem o cuidado de encaixar o discurso importado no tempo em que foi elaborado. Um de nossos graves problemas acadêmicos tem sido o mimetismo discursivo, o que sempre acaba nos colocando no papel de filial.

---

[49] Como a dissertação de Ferraz (1994) sobre Delgado de Carvalho, que também limitou o período da análise entre 1913 a 1942.

[50] Nas revistas, por nós pesquisadas, foram poucos os artigos deste tipo; encontramos o artigo *A geografia na obra de Rui Barbosa* no **Boletim Geográfico** (n. 80, nov. de 1949, p. 862-869), o de Manuel Correia de Andrade sobre Pierre Monbeig, no **Boletim Paulista de Geografia** (*Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil*, n. 72, 1994, p. 63-82).

[51] Nos **Annales de Géographie**, por exemplo, encontramos dois artigos analisando a obra de Pierre Gourou: RIBEIRO, Orlando. *La pensée geógraphique de Pierre Gourou* (a. 82, n. 449, jan/fev de 1973, p.1-7) e GALLAIS, J. *L'evolution de la pensée da Pierre Gourou sur les pays tropicaux (1935-1970)* (a. 90, n. 498, março/abril de 1981, p.129-149). Nas revistas brasileiras pesquisadas encontramos análise de livros como: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de: *O 'econômico' na obra Geografia Econômica de Pierre George: elementos para uma discussão.* (**Boletim Paulista de Geografia**: São Paulo: AGB, n. 54, jun. de 1977, p. 41-52), LEMOS, Amália et alii. *Considerações a propósito de um artigo de Bernard Kaiser* (**Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 51, jun. de 1976, p. 31-45), a bibliografia de Delgado de Carvalho quando o mesmo ainda era vivo (**Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n.13, abril de 1944, p. 57-64) e uma crítica a um livro de Pierre Monbeig (*Novos estudos de geografia humana brasileira*, publicado em 1957): PENTEADO, A. Rocha. *Novos estudos de geografia – homem brasileiro* (**Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 29, jul/58, p. 97-99). O texto mais representativo de uma análise/homenagem a um geógrafo brasileiro foi o número especial do Boletim Paulista de Geografia: *Os 70 anos de Pasquale Petrone* (n. 75, dez. 1998). E, tal como aconteceu com Josué de Castro em 1958, por ocasião do seu cinqüentenário, tivemos na década passada o congresso dedicado a Milton Santos (1926-2001), intitulado *O mundo do cidadão. O cidadão do mundo*.

As sociedades são construções históricas que se concretizam espacialmente e, por isto, é preciso investigar de que modo a sociedade produziu seu espaço, para entender as atuais características espaciais e propor caminhos sociais para as alterações necessárias. Nesta construção, as idéias possuem um papel fundamental, e a contestação das mesmas é o que permite o avançar. As ciências, portanto, são construções humanas e, por isto, sujeitas às influências do contexto histórico no qual foram engendradas. A própria definição de ciência é histórica e mutável. Por esta razão, é que um conhecimento que era considerado *geográfico* no passado pode hoje não ser mais, o mesmo ocorrendo com conhecimentos que não eram rotulados de *geográficos* mas que hoje são.

Isto permite afirmar que a mutabilidade é uma das características das ciências, que o questionamento é a alavanca de seus avanços e que o salto para uma nova concepção pode, e deve, buscar estímulos para a reflexão em conhecimentos do passado, desta e de outras ciências. Todo autor criativo é importante, independente se concordamos ou não com ele. Sua importância advém daquilo que afirmou e do fato de provocar contestações e necessidades de superação. Por isto, os trabalhos que retomam o que já foi pensado são fundamentais para qualquer ciência. Se a quantidade dos mesmos é irrelevante, a importância, não. A ânsia de retomar o passado é um dos remédios para a superação de crises epistemológicas. Não para repeti-lo, mas para, refletindo sobre ele, elaborar questões e abrir caminhos para o novo.

Não se faz ciência se se desconhece o percurso da mesma. Também ela é feita em um período histórico determinado que a influencia. Daí que não se entende um autor e sua obra fora de seu tempo. Contextualizar historicamente um estudioso de nossa área, como se pretende fazer a seguir, não é sinônimo de fazer História e sim de historiar a Geografia. Por isto, um fato importante para nós pode não ser para um historiador; também para este, o que importa é "*o contexto no qual se insere o acontecimento, são as suas relações com uma certa totalidade, assim como o sistema de referência em que está expresso"* (Schaff, 1991, p. 210). A totalidade aqui citada é do fato e não de todos os fatos. E cada um vê o passado com uma teoria, com o seu olhar ideológico.

O diálogo com o passado pode nos modificar. O interlocutor morto não deve ser escolhido por já concordarmos com suas idéias. É importante sabermos que geógrafos importantes eram conservadores, elitistas e racistas. Nada melhoramos escondendo-os, pouco avançamos se não provarmos seus erros; e isto sem esquecer de que estes erros já foram acertos. Explicar concepções pretéritas separadas de seu contexto particular, é tratá-las como se fossem parte do contexto a nós contemporâneo. Sem as localizar no tempo, não as explicamos e podemos até, por exemplo, criticar Malthus (1766-1834) por ele não ter sido, explicitamente, favorável à pílula anticoncepcional.

Não há conhecimento sem sujeito, e o conhecimento da relação deste com um fato, uma análise ou uma proposta por nós estudada, possibilita u'a maior compreensão dos mesmos. É importante destacar que ele foi socialmente condicionado, carregou as características do meio social, de sua visão sobre a realidade social, da concepção de ciência da época. Também precisa ser lembrado que o afastamento no tempo possibilita uma percepção mais vasta, mais profunda. Um autor nem sempre conhece o futuro de suas propostas. A aparição das conseqüências destas propostas permite o novo olhar, pois com a emersão dos efeitos, é que se pode avaliar melhor. Nunca devemos nos esquecer de que conhecemos o futuro dos que já viveram e pensaram a sociedade.

O saber é ilimitado; a adição de conhecimentos amplia a quantidade de nosso saber e transforma, qualitativamente, a nossa visão, desde que estejamos aptos a realizar perguntas. As dissertações e as teses que lemos contém falhas ou incorreções,

e este é um dos preços pagos pelos pioneiros; mas têm mais valor do que aqueles que, depois deles – mas graças a eles – erram menos. Os profissionais de Geografia, como mostrou o nosso precário levantamento, precisam olhar mais para seu passado. Existem muitas *vozes esquecidas*, e se não dermos fala às mesmas, o nosso caminhar será mais difícil.

Este estudo, a respeito de dissertações e teses, foi importante. Em primeiro lugar, deu-nos um panorama dos trabalhos de pós-graduação em Geografia no século XX e, nele, a situação dos estudos visando a história do pensamento geográfico brasileiro. Neste último aspecto, apresentando alguns autores, permitiu uma elaboração melhor deste tema no capítulo seguinte. Foram estes trabalhos que deram segurança a algumas afirmações, como a respeito da existência de uma geografia anterior à 1934. Entretanto, o aspecto mais significativo foram algumas formas de procedimento, algumas técnicas de análise a respeito de um autor e sua obra, como, por exemplo, a necessidade de incluir o contexto histórico. Trabalhos semelhantes deram um norte, embora o caminho que se pretende trilhar seja um pouco diferente. Ainda que o título fale em *aspectos populacionais*, resolveu-se ser um pouco mais amplo e enfocar outras características, em um trabalho de resgate de alguém importante na historiografia das idéias geográficas do país.

A proposta sobre Josué de Castro, por envolver a retomada de suas obras fundamentais, procurar examinar criticamente os diversos aspectos nelas contidos, perscrutar a atividade parlamentar durante dois mandatos, investigar a Geografia e a Demografia em seus escritos, e ainda analisar aqueles que sobre ele se preocuparam, se revelou mais complexa – ou mais *espaçosa* – do que a maioria dos empreendimentos estudados. Entretanto, com o aprendizado obtido, procurar-se-á atingir as metas colocadas, ciente de que podem não ser alcançadas e de que as tentativas de aproximação podem levar mais longe do que a busca de propósitos garantidos.

O que se pretende aqui é, em parte, novo e se inclui no seletivo grupo dos que analisaram a história do pensamento geográfico brasileiro. Pretende-se analisar alguém e vinculá-lo – ou não – a alguma ciência ou a várias. Para isso, resolveu-se realizar um estudo sobre Josué de Castro tendo por base a história do país, em primeiro lugar, e depois sua vida e suas obras, sua atividade parlamentar, para fechar com a análise de seu papel e com a necessidade de se estabelecer metas claras para qualquer ciência. Foram poucos os trabalhos que abordaram, em sua quase totalidade, as principais obras de um autor. É o que se aspira a fazer aqui. Não é bem a tradição mas será a tentativa.

# II: O país e a geografia brasileira, de 1900 a 1975

> "*Vivendo, se aprende; mas o que se aprende mais é só fazer outras maiores perguntas.*" (Guimarães Rosa, in: *Grande Sertão: Veredas*)

Neste capítulo, procurar-se-á abordar os fatos marcantes da história brasileira para facilitar a contextualização e o entendimento de Josué de Castro e de sua obra e, como pretende-se, neste trabalho, verificar sua inserção na Geografia nacional, bucar-se-á traçar aspectos básicos de correntes e de alguns expoentes desta ciência no país. Tentou-se organizá-lo em uma seqüência cronológica, retomando alguns antecedentes, de modo a facilitar o acompanhamento da vida do autor em questão, o que também se fez de modo semelhante no capítulo seguinte. A análise buscou algumas características da ciência geográfica no país no século XIX, para retomar questões como a da formação da nacionalidade brasileira, na qual a Geografia foi chamada para desempenhar um papel significativo.

Foi a partir do território que se procurou forjar a identidade nacional brasileira e, neste processo, posições racistas, com o concurso da ciência, tiveram papel significativo, inclusive na opção pela imigração e pelo tipo de imigrante. A proclamação e a instalação da República, as ciências e as disciplinas escolares no início do século XX, tiveram como substrato o positivismo comteano, o que provocou a necessidade de caracterizá-lo. Como estamos estudando um médico que, a partir de suas pesquisas e com o apoio da Geografia e de outras ciências, discutiu e propôs medidas para a saúde pública – e a subnutrição é um dos problemas desta –, características essenciais das políticas sanitárias dos diversos períodos foram incluídas. Entretanto, além destes assuntos, uma questão permeia o texto: A *geografia moderna* começou com a criação dos cursos na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal (UDF)? Se não, desde quando e o que a caracterizou? Para discorrer sobre isto, houve a necessidade de dar um maior destaque a autores pré-cidadania acadêmica.

A obra de um autor contém as marcas de sua vida, de seus valores, do momento histórico vivido e de sua concepção de processo histórico. Para analisar sua importância e seu papel, há necessidade de se analisar sua inserção, ou não, na visão de mundo predominante em sua época, pois "*qualquer objeto de estudo deve ser visto com relação a suas origens históricas – como se desenvolveu, de que condições surgiu, etc – e suas contradições latentes e tendências para o futuro*." (Apple, 1982, p.198) Assim, qualquer produção científica não deve ser estudada fora do contexto histórico em que foi elaborada, até porque não existe discurso neutro ou fora de seu tempo. Daí o fato do conhecimento geográfico apresentar sucessivas diferenciações ao longo do tempo. A avaliação de uma obra – assim como dos fatos humanos – implica na compreensão dos processos geradores. Um fato humano – ou um conhecimento – não ocorre isoladamente e, muitas vezes, é mais do que aparenta ser. Por isto que sua compreensão exige colocá-lo em seu contexto sócio-econômico, em sua história específica, e na realidade econômica e política da qual é originário.

Os conceitos, os paradigmas, a definição de ciência, são históricos, refletem o tempo vivido – sempre em transformação – e, por isso, são mutáveis. Assim, o que era considerado *geográfico* em um período não o foi, necessariamente, em outro; e diversos temas não classificados como *geográficos* em uma época acabaram, muitas vezes, sendo em outra. Além disto, existe uma concepção dominante que, constantemente, é *enquadradora* do que é ou não conteúdo de uma determinada

ciência, estabelecendo cercas que cerceiam seu próprio crescimento. A ciência geográfica, em particular, tem padecido deste problema. Por isto, o fato de algum autor não ser aceito pela *geografia oficial* não significa que não tenha realizado uma Geografia. Como a ideologia exerce um papel significativo nas definições das ciências humanas, uma atuação considerada *extra-geográfica* pode ter sido mais *geográfica* e fundamental para o crescimento da ciência do que muitas que se encaixavam perfeitamente no paradigma dominante, conforme a acepção de Thomas Kuhn (1975). É a negação do estabelecido, acompanhada de novas questões e propostas de soluções, que promove a transformação.

*A* mutabilidade também pode ser uma característica dos homens de ciência, pois "*raramente os indivíduos apresentam o pensamento de modo coerente e unitário, devido as diversas influências que sofrem*." (Antonio Filho, 1995, p.10). Estas influências vão caracterizar a sua visão de mundo, pois o homem é fruto de seu tempo, da sociedade em que vive, mas nem sempre possui a visão de mundo da classe social de origem, do mesmo modo que, em razão da imposição da ideologia de uma classe para toda a sociedade, integrantes da classe social tida como a explorada possuem, muitas vezes, uma visão conservadora do mundo. Isso porque, freqüentemente, as relações das pessoas com sua classe social é uma relação alienada, no sentido de não se reconhecer nela. Muitos dos intelectuais que lutaram por alterações estruturais, visando uma sociedade menos injusta, nasceram em famílias que se beneficiavam da injusta estrutura existente. O ser humano é histórico e, por isso, se faz diferentemente em condições históricas diversas.

A ideologia, na visão marxiana, é um processo no qual as idéias, os valores, da classe dominante se transformam em idéias e valores prevalecentes, ou seja, de todas as classes sociais.

> "*As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força 'material' dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força 'espiritual' dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias;* … […]. …; *na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época*." (Marx e Engels, 1984, p. 72)

Transformar as idéias das classes dominantes em idéias preponderantes em todo o tecido social é o cerne da ideologia. Por isso que idéias dominantes não são sinônimo da realidade existente, pois a ideologia é, nesta visão, justamente a substituição da realidade por uma idéia da mesma, a transformação de idéias particulares em idéias para todos. Um dos seus papéis "*é o de fazer com que os homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade*." (Chauí, 1983, p. 87)

Assim, a ideologia é um fato social criado pelas relações sociais, e como idéias produzidas não podem ser separadas das condições sociais e históricas nas quais foram geradas. Isto apesar de a própria ideologia procurar estabelecer que o presente foi o último futuro, sendo previsível o que se seguirá, pois não existiria outra forma de se organizar a vida em sociedade. Entretanto, as idéias dominantes em um determinado período não são todas as idéias do mesmo. É possível, por exemplo, "*que, em determinadas circunstâncias históricas, os intelectuais se coloquem contra a*

*burguesia e se façam aliados dos trabalhadores*" (Ibidem, 96), como ocorreu com Josué de Castro. Entretanto, este fato não significa que se os trabalhadores "*dominados*" resolverem destruir todo o poder da burguesia, estes intelectuais ficarão ao lado deles, pois a proposta é, freqüentemente, de reforma, de tornar a mesma estrutura menos injusta e não de substituí-la, radicalmente, por outra.

Isto reforça a necessidade do estabelecimento do contexto histórico pois os fatos sociais não ocorrem ao acaso ou de modo isolado. Além disso, "*nenhum campo do saber opera um salto qualitativo em seus fundamentos epistemológicos, se este salto não for produto de um mergulho crítico em seus fundamentos históricos*." (Moreira, 1980, p. 23) A tarefa se torna mais difícil se se concebe que a História não é uma sucessão de fatos no tempo, pois este é um momento criador de acontecimentos e estes não estão em um tempo e sim são constituintes do mesmo. O atual presente é o resultado de escolhas feitas no passado. Entretanto, o presente não nos leva a determinado futuro porque este último será derivado das escolhas realizadas entre as opções colocadas. Definindo o futuro e a trajetória que nos levará à ele, é que temos a melhor chance de realizar uma análise adequada do presente.

A história da geografia brasileira, notadamente a escolar, reflete, em boa parte, a história da educação formal no Brasil, um país cuja estruturação foi resultado de um processo de dominação, de inserção como dependente em uma estrutura internacional. A Geografia proposta oficialmente, durante o período de vida do autor em questão, foi a que se encaixava nas expectativas dos grupos sociais dominantes, desejosos da ausência do domínio do processo de conhecimento e da instrumentalização para ações modificadoras da estrutura social. Por isto, neste capítulo procuraremos caracterizar o Brasil e a Geografia aqui praticada, da época do nascimento (1908) até a da morte (1973) de Josué de Castro. A proposta não visa elaborar um estudo aprofundado destes aspectos, mas sim de elementos dos mesmos que permitam uma melhor compreensão do autor e de suas proposições.

O que Quaini afirmou para a realidade européia pode ser aplicado ao nosso país, quando escreveu que "*seguiu-se muitas vezes o caminho fácil de datar o início da geografia moderna no momento em que se estabelecem os ensinamentos geográficos universitários ou se promovem as Sociedades de geografia.*" (Quaini, 1983, p. 15) Aqueles que construíram anteriormente esta ciência seriam rotulados de *precursores da geografia moderna*, isto é, da oficial, como se existisse uma evolução linear e progressista das ciências sociais. Por esta razão, há a necessidade de se verificar alternativas, veios não explorados e que não se encaixavam na *ciência normal*.

A noção de que a história da geografia brasileira começou a partir da USP (1934) e da Universidade do Brasil (1935), possui como substrato o conceito de que somente se pode fazer ciência em determinadas instituições e de que ela se inicia a partir do contato entre cientistas europeus (mais tarde, cientistas estadunidenses) – os detentores do único modo do saber-fazer científico – e pesquisadores locais, que adquiririam, por meio deste contato, o *modelo universal* de fazer ciência. Acreditamos que, em muitas áreas, se produziu ciência independente deste contato, que a concepção de ciência não é unívoca e depende da conjuntura histórica de sua prática. Assim, não se busca apenas compreender parte da história do pensamento geográfico brasileiro mas também um outro modo de fazer esta ciência.

## 2.1. A Geografia no Período Imperial

*"Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros.*"
Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853)

O Brasil foi a única colônia sul americana que, ao tornar-se independente, optou pela monarquia. A vinda da família real portuguesa em 1808 e as mudanças que ocorreram em razão deste fato, foram fundamentais para que a solução monárquica aqui criasse raízes e se transformasse em uma opção das elites para garantir a unidade territorial. Com monarquia ou sem ela, a emancipação viria. Para manter a unidade política e a ordem social, para evitar o predomínio militar e favorecer a centralização da renda pública, as elites optaram por um rei, cuja figura estaria acima das divergências particulares. Seria um símbolo de união, que evitaria tentativas provinciais de separação[52]. Pois a instauração do Estado brasileiro se deu "*em meio à coexistência* [...] *de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro*." (Jancsó e Pimenta, 2.000, p. 132)

A população de um território que já havia convivido com reis e príncipes africanos[53] que, por motivos de guerra e outros, aqui vieram como escravos, uma população que celebrava nas festas reis imaginários ou mortos (Imperador do Divino, Reis Magos, D. Sebastião), não teria muita dificuldade em aceitar, de modo positivo, uma monarquia. Além disto, desde o início do período imperial, procurou-se divulgar uma representação comum e peculiar desta realeza distante.

> "*Comum, na medida em que se procurou afirmar todo o tempo a feição européia de nossa monarquia – aparentada não só aos Bragança como aos Bourbon e Habsburgo – e o caráter civilizacional do Império, afeito às novas tecnologias e idéias de progresso. Peculiar, já que havia o Atlântico a nos separar e toda uma realidade social e geográfica a nos distinguir. Velho conhecido dos viajantes, o Brasil foi sempre destacado como o local da 'grande flora' – com sua vegetação edênica –, mas também como o país da miscigenação extremada, dos indígenas e da escravidão. Não havia, pois, como deixar de lado a faceta tropical do jovem Império.*
>
> *Na tentativa de garantir e criar uma nova nação, desvinculada da 'pátria', que era ainda portuguesa, as elites do sul do país apostaram claramente, portanto na monarquia e na conformação de uma ritualística local. A realeza aparecia, em tal contexto, como o único sistema capaz de assegurar a unidade do vasto território e impedir o fantasma do desmembramento vivido pelas ex-colônias espanholas. É nesse sentido que a monarquia se transforma em um símbolo fundamental em face da fragilidade da situação.*" (Schwarcz, 2000, p. 18)

Isto sempre aliado ao esforço de costurar a imagem do monarca como símbolo da pátria, processo semelhante ao que foi tentado durante o Estado Novo (1937-45) com a figura de Getúlio Dornelles Vargas (1883-1954).

---

[52] Analisando dois manifestos de deputados de províncias brasileiras às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa em 1822, Jancsó e Pimenta (2.000, p. 130) concluíram o seguinte: "*Bahia e São Paulo são suas 'pátrias', o Brasil é o seu país, mas a nação à qual pertencem é a portuguesa.*" Quem via o Brasil como uma totalidade era a burocracia estatal portuguesa e não os que aqui residiam.

[53] Também com reis e príncipes no poder na África, com os quais as relações, no período colonial, não foram somente relativas ao tráfico negreiro mas também de mútuas influências culturais. Aliás, os primeiros a reconhecer nossa independência foram reinos africanos, como o de Daomé (Benim) e Lagos (ou Eko ou Onim).

O novo país possuía a natureza como sua base territorial e material e uma monarquia que pretendia impulsionar um projeto civilizatório e criar uma nação, mas em um país que tinha na escravidão sua principal força de trabalho e possuía uma sociedade hierarquizada, desigual e violenta. A identificação não podia ser buscada na maioria da população, pois esta era negra; daí, a eleição da natureza e do indígena como possíveis símbolos. No final do século XIX, quando era iminente a abolição da escravatura, o receio de nossos *meios científicos* era de um país de negros e mestiços (ou seja, de *raças inferiores*) ou de um novo Haiti. Por isso que, no período próximo à Abolição, a solução proposta foi o *branqueamento* populacional.

Em 1838, o Rio de Janeiro possuía, conforme dados citados por Schwarcz (2.000, p. 13), 37 mil escravos em uma população total de 97 mil habitantes e, onze anos depois, 79 mil cativos em um total de 206 mil pessoas. Nas duas datas, um total de 38% de escravos – a maioria deles de origem africana –, sem contar os negros já libertos. Como se dedicavam a diferentes ocupações, dominavam as ruas da capital do Império. Entretanto, a elite, pelo vestir, gestual e regras de etiqueta, se imaginava viver em uma França, ainda que cercada de escravos, os que garantiam esse viver. O símbolo da nova nação foi buscado no ausente: o indígena[54]. Afastados da corte, dizimados de forma sistemática, os índios estavam distantes ou mortos mas vivos nas representações, nos quadros, nas esculturas, nos títulos de nobreza[55], na literatura.

O pensamento geográfico no século XIX teve um papel significativo – embora pouco destacado nos estudos sobre a geografia no país – nas representações sobre o território e a população do Brasil. Sua história começou, oficialmente, com a publicação em 1817, pela Imprensa Régia e sob patrocínio oficial, do livro *Corografia Brazílica (Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil)*, de autoria do padre português Manuel Aires de Casal (1754-1821). Apesar de alguns predecessores no tocante à descrição da natureza brasileira[56],este livro é considerado a primeira "*geografia*" referente ao país[57] e o autor passou a ser classificado como "*o pai da Geografia brasileira*"[58]. Mas sua obra era desgarrada do próprio tempo, no sentido de ultrapassada. O historiador paulista Caio Prado Júnior (1907-1990) escreveu que:

> *"Aires de Casal nada tem do homem de ciência no sentido próprio da palavra. Ignora as mais elementares noções científicas do seu tempo, a ponto que chega às vezes a ter a impressão, lendo sua obra, de que desconhecia a própria existência das ciências naturais, tão ligadas ao assunto de que trata*. […] *Mas não são apenas rudimentos de ciência que faltam ao nosso autor. Não se*

[54] Com a República, o índio foi trocado pela *mulher heróica*, em uma alusão à *Marianne francesa*; uma mulher jovem e livre, em uma sociedade machista na qual muitas mulheres nem integravam a *paisagem pública*. "*... no Brasil a alegoria fracassou, mesmo em sua versão positivista, inspirada em Clotilde de Vaux.*" (Schwarcz, 2.000, p. 475) Sem um eficiente respaldo cultural, mesmo uma manipulação simbólica tende a cair no vazio. O jeito foi ressuscitar Tiradentes.

[55] Principalmente com D. Pedro II, foi comum a distribuição de títulos para a nossa "*nobreza improvisada, com designações indígenas e topônimos tupis, de pouco agrado para aqueles que o recebiam.*" (Schwarcz, 2.000, p. 156) Cabe mencionar que aqui não existiu uma nobreza, em seu sentido tradicional. Ser nobre não era uma prerrogativa de nascimento, "*era galardão e prêmio; o resultado de um esforço, de uma realização particular, sem transferência: uma meritocracia e não uma aristocracia. Sem nenhum privilégio, enquanto na Europa vemos o aburguesamento da nobreza, no Brasil ocorre o oposto: é a burguesia que se enobrece.*" (Ibidem, p. 192)

[56] Como, entre vários, os cronistas portugueses Pero de Magalhães Gândavo ( ? -1576), autor de *Tratado da Terra do Brasil* e de *História da Província de Santa Cruz*, e Gabriel Soares de Souza (1540-1592), autor do *Tratado Descritivo do Brasil*, e o brasileiro frei Vicente do Salvador (1564-1636 ou 1639), autor de *História do Brasil*.

[57] Um pouco anterior, e muito mais importante que o livro do presbítero secular Aires de Casal, foi o trabalho do naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1755-1815), cognominado por Pereira (1994) de *Humboldt brasileiro* e de a *maior expressão geográfica no Brasil* no século XVIII, que realizou uma viagem *filosófica* ou naturalista pelo país (*Diários de Viagem*). Porém, por diversas razões (ver: Ibidem, p. 369), seus manuscritos não foram publicados (trazidos para o Brasil em 1842, permanecem em boa parte inédito).

[58] O primeiro a chamá-lo assim foi o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Nós preferimos dar este epíteto ao Senador Pompeu (1818-1877); mesmo assim, o *pai* continua sendo um padre.

> *percebe nele vocação ou instituto científico algum, isto é, qualidade de observação, análise, comparação e síntese, que fazem a base do pensamento nas ciências."* (Prado Júnior,1955, p. 53)

Quando, em seu livro, Aires de Casal tratou de aspectos da natureza, não mencionou nenhum naturalista ou descoberta científica contemporâneos. Até sobre o Rio de Janeiro, onde morava na época, suas descrições foram pobres. Tratou com uma certa atenção os indígenas mas os colocou "*entre os animais, nos parágrafos relativos a zoologia*" (Ibidem, p. 60).

*Corografia Brazílica* possuía as características básicas das obras européias similares. Apesar de não trazer contribuições do ponto de vista científico, foi a primeira compilação dos dados existentes sobre o país e, por isso, a fonte de informações sobre o Brasil para diversos compêndios geográficos europeus e a base dos poucos livros de geografia aqui publicados[59].

> "*Serviu mesmo de modelo metodológico e de fonte de informações para quase todos os autores de livros geográficos destinados ao ensino do país. E, por essa razão, herdaram estes os seus incontestáveis defeitos de concepção e método, entre os quais se indicam o abuso da extensa nomenclatura, a falta de correlação e entrosamento nos estudos dos fatos, a ausência quase completa de explicações ou tentativas de explicação das paisagens consideradas, a falta de vida nas descrições e a franciscana pobreza de apreciação sintética. Em toda a 'Corografia' não há, finalmente, um mapa sequer.*" (Pereira, 1994, p. 371)

Isto permite afirmar que a geografia escolar aqui praticada, até o final do século XIX, era descritiva, compartimentada, oficial e atrasada em relação à própria época.

O meio geográfico, que até então era predominantemente natural, já se transformava em meio técnico. "*O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o território se mecaniza.* …, *esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural*." (Santos, 1994, p. 139) Essa passagem ocorria em alguns territórios – cujos espaços já eram internacionais – pois o tempo das ações não é o mesmo e, no relógio da História, coexistem temporalidades diversas. As realidades são simultâneas, mas não, necessariamente, contemporâneas no aspecto técnico-científico, se considerarmos o desenrolar da história dos povos. Estávamos econômica, política e culturalmente vinculados a países europeus, mas nosso papel nessa relação era de subalterno, em todos aqueles aspectos.

Em vários países europeus, o século XIX se caracterizou pela industrialização e urbanização, pelo avanço das ciências naturais, pelo surgimento de ideologias proletárias e de ideologias que procuravam alicerçar a burguesia no poder. A Geografia já possuía os pressupostos para a sua sistematização como ciência acadêmica. A economia européia já estava internacionalizada e, neste processo, a Terra já estava quase toda conhecida, o que gerava um volume de informações de todos os quadrantes, solicitando uma melhor organização deste inventário e sugestões de caminhos para melhor explotação, o que a melhoria das técnicas cartográficas facilitava. Os temas geográficos eram relevantes tanto para os países imperialistas quanto para as nações que desejavam se unificar em um Estado. Novos conceitos e teorias nas ciências naturais – nas quais a Geografia quase sempre se apoiou – e a herança iluminista de fé na razão humana, completavam os pressupostos.

---

[59] O prestígio deste livro só começou a diminuir com a publicação do *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil* (1856), do Senador Pompeu, e com o surgimento, em português, dos livros *A Geographia Physica do Brasil*, de J. E. Wappäus (1883) e *Geographia Geral do Brasil*, de A. W. Sellin (1889), ambos traduzidos do alemão por João Capistrano de Abreu (1853-1927), professor de História e Corografia, pesquisador da Biblioteca Nacional, considerado um dos iniciadores da "*história moderna*" no país e foi um dos principais divulgadores da *Antropogeografia*, de Ratzel, no Brasil.

No mesmo século, os estadunidenses, acreditando que foram escolhidos pela Divina Providência para dominar toda a América (Destino Manifesto), estabeleceram o seu arsenal ideológico, com a Doutrina Monroe (1823) e o Corolário Polk (1845), para expulsar os Estados europeus do continente americano. As potências européias partiram em busca do continente africano e, na luta para dominá-lo, necessitaram do concurso das sociedades geográficas[60]. A Geografia se tornara um saber com prestígio junto ao poder estatal, pois era necessário que especialistas sistematizassem, catalogassem e mapeassem o amontoado de informações dos exploradores, para possibilitar e melhorar a estrutura de explotação.

As chamadas sociedades geográficas foram instituições típicas do século XIX e, geralmente, ligadas à ação colonialista do período. Seu maior crescimento ocorreu, notadamente, nas últimas décadas daquele século[61], justamente no período de expansão do imperialismo europeu e de um grande crescimento, em vários continentes, de Estados Nacionais; ou seja, de uma *"conformação do mundo a partir de recortes territoriais nacionais.*" (Sousa Neto, 2001, p. 130) Entretanto, que tipos de pessoas integravam estas sociedades?

Nelas se filiaram, principalmente nas européias, negociantes em busca de novos mercados, militares afoitos pela posse de novos territórios, cientistas vários em busca de novos conhecimentos, aventureiros em fuga do vazio de suas vidas ou em busca de prestígio. Imperialismo, ciência, negócios e aventura se mesclavam nestas sociedades, cuja maioria era de caráter nomeadamente privado, sustentada por seus sócios, embora somente aquelas que receberam suportes financeiros estatais conseguissem realizar empreitadas e projetos de grande porte. Estes projetos eram essencialmente colonialistas e possuíam funções como esquadrinhar e mapear lugares, inventariar os recursos naturais, estudar os hábitos dos nativos para melhor controlá-los e lhes impor a *civilização*, compor quadros estatísticos abrangentes, e outras.

No interior destas sociedades ocorreram controvérsias científicas, acúmulo de conhecimentos, questões teóricas e metodológicas. Por isso, muitas acabaram colaborando para a autonomia científica de algumas áreas e para o surgimento de novas organizações de pesquisas. Estas sociedades, com publicações, pesquisas, livros, difusão de seus feitos, congressos, foram importantes para a conformação de universidades e institutos de pesquisas. O crescimento destes últimos estiveram entre as principais causas do declínio das Sociedades de Geografia. Entretanto, as funções citadas anteriormente seriam válidas para todas? Do mesmo modo se caracterizaram as de países com passado colonial e sem, no momento, as mesmas pretensões expansionistas européias? De outra maneira, o aqui citado seria correto em relação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o sexto a ser criado no mundo e o segundo das Américas? O IHGB pode ser citado como um exemplo de "*sociedade geográfica*"?

Setores da burguesia européia também tinham *descoberto* a importância da escola pública e, nas escolas elementares, já existia a disciplina Geografia, principalmente onde era grande a necessidade de inculcar a ideologia do nacionalismo patriótico. A Geografia, portanto, não começou na Universidade[62]. Na Alemanha, onde obteve sua primeira cidadania acadêmica, ela surgiu primeiro na escola elementar e secundária, e só depois na universidade. No século XVI, nos países *protestantes*, já se

[60] A Sociedade Geográfica de Paris foi a primeira a ser criada, em 1821 (as outras pioneiras foram: Berlim, 1828; Londres, 1830; Mexicana, 1833; Frankfurt, 1836; IHGB, 1838 e a Russa, em 1845).

[61] Entre 1821 e 1878, foram criadas 50 sociedades geográficas; em 1885 já existiam 94 e em 1897 eram 107 sociedades (Sousa Neto, 2001, p. 130).

[62] Não foi somente no Brasil que primeiro existiram professores de Geografia nos ensinos fundamental e médio para depois aparecerem os geógrafos, os professores universitários. Alguns pesquisadores defendem que a Geografia se institucionalizou nas universidades para formar professores de Geografia.

colocava a necessidade da educação pública por acreditarem que, se é o próprio ser humano responsável por sua fé e por sua salvação, era necessário garantir-lhe o acesso ao Livro Sagrado. A Prússia do século XVIII já percebia a relação entre rede escolar e crescimento econômico, e acresceu à sua rede de ensino público "*o objetivo de propiciar o engrandecimento do Estado"* (Vlach, 1988, p. 11), inclusive através da introdução de disciplinas cívicas como arma de integração territorial e unificação nacional. Nesta função, a História era a mais importante; a Geografia era sua auxiliar, delimitando o espaço nacional, situando cartograficamente o aluno em seu país e descrevendo os lugares onde os fatos históricos, que *"engrandeceram a pátria*", ocorreram.

No Brasil, o grito do Ipiranga em 1822 pouca mudança significou no ensino nacional. Não houve uma preocupação de estruturar um sistema nacional de ensino, mas sim de formar os filhos das elites dirigentes, criando alguns cursos superiores e regulamentando as suas vias de acesso. Contudo, no decorrer do século XIX, a estratificação social foi se tornando mais complexa com o surgimento de uma camada intermediária urbana, que percebeu a escola como instrumento de ascensão social. Por isso, o ensino que ela desejava era o mesmo dado à classe dominante, à oligarquia rural-mercantil. Entretanto, e contraditoriamente, essa *pequena burguesia* começou também a se ligar às idéias do liberalismo europeu, contestadoras do tipo de elite aqui predominante.

A Constituição de 1824 afirmava, no artigo 179, que "*a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos*", mas eram pouquíssimas as escolas de instrução primária. Em 15 de outubro de 1827, uma lei determinou que deveriam ser criadas escolas primárias em todas as cidades. Era o Estado passando para o município uma obrigação que não será por este cumprida. Um ato adicional, em 1834, outorgou às províncias o direito de legislar sobre a instrução pública, com exceção dos cursos superiores e do ensino da capital do Império, responsabilidades do poder Central.

> *"A falta de recursos, no entanto, que um sistema falho de tributação e arrecadação de renda acarretava, impossibilitou as Províncias de criarem uma rede organizada de escolas. O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos das iniciativas privadas e o ensino primário foi relegado ao abandono*,…" (Romanelli, 1991, p. 40).

Em 1837, foi criado o Colégio Pedro II, na capital imperial, organizado de forma seriada e transformado no modelo central. Cursá-lo significava uma espécie de "*pertencimento a uma elite*"[63]. E ele foi "*o único que, de certa forma, escapava ao ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente da época.*" (Schwarcz, 2000, p. 151)

Um dos possíveis caminhos para uma discussão sobre a Geografia, e seu papel no ensino, é o estudo do processo de formação dos professores. Entretanto, apesar da existência de Escola Normal em algumas cidades[64], até 1880 não existiam cursos de formação de professores, sendo a seleção realizada levando em conta "*maioridade, moralidade, capacidade e amizade*". No final do período imperial, de uma população estimada em 14 milhões, somente 15% daqueles em idade escolar se encontravam matriculados (Piletti, 1990, p. 49); a taxa de analfabetos, somente na população livre,

---

[63] A instrução escolar era uma das marcas distintivas da elite pois, conforme demonstrou o censo de 1872, "*apenas 16% da população era alfabetizada. Isso sem falar da população escrava, em que o índice de analfabetismo chegava a 99,9%.*" (Schwarcz, 2000, p. 118) Entre os poucos que possuíam nível superior, o domínio absoluto era da formação jurídica. Foi nos cursos de Direito que se formou toda a burocracia do Estado. Portanto, sobravam analfabetos e bacharéis.

[64] Em Niterói (RJ), criada em 1830, Salvador (BA), em 1836 e São Paulo (SP), em 1875/1878 (Romanelli, 1991, p. 163). Em 1880, foi criada a Escola Normal no Rio de Janeiro; o curso era noturno, com duração de seis anos em 1880, quatro em 1881 e três em 1888.

era de aproximadamente 80%. E o país entrou no século XX sem possuir uma universidade.

Todavia, a disciplina Geografia nos cursos secundários apareceu relativamente cedo. No Imperial Colégio Pedro II – e nos que o seguiam como modelo – era ministrada desde 1838, mas formando uma só disciplina com História do Brasil. O denominado Decreto Monte Alegre, de 1849, separou-a da História do Brasil e ela passou a existir em todas as séries do secundário, tendo como conteúdo os diversos continentes; o último ano era dedicado ao Brasil e à América. Em 1862, houve uma diminuição, com a Geografia existindo nos dois primeiros anos e no quarto, como Cosmografia. Mas não passava de enumeração de lugares, de descrições superficiais e de estímulo ao patriotismo através da exaltação de sua natureza[65]. Entretanto, se a geografia escolar possuía a função de inculcar a ideologia *do nacionalismo patriótico*, isso não significou, necessariamente, que essa *inculcação* tenha ocorrido na maior parte da população brasileira, por ter sido a mesma excluída da escola[66].

Já nas primeiras décadas pós-independência ocorreu, por parte de integrantes da elite, a preocupação de construir a pátria brasileira, de disseminar o patriotismo. O pensamento conservador brasileiro, desde o Império, "*sempre tendeu a expressar um conceito de 'nação' articulado ao de 'território', de tal maneira que, freqüentemente, a idéia de 'unidade nacional' confunde-se com 'integridade territorial'.*" (Costa, 1992, p. 192) Marco desta tarefa foi a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com o objetivo oficial de reunir e organizar os documentos úteis à história e à geografia do império brasileiro. Sua origem[67] e o fato de mais de um terço dos vinte e sete sócio-fundadores participar do governo na época, deixavam claro a visão *oficial* do órgão, o interesse do mesmo na estabilização política e o seu temor em relação à desagregação territorial[68]. Portanto, garantir a unidade territorial e "*construir*" a pátria brasileira se constituíam em objetivos básicos. Por isso, para os seus integrantes, a História, e até mesmo a Literatura, eram mais importantes do que a Geografia.

Grande parte dos estudos feitos por geógrafos sobre o IHGB o coloca como uma das seis sociedades geográficas do mundo. Entretanto, as características e a atuação dele, o predomínio absoluto de trabalhos ligados à História e a própria criação, décadas depois, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), suscitaram a necessidade de uma análise mais cuidadosa. A própria inspiração de sua criação parece não ter sido a de uma sociedade geográfica.

> "*Em 1838, tendo como modelo o Institut Historique, fundado em Paris em 1834 por vários intelectuais, entre eles dois velhos conhecidos do Brasil – Monglave e*

---

[65] Rui Barbosa (1849-1923), que também foi sócio do IHGB, escreveu no conhecido *Parecer de 1883*: *"O ensino por nomenclatura domina exclusivamente* [...]. *Praticado assim pelo bordão da rotina, o ensino da geografia é inútil, embrutecedor. Nulo como meio de cultura, incapaz mesmo de atuar duradouramente na memória, não faz sentido oprimir, cansar e estupidificar a infância, em vez de esclarecê-la e educá-la.*" (*apud* Pereira, 1994, p. 398)

[66] "*Se a maioria tivesse freqüentado, seu peso na formação do Estado-nação brasileiro teria sido maior pois a escola procurava impor uma uniformidade através do ensino da Língua e da Literatura – o Romantismo também acentuava as belezas do quadro natural –, da História – descrevendo uma epopéia sem conflitos sangrentos – e de Geografia, descrevendo as características naturais. A ausência de uma rede de escolas públicas impossibilitou isso à maioria mas não aos privilegiados freqüentadores de uma escola.*" (Campos, 1997, p. 50)

[67] Segundo Vlach (1988), o IHGB foi fundado no Rio de Janeiro como filial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (criada em 1828 e com objetivos de estímulo às diversas atividades econômicas), formada por cafeicultores fluminenses interessados na manutenção da escravidão, e que talvez tenham aceito a proposta porque um dos objetivos do Instituto era contribuir com a administração pública, não somente na defesa da centralização administrativa mas também na preservação da propriedade fundiária e da escravidão, que dependiam dessa centralização.

[68] Nas primeiras décadas do período imperial ocorreram revoltas como a Cabanagem (1835-40) no Pará, a Sabinada (1834-1837) na Bahia (que defendia a abolição da escravidão), a Balaiada (1834-1841) no Maranhão e a Guerra dos Farrapos (1835-45) no Brasil meridional.

> *Debret –, forma-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (o IHGB), congregando a elite econômica e literária carioca.*" (Schwarcz, 2000, p. 126)

Desde a década de 1840, D. Pedro II (imperador de 1840 a 1889 e convidado a ser o *protetor* da instituição já em 1838) se tornou um assíduo freqüentador e incentivador[69]; e era em uma das salas do Paço Imperial que ocorriam as reuniões do IHGB.

> "*Na verdade, composto, em sua maior parte, da 'boa elite' da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para esse país tão recente, 'não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história* [...]', *eis* [...] *a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria 'fundação da nacionalidade'.* [...]
> *Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural.*" (Schwarcz, 2000, p. 127)

Seguindo o exemplo de monarcas europeus, elegeu "*historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem.*" (Ibidem, p. 128) A opção literária foi pelo romantismo por este permitir afirmar o particularismo, a identidade, substituindo os motivos clássicos por características locais. A fonte escolhida foi o nativo.

O IHGB, como se espelhou em sociedades européias, possuía algumas semelhanças com elas. Entretanto, existiam diferenças importantes e, entre elas, o fato de que os interesses das sociedades em países de passado colonial

> "*estavam mais voltados para a clara delimitação das fronteiras dos Estados Nacionais, os quais haviam sido antigas colônias, como forma de assegurar a própria soberania e estabelecer um controle interno sobre as populações indígenas e os recursos naturais de que se podia dispor.*" (Sousa Neto, 2001, p. 131)

Apesar de suas estruturas neocoloniais, não estavam a serviço de um outro país e sim mais ligados às necessidades de suas próprias realidades. A despeito de tarefas semelhantes, como o arrolamento de recursos, a delimitação dos elementos físicos e culturais do território (não por acaso, as áreas mais exploradas eram as desconhecidas e com interesse estratégico para a delimitação de fronteiras), possuíam também a finalidade de "*criação de um forte sentimento de pertencimento na população que consubstanciasse a nação.*" (Ibidem) A história do IHGB, portanto, pode revelar quais eram as *questões geográficas* daquele contexto, qual a noção de Geografia que possuíam. Ou seja, a existência do IHGB foi uma prova da existência de um fazer geográfico no século XIX, embora o referido instituto não tenha sido, realmente, uma sociedade geográfica.

A revista do IHGB foi também um órgão de divulgação das idéias de literatos interessados em promover a literatura nacional com base na temática indígena[70]. A

---

[69] Segundo Schwarcz (2000), o Imperador presidiu, de dezembro de 1849 a novembro de 1889, 506 sessões do IHGB; e o Estado era responsável por 75% das verbas da instituição.

[70] Como, entre vários, Gonçalves de Magalhães (1811-1888), autor da *Confederação dos Tamoios*, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), que foi secretário do IHGB e autor de *A Moreninha* e de *Noções de corografia do Brasil* (1873), Gonçalves Dias (1823-1864), autor de *I-Juca Pirama* e Francisco Adolfo Varnhagem (1816-1878), autor de *História Geral do Brasil* e pioneiro de uma historiografia brasileira. Estes formavam um grupo vinculado diretamente ao Imperador. Também participaram do IHGB, sem uma relação tão próxima com D. Pedro II, escritores como Álvares de Azevedo (1831-1852), Casimiro de Abreu (1839-1860), Fagundes Varela (1841-1875),

presença de escritores foi significativa, discutiu-se sobre literatura – e, praticamente, quase nada sobre a Geografia como um fazer científico –, demonstrando que o instituto não era especificamente *histórico e geográfico*. A presença do Imperador, e sua ação mecênica, fizeram com que o romantismo brasileiro se transformasse

> "*em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as 'originalidades locais'. Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam romances épicos que traziam chefes e indígenas heróicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem. Os antigos dicionários de nossas línguas nativas feitos pelos jesuítas passaram a ser estimados, pois neles se escolhiam termos indígenas que poderiam ser entremeados às estrofes dos novos poemas. O próprio imperador, inspirado por essa voga, além de propor a criação de gramáticas e dicionários, começa a estudar o tupi e o guarani,* ..." (Schwarcz, 2000, p. 131).

Portanto, o romantismo não foi apenas um projeto estético "*mas também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo.* (Ibidem, p. 139)

À historiografia cabia formar um panteão de heróis nacionais e criar um passado; à geografia, caracterizar as paisagens naturais; mas foi a literatura que obteve maior visibilidade. Esta, de certa forma, retomou o *bom selvagem* de Rousseau (1712-1778), mas um selvagem que amava a pátria brasileira e aceitava o catolicismo. O perdedor[71] se transformou em modelo na gênese da nova nação. A Pátria necessitava de símbolos para ajudar na criação da Nação. Como não tínhamos construções antigas (castelos, templos) ou batalhas épicas para rememorar, coube à nossa natureza (com seus grandes rios, e variada e exuberante vegetação) a função de palco do passado. Neste cenário tropical viveram "*nobres*" indígenas que, na literatura e na pintura, se tornaram cada vez mais *brancos*: foi a saída na busca da identidade frente a rejeição ao negro e ao branco colonizador. Um índio que já existira (como se o tivéssemos exterminado em um passado remoto) e que nos dava um passado honroso e a perspectiva de um futuro promissor. A idéia de Pátria também foi cada vez mais associada à terra.

A ligação do IHGB com o poder, além de clarificar muitas de suas posições, explica como conseguiu sobreviver tanto tempo sem patrimônio e com poucas receitas provindas da anuidade dos sócios: o auxílio do poder público. Daí não causar estranheza o fato de, menos de uma quinzena da proclamação da República, ter deliberado que se submeteria à nova situação em nome dos "*interesses da nação*". Por isso, afastou o "*protetor e pai"* D. Pedro II, aceitou a República como algo inevitável, como fruto de uma natural *evolução* da História. Esta entendiam como um encadeamento linear de fatos que deveriam ser descritos de modo imparcial e com a ajuda da Geografia, a quem cabia a localização, a descrição do quadro natural (o *palco*), inclusive dos fatores naturais que explicavam os fatos históricos e garantiriam nosso grandioso porvir.

---

Bruno Seabra (1837-1876) , Castro Alves (1847-1871) e José de Alencar (1829-1977), autor de *Iracema*, um livro com temas e paisagens típicas do gênero indianista, cujo nome (invertido) é um anagrama de *América*. D. Pedro II, além de patrocinar compositores como Antonio Carlos Gomes (1836-1896, responsável pela ópera *O Guarani*, inspirada no romance homônimo de José de Alencar: um tema brasileiro em normas musicais européias) e pesquisas de documentos relevantes da história do Brasil, também ajudou trabalhos de naturalistas como Martius (1794-1868), Agassiz (1807-1973) e Goeldi (1859-1917), paleontólogos como Lund (1801-1880), geólogos como Gorceix (1842-1919, fundador da Escola de Minas de Ouro Preto), O. Derby (1851-1915) e Charles F. Hartt (1840-1878), botânicos como Glaziou (1833-1897) e profissionais de diversas outras áreas. Nessa época, ficou famosa uma frase (numa clara alusão ao dito de Luís XIV) dita pelo jovem monarca no IHGB: "*A ciência sou eu.*" (Schwarcz, 2000, p. 131) Considerando a época e os meios de transporte, foi muito grande a presença de estudiosos estrangeiros no Brasil durante o século XIX. Sobre estas *expedições estrangeiras* e sua importância para a Geografia, ver Pereira (1994).

[71] Talvez não tenha sido coincidência o nome do poema romântico indianista *I-Juca Pirama* significar "*O que há de ser morto*" ou "*O que é digno de ser morto*".

Nação, pátria, heróis-modelo, passado de glórias, são essenciais em qualquer *ideologia patriótica*. Por isso, o IHGB era muito mais *Histórico* que *Geográfico*[72]. Com o objetivo de exaltar a natureza, a Geografia se desvinculou da sociedade e se limitou, neste caso, a mapeamentos e descrições corográficas das províncias do Império. Também por esse motivo, as Comissões de Geografia possuíam militares entre seus membros, pois seus mapeamentos, suas descrições corretas a respeito de relevo, hidrografia e vegetação, eram importantes para a estratégia militar. Coordenadas cartesianas, definição de limites, descrição precisa do litoral, estabelecimento de rotas, eram fundamentais às forças militares.

Em 1883, tendo como um dos motivos a concentração do IHGB nos estudos históricos, foi fundada a *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* (SGRJ)[73], com o objetivo de discutir essa ciência e, principalmente, fatos e documentos referentes à Geografia brasileira[74]. Foi uma tentativa de conseguir u'a maior importância à Geografia e de acompanhar os seus avanços, pois ela, nesta época – inclusive em razão de sua instrumentalização pelo capitalismo –, se tornava mais precisa no reconhecimento de áreas, no levantamento de recursos e, conseqüentemente, na elaboração de mapas. Esta era a visão dos fundadores; sabiam que a ciência geográfica possuía um papel importante, colocavam esta exploração das áreas como avanço científico e como algo importante para o impulso da civilização.

O surgimento da SGRJ ocorreu em um momento histórico peculiar: a Geografia já havia se sistematizado (com campo científico e método mais precisos) como disciplina universitária em alguns países, vários congressos internacionais de Geografia já tinham ocorrido, foi a época de grande criação de sociedades deste tipo e aconteceu um pouco antes do único império (?) tropical se transformar em república. Se era diferente do IHGB por ser mais democrática e conter sócios de diversos matizes ideológicos, a SGRJ foi criada em uma época em que a noção de Geografia era outra[75]. Apesar de alguns de seus membros acompanharem congressos internacionais de Geografia, a maioria das inovações ocorridas nesta ciência na Europa não foram incorporadas por seus membros. Não chegou perto do prestígio obtido pelo IHGB, apesar da finalidade inicial semelhante: servir à pátria através da ciência.

Antes da criação da SGRJ, no campo da geologia, aconteceram dois fatos importantes. D. Pedro II

---

[72] A revista do IHGB, publicada a partir de 1839, sempre apresentou mais artigos de História. Um levantamento efetuado do período que vai de 1839 a 1946, mostrou que, dos 1671 artigos publicados, somente 417 (25%) eram de Geografia; e cultores desta ciência não chegavam a dez por cento dos sócios (Vlach, 1988, p. 112).

[73] Apesar do nome, sua área de atuação era mais ampla. A partir de 1909, realizou congressos em diversas cidades brasileiras e, mais tarde (1945), passou a ter um nome mais adequado: Sociedade Brasileira de Geografia (SBG). A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro não fez do ensino de Geografia seu objetivo. Somente após 1945, com novos estatutos e nome, voltou-se mais para o ensino secundário e realizou diversos *cursos de aperfeiçoamento* destinados a professores.

[74] Cabe ressaltar que, antes disso, em 1882, foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), que procurava realçar o papel da província, "*destacando igualmente os recursos naturais, a produção econômica e o valor da raça pelos heróis dos movimentos revolucionários.*" (Oliva, 1998, p. 150) Era *pernambucanista* demais e também propunha a solução do branqueamento demográfico. Os movimentos revolucionários referidos foram a Revolução Pernambucana (1817) – os revolucionários "*eram, de modo geral, liberais: pretendiam a emancipação política e o estabelecimento da forma republicana de governo*" (Nadai e Neves, 1991, p. 127) –, a Confederação do Equador (1824) – que eclodiu a partir de Pernambuco, pleiteava uma organização mais liberal do regime e continha ideais republicanos – e a Revolução Praieira (1848), que também continha princípios liberais.

[75] À medida em que ocorreu uma ampliação da institucionalização universitária houve, assim como em outros países, o declínio desta sociedade geográfica. São poucos, ainda, os estudos sobre a SBRJ, mas a análise dos documentos de seus congressos poderá revelar as características de seus integrantes, os trabalhos apresentados e quais eram, em diversos momentos, "*as principais polêmicas e controvérsias científicas na Geografia e áreas afins existentes à época no Brasil.*" (Sousa Neto, 2001, p. 134)

> "*convidou geólogos como Charles Hartt e Orville Derby para dirigir a Comissão Geológica do Império – que recolheu 500 mil amostras –, e em 1864 dava ao inglês Thomas Sargent a primeira concessão para explorar petróleo no Brasil. Isso sem esquecer outra grande iniciativa do governo imperial: a criação, em 1876, da escola de Minas de Ouro Preto.*" (Schwarcz, 2000, p. 150)[76]

Cabe mencionar ainda, pela importância destes estudos, que em 1886, a província de São Paulo criou a *Comissão Geográfica e Geológica* (CGG), o primeiro esforço institucional paulista de pesquisa ambiental sistemática visando o desenvolvimento da província[77]. Ao promover o conhecimento da natureza, a CGG vai colaborar para a ocupação do território e para a utilização dos recursos naturais paulistas. Ao estimular os conhecimentos de aspectos geológicos, pedológicos, botânicos, hidrográficos e climatológicos, demonstrava possuir uma visão de estudo integrado da natureza, postura que irá diminuir com a criação de instituições de pesquisa – num total de dez – que se originaram da referida Comissão. Mas este esforço paulista pode ser colocado como uma das diversas razões que possibilitaram o maior crescimento econômico deste estado.

Os levantamentos empíricos do território nacional realizados por pesquisadores, estrangeiros ou não, eram atividades fundamentais para o conhecimento do território, trabalho pioneiro que possibilitou a sua dominação. Até hoje o termo *geográfico* é utilizado de modo confuso, inclusive por especialistas. Quando se pergunta quais foram os fatores geográficos do ciclo do café, as respostas ainda se limitam a relevo, clima, vegetação e solo. Escrevendo sobre a influência do meio geográfico, referem-se às influências da natureza. Se latitude e longitude são as coordenadas geográficas, a localização – no sentido de determinar o local – continua sendo a função básica. A Escola Regional Francesa defendia a função de descrever as diferentes partes da superfície da Terra, através de monografias regionais e, a partir delas, elaborar comparações e classificações, valorizando o trabalho de campo, a observação de pequenas áreas. Se estas nossas observações são corretas, neste período aqui se fazia Geografia, embora nosso conhecimento sobre o tema ainda seja restrito; e boa parte dos trabalhos não pode ser taxada de "*geografia de amadores*" dada a qualidade dos mesmos.

Se deixamos de lado a geografia dos livros didáticos, a geografia escolar do período, se olharmos com mais atenção os levantamentos empíricos realizados[78], os grandes debates ocorridos no período[79] e se admitirmos a existência de um pensamento geográfico no interior da *literatura social* da época, fica difícil falar em "*pré-história da Geografia*" ou em fase "*pré-científica*". Poderíamos sim, chamá-la de fase "*pré-acadêmica*", o que a valoriza mais pela própria dificuldade de meios necessários à realização de pesquisas[80]. O próprio fato de não transplantarmos integralmente as teorias estrangeiras, adaptando-as às necessidades dos grupos hegemônicos, realizando uma apropriação que pode ser chamada de pragmática ou de oportunista,

---

[76] A Comissão Geológica do Império teve curta duração pois surgiu em 1875 e foi extinta em 1876. Mas contribuiu "*para possibilitar melhor estudo do relevo do Brasil, ...*" (Pereira, 1994, p. 401).

[77] A Comissão teve como fundador o geólogo e geógrafo estadunidense Orville Derby (1851-1915), figura destacada, no período, por seus trabalhos sobre geologia e geomorfologia, por suas monografias sobre regiões brasileiras e por seus pioneiros estudos sobre a "*geografia histórica*" do sul e sudeste do Brasil.

[78] Os naturalistas, principalmente os estrangeiros, no século XIX, "*fazendo especialmente geologia, mineralogia, botânica e zoologia, deixaram como 'subprodutos' de suas pesquisas uma considerável contribuição à geografia do país.*" (Pereira, 1994, p. 369)

[79] "*... os grandes debates giraram em torno de temas como 'As raças e o meio tropical', 'Política imigratória: entre o branqueamento e a miscigenação', 'As zonas geográficas e o problema da distância'.*" (Oliva, 1998, p. 10-11)

[80] Não queremos com isso, de modo algum, desmerecer a criação de cursos universitários pois eles são fundamentais ao propiciar uma boa formação na área, desenvolver metodologias, clarear objetivos, desenvolver teorias, etc. Somente queremos demonstrar que já se fazia Geografia antes de 1934.

possibilita estabelecer a existência de um pensamento geográfico brasileiro anterior à sistematização acadêmica por possuir características próprias, diferentes das teorias originais.

Já no Império, existia uma Geografia para o poder, uma geografia escolar e geógrafos. Exemplifica isto o padre, pai, advogado, jornalista, dirigente político do Partido Liberal do Ceará, Diretor da Instrução Pública deste mesmo estado e professor de Teologia, História e Geografia, Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877), conhecido como Senador Pompeu. Ligado à elite imperial, foi um geógrafo[81] por necessidade de sua classe social e, como esta, bebeu parte significativa da concepção geográfica francesa e via a "*afrancezação*" do país – a criação de uma nação civilizada nos moldes europeus nos trópicos – como a saída do atraso. A unidade da nação seria simbolizada por uma língua nacional e pela unidade do território (e por seu meio natural). Isto explica porque, mesmo em outros países, quando ocorreu a implantação de sistemas de ensino, a Geografia, dada a sua importância na implantação de um sentimento de nacionalidade, tenha sido escolhida, e diversas outras disciplinas, com mais tradição e prestígio acadêmicos, tenham sido deixadas de fora[82].

Seu livro *Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil* (1856), foi um dos mais importantes livros didáticos do período e sua divisão seguia os parâmetros franceses da época[83]. Mais sério, original e completo do que a *Corografia Brazílica* de Aires de Casal, se destinava aos brancos que freqüentavam à escola e possuía como substrato filosófico o espiritualismo eclético cousiano[84]. Concebia a Geografia como "*a descrição da terra em geral e de suas divisões políticas em particular*", como "*a descrição da superfície da terra em suas diversas relações*" (Souza Neto, 1997, p. 59) e que ela socorria-se em várias *ciências acessórias* (Cosmografia, Astronomia, Geologia, Física, História Natural, Estatística e Economia Política) tomando-lhes certos princípios gerais, mas não invadindo o domínio delas pois, além de um *abuso*, "*desnaturaria seu fim*"*.* Para ele, a base da ciência era a observação.

---

[81] Foi sócio do IHGB e também da Sociedade Geográfica de Paris.

[82] Para um país como o nosso, sem grandes momentos históricos para servirem de referência, a representação espacial (a grandeza do território, a riqueza natural que o faria próspero no futuro) era fundamental.

[83] Era dividido em Cosmografia, Geografia Física e Geografia Política, terminologias usadas desde o século XVII. Geografia Política não possuía o significado obtido mais tarde com Ratzel (que, em 1897, publicou *Geografia Política: uma geografia do Estado, do comércio e da guerra*) e sim o de descrever os aspectos não naturais dos países. Geral referia-se ao continente, e Particular aos países. O modelo era o francês. Na época, as máquinas e as dívidas eram inglesas, mas a moda, os vocábulos chiques, o modelo urbano sonhado, a idéia de um sistema nacional de ensino, os currículos e a maioria dos livros, eram franceses. Nada estranho que francesa também fosse a Geografia ensinada. Para Souza Neto, esta obra revela o modo como a nação brasileira foi pensada pelo Estado: uma *"nação com a cara da Europa, mas especificamente com o rosto francês."* (1997, p. 63)

[84] O filósofo de destaque desta corrente foi o francês Victor Cousin (1792-1867), cuja obra principal foi *Do verdadeiro, do belo, do bem* (1853). Como o Senador Pompeu era do grupo liberal, isto demonstrava que, entre nós, as idéias liberais não surgiram como um movimento inovador e sim como um meio de conservar o poder. Como *"filosofia do Estado*", o espiritualismo eclético – que se contrapunha ao iluminismo – era defensor da propriedade burguesa, da monarquia constitucional, da teologia cristã (aspectos que o Senador Pompeu defendeu até a morte) e de uma instrução para todas as classes para manter o *status quo* e não para transformá-lo. No Brasil pós-1822, o espiritualismo eclético foi o primeiro movimento filosófico aqui estruturado, mas adaptado ao país, valorizando a experiência científica sem condições de realizá-la e defendendo o liberalismo com a produção realizada pelo braço escravo. Também possuía uma visão determinista, como demonstra o texto de Cousin, do livro *Cours de Philosophie*: *"Dai-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas agoas, seus ventos e toda sua geographia physica; informai-me de suas producções naturaes, de sua flora, de sua zoologia, etc. e eu, me comprometo a dizer-vos a priori qual será o homem desse paiz e que lugar gozará na história; não accidental, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; enfim a idéa que este paiz é chamado a representar."* (apud Souza Neto, 1997, p. 53). No final do século XIX, o espiritualismo eclético cousiano foi suplantado pelo positivismo comteano.

Foi o Senador Pompeu um dos primeiros a perceber a importância da documentação estatística, do arranjamento das informações aparentemente distintas[85], o que permitiu "*relacionar clima com políticas sanitárias, relevo com a construção de ferrovias, vias de circulação com transferência de braços para outras regiões, educação com disciplinamento do trabalho para uma indústria têxtil incipiente.*" (Ibidem, 1997, p. 65) Discutiu a questão da transposição das águas do São Francisco, propôs uma regionalização de seu estado com base no clima, na vegetação e na orografia (Litoral, Serra e Sertão), teve preocupações hoje rotuladas de ecológicas (queimadas, plantio em encostas) e propôs uma definição de território[86]. Além disso, no livro *Memoria sobre o clima e seccas do Ceará*, discutiu o fenômeno das secas e defendeu a teoria de que as mesmas são cíclicas (o que permitia prevê-las)[87]. Sua explicação para o fenômeno possuía como base a circulação atmosférica (em conjunto com outros aspectos físicos regionais), previu riscos de *desertificação* e propôs intervenções (da elite, por intermédio do Estado) para atenuar os efeitos da ausência de *inverno*. Como um "*geógrafo orgânico do poder*", nada colocou a respeito da estrutura fundiária.

Outro aspecto importante, foi a existência de testemunhos de que Senador Pompeu conhecia boa parte da obra do prussiano Alexander von Humboldt (1769-1859); além disso, o autor de *Cosmos* foi citado diversas vezes pelo geógrafo cearense. Por isso, Souza Neto levantou a necessidade de se verificar a hipótese "*de que o pensamento geográfico humboldtiano teria influenciado fortemente o pensamento geográfico brasileiro do século XIX ...*" (1997, p. 110). De qualquer maneira, a obra do padre cearense comprova a existência de uma tentativa de se fazer uma Geografia científica já no século XIX e que, se comparada à compilação de Aires de Casal, Senador Pompeu é que deve receber o título de primeiro geógrafo brasileiro.

Após a Guerra do Paraguai (1865-70), a pressão pública, nas principais cidades brasileiras[88], a favor da abolição da escravatura, se ampliou. Fatores como as campanhas abolicionistas, a rebeldia e as constantes fugas de escravos e, notadamente, a elevação do preço da mão-de-obra escrava "*a tal ponto que só começavam a dar lucro depois de dez anos de trabalho forçados*" (Arruda e Piletti, 1999, p. 296), resultaram na assinatura da Lei Áurea em 1888. Nesta ocasião, "*cerca de 800.000 escravos foram libertados.*" (Hugon, 1977, p. 51) No ano seguinte, o registro civil passou a ser obrigatório, mas, por muito tempo, ficará longe de ser universal e bem aplicado.

A entrada massiva – para a época – de imigrantes, o crescimento urbano e o surto industrial estimularam o aparecimento de uma classe média (constituída por profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais, funcionários públicos civis e militares). Estes novos grupos sociais ansiavam por participação política; alguns deles, como os novos cafeicultores paulistas, desejavam maior autonomia das províncias. Desde 1870, principalmente no Novo Oeste Paulista, a economia cafeeira já passava a possuir um caráter tipicamente capitalista, com trabalho assalariado (de imigrantes

---

[85] Seu livro *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, publicado em dois tomos (1863 e 1864, com 1179 páginas), comprova estas afirmações.

[86] O território é "*o solo natal com suas lembranças, a pátria com suas affeições, a propriedade de que é a riqueza do povo.*" (apud Souza Neto, 1997, p. 76) Em um país com todos os seus recursos naturais, nada pode ser sem sua maior riqueza: a população. Escreveu ele que a população é "*a alma do paiz, sua força, seu poder, sua riqueza, e sua glória, se é elle felizmente governado.*" (Ibidem).

[87] Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, adotou também a "*teoria cíclica*" e escreveu a respeito deste fato: "*Revelou-o, pela primeira vez, o senador Tomás Pompeu, ....*" (Cunha, 1982, p. 33).

[88] Eram poucos os centros urbanos e o país era essencialmente rural, com grupos isolados pela quase ausência de meios de transportes adequados. A população das capitais provinciais "*representava 8,49% da população total em 1823, 10,41% em 1872 e 9,54% em 1890. Para completar o quadro, mais ou menos 50% dessa população concentrava-se em apenas três capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife – 59% em 1832, 48% em 1872, 58% em 1890.*" (Schwarcz, 2000, p. 117)

europeus) e um sistema mais eficiente de produção, financiamento e transportes. A expansão cafeeira propiciou um relativo crescimento urbano e um capital que, mais tarde, foi utilizado no setor industrial.

Em 1870, começou a circular um novo jornal, intitulado *A República*, que no seu primeiro número trouxe o "*Manifesto Republicano*", elaborado pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro, que muito dizia sobre liberdade, mas nada sobre a abolição. O manifesto defendia o princípio federativo e utilizava uma espécie de determinismo fisiográfico para justificá-lo:

> "*No Brasil, antes mesmo da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostos pela imensa superfície de nosso território*." (*apud* Neves e Heizer, 1991, p. 48)

Em 1873, na cidade de Itu (SP), os republicanos paulistas realizaram uma convenção, com o objetivo de unificar os movimentos antimonárquicos em um único partido, liderado pelos grandes cafeicultores. Desta convenção surgiu o Partido Republicano Paulista (PRP)[89]. O crescimento do movimento republicano, o descontentamento do Exército por não ter sido atendido em várias de suas reivindicações após a Guerra do Paraguai, a adesão de fazendeiros escravistas descontentes com a abolição, entre diversos fatores, provocou o golpe militar que instalou, em 15 de novembro de 1889, a República.

Ainda no século XIX, ocorreu o chamado *sanitarismo*, no qual saúde pública e planejamento urbano[90] foram considerados quase como sinônimos, com o saneamento urbano tido como "*o único 'remédio' para o controle dos processos de transmissão das doenças infecto-contagiosas,* ..." (Guimarães, 2.001, p. 159). Em alguns países, os médicos passaram a dar respostas técnicas para as intervenções urbanísticas, passando a controlar o espaço social por meio de estatísticas e inventários de distribuição das habitações e das doenças. O instrumento deste poder político eram as *topografias médicas*, nome dado aos

> "*tratados técnico-científicos que tinham como referência a sistematização da observação e o registro dos fatos, a análise estatística e os modelos explicativos dos determinantes biológicos das doenças – uma espécie de estudo monográfico das cidades com enfoque no estado de saúde da população.*" (Guimarães, 2.001, p. 160)

As doenças eram vistas como decorrentes das precárias condições, principalmente dos bairros operários, e poderiam ser eliminadas através da derrubada de edificações insalubres, da divulgação de práticas de higiene, da expansão das redes de água e esgoto, entre outras medidas. Uma visão perigosa que levava a identificar doente e pobre; ou seja, nos pobres é que morava o perigo.

Os estudos de microbiologia, na segunda metade do século XIX e início do seguinte, deram maior rigor técnico ao combate de diversas moléstias, permitindo uma melhora nos programas de ação e controle do ambiente urbano. Estas ações provocaram um significativo impacto no perfil de morbimortalidade em muitos países, que tiveram como resultado o aumento da expectativa de vida e do crescimento vegetativo. Durante o século XX, em grande parte do mundo, o perfil da

---

[89] No manifesto de seu congresso ocorreu a primeira referência à abolição: "… *na primeira ordem das coisas está o melindroso assunto do elemento servil*". Mas, além de não ser uma simples *questão servil,* propunham que a questão deveria ser solucionada de acordo com os interesses de cada região e que os fazendeiros deveriam ser indenizados pelo capital investido nos escravos.

[90] Josué de Castro realizou poucas análises sobre a saúde e a questão urbana.

morbimortalidade foi de decréscimo das doenças infecto-contagiosas para um aumento das crônico-degenerativas.

Entretanto, nossos problemas relativos à saúde pública existem desde a implantação da estrutura colonial no século XVI. A grande redução populacional ocorrida foi provocada muito mais pela introdução de micróbios, trazidos da Europa, do que pela pólvora ou trabalho forçado. O *choque microbiano* foi um grande instrumento bélico dos ibéricos em sua conquista da América. Varíola, tifo e caxumba derrotaram muitos focos de resistência. Por ironia, muitas das doenças com as quais a América foi presenteada pelos europeus foram, mais tarde, chamadas de *doenças tropicais*.

Se, no século XVI, o Brasil foi, no imaginário construído pelos marinheiros, um *paraíso tropical*, no século seguinte já era identificado como um *inferno* para a sobrevivência dos brancos. Cargos criados pelo Conselho Ultramarino de Portugal para zelar pela saúde dos habitantes de sua colônia americana, como os de físico-mor e de cirurgião-mor, permaneceram sem ocupantes por longos períodos. Os poucos médicos e cirurgiões, que para cá vieram, eram insuficientes[91] para um grande território, e o povo não os procurava pela pobreza – que o impedia de pagar a consulta – e pelo medo de se submeter a tratamentos baseados em purgantes e sangrias, que mais matavam que curavam. Por isso, os remédios receitados pelos curandeiros brasilíndios ou negros eram os mais utilizados.

No período colonial, os surtos epidêmicos que mais matavam eram os de varíola[92], de tratamento desconhecido pelos médicos[93] e curandeiros, o que impedia a cura; por isso, a única medida profilática era o isolamento dos *bexiguentos*, o que levava muitos a morrerem sozinhos. No século XIX foram fundadas as academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro (1813) e da Bahia (1815), que se transformaram em escolas de medicina; em 1829, na capital federal, foi criada a Imperial Academia de Medicina. Tanto ela quanto a Junta de Higiene Pública, criada logo depois, eram ineficientes na prevenção e no tratamento das doenças que atingiam os moradores da capital do Império e depois, pelos viajantes, se disseminavam pelo país[94].

A quase ausência de medidas sanitárias públicas, a pouca quantidade de hospitais públicos e de Santas Casas, a falta de higiene dos mesmos (inclusive pela mistura de pacientes e de, por vezes, dois dividirem o mesmo leito), a ausência de pesquisas e a dificuldade de nossos médicos em aceitarem as novas teorias médicas (com base na bacteriologia e na fisiologia), faziam da saúde pública (um campo de conhecimento que só se definiu na República) um descalabro. A desorganização – e/ou ausência – dos serviços públicos de saúde possibilitou, nos primórdios da República, a ocorrência de novas ondas de epidemia. Na última década do século XIX, as principais cidades brasileiras foram atacadas por varíola, febre amarela, peste bubônica, febre tifóide, cólera e outras doenças. O estado de calamidade provocou a presença de médicos higienistas na administração pública e o surgimento de, ainda que incipientes, políticas públicas de saúde[95]. Assim como aconteceu mais tarde com a legislação

---

[91] *"Em 1746, em todo o território dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, havia apenas seis médicos graduados em universidades européias."* (Bertolli Filho, 1999, p. 06)

[92] Doença chamada de mal das bexigas ou pele de lixa, por tornar a pele semelhante à escama do peixe lixa.

[93] Alguns médicos procuravam prevenir a doença colocando um pouco de pus, extraído de um doente, em um pequeno corte feito no braço do sadio; a maioria das pessoas, entretanto, fugia deste tratamento.

[94] A varíola foi contida graças à criação, pelo médico inglês Edward Jenner, em 1796, de uma vacina produzida com o pus de bovinos infectados com a doença. Mas, em relação a diversas outras doenças, muitos médicos as atribuíam a *miasmas* (emanação nociva oriunda de animais e plantas em decomposição) que, vindas do mar, pairavam sobre o Rio de Janeiro. Além de aconselharem os ricos a irem para Petrópolis para se afastarem do *ar corrompido*, chegaram a convocar a milícia para "*disparar periodicamente tiros de canhão para* [...] *movimentar o ar e afastar os perigosos 'miasmas' estacionados sobre a cidade.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 09)

[95] Entre algumas estratégias propostas, estavam a fiscalização sanitária dos moradores das cidades, a retificação dos rios, a drenagem dos pântanos, a destruição de viveiros de animais transmissores de doenças, a reforma urbanística.

trabalhista, o meio rural foi relegado, exceto quando problemas sanitários interferiam na produção agro-extrativista voltada à exportação.

Como acontecia com a riqueza, a melhoria da saúde também ocorreu de forma concentrada. Em São Paulo, onde desde 1892 existia o Serviço Sanitário estadual, a plutocracia local destinou, comparativamente, grandes verbas para a saúde pública. Melhorou a fiscalização do serviço sanitário, a notificação de casos de doenças infecto-contagiosas no estado tornou-se obrigatória e foi determinado que somente médicos diplomados poderiam tratar da saúde da população. Importante foi a criação, pelo governo paulista, ainda em 1892, de diversos laboratórios que, ampliados, transformaram-se nos institutos de pesquisa Butantã, Biológico e Bacteriológico (mais tarde, este último passou a ser denominado Adolfo Lutz). Pesquisadores estrangeiros foram contratados para orientar estes institutos, o que também permitiu, em 1903, a inauguração do Instituto Pasteur local, voltado para produtos de uso médico-veterinário[96].

As alterações do meio urbano, realizadas em diversas capitais e cidades do interior, diminuíram os índices de morbidade[97] e de mortalidade por doenças de causas exógenas das populações urbanas. Mas, também neste caso, reproduziram o modelo social existente, pois as transformações urbanísticas e sanitárias beneficiaram principalmente as elites econômicas. Como não se *misturavam*, procuravam morar nos mesmos bairros e nestes foram instalados os principais equipamentos urbanos. Se, em algumas cidades, existiam bairros com o predomínio de alguma nacionalidade em decorrência da imigração, em quase todas existiam os *bairros dos ricos* que, controlando o dinheiro público, dirigiram a estes bairros a maioria dos recursos. A valorização artificial dos terrenos foi a forma de segregar espacialmente as áreas urbanas; a barreira econômica garantia também a *racial*, mascarando o preconceito.

O Brasil chegou ao final do século XIX sem grandes modificações estruturais, mas com as pré-condições para a sua transformação em urbano-industrial. Havia alguma disponibilidade de capitais nacionais (que financiará o setor industrial), o trabalho escravo fora eliminado (permitindo uma ampliação do mercado consumidor) e o mercado de trabalho assalariado começou a se organizar (o operariado fabril será um dos importantes atores sociais do Brasil Republicano), os núcleos urbanos aumentaram o seu ritmo de expansão e, em São Paulo, já existia uma significativa infra-estrutura de transportes. Entretanto, o país permanecia dependente, alheio às pesquisas e com uma instrução pública livresca e restrita a poucos.

Neste período, parte da elite procurava caminhos para superar um regime decadente (a monarquia), mas desejava vias que conciliassem os interesses dos barões do café e daqueles que ansiavam pela industrialização. O positivismo do francês Augusto Comte (1798-1857), que surgira com o objetivo de "*analisar e exaltar o*

---

"*Iniciava-se a era da hospitalização compulsória das vítimas de doenças contagiosas e dos doentes mentais.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 14) A crescente intervenção nos espaços urbanos provocada por propostas de médicos sanitaristas (algumas vezes utilizadas para outras finalidades mas como *justificativas médicas*), a retirada à força de moradores de determinadas áreas, levaram a agitações populares, como a famosa Revolta da Vacina em 1904. Obviamente, as causas desta última envolveram outros fatores como, por exemplo, a campanha contra a vacinação obrigatória feita pelos defensores da restauração monárquica e militares positivistas contrários ao governo de Rodrigues Alves (1902-1906).

[96] No Rio de Janeiro, o principal centro de pesquisas, criado em 1899 para produzir soros e vacinas, foi o Instituto Soroterápico de Manguinhos (em 1908 foi denominado Instituto Oswaldo Cruz). Alguns laboratórios de pesquisas foram criados em outros estados (como MG, PA e RS) mas, a escassez de recursos e a *politicagem* local, impediram que tivessem uma atuação eficiente. Durante a República Velha, alguns pesquisadores se destacaram como cientistas e sanitaristas: Oswaldo Cruz (1872-1917), Emílio Ribas (1862-1925), Adolfo Lutz (1855-1940), Carlos Chagas (1879-1934), Vital Brasil (1865-1950), entre outros.

[97] Indicador da incidência de uma determinada doença na população. É obtido pela expressão *x/y.10000*, sendo **x** o número de casos (novos e velhos) existentes em determinada área e período, e **y** a população desta área no meio do período.

*progresso das ciências experimentais, e propor uma reforma social conservadora, isto é, que mantivesse intacto o sistema político-econômico vigente*" (Cyrino e Penha, 1985, p. 26), caía como uma luva por conter idéias conservadoras e autoritárias no plano político-social[98] e, ao mesmo tempo, idéias progressistas quanto à possibilidade de as ciências solucionarem os problemas. A concepção positivista marcou, no Brasil, a política, a instrução escolar e diversas ciências (entre elas, a Geografia) em grande parte do século XX; daí a necessidade de caracterizá-la.

Na primeira metade do século XIX, a burguesia já havia consolidado seu poder político e econômico em alguns países europeus, a Revolução Industrial ia a "*pleno vapor*" e os problemas sociais por ela provocados se agravavam.

> "*Ciência e técnica tornam-se aliadas, provocando modificações no ambiente humano jamais suspeitadas.* […] *A exaltação diante desse novo saber e novo poder leva à concepção do 'cientificismo', segundo o qual a ciência é considerada o único conhecimento possível e o método das ciências da natureza o único válido, devendo, portanto, ser estendido a todos os campos da indagação e atividade humanas*." (Aranha e Martins, 1988, p. 180)

Neste ambiente foi que se desenvolveu o pensamento positivista comteano que, quanto ao conhecimento, pregava que a ciência era o único conhecimento, a única moral, a única religião possível. O único conhecimento válido era o que se baseava em fatos. "*Todos os bons espíritos repetem, desde Bacon, que somente são reais os conhecimentos que repousam sobre os fatos observados*." (Comte, 1973, p. 11) Com isso, abandonava-se qualquer tentativa de conhecimento absoluto e de conhecimento através das causas, pois os fatos seriam conhecidos somente através da experiência, e a única válida era a dos sentidos.

Houve uma redução da realidade ao mundo dos sentidos, circunscrevendo o trabalho científico ao domínio da aparência dos fenômenos e restringindo-os aos aspectos sensíveis e dimensíveis do real, transformando o cientista em um simples observador por não caber a ele a procura do porquê, a indagação da essência dos fenômenos. No *Curso de Filosofia Positivista* (1830-1842), Comte afirmou que:

> "*o caráter fundamental da filosofia positivista é tomar todos os fenômenos como sujeito a 'leis' naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas 'causas', sejam primeiras, sejam finais."* (Comte, 1973, p. 13)

Deste modo, o método da ciência – o único válido e que deve ser estendido a todos os campos da atividade humana, devendo esta ser guiada por ele – era essencialmente descritivo: descrevia-se os fatos e se mostrava as relações constantes entre eles. Estas relações eram expressas por leis[99] – as leis positivas seriam verificáveis em todo o universo – e consentiam a previsão dos fatos.

---

[98] Estes aspectos também ajudam a explicar a aceitação, por setores da elite, do determinismo fisiográfico. Ele permitia ver o desequilíbrio regional como um fato natural, a pobreza como derivada da ausência de recursos naturais, o isolamento de determinados grupos como decorrente de, por exemplo, fatores geomorfológicos. Cumpriu bem o seu papel social: "*convencer os homens à resignação em relação às disparidades regionais, dado que estas seriam antes de mais nada fatos naturais.* [...] *... evitar a reflexão política sobre os desequilíbrios territoriais e em mascarar as escolhas de política territorial efetivas dos grupos dominantes.*" (Quaini, 1983, p. 44) Não foi somente para a classe dominante européia que esta concepção foi importante.

[99] Na obra *Discurso sobre o Espírito Positivo* (1844), Comte afirmou que a revolução fundamental "*consiste inicialmente em substituir em toda parte a inacessível determinação das causas propriamente ditas pelas simples pesquisas das* ***'leis', isto é, relações constantes que existem entre os fenômenos observados***." (Comte, 1973, p. 55; grifo nosso)

O conhecimento das leis dos fenômenos possuiria, como resultado, a previsibilidade dos mesmos por nós. Ciência, logo previsão, logo ação[100]. As leis invariáveis valeriam para todos e quaisquer fenômenos, fossem orgânicos ou inorgânicos, físicos ou morais, individuais ou sociais. O verdadeiro espírito positivo consistia "*sobretudo em 'ver para prever', em estudar o que é a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais*." (Comte, 1983, p. 77) Assim, seríamos espectadores de fenômenos que existiriam independentes de nós, somente seria válido o que é experienciado pelos sentidos, e leis invariáveis regeriam os fatos sociais, o que deixava claro que o positivismo era uma filosofia determinista.

O método válido, portanto, seria a indução[101], que se transformava na única via de explicação científica, método que permitiria inferir o passado do futuro e os casos não observados daqueles observados. Ao estabelecer como axioma que "*tudo é relativo*", sendo isto a única coisa absoluta, reduzia "*toda causalidade a meras relações de simultaneidade e sucessão*." (Ribeiro Júnior, 1984, p. 23) Portanto, o método positivo[102] "*não assinala à ciência mais do que o estudo dos fatos e suas relações, fatos esses somente percebidos pelos sentidos exteriores. Por isso, pode-se dizer que o positivismo é um dogmatismo físico e um ceticismo metafísico*." (Ibidem, p. 17) Seu interesse pela ordem foi revelador de sua visão conservadora e autoritária, o que o levou a estabelecer hierarquias e classificações. Elaborou uma classificação – ao mesmo tempo lógica e cronológica – das ciências, partindo da mais simples e abstrata (a matemática) à mais complexa e concreta (a sociologia)[103].

A fórmula máxima da política positivista era "*O Amor por princípios, e a Ordem por base; o Progresso por fim*." Só poderia ocorrer desenvolvimento social na medida em que o governo mantivesse a ordem. A

> "*ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da ordem; como no mecanismo animal, o equilíbrio e a progressão são mutuamente indispensáveis, a título de fundamento ou destinação*." (Comte, 1973, p. 75)

A sociedade deveria ser hierarquizada[104] e, semelhante a um organismo, havia nela uma divisão de funções, com a subordinação das partes a um poder central e superior;

---

[100] "*Em resumo: 'ciência, daí previdência; previdência, daí ação': tal é a fórmula muito simples que exprime, duma maneira exata, a relação geral da 'ciência' e da 'arte', tomando essas duas expressões em sua acepção total*." (Comte, 1973, p. 29)

[101] Indução, para Aristóteles, é o "*procedimento que dos particulares leva ao universal*." (Abbagnano, 1982, p. 529) O escocês David Hume (1711-1776) já advertia: "*Todas as inferências vindas da experiência supõem, como seu fundamento, que o futuro se assemelhará ao passado e que poderes semelhantes serão unidos a semelhantes qualidades sensíveis. Se houvesse alguma suspeita de que o curso da natureza pudesse mudar e de que o passado não servisse de regra para o futuro, toda experiência de tornaria inútil e não poderia dar origem a nenhuma inferência ou conclusão. É impossível portanto que argumentos extraídos da experiência possam provar a semelhança do passado com o futuro: visto que todos os argumentos assim feitos se fundam na suposição daquela semelhança*." (Ibidem, p. 531)

[102] Para Comte, no *Discurso sobre o Espírito Positivo*, todas as significações comuns do termo "*positivo*" serviam para qualificá-lo. O termo designa o *real* em oposição ao quimérico, o contraste entre *úti*l e ocioso, a oposição entre a *certeza* e a indecisão, opor o *preciso* ao vago e, uma quinta aplicação, a palavra positivo como contrário a negativo. Segundo ele, o único caráter essencial não indicado pela palavra *positivo* consistia em sua tendência a substituir, em todos os lugares, absoluto por *relativo*. (Comte, 1973, p. 68-69)

[103] Definia a sociologia como uma *física social* mas, em suas análises, emprestou os modelos da biologia e explicou a sociedade como um *organismo coletivo*. Eram seis as ciências fundamentais (as outras, para ele, não estavam ainda constituídas e, por isso, não as classificou): a matemática (que deve "*constituir o verdadeiro ponto de partida de toda educação científica racional*"), a astronomia, a física, a química, a fisiologia (biologia) e a física social. "*A primeira constitui necessariamente o ponto de partida exclusivo, e a última a única meta essencial de toda a filosofia positivista, …*" (Comte, 1973, p. 96).

[104] A sociedade deve ser dirigida "*pelos proprietários (poder temporal), filósofos, cientistas (poder espiritual), artistas (encarregados de induzir o povo a adotar o plano dos sábios); e aos operários cabe o trabalho obediente*." (Cyrino e Penha, 1985, p. 28) No *Discurso sobre o Espírito Positivo*, Augusto Comte afirmou: "*… a natureza de*

e sua "*evolução*" seria paulatina, o que a tornava incompatível com uma revolução violenta. Não existiam direitos – eles expressariam o individualismo e protegeriam os que desejassem subverter a ordem social –, exceto o de cumprir o dever para com todos.

Para Comte, assim como a noção de causa deveria desaparecer do domínio filosófico, a de direito deveria desaparecer do domínio político, pois o homem como individualidade não existia, existindo apenas a Humanidade (Ibidem, p.83)[105]. A sociedade só progrediria pelo sacrifício e pela dedicação, pela preponderância dos instintos altruístas sobre os egoístas, expressa na fórmula "*viver para outrem*". Entretanto, rejeitava a igualdade (que provocaria inveja em relação aos que ascendiam socialmente e desconfiança em relação à autoridade) e pregava um governo autoritário para instaurar a moral positiva – subordinando os interesses privados aos coletivos –, garantir a ordem e, assim, proporcionar o progresso industrial. Esta fé na ciência para solucionar os problemas e as idéias conservadoras e autoritárias, talvez sejam as razões da adoção do positivismo – inclusive de sua religião – em países de estruturas oligárquicas e carentes de uma ideologia desenvolvimentista, o que ocorreu na América do Sul, sobretudo no Brasil.

No Brasil, a influência do positivismo foi muito grande, tanto no campo científico quanto no campo político, até porque foi no contexto positivista que se deu a politização dos militares. A proposta comteana teve grande influência no período republicano, como podemos perceber, entre outros, no lema da bandeira nacional, nos governos autoritários formalmente liberais, na separação entre Igreja e Estado, no preconceito em relação as saber popular, nas reformas educacionais privilegiadoras da matemática e das *ciências naturais*, na política trabalhista paternalista e repressora (do período Vargas, por exemplo), no crescente poder da tecnoburocracia e na política de "*segurança e desenvolvimento*" (dos governos militares). Mas o destaque aqui dado ao positivismo se deveu principalmente ao fato de ter sido a ideologia predominante na Geografia brasileira até o terceiro quartel do século XX.

De modo geral, a geografia positivista se caracterizou por comportar-se como uma ciência empírica, fundamentada na observação dos aspectos visíveis, mensuráveis e palpáveis do real (Moraes, 1981). Ou seja, reduzindo a realidade ao mundo dos sentidos, ao exterior dos fenômenos. Com isso, transformou os momentos iniciais (descrição, enumeração, comparação, classificação) do trabalho cientifico em sua totalidade, ignorando processos e grandezas. O seu método foi semelhante ao das ciências naturais (apesar da afirmação de que seria uma ciência de contato entre a natureza e o homem, uma *ciência de charneira* no dizer do possibilismo vidaliano), o que a levava a colocar o homem como um elemento integrante da paisagem, a se preocupar mais com o conceito numérico populacional do que com a estrutura da sociedade, com os *aspectos permanentes do espaço*. Até discutia o relacionamento entre o homem e o meio natural, mas omitia a relação social que caracterizava este relacionamento.

A restrição à descrição descartou o conhecimento pelas causas, possibilitou a aplicação de leis naturais e invariáveis em análises dos grupamentos humanos e permitiu a crença da realização de descrições objetivas e neutras. O caráter de uma ciência que estuda o meio natural e o homem permitiu que se definisse como uma ciência de síntese; mas sua síntese é uma justaposição de aspectos e não uma

---

*nossa civilização impede evidentemente os proletários de esperar e até mesmo desejar alguma participação importante no poder político propriamente dito.* […] *Numa palavra, o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos diversos deveres essenciais, quer gerais, quer especiais*." (Comte, 1973, p. 91 e 92)

[105] "*Para o positivismo a humanidade é formada só de homens. Quanto à mulher, Comte julgou-a condenada à inferioridade pelas leis irrevogáveis da natureza*." (Ribeiro Júnior, 1984, p. 33)

integração. Aroldo de Azevedo (1910-1974) chegou a afirmar que ela era a "*Mãe das Ciências, a síntese das ciências*" (Santos, 1984, p. 61). A definição como uma disciplina capaz de ordenar e relacionar os conhecimentos produzidos pelas demais ciências, além de se caracterizar como uma grande imodéstia, a levou a uma vaguidade de objeto, pois tudo o que ocorria na superfície terrestre podia integrar o estudo desta disciplina.

O próprio representante-mor da Escola Regional Francesa, de grande influência na geografia brasileira no século XX (notadamente até os anos 60), fez afirmações que corroboraram nossas observações. Escreveu Vidal de la Blache (1845-1918), em 1913, nos *Annales de Geógraphie*:

> "*A Geografia compreende, por definição, o conjunto da Terra.* […] … *tem por missão especial procurar como as leis físicas ou biológicas, que regem o globo, se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície.* […] *A Geografia distingue-se como ciência essencialmente descritiva. Não seguramente que renuncie à explicação: o estudo das relações entre os fenômenos, de seu encadeamento e de sua evolução, são também caminhos que levam à ela. Mas esse objeto mesmo a obriga, mais do que em outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo.* […] *Nenhum índice, mesmo nenhuma nuança não poderia passar despercebida; cada uma tem seu valor geográfico, seja como dependência, seja como fator, no conjunto que se trata de analisar.*" (La Blache, 1985, p. 38-45)

No seu fazer, a Geografia positivista acabou, muitas vezes, hipertrofiando a parcela e transformando-a no todo, se caracterizou por dividir em compartimentos tanto o meio natural quanto as organizações humanas, realizando diversas pequenas sínteses de aspectos destas realidades – criando "*diversas geografias*" – e fragmentando a realidade; privilegiou, ainda, as bases físicas – caracterizando-se como uma ciência da natureza –, marginalizou as preocupações teóricas mais globalizadoras e *despolitizou* o discurso geográfico.

## 2. 2. De 1889 a 1930: a República do "*café-com-leite*".

> "*Ou se sabe para onde se vai, ou arriscamo-nos a chegar onde não queremos.*" (Josué de Castro)

A República foi instalada em um momento de crescimento do prestígio popular da monarquia em virtude da Abolição. Depois desta, ex-escravos e até abolicionistas guardavam lealdade à monarquia e combatiam os republicanos; os descontentes eram setores significativos do Exército e as elites escravocratas, as que implantaram e sustentaram a monarquia. "*O Treze de Maio redimiu 700 mil escravos, que representavam, a essa altura, um número pequeno no total da população, estimada em 15 milhões de pessoas.*" (Schwarz, 2000, p. 437)[106] A elite *prejudicada* era, basicamente, os cafeicultores do Vale do Paraíba – que contavam com D. Pedro II para a manutenção da escravidão –, que vai agora se colocar contra o imperador e a favor dos republicanos. De nada adiantou premiar esses proprietários com títulos de

[106] No primeiro censo, um ano após a Lei do Ventre Livre (1871), a distribuição regional dos escravos já se mostrava muito desigual: "*o norte contava com apenas 37% dos escravos, contra 59% das quatro províncias cafeicultoras (incluindo a corte) e 7,3% das demais províncias do sul e do centro-oeste.*" (Schwarz, 2000, p. 320) O censo de 1890 apontou 14.333.915 habitantes; se eram 700 mil os escravos, eles constituíam somente 4,8% do total da população em 1888.

baronato; a ausência de indenização selou o rompimento definitivo. Mas o maior descontentamento era do Exército e nele estavam os principais defensores do positivismo e, consequentemente, da República.

Como já se anotou, a identidade nacional brasileira foi forjada a partir do território. Um país escravocrata teria dificuldades em criar sua identidade com base em sua população. A existência da escravidão impedia a criação de uma sociedade civil ampla e anulava a possibilidade de cidadania de grande parte de seus habitantes. Além disso, economias regionais com vinculações essencialmente externas, com grande concentração fundiária – base da riqueza e do poder na época – e políticas clientelistas, forjavam identidades regionais. Estas dificultavam uma identidade nacional, criavam falsas sensações de solidariedade com base no local de nascimento ou vivência, e obscureciam a desigualdade de classes. O discurso regionalista também se baseava na fisiografia, e o preconceito inter-regional também possuía ranços deterministas e racistas.

O estudo das *ideologias geográficas* deste período ajuda a entender o processo de formação de nossa nacionalidade, uma obra "*de conquista territorial, de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra. De construção de uma sociedade e de um território como elemento de identidade. De berço, o nacional é em muito o territorial*." (Moraes, 1988, p. 96) Neste processo, a geografia escolar, trabalhando com as informações básicas sobre o país, atuava na criação de uma visão social e espacial dos que freqüentavam a escola. Aqueles que atuavam em levantamentos de nossas características naturais, ajudavam o melhor conhecimento do território. Portanto, o papel da Geografia foi importante.

A tradução de algumas obras estrangeiras e o positivismo comteano provocaram uma renovação – ainda que dela se discorde – nos estudos geográficos no período republicano. Isto apesar de a proclamação da República ter sido um golpe militar, sem povo e sem rupturas significativas. Entretanto, a última década do século XIX e as três primeiras do seguinte podem ser consideradas, como diz Machado (1995), como "*uma época de redefinição da identidade nacional".* Nesta redefinição buscou-se, no exterior, teorias que ajudassem a levar o Brasil ao grupo das nações *modernas*. Por isto, não deve ter sido coincidência o fato de as principais ideologias científicas importantes, como o darwinismo social e o positivismo, estarem impregnadas de idéias de mudança, de *evolução*.[107]

Como vimos, as idéias positivistas tiveram grande repercussão no seio das elites brasileiras. Todavia, sua feição não foi a mesma. Houve um grupo mais ortodoxo, o Apostolado, que permaneceu distante do movimento político, tendo reduzida influência e se organizando como entidade religiosa. Outro grupo adaptou as idéias positivistas às questões políticas do período, fundamentando o ideal republicano. Essa feição política teve grande repercussão nas escolas militares[108], que se transformaram em importantes veículos de divulgação. Muitos militares acreditavam na república como uma forma superior de organização política, de garantia de progresso com ordem. A maioria julgava que a república chegaria de modo natural e irreversível, como um resultado da *evolução* política, sendo preciso somente preparar o terreno. Alguns não aceitavam essa linha evolucionista pois defendiam a necessidade de uma revolução; entretanto, isto supunha o envolvimento de todos os setores, inclusive do povo. Daí

[107] No entanto, havia um paradoxo: adotavam-se idéias "*modernas*", de valores universais para toda a humanidade mas sem, muitas vezes, lutar contra práticas sociais tradicionais aqui existentes. Exemplificam isto os movimentos liberais do século XIX que eram anti-abolicionistas e os defensores dos grandes ideais republicanos que eram racistas.

[108] A pregação nas escolas militares foi generalizando a idéia de que o militar deveria ter uma atuação política. Ele era o *soldado-cidadão*, mais patriota que o civil e, por isto, era justo que o Exército interviesse no governo quando este se mostrasse incapaz de conduzir o país.

nem evolução nem revolução e, sim, conspiração, devendo a implantação republicana ser realizada por uma cúpula da elite para evitar convulsionar a sociedade.

A República, portanto, não modificou as bases organizativas de nossa sociedade. O caráter neocolonial da economia, a dependência externa, o poder das elites agrárias e as precárias condições de vida da maioria permaneceram. Entretanto, embora a estrutura sócio-econômica se mantivesse, surgiram elementos novos, como a hegemonia do sudeste do país, a nascente *burguesia industrial* e a necessidade de organizar o trabalho assalariado.

O estabelecimento da República, o crescimento urbano, a expansão das vias de comunicação (estradas de ferro, navegação com barcos a motor, melhoria dos portos, cabos telegráficos submarinos ligando-nos à Europa) e os ideais de progresso, passaram a exigir novas idéias e novos saberes (o que provocou a valorização das engenharias e a procura de métodos pedagógicos voltados para a prática). Novos fixos e fluidos alteraram o espaço geográfico que, na visão miltoniana, é um conjunto contraditório, uma reunião dialética de fixos e fluxos, "*formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais;* […] *formado por um sistema de objetos e um sistema de ações*." (Santos, 1994, p. 110) E um espaço nacional requisita representações, símbolos, referências.

Nas representações sobre o território e sobre a população, o pensamento geográfico teve um papel significativo, pois

> "... *esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes e as possíveis conseqüências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias programáticas do 'progresso'. Dela emerge como questão subordinada, mas não menos importante, o papel da imigração européia na mudança da composição étnica da população – majoritariamente negra e mestiça –, e como elemento (des)organizador da estrutura sócio-espacial do país.*" (Machado, 1995, p. 310-311)

Ou seja, existia um significativo "*pensar geográfico*" antes de nossa institucionalização universitária, e seu papel foi significativo, como atestam os trabalhados de Anselmo (1995 e 2000), Antonio Filho (1990 e 1995), Ferraz (1994), Souza Neto (1997), Oliva (1998) e Vlach (1988), dentre vários

Pensamento geográfico pode ser entendido como "*um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas*" (Moraes, 1988, p. 32). Se adotarmos esta concepção, veremos que estes discursos ocorrem nos diversos campos da cultura e, portanto, não necessitam ser rotulados de *geográficos* em seu tempo. Cabe ainda ressaltar que as rupturas epistemológicas, nas diversas ciências, são freqüentemente embasadas em reflexões oriundas da Filosofia e de outras ciências. Foi o pensamento geográfico do período que sedimentou a tese da inevitabilidade de nosso destino de grande potência – que possuía como fundamento nossas riquezas naturais e a nossa dimensão territorial –, que colaborou para que dominasse a tese de uma natureza generosa, mas com uma população miscigenada, incapaz de gerir racionalmente o território, o que levou à teoria do branqueamento populacional.

Por isso, o imigrante de que necessitávamos não era qualquer um; precisava ser branco e, preferencialmente, europeu[109]. O decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, do

[109] Para o desespero de alguns racistas, o *sangue europeu* que para cá migrou nem sempre era do *melhor*, "*pois predominavam nos recém-vindos os portugueses, italianos e espanhóis, muitos deles da parte meridional de seus*

governo republicano, procurava regularizar a entrada e a destinação dos imigrantes, além da concessão de favores à iniciativa particular no transporte e no estabelecimento deles em suas propriedades. Esta reformulação do serviço imigratório começava, no primeiro capítulo, afirmando:

> *"Art. 1.° É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz,* ***exceptuados os indígenas da Ásia, ou da África, que sòmente mediante autorisação do Congresso Nacional poderão ser admittidos*** *de accordo com as condições que forem então estipuladas.*
> *Art. 2.° Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrantes daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho, quando não o puderem evitar.*
> *Art. 3.° A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de taes indivíduos, bem como dos* ***mendigos e indigentes****"*. (Imprensa Nacional, 1890, p. 1425; grifos nossos)

Além disso, estabelecia multas aos comandantes de navios que trouxessem tais indivíduos (art. 4°), determinava que só teriam passagem integral ou reduzida os chefes de família, os varões solteiros entre 18 e 50 anos (desde que fossem trabalhadores agrícolas) e os com defeitos físicos, desde que a família tivesse, pelo menos, *"duas pessoas válidas"* (art. 5°). Somente receberia auxílio o imigrante que declarasse o destino que tomaria aqui chegando (art. 9°). Fixava ainda subvenção às companhias de transporte *"pela passagem de cada imigrante adulto que ellas transportarem* ***da Europa****"* (art. 7°; grifo nosso), prêmio para as que transportassem pelo menos 10 mil imigrantes por ano (art. 16) e multas se ficasse comprovado que os imigrantes trazidos não eram agricultores (art. 15)[110].

De 1820 a 1963, 4,3 milhões de imigrantes aqui permaneceram, colocando o país em 4º lugar quanto ao número total deles[111]. Esta pouca atração deveu-se, também, a problemas com o nosso sistema fundiário, desde a segurança jurídica (ausência de títulos de propriedade válidos ou não) ao acesso à propriedade, em razão da concentração fundiária. Algumas epidemias de febre amarela – "*bem exploradas no estrangeiro pelos cônsules de países interessados em receber a mão-de-obra européia*" (Hugon, 1977, p. 104) – também atrapalharam. Além disso, a existência da escravidão (até 1888), a ausência de escolas (principalmente as de agricultura), a insuficiência do crédito agrícola em favor dos pequenos proprietários, a falta de meios de transporte, a criação de colônias em solos pouco férteis, as constantes crises econômicas, e outras. As duas guerras mundiais acrescentaram discriminações de ordem política.

---

*respectivos países e, por isso, por atarracados, morenos e com jeito de mouros, distantes do tipo que a eugenia desejava.*" (Silva, 2.000, p. 20)

[110] O capítulo II instituía favores a todo proprietário rural que desejasse "*collocar immigrantes europeus em sua propriedade*" (art. 20), fixava a dimensão dessas propriedades e sua distância — 13,2 Km — em relação aos centros de consumo ou estação ferroviária (art. 21), e outros critérios. O capítulo III versava sobre a venda de lotes aos imigrantes e o modo de pagamento. Depreende-se deste capítulo que, além de somente se interessar pelo imigrante agricultor e fazer da possibilidade de ser proprietário uma razão para atraí-lo, o objetivo era o de fixá-lo em pequenas propriedades, junto às grandes propriedades cafeicultoras, para serem uma fonte de mão-de-obra sazonal. Os proprietários das terras receberiam dinheiro por família colocada (capítulo V). Estabelecia ainda que, sobre o total das famílias de imigrantes, poderiam ser admitidos 25% de nacionais, "*comtanto que sejam morigerados"* [de bons costumes], "*laboriosos e aptos para o serviço agrícola*, ..." (art. 42).

[111] EUA com mais de 40 milhões, seguido da Argentina (7 milhões) e do Canadá (5,2 milhões). Até a I Guerra Mundial, 5,7% dos imigrantes, principalmente europeus, vieram para o Brasil; após a Lei das Cotas nos EUA (26/05/1924), o fluxo ampliou um pouco: 8,5% (mas se elevou a 20,4% na Argentina e 11,4% no Canadá).

Muitos desses imigrantes deixarão a zona rural e irão constituir o operariado. Dos três grupos que entraram em maior número entre 1890 e 1920, "*os italianos se alocaram principalmente nas fábricas, enquanto portugueses e espanhóis foram maioria nos trabalhos portuários e no setor de serviços*." (Decca, 1991, p. 11-12) Mas nossos primeiros proletários – no sentido de trabalhador das fábricas – surgiram enquanto nossa sociedade era escravista, não sendo incomum nas primeiras fábricas o trabalho conjunto entre o homem livre e o escravo. Diversos fatores dificultaram a afirmação do proletariado como classe e a sua organização política, como, dentre vários, a dispersão espacial – exceto São Paulo e Rio de Janeiro –, diversidade étnico-cultural, variedade na qualificação técnica, repressão patronal e policial.

As precárias condições de vida, trabalho e higiene da maioria da população e a visão preconceituosa da elite econômica em relação aos operários e às outras atividades manuais, criaram, notadamente nas cidades médias e grandes, uma paisagem urbana marcada pela segregação espacial. Desde vilas operárias, construídas para maior controle, às favelas nas áreas mais desvalorizadas. Os obstáculos à organização e a repressão[112] dificultavam as lutas por melhores condições de vida. Daí o quadro predominante entre os trabalhadores: precárias condições de habitação e saneamento, falta de assistência médica e de escolas, deficiência alimentar qualitativa, doenças profissionais e elevados índices de mortalidade infantil e geral.

Praticamente, o primeiro decreto relacionado com a moradia popular somente ocorreu no governo Vargas (Decreto-lei nº 58, de 10/12/1937 e o de nº 3.079, de 15/09/1938, que regulamentava o anterior, relativo a loteamento e venda de terrenos) mas, mesmo com os outras decisões à respeito do assunto, os governos nunca tiveram como objetivo solucionar a questão da habitação e sim regulamentá-la como alternativa segura para o capital. Prova disto foi o fato de, até meados de 1980, "*a maior parte das casas populares edificadas foi produzida artesanalmente, por iniciativa particular e individual da população.*" (Ronchezel, 1986, p. 15) Inclusive, até hoje permanece este quadro, afetando violentamente as questões de saúde e educação de grande parte dos brasileiros.

Sonhos da população citadina de se organizar livremente em sindicatos, de maior justiça social ou de socialismo, quando manifestados, eram reprimidos. Pelo interior do país, outros sonhos de viver fora do padrão que os excluía também foram violentamente reprimidos. Exemplificam o Levante de Canudos (1896-97), a Revolta da Chibata (1910)[113] e a Guerra do Contestado, encerrada em 1916[114]. Canudos é o mais conhecido por ter resultado – seu único aspecto positivo – em um dos clássicos de nossa literatura: *Os Sertões*.

---

[112] Além da repressão policial a qualquer movimento reivindicatório, houve a repressão legal, que pode ser simbolizada pela promulgação, em 1907, da Lei Adolfo Gordo, que "*previa a deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo ou que, simplesmente, lutassem por seus direitos.*" (Decca, 1991, p. 17)

[113] Nome dado à rebelião de marinheiros, sob a liderança de João Cândido, em novembro de 1910, cuja razão básica foi a solicitação da supressão dos castigos corporais. No mesmo período ocorreu uma revolta no Rio de Janeiro, da tripulação dos encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*, contra os soldos baixos, a má alimentação e o excesso de trabalho. Terminou com as promessas de atendimento às reivindicações e de anistia. Entretanto, João Cândido, e outros, foram presos na Ilha das Cobras onde, após novo levante, ocorreram execuções e expulsões do serviço militar.

[114] Na primeira década do século XX se estabeleceu, entre Paraná e Santa Catarina, um grupo expulso de suas terras por firmas encarregadas de implantar uma empresa de colonização e uma ferrovia. Os banidos de suas terras passaram a ouvir e a seguir as pregações messiânicas do beato José Maria. O grupo foi considerado, pelos poderes públicos, uma ameaça; pressionados, reagiram. Alguns caboclos presos tiveram seus cabelos cortados; em solidariedade, seguidores do beato rasparam a cabeça e ficaram conhecidos como *pelados* (os inimigos foram apelidados de *peludos*). O presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) chegou até a enviar aviões para bombardear as áreas de conflito.

O autor deste livro também foi um geógrafo. Seus estudos sobre os aspectos naturais do Nordeste do país e seus textos sobre a Amazônia brasileira foram fundamentais, em um período em que as principais contribuições sobre estas áreas vinham de autores estrangeiros. O fato de Euclides da Cunha (1866-1909) procurar, constantemente, relacionar os aspectos naturais aos sócio-econômicos, fez com que ele realizasse uma geografia mais avançada do que a aqui existente em sua época, limitada a levantamentos empíricos da natureza e à descrição de seus aspectos. Ao mesmo tempo em que levantava hipóteses sobre o solo amazônico e explicava o fenômeno das *terras-caídas*, propunha soluções para a região (como a via férrea Transacreana) e criticava a explotação dos seringueiros, denominando-a, segundo Antonio Filho (1990, p. 226), de "*a mais criminosa organização do trabalho*", provando, com números e exemplos, que ali o homem trabalhava *"para escravizar-se*".

Se é verdade que, como afirmou o francês, de origem marroquina, Yves Lacoste (1929- ), "*a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra*", não só para conduzir operações militares mas, igualmente, "*para organizar territórios, não somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade*" (Lacoste, 1988, p. 23), a principal obra de Euclides da Cunha é um livro de Geografia. Se na primeira parte (*A Terra*) descreveu e procurou explicar o cenário natural no qual a ação se desenrolou e, no segundo (*O Homem*), procurou caracterizar o sertanejo e o beato Antonio Conselheiro; no terceiro (*A Luta*) retomou os dois temas para explicar o conflito.

Sua concepção de Geografia era a mesma de sua época[115]. E como a maioria, sua obra contém explicações deterministas e racistas, sendo comum nela a utilização de conceitos de biologia para explicar a sociedade e a crença no dom profético da ciência. Sua visão evolucionista-positivista o impediu de ter uma visão multiculturalista e o fez acreditar na necessidade de levar a *"verdadeira civilização"* aos bárbaros do Sertão. Também o fez crer que a região era atrasada no *tempo*, não percebendo que era aquele presente que exigia o atraso e que a permanência deste sempre foi uma arma para a manutenção do poder por parte da elite regional. Apesar das inúmeras falhas[116], sua grande obra foi uma denúncia do massacre perpetrado pelas forças legais e suas descrições e análises passaram a figurar, por muito tempo, em livros didáticos de Geografia.

Euclides da Cunha realizou uma leitura do espaço sertanejo que influiu nas representações coletivas, que marcou a visão que, por muito tempo, se teve da região. Existiu aí, portanto, uma ideologia geográfica. Com ele, o Nordeste passou a ser identificado pelo seu espaço natural e sua população um atributo do lugar, com características derivadas "*do meio e da raça*". Mas, em *Os Sertões*, as determinações biológicas e as determinações fisiográficas apareciam combinadas. No contexto de sua formulação, segundo Moraes (1998, p. 117), o determinismo fisiográfico "*representou uma teoria crítica do racismo*" e diversos autores viram uma posição anti-evolucionista nas formulações de Ratzel.

A importação de teorias tem sido uma característica marcante do país. Vai-se lá fora para buscar instrumentos para aplicar aqui dentro. Entretanto, não importamos todas elas. Algumas delas chegam tardiamente, quando moribundas nos locais de

---

[115] Entretanto, no artigo *"Um atlas do Brasil"*, seu último trabalho (incompleto, encontrado após sua morte e publicado em agosto de 1909 no Jornal do Commércio, do Rio de Janeiro), afirmou: "*A Geografia brasileira é ainda estritamente descritiva. Faltam-lhe os fundamentos geológicos.* [...] *... faltam-nos as relações entre a constituição dos terrenos e as formas topográficas que dão à geografia moderna, noutros países, o caráter dedutivo de uma ciência inteiramente organizada.*" (*apud* Antonio Filho, 1990, p. 116)

[116] Além das citadas, podemos acrescentar, entre outras, o realce demasiado ao papel da Serra do Mar como um "*isolador étnico e histórico*" (Cunha, 1982, p. 70), a crença na maior docilidade do negro (p. 75) e a defesa dos açudes como a grande solução para o Sertão (p. 53).

origem. Outras foram formuladas para realidades diferentes e foram aqui contextualizadas, subvertendo muitas vezes o conteúdo original, em um processo que podemos chamar de *brasilimorfose*. Por que, no século XIX e no início do seguinte, importamos teses racistas, deterministas, positivistas mas não as idéias liberais ou as marxistas? Na França, a influência política do positivismo ortodoxo, comteano, foi muito menor do que a ocorrida no Brasil. Por que, no século XIX, as elites só incorporaram parte do discurso liberal, não fazendo da abolição da escravatura uma luta fundamental, inclusive do ponto de vista econômico?

As teorias precisavam ser implantadas em um país com uma sociedade firmemente hierarquizada, dominada por uma cultura elitizada, *ornamental* e refratária às manifestações populares, com uma política baseada em consensos entre poucos e no qual o moderno não retirava privilégio do anterior. Por isso que, nossos *modismos intelectuais*, não foram quaisquer modismos europeus ou estadunidenses, mas aqueles que respondiam a interesses específicos dos setores aqui hegemônicos. Moraes parecia ter razão quando afirmou que

> "*a própria importação responde às conjunturas vivenciadas. O conhecimento buscado é altamente seletivo e, neste sentido, a própria seleção seria um elemento explicativo das situações. O contexto interno explicaria os paradigmas e modelos teóricos assumidos, associando-se conhecimentos e interesses.*" (Moraes, 1988, p. 113)

Se considerarmos que, no período da República Velha, o meio geográfico, mesmo em correntes européias, era considerado como palco da atividade humana, que era um receptáculo que continha pessoas e coisas, se pensarmos que era comum o conceito de região natural, região-paisagem ou simplesmente paisagem e que a noção de fluxos era praticamente ausente, o que brasileiros e estrangeiros aqui faziam era Geografia.

Na formação do Estado Moderno, a soberania territorial era imprescindível. Diversos Estados plurinacionais, com línguas e culturas diferentes, foram criados. As fronteiras delimitavam uma área que se transformava em signo da identidade nacional, reforçando a necessidade da representação cartográfica. Era o território produzindo uma identidade; sua imagem unificava sentimentos patrióticos. Utilizando o significado da época, era uma *"pátria geográfica"*. Segundo o historiador Eric J. Hobsbawm (1917-), somente 2,5% dos que habitavam a península Itálica falavam a língua italiana, o que foi admitido pelo escritor e político Massimo d'Azeglio (1798-1866), um dos líderes do *Risorgimento* em sua famosa frase: "*Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos.*" (Hobsbawm, 1990, p.56)[117] Aqui também existia um Brasil real e um Brasil metáfora. Foi clara a ligação existente entre o discurso geográfico e a construção da nação brasileira identificando-a com o Estado. Ideologias pseudo-evolucionistas permitiam descartar as outras nações existentes. Por isto, a natureza e a imagem cartográfica eram mais importantes no processo de identificação do que a população existente. Não foi somente uma disciplina a serviço do Estado, mas também um Estado que se apropriou de seu discurso para construir uma nação e tratá-la como sinônimo de Estado.

Nos países europeus imperialistas do século XIX, a função da Geografia na empreitada colonial afro-asiática dos mesmos foi a de ordenar os conhecimentos relativos a relevo, clima, vegetação e padrão material para estabelecer as diferenças, caracterizar o suposto *atraso civilizatório* e justificar a apropriação territorial. Segundo Oliva (1998, p. 22), também estimulavam as sociedades geográficas e desdenhavam a geografia universitária e suas discussões teóricas.

---

[117] *Risorgimento* é o nome do movimento literário e filosófico que se transformou em uma ideologia política que levou a Itália à sua unificação e à libertação do absolutismo**.** Hobsbawm, no mesmo parágrafo, cita a frase do marechal e político Józef Pilsudski (1867-1935), o *libertador* da Polônia, referindo-se aos camponeses que não se sentiam *poloneses*: "*É o Estado que faz a nação e não a nação que faz o Estado.*"

Se na França foi realizado um trabalho de omitir pensadores que se opunham à política estatal dominante, aqui não seria diferente. A obra do anarquista Élisée Reclus (1830-1905), considerado por Yves Lacoste o primeiro *"grande"* geógrafo francês, teve

> "*seu nome cuidadosamente esquecido na Universidade, em particular por aqueles que 'pilharam', sem vergonha, os dezenove tomos de sua grande* ***Geografia Universal****, às vezes para se utilizar de numerosas passagens dessa obra naquela que estava colocada sob a patronagem de Vidal.*" (Lacoste, 1988, p. 105/106)

De modo análogo, a obra de Manoel Bomfim (1868-1932) foi escanteada. Segundo a autora de uma tese sobre ele, é uma "*obra que carrega a contradição de ser datada e ainda atual e o estranho signo de ter sido esquecida ou silenciada por um longo período*." (Oliva, 1998, p. 2)

O sergipano Manoel Bomfim, filho de senhor de engenho, formou-se médico em 1890 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atuou como médico da polícia do estado do Rio de Janeiro mas, em pouco tempo, passou a se dedicar às áreas de Educação e Psicologia[118]. Foi sub-diretor e diretor do *Pedagogium*, um órgão criado para centralizar ações (referentes principalmente à formação de professores) e impulsionar reformas no ensino público, no qual, em 1903, organizou o primeiro Laboratório de Psicologia do país, aí realizando pesquisas por quinze anos. Exerceu diversos cargos públicos no Distrito Federal, foi professor, autor de livros didáticos e de Psicologia, e colaborador de diversos jornais e revistas[119].

Foi ainda, em 1896, redator e secretário do jornal jacobino[120] *República*. Do jacobinismo "*guardou na sua obra de escritor o teor nacionalista, anti-lusitano, anti-monarquista e anticlerical."* (Oliva, 1998, p. 41) A isto podemos acrescentar a crença em uma América unida e fraterna, na necessidade da industrialização para o país e a defesa da instrução popular como uma das chaves do progresso. Foi, em 1907, eleito deputado federal por Sergipe, mas teve uma atuação pouco marcante e não conseguiu se reeleger. Entretanto, continuou participando ativamente da vida intelectual, notadamente carioca, e escrevendo obras importantes para a construção de um país independente, mais justo e moderno[121].

Já em seu livro *A América Latina – males de origem* (1905), identificava na colonização européia a causa dos males latino-americanos e acreditava que a imagem da América Latina na Europa era útil para justificar as ações do imperialismo. Elaborou a chamada "*teoria do parasitismo das metrópoles"*, conceito tomado de empréstimo da biologia e que vai utilizar como o princípio interpretativo da explotação capitalista, identificando como parasita e parasitado os pares das relações metrópole-colônia, senhor-escravo, Estado-povo, capital externo-nação. Ou seja, colocava a explotação colonial *"como um processo que sugava a vida dos povos colonizados tal como o parasita suga a vida do seu hospedeiro,* [devolvendo] *à Europa a responsabilidade por*

---

[118] Entre 1901 e 1903, freqüentou a Sorbonne em Paris e trabalhou com Alfred Binet (1857-1911), criador da psicologia experimental francesa. Binet, junto com o psiquiatra francês Thedore Simon (1873-1961), criou, em 1905 (e revista em 1908), a primeira "*escala métrica da inteligência*", conhecida como *testes Binet-Simon*. Estes testes mediam a capacidade intelectual expressa em quociente de inteligência (QI).

[119] Foi Diretor da Instrução Pública, professor, na Escola Normal, de Moral e Cívica (1898), Psicologia (1902) e Psicologia Aplicada à Educação (1916) e, na área da Psicologia, autor de *Alucinações auditivas dos perseguidos* (1904), *Noções de Psicologia* (1916) e *Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem* (1923).

[120] Segundo Suely R. Queiroz, os traços mais comuns do jacobinismo eram: *"Uma sociedade laica, anticlerical, sem o bacharelismo pedante e pontificador, onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades. Um Estado republicano, nacionalista, voltado para as próprias fronteiras e conduzido por um governo forte – eis a concepção jacobina."* (*apud* Oliva, 1998, p. 41-42)

[121] Neste aspecto, destacam-se as seguintes obras: *A América Latina: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições – degradação política* (1930) e *Brasil nação – realidade da soberania brasileira* (1931).

*tudo aquilo de que os europeus acusavam os latino-americanos."* (Ibidem, p. 50) O pacto colonial, por exemplo, era uma *relação parasitária*.

Denunciou a Doutrina Monroe, condenou a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a Campanha de Canudos (1896-1897), demonstrou a necessidade de reforma agrária, colocou o índio como o desbravador e povoador do país, mas o aspecto mais destacado de sua obra foi sempre a sua posição quanto à questão racial. Em sua época, grande parte da intelectualidade brasileira aceitava o racismo científico, e nossos darwinistas sociais apontavam o branqueamento da população como a solução para o nosso atraso. Bomfim condenava esta solução, considerava o racismo científico como uma ideologia do neocolonialismo, via a teoria da superioridade das raças como uma calúnia à teoria de Darwin, denunciava a confusão entre alternativas históricas e inferioridade racial, deixava claro que o caráter de população miscigenada era a base para a compreensão do país. Apoiando-se em outros estudiosos, reconhecia vantagens nos cruzamentos, admitindo que a mestiçagem poderia proporcionar o surgimento de novas aptidões, combatendo o racismo "*sem sair da biologia"*, ou seja, com as mesmas armas. Para ele, nossa única inferioridade era a ausência de uma educação massiva; o conservadorismo das elites era uma das razões do nosso atraso e, no livro *O Brasil Nação*, colocava como solução a revolução nacionalista e popular.

Acreditava que o país das elites abafou a nação e que havia a necessidade de uma quinta revolução[122]. Esse revolucionário nacionalista se baseava na história e na geografia para propor uma revolução socialista – *"sem excessos de força"* – mas cujo modelo deveria ser americano, nos moldes da revolução mexicana de 1910. Escreveu ele: "*Nem fascismo nem jargão da III*$^{a}$ *Internacional, mas um programa que dimana da situação histórica e geográfica"* (*apud* Oliva, 1998, p. 63). Acreditando que o Brasil era um país que bastava a si mesmo pelos seus recursos naturais e humanos, elaborou um projeto para o país que, entre diversos aspectos, incluía a industrialização, a nacionalização das quedas d'água, a distribuição de terras, o direito de greve e até a desmobilização do Exército, com o aproveitamento dos recursos nele despendidos para a educação popular[123].

Manoel Bomfim era crítico da historiografia do IHGB e não aceitava o pessimismo racista dos republicanos positivistas. Sua influência básica era o evolucionismo darwinista; exaltava Darwin mas condenava o darwinismo social, atribuindo a este o caráter de falsa ciência. Colocava a falsa *inferioridade* como histórica e a educação massiva como solução. Uma das principais tarefas da educação seria a luta contra o autoritarismo e o dogmatismo do passado, aspectos que criaram uma cultura conservadora, "*mantenedora dos princípios do domínio colonial*" e, por esta razão, "*desestimuladora da observação e da criatividade".* […] *o verdadeiro educador é um libertador de consciências* […] *e não devem ser apenas adestradores, mas formadores de indivíduos livres e conscientes*". (Oliva, 1998, p. 155) Escreveu ele em 1905:

---

[122] As outras – Independência, Abdicação, Abolição e República – haviam sido abortadas pela ação das elites. O fato de as elites estarem comprometidas com o capitalismo era outro problema pois, por ser este sistema essencialmente internacional, ele era incompatível com o patriotismo e a justiça social. Não considerou a Revolta Tenentista de 1922 e nem a chamada *Revolução de 30* como revolucionárias, pois foram movimentos que ocorreram entre os dirigentes, na busca pelo poder.

[123] Fez isso no livro *O Brasil Nação*, publicado em 1931. Sobre outras propostas, ver Oliva, 1998, p. 65. Por possuir grandes parcelas do território não integradas ao mercado capitalista e por ter um proletariado que mal se definia como classe, a revolução não podia ser marxista. Mudanças no Brasil não seriam muito difíceis em razão da "*ausência de estruturas cristalizadas*" e do "*caráter do povo brasileiro: tranqüilo, bom, plástico, assimilador*" (Ibidem, p. 66). Os exércitos nacionais eram desnecessários, mas chegou a propor a criação de um exército dos *espoliados* países sul-americanos para a defesa contra o imperialismo. Ou seja, havia uma aparente contradição: o fortalecimento da nação aliado ao ideal pan-americano.

> "*Esse progresso, que uns resumem nas cifras dos orçamentos, e outros no número de navios, e outros na extensão das minas em exploração, não é só mal definido, é fugaz e ilusório. O progresso há de ser pela própria sociedade, no seu todo; e isto se obtém pela educação e cultura de cada elemento social. Não se eleva o meio sem melhorar os indivíduos; não há progresso para quem seja incapaz de compreendê-lo e desejá-lo, prevê-lo e buscá-lo*." (*apud* Oliva, 1998, p. 155)

Aqui, e na sua concepção de Geografia, parece haver influências de Élisée Reclus, que também preconizava que "*nenhuma evolução positiva pode se realizar sem esforço individual, sem o aperfeiçoamento do homem como pessoa"*. (Reclus, 1985, p. 20)

Na sua proposta de educação, a Geografia teria um importante papel. Considerava-a como uma ciência experimental (ele a colocava no conjunto das ciências físicas e naturais), era contrário ao conceito de "*descrição da terra*" e unia-se ao clamor contra a excessiva memorização e "*aridez*" desta disciplina na época. Para Bomfim, ela se caracterizava pela sistematização e conexão científica dos fatos, sendo útil para fortalecer e orientar o espírito. A concebia como o "*estudo sistemático e racional do conjunto de condições físicas e políticas que formam o meio dentro do qual vive o homem*" (apud Oliva, 1998, p. 79), um estudo que deveria ser racional, metódico, científico, relacionando o fenômeno e suas causas lógicas, uma vez que aceitava que os fatos estavam submetidos a leis gerais.

Recomendava o uso de mapas – não como um "*simples decalque passivo na memória*" –, considerava essencial, pedagogicamente, aliá-la à História, realçava o fato de ela estimular a imaginação e defendia que seu estudo deveria ser prático, valorizando a utilização de excursões e passeios. Considerava a Astronomia, a Meteorologia, a História Natural, a Física e a Química como disciplinas auxiliares das suas explicações e isto tornava a Geografia "*a mais educativa de todas as disciplinas do programa – porque dá ensejo para combinar todos esses conhecimentos*"[124].

Quanto ao que podemos rotular de *pensamento geográfico* em sua obra sobre o Brasil e a América Latina, está o fato do tema constante ser a relação homem-meio, entendendo o autor que os latino-americanos ou os brasileiros já haviam realizado sua adaptação ao meio e possuíam condições de progredir. Outro aspecto importante era o fato de rejeitar o determinismo fisiográfico como explicação da condição do país. Para explicar o papel nefasto das elites brasileiras,

> "*lança mão de aspectos da organização espacial brasileira e os estuda: divisão administrativa e distribuição política, centralização e vida municipal, política externa no Prata, política americana, questão racial e imigração. A partir de uma visão também espacial dos 'males' do Brasil, Manoel Bomfim propõe o remédio da revolução,* ..." (Oliva, 1998, p. 62).

Era o aprofundamento do conhecimento de seu espaço que permitiria à pátria se reconhecer como tal. Em seus textos, geógrafos são mencionados ou utilizados como fontes, como Reclus, Piotr Kropotkin (1842-1921) e Albert Demangeon (1872-1940). Mas esteve ausente de instituições como IHGB e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Estudando este autor, descobriu-se que havia diversas semelhanças entre ele e Josué de Castro. Ambos eram médicos por formação, fizeram uso de conceitos geográficos ou de seu método em suas análises, eram contrários ao determinismo fisiográfico em períodos nos quais essa postura era comum em muitos intelectuais, combateram o racismo usando a Biologia – a mesma arma dos racistas – como instrumental de luta, eram a favor de uma educação massiva e contrários à estrutura educacional existente (embora Josué criticasse mais o ensino superior). Os dois foram

[124] Apud Oliva, 1998, p. 80. Estes conceitos sobre a Geografia e a sua metodologia de ensino estão no capítulo XIII do livro *Lições de Pedagogia*, publicado em 1926.

deputados federais, eram anti-imperialistas, enxergavam o latifúndio como um dos entraves ao desenvolvimento do país e se postaram favoráveis a uma reforma de nossa estrutura fundiária, não foram considerados geógrafos por grande parte dos autores, tiveram pouca participação em instituições ligadas à Geografia e, notadamente após o falecimento, ambos foram objeto de poucas referências (Bomfim também esteve ausente nos principais textos de Castro[125]), principalmente em textos ligados a esta disciplina.

Entre as diferenças que podem ser citadas, figuram a atuação de Josué de Castro como professor de Geografia Humana no ensino superior (Bomfim não teve uma atuação específica em docência e pesquisa geográficas), pois ele viveu em um período no qual já existiam cursos universitários desta ciência, a maior repercussão internacional dos trabalhos de Castro e o fato deste sempre acreditar na via pacífica para a solução dos problemas nacionais.

Justiça social, independência real e solidariedade latino-americana eram posições utópicas, que exigiam rupturas em prol de outro futuro. Idéias e teorias aspiradoras de uma realidade inexistente possuem, na visão do sociólogo Karl Mannheim (1893-1947), "*uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária*." (Löwy, 1989, p. 13). E estamos falando de Bomfim, um autor que escreveu sobre Geografia, que possuía uma definição da mesma[126] e não de alguém do qual precisamos procurá-la nas entrelinhas de sua obra.

No início do século XX, o Brasil, praticamente, completou o seu mapa[127], com a anexação de terras bolivianas invadidas por seringueiros brasileiros[128]. Com o Tratado de Petrópolis (1903), criou-se o Acre e o país se comprometeu a construir suas duas primeiras ferrovias internacionais: a E. F. Madeira-Mamoré, ligando Guajará-Mirim (RO) a Porto Velho[129], e a E. F. Noroeste do Brasil, ligando Bauru (SP) a Corumbá (MS)[130]. Isto ocorreu no momento em que, devido ao Ciclo da Borracha (1870-1910), a região

---

[125] Somente citado no artigo *Os preconceitos de raça e de clima* (in: *Documentário do Nordeste*, 1957**a**, p.141).

[126] Para ele, segundo Oliva (1998, p. 80), "*conhecer a geografia de um país significa, realmente, ter a imagem complexa de seu conjunto, e a de seus elementos característicos.*" Além disso, considerava o índio como o verdadeiro povoador, desbravador e explorador do território e que o genocídio praticado contra ele destruiu saberes acumulados, inclusive da adaptação à natureza existente. A Independência em 1822 havia sido um engodo, um grande acordo – com o aval da Inglaterra – para a continuidade dos Braganças, progredir podia ser diferente do modelo da Inglaterra e dos EUA, e a ciência deveria estar a serviço da sociedade.

[127] O atual Amapá, disputado pela França, foi definido como brasileiro em 1900. Entre 1900 e 1910, o Ministério das Relações Exteriores, comandado pelo Barão de Rio Branco (1845-1912), conseguiu definir nossas fronteiras com Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru e Uruguai. José Maria da Silva Paranhos Júnior, nome de batismo do Barão de Rio Branco, também foi importante para os estudos histórico-geográficos do país. Não teria resolvido tantas questões de limites se também não possuísse competência geográfica. Colaborou com informações sobre o país na parte da *Nouvelle Géographie Universelle* (1875-1892), de Élisée Reclus (1830-1905), sobre o Brasil, e também na *Grande Enciclopédia* dirigida pelo economista, geógrafo e historiador francês Pierre Emile Levasseur (1828-1911).

[128] Completou o mapa mas não conhecia o interior do mesmo. Neste processo de conhecimento, foi fundamental a atuação do sertanista e militar Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) que, no início do século XX, participou e comandou diversas expedições para o estabelecimento de linhas telegráficas, estabeleceu contatos com diversos grupos indígenas, criou o Serviço de Proteção ao Índio (1910), entre diversas atividades. Em 1914, recebeu o Prêmio Livingstone, da Sociedade de Geografia de New York. Incorporou "*ao patrimônio geográfico uma área de cerca de 200.000 km$^2$, até então virgem e com ela a representação gráfica e a descrição de grandes rios, novas serras e uma avultadíssima nomenclatura nova.*" (Pereira, 1994, p. 418)

[129] Com 366 km, foi construída de 1907 a 1912. Avalia-se que em sua construção morreram mais de 6.000 pessoas, principalmente devido à malária. Hoje está desativada.

[130] Com um percurso de 1603 km, a E.F. Noroeste foi inaugurada em 1904. O plano inicial previa a ligação com o Pacífico mas ficou restrita à ligação (E. F. Brasil-Bolívia) de Corumbá com Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Em 1957 foi incorporada à Rede Ferroviária Federal e em 1996 foi privatizada, passando a chamar-se Novoeste.

integrava o espaço mundial como exportadora de látex. Sua integração com o resto do país se dava, basicamente, pela utilização de mão-de-obra nordestina em seus seringais.

No mesmo período, o prefeito da capital federal, Pereira Passos (1903-1906) promoveu uma reforma urbana e jogou milhares de pessoas na rua da amargura, muitos deles desempregados devido à crise econômica de 1903-1904. A capital precisava ser um símbolo da República, da modernidade, da ordem e do progresso. Daí a necessidade de reformá-la quanto ao traçado urbanístico, à distribuição espacial de seus moradores segundo o segmento social que pertenciam. Espaço para a novidade – grandes avenidas para os automóveis – e para a higienização, através das brigadas de *mata-mosquito* para erradicar a febre amarela, da vacina obrigatória contra a varíola e da expulsão, via demolição[131], dos moradores dos cortiços do centro da cidade. Muitos se mudaram para outros cortiços localizados fora do cenário da reforma, mas muitos foram construir suas precárias habitações nas encostas dos muitos morros da cidade.

"*Um dos mais habitados era o Morro da Favela, que acabou dando o nome a todos os demais morros habitados pelos pobres da cidade.*" (Neves e Heizer, 1991, p. 61) É interessante observar que esse nome era uma referência à elevação junto a Belo Monte[132], a cidade baiana dos conselheiristas derrotados na Guerra de Canudos. A irritação com as obras na cidade, a expulsão de muitos para as áreas periféricas, o desemprego, o aumento do custo de vida, e a insuflação contra a vacina feita pelos positivistas[133], fizeram da vacinação obrigatória o estopim para um levante. A chamada *Revolta da Vacina* provocou barricadas, saques, depredações, repressão violenta[134]. Estado de sítio na cidade, centenas de mortes e prisão de participantes que, sem julgamento, foram jogados em porões de navios para serem enviados para o Acre, recém conquistado da Bolívia. Terminado o levante, começou a vacinação em massa; meses depois, a varíola não dava mais sinais de vida.

Antes destes conflitos, as ferrovias já haviam provocado a interiorização das *plantations* de café no Sudeste, desbancando o Vale do Paraíba e introduzindo o ciclo cafeeiro com base no trabalho livre. Eram ferrovias em leque, que não desbravavam novas áreas, mas seguiam o café para pegá-lo e levá-lo para o porto de Santos. O traçado retratava o propósito. Ao estabelecer trajetos fixos de transporte e comunicação, as ferrovias marcaram profundamente – assim como o café – o processo de urbanização paulista até 1930[135].

---

[131] Em nove meses, foram demolidos 614 prédios. O diretor da Saúde Pública era o paulista Oswaldo Cruz (1872-1917). Era presidente do Brasil o cafeicultor paulista Rodrigues Aves (1902-1906), que deu amplos poderes ao prefeito nomeado que, para a reforma, recorreu a empréstimos na Inglaterra, cujo valor correspondeu a quase metade da receita da União.

[132] Foi chamado de Morro da Favela e seu nome derivava da presença, no local, da *favela*, uma xerófita comum no Sertão Nordestino. No Rio de Janeiro, antes da mudança do nome, era conhecido como o Morro da Providência.

[133] A imprensa positivista, que já havia combatido a desinfecção das casas pelos *mata-mosquito*, rotulando-a de atentado contra o "*princípio da propriedade privada*", combateu a vacinação obrigatória chamando-a de "*violadora dos lares*", de "*túmulo da liberdade*", e outros epítetos.

[134]Uma das armas de muitos populares contra a polícia era a capoeira. A cidade possuía diversas *maltas* de capoeiristas e elas foram reprimidas violentamente pela polícia. Antigos capoeiristas passaram a jogar futebol nos terrenos baldios localizados fora da área remodelada e o governo estimulava a prática para vencer a capoeira. O escritor Lima Barreto (1881-1922) chamava o esporte de "*bolapé*" e dizia que seria o novo "*ópio do povo*" esse esporte "*filho do imperialismo*", praticado pela nossa burguesia racista e minador da unidade dos trabalhadores pelas discussões que provocava.

[135] Também formaram um segmento importante da classe operária – os ferroviários – que tiveram um papel significativo nas lutas sindicais até a década de 1960. Cabe ainda observar que surgiram diversos times de futebol ligados às ferrovias, um tipo de clube-empresa, com as empresas ferroviárias contratando jogadores, construindo estádios, administrando clubes. Em muitos casos, a apropriação destes clubes pelo Estado – que passou a controlar as ferrovias – trouxe "*vantagens*', tanto para o populismo varguista como para os governos militares pós-64, como controle do lazer dos empregados e a difusão da imagem paternalista, do "*bem*" que o governo fazia para a cidade.

O café também exigiu atividades urbanas ligadas a transportes, atividades comerciais (as casas importadoras e exportadoras), industriais (beneficiamento) e bancárias. A economia cafeeira possibilitou a aceleração da industrialização ao gerar u'a massa de capital monetário, ao transformar a força de trabalho em mercadoria livre e ao estimular o crescimento do mercado interno, inclusive por trazer imigrantes, u'a mão-de-obra assalariada (com alguns *conhecimentos tecnológicos*) que também ficou à disposição do capital industrial (Catani, 1980, p. 108-109). Parte do capital cafeeiro se transformou em capital industrial e fez crescer, basicamente, a indústria de bens de consumo para trabalhadores. A indústria, setorizada principalmente nos ramos têxtil e alimentício, foi, até 1930, financiada majoritariamente pela capital nacional[136].

Por ocorrer em um momento em que a economia capitalista já estava constituída em escala mundial, a nossa industrialização é adjetivada, por diversos economistas, de retardatária ou tardia. Nosso capitalismo não é tardio pois já integrávamos a economia européia desde o século XVI. Ocorre que, como espaço derivado, complementar, nossas funções não eram aqui definidas e sim no exterior. As teorias liberais mais progressistas geradas na Europa não encontravam guarida nesta terra porque estavam vinculadas a outra realidade e muitas vezes pensadas somente para aquela realidade. Muitos dos que lutaram contra a servidão na Europa ajudaram a implantar a escravidão aqui. Os que dominavam o setor de bens de produção não somente dificultavam o acesso à tecnologia como impediam a implantação das mesmas em outras áreas[137]. Não foi coincidência o fato de sempre crescermos mais durante os períodos de crises nos países centrais. Por isso, a implantação de certos setores econômicos obedecia a uma cronologia e o controlador do tempo residia em outras áreas.

Durante a chamada Primeira Guerra Mundial (1914-18), ocorreu um relativo crescimento, notadamente das indústrias de bens de consumo, decorrente, em grande parte, das dificuldades de importação. Mas o evento não provocou alterações estruturais importantes no Brasil, com esse crescimento industrial locado na região Sudeste.

O ano do centenário da Independência, entretanto, foi bastante significativo. Ocorreu a criação do Partido Comunista Brasileiro, que passará a liderar os sindicatos mais combativos. Houve a Revolta do Forte de Copacabana, a primeira das chamadas lutas tenentistas, uma rebelião de oficiais de baixa patente, descontentes com a situação política do país[138]. Teve a Semana de Arte Moderna em São Paulo que, se pouco representou na época, colocou em discussão diversos problemas brasileiros[139];

---

[136] O capital estrangeiro, predominantemente britânico, era aplicado, principalmente, nos setores de serviço urbanos, transportes, bancário e comércio externo.

[137] Exemplifica isto a constante dificuldade de se instalar uma siderúrgica – Volta Redonda só foi possível por contingências políticas da época – e mesmo uma indústria de linhas no Sertão Nordestino, como ocorreu com a Fábrica de Linhas Estrela, de Delmiro Gouveia (1863-1917), que pressionada pela inglesa *Machine Cotton*, foi vendida e, em 1930, teve máquinas e equipamentos desmontados e jogados na cachoeira de Paulo Afonso.

[138] Os oficiais eram sobretudo tenentes – daí o nome do movimento – e eram contrários à postura dos oficiais superiores quanto ao papel do Exército. Consolidada a República, houve um relativo afastamento do Exército, com exceção do governo Hermes da Fonseca (1910-1914), da vida política e uma mudança no perfil do mesmo, com o ingresso de muitos elementos da classe média, que se profissionalizaram como militares e formaram um grupo razoavelmente coeso e contrário à alta oficialidade, que se identificava com as oligarquias civis. Enquanto, para estes, o Exército deveria ser o guardião do regime, fora da política, para os tenentes ele deveria ser o "*o agente purificador do regime*" quando este se mostrava faccioso e incapaz de prover as necessidades da população (Nadai e Neves, 1991, p. 211). Com um programa pouco claro, que se revelava genericamente "*nacionalista, liberal e reformista*", defendia pontos como a "*verdade eleitoral*" (secreto e sem fraudes), a estabilidade econômica (rígido controle das finanças, contenção dos empréstimos externos, controle da inflação) e proteção aos produtos nacionais, acabando com o privilégio do setor cafeeiro (Ibidem).

[139] A Semana de Arte Moderna, além de estabelecer uma diretriz estética, a Antropofagia, ajudou a varrer alguns determinismos pessimistas. Lembrou que o Brasil tinha "*um passado de invenção e beleza, que necessitava ser revelado ou revalorizado – como o Barroco mineiro. E tinha um presente riquíssimo, o seu povo. O caipira não era*

o lançamento, no Planalto Central, da pedra fundamental da futura capital federal; e a eleição do mineiro Artur Bernardes, que governou (1922-1926) sob *estado de sítio*. Dois anos depois, no aniversário do Levante de Copacabana (5 de julho), eclodiu a revolta tenentista em São Paulo, da qual integrantes, após um mês de luta na cidade, foram para o interior do país e se juntaram a revoltosos do sul do país, comandados por Luís Carlos Prestes (1898-1990), formando a famosa Coluna Prestes, que percorreu mais de 24.000 km em território brasileiro, durante 647 dias, e foi derrotada no início de 1927.

Em 1928, em uma demonstração da força que o setor industrial estava adquirindo, foi criado o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), com um perfil que permanecerá por décadas: contra a intervenção do Estado nas relações com o trabalho e a favor da intervenção na política tarifária protecionista. Presidia o país, no período, o paulista Washington Luís (1926-1930)[140], que quis fazer outro paulista (Júlio Prestes) o seu sucessor, preterindo o mineiro Antonio Carlos[141], desarticulando o principal grupo oligárquico e permitindo um novo arranjo, com destaque para Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Surgiu, assim, a Aliança Liberal, que teve como candidato à presidência o gaúcho Getúlio Vargas (1883-1954). Nas eleições de março de 1930, venceu o candidato situacionista. O descontentamento dos oposicionistas e dos *tenentes* foi grande e, aproveitando o assassinato, em julho, do vice da chapa de Getúlio, o paraibano João Pessoa (1878-1930), depuseram em outubro o presidente e, por conseguinte, a oligarquia paulista. Esta já estava sofrendo as conseqüências da queda dos preços do café, em decorrência da crise do capitalismo mundial, iniciada em outubro de 1929. O golpe de 1930 significou o fim da República Velha, da política do *café-com-leite*, e inaugurou uma nova fase no país.

A educação formal, da proclamação da República à deposição de Washington Luís, possuiu traços do positivismo comteano. A defesa da laicização e da expansão da escola pública e gratuita se constituiu em um confronto com a presença dominante da Igreja Católica e de seu ideário, neste setor. Mesmo sem possuírem conhecimentos profundos da doutrina comteana, a primeira reforma educacional dos republicanos (1889) já foi de conteúdo positivista. Muitos dos adeptos desta escola eram contrários à fundação de universidades, se interessando principalmente pela escola primária, "*visto que esta se refere sem distinção a todos os cidadãos*" (Berger, 1976, p. 227), enquanto as escolas secundárias e superiores significavam um "*privilegiar a poucos*", uma aristocratização do ensino[142].

No início do período republicano, foi mantida a estrutura existente, com o sistema federal preocupado com a formação da elite – mantendo o ensino superior e o Colégio Pedro II – e os sistemas estaduais limitados – e de modo precário – ao ensino básico. Todavia, como as camadas médias urbanas se tornavam mais significativas, passaram a pressionar por mais vagas, pois a escolaridade já era um de seus instrumentos de ascensão social. Entretanto, as cinco reformas (1890, 1901, 1911, 1915 e 1925) impostas pelo poder Executivo na instrução pública, pouco alteraram na essência o que existia. O ensino secundário permaneceu como um curso preparatório ao ingresso nas escolas superiores, e o ensino superior permaneceu com poucas e

---

*incapaz de arte. O mestiço do litoral não era um desfibrado. Nem o sertanejo, um seco fanático.*" (Silva, 2000, p. 25)

[140] E´considerado paulista pois viveu desde a mocidade neste estado, mas nasceu no estado do Rio de Janeiro. Alguns o chamavam de "*paulista de Macaé*", cidade fluminense na qual nasceu. Duas frases, de sua autoria, simbolizam o seu governo: "*Governar é abrir estradas*" e "*A questão social é um caso de polícia*".

[141] Que, depois, dirá a famosa frase: "*Façamos a revolução antes que o povo a faça!*".

[142] O escritor Lima Barreto (1881-1922), em uma crônica de 1920 intitulada *A universidade*, criticava a idéia da criação, escrevendo que o intuito era "*dotar-nos de um aparelho decorativo, suntuoso, naturalmente destinado a fornecer ao grande mundo festividades brilhantes de colação de grau e sessões solenes.*" (Barreto, 1955, p. 123) Para ele, se quisessem realizar uma reforma radical, esta deveria começar com a supressão do ensino superior.

isoladas escolas[143]; o país entrará na década de 1930 sem uma universidade digna deste nome[144], o que, na América do Sul, somente ocorria no Brasil, no Paraguai e nas Guianas.

A pouca atenção a uma educação pública e massiva se contrastava com a ocorrência de um período de mudanças. Entre 1910 e 1930, tivemos a Primeira Guerra Mundial, alterando a face do mundo, fazendo emergir novos valores e acelerando a nossa industrialização. As velhas potências imperialistas européias começavam a ceder seu posto para os EUA. Na Rússia ocorreu, em 1917, a primeira revolução vitoriosa em nome do socialismo. O Modernismo fez um estardalhaço em 1922, embora a repercussão tenha sido grande mais pela nossa estagnação cultural do que pelo seu conteúdo pretensamente revolucionário. A mulher começava a disputar com o homem o mercado de trabalho. Avião, rádio e cinema difundiam-se rapidamente, agilizando os fluxos de informação.

O que ocorria com a educação, acontecia também na saúde pública. O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, era um hospital a céu aberto. A maioria da população era rural e doente[145]; o crescimento urbano – êxodo rural e chegada de imigrantes – ampliava a tragédia provocada pelas doenças que já existiam desde antes da República. A causa não era o crescimento demográfico urbano, mas este acompanhado do aumento da pobreza, dos cortiços, das favelas, da insalubridade, em um país que não possuía política de saúde pública. Para piorar, parcela da elite intelectual atribuía as endemias e a baixa produtividade da mão-de-obra a um *mal da raça*, conseqüência de nosso *hibridismo racial*. Isto os fazia não defender políticas públicas de saúde e sim soluções eugênicas, como o *branqueamento* através da imigração européia e a expectativa do desaparecimento dos grupos biologicamente *inferiores*.

Ainda na República Velha, ocorreram algumas iniciativas de educar a população na área da saúde, tentando convencê-la a modificar hábitos tradicionais anti-higiênicos que facilitavam a proliferação de doenças infecto-contagiosas. Um dos recursos mais utilizados era a divulgação de panfletos e cartazes; todavia, a maior parte da população era analfabeta. Foi durante o Estado Novo que as mensagens passaram a ser divulgadas, principalmente, pelas emissoras de rádio.

---

[143] Merece menção a criação de escolas superiores no estado de São Paulo como a Escola Politécnica (1896), a Escola Superior de Agricultura de Piracicaba (1905) e a Faculdade de Medicina (1913).

[144] Oficialmente, existiam as universidades Federal do Paraná (1912), Federal do Rio de Janeiro (1920) e Federal de Minas Gerais (1927). A do Paraná, criada por lei estadual, só foi reconhecida em 1946. A do Rio de Janeiro (que, em 1937, se transformou na Universidade do Brasil), uma junção artificial dos cursos federais de Medicina, Direito e Engenharia, foi criada pela necessidade de se outorgar, em 1922, o título de doutor *honoris causa* ao rei belga Alberto I. A de Minas era uma simples agregação de três faculdades (Direito, Engenharia e Medicina). No início do século XX também ocorreram tentativas de se criar a Universidade Popular, com base em congêneres italianas. Em 1904, Elysio de Carvalho inaugurou, na capital federal, a primeira Universidade Popular, visando a "*instrução superior do proletariado*" que, por diversas razões, fracassou. Em 1913, na Paraíba e com apoio do presidente do estado, foi criada a Universidade Popular, destinada a todas as classes mas especialmente ao "*proletariado*". Na verdade, as poucas (doze) conferências realizadas (gratuitas mas exigiam trajes "*decentes*"), alegradas por banda de música, não passaram de "*elegantes encontros sociais*" (Rodrigues, 1981, p. 13).

[145] Em 1920, a população brasileira era estimada em 30 milhões de pessoas e, destas, aproximadamente 20 milhões moravam na zona rural. Como muitas pessoas padeciam de mais de uma enfermidade, calcula-se que, na época, havia "*17 milhões de enfraquecidos pelos parasitas intestinais, três milhões de vítimas da doença de Chagas, dez milhões de atacados pela malária e ainda cinco milhões de tuberculosos*" (Bertolli Filho, 1999, p. 21). Pobres, sem condições de pagar uma consulta ou remédios, muitos recorriam a *coronéis* locais que, lendo um exemplar do Formulário Chernoviz (nome original: *Formulário ou guia médico que contém a descrição dos medicamentos, suas propriedades, suas doses, as moléstias em que se empregam, etc.*). Escrito em português pelo médico polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (!812-1881), que viveu durante 15 anos (1840-55) no Rio de Janeiro, foi publicado pela primeira vez em 1841; teve muitas edições e constituía todo o conhecimento de muitos *práticos* do interior brasileiro por décadas. Os coronéis davam a receita (muitos dos remédios tinham por base ervas medicinais brasileiras) e controlavam – até com isto – seus currais eleitorais.

No início da década de 1930, o Brasil continuava rural e analfabeto – 70% em ambos os casos – mas o parque industrial do Sudeste crescia, aumentando a burguesia industrial, o proletariado e a necessidade de melhor preparar a mão-de-obra. Alguns educadores discutiam uma nova escola[146], articulada do primário ao superior e acessível a todos, com base na crença de que, através da educação, toda a sociedade se modificaria para melhor. No final da década de 1920, as propostas de Fernando de Azevedo (1894-1974) lideravam as discussões. Os integrantes do grupo denominado *Escola Nova* propunham uma escola baseada na iniciativa do aluno, fornecedora de experiências de vida, com conteúdos adequados às realidades social e etária dos alunos e com professores mais orientadores do processo do que impositores da verdade. Aprender a fazer fazendo e a pensar pensando em situações reais (Piletti, 1990, p. 71), eram a essência da proposta.

No início da Velha República, o governo provisório, talvez já sabendo da importância da Geografia para a demarcação do território e exercício do poder[147], criou o Serviço Geográfico do Observatório do Rio de Janeiro e o transferiu, através do decreto nº 451-A, de 31/05/1890, para o Ministério da Guerra, por considerar a urgente necessidade de reorganizar o observatório e a conveniência de

> "*aproveitar tão útil instituição de sorte que nella completem seus estudos os engenheiros geographos e officiaes do estado-maior, adquirindo os conhecimentos práticos indispensáveis para o bom desempenho das commissões, que ser-lhes-hão confiadas, commissões entre as quaes salientam-se as que visam a fixação dos limites dos território da República:* …" (Imprensa Nacional, 1898, p. 1194).

Demarcar o território, fixar seus limites, era tarefa de engenheiros-geógrafos – sabem medir, calcular distâncias – e de militares, controladores e defensores do território.

Para o Estado, a Geografia se tornava cada vez mais importante nas salas de aula, para a inculcação do patriotismo e a garantia da ordem social. Naquela época, já era comum a divisão em *física* e *política*, a introdução se constituir de conceitos de *geografia astronômica e* o estudo do país através de cada uma das suas unidades político-administrativas. Normalmente era definida como a ciência que descrevia a superfície terrestre, como fez o filólogo brasileiro Manuel Ida Said Ali (1861-1953), catedrático de alemão no Colégio Pedro II, que se aventurou a escrever um livro chamado *Compêndio de geografia elementar*, publicado em 1905. Dividia a disciplina em *geral* (aí incluídas a *astronômica* e a *física*) e *especial* (ou *corografia*), que estudava em regiões determinadas os temas explicitados na geografia geral. Mas, "*pela primeira vez, um autor propõe estudar o Brasil em regiões*" (Vlach, 1988, p.159), levando em consideração as afinidades econômicas existentes entre os estados – na época, vinte – , conciliadas, na medida do possível, com as "*condições geográficas*". Todavia, no estudo de cada uma das cinco regiões – definidas por meio de *critérios racionais* –, abordava separadamente cada estado.

Mas isto não significava que os livros didáticos, em geral, tinham deixado de ser precários e voltados essencialmente para a memorização. Ilustra isto o livro **Geographia** da *Nova collecção de livros didáticos, por F.T.D.*, publicado no início da

---

[146] A marca inicial da organização da luta dos *educadores liberais* foi a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, na qual Everardo Adolpho Backheuser teve uma ativa participação. Outra contribuição importante foi o inquérito sobre o ensino realizado em 1926 pelo jornal *O Estado de São Paulo*, levado a efeito por Fernando de Azevedo, que "*procurou levantar problemas e soluções referentes a todos os graus de ensino, indicando caminhos para a renovação da educação brasileira*". (Piletti, 1990, p. 63)

[147] O primeiro governo republicano também sabia da importância da Geografia para a disseminação do patriotismo através do conhecimento dos recursos naturais e dos limites políticos da pátria. Exemplifica o fato o decreto nº 1294, de 17/01/1891, que criou no Instituto Nacional dos Cegos "… *as seguintes cadeiras: a de geographia universal e especialmente do Brazil e chorographia do Brazil, separando-a da cadeira de história, que passará a ser de história universal e especialmente do Brasil;* […]" (Imprensa Nacional, 1891, p. 273).

década de 1920, para as escolas primárias e admissão ao curso ginasial. O livro (FTD, 1923) era constituído de 375 perguntas e suas respectivas respostas[148]; as respostas não continham causas ou razões mas somente quilômetros, número de habitantes, nomes de rios, serras, ilhas, ferrovias, … Nada sobre processo histórico ou pobreza e a própria monocultura não era vista como um problema e sim como um motivo de orgulho. Era a chamada "*geografia-nomenclatura*", que persistirá por décadas nos livros didáticos.

Entretanto, ocorreram algumas propostas avançadas, considerando a escola e a visão de ciência da época, e a inexistência de cursos universitários desta ciência. Foi o caso do livro *Práticas de Geografia*, publicado em 1930 e para uso no ensino secundário e normal, do professor do Colégio Pedro II, Fernando A. Raja Gabaglia (1897-1954). Defendia que o ensino dela deveria "*ter sempre um cunho prático*" (Gabaglia, 1930, p. 5) e, por isso, apresentava demonstrações experimentais e abundantes exercícios práticos[149]. Apesar de estar patente no texto a concepção como estudo da natureza, também estavam presentes a idéia de *ciência-experiência* e a necessidade de construção de modelos mecânicos para se entender a natureza.

No período em questão, já se destacavam neste campo, Everardo Backheuser (1879-1951) e Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), parceiros na criação do Curso Livre de Geografia Superior, em 1926, curso que possuía, entre seus objetivos, auxiliar os docentes do ensino primário nos conhecimentos e métodos modernos da disciplina. Backheuser possuía uma visão de mundo muito próxima dos intelectuais autoritários da época, proximidade que se manifestava

> "*na defesa de um modelo autoritário e centralizado de Estado,* […] *no entendimento da educação como uma das vias 'par excellence' de um projeto modernizante, na defesa de uma educação que primasse pela formação de elites preocupadas com a coletividade, entendida no sentido de nacionalidade, na crença e no anseio por um Brasil moderno progressista.*" (Anselmo, 2000, p. 45)

Tendo em Ratzel seu mestre maior, começou a publicar estudos geopolíticos na década de 1920, sendo um dos precursores destes estudos no país.

Formado em engenharia civil (1901) pela Escola Politécnica do Rio do Janeiro, continuou (já atuava desde 1896) como preparador de mineralogia junto a esta mesma escola até 1907. Ao mesmo tempo, assumiu outras atividades, como na Leopoldina Railway (engenheiro ajudante, de 1901 a 1903) e na Prefeitura do Distrito Federal (1903-1934), onde exerceu diversas funções. Suas atividades como professor tiveram início aos 17 anos, em função das difíceis condições financeiras da família, preparando alunos para o exame de seleção do Colégio Nacional (Colégio Pedro II), onde, mais tarde, lecionou Geografia[150]. Leu Ratzel, Kjellén e Karl Haushoffer (1869-1946) nas

---

[148] A capa já era ilustrativa do que vinha a seguir; nela havia dois meninos e o seguinte diálogo: "*— Sabes a lição de Geographia? – Sei, na ponta da língua!*". As questões eram normalmente assim: "*Quais são os limites do …*", "*Enumerai as cidades notáveis, … mares e golfos, … cabos notáveis*", "*Quais as principais ilhas, … principais montanhas, … principais rios*". Havia até uma questão (nº 154) perguntando em quantas dioceses o Brasil se dividia, ou "*De todas as religiões, qual é a única universal e verdadeira?*" (nº 84)

[149] O livro foi dividido em quatro capítulos: (I) Demonstrações e experiências, (II) Determinações diversas, (III) Trabalhos graphicos e plasticos, e (IV) Leitura de Cartas. No final, um tipo de apêndice, com "*dados e estatísticas para a construção de diagramas e cartogramas*", "*Glossário de termos técnicos*", "*tabelas*" e até o material necessário para um "*gabinete de geographia*".

[150] Foi professor catedrático de Mineralogia e Geologia da Escola Politécnica do Rio (1914-1925), ajudou a fundar a Academia Brasileira de Ciências, foi vice-presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, catedrático de Geografia Humana e Administração Escolar na Faculdade Católica de Filosofia (1941-1948), catedrático de Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula durante o mesmo período, catedrático de Geopolítica no curso de Direito da Universidade Católica do Rio (1948-1951), além de empresário no setor da construção civil. Foi, também, fundador da Associação Brasileira de Educação (1924 – e nela foi presidente da Seção de Educação Moral e Cívica), participou da Corrente em Prol da Escola Nova (1927-1931) no grupo do sociólogo e pedagogo

fontes originais, se transformando no grande divulgador das teorias geopolíticas alemãs no Brasil. Entretanto, seus primeiros artigos foram ligados à fisiografia[151]; as suas principais publicações voltadas para as questões nacionais começaram a aparecer somente a partir da metade da década de 1920[152]. O saber geográfico, em seu significado tradicional, foi fundamental por ser o fornecedor de conhecimentos básicos que interessavam, como instrumentalização, ao poder. Como outros intelectuais do período, acreditava na educação e no branqueamento da população como pilares da formação da nacionalidade brasileira.

Via a unidade da pátria em função de sua coesão territorial, era contrário a um nacionalismo xenófobo e a favor de um patriotismo que aceitava os recursos humanos e econômicos do exterior (embora contra o controle estrangeiro de certos setores vitais como a cabotagem, as ferrovias e a siderurgia) e defendia uma redistribuição fundiária – sem excluir a grande propriedade – para atrair e fixar trabalhadores estrangeiros selecionados (o que melhoraria a *massa populacional*, tanto no aspecto genético quanto no cultural). Discordava do federalismo republicano – que acentuava a rivalidade entre os estados – e era favorável a um centralismo político.

Seu envolvimento com os estudos geográficos começou a ser maior quando se tornou professor ginasial desta disciplina. Esforçou-se, ao lado de Delgado de Carvalho, em torná-la mais analítica, mais *científica*. Extraiu de suas leituras de Ratzel a determinação da natureza sobre a vida social, mas procurou

> "*contrabalançar essa dependência do meio com uma força interna existente nas sociedades para desenvolver-se e libertar-se: o 'grau de cultura'.* [...] *Embora coloque os atributos culturais como uma força alteradora dos determinismos ambientais, aproximando-se irremediavelmente das teorias culturalistas, Backheuser contesta a escola francesa, rejeitando seus princípios. Essa rejeição parece mais voltada à França em contraposição à Alemanha que aos princípios científicos em si, uma vez que seu discurso aproxima-se muito dos 'possibilistas', em certo sentido."* (Anselmo, 2000, p. 42-43)

Desde que tomou contato com as obras de Ratzel[153], passou a divulgar em quase todos os seus trabalhos os conceitos ratzelianos e a pregar a ocupação efetiva de todo o espaço brasileiro, apesar de nossas condições climáticas desfavoráveis e do povo ainda *racialmente* inadequado. Defendia o imigrante, menos por sua função material e mais como "*sangue novo e puro que venha corrigir por salutares mestiçagens as avarias deixadas pelo clima tropical na terceira ou quarta geração de troncos originariamente europeus."* No mesmo texto, afirmou:

---

Fernando de Azevedo (1894-1974), da campanha pelo ensino religioso católico, fundou e presidiu a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e a Confederação Católica Brasileira de Educação; e fez propaganda do esperanto. Em 1933, presidiu a Comissão Nacional de Redivisão Territorial; por dois mandatos seguidos (1910-1918), foi deputado estadual no Rio de Janeiro pelo Partido Republicano Conservador (PRC).

[151] *Os sambaquis do Distrito Federal* (1918) e *A faixa litorânea do Brasil Meridional* (1918), sendo, este último, sua tese para catedrático junto à Escola Politécnica. Publicou, anteriormente, um relatório elaborado quando era engenheiro da prefeitura da capital federal: *Habitações Populares* (1906).

[152] Entre outros: *A aritmética na Escola Nova* (1933), *Problemas do Brasil. Estrutura geopolítica. O espaço* (1933), *Ensaio de biotipologia educacional* (1941), *Manual de pedagogia moderna* (1942), *O professor* (1946), *Curso de geopolítica geral e do Brasil* (1952), além de dezenas de artigos em revistas ligadas à educação e à geografia. Em pesquisa que realizamos no Boletim Geográfico (de 1943 a 1952), encontramos trinta e cinco artigos de sua autoria.

[153] Teve contato pessoal com Otto Maull (1887-1957) quando este visitou o Brasil em 1923 e manteve contatos posteriormente. Maull era integrante do grupo geopolítico conhecido como *Círculo de Munique*, liderado por Karl Haushoffer. Segundo Costa (1992, p. 197), Backheuser "*foi o único brasileiro que teve um artigo publicado na tão controvertida 'Revista Geopolítica' alemã.*" Segundo Pereira (1994, p. 432), o artigo publicado intitulava-se *A nova concepção da geografia* e este fato permitiu que Backheuser ficasse conhecido em alguns meios europeus, "*sendo citado, várias vezes, em trabalhos de eminentes geógrafos, especialistas em assuntos de metodologia e filosofia geográficas.*"

> "*É fato cientificamente indiscutível que as condições climatéricas do Brasil, excluídas em parte as do nosso meridião, depauperam a raça, obrigam-na à indolência, ao nirvanismo, à incapacidade de reação e essa outra doença* [...] *a volubilidade inata do caráter brasileiro."* (*apud* Anselmo, 2000, p. 74)

Ou seja, uma adaptação cabocla do determinismo e do darwinismo social: se o meio é inóspito, os problemas podem ser solucionados com a presença da raça superior: a branca européia.

Para ele, a Geografia deixava sua tradição descritiva para ser uma ciência que raciocinava, explicava, induzia, deduzia, previa "*fatos físicos e acontecimentos sociais"*. Combateu o dualismo física–humana pela ligação estreita existente entre o homem e o meio físico; escreveu:

> "*A geografia é a filosofia unitária do envoltório terrestre.* [...] *é a ciência que estuda as relações de interdependência, ou sejam as ações e reações que entre si exercem os fatores: – solo, clima e homem, em certa e determinada região da superfície da Terra e em um dado momento de sua História."* (apud Anselmo, 2000, p. 184 e 185)

Deixava claro, portanto, que a paisagem geográfica se ocupava, de modo interdependente, de três fatores (solo, clima e homem), que ela variava no tempo e no espaço, e que a localização – ou a delimitação – era uma atividade essencial pois impedia o enciclopedismo e dava ao trabalho geográfico um cunho científico. A delimitação[154] e a síntese interligadora dos três fenômenos básicos a diferenciariam de outras ciências.

Everardo Backheuser discutiu e escreveu sobre, entre diversos temas, clima, população, território (e propôs uma redivisão), localização da capital federal (defendia a transferência para a região central do país), centralização política, espaço, Estado, fronteira (como órgãos vivos). Ou seja: realizou uma Geografia, foi um geógrafo. Além disto, ministrou aulas desta disciplina no antigo Colégio Pedro II e em faculdades particulares, propôs programas do primário ao colegial, e até de um curso universitário. Com Delgado de Carvalho, fundou, em 1926, o Curso Livre de Geografia Superior, que foi, de algum modo, um ensaio de ensino superior. Todavia, quando ocorreu a sua institucionalização acadêmica no Brasil, no ano de 1934 em São Paulo e no ano seguinte no Rio de Janeiro, não foi convidado para compor os quadros docentes das universidades públicas[155]. Após a criação dos primeiros cursos em instituições públicas, publicou dezenas de artigos no Boletim Geográfico, participou das chamadas Tertúlias Geográficas e, mesmo assim, passou a ser citado somente nos estudos de geopolítica brasileira e se tornou mais uma *voz esquecida* desta ciência no país.

Não cabe aqui a afirmação de que o autor é anterior à nossa cidadania acadêmica. Ele é anterior e posterior. E a geografia no Brasil existe desde há muito pois, como ocorreu em outros países, ela já existia como disciplina escolar desde o século XIX. Além disso, antes de 1934, já haviam ocorrido aqui, diversos congressos[156]. Sua atuação, no campo específico desta ciência, foi mais intensa e profícua que a de Josué de Castro. Era ratzeliano, darwinista social, positivista, autoritário, não aceitava as nações indígenas como civilizações (portanto, sem direito a território e necessitando ser absorvidas) e elitista. Contudo, boa parte dos geógrafos posteriores também possuía diversos destes aspectos. A sua exclusão, acreditamos

---

[154] Escreveu: *"Um local só fica de fato seguramente determinado quando se lhe conhece a área (espaço, 'Raum'), a situação em relação a outros (posição, 'Lage') e a forma que possui ('Gestalt') caracterizada essencialmente pela sua periferia (limites, 'Grenzen')."* (apud Anselmo, 2000, p. 191)

[155] Delgado de Carvalho, a outra grande referência epistemológica do período, ocupou a cadeira de Geografia do Brasil na Universidade do Brasil; Backheuser assumiu, a partir de 1939, as cadeiras de Geografia Humana e de Geografia do Brasil em duas instituições particulares.

[156] Segundo Anselmo (2000, p. 138), entre 1908 e 1926, ocorreram oito Encontros Nacionais de Geografia.

nós, se deveu principalmente ao predomínio marcante da Escola Regional Francesa após 1934. Um autor ratzeliano, muitas vezes acusado de germanófilo e crítico do possibilismo, tinha tudo, na época, para ser excluído. Mas não se combate idéias adversas com a omissão ou o olvido; se se discorda, deve-se retomar, provar seus erros, destacar seus aspectos corretos, pois é assim que uma ciência avança.

Todavia, o nome de maior destaque no período foi o de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, que não era geógrafo por formação acadêmica – diplomou-se em Ciência Política – e é considerado, por muitos, como o pioneiro da moderna Geografia no Brasil[157]. Seus estudos sobre o sul do país e o seu trabalho sobre a metodologia do ensino foram marcos importantes[158]. Suas propostas eram avançadas, como demonstra o texto a seguir, publicado originalmente no livro *Methodologia do ensino geographico*, em 1925:

> *"O methodo de ensino por meio de circulos concentricos, representando gráus successivos de força e complexidade, alargando pouco a pouco o horizonte para passar sempre do conhecido ao desconhecido,* [...]*. Em geographia* [...] *era imposto à creança* [...] *a comprehensão do globo terrestre e as noções de cosmographia, mesmo primárias. Ao envez, procura-se agora entre todos os objectos familiares circumjacentes os elementos formadores da geographia. Mas esta ultima caracteristica, a passagem do que é familiar ao que é menos conhecido, e d'ahi, ao que é desconhecido, não é o ponto capital do novo ensino geographico. O eixo pode-se dizer de todo este ensino é o factor humano.* [...] *tornar o homem o ponto principal de interesse em todo e qualquer estudo geographico. A finalidade deste ensino é o estabelecimento elementar, mais claro e permanente, das relações entre a terra e o homem."* (Carvalho, 1990, p. 107)

Estabeleceu, assim, um duplo critério para o seu ensino no curso primário: o ponto de partida era o que estava próximo do aluno e todas as explicações e descrições deveriam girar *"em redor do factor humano"*. Organizou etapas de aprendizagem e defendeu que o conhecimento da realidade circundante deveria preceder a explicação teórica.

> *"As posições successivas do sol devem ser constatadas e verificadas, annos antes de serem explicadas por figuras theoricas.* [...] [E] *conhecido o território nacional, os demais paízes devem ser objecto apenas de descripções comparativas, mais ou menos summarias, ficando o nosso como a unidade que serve de medida e de ponto de referência."* (Carvalho, 1990, p. 108)

Importante sua atitude de respeito à criança, de valorização do concreto, ao defender que os objetos só deveriam ser definidos após o conhecimento dos elementos que o compunham. Na época, ainda não considerava a Geografia como uma ciência e sim como uma agregação do conhecimento de diversos ramos científicos, um "*excellente ponto de partida"* para as outras ciências, sendo sua função proporcionar uma "*base larga e variada*" para as mesmas. *"De facto, a geographia, em si, não é uma sciencia,*

---

[157] Manuel Correia de Andrade afirma que, com ele, "*iniciava-se o pensamento geográfico no Brasil*" (Andrade, 1977, p. 08), o que discordamos. Isso não descarta a existência de um aspecto inovador em sua obra, de que realmente influenciou o aparecimento de uma geografia mais *moderna*, mais *científica*.

[158] Suas primeiras obras foram em francês: *Un centre économique au Brésil (estado de Minas)* (1908) e *Le Brésil Méridionel: étude économique sur les états de sud* (1910). Entre suas diversas obras, podemos citar: *Geographia do Brasil* (1913), *Climatologie du Brésil* (1916), *Météórologie du Brésil* (1916), *Physiografia do Brasil* (1922),*Geografia Elementar* (1924), *Metodologia do ensino de Geografia* (1925), *Corografia do Distrito Federal* (1926), *Geografia econômica* (1927), *Geografia Política* (1929), *Atlas Pluviométrico do Nordeste* (1931) e *Introdução metodológica aos estudos sociais* (1957). Com Therezinha de Castro, escreveu dezenas de capítulos do *Atlas de relações internacionais*, publicado em fascículos, como caderno especial da Revista Brasileira de Geografia, uma publicação do IBGE. Em pesquisas no Boletim Geográfico, do Conselho Nacional de Geografia, encontramos, no período 1943-1956, vinte e seis artigos escritos por ele (sendo três em co-autoria).

*porque não possue material proprio nem methodo necessário: é na physica, na chimica, na botanica, na sociologia que encontra os seus materiaes de estudo."* (Ibidem) Para quem estava escrevendo isto após a morte de Humboldt, Ritter, Reclus, Ratzel e Vidal de la Blache, a afirmação poderia ser mais cuidadosa, apesar de sua formação inicial ter sido em Ciência Política. No entanto, seu conceito de tempo — *"conjunto das* ***condições temporárias*** *da atmosphera num logar considerado"* — e de clima — *"conjunto das* ***condições medias*** *da atmosphera no logar considerado"* (Ibidem, p. 111) – era atualizado.

No livro *Geografia Humana*[159], ainda que poucas vezes, utilizou o termo "*ciência geográfica*". Mas preso à visão da Escola Regional Francesa, sua concepção era *dual*, compartimentada e indefinida quanto ao seu objeto.

> *"Antropogeografia ou Geografia Humana tem pois por objeto o* ***estudo do homem em suas relações com a Terra****, nas circunstâncias geográficas ou nas* ***condições do meio*** *em que ele vive.* [...] ... *um ramo da Geografia Geral, embora tenha objeto distinto e preciso,* ..." (Carvalho e Castro, 1967, p. 09).

Definia como uma das atividades da Geografia Econômica a explicação das razões pelas quais algumas regiões são "*mais importantes na produção e exportação de diversos artigos, enquanto outras se tornam mais características na importação"*, mas, como se isso fosse algo natural e não — em grande parte — imposto pela Divisão Internacional do Trabalho. Daí permanecer na *paisagem econômica* e não incluir o ser humano como um dos bens econômicos de um país[160].

Desde o tomo I de *Geografia do Brasil* (1913)[161], Delgado de Carvalho fez uma descrição do país com base em suas regiões naturais, melhorando a proposta de Said Ali. Sua proposta de divisão do país em *"unidades geográficas naturais"* foi, por muito tempo, adotada pelo IBGE, do qual foi um dos fundadores. Ajudou também o avanço da discussão teórico-metodológica, criticando as concepções tradicionais e colocando como obstáculos ao crescimento de uma geografia mais científica, entre outros, aquela que chamou de *"geografia administrativa"* (que se baseava na divisão administrativa) e o excesso de nomenclatura.

Aceitava a região geográfica como a região natural e procurava aplicar o princípio de conexão ou interação, atribuído a Karl Ritter (1779-1859) e Jean Brunhes (1869-1930), segundo o qual os fatos não estão isolados e, sim, inseridos num sistema de relações, tanto locais quanto interlocais. Seu conceito de região era uma delimitação da relação *"harmônica"* dos fenômenos da natureza e não uma construção humana, ainda que mais tarde, no livro *Metodologia do Ensino Geográfico* (1925), tenha colocado o homem, embora em uma concepção idealista do mesmo, como o principal centro de interesse da interpretação geográfica e de qualquer ciência, possuindo maior importância os fenômenos naturais ligados aos seres humanos.

Admitia graus de civilização, cuja *evolução* era entendida como independência em relação à natureza. Defendia como função da Geografia o dar a conhecer o país que se habitava, inclusive como um *"dever de inteligência e de patriotismo"*. Entretanto, a sua concepção de uma geografia mais racional não conseguiu ultrapassar o estudo das relações entre o homem e o meio ambiente, valorizando o estudo das

---

[159] Publicado pela primeira vez, em edição provisória, em 1933. Aqui utilizamos a publicação de 1967, em co-autoria com Therezinha de Castro.

[160] No livro **Geografia Humana** (1967) a pobreza não aparece, a divisão entre os homens é de graus de civilização – selvagens, bárbaros e civilizados – sendo estes últimos os que possuem a cultura européia. Sete páginas (p. 250-257) foram dedicadas à seringueira, à produção, ao seu histórico, mas nada foi colocado sobre as relações entre capital e trabalho; nem a palavra seringueiro foi citada. Mais de três páginas (p. 270-273) foram dedicadas ao petróleo mas sem citar as *Sete Irmãs*.

[161] Um dos primeiros livros didáticos com o nome de *Geografia do Brasil* no lugar de *Corografia do Brasil*.

características naturais, não colocando a sociedade como seu objeto de estudo e dando à geografia um caráter de base para as outras ciências sociais.

Seus livros didáticos, apesar destas ressalvas, foram importantes pelo cunho científico que procurou atribuir à disciplina em questão, pelas práticas pedagógicas que tentou disseminar e por vincular método e conteúdo, o que não era comum por aqui. Foi *"o primeiro professor de geografia a abordar no Brasil, com profundidade, a questão do método no ensino de geografia* ..." (Vlach, 1988, p. 178). Ainda que a serviço do Estado, esforçou-se para implantar uma geografia científica no Brasil — nos moldes das escolas alemã e francesa —, apesar dos obstáculos do período, como a pouca existência de estudos aprofundados sobre as nossas características naturais. Tentou esta modernização através do livro didático, o que fez Vlach afirmar: "... : *foi no seio do ensino de geografia, particularmente em suas escolas secundárias, que irrompeu esta geografia 'moderna' no Brasil, na primeira metade da década de 1910".* (1988, p. 181)

Teve também uma grande influência e, a nosso ver, negativa, através de seu livro *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*, publicado em 1957. Negativa por ter sido um dos fundamentos da implantação da disciplina Estudos Sociais, uma (con)fusão de conteúdos provindos da Geografia e da História, com a superposição da pregação ideológica conhecida como Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Partindo do pressuposto de que era um período de progresso material e de intensas mudanças na sociedade – uma situação que não encontrava correspondência na instância educacional –, e acreditando no poder mágico das ciências, realçou o papel de Estudos Sociais — que teria na sociologia sua área núcleo — na realização dos objetivos gerais da educação. Despertar atitudes, proporcionar opções, preparar o aluno para a mudança — não para conduzi-la —, eram alguns dos objetivos propostos.

Delgado de Carvalho sabia que Geografia e História eram disciplinas que podiam ser usadas para impregnar o nacionalismo no corpo discente, conhecia o papel que tinham exercido na constituição e consolidação de alguns Estados-nações europeus. Papel semelhante buscava para a geografia brasileira, à qual procurou dar maior racionalidade, torná-la um *"ramo científico"*. Como, em sua concepção, ela se utilizava de elementos das outras ciências, não conseguiu dar-lhe o *status* de ciência. Como o positivismo despoja do real apreendido sua conotação de resultado de um processo histórico, suas análises encobriam os conflitos inter e intra-classes. Daí fazer da fisiografia a base e considerar o ser humano um dos fatores do meio e não como sujeito. Isto, porém, não tira o mérito do autor na sua tentativa de torná-la uma ciência, de transformá-la em algo mais do que uma simples nomenclatura e do fato de suscitar diversos questionamentos, cujas respostas possibilitaram o seu crescimento no país.

Além do que fizeram os diversos autores citados, se observarmos com atenção o rol de trabalhos realizados no país feito por Pereira (1994), podemos verificar que, notadamente no campo de investigações relativas à natureza, houve um avanço significativo nas décadas iniciais do século XX, ampliando o volume de conteúdo de ciências das quais a Geografia se servia para suas análises[162]. Aconteceram avanços metodológicos significativos no campo da geologia, climatologia, botânica, cartografia, que lhe trouxeram muitos subsídios. Um bom estudo geográfico do relevo, para ser feito, depende das contribuições de ciências como geologia, geomorfologia, climatologia e cartografia. Alguns trabalhos realizados no período pós-universidade só foram possíveis graças a estes estudiosos do passado. O que não ocorreu no período

[162] Comentando os inúmeros trabalhos bibliográficos que haviam sido organizados sobre a produção geográfica, Pereira verificou "*o quanto foi rica a fase da história da bibliografia do Brasil, entre a segunda metade do século XIX e os primeiros decênios do século XX*." (Pereira, 1994, p. 427) Ao analisar Backheuser, afirmou que o autor servia "*para mostrar que muitos estudiosos dos primeiros decênios do século atual, já eram, neles, geograficamente modernos, e que, pelo fato da idade, não o deixaram de ser, depois de 1934, nem se fossilizaram, tampouco.*" (Ibidem, p. 432)

foi um avanço teórico significativo. Fazia-se Geografia, muitas vezes, de modo secundário ou como subsídio a outros trabalhos; mas foram poucos os debates sobre ela.

## 2. 3. De 1930 a 1954: a era Vargas.

> "*Sabe-se de fato que quanto mais uma ciência se considera imune de juízos de valor, tanto mais ela é, de fato, impura, isto é, ideológica e acrítica,* ..." (Massimo Quaini).

Após a Independência, o governo monárquico requeria "*a apropriação territorial tanto nas suas formas materiais quanto ideológicas (criação da identidade nacional*) … […] *A República Velha quebra o centralismo imperial e coloca ênfase na organização federativa do Brasil*" (Zusman, 2001, p. 8-9), o que permitiu a hegemonia dos estados melhores sucedidos do ponto de vista econômico (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). O golpe de 1930 reformulou o projeto político; retomou-se o desejo de unidade nacional,

> "*nas mãos de um Estado modernizado, dotado de um aparelho burocrático, intervencionista e hierárquico. No entanto, São Paulo dominado pela oligarquia cafeeira não está disposto a submeter seus próprios interesses aos nacionais."* (Zusman, 2001, p. 9-10)

Em 1930, os cafeicultores perderam grande parte de seu mercado externo. Apesar da crise, o café permaneceu como o principal produto de exportação e o governo procurou garantir o seu preço que, em 1931, correspondia a um terço do que fora em 1929. A pouca entrada de capitais estrangeiros, a crise econômica, a dificuldade de empréstimos externos (se conseguidos, os juros eram elevadíssimos), fizeram com que o governo suspendesse o pagamento da dívida externa. Sem moeda estrangeira era difícil importar maquinofaturados, o que estimulou a produção interna.

Paradoxalmente, a crise econômica proporcionou oportunidades para investimentos industriais[163]. O próprio aumento de população urbana ampliou o mercado de consumo interno. A indústria foi o motor da recuperação econômica, ajudada pela pressão política dos industriais – agora mais organizados –, pela aquisição de equipamentos usados no mercado internacional e, principalmente, pela atuação do Estado, que se transformou em investidor no setor de bens de produção e em controlador dos organismos da classe operária. Cooptava o operariado urbano mas excluía o campesinato – mais difícil de se organizar na defesa de seus direitos – dos *benefícios* trabalhistas.

Este tipo de cooptação caracteriza uma alienação em relação ao poder; com ela, a política gira em torno do Estado e de sua principal figura. Essa é uma das características do populismo: "*a tentativa de estabelecer uma relação direta entre a liderança política e a 'massa', o 'povo', sem intermediação de grupos sociais organizados.*" (Schwartzman, 1987, p. 15). Um populismo que sofreu influências de governos fascistas europeus mas que não deve ser classificado de modo semelhante por, entre outros aspectos, não possuir claramente ambições de expansionismo territorial.

---

[163] Entre 1920 e 1929, foram criados 4.697 estabelecimentos industriais e a taxa média anual de crescimento da indústria foi de 2,8%; entre 1930 e 1939 foram criados 12.232 estabelecimentos e a taxa média anual, entre 1933 e 1939, foi de 11,2%. (Adas, 1985, p. 257)

Além disso, apesar de medidas e atividades semelhantes ao figurino do fascismo italiano, "*o regime autocrático brasileiro diferia, em muitos aspectos, do modelo europeu, na medida em que não se baseou em nenhum partido ou movimento político que lhe garantisse a sobrevivência*." (Mendes, 1986, p. 45) Isto somente foi procurado no final do Estado Novo. Diferia também do regime peronista argentino pois este teve por base o movimento sindical e aqui o sindicalismo populista formou-se com o regime varguista. Também recebeu uma grande influência do positivismo mas através do castilhismo. Em 1932, claramente inspirada no fascismo europeu, surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB). Em seu *manifesto de outubro*, segundo a transcrição de Bercito (1990, p. 29), afirmou que

> *"o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes; indivíduos isolados, exercendo pessoal ação nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro.* [...] *Precisamos de autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um;* [...] *Precisamos da hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem* [...]."

Sob a liderança de Plínio Salgado (1895-1975), que afirmava que todos os defeitos do mundo se originavam da ausência de disciplina e da falta de autoridade do Estado, a AIB defendia o *Estado Integral*: nacionalista, autoritário e anticomunista. Nele, através de eleições indiretas, a direção caberia às *elites esclarecidas*, que governariam e conciliariam os conflitos de classe. Obtiveram uma significativa adesão, principalmente nas classes médias e na juventude e, no princípio, a condescendência de Vargas[164].

Em janeiro de 1935, socialistas, comunistas e a ala esquerda dos tenentes formaram, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, a Aliança Nacional Libertadora (ANL); antifascistas, se opunham ao avanço dos integralistas, condenavam o imperialismo e o latifúndio, defendiam reformas sociais mais profundas e também a deposição de Vargas. Foi colocada na ilegalidade mas, em novembro deste mesmo ano, organizou um levante em Natal, Recife e Rio de Janeiro, conhecido como a Intentona Comunista. Fracassaram, e com base na recém promulgada (abril de 1935) Lei da Segurança Nacional (LSN), foram violentamente reprimidos, com prisões e deportações; a perseguição se estendeu a todos os setores de esquerda. A LSN, a ANL e a Intentona, "*tornaram a repressão implacável e a manutenção de qualquer tipo de resistência impossível.*" (Gomes, 1994, p. 161) Um grande número de sindicatos sofreu intervenção, ocorrendo o afastamento de lideranças independentes.

> "*Se em 1920 a questão social foi definida como uma questão policial – e os anarquistas foram apontados como o 'inimigo objetivo' – em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional, e o mesmo tipo de discurso acusatório iria se voltar contra uma nova categoria: os comunistas.*" (Gomes, 1994, p. 161)

Os *comunistas* também foram o pretexto para o golpe de 1937 (Estado Novo); a apresentação de um *plano* (falso) dos mesmos para tomar o poder — o Plano Cohen[165] — foi a justificativa para que Vargas, apoiado pela cúpula das Forças Armadas, pelos

---

[164] Até a tentativa de derrubá-lo, em 11/05/1938, quando se sentiram traídos pela proibição da existência de partidos políticos. Apelidados de *camisas verdes*, dada a coloração do uniforme que usavam, possuíam como lema *Deus, Pátria e Família* e se cumprimentavam em tupi-guarani — *Anauê* —, com o braço direito levantado e a mão espalmada. E, segundo Orlando Valverde, logo após o golpe de 1964, a Sociologia e a Historiografia foram consideradas subversivas mas a Geografia não, porque "*a autoridade que fez o 'expurgo' nos programas de ensino, o deputado Plínio Salgado* […] *fora autor de um livro medíocre: a 'Geografia Sentimental'*." (1984, p. 11)

[165] Descobriu-se, depois, que o Plano Cohen era uma fraude, elaborada sob a responsabilidade do general Olímpio Mourão Filho, para justificar o golpe de 10 de novembro de 1937. Neste mesmo dia, o Diário Oficial publicou o texto da nova Constituição, elaborada por Francisco Campos (ministro da Educação no começo da década de 1930). Foi chamada de *polaca* por ter sido inspirada na constituição fascista polonesa.

integralistas (abandonados logo depois) e por diversos intelectuais, modificasse a Constituição, abolisse os partidos políticos e assumisse com plenos poderes. O falso plano comunista foi atribuído a um judeu (Cohen) e ele

> "*expressaria a ameaça do judaico-comunismo internacional. Nesta peça política, o anticomunismo se juntava ao anti-semitismo, a radicalização ideológica se revestia de aspectos racistas alimentando o discurso que defendia a necessidade de um Estado forte capaz de defender a Nação de perigosos inimigos externos.*" (Araújo, 2.000, p. 14-15)

A partir do golpe, o Estado conseguiu controlar, efetivamente, todos os setores da vida do país através, inclusive, de forte repressão. Para o *bem da pátria* e dos empresários industriais, o Estado impedia, através do Ministério do Trabalho e da Justiça Trabalhista, o confronto direto entre o trabalho e o capital. Passou, inclusive, a fixar o valor mínimo dos salários, com a criação do salário-mínimo em 1940, e a garantir a existência dos sindicatos de trabalhadores — que começaram a se esvaziar — com a criação, também em 1940, do *imposto sindical*[166].

A veiculação das idéias governamentais, a divulgação de suas realizações e o controle das discordâncias eram feitos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939. O DIP realizava programas de radiodifusão, concursos de monografias, cine-jornais, revistas, eventos cívicos, e exercia a censura sobre o rádio, a imprensa escrita, o teatro, o cinema, a literatura, os livros didáticos e todas as outras manifestações culturais. Apesar deste forte controle, a vida cultural era razoavelmente intensa durante os anos 30 e 40, principalmente na diversão da maioria da população urbana: o rádio e o cinema. No rádio, a maior audiência era dos programas de auditório, das novelas e dos musicais. A produção nacional de cinema, através da Atlântida e da Cinédia, sonhava em concorrer com Hollywood; o governo criou o Instituto Nacional do Cinema, destinado a proteger — obrigava as salas a exibirem, no mínimo, um filme brasileiro por ano — e a promover o cinema nacional.

O DIP também censurava as letras de música popular, impedindo a crítica ao regime, a exaltação à malandragem e "*o descrédito na ascensão social através do trabalho.*" (Nadai e Neves, 1991, p. 231). Músicas ufanistas eram estimuladas, como exemplificam algumas composições de Ari Barroso (1903-1964), autor do conhecido samba-exaltação *Aquarela do Brasil*, que acabou se convertendo em símbolo nacional e se transformando em uma das músicas brasileiras mais conhecidas e gravadas no exterior. Embora sua letra não contivesse referências ao regime estado-novista, ela *exalava o espírito oficial da época*. Marcante foi a atuação do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos (1887-1959), que puxava o coro dos defensores do regime e carregava a bandeira do canto orfeônico. Defensor

> "*de uma proposta musical nacionalista, sob a capa protetora do estado, ele concebia o canto coral como arma de combate ao individualismo. A seu ver, a música deveria exteriorizar a conciliação das classes sociais, funcionando como uma alavanca para a integração social e política sob a batuta estatal. Daí a importância que atribuía à prática do canto coral: ao entoarem, irmanados, as composições de celebração à disciplina e ao civismo, seus integrantes fariam juras de amor à pátria.*" (Paranhos, 1999, p. 41)

A música, como um elemento de coesão social, foi muito valorizada no período e o canto coral ocupou, nos grandes espetáculos cívicos, uma posição de destaque.

O crescimento demográfico brasileiro, a partir dos anos 30, foi essencialmente vegetativo, sendo cada vez menor o papel da imigração. Vários fatos foram responsáveis por este processo, como a *Revolução de 1930* (o governo estabeleceu

---

[166] Por este imposto, todo o trabalhador, sindicalizado ou não, era obrigado a pagar, uma vez por ano, o valor correspondente a um dia de trabalho. As diversas leis trabalhistas criadas ao longo do governo Vargas foram, em 1943, concentradas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

medidas restritivas à imigração), a Constituição de 1934 (estabelecimento de cotas de entrada no país, de 2% sobre cada nacionalidade, nos últimos 50 anos), as leis de 1938 (80% dos imigrantes deveriam ser agricultores, proibição da entrada de comunistas e anarquistas, de deficientes físicos e de analfabetos), o fascismo italiano (estimulando a permanência no país), a II Guerra Mundial, a alteração do fluxo de imigrantes da Europa (passou a ser mais intra que intercontinental) e a melhora no padrão de vida de muitos países europeus. Ao lado disto, com a persistência de uma elevada natalidade e de uma redução progressiva da mortalidade, o país apresentava um crescimento natural cada vez mais elevado.

Tabela 12. População brasileira de 1920 a 1970

| Ano | População | Ano | População |
|---|---|---|---|
| 1920 | 27.294.000 | 1960 | 69.720.000 |
| 1940 | 41.236.000 | 1970 | 93.215.000 |
| 1950 | 51.944.000 | | |

Fonte: Hugon, 1977, p. 41 (com supressões)

Dois decretos de 1930 (de 9/05 e 16/05) estabeleciam a necessidade de a maioria dos imigrantes ser de agricultores. O decreto 19.482 (12/12/1930), limitava a entrada de estrangeiros e impunha a cada empresa a obrigatoriedade de empregar, no mínimo, 2/3 de brasileiros natos. A Constituição de 1934 previa que a entrada de estrangeiros fosse submetida às restrições necessárias à "*garantia da integração étnica e da capacidade física e cívica dos imigrantes*", motivo pelo qual se estabeleceu o sistema de cotas. Entretanto, o sistema de cotas não era necessário pois as entradas ocorriam abaixo das cotas estabelecidas. De 1930 a 1945 tivemos, portanto, um período de limitação às entradas de imigrantes, com exceção dos portugueses. A partir de 1945, as limitações foram mais flexibilizadas mas aí, o imigrante desejado, já não estava disposto a vir e as migrações internas pareciam resolver o problema da mão-de-obra nas áreas mais *desenvolvidas*.

De 1850 a 1950, incluindo seus descendentes, os imigrantes representavam, aproximadamente, 15% do crescimento absoluto da população brasileira. No período mais forte, de 1890 a 1900, foi de 7,6% a participação do imigrante na população total média; entre 1950 e 1960 foi de apenas 0,7%. O grupo mais prejudicado em 1930 foi o japonês, pois o pegou em um período de significativo movimento para o país. Ele se adaptou às condições naturais do país e dificilmente o abandonava, sendo o detentor do mais alto coeficiente de fixação[167]. Mantinham uma coesão grupal intensa e pouco se misturavam com outros grupos. Aliás, foram os imigrantes agrupados (como os japoneses e os alemães, por exemplo) os que mais se fixaram. Os lusitanos foram excluídos das restrições da década de 1930; também por isto, acabaram suplantando os italianos e se tornando em maior número[168]. Apesar disto, esta destinação foi modificada; se logo depois da II Guerra Mundial 90% dos emigrantes de Portugal vinham para o Brasil, em 1960 eram 28% e entre 1961 e 1966, apesar de multiplicado por quatro o número de emigrantes, somente 20% para cá se dirigiram.

Vargas, desde a tomada do poder em 1930, se mostrou um governante hábil. Mas, no início, não era um líder popular e carismático. Sua imagem popular, que perdurou por décadas, foi consolidada no Estado Novo. Ou seja, "*o poder não foi decorrência de sua popularidade e carisma, mas, ao contrário, é no exercício do poder que esses atributos são construídos através de uma eficiente campanha política e*

[167] Foi de 90% o coeficiente de fixação no estado de São Paulo, entre 1926 e 1929.

[168] De 1947 a 1957 entraram, no Brasil, 220.758 portugueses contra 96.952 italianos, 85.028 espanhóis e 20.140 alemães. Em 1963, foram 11.585 os imigrantes lusitanos, 2.436 espanhóis, 867 italianos e 601 alemães (Hugon, 1977, p. 59).

*ideológica.*" (Gomes e Araújo, 1989, p. 06) O Estado Novo consagrou a proposta autoritária, com a marginalização dos comunistas (desde 1935), da extrema-direita (através da perseguição à AIB) e dos defensores do liberalismo. Vargas firmou alianças sólidas com a corporação militar e com setores da burguesia, através do compromisso de promover o crescimento econômico do país. Além da força repressiva e da propaganda ideológica, buscou, de modo eficiente, sua maior base de legitimação na classe trabalhadora urbana.

Durante o primeiro período Vargas, apesar de tudo, ocorreu uma espécie de reanimação da "*inteligência brasileira*", com a publicação de obras que nortearão a interpretação do país por um longo período: *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987), *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior (1907-1990). "*De modo diversificado, todas incorporam concepções geográficas que escapam da perspectiva determinista*". (Moraes, 1988, p. 124). Estes livros ajudaram a mudar a imagem que o brasileiro possuía de si próprio. Freyre demonstrou que "*o Brasil não era uma nação branca que tinha negros. O negro estava em todos nós e sem o negro não teria havido nem havia o Brasil.*" (Silva, 2.000, p. 26) Que éramos todos mestiços culturais e nesta mistura definidora era difícil saber o que vinha do brasilíndio ou do africano ou do europeu; éramos fruto de um rico e complexo encontro de culturas[169]. Freyre falou da existência de uma democracia racial; a discussão desta posição permitiu, mais tarde, comprovar que ela não existia mas realçou o desejo, em muitos, de torná-la realidade.

Holanda explicou nossos problemas a partir das características dos portugueses, que

> "*não haviam organizado de forma coesa e solidária. A aspiração de cada pessoa era de bastar-se a si própria. A esse individualismo exacerbado, aliava-se, numa península onde todos queriam ser barões, o desprezo pelo esforço manual, pelo trabalho.*" (Silva, 2.000, p. 29)

Daí os portugueses não conseguirem estabelecer aqui uma sociedade marcada pela organização, pelo planejamento e por um conviver mais solidário. A cidade dependia do campo e, neste, cada família patriarcal cuidava de si e era mais forte do que o Estado. Prado fez uma leitura dialética de nossa história, mostrou que o país fora criado de fora para dentro pelo capitalismo europeu e se explicava por sua relações externas.

No primeiro período Vargas foram criadas as universidades de São Paulo e a da capital federal, com o propósito de "*diversificar e especializar as profissões, de modo compatível com um mercado de trabalho já complexo*" (Moraes, 1988, p. 124) e, principalmente, "*a formação de uma elite internalizada nos valores sociais*" (Zusman, 2001, p. 10) dos grupos que as criaram. Também, neste período, ocorreu a chamada segunda fase do Movimento Modernista (1930-45), caracterizada por obras mais maduras dos modernistas da fase anterior e por uma nova geração de escritores preocupados com os problemas sociais de seu tempo; "*o romance social nordestino, de linha neo-realista, é considerado o mais importante dessa fase.*" (Tufano, 1992, p. 68)[170]. Foram publicados importantes livros de poesia, tanto de autores já conhecidos

---

[169] Também significativa foi a obra de Luís de Câmara Cascudo (1898-1986), que neste período começou a publicação de livros relativos ao folclore, às "*manifestações tradicionais da vida coletiva*", como *Vaqueiros e cantadores* (1939) e *Antologia do folclore brasileiro* (1944). Segundo Silva, ele "*alargou, aprofundou e modificou a idéia que se tinha do Brasil. A sua ambição era de que os brasileiros gostassem de verdade de sua pátria, e até de seus defeitos, e a quisessem como era e não como uma repetição ou, pior, um simulacro dos Estados Unidos ou da Alemanha.*" (2000, p. 28)

[170] O marco inicial destas obras, cuja intenção era denunciar os problemas econômicos da região Nordeste do Brasil, o drama dos retirantes, a exploração da população por um sistema social injusto, foi a publicação, em 1928, de *A bagaceira*, do paraibano José Américo de Almeida (1887-1980).

como de novos[171]. Nos romances, houve uma tentativa de recuperar as origens da realidade brasileira. Surge o *regionalismo*, aproximando a linguagem literária à fala do brasileiro e colocando o povo como personagem[172]. Nota-se, entretanto, que o período específico do Estado Novo não foi tão rico neste aspecto[173], o que não é de se estranhar, pois todo período autoritário sufoca a criação e esta, muitas vezes, precisa da *linguagem da fresta* para se manifestar, fazendo da alegoria, da metáfora, a forma do dizer.

Em 1938, foi publicado um importante livro para ser utilizado em aulas de geografia, em uma perspectiva interdisciplinar: *Vidas Secas*. Infelizmente, a disciplina escolar Geografia, desde aquela época, pouco tem se valido de textos literários para analisar paisagens, modos de vida e problemas, do Brasil e de outros países. O livro, de Graciliano Ramos (1892-1953), possui um grande poder de síntese. Os elementos essenciais para abordar a problemática do Sertão Nordestino estavam ali, em um livro no qual o espaço não era definido por topônimos e que retratava em um "*ponto qualquer do sertão nordestino, tangida pela seca, uma família exausta e faminta* [que] *chega a uma (qualquer) fazenda, distante três léguas de uma (qualquer) cidade.*" (Monteiro, 2002, p. 64) Apesar da descrição do caráter climático da região, o autor deixava claro que o problema não era apenas a seca. Agressões do meio natural machucavam menos do que as do meio social, como o *soldado amarelo*, a dívida com o patrão[174] acrescida de incompreensíveis juros, ou o fato de não ser dono da terra que semeiava: *"Entristeceu. Considerar-se plantado em terra alheia! Engano. A sina dele era correr mundo,* [...]*, como judeu errante."* (Ramos, 1998, p. 19)

Estava em terra de um patrão (sem nome), o atual, um absenteísta que só servia para reclamar do trabalho de Fabiano. As relações de produção, vigentes naquele tempo e lugar, entre patrão e vaqueiro foram descritas com clareza[175]. Os sonhos dele e de Sinha Vitória, a ausência do poder público (exceto na repressão pelo soldado amarelo e pelo fiscal da prefeitura a cobrar pela venda do porco magro), o *horizonte geográfico* restrito, a parada limitada ao período entre duas secas (o tempo do romance), entre outros aspectos, estavam ali.

Durante o Estado Novo, ocorreram pressões para a redivisão do território nacional — com a anulação das divisas que existiam —, com base em *limites naturais*

---

[171]Podemos destacar obras poéticas de Manuel Bandeira (1886-1968), como *Libertinagem* (1930) e *Estrela da manhã* (1936), de Raul Bopp (1898-1984), como *Cobra Norato* (1931), o primeiro livro de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), intitulado *Alguma poesia* (1930), e o de Vinicius de Moraes (1913-1980), intitulado *O caminho para a distância* (1933).

[172] *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz (1910-2003), *O país do Carnaval* (1931), de Jorge Amado (1912-2001) e *Menino do Engenho* (1932), de José Lins do Rego (1901-1957), foram alguns dos destaques. Prosas mais intimistas apareceram em obras de Érico Veríssimo (1905-1975), como *Clarissa* (1933), *Música ao Longe* (1935), *Olhai os lírios do campo* (1938). Graciliano Ramos (1892-1953), que foi preso em 1936 sob a acusação de ligação com o comunismo, publicou diversas obras importantes, como *Caetés (1933), São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e *Vidas Secas* (1938).

[173] O espírito de bajulação também domina períodos autoritários. Em 07/08/1941, Getúlio Vargas foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, para ocupar a cadeira de nº 37, cujo patrono é Tomás Antonio Gonzaga (1744-1807), na vaga do historiador e jurisconsulto paulista Alcântara Machado (1875-1941). Nesta época, também existiu a União Cultural Brasileira (UCB), uma entidade criada por defensores do regime, cuja fachada era cultural mas o objetivo principal era servir como base de apoio político para o presidente (Paranhos, 1999, p. 133).

[174] "*Tudo seco em redor. E o patrão era seco também, arreliado, exigente e ladrão, espinhoso como um pé de mandacaru.*" (Ramos, 1998, p. 24).

[175] "*Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia de feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito.* [...] *... cedia por preço baixo o produto das sortes.* [...] *Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada a vender, o sertanejo endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia. "* (Ramos, 1998, p. 92. Neste mesmo capítulo (intitulado: *Contas*), demonstrava as relações com o fiscal da prefeitura.

bem definidos ou linhas geodésicas. Muitos defendiam a inexistência de estados de grandes dimensões ao lado de estados menores, *"como se a grandeza e o poder de um estado dependessem apenas da extensão territorial"* (Andrade, 1989, p. 45). O objetivo era o de enfraquecer as unidades da federação para fortalecer o poder central[176]. Mas Vargas interferiu somente nas áreas subpovoadas de contato internacional, alegando razões de segurança nacional[177]. Por razões estratégicas, durante a Segunda Guerra Mundial, o arquipélago Fernando de Noronha foi retirado da jurisdição de Pernambuco — para o qual voltou em 1988 — e transformado em território militar.

Construir a nacionalidade brasileira continuava como objetivo, a tal ponto que o dia 5 de setembro foi decretado como o Dia da Raça e, com o dia 7 de setembro, formava um período de eventos cívicos: a Semana da Raça e da Pátria. Essa preocupação racial já havia se manifestado por ocasião da feitura da constituição de 1934. A intenção era evitar a formação de *quistos raciais*, nome inadequado dado a grupos *nacionais* que viviam de modo isolado da cultura e da sociedade brasileiras, e *nacionalizar* a mão-de-obra operária, excluindo os imigrantes que traziam em sua bagagem a tradição de lutas sindicais, mas dando preferência a brancos e cristãos. Nos debates, chegou-se a propor que negros e amarelos fossem impedidos de aqui entrar. A solução encontrada foi o sistema de cotas[178], e o próprio decreto, em seu artigo 1º, deixava claro que "[...] *Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais."* (Bercito, 1990, p. 60) O caráter anti-judaico também esteve presente, embora não em textos da legislação; chegou-se a proibir, através de circulares secretas do Ministério das Relações Exteriores, a entrada de judeus no país[179].

Ao mesmo tempo em que se procurava restringir a imigração, estimulava-se a natalidade. A constituição de 1934 colocou como dever do Estado "*socorrer as famílias de prole numerosa*"; a de 1937 colocou a obrigação de assegurar "*compensações na proporção de seus encargos*" às famílias numerosas. Em 1941, inspirado na política natalista italiana, Vargas assinou um decreto-lei obrigando todos os solteiros e viúvos, de ambos os sexos e maiores de 25 anos, a pagar um adicional de 10% sobre o imposto de renda.

No início do governo Vargas, a área sanitária passou a compor com a instrução um só ministério: o Ministério da Educação e da Saúde Pública, instalado em novembro de 1930. Esse ministério também procurou centralizar e controlar os serviços públicos

---

**176** Alguns dias após o golpe, o artigo 2º da Constituição de 1937 – que reconhecia a existência em todo o território nacional de um só hino e uma só bandeira – chegou a ser teatralizado em uma cerimônia na qual os hinos estaduais foram abolidos e as bandeiras queimadas. Em outro espetáculo cívico, "*depositaram porções de terra de todas as unidade do país* [...] *numa urna de prata.*" (Paranhos, 1999, p. 103)

177 Criou os territórios do Amapá (desmembrado do Pará), o de Rio Branco (atual Roraima e cortado do Amazonas), o de Guaporé (atual Rondônia, antes parte de Amazonas e Mato Grosso), o de Ponta Porã (separado do Mato Grosso) e o de Iguaçu (antes terra do Paraná e Santa Catarina); os dois últimos foram devolvidos a seus respectivos estados pelos constituintes de 1946.

178 Foi estabelecida a cota de dois por cento, para cada nacionalidade, do total entrado entre 1º de janeiro de 1884 e 31 de dezembro de 1933. Em 1938, foi estabelecido que oitenta por cento dos imigrantes deveriam ser agricultores; das cotas e desta exigência foram excluídos os portugueses. A legislação ainda proibia a entrada de analfabetos, de deficientes físicos e de comunistas ou anarquistas, proibição esta relacionada com a Intentona Comunista, com o espírito e a falsa justificativa do Estado Novo (Plano Cohen) e ainda com a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

179 Na circular nº 1.127, estava escrito que "[...] *fica recusado visto no passaporte a toda pessoa que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação segura, que é de* ***origem étnica semita****. No caso de haver apenas 'suspeitas', recomenda-se às autoridades 'retardar a concessão do visto, até que, pelos meios de investigação eficientes ...' consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final* [...]." (Bercito, 1990, p. 60; grifo meu) Tem sido comum o uso do termo semita (como na circular citada) para designar os judeus, o que é incorreto pois estes constituem uma nação, um povo que integra a família lingüística semita (de *Sem*, um dos filhos de Noé). Originária da Ásia Ocidental, entre os semitas estavam incluídos, originalmente, assírios, hebreus, fenícios, árabes e outros.

de saúde do país[180], deixando de ouvir a classe médica das diversas regiões antes de tomar as decisões. Os serviços públicos de saúde

> "*foram orientados para o tratamento de enfermidades específicas – como o tracoma, a lepra e a ancilostomose – sem contudo atender às necessidades impostas pelas demais moléstias que atingiam a região, como a tuberculose e as doenças da infância. Foram deixados em segundo plano também o acompanhamento e a orientação das mulheres grávidas.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 32)

Entretanto, para alguns setores, ocorreu uma certa melhoria no atendimento à saúde, com a criação de *caixas de aposentadoria e pensões* e com os *institutos de previdência*[181] que, sob a tutela do Estado, prestavam assistência médica a parcelas significativas da população urbana sem gastar verbas públicas federais. O operário que não possuía carteira de trabalho e, assim, não contribuía para a caixa de sua categoria, não tinha acesso ao atendimento, exceto como indigente em nosocômios filantrópicos.

A necessidade de um povo mais saudável para o trabalho, ou seja, mais produtivo, levou a campanhas de educação sanitária. Entretanto, muitos conselhos ainda se apoiavam em princípios eugênicos, acreditando ser nossa *qualidade racial* o motivo de muitas doenças. Alguns conselhos sanitários do Estado Novo eram de inspiração nazi-fascista, inclusive creditando o desenvolvimento da Alemanha hitlerista à sua composição ariana. Parte do texto de um panfleto (intitulado: *Saúde e imigração*) da Aliança Eugênica, publicado em 1939, ilustra essa concepção.

> "*Vemos o papel importantíssimo do elemento imigratório branco, influindo poderosamente na redução dos negros e mestiços de nossa população. Esse fator de arianização não concorre somente para o aumento numérico do contingente branco puro, mas cruzando com os mestiços concorre para a limpeza da raça com a diluição do coeficiente do sangue inferior e, portanto, para a queda de muitas doenças que nos assaltam.*
>
> *Os amarelos poderão porventura apresentar, em qualidade e quantidade, contribuição para o que a raça branca produziu? Absolutamente, não. Além do mais, japoneses trazem e disseminam ainda mais males que já conhecemos: tuberculose, tracoma, lepra, moléstias nascidas no Oriente e que só resultam no perigo, na morte e em despesa para a nossa pátria.*" (apud Bertolli Filho, 1999, p. 36)

Quando, em 1942, o Brasil se juntou aos Aliados, os conselhos sanitários passaram a divulgar os hábitos e a estrutura estadunidenses como modelo a ser seguido.

A saúde depende de alimentação, higiene, serviços médicos e hospitalares, habitação e serviços assistenciais, um encargo pesado para uma população ativa pouco numerosa e pouco produtiva, principalmente se estas questões não foram, por razões políticas, atacadas. Não sendo, incidia sobre a quantidade e qualidade do

---

[180] Alguns estados mais ricos possuíam serviços de saúde organizados. Em São Paulo, por exemplo, existia um sistema de saúde pública descentralizado, que procurava se ajustar aos problemas sanitários específicos de cada região e com centros de saúde que atendiam e, quando preciso, encaminhavam para o internamento hospitalar. Essa experiência descentralizadora, instituída nos meados da década de 1920, foi barrada no governo Vargas.

[181] Na República Velha não havia, na prática, direito à assistência médica ou a indenização por doença ou acidente de trabalho; o atendimento médico dependia da existência, na cidade, de algum hospital filantrópico. A exceção, antes de 1930, ocorria com os ferroviários do estado de São Paulo. Em 1923, com a aprovação da lei Elói Chaves, foi criado o instituto previdenciário dos trabalhadores das estradas de ferro paulistas, cujo modelo foi parcialmente adotado pelo governo Vargas para outras categoria profissionais. "*Mediante o desconto mensal de 3% dos salários dos funcionários e 1% da renda bruta das empresas, ficava* [sic] *assegurado aos ferroviários o direito da aposentadoria por tempo de serviço ou por invalidez, o tratamento médico e os medicamentos, o auxílio para o funeral e ainda o direito de pensão aos herdeiros do segurado falecido.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 33) Isto não significou que estes direitos foram cumpridos à risca, pois as caixas possuíam um serviço irregular e ofereciam pouca cobertura aos doentes mais graves como, por exemplo, os tuberculosos, que tinham de optar entre receber parte do salário e se tratar por conta própria ou se internar em um sanatório sem receber ajuda financeira.

trabalho, ou seja, sobre o próprio rendimento da produção. Para uma população que até 1970, com exceção da região Sudeste, era rural em sua maioria, o trabalho precoce na agricultura escondia fraquezas orgânicas, colocava em perigo o equilíbrio do adolescente, comprometendo o seu futuro e o do país[182]. Durante o primeiro governo Vargas (1930-45) ocorreu, principalmente nos grandes centros urbanos, uma significativa redução de mortes por doenças epidêmicas, mas houve um aumento marcante das endemias[183], permanecendo como principais causas do falecimento as moléstias infecto-contagiosas e as parasitárias.

Tabela 13. Organização hospitalar (1967)

| **Região** | **Hospitais** | **Leitos** | **Leitos por 1.000 habitantes** |
|---|---|---|---|
| Norte | 90 | 8.047 | 2,52 |
| Nordeste | 580 | 40.987 | 1,60 |
| Sudeste | 1.492 | 176.230 | 4.66 |
| Sul | 881 | 55.626 | 3,53 |
| Centro-Oeste | 192 | 9.946 | 2,34 |
| Brasil | 3.235 | 290.836 | 3,36 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 308.

O governo Dutra (1946-50) tentou uma organização mais racional de diversos serviços públicos, inclusive o da saúde. Elaborou, em 1948, o Plano SALTE (**S**aúde, **Al**imentação, **T**ransporte e **E**nergia) mas a ineficiência do aparelho burocrático herdado e questões políticas impediram as reformas pretendidas. Em 1953, no segundo período Vargas (1951-54), foi criado o Ministério da Saúde. Embora específico, sempre contou com verbas irrisórias (geralmente em torno de 1% do PIB), burocratizou demais seus serviços e sofreu os efeitos da interferência de políticas *clientelistas*, regionais ou locais. Além disso, influenciou o fato de medidas de saneamento, como esgoto e tratamento de água, não serem arrecadadoras de voto.

No aspecto econômico, o golpe de 1930 foi um marco da transição de uma economia agro-exportadora para uma de base industrial e com pretensões de subsistir em função de seu mercado interno. Este fato não significou que tenha se eximido de atender o setor tradicional[184]. A intervenção do Estado na vida econômica foi coerente com a crença de que, assim como o regime democrático, os princípios clássicos do liberalismo estavam superados. Procurou-se garantir ao Estado o controle dos principais fatores do processo industrial; entretanto, para isso, o *estado nacionalista* buscou tecnologia e recursos no exterior.

Neste período, ocorreram mudanças significativas na estrutura industrial, com o aparecimento de novos setores, estimulados pela política de substituição de importações. O crescimento do setor industrial foi bem superior ao do setor agrícola,

[182] As possibilidades médico-sanitárias colaboravam para o fato e para uma má distribuição regional. Nos meados da década de 1960, por exemplo, havia no Nordeste um hospital (público e/ou privado) para cada 53.846 habitantes e um médico para 8.875 pessoas. No Sul era um hospital para 20.185 e um médico para 2.569. No país era um médico para 2.517 habitantes; entretanto, dos 33.347 existentes, 20.622 estavam residindo nas capitais. Cabe observar que a fonte destes dados, Paul Hugon (1977), escreveu sobre a saúde mas pouco falou sobre a alimentação e nada sobre Josué de Castro.

[183] Entre as doenças endêmicas se destacavam as gastro-intestinais, a esquistossomose, a tuberculose, as sexualmente transmissíveis e, em diversas regiões, o bócio, a doença de Chagas e a malária.

[184] Provam este fato a compra e a queima de café para garantir seu preço externo e a criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e do Álcool, que passou a garantir os preços e estabeleceu um sistema de cotas de produção para engenhos e usinas.

mas concentrado principalmente no estado de São Paulo. Todavia, o país necessitava de um setor industrial de bens de produção, sem o qual ficava difícil pensar em processo de industrialização e em substituição de importações. Como este setor exige vultosos capitais e um longo período de retorno do investimento, o próprio setor empresarial passou a exigir do Estado uma atuação no ramo, transformando-o em investidor industrial[185].

O fato econômico mais marcante do Estado Novo foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ). Às nossas solicitações de financiamento, os EUA respondiam negativamente pois não tinham interesse no fato de o Brasil passar a produzir aço, o que significaria uma diminuição de suas vendas e de nossa dependência. Mas, por motivos político-militares — o receio da aproximação do Brasil ao III Reich —, concederam financiamentos e equipamentos. Foi também após ter ensaiado negociações com a Alemanha nazista que Vargas conseguiu adquirir melhores equipamentos para a extração de petróleo.

Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil permitiu a instalação de bases militares estadunidenses na região Nordeste, enviou soldados para a Campanha da Itália e participou do *esforço de guerra* para a obtenção de látex[186]. Do esforço industrial resultaram empresas cujo papel desejado era o de *"produzir bens e serviços a baixos preços, de modo a fornecê-los aos empresários privados, visando fortalecer a burguesia industrial e o próprio capitalismo no país."* (Mendonça,1995, p. 43) Apesar disso, a política econômica getulista desagradava determinados grupos — internos e externos — que ansiavam por um acesso mais fácil ao — e do — capital estrangeiro e por u'a maior integração, através da liberalização comercial, ao capitalismo internacional. Quando, agora pelo voto, Vargas retornou ao poder (1951) e tentou retomar a sua política econômica nacionalista, as resistências ao seu projeto foram bem maiores; o tiro no próprio peito em 24 de agosto de 1954 impediu o golpe militar.

Após 1946, ocorreram fatos significativos no campo das artes em geral. Interessante observar que ainda estavam presentes os ecos do movimento modernista de década de 1920. Os objetivos eram discutir, retratar, modificar, interpretar, a realidade brasileira. A década de 1960, de intensa atividade cultural, muito deve a este período. Na literatura destacaram-se autores como Clarice Lispector (1925-1977), Jorge Amado (1912-2001), Érico Veríssimo (1905-1975) e Guimarães Rosa (1908-1967). Crônicas e contos tiveram uma grande expansão, principalmente pelas publicações nos maiores jornais do país. Na poesia, firmaram-se autores como o mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) e o pernambucano João Cabral de Melo Neto (1920-1999).

Ainda durante o Estado Novo, saiu o primeiro livro deste último: *Pedra do sono* (1942). A Geografia, se melhor utilizasse a literatura, estaria ganhando material de um dos maiores poetas brasileiros para analisar o Nordeste, tanto o Sertão como o Agreste e a Mata, ainda que pernambucanos. O monólogo *O rio*, escrito em 1953, permitia um caminhar no mapa, do interior ao litoral. A demonstração cabal e poética de que a monocultura e o latifúndio eram a causa do atraso – e não o clima – veio com a publicação do auto de Natal *Morte e Vida Severina* (1956). A utilização destas criações

[185] Datam dos governos Vargas, além da Companhia Siderúrgica Nacional, as principais empresas estatais para a continuidade do processo de industrialização, como a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943), a Fábrica Nacional de Motores (1942 – criada para produzir, inicialmente, motores de avião para fins militares), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945 – a hidrelétrica de Paulo Afonso foi inaugurada em 1951) e a Petróleo Brasileiro S/A (1953).

[186] Privados da borracha asiática devido à ocupação das áreas produtoras pelos japoneses, os Aliados voltaram-se para o Brasil. USA financia (US$ 40 milhões) a transferência de 55 mil nordestinos – os *soldados da borracha* – para a Amazônia; esta colaboração, conhecida como a *Batalha da Borracha* (1942-45), resultou no envio de cem mil toneladas de borracha para os USA e na morte, por doenças e más condições de vida, de quinze a vinte mil nordestinos.

literárias não substitui o conteúdo eminentemente geográfico, mas o enriquece, dá vida, humaniza – tanto em relação ao que o viver possui de bom quanto de ruim – as análises geográficas.

Um outro elemento cultural importante teve o seu maior momento: a literatura de cordel. Ela é uma poesia folclórica e popular, de raízes nordestinas, geralmente constituída de longos poemas narrativos, que falam tanto de amores, sofrimentos e aventuras quanto de assassinatos famosos e fatos históricos, locais, regionais ou nacionais. Muito do que boa parte dos nordestinos sabiam do passado de sua região se devia ao cordel; e um dos primeiros grandes eventos retratados foi a Guerra de Canudos (1896-97). Entretanto, o "*apogeu da produção cordeliana como crônica dos eventos principais do século XX coincidirá com a era de Getúlio Vargas, o 'Pai dos Pobres'.*" (Curran, 2001, p. 108) Depois do padre Cícero Romão Batista (1844-1934), o *Padim Ciço*, e rivalizando com o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva (1897-1938), o Lampião, Vargas é o herói mais conhecido do cordel; seguramente, o político mais citado[187].

No final da década de 1920, educadores preocupados com o nível da instrução pública, propuseram uma nova didática e a ampliação do acesso, até por acreditarem no papel da educação como motor do desenvolvimento. Este grupo, denominado *Escola Nova*, publicou em 1931, o documento *"A Reconstrução Educacional do Brasil – Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova"*, que continha idéias importantes. Entre elas: a educação deveria ser voltada para o trabalho produtivo — adaptando-se às características regionais —, ser essencialmente pública, leiga, obrigatória, gratuita e vinculada às comunidades, e todos os professores — inclusive os do curso primário — precisariam ter formação universitária[188]. Introduziram enfoques importantes como o que afirmava que a ação pedagógica precisava se organizar obedecendo a diferenças psicológicas de ordem geral — e não as de ordem sexual —, que o centro da ação pedagógica deveriam ser as aptidões e as tendências do aluno e que a educação era um direito de todos e dever do Estado.

No Brasil urbano de 1930, com setores populares solicitando um ensino primário acessível e os da classe média mais escolas de ensino secundário, o Estado precisou assumir mais a educação nacional. Esta deveria ser pública, gratuita e para ambos os sexos, apesar da resistência de alguns setores em relação à escola pública e gratuita pois

> *"consistia não apenas no risco de esvaziamento das escolas privadas, mas consistia sobretudo no risco de extensão de educação escolarizada a todas as camadas, com evidente ameaça para os privilégios até então assegurados às elites."* (Romanelli, 1991, p. 144)

O regime implantado em 1930 criou as secretarias estaduais de educação com a finalidade de ampliar a participação do governo federal no setor e unificar o

---

[187] Na crônica do cordel, ele simbolizou, pela primeira vez, a *vitória* dos pobres na política; foi o líder carismático que o público desta literatura sempre sonhou: um Messias ou um D. Sebastião que o livrasse da pobreza e que chegou ao auto-sacrifício para salvar o povo. Contudo, o interesse do cordel por ele foi maior quando já estava quase fora do poder ou procurando voltar: nas campanhas *Queremista* (1945) e *Ele voltará* (1949-50); o clímax ocorreu com o suicídio em 1954.

[188] Contra a proposta de um ensino totalmente laico se insurgiram educadores vinculados à Igreja Católica, defensores do ensino religioso obrigatório em todas as escolas. A pressão dos mesmos levou à conciliação da constituição de 1934: ensino religioso obrigatório para todas as escolas, mas facultativo para os alunos. Essa questão acabou polarizando a discussão entre os reformadores e a *corrente católica*, transformando uma questão secundária – o ensino religioso – em uma questão central e dando uma falsa uniformidade ao que se designava como "*Escola Nova*" que, na realidade, abarcava uma pluralidade de concepções. Tanto a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 – o marco inicial da organização dos *educadores liberais* – quanto o Manifesto dos Pioneiros de 1931, resultaram da influência de idéias do *Movimento das Escolas Novas*, existente nos EUA e em países europeus.

heterogêneo sistema de ensino. Em 1931, realizou a primeira reforma efetivamente nacional do ensino secundário e superior — a Reforma Francisco Campos — e nela, pela primeira vez, os setores populares — apesar de não participarem da elaboração – foram levados em consideração. Possuía como aspectos importantes, a integração entre as escolas primária e secundária, entre esta e o ensino superior, e um estatuto para universidades.

Esta reforma estabeleceu uma certa organicidade ao secundário[189], estabelecendo o currículo seriado, a freqüência obrigatória, a necessidade de cursá-lo para ingressar no curso superior, e normas para a admissão de professores. Entretanto, o currículo era inadequado à realidade, enciclopédico demais, com um sistema de avaliação rígido, que o tornou muito seletivo e deu mais atenção ao ensino secundário que ao primário, normal e profissional.

Ainda em 1931, o governo provisório sancionou uma espécie de estatuto inicial para nossas ainda inexistentes universidades (o decreto 19.851). Pelo decreto, era necessária a incorporação de, pelo menos, três institutos de ensino superior para a criação de uma universidade e entre eles deveriam estar os de Direito, Medicina e Engenharia, podendo um deles ser substituído pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Ao exigir somente três cursos para o seu funcionamento e ao permitir uma relativa autonomia a cada curso, caracterizava a instituição como uma agregação de cursos auto-suficientes, desprovida de um real *"espírito universitário"*.

Naquela década, a rede escolar pública era pouco densa; os livros didáticos de Geografia bons eram poucos e não eram muito utilizados. Quanto aos professores, havia

> "... *um número muito grande de auto-didatas. Engenheiros lecionavam Matemática; médicos lecionavam Ciências Físicas e Naturais, Biologia ou Química; bacharéis em Direito lecionavam História e quase todos eles lecionavam Geografia. Realmente, Geografia era 'feudo' do bacharel em Direito ou do cidadão curioso que gostava de 'pedras' ... e que pensava em formar museus de curiosidades da Terra, inclusive porque gostava de olhar os astros* ..." (Petrone, 1993, p. 13).

Assim como ocorrera em outros países, o que se considerava *literatura geográfica* ainda eram relatos de viagens, descrições sobre a natureza, dados sobre a população, nomes de estradas, ... ; geografia, topografia, cartografia possuíam, muitas vezes, quase que o mesmo significado. Sem uma clara metodologia científica — devido, inclusive, à ausência, no seu sentido pleno, de um curso universitário —, sem uma clareza de seu objetivo, muitas das investigações tidas como geográficas foram feitas para atender aos objetivos do poder econômico e político da época, para contribuir para a ampliação de outras ciências como botânica, geologia, espeleologia etc. Isto não significa que estes levantamentos não tenham sido úteis à própria Geografia. Também, como vimos, ocorreram algumas discussões importantes, na época não rotuladas de geográficas, mas hoje consideradas como integrantes do conteúdo desta ciência.

Em 1932, a oligarquia paulista foi à guerra para tentar retomar o poder perdido para outros grupos oligárquicos. Derrotada novamente nos campos militar e político, buscou reconquistar a hegemonia perdida através do campo cultural, científico, principalmente o grupo reunido em torno do jornal *O Estado de São Paulo*. Este grupo acreditava que, pela educação, todos os indivíduos deveriam ter a possibilidade de ascender ao campo da política mas somente "*aqueles com capacidades comprovadas para desempenhar-se nesta função poderiam tornar-se membros das elites dirigentes.*"

---

[189] Geografia era ministrada em todas as cinco séries do ciclo fundamental do curso secundário e na 2ª série do complementar (pré-universitário de 2 anos) para a faculdade de Direito; os candidatos a Engenharia e Arquitetura possuíam, na 1ª série, a disciplina Geofísica e Cosmografia.

(Zusman, 2001, p. 12) Neste processo, a universidade seria importante para a preparação das elites dirigentes. Um discurso do diretor do referido jornal[190], citado por Zusman (2001, p. 14), demonstrava o referido projeto:

> "*Ao sairmos da Revolução de 32, tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que o destino acabava de colocar a São Paulo em posição idêntica àquela em que se achava, após guerra, a Alemanha, o Japão, no dia seguinte ao bombardeamento de seus portos pela esquadra norte-americana, e a França, depois de Sedán.* […] *Para os males que nos acabrunhavam, a história apontava o remédio. Daí a fundação da nossa Universidade e conseqüentemente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.*"

Em 25 de janeiro de 1934 surgiu, de fato, a primeira universidade do país: a Universidade de São Paulo (USP).[191] Nasceu autônoma do governo federal, englobando diversas instituições de ensino superior de São Paulo, acrescidas de uma nova: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). O artigo segundo do decreto de fundação (n$^{o}$ 6283, de 25/01/1934) afirmava, como fins da universidade, a promoção, pela pesquisa, do progresso da ciência, a transmissão de conhecimentos pelo ensino, a formação de profissionais em todas as profissões e a extensão dos conhecimentos à sociedade. A FFCL foi criada com a finalidade de agir como "*um laço de entrosamento científico-cultural e com uma postura nova para a época: dedicar-se, ao mesmo tempo, ao ensino e à pesquisa*." (Petrone, 1994, p. 3) Entre os cursos da FFCL estava o de Geografia e História. A Geografia, ainda que agregada à História, ganhava a sua "*cidadania acadêmica*".

O modelo de estruturação da universidade foi o francês, "*com os institutos especializados gravitando em torno de um grande centro de ciências, filosofia e humanidades.*" (Moraes, 1988, p. 125) A presença de professores franceses[192], notadamente na área de ciências humanas, reforçou esta filiação. Ela ocorreu com a assimilação de paradigmas e concepções específicos; na Geografia, assistiu-se "*à entrada em cena das concepções de Paul Vidal de La Blache e da 'escola possibilista', inaugurando uma Geografia humana explícita.*" (Ibidem) Afastamento das concepções alemãs, distância de temáticas políticas, realização de pesquisas empíricas e descrições localizadas através de monografias, serão as marcas da geografia uspiana. Sendo corretas estas afirmações, a Geografia que se fazia, inicialmente, na USP, era tipicamente francesa, com todas as suas qualidades e seus defeitos. Assim, foi mais um marco da produção acadêmica da Geografia **no** Brasil do que da produção de uma geografia brasileira.

Logo após o início do curso, foi criada em São Paulo a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), importante instrumento de difusão da Geografia que se implantava no país. A ata de sua fundação[193] foi assinada por quatro pessoas e

---

[190] Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), em discurso proferido em 1937, como paraninfo da primeira turma de licenciados da Faculdade de Filosofia.

[191] Sua aula inaugural, com o tema *O que é geografia*, foi dada pelo geógrafo francês Pierre Deffontaines (1894-1978), em junho de 1934, no prédio da faculdade de Medicina.

[192] Foram contratados dezesseis professores europeus (e um estadunidense): 6 franceses, 4 italianos, 4 alemães e 2 portugueses. Segundo Zusman (2001, p. 16), dos franceses, dois foram para a Filosofia (Etienne Borne e Jean Mangué), dois para a Sociologia (P.A. Bastide e Claude Levi-Strauss) e dois para a Geografia (P. Monbeig e P. Deffontaines).

[193] *"Em 17 de setembro de 1934, à avenida Angélica n° 133, reunidos os Srs. Pierre Deffontaines, Luiz Flores de Morais Rego, Rubens Borba de Moraes e Caio Prado Júnior, resolveram os presentes fundar uma sociedade de estudos geográficos, denominada ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Esta associação terá por fins: 1. reuniões periódicas dos membros, com exposição de um assunto de Geografia brasileira por um dos membros, seguida de discussão; 2. organização de excursões em comum para estudo de uma questão; 3. constituição de uma biblioteca especializada em Geografia, por colaboração de seus membros e doações (livros, revistas e cartas*). [...]." Fonte: **Informa**. São Paulo: AGB-SP, n. 52, junho 1994, p. 3. O endereço citado era a residência do professor indicado para a presidência — Pierre Deffontaines — e a ata já trazia os temas das seis

redigida pelo historiador Caio Prado Júnior, indicado para secretário da associação. O principal mentor da AGB foi Pierre Deffontaines (1894-1978), que a fundou tendo como modelo a *Association de Géographie Française* e que conseguiu congregar intelectuais de procedências científicas e políticas díspares[194]. Apesar disso, nos seus estatutos de 1938, sua primeira regulamentação, além dos objetivos de pesquisar e divulgar assuntos geográficos, de excursões de estudos e publicação de uma revista, estava claro que, como um centro de caráter científico, deveria manter-se distante de conflitos sócio-políticos[195]. Entretanto, em alguns artigos publicados, ficou patente o entrosamento da AGB com o projeto político-econômico do estado de São Paulo (Zusman, 2001, p. 19). Segundo Andrade, foi somente a partir de 1945 que "*deixou de ser puramente paulista para tornar-se uma entidade de âmbito nacional.*" (1977, p. 08)

Pierre Deffontaines permaneceu na USP pouco mais de um ano; em 1935, transferiu-se para a Universidade do Distrito Federal (UDF), onde ajudou a organizar o segundo curso superior de Geografia do país e o núcleo carioca da AGB. Na USP, foi substituído por Pierre Monbeig (1908-1987), de grande influência nos geógrafos durante o período em que ali esteve (1935-1946) como responsável pela disciplina Geografia[196] e como diretor, durante o mesmo período, da AGB. Foi ele que consolidou institucional e discursivamente a Geografia, enquanto disciplina, na USP e na AGB.

> A proposta da AGB, em termo de discurso substantivo, contrapunha-se "*a outras propostas de discurso geográfico existentes a nível nacional: em primeiro lugar, a Geografia construída em São Paulo apresenta-se a si mesma como a 'Geografia Moderna', oposta à 'antiga' e 'ultrapassada' 'Geografia de Nomenclatura' elaborada no interior do IHGB e a SGRJ. Em segundo lugar, esta também diferencia-se do discurso emergente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro nos anos 20, de uma Geografia que se define como ciência da natureza e portanto segue o modelo epistemológico naturalista.* [...]*, no discurso de Monbeig a Geografia é conceituada como uma disciplina que integra o campo das ciências humanas que tem seus próprios métodos de aproximação à realidade. Em terceiro lugar, ela também distancia-se do discurso Geopolítico que Carlos Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser estavam produzindo naquela conjuntura.*" (Zusman, 2001, p. 27)

Esta postura *paulista* da AGB se alterou após a Segunda Guerra com a difusão espacial e a dinamização de seus encontros anuais[197]. Criaram núcleos da AGB que se transformaram em Seções Regionais em Pernambuco e na Bahia (filiados ao Rio de

---

reuniões seguintes, que deveriam se realizar na primeira e na terceira segundas-feiras de cada mês. A AGB seria mantida pela contribuição livre de seus membros, recolhida pelo tesoureiro. Mas, para tornar-se sócio-efetivo, com direito a voz e voto em nível nacional, era necessário ser reconhecido como geógrafo, tendo como base experiência de trabalho de campo e a publicação de uma obra considerada expressiva.

[194] Dos que participaram da primeira reunião, Luis Flores de Morais Rego era geólogo, Rubens Borba de Morais e Caio Prado Júnior eram historiadores. Segundo Zusman (2001, p.17), também participou da reunião que criou a AGB o médico Geraldo Horácio Paula Souza. E diversos integrantes da elite paulista participaram como sócios da AGB, como o jornalista Júlio de Mesquita Filho e o industrial Roberto Cochrame Simonsen.

[195] Art. 3º: "*A Associação não poderá fazer parte de manifestações políticas ou religiosas e nem tratar qualquer assunto estranho aos seus objetivos.*"

[196] Era uma única disciplina, que mais tarde foi dividida em Geografia Humana e Geografia Física; somente em 1942 é que foi criada a disciplina Geografia do Brasil, que teve Aroldo de Azevedo como titular desta cátedra de 1945 a 1967.

[197] Embora entre os sócio-efetivos figurassem basicamente paulistas e cariocas, de 1946 a 1956, ocorreram assembléias ordinárias em Lorena (SP, 1946), Rio de Janeiro (1947), Goiânia (1948), Belo Horizonte (1950), Nova Friburgo (RJ, 1951), Campina Grande (PB, 1952), Cuiabá (1953), Ribeirão Preto (SP, 1954), Garanhuns (PE, 1955) e Rio de Janeiro (1956). A título de exemplo e com base em pesquisas que realizamos em publicações da AGB, em janeiro de 1950, quando houve a 5ª assembléia (Belo Horizonte), a entidade possuía 400 associados, sendo 29 sócio-efetivos. Na 9ª assembléia (1954, Ribeirão Preto), o número de associados era de 539, sendo 51 sócio-efetivos: 23 do RJ, 20 de SP, 03 do PR, 02 de PE, 01 de MG, 01 de SC e 01 do Uruguai (Jorge Chebataroff).

Janeiro), em Minas Gerais e no Paraná (filiados a São Paulo). Surgiram também os boletins paulista e carioca[198].

No período após a Segunda Guerra, geógrafos brasileiros começaram a participar de congressos internacionais, o Brasil sediou um congresso da União Geográfica Internacional[199], geógrafos estrangeiros de diversas áreas vieram atuar no país e geógrafos brasileiros foram enviados ao exterior.

> "*O envio sistemático de geógrafos bolsistas à França e aos Estados Unidos é outra característica desse período. Restabelecidos os serviços culturais franceses no após guerra, a embaixada daquele país, a partir de 1946, passou a fornecer para Rio e São Paulo* [...] *um apreciável número de bolsas de estudos para geógrafos brasileiros, nas principais universidades de França. No Rio manteve-se no CNG uma ligação de bolsistas para os Estados Unidos, Canadá em número bem mais reduzido do que aquele destinado à França.*" (Monteiro, 1980, p. 16)

Com o retorno dos bolsistas, sobretudo da França, ocorreu a "*difusão de novas idéias, a revelação de novos geógrafos franceses*", com destaque para as idéias de Maximilen Sorre (1880-1962) e Jean Tricart (1920- ).

A Diretoria Geral de Estatística (DGE), criada em 1871 e responsável pelos censos realizados, foi fundida, em 1931, com a Diretoria de Estatística Comercial (DEC), organizada em 1900. Desta fusão surgiu o Departamento Nacional de Estatística (DNE). Como os ministérios começaram a operar cada vez mais com estatísticas, vários deles criaram o seu departamento de estatística. Em 1934, o DNE foi extinto e, fruto de estudos de uma comissão interministerial, foi criado (decreto 24.609, de 1934) o Instituto Nacional de Estatística (INE), com a finalidade de executar – ou orientar tecnicamente – as estatísticas nacionais. Foi o embrião do IBGE.

Por ocasião de sua instalação oficial (29 de maio de 1936), o INE convocou a Convenção Nacional de Estatística, da qual participaram representantes de todos os estados. Em conseqüência desta Convenção, o governo federal

> *"instituiu e regulamentou o Conselho Nacional de Estatística — CNE, que atuou como órgão deliberativo do INE (Decreto nº 1.200 de 17 de novembro de 1936) e depois, em 1937, o Conselho Nacional de Geografia — CNG (Decreto nº 1.527 de 24 de março de 1937). A estas duas entidades colegiadas foi dada a mais ampla autonomia de ação técnica e administrativa.*
>
> *Ao INE foi incorporado o CNG e, conforme o Decreto nº 218 de 26 de janeiro de 1938, surge como órgão central o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística —* [...] *Deste modo, três áreas de informações e estudos sobre o nosso País foram abrigadas numa única instituição de natureza autárquica: a área da Estatística, a da Geografia e a da Geodésia e Cartografia."* (Préve, 1988, p. 84)

Para Monteiro, a criação do IBGE

> "*foi um ato do 'Estado Novo', tendo o seu Conselho Nacional de Geografia (talvez o único órgão institucional de caráter geográfico diretamente ligado ao poder central de um Estado) logo aderido à União Geográfica Internacional.*

---

[198] O Paulista em 1949 e o Carioca em 1950. Mais tarde surgiram boletins nas outras seções, mas de vida efêmera: Baiano (1960-67), Mineiro (1957-66) e Paranaense (1961-66). Cabe mencionar que, antes deste período, a AGB publicou a revista *Geografia* (1935-36; dois anos e oito números publicados) e o *Boletim da AGB* (cinco números, entre 1941 e 1944); a partir de 1945, passou a editar os *Anais da AGB*, que continham os resultados das assembléias gerais. Estas eram realizadas anualmente, cada vez em uma cidade diferente e por um período de sete a dez dias, durante os quais se apresentavam teses e comunicações e se realizavam trabalhos de campo.

[199] No 16º Congresso Internacional de Geografia, em Lisboa, realizado em 1949, o Brasil se fez presente pela primeira vez. O do Rio de Janeiro (18º) foi realizado em agosto de 1956 e foi o primeiro no hemisfério sul.

> *Ligada a um caráter pragmático de subsídio político, a produção ibegeana de geografia, em contraste com aquela da nascente Universidade, revestiu-se de um caráter de comprometimento ao poder o que fez com que se a distinguisse (mesmo com um certo tom de malícia) como 'Geografia do Estado Novo', passando posteriormente o epíteto à 'oficial'*." (Monteiro, 1980, p. 10)

Colaborou, para sua criação, a crença de que a estatística era o modo mais eficaz de conhecer os problemas e de orientar as soluções, restringindo a ocorrência de *insucessos administrativos*. Um Estado planejador da vida da Nação necessitava de métodos *modernos, científicos e neutros* para justificar sua ação, para provar que a decisão por ele tomada era a *melhor para todos*. Por isso, a assessoria realizada pelo IBGE adequava-se à economia e ao governo de cada época, mantendo como constantes os serviços prestados à Segurança Nacional[200].

Quando foi criado junto ao centro de decisão federal, o IBGE foi um ponto difusor da escola possibilista francesa. Esta visão também era útil ao nacionalismo da época ao ter como uma de suas metas o ataque ao determinismo fisiográfico, e ao afirmar a possibilidade de desenvolvimento dos países tropicais. Também na década de 1930, ocorreu um grande desenvolvimento do parque gráfico brasileiro e o IBGE teve um destaque na atividade editorial nacional, tanto pelo volume de publicações como por torná-las mais acessíveis. Para a realização do censo de 1940, estruturou-se uma rede de delegacias (chamadas, na época, de Inspetorias Regionais) nas capitais estaduais, e de agências em grande parte dos municípios. Com isso, o IBGE, além de dar início ao período dos modernos levantamentos demográficos, passou a contar com representação na maioria dos municípios da época.

O IBGE, no início, recrutou para seus quadros, sobretudo engenheiros civis pois, na época,

> *"os estudantes de Engenharia que concluíssem o curso de Topografia tinham direito ao título de engenheiro-geógrafo —* [...] *A própria formação técnica dos engenheiros, que em seu curso superior estudavam Astronomia, Topografia e Geologia Econômica, levava-os a, fazendo Geografia, valorizar mais os elementos físicos que os elementos humanos."* (Andrade, 1977, p. 09)

Já grande parte dos que ingressavam nos cursos de Geografia e História vinham com uma formação mais humanística e, no início, houve uma afluência para estes cursos de muitos bacharéis em Direito, que haviam feito cursos jurídicos em virtude da ausência de cursos de Geografia.

O IBGE foi muito importante para a Geografia, inclusive a escolar, em virtude de suas publicações[201] e de seus estudos e levantamentos. Durante muito tempo, a procura de dados e de informações sobre o país, indispensáveis à análise geográfica,

---

[200] O decreto-lei nº 4.181 de 1942, por exemplo, "*definiu as seções de Estatística Militar nos Estados, no Território do Acre e no Distrito Federal, filiadas ao IBGE* [...] *'como órgãos colaboradores do Conselho Nacional de Segurança Nacional e das próprias Forças Armadas Brasileiras'*." (Préve, 1988, p. 98) Quando se transformou em Fundação (em 1967), o folheto explicativo do próprio IBGE elencava suas atividades e afirmava:"[...] *Trabalhos geográficos e cartográficos são solicitados, em número crescente, como indispensáveis ao encaminhamento e solução dos problemas sociais e econômicos, bem assim como os relacionados com a Segurança Nacional.*" (Ibidem, p. 99) O texto referente à sua reestruturação, em 1977, declarava que imprimia suas publicações "*sempre com vistas ao planejamento econômico e à segurança nacional* [...]" (Ibidem) e finalizava o artigo 3º de seu Estatuto, em 1981, após acrescentar em sua função a produção e análise de informações sobre as "*condições do meio ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.*" (Ibidem)

[201] Alguns exemplos de publicações: Revista Brasileira de Geografia (RBG), Boletim Geográfico, Revista Brasileira de Estatística, Boletim Estatístico, Revista Brasileira de Municípios, monografias municipais, dicionários como o Geológico-Geomorfológico e o Cartográfico, Atlas Geográfico Brasileiro, além de cartas e mapas avulsos. Também merece destaque a publicação, iniciada em 1963, de *Geografia do Brasil*, em cinco volumes, cada um sobre uma região brasileira.

assim como de mapas de boa qualidade[202], teve como fonte básica o IBGE. Além disso, ele realizou diversos cursos de aperfeiçoamento de professores, sendo que muitos deles foram publicados. Entretanto, no rol dos periódicos, o Boletim Geográfico (BG) foi o único que manteve uma preocupação constante — notadamente no campo da metodologia de ensino — com o professor de Geografia.

O BG[203] foi "*um dos principais periódicos a tratar especificamente do ensino de Geografia de forma regular e com um alcance de distribuição que abrangia todo o território nacional*." (Préve, 1988, p. 77) Os consumidores pretendidos eram professores do ensino médio e superior, geógrafos e estudantes de Geografia. O fato de o IBGE possuir agências e delegacias espalhadas por todo o país garantia uma ampla distribuição; além disso, era possível obtê-lo por correspondência. O BG se caracterizou por divulgar a Geografia como ciência e contribuir para o ensino ao publicar trabalhos de cunho didático, transcrever artigos considerados importantes, além de registrar as publicações de interesse geográfico e as novidades na Geografia e na legislação. A criação de cursos universitários de Geografia, a posterior separação da História, a ocorrência de diversos eventos internacionais de Geografia, possibilitaram a formação de um grupo de leitores para o BG[204].

O BG possuía uma seção chamada *Contribuição ao Ensino*, de significativo papel para o ensino de Geografia. Nela foram publicados orientações metodológicas, conteúdos de ensino, sugestões de atividades, provas, exames e até um cadastro dos professores de Geografia do país. Somente 10% de seus trabalhos foram elaborados por estrangeiros, embora fosse grande a participação destes autores nas outras seções, destacadamente quando o assunto era a Geografia-ciência. Dentre os autores brasileiros, 80% eram do eixo Rio-São Paulo, com predominância dos fluminenses, até porque muitos eram funcionários ou consultores do IBGE[205].

Por isso, apesar de o IBGE nas últimas décadas ter ficado restrito a um órgão de assessoria administrativa do governo do momento, não se pode esquecer que foi uma instituição ímpar, pois durante décadas congregou trabalhos de pesquisa e de ensino a respeito do país, contribuiu para a divulgação de idéias, organizou informações estatísticas de âmbito nacional e facilitou o acesso às mesmas; a lamentar o fato de, muitas vezes, a produção e a veiculação destas informações ter sido conforme os interesses dos governantes. Como o IBGE passou a desenvolver atividades estatísticas, geodésicas, cartográficas, geográficas, demográficas, sócio-econômicas e até levantamento de recursos naturais, seus usuários sempre foram de diversas áreas. Mais tarde, passou a realizar cálculos da inflação, utilizados nas negociações salariais

---

[202] Uma medida importante para o conhecimento e para o controle do território por parte do Estado, foi um decreto-lei de 1938, que determinava que todos os municípios, sob pena de perda de autonomia, elaborassem cartas de sua área, na escala 1:1.000.000.

[203] O BG, intitulado nos dois primeiros números de Boletim do Conselho Nacional de Geografia, foi publicado durante 36 anos (de abril de 1943 a dezembro de 1978), com periodicidade mensal (1943-1951), bimestral (1953-1974) e trimestral (1975-1978), totalizando 259 números. Sua tiragem, assim como da RGB, chegou a atingir dez mil exemplares. A seção *Contribuição ao Ensino* foi publicada regularmente até o nº 219 (nov./dez. 1970) e, esparsamente, até o último número (258/259).

[204] Na década de 1970, além de seu aparente desinteresse pela Geografia-escolar, da não-realização ou participação do mesmo em congressos, conferências e cursos para professores, estes passaram a receber outras publicações de instituições e editoras melhor alicerçadas em *marketing*. Além disso, uma nova legislação procurou preparar o professor com conteúdos *mínimos* e para aceitar salários *mínimos*, através da criação de cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais. A linguagem dos próprios artigos começou a ficar *mais difícil* — por ser especializada e a preparação do docente ser pior — frente a publicações vulgarizadoras e aos livros didáticos, que passaram a ser a fonte principal (e, muitas vezes, única) de preparação das aulas. Estes fatos provocaram um declínio nas vendas do BG; ao mesmo tempo, ocorria um interesse maior do IBGE pelo campo da estatística e menor pela área de Geografia.

[205] Préve (1988) analisou todos os artigos publicados nesta seção e os dividiu em seis temas: conteúdo, programa, currículo, cadastro de professores, exames e metodologia de ensino.

e no aumento da prestação do financiamento da casa própria, e por isso o IBGE também se tornou conhecido de boa parte da população.

A carência de docentes especializados forçou as universidades públicas a *importarem* professores e modelos de ensino, predominantemente europeus. A Geografia, como se viu, adotou os pressupostos e as características da Escola Regional Francesa. No eixo São Paulo-Rio de Janeiro, tanto a área docente como a de pesquisa e a técnica, contaram com a presença física de professores importantes em suas áreas[206]. Provavelmente, os dois de maior influência neste período foram Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. Para ilustrar o pensamento dos mesmos, citaremos alguns aspectos de textos por eles escritos[207].

No final da década de 1930, Deffontaines escreveu o livro *Geografia Humana do Brasil*[208] que, apesar de possuir as características comuns da escola regional francesa, surpreendeu por ser melhor que a maioria dos livros didáticos publicados posteriormente. Estabelecia como tarefa da Geografia Humana a pesquisa daquilo que foi acrescentado à paisagem da Terra pelo homem; este era estudado como *"fabricante de paisagem"*. Definiu a Geografia Humana como a

> *"ciência das manifestações visuais e tangíveis semeadas pela caravana humana que prossegue seu desfile ininterrupto há tantos séculos, na superfície do globo.* [...] *A geografia humana testemunha a grandeza da obra humana,* ..." (Deffontaines, 1952, p. 12 e 22).

Ela possuía a tarefa de examinar a *"massa dos homens e sua repartição"*, os tipos de habitação e os gêneros de vida. Era o estudo das marcas visuais sobre a superfície, os fatos do *habitat*; para ele, a primeira marca do homem *"sobre o solo é uma habitação"*. Era a descrição dos diversos tipos de casa como dependentes do gênero de vida, a constatação de que, em diversos casos, a devastação florestal foi exagerada porque *"a vitória humana foi grande demais."* Esse tipo de afirmação se insere no sempre presente combate ao determinismo fisiográfico. Afirmava que a *"principal diferenciação entre os homens reside na sua organização do trabalho"* (Ibidem, p.19) mas isso era entendido como o tipo de trabalho exercido e não as relações sócio-econômicas decorrentes das relações de produção. Devido a esta concepção, não falava em pobres mas em *"pessoas humildes"*. Sua geografia da alimentação referia-se aos tipos de comida, não realizando uma geografia da fome. Acreditando que *"cada geração inscreveu sôbre a Terra a sua obra geográfica, obra de organização, de progresso."* (Ibidem, p. 22), pouco analisou a desumanização da sociedade na *humanização* do planeta.

É interessante verificar que ele (e outros de sua época) aceitava a existência da deriva continental e a existência de Gondwana, em uma época em que a teoria de Alfred Wegener (1880-1930) ainda era contestada. Aliás, parece que a Geografia sempre aceitou com mais facilidade as novas teorias no campo da natureza; sua maior *dificuldade* sempre foi relativa a teorias sociais contestadoras do *status quo*. Sua análise sobre o Brasil, considerando a época em que foi escrita, continha algumas gratas surpresas. Findo o estudo de cada elemento da natureza, analisava suas implicações para o país ou determinada área, o que não foi feito por muitos livros didáticos posteriores. Após um bom texto sobre a *"história do solo e do relevo*

---

[206] A USP, a título de exemplo, contou com a presença de Pierre Deffontaines (1934), Pierre Monbeig (1935-47), Emmanuel de Martonne (1937), Roger Dion (1947), M. de Lannou (1947), Pierre Gourou (1948), Louis Papy (1950) e Francis Ruellan (1952-53).

[207] A presença de textos deste dois autores foi significativa. Em pesquisa que realizamos no BG, encontramos, de 1943 a 1965, 26 artigos de Pierre Deffontaines (além de seis na RBG, um no Boletim Carioca e um no Boletim Paulista) e um número idêntico de artigos de Pierre Monbeig, de 1943 a 1957.

[208] No Brasil, foi publicado pela primeira vez em 1939. Escrito em francês, o prefácio — *O que é Geografia Humana* – foi traduzido por Orlando Valverde, e o texto básico por Fábio de Macedo Soares Guimarães, ambos geógrafos. A edição que utilizamos é de 1952.

*brasileiro"*, colocou vantagens, desvantagens e influências relativas ao solo e ao relevo quanto a história da região, atividades econômicas, habitação e matérias-primas industriais.

Depois da análise das características do clima brasileiro, relacionou-o com o homem, embora colocasse os problemas do Sertão Nordestino como decorrentes do clima. A hidrografia brasileira foi seguida de *"os homens e os rios"*, *"agricultura e inundação"*, transportes; a descrição do litoral foi acompanhada de suas implicações quanto a ocupação humana, relações internacionais, pesca e portos. Características naturais da vegetação brasileira foram acrescidas de atividades coletoras, culturas nas áreas florestais, utilização da madeira e necessidade de replantio, ainda que sem uma análise das conseqüências ecológicas e sociais da devastação. Quando se referiu ao *"efetivo humano e sua distribuição"*, chegou a colocar alguns problemas relativos à apropriação da terra rural.

Deffontaines relacionava o deslocamento dos colonos agrícolas — para ele, mais *"um proletariado rural que uma classe de camponeses"* — à concentração de terras, afirmando que o colono desejava adquiri-las mas *"o açambarcamento do solo pelo fazendeiro torna, porém, esta aquisição de propriedade muito difícil."* (Ibidem, p. 121) Deixava claro que a maioria dos grandes proprietários só explorava parte de suas propriedades e que o restante era mantido como reservas *"dada a pouca duração da fertilidade e a necessidade frequente de deslocar as zonas cultivadas."* (Ibidem) Havia razões mais estruturais que essas, mas ao menos tocava na ferida. Comparou com o *Homestead Act* dos EUA e afirmou que a maneira de o colono encontrar terra para si era se aproximar da *linha de desbravamento*, na qual lotes eram oferecidos a baixos preços pelas companhias de colonização.

Escrevendo sobre os tipos humanos, referiu-se aos cearenses como uma *"raça espantosamente robusta"*; sobre as influências climáticas no gênero de vida, afirmou que, apesar do *branqueamento*, havia *"casos frequentes em que populações de origem branca adotaram hábitos e modos de vida semelhantes aos da população de côr."* (Ibidem, p. 138) Segundo ele, isto ocorria principalmente em áreas agrícolas inspiradas no primitivismo indígena, nas quais a fraca densidade e a dispersão levaram a uma economia fechada, com poucas exigências, e onde o *"clima favorece a vida 'ao Deus dará', sem horário e sem trabalho regular; as qualidades de energia diminuem."* (Ibidem) Quando se referia aos operários, falava mais da casa, de sua origem como imigrante e pouco de sua condição social.

Para ele, os operários se constituíam em uma espécie de "*nova aristocracia na população nas cidades*". E, *"abaixo"* deles, se agitava "*a gente humilde em grande quantidade, mais ou menos mestiçada de negros e de índios"* (Ibidem, p. 132), que vivia de *expedientes*, de *bicos*, em casebres autoconstruídos com *"os materiais mais extravagantes"*. No Rio de Janeiro viviam no alto das elevações graníticas e eram os que gozavam "*das mais belas vistas"* da baía. Mas não constituíam

> *"de modo algum uma malta desprezada, pois a vida brasileira não acentua as distâncias sociais, ela as atenua, ao contrário, e o vendedor de jornais é tratado por 'senhor' tanto quanto os grandes fazendeiros que moram nos palacetes ... Singular associação de personagens que constituem esta população brasileira onde os tipos mais primitivos andam lado a lado com os mais evoluídos."* (Deffontaines, 1952, p. 133)

Apesar desta visão, realizou um longo (dezessete páginas) e interessante estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro, incluindo suas *pobrezas*, discutindo situação urbana, conquista do solo, habitação, problema das comunicações e do abastecimento de alimentos.

Na parte referente à *vida econômica*, ao colocar o ciclo da cana, analisou, ainda que superficialmente, os perigos da monocultura. Mostrou o perigo deste modelo econômico — como na cultura do café, *"nômade e devastadora"*, com suas crises periódicas —, o retalhamento das grandes propriedades em São Paulo e o aumento do latifúndio no Nordeste, com a usina englobando o bangüê. A nossa dependência em relação ao trigo, modificando a antiga alimentação com base na farinha de mandioca ou de milho, foi colocada como um exemplo da *destropicalização* da vida brasileira; mas não citou isso como algo positivo[1]. Seus dois Brasis eram o litoral e o interior, diferentes pelo gênero de vida e pela composição demográfica. Eram pouco integrados pelas ferrovias e, em relação às mesmas, realizou uma análise razoável, evitando a simples citação das mesmas e de suas respectivas quilometragens. Houve uma tentativa de análise, limitada por sua visão social de mundo, mas que surpreendeu por realizar algo que muitos livros didáticos posteriores de discípulos brasileiros desta escola não realizaram.

Pierre Deffontaines foi substituído por Pierre Monbeig (1908-1987), que teve uma grande influência nos geógrafos que se formaram durante o período em que atuou na USP (1935-1946), como responsável pela disciplina Geografia[2]. Outra importante atividade sua foi a direção (1935-46) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Suas aulas na USP eram ministradas em francês, a língua da maioria dos livros de Geografia existentes na biblioteca da universidade. Sempre procurou valorizar a relação ensino-pesquisa, o trabalho de campo e a interdisciplinaridade científica[3]. Fiel à tradição francesa, estimulava a realização de monografias e, grande parte delas, sobre núcleos urbanos, o que fugia a uma certa tradição *rural* da escola regional francesa[4].

Monbeig aqui permaneceu por mais de uma década em virtude da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Viveu no Brasil em um período em que nossa fronteira agrícola se expandia para o oeste e criava estruturas diferentes das tradicionais, e que o crescimento urbano se acelerava, alterando o perfil, principalmente das metrópoles nacionais. Os temas de suas duas teses para a obtenção do doutorado refletiam esta situação: na tese principal analisou a expansão das frentes pioneiras agrícolas no estado de São Paulo e, na tese complementar, o *Crescimento da cidade de São Paulo*[5].

---

[1] Como fez Aroldo de Azevedo, em livro destinado à 1ª série ginasial, ao afirmar que *"quanto mais civilizado é um povo, mais trigo consome."* (1969, p. 169)

[2] Antes de vir ao Brasil, foi professor iniciante do Liceu Malherbe em Caen (Normandia) e pretendia elaborar uma tese sobre as Ilhas Baleares. A necessidade de obter recursos financeiros para elaborar a sua tese pesou na sua vinda para o Brasil. Porém, o contato com a complexidade das zonas pioneiras da cafeicultura, no oeste paulista e no norte paranaense, fê-lo mudar de idéia. Em 1937, abandonou o projeto da tese sobre as Baleares e começou a pesquisa que resultou em sua tese de doutoramento (*Planteurs et pionniers dans l'Etat de Saint Paulo*), defendida na Universidade de Sorbonne, publicada na França em 1952 e no Brasil em 1984 (com o título de *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*). Antes, havia publicado *Ensaios de Geografia Humana Brasileira* (1940) — coletânea de artigos — e *La crise des sciences de l'homme* (1943). Publicou ainda *La Croissance de la ville de São Paulo* (1953), *Le Brésil* (coleção *Que sais-je?*, 1954; no mesmo ano, traduzido e publicado na coleção Saber Atual) e *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira* (1957), uma coletânea de artigos sobre o Brasil.

[3] Segundo Pasquale Petrone, na década de 1930, *"a pesquisa em Geografia inseria-se numa perspectiva de multidisciplinaridade"*, não no pequeno Departamento de Geografia da USP e sim na redação da revista *Geografia* e, principalmente, na AGB, onde os geógrafos encontravam-se ao lado de "*historiadores, sociólogos, botânicos, médicos, geólogos e outros profissionais ou cientistas. Isso significa que a pesquisa em Geografia nascia sob um signo de amplitude bastante grande de horizontes: nenhum cerceamento escolar, dogmático, de campo de trabalho. Cabe deixar claro que, em seguida, nem sempre foi assim.*" (Petrone, 1994, p. 04)

[4] A influência de Monbeig pode ser notada no fato de que, "*nas numerosas teses de doutoramento e de cátedra apresentadas à USP nas décadas de 40 e 50, dominou um esquema em que o geógrafo analisava o meio físico, sobrepunha a ele os dados humanos e finalmente analisava as atividades econômicas.*" (Andrade, 1977, p. 10)

[5] Com o doutorado, obtido em 1950, se tornou o titular de Geografia Colonial na Universidade de Strasbourg. Em 1952, passou a ser professor de Geografia Econômica no Conservatório Nacional de *Arts e Métiers*, e, em 1961, foi nomeado professor de Geografia Humana na Sorbonne, após ter exercido importantes cargos em entidades ligadas à

Apesar de defensor dos princípios da escola francesa, não foi aqui um defensor de todas as características da mesma, notadamente quanto à defesa da política colonial francesa, da neutralidade científica e do estabelecimento de fronteiras rígidas para o estudo geográfico (*geograficidade*). Para Andrade, Monbeig "*procurou adaptar o seu pensamento ao Brasil, onde deveria atuar e formar novos quadros. Daí ter se libertado dos preconceitos coloniais* [...] *usando com maestria os conceitos básicos do pensamento de seus mestres*." (Andrade, 1994, p. 78) Admitia a dualidade — geografia física e geografia humana — mas dava maior ênfase à segunda, concebendo-a como uma ciência social, embora procurando a "*primazia do estudo sobre o real, buscando no concreto observável, palpável, as características da fundação empirista da geografia.*" (Bray, 1987, p.120).[6] Em razão de sua atuação, podemos afirmar que Pierre Monbeig foi um importante geógrafo francês mas também um geógrafo brasileiro, por sua influência e por sua atuação na implantação e estruturação da geografia acadêmica no Brasil.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial fez com que muitos docentes europeus – exceto os oriundos de países do Eixo – aqui permanecessem, fato que colaborou para o aumento de suas influências. Como no curso de Geografia da USP a grande maioria era francesa, ele foi pouco afetado pelo fato de muitos docentes contratados na Alemanha e na Itália terem sido *convidados* a se retirar da USP e do país. O fato de Alemanha e França se defrontarem nos campos de batalha em 1871 (guerra franco-prussiana), 1914-1918 (Iª Guerra Mundial) e 1939-45 (IIª Guerra Mundial), deixou marcas na geografia européia mas também na brasileira. Geógrafos alemães e franceses, em razão da contribuição marcante destes dois países, eram necessariamente lembrados em qualquer estudo sobre a geografia moderna. Os conflitos provocaram uma espécie de maniqueísmo geográfico, que colocava determinismo e possibilismo como os dois únicos caminhos, sendo o primeiro — o mal — associado à Alemanha, e o segundo — o bem — à França. Os vínculos de parcela significativa da escola alemã à geopolítica daquele país, contribuíram para o aumento da exclusão. "*Nos casos em que se verificava mais radicalismo, ser possibilista (ou combater o determinismo geográfico), era uma forma de manifestar-se antinazista*." (Petrone, 1994, p. 11) Esta situação acabou gerando uma dogmatização dos pressupostos da Escola Regional Francesa, que passaram a predominar nas salas de aula, nos livros didáticos, nas pesquisas, na AGB. O método lablacheano passou a ser o único e tudo deveria ser elaborado conforme seus padrões.

> "*Assim, nunca abordar qualquer tema a partir do passado, pois isso significaria 'fazer' História, e não Geografia. O 'fazer' Geografia implicaria na abordagem do presente antes de mais nada. Jamais elaborar qualquer estudo de Geografia Regional sem obedecer um determinado roteiro segundo o qual o 'quadro natural' deve preceder o 'povoamento' e este deve ser sucedido pela população, pelas condições econômicas, e assim por diante. Um trabalho de Geografia Urbana deveria implicar, necessariamente, a consideração antes de mais nada do 'sítio urbano', e da posição, tópicos que deveriam ser seguidos*

---

Geografia e recebido alguns prêmios. É interessante observar que, do ponto de vista da atividade profissional docente, chegou a São Paulo "*com a experiência apenas do ensino secundário*" (Andrade, 1994, p. 73) e se tornou figura de destaque no curso de Geografia e História da USP, inclusive por ser o único professor catedrático de Geografia na época.

[6] Apesar de, em sua Geografia, colocar a humanidade no lugar do homem concreto, uma característica típica do discurso liberal, o homem Monbeig teve importantes gestos de solidariedade. Após o golpe militar de 1964, muitos professores foram impedidos de trabalhar no Brasil. Como diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris permitiu que ali, brasileiros e chilenos — estes após o golpe de 1973 — encontrassem proteção e que no mesmo fossem realizados debates a respeito da situação política latino-americana. Teve "*entre seus professores eminentes latino-americanos como Josué de Castro na área de Geografia, Celso Furtado na de economia e Maria Isaura Pereira de Queiroz na de sociologia*." (Andrade, 1994, p. 76)

> *por outros também ordenados dentro de determinada seqüência*." (Petrone, 1994, p. 12)

Valorizava-se a forma em detrimento do conteúdo e a rigidez do método fez com que, em muitos trabalhos, as partes ficassem desarticuladas, desconexas, sem ligação com as que as sucediam.

Fixar a fundação da *moderna* geografia brasileira com a criação da USP e da UDF é encobrir o papel desempenhado por muitos, como, entre vários, Manoel Bomfim, Raja Gabaglia, Backheuser, Delgado de Carvalho. Mesmo a introdução da chamada Escola Regional Francesa se deveu a obras e atuação de Delgado de Carvalho; sua solidificação (tanto a nível de ensino quanto a de pesquisa) é que se deve aos mestres franceses que para cá vieram.

Durante todo este período, as influências de outras *escolas* geográficas foram secundárias. A ascendência das posturas lablacheanas foram marcantes até o início da década de 1970 quando ocorreu, de forma significativa, a influência estadunidense da *New Geography* em algumas universidades e em órgãos oficiais. Influências significativas de outros geógrafos franceses também ocorreram (como Pierre George e Yves Lacoste); mas, na década de 1980, o leque de influências se abriu mais e houve momentos significativos de tentativas de criação de uma *geografia brasileira*, com destaque para a atuação de Milton Santos (1926-2001).

## 2. 4. De 1955 a 1973: do Plano de Metas ao *Milagre*

> "*As épocas que subestimam a utopia são épocas de empobrecimento intelectual, ético e estético.*" (Milton Santos)

De início, a comoção popular ante o suicídio do presidente Vargas, dificultou a ação dos que eram contrários ao projeto getulista, de entrada controlada do capital estrangeiro e de proteção à indústria nacional. Mesmo assim, em 1955, Eugênio Gudin (1886-1986), um expoente da escola monetarista liberal e ministro da Fazenda do governo Café Filho (1954-55), na tentativa de solucionar o problema inflacionário, liberou a entrada de capitais estrangeiros, por meio da Instrução n$^{o}$ 113, da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC). Com ela, abriu-se a possibilidade de um crescimento industrial através do investimento direto do capital estrangeiro. Essa instrução, mantida durante o governo (1956-61) Juscelino Kubitschek (JK; 1902-1976), permitiu a instalação no país de filiais de multinacionais e uma ação mais livre do capital internacional.

A instalação de mais indústrias no país provocou o aumento da classe operária e alterações qualitativas na mesma, uma vez que a preparação para o trabalho deveria ser diferente em razão da presença de novas tecnologias. Outrossim, a maior complexidade da economia passou a exigir um maior número de pessoas nos setores burocráticos e de serviços, ampliando as classes médias urbanas, que também passaram a possuir novas possibilidades de consumo. Até a estrutura agrícola que, com o obtido na exportação e na explotação do trabalho, tinha sido a principal fonte de recursos para a industrialização, começou a sofrer pressões para se *modernizar*, no sentido técnico do termo. Os que isto fizeram, acabaram provocando desemprego, queda salarial e êxodo rural; muitos não investiram em novas tecnologias e mantiveram o grau de explotação do trabalho e as precárias condições de vida no meio rural. Com isso, agravaram-se os problemas no campo e a sempre adiada reforma agrária voltou a ser tema de discussão e de luta.

O governo JK, através do Plano de Metas, pretendia desenvolver os setores estratégicos, principalmente energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. Sua meta síntese e símbolo era a construção da nova capital. Em seu governo, o setor industrial cresceu bastante, com destaque, quanto à *visibilidade*, do ligado à indústria automobilística. O país já possuía indústrias de bens de consumo imediato — ramo dominante na República Velha — e de bens de produção — implantadas na era Vargas; agora, o maior crescimento foi do setor de bens de consumo duráveis — com a participação direta de capitais externos —, inclusive através de estímulos e benefícios do Estado. O momento possibilitava uma certa facilidade de obtenção do capital externo, uma vez que os EUA estavam *finalizando* a reconstrução da Europa Ocidental e buscavam novas áreas para investimento. Mais da metade dos recursos financeiros foi destinada para os setores de energia e transporte[7].

Os fracassos gritantes foram quanto às metas relativas à alimentação e à educação. Ocorreu também a elevação dos níveis de inflação, notadamente no final da gestão JK, e o aprofundamento da dívida externa, agravada pelo fato de o governo começar a tomar empréstimos externos sem finalidade produtiva. Os saldos da balança comercial passaram a ficar negativos e, para complicar ainda mais o quadro, no final do período haviam aumentado a concentração de renda e a desigualdade regional. Uma das razões deste último fato foi que certos planejadores acreditavam na necessidade de se criar um grande pólo econômico, pois, a partir dele, o crescimento se propagaria, *em círculos concêntricos*, para as outras regiões e, por isso, canalizaram os investimentos em infra-estrutura e os empréstimos para São Paulo (principalmente), Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais.

Houve, portanto, um elevado crescimento do setor industrial, notadamente o de bens de consumo duráveis, mas dependente do capital estrangeiro. Ampliou-se a internacionalização da economia nacional (agora com a presença física das multinacionais), com a integração da estrutura industrial aqui existente à estrutura dessas grandes empresas, que para aqui transplantaram uma tecnologia baseada no petróleo — em um país ainda carente dele — e *necessidades de consumo* de seus países de origem. Este *modelo* de crescimento só poderia desembocar em crises. Estas crises também derivaram da construção da nova capital, alvo de constantes ataques pela oposição.

A maioria das explicações geográficas sobre Brasília a colocava como a busca de uma cidade ideal, a tentativa de repetir o êxito das planejadas Washington (EUA) e Canberra (Austrália), o desejo de esquecer o passado colonial — que Rio de Janeiro simbolizaria — e de superar o subdesenvolvimento, a vontade de romper o domínio do litoral e povoar o interior, e outras. Ou seja, a maioria omitia o aspecto geopolítico de sua implantação. Brasília foi construída como um símbolo de um novo Brasil, moderno e industrial; o símbolo de um ideário nacional-desenvolvimentista (*50 anos em 5*), ao mesmo tempo em que ocorria u'a maior internacionalização da economia. A razão *oficial* para a mudança era a existência de uma grande Terra Central (*Heartland*) não ocupada, o que deveria ser feito através da interiorização da capital, processo que estimularia a *Marcha para o Oeste*.

Alguns defendiam que a localização correta seria em uma área central em relação ao ecúmeno; já o Estado-Maior das Forças Armadas, afirmando ser o intérprete mais abalizado em relação a assuntos de defesa nacional, defendia o centro do

[7] O Plano de Metas previa a construção de 10 mil quilômetros de rodovias; construiu-se o dobro. A meta era chegar à produção de 100 mil veículos por ano em 1960; foram produzidos, naquele ano, mais de 300 mil. A produção de energia elétrica quase dobrou e a produção anual interna de petróleo foi de 2 milhões de barris em 1955, para 30 milhões em 1960.

território, o Planalto Central, e era favorável à construção no retângulo Cruls[8]. Entendiam como Planalto Central a parte mais central do Planalto Brasileiro e afirmaram ter escolhido a região *mais próxima do centro do Brasil*. Apesar de ser um preceito constitucional, até a Segunda Guerra Mundial os governos republicanos não se esforçaram seriamente para cumprir a Constituição. Mas, desde o início do período republicano, os livros de geografia e os atlas passaram a conter, na área referente ao estado de Goiás, um retângulo indicativo: *Futuro Distrito Federal*, para criar uma opinião pública favorável. A presença do *Retângulo Cruls* nos mapas *naturalizava* a idéia de mudança da capital e não provocava muitas discussões a respeito de sua localização, pois ela já estava estabelecida.

O preceito constitucional permaneceu nas Constituições de 1934 e 1937 mas a nova capital se restringia ao marco, colocado em 1922, e ao retângulo nos mapas. Em 1947, no governo Dutra (1946-51), criou-se uma comissão de estudos para a localização da nova capital do Brasil. Esta Comissão organizou, no mesmo ano, duas expedições ao Planalto Central, compostas de dezenas de técnicos, com participação marcante, na chefia das expedições e dos grupos de trabalho, de geógrafos[9].

Os defensores da *Marcha para o Oeste* afirmavam que a cidade do Rio de Janeiro era inadequada para governar por possuir muitas aglomerações, freqüentes agitações sociais, falta de tranqüilidade para governar, excesso de favelas e mendigos, e pelo fato de ser litorânea. A localização litorânea faria com que Rio de Janeiro estivesse mais sujeito a *influências externas*, inclusive de doenças, o que não ocorreria no Planalto Central, distante do mar e de clima mais seco, que seria mais salubre; e ainda sujeita a ataques armados estrangeiros, argumento militar muito destacado na época, apesar da existência da aviação militar e da bomba nuclear.

O plano urbanístico selecionado foi o de Lúcio Costa (1902-1998) que, como o arquiteto Oscar Niemeyer (1907- ), sofreu influências de Le Corbusier (1887-1965) e da *Carta de Atenas* (escrita em 1941), um documento muito mais próximo da Geografia do que aparenta. Elaborada oficialmente por Le Corbusier, continha a visão da cidade funcional, propondo algumas soluções, como planejamento regional, zoneamento funcional, conjuntos habitacionais providos de equipamentos coletivos, e outras. O documento sintetizava o conteúdo do Urbanismo Racionalista ou Funcionalista que, como afirmou Rebecca Scherer na apresentação da edição brasileira,

> "*supunha a obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos,* [...] *a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação. Supunha ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação da*

[8] O *Retângulo Cruls*, ou o *Quadrilátero de Cruls*, era uma área de 14.400 km$^2$ (90 por 160 km) demarcada em 1892 pela expedição chefiada pelo belga Louis Cruls (1848-1908), e por ordem do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). A função da expedição era a de cumprir o artigo 3º da constituição de 1891: "*Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal*."

[9] A primeira expedição foi chefiada pelo geógrafo francês Francis Ruellan (1894-1975) e contou com a expressiva participação de Alfredo José Porto Domingues, Antonio Teixeira Guerra, Nilo Bernardes, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e outros; foram feitos estudos do Triângulo Mineiro e do Sudeste de Goiás, sendo a Chapada dos Veadeiros o ponto mais setentrional atingido. A outra expedição, foi realizada sob a chefia do engenheiro-geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979) e a orientação científica do geógrafo alemão Leo Waibel (1888-1951). A primeira "*ocupou-se apenas dos aspectos da denominada geografia física, fazendo um levantamento, em oito sítios, previamente selecionados pela Comissão, de seus tipos de solos, relevo, hidrografia, clima etc ...*"; a outra "*enfocou a questão não apenas do ponto de vista fisiográfico, mas também dos aspectos da denominada geografia política, ...*" (Vesentini, 1986, p. 64).

> *circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizante*." (Le Corbusier, 1989, p. 19-20)

Em diversos momentos, transparecia a visão francesa de Geografia, com algumas afirmações próximas do determinismo fisiográfico.

Unidade geográfica, no texto, era sinônimo de região, a geografia de uma região eram os seus aspectos naturais. Para Le Corbusier, a

> "*geografia e a topografia desempenham um papel considerável no destino dos homens. É preciso nunca esquecer que o sol comanda, impondo sua lei a todo o empreendimento cujo objeto seja a salvaguarda do ser humano. Também planícies, colinas e montanhas contribuem para modelar uma sensibilidade e determinar uma mentalidade*." (Le Corbusier, 1989, p. 35)

Uma das preocupações primordiais era a habitação, notadamente quanto aos fatores condicionantes da higiene. "*A saúde de cada um depende, em grande parte, de sua submissão às 'condições naturais'.* [...] ... *o sol, a vegetação, o espaço, são as três matérias-primas do urbanismo*." (Ibidem, p. 51) Introduzir o Sol nas habitações era um imperioso dever do arquiteto, que deveria demonstrar que "*no solstício de inverno o sol penetrará em cada moradia no mínimo 2 horas por dia*." (Ibidem, p. 64) As leis de higiene deveriam ser **impostas** pelas autoridades, as densidades demográficas urbanas deveriam ser por elas **ditadas**, o alinhamento das moradias ao longo das ruas deveria ser **proibido** — as calçadas eram do tempo dos coches e as velocidades mecânicas já eram uma ameaça de morte. A noção de que cabia aos especialistas decidirem as soluções que deveriam ser impostas pelas autoridades públicas estava contida na própria concepção de urbanismo definida no texto:

> "*administração dos lugares e dos locais diversos que devem abrigar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em todas as suas manifestações, individuais ou coletivas. Ele envolve tanto as aglomerações urbanas quanto os agrupamentos rurais.* [...] *Por sua essência, ele é de ordem funcional. As três funções fundamentais pela realização das quais o urbanismo deve velar são: 1º habitar; 2º trabalhar; 3º recrear-se. Seus objetivos são: a) a ocupação do solo; b) a organização da circulação; c) a legislação*." (Le Corbusier, 1989, p. 139)

A verticalização urbana possibilitaria nova densidade, mas os edifícios precisariam ser construídos distantes uns dos outros para permitir que as aglomerações se transformassem em *cidades verdes*, nas quais as superfícies verdes se constituiriam em um *prolongamento da habitação*.

O setor industrial também necessitaria ser submetido a *regras lógicas*. As indústrias seriam "*transferidas para locais de passagem das matérias-primas*", ao longo das grandes vias, devendo as cidades industriais serem lineares e não concêntricas, se estendendo ao longo da via de comunicação. O setor habitacional teria de ser paralelo às construções industriais, separado delas por uma zona verde que protegeria as moradias dos ruídos e da poeira e suprimiria os longos trajetos diários dos trabalhadores. Em geral, o centro de negócios situar-se-ia na *confluência das vias de circulação* internas. A circulação precisaria garantir destinações diferenciadas às ruas, separando o trajeto do pedestre daquele do automóvel.

A leitura do documento passa a idéia de que é possível elaborar um modelo de cidade que pode ser reproduzido em qualquer região do mundo, por serem as mesmas as necessidades básicas do homem. Um tratamento homogêneo do espaço, como se nas sociedades existisse somente uma diferença de classes e não um antagonismo. Não analisou nem classe social e nem poder, como se os *administradores* não servissem a uma determinada classe ou fossem desprovidos de ideologia. O Estado era concebido como um elemento neutro, voltado para o bem comum e que operava com base na racionalidade do conhecimento técnico-científico.

Além disso, continha uma visão demiúrgica da arquitetura. O arquiteto seria o artífice do mundo, como se somente através da mudança de sua arquitetura, a sociedade pudesse ser modificada. "*A arquitetura preside os destinos da cidade.* [...] *A arquitetura é a chave de tudo*" (Ibidem, p. 141-142) e seria capaz de eliminar as injustiças sociais, submetendo os interesses privados aos coletivos. Não foi uma simples coincidência o fato de a Carta de Atenas ter sido escrita na década do *New Deal*, da etapa caracterizada por governos capitalistas interventores na ordem econômica e social, e valorizadores da planificação com base na *competência técnica*. A cidade precisaria de um plano que determinasse o cumprimento, de modo setorizado, das quatro funções: "*habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular.*" (Ibidem, p. 130) Segundo a Carta, zoneamento destas funções-chave ordenaria *o território urbano*.

Defendia um plano global e uma especialização das regiões, pois podendo "*ser decididas atribuições, restrições e compensações que fixarão para cada cidade envolvida por sua região um caráter e um destino próprios.*" (Ibidem, p. 135) Assim, uma cidade possuiria, por exemplo, uma função somente político-administrativa, com um controle rígido de seus habitantes — inclusive das migrações —, que não necessitariam ser ouvidos. A ditadura do plano daria a uma cidade um caráter de empresa ou de *máquina de morar*, animada pelo espírito da geometria, da ordem e da eficácia. Os projetos que concorreram no concurso para o plano urbanístico de Brasília tinham, no mínimo, inspiração racionalista; e venceu o que melhor aplicava os princípios da Carta de Atenas.

Brasília foi projetada com a supressão das ruas tradicionais, surgindo em seu lugar *vias* "*exclusivas para os automóveis, com a solução dos desníveis para evitar os cruzamentos e os semáforos*" (Vesentini, 1986, p. 151). As amplas vias expressas não possuíam calçadas; para os pedestres haveria o espaço no interior das superquadras. Existia uma preocupação, no plano urbanístico, de geometrização do espaço. "*Cortada por um eixo rodoviário, que vai da extremidade da Asa Norte até à da Asa Sul, a cidade divide-se em setores (comercial norte e sul, hoteleiro, bancário etc.) e quadras, sempre referenciadas por letras e números*: ..." (Ibidem, p. 152). Esta forma de referência através de letras e números foi, para Vesentini, u'a maneira de lhe dar um caráter universal, não precisando ser mudado ao sabor da história. Além disso, ela não possui um *centro* urbano — no seu significado tradicional — como as outras cidades, inclusive por causa da relativa auto-suficiência das superquadras. Apesar do pretenso igualitarismo, a cidade possui exemplos evidentes de segregação espacial: dentro do Plano Piloto, com as áreas reservadas às mansões e *granjas* e, fora dele, com as cidades-satélites, onde os construtores da capital — os candangos — e muitos dos que ali chegaram posteriormente, foram se alojar.

Ela foi planejada para ser uma cidade de burocratas, caracterizada pelo funcionalidade: distribuição espacial dos setores, circulação rápida dos automóveis, alocação rigorosa de escolas, igrejas e áreas de lazer, edifícios públicos que se destacam pela sua monumentalidade e pela presença marcante de concreto e vidro, materiais nem sempre adequados para ambientes tipicamente tropicais. Com tudo definido, *"não há margem para qualquer participação ativa ou iniciativa criadora por parte do morador."* (Ibidem, p. 154)

Entretanto, a sociedade nem sempre segue o plano dos especialistas. Os pés na grama criaram atalhos, existem semáforos e há espaços ocupados pelo setor informal. Isto apesar de ter sido pensada com a finalidade de controlar a vida urbana e de ser uma cidadela do *príncipe*, sem muros visíveis. Sedia importantes órgãos estatais e possui unidades dos três segmentos das Forças Armadas. Ou seja, além de construída distante das concentrações demográficas da época e com uma organização espacial interna dificultadora de concentrações populares, possui também um cinturão

militar de proteção, contendo apenas quatro saídas, o que facilita o seu fechamento. O fato de estar próxima ao centro geodésico do território brasileiro permitiu que fosse utilizada como símbolo de interiorização. A sua arquitetura grandiosa e moderna expressava um novo Brasil, moderno e industrial. Grande parte da população, eufórica com o crescimento industrial e com a modernização, começava a acreditar mais em si, pois até no futebol, aquele esporte que a ajudava a esquecer de alguns de seus problemas, conseguira ser campeã mundial em 1958.

Brasília, como foi citado, estimulou as migrações internas brasileiras. São elas de difícil estudo, em razão da ausência de estatísticas diretas sobre este assunto no período. Até 1940, inexistiam indicações sérias sobre o tema; foi somente a partir desta data que o censo passou a indicar o lugar de nascimento e onde ele estava por ocasião do recenseamento. Ainda assim, só possuíam as entradas e saídas dos migrantes tais quais apareciam no momento do censo, nada dizendo sobre os movimentos que ocorreram no intervalo de dois recenseamentos consecutivos.

Entretanto, a população brasileira possuía um grau de mobilidade bastante elevado mas irregular, conforme as regiões. Em 1970, residiam fora de seu local de nascimento quase 30,5 milhões de pessoas ou 33% da população (1940: 8,5% do total; 1950: 10,3%; 1960: 18,2%).

Tabela 14. Migrações Internas - 1960 (1.000 pessoas)

| **Região** | **Entrada de migrantes** | **Saída de migrantes** | **Saldo de migrantes** |
|---|---|---|---|
| Sudeste | + 1.862 | - 1.487 | + 375 |
| Sul | + 1.161 | - 213 | + 947 |
| Norte e Centro-Oeste | + 795 | - 237 | + 558 |
| Nordeste | + 165 | - 2.046 | - 1.881 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 184

Verifica-se, pela tabela acima, que a região Nordeste foi a que mais forneceu migrantes e a única com saldo negativo. As médias regionais não se aplicavam, é claro, a todos os estados que a compunham. Nas regiões nas quais o saldo foi positivo, havia estados de *emigração*, como Minas Gerais na região Sudeste e Rio Grande do Sul, na Sul. Muitos se dirigiram para estados da própria região, como os mineiros em São Paulo; aliás, este último estado foi o que mais recebeu migrantes, seguido pelo Paraná. Entretanto, São Paulo também forneceu muitos migrantes para outras regiões (e com grande proporção de mulheres – 47,8% -- o que, na época, poderia significar um deslocamento de modo durável).

Isto também alterou a nossa população urbana, apesar dos critérios adotados, pois era a que se situava em áreas determinadas como urbana e suburbana. Entre 1940 e 1950, a população rural aumentou 17,4% e a urbana 45,5%, com o êxodo rural fornecendo 2,7 milhões de pessoas à zona urbana. Entre 1950 e 1960, a diferença foi maior, com a rural ampliando em 13,3% e a urbana em 72%.

Tabela 15. Percentual da população urbana e rural de 1940 a 1970 e aumentos intercensitários

| | **Percentual da população urbana e rural** | | | | **Aumentos Intercensitários** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **1940** | **1950** | **1960** | **1970** | **1940/50** | **1950/60** |
| População urbana | 31,2 | 36,2 | 46,4 | 55,9 | 45,5 | 72,8 |
| População rural | 68,8 | 63,8 | 53,6 | 44,1 | 17,4 | 13,3 |
| População total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 25,9 | 36,6 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 192
Organizado pelo autor

Entre as causas do êxodo rural, estavam a absorção de pequenas e médias propriedades rurais por parte dos grandes proprietários, a expectativa de encontrar melhores condições de vida (salários melhores, educação para os filhos, assistência médico-hospitalar), a difusão do modo de vida urbano como bens de consumo e de entretenimento, a estrutura fundiária antidemocrática, a substituição da cultura de produtos alimentares pela agricultura de exportação, a industrialização urbana e, após 1964, o Estatuto do Trabalhador Rural que, ao estender direitos trabalhistas para o setor rural, fez com que muitos proprietários, não podendo ou não querendo arcar com os encargos sociais, demitissem seus empregados. A partir deste momento, ampliou o número de trabalhadores temporários (*bóia-fria* ou *volante* ou *de fora* ou *peão*) que, contratados por um intermediário (*gato*), desobrigavam o patrão dos encargos sociais e criavam um distanciamento entre eles[10].

Para a maioria, o êxodo rural não significava apenas u'a mudança de *habitat* mas uma alteração profissional pois, na zona urbana, se exerciam atividades secundárias e terciárias. Em 1970, o único coeficiente superior urbano era o da região Sudeste.

Tabela 16. População rural total nas regiões - 1940, 1950, 1960 , 1970

| **% da população rural/Total** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **1940** | **1950** | **1960** | **1970** |
| Norte | 72,3 | 68,5 | 62,2 | 54,9 |
| Nordeste | 76,5 | 73,6 | 65,8 | 58,0 |
| Sudeste | 60,6 | 52,5 | 42,7 | 27,2 |
| Sul | 72,3 | 70,5 | 62,4 | 55,4 |
| Centro-Oeste | 78,5 | 75,6 | 65,0 | 51,7 |
| Brasil | 68,8 | 63,8 | 54,9 | 44,0 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 206

Estas diferenças eram mais sensíveis entre as unidades da federação[11]. Os dados confirmavam uma regra para a época: onde a densidade demográfica era fraca, a população rural era forte. A complexidade de efeitos advinha do caráter do dado demográfico, pois o mesmo nunca deve ser considerado de modo isolado. Integra um conjunto econômico, social e ideológico do qual não deve ser destacado.

A zona de partida era, normalmente, atingida por dois tipos de problemas: um em termos de subsistência (subalimentação) e outro de emprego (desemprego durável ou subemprego). A partida destes locais diminuía a pressão pelas mudanças necessárias. Isto também dificultava a integração econômica nacional, pois a desigualdade inter-regional dependia da integração econômica no interior de cada região. Além disto, no passado, em certas áreas do Nordeste, a saída de migrantes diminuía drasticamente o número de homens adultos, deixando a região com mulheres, crianças e idosos.

No primeiro ano do governo JK, foi publicada uma obra fundamental de nossa literatura: *Grande Sertão: Veredas*. Outros sertões foram apresentados aos brasileiros, os sertões de Minas Gerais. João Guimarães Rosa discorreu ali sobre um Brasil não

[10] Em 1977, 14 anos após o Estatuto do Trabalhador Rural, segundo o PNAD, havia 600 mil trabalhadores com carteira profissional assinada, ou seja, apenas 3,2% dos ocupados em atividades agrícolas.

[11] Por exemplo: no Maranhão, a população rural era muito elevada, sendo 82% em 1960 e 74,5% em 1970; em Goiás, 69,3% em 1960 e 57,5% em 1970; na Bahia, 65% e 58,9% respectivamente. Já em São Paulo, era de 66% em 1940, 47% em 1950, 37% em 1960 e 19,6% no censo seguinte, sendo semelhante, esta última, às nações industrializadas. Neste mesmo estado, de 1940 a 1960, a população rural aumentou em 25% e a total em 65%; de 1960 a 1970, a rural diminuiu em 36% e a total aumentou em quase 40%.

litorâneo, onde o tempo fluía mais lento e um linguajar peculiar quase beirava ao dialeto. Relevo, hidrografia, clima e vegetação da região foram ali descritos, caracterizando a variedade daquela unidade. Ao contrário de *Vidas Secas*, temos aqui uma profusão de nomes de lugares, a maioria identificáveis em um bom atlas; alguns, talvez, nunca existiram, mas foram necessários à composição de símbolos por parte do autor.

O período JK, posteriormente rotulado de *anos dourados*, apesar das crises, foi marcante. O novo Brasil, que se pretendia moderno e industrial, também ganhava um novo padrão de música popular: a Bossa Nova. A euforia desenvolvimentista teve aliados como a vitória na Copa do Mundo de 1958 (até que enfim éramos realmente o *país do futebol*) e em outros esportes como basquete, boxe, tênis feminino; no concurso de Miss Universo, quase ganhamos. Na poesia surgiu o Concretismo[12] e, depois, a poesia de dimensão social – onde se destacaram, entre vários, Ferreira Gullar e Thiago de Melo. Esta última era contrária aos excessos de teorização e experimentalismo da poesia de vanguarda e propunha uma linguagem discursiva, de estilo mais simples e direto, que expressasse a posição do poeta frente ao cotidiano e aos problemas políticos.

De 1940 a 1950, a população ativa no setor primário aumentou cinco vezes menos que a população total do Brasil, enquanto a dos outros dois setores aumentou mais que o conjunto da população. Nesta década, foi a força de trabalho industrial que majorou bem mais que a população total. De 1950 a 1960, foi a população do setor terciário que conheceu um crescimento mais forte, mais de duas vezes que a do secundário e três vezes a do primário. Neste período, o número de operários nas indústrias de transformação ampliou, em média, cerca de 3% a.a., taxa semelhante ao movimento real da população (3,1%) mas inferior ao do crescimento anual da população urbana (5,4%).

Tabela 17. População Economicamente Ativa Brasileira

| **População Ativa no Brasil – Atividades (%)** | | | | **População Ativa em relação à** | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Anos** | **Primárias** | **Secundárias** | **Terciárias** | **População Total** | **População com 10 anos e mais** |
| 1940 | 66,7 | 9,2 | 24,0 | 35,7 | 50,8 |
| 1950 | 60,5 | 12,8 | 26,6 | 32,9 | 46,8 |
| 1960 | 54,1 | 12,3 | 33,5 | 32,3 | 46,4 |
| 1970 | 44,3 | 17,8 | 38,0 | 31,8 | 46,2 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 321

A repartição profissional foi lenta até 1940, acelerou-se a partir de 1950 e conheceu um ritmo mais rápido ainda de 1960 a 1970. Em 1960, quase 28% do PNB foram produzidos pela agricultura, cuja mão-de-obra representava, aproximadamente, 54% da população ativa, sendo o mesmo percentual do PNB produzido somente pelas indústrias de transformação, com um índice de mão-de-obra bem menor.

[12] Oficialmente, o Concretismo surgiu em 1952, com a publicação do primeiro número da revista *Noigrandes*, onde apareceram os primeiros poemas pré-concretos de Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari. Mas teve maior destaque após 1956.

Esta relação entre riqueza e atividade industrial levou muitos economistas a preferirem a indústria à agricultura para assegurar o crescimento econômico, em um abandono do setor agrícola, como se isto fosse possível. Na época, ainda era ela que fornecia grande parte das matérias-primas à industria, e da grande quantidade e do baixo preço da produção alimentícia que dependia essencialmente o custo de vida e a preservação dos salários. A melhora da produtividade do setor primário influencia na quantidade, qualidade e preços das matérias-primas, e a maior produtividade agrícola reduz a mão-de-obra mas pode ampliar o salário real da população rural. Eram, portanto, vinculados, com o crescimento da indústria podendo favorecer o da agricultura, tanto na ampliação da saída de seus produtos quanto na melhora de suas técnicas. São Paulo já estava demonstrando isto: a indústria era mais importante, a população agrícola era pequena mas a produtividade dela era a mais elevada.

JK não elegeu seu sucessor. As eleições foram ganhas por Jânio Quadros (1917-1992; presidente de 31/01 a 25/08 de 1961), com seu discurso autoritário, rebuscado e moralista, e seu populismo barato. Instável e sem maioria no Congresso, conseguiu, com suas medidas, descontentar os principais partidos, inclusive a direita que o apoiou. Na política externa, procurou romper com o alinhamento automático com os EUA; na economia, seguiu o modelo do Fundo Monetário Internacional, cujas características e conseqüências[13] o fizeram perder boa parte do apoio da população mais pobre. Sua *renúncia*, em agosto de 1961, foi uma tentativa de voltar, com plenos poderes e o Congresso Nacional fechado. Mas não ocorreu a reação popular por ele esperada.

O vice-presidente era João Goulart (Jango; 1918-1976, presidente de setembro de 1961 a abril de 1964), um grande proprietário de terras, considerado pelos setores militares como *de esquerda*. A *Rede da Legalidade*, encabeçada pelo governador gaúcho Leonel Brizola (1922-2004), oferecia resistência a um possível golpe militar. A solução negociada foi uma espécie de *golpe branco*: a adoção do parlamentarismo (emenda constitucional nº 4). O período parlamentarista foi tumultuado (três primeiros-ministros, aceleração do processo inflacionário, aumento do déficit público) e durou somente um ano e meio. Um plebiscito, em janeiro de 1963, decidiu pela volta do presidencialismo. Logo após, Jango apresentou o Plano Trienal de Desenvolvimento, visando o combate à inflação e a continuidade do crescimento industrial. O fracasso do Plano no tocante à inflação provocou uma onda de greves, destacadamente nas empresas estatais. Na zona rural, onde não era comum a mobilização dos trabalhadores, a luta pela reforma agrária ampliava, principalmente no Nordeste, área de atuação das Ligas Camponesas, lideradas pelo deputado Francisco Julião (1915-1999). Frente à situação, Jango optou pelas chamadas *Reformas de Base*[14], mas isto acirrou a situação e levou ao golpe militar.

A deposição do presidente constitucional em 1º de abril de 1964 foi, entre diversas razões, para eliminar, através da força militar, os obstáculos que dificultavam u'a maior inserção do país na órbita internacional, processo iniciado no governo JK. Houve uma redefinição do papel do Estado, alterou-se o padrão de dependência, o capital monopolista passou a predominar no processo produtivo, os padrões de comportamento e de consumo foram modificados para adequá-los ao novo modelo

[13] Eliminou o subsídio público nas importações de trigo e petróleo, provocando aumento imediato dos preços dos mesmos e, conseqüentemente, do pão e dos combustíveis. Concomitantemente, congelou os salários. Também, ao desvalorizar a nossa moeda, o cruzeiro, em cem por cento, dificultou a importação de máquinas e de matérias-primas industriais.

[14] Apresentadas no famoso comício realizado em 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro. Ali mesmo assinou uma série de decretos e, entre eles, o que criava a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), o que encampava todas as refinarias particulares de petróleo, o da reforma universitária, o da reforma bancária, o que regulava o preço dos aluguéis em sua tentativa de construção de um capitalismo menos injusto e de base nacional.

industrial que se pretendia implantar, a população foi alijada das esferas de decisão, os sindicatos mais combativos foram castrados de suas lideranças e a instrução escolar sofreu uma reorientação ideológica devendo, principalmente, qualificar para o trabalho, o que, na época, significava formar u'a mão-de-obra disciplinada e com certa habilidade técnica.

O país se aliou claramente à potência que liderava o bloco capitalista e sua política externa permaneceu dependente da mesma; ocorreu, também, a "*homogeneização tática e ideológica das Forças Armadas*" (Andrade, 1989, p. 47). A tecnoburocracia estatal foi fortalecida e ela procurou dominar, tomando medidas sempre em nome de uma *racionalidade objetiva*, técnica. A elevação desta racionalidade ao grau de verdade absoluta acabou por excluir o contrato social, a legítima legalidade jurídica e, sem esses componentes, desembocou-se no autoritarismo.

A tecnoburocracia militar e civil, aliada do capital multinacional externo, tornou-se a fração hegemônica do bloco no poder. Os outros setores da sociedade civil, como a *burguesia industrial* nacional, perderam o controle hegemônico do Estado. Para a sustentação do bloco no poder foi necessária a exclusão de amplos setores da população das decisões políticas — situação facilitada pela concessão aos pequenos estados da federação de um número igual de senadores no Congresso Nacional — e da distribuição da riqueza produzida; também foi preciso cooptar outros grupos internos. Em governos autoritários, toda cooptação corresponde a uma exclusão, e vice-versa; e a exclusão era feita via repressão.

O modelo político-econômico implantado exigiu uma redefinição do papel do Estado. Entretanto, nos vinte anos de governo militar, esse papel foi modificado pois o *sistema capitalista* não se implanta com as mesmas características, mesmo em países dependentes, pois carrega em seu bojo as contradições, as características diversas, da realidade de cada país.

> "*Tentou-se, em um primeiro momento, um modelo de racionalização mais clássico e ortodoxo, com o aumento da eficiência e a redução do peso do Estado, criação de instituições capitalistas modernas* [...]*, e a internacionalização da economia. Se estas foram as linhas principais dos primeiros anos de regime militar, elas foram substituídas depois por outras mais ajustadas a tradições do Estado brasileiro: crescimento do setor público, lançamento de grandes projetos e programas sociais ambiciosos, como o da padronização e generalização da previdência social e a erradicação do analfabetismo através do Mobral*". (Schwartzman, 1987, p. 19)

Também, dada a nossa história como espaço complementar das economias centrais, não possuíamos um passado ideal que pudesse nos servir de guia. Talvez, por isto, a necessidade de se apelar para um *futuro grandioso* pois ele é algo a vir, aberto, otimista. Todavia, para o poder, ele só poderia ser alcançado com ordem: sem ordem não há progresso, diz o lema positivista e a bandeira nacional. Modernizado, este lema foi alterado para *desenvolvimento com segurança*.

O primeiro governo militar imposto (1964-1967) procurou *modernizar* o Estado e combater a inflação, usando como armas, entre outras, a diminuição dos gastos públicos e o arrocho salarial. Esta política provocou um aprofundamento da crise, levou muitas pequenas e médias empresas à falência, aumentou a ociosidade das que permaneceram e oligopolizou diversos setores produtivos. Os reflexos negativos desta política anti-inflacionária e de readequação da economia ao capitalismo internacional, provocaram protestos. O segundo presidente imposto (1967-1969) tentou corrigir estes reflexos negativos, mas não conseguiu. Já doente, assinou, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n$^{o}$ 5 (AI-5), que deu plenos poderes à Presidência da República e suspendeu as garantias individuais de todos os cidadãos; com ele, o

governo, pela força e pela censura, obteve o controle da situação para implantar o seu projeto.

O período do terceiro presidente militar (1969-1974) ficou conhecido como *Milagre Brasileiro*, por causa das elevadas taxas de crescimento econômico, ou como *anos de chumbo*, devido a intensa repressão. Do ponto de vista econômico, além das altas taxas de crescimento, caracterizaram o período a diminuição dos índices de inflação, a maior abertura ao capital estrangeiro (apesar da propaganda *nacionalista*), e o aumento da concentração de renda e do endividamento externo. Entre os fatores que colaboraram para isto figuraram o comércio externo favorável (o capitalismo mundial estava em expansão), a capacidade ociosa de grande parte do setor industrial em razão da recessão anterior (o que possibilitou, no início, crescer sem importar bens de capital) e a existência de um governo autoritário que garantia um arrocho salarial, exceto para a classe média.

O *Milagre* ampliou a miséria no país, mas a manipulação publicitária garantiu o *otimismo*. O estímulo ao consumo em uma sociedade com renda concentrada provocou uma diferenciação dos modelos de bens de consumo, encurtando o período de obsolescência e a expansão da margem de endividamento das famílias em decorrência da ampliação do crédito ao consumidor. O êxodo rural mais intenso agravou a terciarização urbana e, no setor econômico secundário, houve um elevado crescimento das indústrias de bens de consumo duráveis e um aumento lento das de bens de produção. O atendimento na rede de saúde pública permaneceu precário e a legislação trabalhista e previdenciária sofreu modificações, visando adequá-la ao novo modelo imposto.

Desde a década de 1950, os sindicatos já pressionavam por uma revisão da legislação previdenciária, pois havia aumentado[15] o número de trabalhadores (e, portanto, de dependentes), os salários pagos e o número de aposentados. As leis garantindo o atendimento de saúde aos segurados fizeram com que o percentual gasto com o pagamento de tratamentos médicos passasse de 5% da arrecadação anual para quase 50%. Novas leis fizeram a Previdência assumir a assistência médico-hospitalar aos trabalhadores, o que, sem o aporte financeiro, provocou um rebaixamento qualitativo dos serviços (filas, consultas rápidas, dificuldades de internação, e outras). Diante disto,

> "*o setor privado da medicina começou a pressionar o governo federal e os governos estaduais a restringir ou mesmo interromper os planos de construção de hospitais públicos. Como acontecia com o setor de educação no mesmo período, os proprietários de casas de saúde defendiam a posição de que o Estado não deveria competir com a medicina privada: deveria fazer doações e empréstimos a juros baixos para que os empresários criassem uma grande rede de clínicas e hospitais. Essa rede venderia seus serviços à população, aos institutos de aposentadoria e pensões e ao próprio governo.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 43)

Conseguiram leis que garantiam privilégios para os grupos privados, verbas oficiais para o setor e empréstimos federais que dificilmente eram ressarcidos.

Em 1960, com a Lei Orgânica da Previdência Social (Lops), a contribuição dos trabalhadores para os seus institutos foi uniformizada em 8%, cabendo aos empregadores e ao governo federal idêntico valor. A Lops, entretanto, não garantiu equilíbrio financeiro e não melhorou os serviços prestados, até porque a melhoria da saúde não dependia somente destas medidas. A mortalidade infantil na década de

---

[15] "*Em 1945 existiam cerca de dois milhões de pessoas vinculadas aos institutos previdenciários. Duas décadas depois, esse número chegava a quase oito milhões de trabalhadores, sem contar os dependentes.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 43)

1950 era muito elevada[16] e isso era decorrente do desconhecimento de regras básicas de higiene, falta de saneamento básico, subnutrição e, principalmente nas áreas mais pobres, o consumo de água contaminada.

Esta situação forçou discussões sobre: a medicina preventiva; a necessidade de modificar a estrutura sócio-política brasileira através de reformas de base; a universalização do atendimento de saúde pública, e outros aspectos. As medidas propostas para solucionar estes problemas foram barradas pelo golpe militar de 1964. Sob o autoritarismo, a tecnocracia não ouvirá a população e tomará medidas que ampliarão o crescimento econômico e a desigualdade social.

Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), subordinado ao Ministério do Trabalho, que unificou todos os órgãos previdenciários que existiam. Criou-se, na esfera pública, um sistema dual: o INPS era responsável pelos doentes individualmente e o Ministério da Saúde deveria elaborar e executar programas sanitários mais amplos e agir nas epidemias. A Constituição de !967 colocava a ação governamental como suplementar aos serviços prestados pela iniciativa privada[17], e a inconstitucional constituição de 1969 (Brasil, 1973) pouca referência fazia à saúde, exceto em alguns momentos, como no título III (Da ordem econômica e social), colocando como direito dos trabalhadores a "*assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva*" (art. 165, XV), "*previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes de trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado*; ..." (art.165, XVI). Ora, ela também admitia o direito de greve (art. 165, XX), exceto em serviços públicos e atividades definidas em lei como essenciais, afirmava que "*ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente*" (art. 153, parágrafo 12), que era assegurada "*a liberdade de associação para fins lícitos*" (art. 153, parágrafo 28), "*a liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério*" (art. 176, VII)[18], e outras preciosidades. Uma constituição que era uma emenda à de 1967, que havia sido imposta pelos três ministros das Forças Armadas e que, já no capítulo I afirmava "*Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido*" (art. 1º, parágrafo 1º), não podia ser levada à sério.

Entretanto, mudanças das taxas vitais de população, da urbanização e da industrialização, foram evidentes. No estudo da natalidade, a base ainda eram as declarações do registro de nascimento. Possuíam menos erros; todavia, como tinham erros e lacunas, exigiam algumas comparações, notadamente com as estatísticas de batismo, visto que, na época, mais de 95% da população se declaravam cristãos. Como ocorreu em outros locais do mundo, o crescimento global brasileiro derivava, quase que inteiramente, do crescimento vegetativo, e seu aumento derivou do fato de a natalidade não acompanhar a queda da mortalidade, principalmente, a partir de 1940.

---

[16] Em 1955, o Índice de Mortalidade Infantil em algumas capitais brasileiras era elevadíssimo: Natal: 421‰, Salvador: 353‰, Teresina: 325‰, Aracaju: 311‰, enquanto em Porto Alegre era de 100‰, Niterói: 96‰ e São Paulo: 86‰. (Fonte dos dados: Bertolli Filho, 1999, p. 46)

[17] Segundo Bertolli Filho (1999, p. 54), após a Constituição de 1967, o "*INPS firmou convênios com 2.300 dos 2.800 hospitais instalados no país, ...*". Cabe lembrar que os baixos preços pagos, a demora na transferência dos pagamentos por parte do INPS e outros fatores, levaram a um aumento desmesurado das fraudes, que incluíam materiais não utilizados, guias de internação falsas, cirurgias desnecessárias. O pagamento diferenciado propiciou um grande aumento da prática de cesariana em partos nos quais não era necessária.

[18] Acrescentando: "*ressalvado o disposto no artigo 154*". Este artigo se referia ao "*abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do* ***regime democrático*** *ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, ...*" (grifo nosso). Neste "*propósito de subversão*" cabia qualquer coisa.

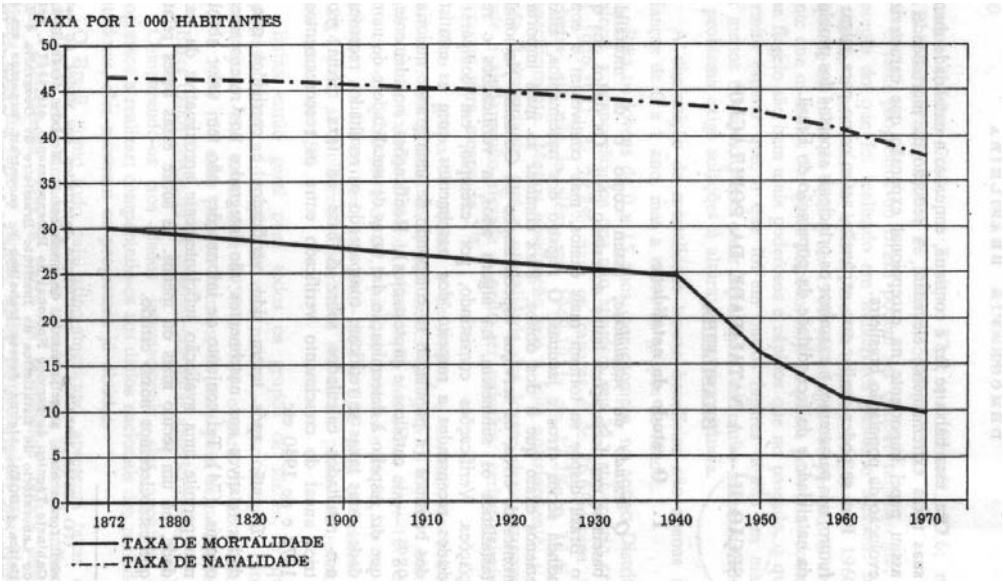
Tabela 18. Brasil: Taxas de natalidade por 1.000 habitantes, de 1872 a 1970

| Período | Natalidade | Período | Natalidade | Período | Natalidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 1872-1890 | 46,5 | 1920-1940 | 44,0 | 1960-1970 | 37,7 |
| 1890-1900 | 46,0 | 1940-1950 | 43,5 | | |
| 1900-1920 | 45,0 | 1950-1960 | 41,5 | | |

Fonte: Hugon, 1977, p. 133
Organizada pelo autor

Se, em 98 anos a natalidade[19] caiu de 46,5 para 37,7‰, a mortalidade, no mesmo período, foi de 30,0 para 11,5‰. A queda na natalidade era explicada principalmente pelo fenômeno da urbanização ocorrido a partir dos meados da década de 1950.

Figura 5. Taxas de Natalidade e Mortalidade brasileiras, de 1889 a 1970



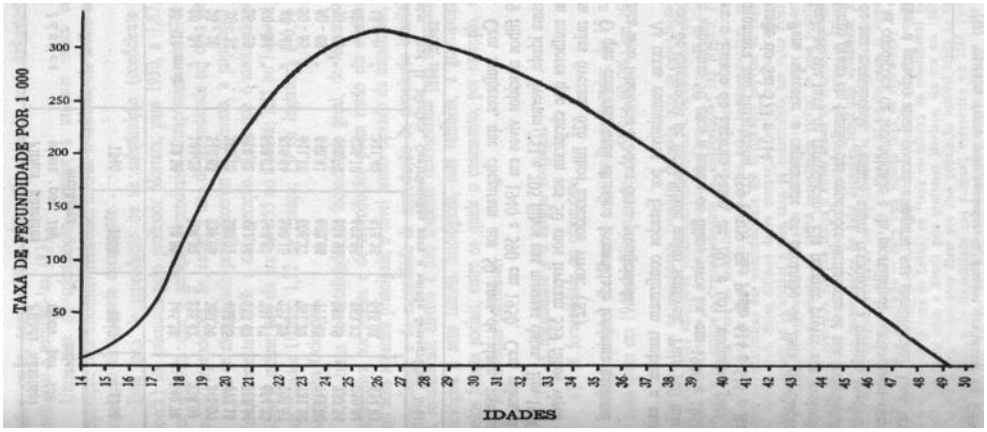

Fonte: Hugon, 1977, p. 132

A proporção de mães, de mais de 15 anos, era elevada, sendo 60,8% em 1940 e 60,1% em 1950[20]. A fecundidade também era bastante alta, sendo que em 1940, no grupo das mães, 50% tiveram de um a seis filhos e, a outra metade, seis ou mais. "*A média do número de crianças nascidas vivas, por mãe, foi de 5,45 em 1940, de 5,24 em 1950 e de 4,9 em 1970.*" (Hugon, 1977, p. 137) A alta prolificidade materna se devia à elevada fecundidade da população do país; com a taxa de fecundidade aumentando até aos 26 anos (316‰) e, depois, diminuindo até aos 48 anos, como demonstra o gráfico para 1940.

Figura 6. Taxa de fecundidade (por mil) do Brasil, em 1940.

[19] Estes índices variavam bastante entre os estados em 1960, sendo os mais altos em CE (48‰), PI (48), RN (47), PB (47), AM (47), SE (47), BA (47), MT (46) e PE (45), e os mais baixos em GB (25‰), SP (38) e RS (38,5).

[20] A proporção de mães celibatárias era muito pequena; entre elas, o índice variava de 7,5% (São Paulo) a 56,3% (Maranhão). A fecundidade geral das celibatárias era fraca em relação às mulheres casadas; por exemplo, em 1950, para cada 100 mulheres de mais de 15 anos, o número médio de crianças entre as celibatárias foi de 50 e, entre as casadas, de 443. Mesmo assim, a prolificidade entre elas era elevada, notadamente no Norte e no Nordeste, o que demonstrava que, freqüentemente, viviam uniões estáveis e não ocasionais, com a criação de um ambiente familiar real e contínuo.




Fonte: Hugon, 1977, p. 143

A idade do casamento ainda era um fator muito forte e a precocidade da mesma no país ajudava a explicar estas taxas elevadas. A limitação voluntária se manifestou mais fortemente na década de 1960, mas ainda não era uma característica geral da população, como acontece atualmente.

Progressos na medicina, envolvendo noções de higiene, de todo o equipamento médico-social e da instrução, entre outros, provocaram uma diminuição da taxa de mortalidade geral brasileira. De 11,5 % em 1960[21], caiu para 9,4% em 1970. Das alterações citadas, foram os progressos na medicina (sulfamidas, antibióticos, inseticidas e outros) e a ampliação do serviço de vacinação pública, os mais atuantes. Estas mudanças permitiram diminuir moléstias no primeiro ano e doenças infecciosas na infância das populações urbanizadas. No entanto, o ataque foi, basicamente, em doenças de causas exógenas e transmissíveis, gerando pessoas subnutridas, doentes, mas vivas.

Em 1960, as causas principais dos óbitos foram as doenças do aparelho digestivo, as de origem infecciosa e parasitária, as do aparelho circulatório e as do respiratório[22]. O coeficiente por doenças transmissíveis (ou seja: infecciosas e parasitárias) para cada cem mil habitantes, no período 1956/59, estão registradas na tabela a seguir.

Tabela 19. Coeficiente por doenças transmissíveis, por cem mil hab., em 1956/59

| Cidade | Coeficiente | Cidade | Coeficiente | País | Coeficiente |
|---|---|---|---|---|---|
| São Paulo | 53 | Belém | 197 | EUA (1957) | 14 |
| Rio de Janeiro | 136 | Salvador | 252 | Canadá (1958) | 11 |
| Porto Alegre | 157 | Recife | 283 | Argentina (1956) | 34 |
| Belo Horizonte | 159 | Fortaleza | 407 | | |

Fonte: Hugon, 1977, p. 112

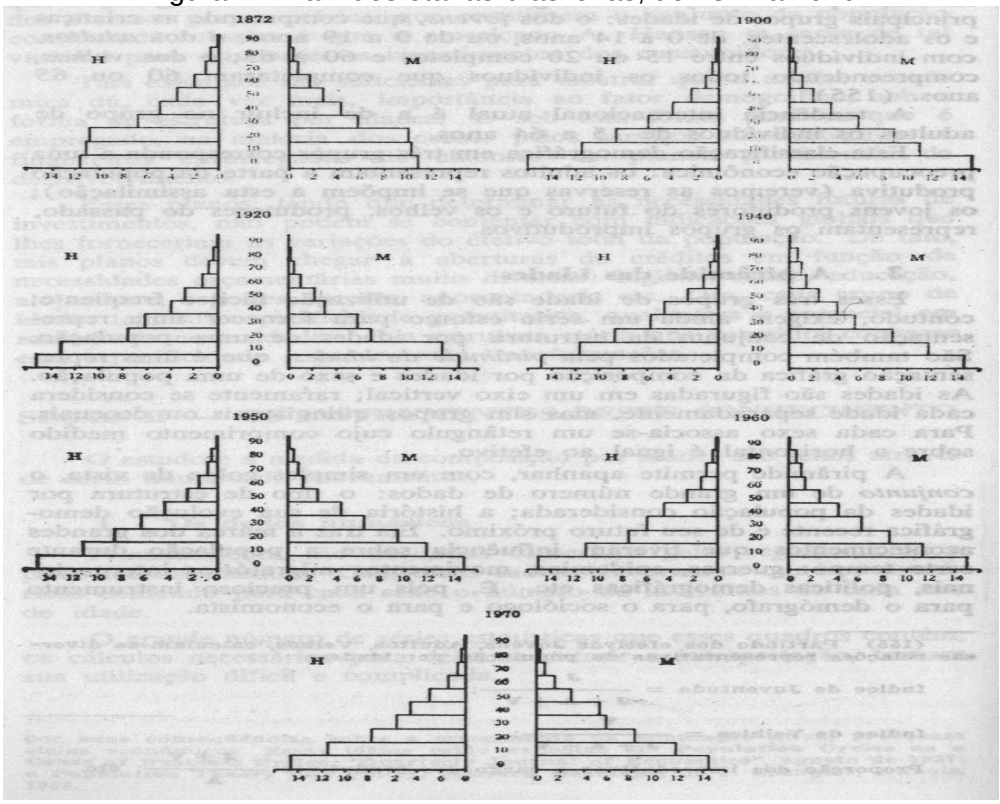
Esta queda na mortalidade foi provocando alterações na pirâmide etária brasileira. No início, pequenas modificações para, a partir de 1980, provocar alterações significativas. Ela é importante pois, de acordo com a mesma, a população pode demonstrar situação demográfica, mentalidade, modo de vida e psicologia diferentes. Infelizmente, Josué de

[21] Em 1960, seguiu a mesma regra: diferente nas várias capitais. As mais altas mortalidades estavam em Maceió (19,2%), Natal (18,9) e Fortaleza (18,4); as mais baixas em São Paulo (8,3%), Porto Alegre (11,1) e Guanabara (11,3).

[22] Em ordem diferente, conforme as capitais. Em Manaus e Natal, por exemplo, foram as do aparelho digestivo, seguidas das infecciosas e parasitárias. Em Recife e Salvador também foram, em primeiro lugar, as gastro-intestinais. Em São Paulo e Rio de Janeiro foram os neoplasmas malignos e as doenças do aparelho circulatório (as digestivas apareciam em quarto lugar). Em Porto Alegre, as doenças do aparelho digestivo, seguidas das cardiovasculares e dos neoplasmas malignos.

Castro não realizou análises significativas delas pois a faixa etária predominante significava investimentos e consumos diferentes.

Figura 7. Pirâmides etárias brasileiras, de 1872 a 1970




Fonte: Hugon, 1977, p. 258.

A pirâmide etária possibilita apanhar, em conjunto, um número significativo de dados. Traz a marca de grandes acontecimentos que influenciaram a população como guerras, epidemias e movimentos migratórios internacionais.

Tabela 20. Faixas etárias do Brasil, de 1872 a 1970, em porcentagem

| **Grupos de idade** | **Censos** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **1872** | **1890** | **1920** | **1940** | **1950** | **1960** | **1970** |
| 0-9 | 29,9 | 31,4 | 33,8 | 29,6 | 29,6 | 30,4 | 29,11 |
| 10-19 | 22,7 | 22,5 | 23,6 | 23,7 | 22,7 | 22,4 | 23,4 |
| 20-29 | 16,8 | 16,6 | 16,4 | 17,4 | 17,5 | 16,2 | 16,0 |
| 30-39 | 12,0 | 11,8 | 11,0 | 11,9 | 12,1 | 12,1 | 11,5 |
| 40-49 | 8,4 | 8,1 | 7,2 | 8,3 | 8,4 | 8,4 | 8,6 |
| 50-59 | 5,5 | 5,2 | 4,4 | 5,0 | 5,1 | 5,4 | 5,7 |
| 60-69 | 3,1 | 2,9 | 2,4 | 2,6 | 2,7 | 3,1 | 3,2 |
| 70-79 | 1,3 | 1,2 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,8 |
| 80 e mais | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 1,8 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 259

Houve um registro mais completo de óbitos pela existência de um serviço de estado civil melhor organizado, o que leva a duvidar dos índices anteriores, principalmente os de 1940. Apesar disto, esta queda foi tardia e, nas quatro primeiras

décadas do século XX, foi lenta e, basicamente, concernente às capitais[23]. Por grupos etários, observou-se que a mortalidade de jovens e principalmente a infantil, foram as que diminuíram mais depressa[24]. Além das diferenças regionais, entre as cores elas também existiam: as mais baixas no grupo amarelo e as mais altas entre os negros e mulatos, situando-se entre os dois a dos brancos. Apesar de ter caído, o índice ainda era elevado em razão, entre vários, do baixo nível de vida que afetava boa parte da população, da ignorância de muitas mães quanto aos cuidados necessários (por exemplo: a alimentação, já insuficiente, era freqüentemente inadequada) e da aceitação passiva frente à mortalidade infantil por parte dos pais.

A queda da mortalidade provocou o aumento da expectativa de vida no país. Se, em 1940, ela era de apenas 43 anos (41 para os homens e 45 para as mulheres), no período 1950/60 foi de 52,5 (48,5 e 54) e de 1960/70 foi de 59 anos (57,0 e 61,0), uma ampliação rápida mas ainda curta em comparação com os países desenvolvidos. Na realidade, ela era menor que a indicada pois se aplicava somente às populações urbanas e não ao conjunto, como hoje. Apesar disto, a desigualdade regional também era evidente[25]. Ficava claro que, apesar das melhorias, o país possuía uma população ativa pouco numerosa em relação à não-ativa, além de constituída por muitos elementos de baixa produtividade.

Em 1960, o grupo de jovens (0-19 anos) representava 52,95% e, em 1970, 52,7% da população total. A metade dos brasileiros possuía menos de 20 anos. A parcela de adultos era de 42,31% em 1960 e 42,06% em 1970, e a dos idosos, 4,74% e 5,11% em cada data[26]. A pirâmide etária brasileira ainda afinava depressa em razão da mortalidade que atingia, precocemente, as diversas faixas etárias. Mostrava uma população essencialmente jovem, em rápida progressão, com uma fecundidade forte, uma mortalidade ainda elevada e uma expectativa de vida relativamente curta.

A carência de imigrantes explicava o equilíbrio entre os sexos. Do primeiro censo até a década de 1930, o predomínio foi masculino, em razão da imigração; na seguinte, a população feminina se tornou ligeiramente maior.

Tabela 21. Composição (%) por sexos no Brasil, de 1940 a 1970

| Anos | Homens (%) | Mulheres (%) |
|---|---|---|
| 1940 | 49,99 | 50,01 |
| 1950 | 49,84 | 50,16 |
| 1960 | 49,91 | 50,09 |
| 1970 | 49,71 | 50,29 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 261
Modificada pelo autor

[23] Índices de mortalidade geral: 1891/1900: 27,8‰; 1901/1920: 26,4‰; 1921/1940: 24,8‰.

[24] Por exemplo: no antigo Distrito Federal, a mortalidade infantil foi de 159‰ em 1940, 97‰ em 1950 e 65‰ em 1962; o mesmo ocorreu na cidade de São Paulo: 137‰ em 1940, 93‰ em 1950 e 62‰ em 1960. Mesmo em capitais onde o índice era elevado, a queda foi significativa: em Recife, ela caiu, em 1940, 50 e 60, de 273 a 243 e a 151‰, e em Salvador, nas mesmas datas, diminuiu de 206 a 167 e a 147‰. No Brasil como um todo, a taxa foi avaliada em 171‰ em 1950 e em 120‰ em 1960. Nesta data ainda imperavam grandes diferenças entre as capitais: Natal (363,4‰), Aracaju (343,0) e Teresina (289,9) possuíam as maiores taxas, sendo as menores, ainda conforme o censo de 1960, as de São Paulo (62,9‰), Belo Horizonte (74,2) e Vitória (77,9).

[25] No período 1940/50, por exemplo, a expectativa de vida no RS foi de 53 amos e em MT de 36,3, enquanto a média nacional era de 43 anos.

[26] A proporção de jovens era maior ainda no campo. Do grupo de 0-19 anos, era de 56,5% (48,6% nas urbanas); a faixa de 0-9 anos, em 1970, era maior ainda, com 32% nas zonas rurais (19% nas cidades). Já a proporção de adultos (20-59 anos) era mais fraca no campo (39,2%) do que nas cidades (45,8%). A elevada taxa de natalidade explicava, em parte, a maior proporção de jovens no meio rural, enquanto a menor proporção de adultos era explicada pelo êxodo rural.

A tabela acima demonstrava uma simetria na composição por sexos. Observando a pirâmide etária, verificou-se que nasciam mais meninos que meninas (o que é natural), havia mais mulheres adultas do que homens (diferente do final do século XIX) e também mais velhas do que velhos. Estas taxas, entretanto, variavam conforme o meio: era maior na zona rural para os homens, e para as mulheres na urbana. Também na região de saída de migrantes a população masculina era menor (Nordeste: 49,04), beneficiando as áreas recebedoras (o Sul – ainda com São Paulo – com 50,7%, e Norte-Centro-Oeste com 51,16%). Causas mais sócio-econômicas explicavam a maior mortalidade masculina.

Tabela 22. Brasil: composição por sexo (em %), em 1950 e 1960, segundo o lugar de residência

| | 1950 | | 1960 | |
|---|---|---|---|---|
| **Quadros** | **Homens** | **Mulheres** | **Homens** | **Mulheres** |
| Urbanos | 47,3 % | 52,7 % | 48,1 % | 51,9 % |
| Rurais | 51,0 % | 49,0 % | 51,5 % | 48,5 % |

Fonte: Hugon, 1977, p. 266

Em 1950, a proporção de homens era de 49,8% mas AL e SE contavam somente com 47,6%, enquanto em nove outros estados o sexo masculino era superior à média (MT: 51,9%; PR: 51,6%). As causas estavam nos efeitos, positivos e negativos, das migrações internas e no fato de, nas cidades, a mortalidade masculina ser maior, enquanto que no campo a mortalidade feminina era próxima à da masculina. De qualquer modo, a população urbana em 1970 era de 55,9% da população total; pela primeira vez ele se tornava majoritária, embora decorrente de somente uma região: a Sudeste. Entre 1940 e 1970, a população urbana aumentou mais rapidamente que a rural em todas as regiões brasileiras[27].

Tabela 23. Brasil: população urbana por regiões (% da pop. urbana total), de 1940 a 1970

| **Região** | **Censos** | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **1940** | **1950** | **1960** | **1970** |
| Norte | 3,1 | 3,08 | 3,0 | 3,1 |
| Nordeste | 26,2 | 25,2 | 24,0 | 22,0 |
| Sudeste | 56,1 | 57,1 | 55,6 | 55,4 |
| Sul | 12,3 | 12,2 | 13,9 | 14,0 |
| Centro-Oeste | 2,09 | 3,0 | 3,2 | 4,7 |
| Brasil | 31,2 | 36,1 | 46,3 | 55,9 |

Fonte: Hugon, 1977, p. 230.

As três maiores cidades do Brasil estavam também na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), totalizando 21% da população urbana total, demonstrando que não havia um simples processo de urbanização e sim de metropolização; ou seja, o crescimento não foi das cidades, mas das grandes e médias cidades brasileiras.

Em 1970, as 3.649 cidades do Brasil com menos de dez mil habitantes, tinham 19% da população urbana total; as entre dez mil e vinte mil, 8,8% da população urbana. Portanto, inferiores a vinte mil, possuíam 27,6% da população urbana e 13,8%

[27] A taxa de crescimento da população urbana foi, entre 1940 e 50, de 45%, entre 1950 e 60 de mais de 70% e, entre 1960 e 70, superior a 65%. O estado de São Paulo, que em 1960 possuía 62,8% da população urbana, em 1970 já contava com 80,1%.

da população total. As 303 aglomerações com mais de vinte mil, tinham 72,2% da urbana e 36,6% da total. Destas, somente as cinco cidades milionárias (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador) tinham 27% da população urbana total.

Tabela 24. Distribuição das cidades brasileiras – 1970

| Região | Cidades de mais de 20 mil habitantes | Cidades de mais de 100 mil habitantes | Cidades de mais de 1 milhão de habitantes |
|---|---|---|---|
| Sudeste | 161 | 30 | 3 |
| Sul | 57 | 8 | - |
| Nordeste | 66 | 11 | 2 |
| Norte | 7 | 2 | - |
| Centro-Oeste | 12 | 3 | - |

Fonte: Hugon, 1977, p. 236
Organizada pelo autor

Nas grandes cidades, normalmente, enfraquecem ou desaparecem grupos comunitários primários (partindo da família, se estendiam a trabalho, lazer e religião) que os escudavam, cedendo lugar a quadros autônomos e especializados. Como a taxa de natalidade urbana era inferior à rural, este crescimento urbano se deveu, basicamente, às migrações internas[28]. Possivelmente, dos 20 milhões de habitantes suplementares, de 1940 a 1960, que contavam as cidades, a metade era originária das migrações.

Nos governos militares, cresceu o orçamento de ministérios como o das Forças Armadas, da Indústria e Comércio e o de Transportes; naquelas pastas, ligadas diretamente aos problemas sociais, houve redução. A diminuição das verbas destinadas ao Ministério da Saúde[29] acarretou problemas que o país carrega até hoje. Continuou não privilegiando a saúde como um fenômeno coletivo, com exceção de algumas campanhas de vacinação. Com poucos recursos, quase nada investia no tratamento da água e na implantação de um sistema eficiente de coleta de esgotos. O resultado foi que, durante o chamado milagre econômico, doenças como a dengue, a malária e a meningite se tornaram epidêmicas. O caso da "*censura à meningite*" ficou famoso[30].

Apesar de todos os problemas, ocorreu uma expansão da assistência médica, do número de leitos hospitalares e, principalmente, da vacinação. Decorrente deste último aspecto, houve uma redução do índice de mortalidade geral e um aumento da expectativa de vida. O índice de mortalidade geral escondia o ainda elevado índice de mortalidade infantil, e a redução de doenças de causas exógenas não significava, necessariamente, melhoria das condições de vida, pois uma vacinação massiva pode reduzir as mortes por doenças contagiosas e permitir que pessoas permaneçam vivas com as doenças decorrentes da subnutrição e da má qualidade de vida[31]. Durante o

[28] A mortalidade não diferia, com exceção da infantil, entre os dois meios – rural e urbano – e a imigração tornou-se insignificante após 1930.

[29] A verificação da participação percentual do Ministério da Saúde no orçamento da União do período Goulart (1961-64) ao fim do governo em 1974 (um ano após o falecimento de Josué de Castro) comprova esta afirmação: 1961: 4,5% —- 1962: 4,3% — 1963: 4,1% — 1964: 3,6% — 1965: 3,0% — 1966: 4,2% — 1967: 3,4% — 1968: 2,2% — 1969: 2,6% — 1970: 1,1% — 1971: 1,4% — 1972: 1,2% — 1973: 1,0% — 1974: 0,9%. (Fonte dos dados: Bertolli Filho, 1999, p. 51)

[30] Desde 1971, quando a doença se alastrou pela periferia das grandes cidades, as notícias permitidas sobre ela eram as que desmentiam sua disseminação e diziam que eram boatos espalhados por *agitadores*. Somente no inverno de 1974, quando houve um elevado aumento de casos e de mortes, instalando pânico em boa parte da população, admitiram a epidemia (sempre demonstrando que havia países em situação pior e não a relacionando com as precárias condições de vida) mas nunca divulgaram com precisão o número de casos e de mortes.

[31] As conseqüências apareceram, por exemplo, no Serviço Militar. No recrutamento de 1981, foram alistados 1.448.387 jovens; deles, 651.775 (ou seja, 45%) foram dispensados por razões de saúde. A principal causa foi a

período do *milagre*, o país se tornou o campeão mundial de acidentes de trabalho[32] e, como o que importava era o crescimento econômico independente de seus custos sociais e ambientais, aumentaram as doenças decorrentes da poluição, como a leucopnia.

A falta de uma consistente política de saúde e de previdência, entre diversos fatores, provocou o surgimento, ainda na década de 1970, da chamada *medicina de grupo*, permitiu que a saúde se tornasse um negócio lucrativo, com participação significativa de grupos estrangeiros no comércio de planos de saúde, que o país fosse assolado por epidemias evitáveis, e que mais da metade dos médicos e hospitais se concentrasse na região Sudeste. Ao lado da ineficiência caminhou a corrupção. A fome permaneceu escondida como uma das principais causas da mortalidade e, no estado natal de Josué de Castro, ao *homem-caranguejo* juntou-se uma legião de *homens-gabirus*.

Principalmente após o AI-5, a educação escolar, mais que outrora, foi utilizada como um dos meios de controle social e de disseminação da ideologia do poder. Emissoras de rádio e de TV foram utilizadas para a transmissão de programas *educativos*, como o *Projeto João da Silva* (uma telenovela *educativa*), o Curso Supletivo do 2º Grau (pelo rádio), o *Projeto Logos* (para qualificação e habilitação do docente leigo de 2º grau), o *Projeto Minerva* (cinco horas semanais, em todas as emissoras de rádio, destinado à complementação dos sistemas regulares de instrução e à "*educação continuada*") e o *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (Mobral). Criado em 1967 e iniciado em 1970, o Mobral foi, apesar do dinheiro investido, mais um fracasso das tentativas de reduzir as taxas de analfabetismo no país.

No ensino superior, o Estado vai forçar a universidade pública a produzir um saber a serviço do poder e, no obscurantismo que se seguiu, fazer com que a delação fosse um instrumento eficaz e que a defesa dos valores indispensáveis à cidadania fosse considerada subversão. A quantidade venceu a qualidade e a deterioração do pensar livre e crítico desejada para certos cursos, como os de licenciatura, foi conseguida. A expansão da rede privada, do ensino mercantilizado, ampliou as possibilidades de acesso ao diploma; a porta de entrada ao ensino superior passou a ser os vestibulares classificatórios – e não mais eliminatórios –, com várias opções de curso e através de questões com alternativas. Com isso, resolveram a questão dos *excedentes*, como eram designados os alunos aprovados mas sem direito à vaga, em decorrência da pouca expansão do ensino superior público. Também arrebentaram com o sonho de uma educação democrática, universal e voltada para a criação de um país mais justo e solidário, sonho de muitos educadores de décadas anteriores.

Em 1958, foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, fatos importantes para o crescimento dos movimentos de educação popular. Entre 1959 e 1964, apareceram os Centros Populares de Cultura (CPCs), a poesia engajada, o teatro popular, a *música conscientizadora*. Apesar de, muitas vezes, desorganizados e crentes demais no poder revolucionário destas atividades, tiveram grande influência em nossa vida cultural.

Em dezembro de 1961, foi promulgada a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/61). Por demais geral e formal, possuía algumas contradições e retrocessos. Por exemplo, garantia a obrigatoriedade do ensino primário mas permitia a sua isenção em casos de "*comprovado estado de pobreza do pai ou responsável, insuficiência de escolas, matrículas encerradas e doença ou anomalia grave da*

---

deficiência dentária, seguida pela insuficiência de peso e altura, provocadas em grande parte pela desnutrição. (Fonte dos dados: **Folha de São Paulo.** São Paulo: Folha da Manhã, 28/08/1983, c. 2, p. 13)

[32] "*Em 1976, cerca de um quarto dos dois milhões de trabalhadores da construção civil foram vitimados por acidentes de trabalho.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 57) Nas áreas rurais do Norte e do Centro-Oeste, "*calcula-se que a cada ano perdem-se cerca de trezentos mil dedos em acidentes de trabalho.*" (Ibidem, p. 64)

*criança*" (art. 30). Além disso, concedeu vantagens aos grupos conservadores *privatistas*[33].

No início da década de 1960, 35% da população entre sete e catorze anos, não freqüentavam a escola. Por isso, muitos educadores lutavam pela democratização da escola pública e para que a educação fosse, realmente, um direito de todos. Entre os diversos movimentos, destacou-se o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), instituído em janeiro de 1964[34], cujo coordenador e autor do sistema de ensino era Paulo Freire (1921-1997). O PNA pretendia a cooperação de todos os segmentos sociais (desde associações patronais e órgãos de difusão, a associações esportivas e sociedades de bairro), na erradicação do analfabetismo.

A chamada *pedagogia libertadora* de Paulo Freire partia de uma análise crítica da realidade social e pretendia transformar o aluno em agente modificador desta realidade[35]. Nesta concepção, a educação é um ato político e se inicia com a reeducação do educador, cuja missão é participar, por ser parte do processo, da *libertação*. Entretanto, palavras como salário, eleição, terra, governo, podem ser geradoras de direitos, participação, distribuição, democracia. E, para evitar isso, houve o golpe de 1964, que também impediu que o PNA continuasse e forçou o exílio de seu mentor.

Em 1964, mais da metade dos municípios brasileiros não tinha uma escola secundária; o ensino superior era um privilégio de grandes centros urbanos. Além disto, o modelo de educação existente já não atendia aos interesses do setor industrial e do capital estrangeiro. A implantação do setor estatal de bens de produção e a instalação de filiais de empresas multinacionais — com o Estado fornecendo infra-estrutura para viabilizar a acumulação privada de capital — estimularam o aparecimento de outras empresas, ampliando a oferta de trabalho, tanto de empregos que necessitavam de pouca qualificação quanto dos que exigiam um relativo nível de habilitação. Ao mesmo tempo, o modelo implantado, desde o Plano de Metas, concentrava renda e mercado, restringindo as formas de ascensão autônoma das camadas médias, criando, porém, novas opções de emprego nos setores público e privado, mas que exigiam melhor qualificação. Entretanto, no início dos anos sessenta, ocorreu uma lenta expansão da

---

[33] Como, por exemplo, representação do ensino privado nos CEEs, permissão de concessão de bolsas de estudos da União no ensino particular e a obrigação da União de cooperação, sob a forma de financiamento, para "*a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos, ...*" (art. 95).

[34] Paulo Freire já havia colocado seu método em prática em 1961 na cidade de Recife (PE) e, em 1962, em João Pessoa (PB) e Natal (RN). Contudo, foi a experiência em Angicos (RN), de cujo encerramento o presidente João Goulart participou, que deu divulgação nacional ao método e ao *slogan* da campanha: "*De pé no chão também se aprende a ler*".

[35] Valorizava a *autopedagogia em grupo*, no sentido de que é o indivíduo que aprende, com o grupo e para o grupo, com base na experiência vivida. A educação era entendida como uma atividade na qual alunos e professores, mediatizados pela realidade (da qual extrairiam o conteúdo da aprendizagem), atingiriam um nível de consciência dessa realidade que permitiria atuarem nela visando a transformação da sociedade. Para Freire, tanto a educação tradicional, denominada de *bancária* por só depositar informações, quanto a renovada, que buscava uma libertação psicológica individual, eram domesticadoras e não contribuíam para desvelar a opressão social. Já a educação libertadora questionaria as relações do homem com o meio natural e com os outros homens, propondo uma transformação da sociedade. Por suas características, em cada local o método teria particularidades formais, pois precisava se adequar às características do meio social. Conforme Brandão (1981), após o levantamento dos adultos analfabetos na região, eram realizadas entrevistas, principalmente com os residentes mais antigos, voltadas para as experiências de vida do local e com o registro literal das palavras de uso corrente. Essa fase era chamada de levantamento ou descoberta ou pesquisa do *universo vocabular* ou de *investigação do universo temático*, de onde eram extraídas as *palavras geradoras* (normalmente, de dezesseis a vinte e três palavras). A partir delas é que se estruturava o programa de atividades e os debates nos chamados *círculos de cultura*. Elas eram divididas em sílabas e estas, reunidas em novas composições, formavam novas palavras. A discussão das situações sugeridas (pelas palavras geradoras) é que possibilitaria a consciência da realidade vivida e estimularia a participação na mudança desta realidade.

oferta de vagas escolares, o que, no ensino superior, acabou gerando o problema dos *excedentes*[36] e as manifestações pelo aumento do número de vagas.

A nova situação exigia uma *reorientação ideológica da educação*, distante da *pedagogia libertadora* de Paulo Freire e possível de ser feita sem a contribuição da Igreja Católica que, como instituição, havia apoiado o golpe. Desejava-se do sistema educacional uma melhor preparação para o trabalho, formando u'a mão-de-obra com alguma habilidade técnica e disciplinada. Por isso, os governos militares, em seus planos de desenvolvimento, deram destaque ao setor educacional.

> "*Os estrategistas da Revolução partem não apenas da reflexão de que um trabalhador alfabetizado é, em geral, mais produtivo do que um analfabeto* [...] *mas procuram também orientar a escola secundária, antes exclusivamente 'intelectualista', para o mundo do trabalho* [...]*, profissionalizar paulatinamente o magistério* [...]*, estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia* [...]*, adaptar a universidade às necessidades da economia, etc*." (Berger, 1976, p. 214)

Necessidades educacionais eram entendidas como *necessidades de qualificação dos recursos humanos* que, superadas, nos levariam a sair do subdesenvolvimento, considerado como atraso, como etapa a ser ultrapassada, como um problema técnico.

A modernização autoritária foi realizada com a colaboração externa. Consumado o golpe de 1964, foram realizados acordos sigilosos entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID ou AID), uma agência criada após 1945 e vinculada ao Departamento de Estado dos E.E.U.U., dentro do esforço de difusão e dominação ideológicas[37]. Os acordos **MEC-USAID** desenvolveram programas de ajuda financeira e de assessoria técnica na formulação da política educacional, utilizando-se para isso de *intermediários*, o que escondia a USAID mas deixava patente que diversos setores internos aceitavam sua ação de doutrinamento e de treinamento[38].

Estas colaborações externas possuíam, normalmente, entre seus objetivos, a criação de novos hábitos de consumo nas camadas sociais médias e altas, integrando-as ao mercado de consumo de padrão externo, e a *melhora* da mão-de-obra de baixo nível, para adequá-la ao estágio industrial que se pretendia implantar. Quando essa *ajuda* vinha em forma de bolsas de estudo, poderia estar impondo uma concepção de ciência e um modelo de método de pesquisa, treinando conforme seus padrões tecnológicos e até favorecendo o *êxodo de cérebros*. No Brasil, acabaram por favorecer a importação de modelos de ensino que supervalorizavam as áreas tecnológicas (inclusive no curso superior), que isolavam cada disciplina de seu contexto social e que pretendiam dar maior rentabilidade quantitativa às instituições de ensino.

A promessa de qualificação, além de uma exigência de setores empresariais, constituiria também uma motivação para a procura da escola; dela se sairia apto para o

---

[36] No início da década de 1970, 60% dos concluintes do colegial não ingressavam na universidade.

[37] Segundo Pacheco (1974, p. 65) a USAID tentou, em 1967, subornar bispos brasileiros "*para obter sua concordância a um programa de esterilização de mulheres ...*".

[38] Entre os objetivos práticos podem ser destacados: "*1. Estabelecer uma relação de eficácia entre os recursos aplicados e produtividade do sistema escolar; 2. atuar sobre o processo escolar em nível do macrossistema, no sentido de se 'melhorarem' conteúdos, métodos e técnicas de ensino; 3. atuar diretamente sobre as instituições escolares no sentido de se conseguir delas uma ''função mais eficaz para o desenvolvimento'; 4. modernizar os meios de comunicação de massas, com vistas à melhoria da 'informação nos domínios da educação extra-escolar'; 5. reforçar o ensino superior, 'com vista ao desenvolvimento nacional' ".* (Romanelli, 1991, p. 210) Segundo a mesma autora (1991, p. 212-213), foram feitos, entre outros, acordos para o aperfeiçoamento do ensino primário (26/06/64 e 30/12/66), para melhoria do ensino médio (31/03/65), para treinamento de técnicos rurais (05/05/66), de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores do ensino médio (05/06/66), de cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais (06/01/67) e de assessoria à modernização das universidades (30/06/66).

mercado de trabalho, que apresentava novas características e novas exigências. A retomada do crescimento econômico, no período do *Milagre*, apressou a necessidade de uma reformulação do ensino anterior à universidade. Era necessário alongar a escolaridade do trabalhador, mas por meio de um ensino que não o subsidiasse para possuir consciência de classe ou criatividade e, sim, o instrumentalizasse para melhor manipulação do aparato técnico. Obviamente, esses objetivos não estavam explícitos na lei imposta ao Congresso e por ele aprovada sem discussão (em duas horas e meia e após quatro discursos), em agosto de 1971: a lei 5.692.

Nenhuma estrutura escolar é neutra; é uma superestrutura que surge da estrutura vigente da produção e das relações internacionais das sociedades. Muitas vezes, "*os povos já 'desenvolvidos' propõem e impõem suas estruturas e instituições, inclusive educativas, aos povos 'em via de desenvolvimento'*;" (Manacorda, 1991, p. 5) e neles a *preparação para o trabalho* é destinada principalmente aos filhos dos proletários. Os filhos do grupo dominante e das classes médias altas possuirão outra preparação: para o comando. Por isso, a *preparação para o trabalho* no segundo grau, neste período, não permitiu ao aluno acompanhar todo o processo de produção (o que o impediria de passar de um ramo da produção para outro), impondo a ele o caráter unilateral da divisão do trabalho. A estruturação escolar proposta, buscava o comportamento passivo, através de uma educação alienante que "*se caracteriza por colocar os aspectos mais significativos para a vida humana na zona da penumbra*" (Castanho, 1989, p. 28).

Por isto, forçava a escola a trabalhar com certezas, pois a dúvida leva ao pensar e este a descobertas. Para trabalhar com verdades absolutas era necessário deixar de ensinar muita coisa. Por esta razão, não se possibilitava o acesso a todo conhecimento existente; o *direito de acesso* ao conhecimento também era seletivo. Ao público geral eram levados os *conhecimentos* que, implicitamente, defendiam a organização econômica e laborial que se desejava implantar. Isto era feito com o recurso da utilização da fala do especialista, do cientista, do dono da verdade. Adequa-se ao Brasil dos anos setenta a afirmação de Carnoy e Levin:

> "*O Estado legitima integralmente a ideologia empresarial, transformando pontos de vista econômicos e sociais que lhe são úteis em 'fatos' tecnocráticos e decisões presumivelmente baseadas em estudos 'científicos' e em 'saber especializado'*." (1987, p. 68)

Naquela década, apesar de cumprir o seu papel ideológico, a escola[39] não conseguiu suprir, de modo adequado, os setores dominantes de mão-de-obra mais qualificada. Em uma sociedade como a brasileira, que possuía escola para ricos, escola para os *outros* e um grande exército de *sem escola*, a qualidade e a quantidade de conhecimento também eram tratados segundo a estrutura de classes.

Aparentemente, mais sucesso obtiveram as disciplinas criadas com o objetivo de estimular o civismo oficial e de propagandear o regime: Educação Moral e Cívica (EMC)[40], Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e, no ensino superior e nos cursos de pós-graduação, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Os licenciados em Estudos Sociais, Geografia e História obtinham o registro no MEC das disciplinas EMC e OSPB. Para a docência de Educação Moral e Cívica, era necessário exibir um Atestado de Bons Antecedentes, fornecido pela delegacia de polícia, "*apresentar*

[39] A nossa área ficou assim dividida: ATIVIDADES (1ª a 5ª séries): Integração Social; ÁREAS DE ESTUDO (6ª a 8ª séries): Estudos Sociais; DISCIPLINAS (2º grau): História, Geografia e OSPB. A estas disciplinas foram acrescidas, como obrigatórias, as chamadas *Práticas Educativas* (Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Educação Moral e Cívica). A este currículo mínimo ainda eram adicionadas as disciplinas dedicadas à formação especial. A grande quantidade de disciplinas obrigatórias foi a justificativa mais usada para não acrescentar as optativas Psicologia, Filosofia e Sociologia.

[40] A prática educativa (na verdade, uma *disciplina disciplinadora*) EMC teve seus objetivos definidos pelo decreto-lei nº 869, de 12/09/69, sendo, portanto, anterior a lei 5.692/71.

*capacidades morais averiguadas segundo as prescrições e comprometer-se, por escrito, a ter por obrigação transmitir a matéria segundo as instruções dadas*" (Berger, 1976, p. 292). Esta disciplina foi o melhor exemplo de como se pode camuflar as metas reais através de princípios filosóficos, políticos e morais gerais; ela ajuda a compreender por que a escolaridade formal levou à massificação, à apatia quanto ao saber e à ausência de um civismo mais profundo[41].

A implantação da área de estudo de Estudos Sociais no segundo ciclo do primeiro grau[42] e a cassação ou aposentadoria compulsória de intelectuais da área das ciências humanas, tiveram como conseqüências a quase extinção de muitos cursos de licenciatura de Geografia, o retrocesso político-cultural-social do conteúdo desta disciplina e a diminuição de sua importância no processo educativo. A criação da licenciatura curta de Estudos Sociais teve como justificativa suprir a falta de professores nas regiões mais carentes. Em um ano e meio (ou dois), seriam formados professores polivalentes, capazes de trabalhar com os conteúdos de Geografia, História e OSPB no primeiro grau. Na década de 70, entre as licenciaturas curtas implantadas, a de Estudos Sociais foi a de maior resultado numérico e financeiro; e isto não foi obtido nas regiões carentes do país, e sim nas grandes cidades do centro-sul, possuidoras dos melhores padrões de ensino e sem a carência de professores.

A proliferação de cursos privados de Estudos Sociais, a não preocupação com a qualidade deles, o autoritarismo reinante, entre outros, possibilitaram que o conteúdo desta área ficasse limitado a descrições inofensivas, fragmentadas e inconsistentes, ocultando a estrutura de classes e o papel do Estado, e cumprindo o objetivo de mascarar o papel das desigualdades e das injustiças na estruturação da sociedade e na construção do espaço geográfico brasileiro. A licenciatura curta

> "*se encaixava nos objetivos dos acordos MEC-USAID, que propunham a formação rápida de profissionais para a urgente necessidade de utilizar tecnologias (importadas) mais modernas; o país precisava de mão-de-obra especializada e a saída era a rápida profissionalização aliada à privatização do ensino, 'mais eficiente' e menos oneroso para o Estado.*" (Campos, 1993, p. 61)

Esta meta requeria a banalização do saber, a supressão da contradição e a inculcação da existência de uma sociedade harmônica e com chances iguais para todos.

O que se queria, através da descaracterização de Geografia, História, Filosofia e Sociologia — disciplinas com método e objeto próprios e que foram aglomeradas em Estudos Sociais — era estabelecer uma finalidade essencialmente doutrinária. Desejava-se uma disciplina para disciplinar, para garantir a harmonia social, para formar homens e mulheres dóceis e conformistas através da inculcação dos valores da fração hegemônica, tarefa realizada através do exílio da reflexão crítica, da dúvida, da contraposição. OSPB (felizmente) não cumpriu os objetivos explícitos, mas (infelizmente) fragmentou ainda mais o conteúdo de Geografia e colaborou para a diminuição de sua carga horária nas escolas.

---

[41] A lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993, revogou o decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, e suspendeu a obrigatoriedade de oferecimento destas disciplinas. O artigo 2º da lei 8.663/93 deixava claro que a carga horária destas disciplinas deveria ser incorporada às da Área de Ciências Humanas e Sociais, o que, na maioria dos casos, não foi feito.

[42] O parecer 853, do CFE, de 12/11/71, *disseminou* Estudos Sociais para todo o primeiro e segundo graus como *núcleo comum*, obrigatório, substituindo Geografia e História. Os conteúdos destas disciplinas deveriam evitar qualquer *politização* e seriam ainda fundidos com a estranha novidade chamada OSPB. O objetivo geral explicitado no parecer 853/71 era, conforme citação de Höfling, "*o ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo em que não só deve viver, como conviver, sem deixar de atribuir a devida ênfase ao conhecimento do Brasil, na* ***perspectiva atual de seu desenvolvimento***." (1986, p. 28; grifo meu) OSPB foi introduzida com o intuito de reforçar o civismo e a preparação ao "*exercício consciente da cidadania*", em uma sociedade caracterizada, no plano do discurso, pela organização e harmonia, imposição necessária para um regime que suprimia a participação e os direitos elementares.

No primeiro grau, os conteúdos sistematizados de Geografia (e de História) foram retirados; no segundo grau, seu espaço foi reduzido para dar lugar às atividades do ensino profissionalizante. A lei 5692/71 atribuiu menor importância ao conhecimento ***"****dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da realidade em que vive o educando*" (Leme *et al*., 1986, p. 2), trabalhado, principalmente, pelas disciplinas não técnicas, que tiveram sua carga horária reduzida em favor das disciplinas técnicas. Muitos professores de Estudos Sociais no primeiro grau foram formados através da licenciatura curta, pobre por si só e mais ainda por ser realizada somente pelo setor privado que, com raras exceções, tinha maior preocupação com o lucro. Formavam-se professores para serem generalistas, polivalentes, superficiais, vulgarizadores de conhecimentos, cuja finalidade, muitas vezes, eles próprios desconheciam. Interdisciplinaridade não significa a formação superficial de professores polivalentes e sim a "*tentativa de integração de conteúdos a partir do conhecimento profundo do especialista*." (Höfling, 1986, p. 33) Somente o professor que possui o domínio do conteúdo é que pode trabalhar com a dúvida; e a formação ligeira e superficial que lhe era dada o transformava, muitas vezes, em um agente descaracterizador da Geografia. Por isso que

> "*avaliando a trajetória do ensino de Geografia destacavam-se não só a fragmentação, o isolamento dos temas, a parcialidade ou inadequação dos dados apresentados que, por sua vez, se tornavam equivalentes da própria observação dos fenômenos.* [...] [E] *ao não ser difundida como ciência, a Geografia ainda é reconhecida como pólo de irradiação de informações de maior ou menor atualidade, especialmente voltada para a distribuição espacial de fenômenos que seriam compreendidos em outras esferas do conhecimento*." (Turra, 1994, p. 33, c. 1)

Não pensando relacionalmente, colaborava para a manutenção do *status quo e* memorizava convicções e conceitos elaborados por outras ciências, sem refletir sobre os mesmos.

Para a compreensão da sociedade por parte do futuro cidadão, o papel do professor é muito importante, mas ele "*não conseguirá expressar sua visão de mundo sem uma teoria que o oriente. A postura frente à realidade é também uma postura metodológica"* (Camargo e Zamboni, 1988, p. 28, c. 2). Entretanto, a maioria dos professores egressos do ensino superior na década de 70 vivenciaram uma universidade que não gerava saber, que difundia um conhecimento vigiado e ultrapassado. Por isso, se por meio do ensino de Estudos Sociais, muitos professores colaboraram para a manutenção do controle social através da distribuição da *cultura* selecionada pelo regime, eles não podem ser *a priori* condenados por isso, pois – e isso é muito importante – não havia, necessariamente, uma manipulação consciente por parte deles.

A visão tecnoburocrática empresarial e autoritária levou ao aumento das exigências formais. Como quase sempre ocorre com qualquer modelo imposto, acabou gerando *modismos de pensamento*, importados de países industrializados capitalistas e não a criação de padrões intelectuais-tecnológicos voltados para a nossa realidade, o que também, dificilmente, aconteceria em uma universidade caracterizada por cassações, aposentadorias compulsórias, perseguições e falta de liberdade. A farsa da neutralidade científica foi imposta, tendo como estratégia o compartimentalismo e, como subproduto, o fim do debate. A pesquisa nas ciências sociais foi desestimulada e, para a docência, houve modernização da aparelhagem mas as inovações pedagógicas foram apenas formais. A universidade ficou mais *moderna*; porém, mais conservadora e burocrática do que antes. Também a Geografia praticada no ensino superior não ficou imune a todas estas mudanças.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, houve um reordenamento da economia mundial e a emersão de uma nova DIT. Nas relações políticas internacionais, ocorreu a escalada da Guerra Fria e a afirmação da hegemonia estadunidense na América Latina. Neste rearranjo, o Brasil foi "*redefinido como área de investimento de relativa importância no contexto do capitalismo transnacional*." (Moraes, 1988, p. 133) Com base em capitais externos, houve um novo surto industrial no país e foram montadas as estruturas que definirão a localização e o papel do Brasil no capitalismo internacional. O meio geográfico se tornou cada vez mais técnico-científico, pois a "*partir, sobretudo, do fim da Segunda Guerra Mundial* […] *as remodelações que se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados: ciência, tecnologia e informação*." (Santos, 1994, p. 139)

O processo de modernização dependente foi conduzido pelo Estado, que teve no planejamento sua grande arma. Surgiram grandes planos que, sempre em nome de interesses ou objetivos nacionais, patrocinaram a internacionalização da economia, a modernização do nosso modelo de subdesenvolvimento. Foi o início da "*era dos economistas e dos 'planos de desenvolvimento'.*" (Moraes, 1988, p. 134) Agências estatais, como a SUDENE, foram criadas para superar as desigualdades entre os *"dois brasis*". Tentava-se superar os arcaísmos sem revolucionar as estruturas que os criaram e os mantinham.

Em 1945, com o fim do conflito, foram restabelecidos os serviços culturais franceses, fato importante para a Geografia brasileira, pois muitas bolsas de estudo foram fornecidas a geógrafos brasileiros que, retornando, colaboraram para a difusão do pensamento de outros geógrafos daquele país, como Max. Sorre e Jean Tricart. Nos anos JK, a cognominada *Geografia Ativa*, do grupo liderado por Pierre George (1909-) influenciou um pequeno grupo de geógrafos, inclusive do IBGE, que se engajou na área de planejamento. Neste período

> "*O número de artigos sobre geografia e planejamento é bem significativo na RBG e a abordagem geográfica associada ao planejamento é especialmente expressiva no Nordeste onde o trabalho dos geógrafos se incorpora à atuação da SUDENE*." (Monteiro, 1980, p. 20)

Ocorreu a incorporação de novas formulações e novos termos sobre organização do espaço, elaborados principalmente pela Economia (polarização, regiões homogêneas, centralidade, e outras), mas a grande obra lançada pelo CNG-IBGE a partir de 1963, os cinco tomos da *Geografia Regional do Brasil*, possuía uma estruturação ligada às concepções clássicas da escola francesa.

Em agosto de 1956, a cidade do Rio de Janeiro sediou o XVII Congresso Internacional de Geografia, importante para a afirmação da geografia brasileira. Entre as suas diversas conseqüências, tivemos a contratação de vários professores estrangeiros para ministrar cursos especiais a docentes universitários. Para Monteiro, o Congresso "*foi um marco divisório*" (Ibidem, p. 19) para os estudos de geomorfologia, ramo que já havia tido um impulso importante em São Paulo com os artigos de Aziz Ab'Saber. Em 1957, os cursos de Geografia e História foram separados na USP, fato de grande importância para o crescimento da geografia brasileira, inclusive deixando de ser a responsável pelo estudo do *palco* natural onde se desenvolvia a ação histórica. Não existia uma homogeneidade nos estudos de Geografia, o que era de se esperar, e isto não constituiu, por si só, um fato negativo[43]. As preocupações básicas

[43] A concepção dominante, que não considerava a obra de Josué de Castro como Geografia, também teve reação semelhante frente à obra *A terra e o homem no Nordeste*, publicada em 1963, do geógrafo pernambucano Manoel Correia de Andrade. O próprio autor afirmou que o livro foi "*muito mais debatido por sociólogos e economistas que por geógrafos,…*" (Andrade, 1977, p. 12). É um livro que, após caracterizar o *quadro natural* regional, discorria sobre as relações de produção e trabalho, as condições de vida da população e, no último capítulo, as tentativas de solução de problema agrário, aí incluídas tanto a SUDENE quanto as Ligas Camponesas. Mas não

eram diferentes na USP, no CNG-IBGE ou no Nordeste. Alguns geógrafos se especializavam em aspectos que, dependendo da concepção, não são considerados atualmente como Geografia. Outros se ligaram ao planejamento ou à solução de questões sociais ou se aproximaram, física e ideologicamente, da Escola Superior de Guerra.

A implantação de grandes eixos rodoviários provocou o destaque de análises agrárias das novas áreas de colonização, das frentes pioneiras na Amazônia Legal. A urbanização acelerada fez com que os estudos urbanos, antes quantitativamente inferiores, começassem a suplantar os estudos agrários. O tema *indústria* teve seu interesse aumentado. Para Monteiro (1980), entre as características mais acentuadas no período 1956-1968, estavam as "*substanciais mudanças paradigmáticas no estudo da 'região' e da 'cidade'."* Para ele, pareceu que, "*ao se afastar do caráter 'literário' e tentar o 'científico' a Geografia caiu no campo do 'técnico'. Sua produção jamais atingiu o status de 'best seller', nem sensibilizou a 'inteligentzia' nacional*." (Monteiro, 1980, p. 26)

As características do período estimularam o trabalho dos geógrafos, mas foram marcadamente empiristas, apesar do acirramento das contradições sociais provocado pelo tipo de modernização empreendida. Moraes, talvez de modo por demais generalizante, escreveu:

> "*Nunca a produção brasileira dessa disciplina trabalhou num nível tão baixo de abstração e teorização. O levantamento empírico sedimenta-se aí como destino do geógrafo, num quadro onde o comando teórico da ação do Estado está nos departamentos de Economia, e a crítica alocada notadamente nos de Sociologia* […]. *Assim, apesar do relativo crescimento, a produção geográfica se alheia do debate político, logo, da prática social.*" (1988, p. 136)

Outro autor, afirmou que grande parte se isolou dos movimentos renovadores do conhecimento científico internacional, pouco se preocupou com a possibilidade de utilização política e social (o que discordamos, pois houve uma produção com vistas ao planejamento estatal e muitos estudos de caráter essencialmente pragmático) e, por isso, deram somente "*uma pequena contribuição ao debate dos grandes problemas nacionais como o do desenvolvimentismo, o da reforma agrária, o da industrialização, etc,* …" (Andrade, 1977, p. 12). Em muitos estudos, realmente, o país foi pensado através de suas características naturais e, naquilo que rotulavam de espaço, as pessoas apareciam basicamente como atributos. Nos grandes planos, o sujeito da ação era o Estado, o espaço físico era o objeto e o objetivo era o engrandecimento da nação, mas nação não significava necessariamente o concreto viver dos brasileiros.

Estes aspectos, entretanto, referem-se mais à geografia acadêmica do que à escolar. É esta a responsável pelo conceito que a maioria da população escolarizada tinha a respeito da disciplina. Esta geografia escolar não pode ser entendida sem uma análise da obra do paulista Aroldo Edgard de Azevedo (1910-1974) que, a partir de 1940, liderou em São Paulo a reformulação dos livros didáticos. Seus livros passaram a ser os preferidos de grande parte do magistério do país, sendo adotados na maioria das escolas. Por três décadas, quase monopolizou o setor de livros didáticos de Geografia nas diversas regiões brasileiras.

Azevedo foi, no Brasil, o maior admirador e representante da Escola Regional Francesa, notadamente da geração dos anos setenta do século XIX, a quem chamou de privilegiada, luminosa e gloriosa geração que aqui plantou "*um facho de luz que jamais se apagará*" (Azevedo, 1976, p. 9). Em seus livros didáticos, havia uma

---

deixava de considerar como geográficos os fatores naturais e de afirmar que se preocupou em ser objetivo, em apenas procurar "*descrever e analisar objetivamente fatos*" (Andrade, 1964, p. XIII). E, apesar de analisar as condições de vida da população nordestina (nelas incluídas a alimentação), não fez menção no texto e nem na bibliografia (com 188 citações) a Josué de Castro.

preocupação com o *rigorismo científico* e com uma abundância de dados – nem sempre relevantes – voltados para um objetivo tradicional da Geografia, de localização, enumeração e descrição dos aspectos típicos das regiões. Utilizava-se de uma terminologia, em geral, correta, renovou nos padrões gráficos, seus livros tinham uma boa apresentação, e eram bastante ilustrados.

> "*A sua concepção de uma geografia dual, fragmentadora do real, que permanecia na simples descrição dos fenômenos e indefinida quanto ao seu objeto, o escamoteamento das diferenças de classes, a recusa em analisar os graves problemas sociais e a falta de praticidade com vistas à transformação da sociedade, afastaram a Geografia das outras ciências sociais. Agravava o isolamento o fato de possuir como fundamento os princípios do liberalismo e do positivismo clássicos, de recusar a inexistência da neutralidade científica, a presença de explicações mecanicistas e organicistas – próximas a Spencer – e da idéia de 'harmonia social'*." (Campos, 2000, p. 58)

Preferido pela maioria absoluta dos docentes, sua concepção predominou na *geografia dos professores* e na visão que possuíam desta disciplina a maioria dos formados no antigo colegial nas décadas de 1950, 1960 e 1970. A visão de uma disciplina essencialmente voltada para a memorização, cujo valor maior era a simples erudição, de pouca importância para a busca de soluções para os problemas políticos e sociais.

Na maioria de seus livros didáticos estavam presentes, entre outros, conceitos como a Geografia como ciência da terra e do homem (nesta ordem e indefinida quanto ao objeto), a existência de dois brasis (o atlântico, povoado, e o sertanejo, despovoado), o patriotismo pela paisagem do país, a inexistência de preconceito racial no Brasil (ao lado de afirmações preconceituosas e racistas), a crença na solução do branqueamento, uma visão etnocêntrica européia, análises organicistas da sociedade ao lado de afirmações de que a ciência é neutra e *apolítica*, a omissão dos processos históricos, a convicção da existência de leis sociais gerais e universais, e a colocação da humanidade no lugar do homem concreto, o que o fez obliterar a fome, as guerras e a divisão da sociedade em classes sociais.

Em artigos relacionados à Geografia[44] foi mais explícito, mais claro em relação às suas concepções, como a vantagem de possuirmos a maior população branca do Mundo Tropical, o *país-adolescente* (ou seja, a existência de um ciclo vital dos Estados), o futuro auspicioso que nos esperava, a defesa da doutrina liberal e do imperialismo capitalista, o enaltecimento à escola regional francesa e à sua falsa neutralidade, o discurso anti-ratzeliano (ao lado da defesa de um *natural e inevitável* expansionismo brasileiro), o racismo, uma visão elitista de sociedade, de uma hierarquia, de uma ordem posta como se fosse natural, incontestável, e uma geografia compartimentada, com os métodos das ciências da natureza. Quando Aroldo de Azevedo faleceu (1974, um ano após Josué de Castro), na geografia escolar, também para tristeza sua, dominava a disciplina Estudos Sociais, cujo papel já comentamos.

Em alguns dos meios acadêmicos e, sobretudo, no IBGE, ocorreu a presença de um novo paradigma, integrado ao esforço de modernização da área de planejamento. Para isto, a geografia lablacheana, de cunho idiográfico, não era mais adequada e surgiu uma nova corrente, pretensamente pragmática, voltada para o planejamento, se dizendo capaz de abordar e colaborar para a solução dos grandes problemas nacionais e com suas bases epistemológicas assentadas no empirismo lógico, no racionalismo da Karl Popper (1902-1994) e também nos paradigmas de Thomas Kuhn (1922-1996),

---

[44] Notadamente em *O Império Colonial Português e o Brasil – um esboço de geografia política*. (**Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Rio de Janeiro: CNG, 1944, v. 5, p. 239-246) e *A Geografia a serviço da política* (**Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, outubro de 1955, n. 21, p. 46-68).

como veremos mais tarde. Foi a chamada Geografia Teorética ou Nova Geografia ou Geografia Quantitativa[45].

Segundo Monteiro (1980), os ecos da chamada *revolução quantitativa* chegaram ao Brasil (no sentido de que começaram a ser aceitos) com um atraso superior a um decênio e a transformação do IBGE, em 1967, de autarquia em fundação, também significou uma "*reabertura à Geografia anglo-saxônica*".

> "*A 1ª Conferência Nacional de Geografia – CONFEGE, patrocinada pela recém instalada Fundação IBGE no Rio de Janeiro, em 1968, serviu de palco a essa 'proclamação oficial' da adoção das novas práticas de análise geográfica da qual tomaram conhecimento, os outros membros 'menos informados' da comunidade de geógrafos brasileiros. Daí uma das razões a se propor aqui o ano de 1968 como o marco divisório.*" (Monteiro, 1980, p. 27)[46]

O mesmo ano foi também significativo para o Departamento de Geografia da USP por sofrer o impacto, tanto das manifestações reivindicatórias estudantis como da situação política interna que culminou com o AI-5. Entretanto, em nossas universidades, a Geografia "*não foi (pelo menos parece) atingida por 'aposentadorias' que afetaram substancialmente outros setores*." (Ibidem, p. 132)

A Geografia Quantitativa surgiu criticando, principalmente, a falta de praticidade da análise geográfica tradicional, não fazendo o mesmo quanto aos fundamentos ideológicos dela. A busca era de novas técnicas para servir ao planejamento, para ser útil, pragmática, em uma perspectiva prospectiva.

> "*Passa-se, de um conhecimento que levanta informações e legitima a expansão das relações capitalistas, para um saber que orienta esta expansão, fornecendo-lhe opções e orientando as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre*." (Moraes, 1981, p. 101)

No lugar de observação, enumeração e classificação dos aspectos visíveis e palpáveis, eram realizados dados estatísticos sobre a mesma realidade, sob a forma de médias, padrões e tendências; a indução do positivismo foi trocada pela dedução do neopositivismo e a máquina fotográfica pelo computador. Este, com sua enorme capacidade de armazenar dados de vários tipos e de tratar estes dados, se transformou em um instrumental precioso.

Na prática, a Nova Geografia era uma adequação às novas exigências do capitalismo[47] e às novas tecnologias de planejamento, além da procura do *status de ciência* pela aplicação da matemática em suas análises. Planejar o futuro com técnicas mais modernas, mas com as mesmas bases anteriores, pode acabar garantindo, no futuro, o atual presente. Ficar restrito à quantificação de fatos que são na essência qualitativos, como se através da estatística eles pudessem ser explicados, é descaracterizá-los; e uma ciência social, ao ser *matematizada*, se torna formal, atrelada às aparências, fronteirizando o conhecimento e, comumente, desumanizando a ciência.

A quantificação não era uma novidade pois já era utilizada pela Cartografia e também pela Geografia na obtenção de uma descrição mais rigorosa; o diferente estava na busca de uma causalidade linear e de previsões mais sistemáticas. Entretanto, o espaço geográfico não é unidimensional e não pode, por isso, ser incluído em sua totalidade em um modelo linear pois este não pode conter causalidades de níveis diferentes. Assim, "*é um equívoco pensar que o método quantitativo constitui um*

---

[45] Além desses, também foram utilizados os epítetos *New Geography*, Geografia Estatística, Geografia Aplicada ou Geografia Pragmática.

[46] Para o mesmo autor, "*em termos editoriais, a proclamação nacional do IBGE dar-se-ia em 1970 na RGB (ano 32, nº 4)*" (Monteiro, 1980, p. 28), em um histórico número totalmente consagrado à aplicação de técnicas de quantificação.

[47] O capitalismo não mais planejava em termos de áreas territoriais de países, mas em termos mais amplos. Novos fatos, como a aceleração da urbanização, também exigiam uma reformulação.

*sinônimo de análise espacial*." (Santos, 1978, p. 51) Quantificar é um instrumento, é um método de apreensão da realidade e não de construção teórica. A Nova Geografia introduziu uma quantificação mais rigorosa e foi, portanto, um aprimoramento metodológico e não uma ruptura epistemológica.

A Geografia Quantitativa no Brasil procurou realizar uma reformulação (e não uma revolução) metodológica que, apesar de tudo, ofereceu uma oportunidade de reflexão e de busca de uma revisão teórica, além de popularizar o termo *espaço* e de colocar em discussão o papel da Geografia no planejamento. Faissol, representante desta corrente, afirmou que

> "*todo o reboliço visava, em grande parte, fazer da Geografia uma ciência espacial, com formas, leis e processos espaciais de natureza explicativa. Em suma, aplicar o método científico à Geografia,* ***como este método era agora visto a partir das ciências físicas e naturais****. Mas a questão é que muito cedo se verificou que a explicação não podia se circunscrever à forma e era necessário se recorrer ao processo social*." (Faissol, 1989, p. 25; grifo meu)

Deixou claro que, ao menos no início, ela não ia muito além da base positivista clássica e que a procura da explicação do processo espacial era pela forma do mesmo — por meio da linguagem da geometria — e não uma explicação pela interação sociedade-espaço. Esforçou-se em aplicar maior rigor matemático e procurar uma geometria nos processos espaciais, em temas convenientes ao sistema capitalista e à sua busca de eficiência.

Antonio Christofoletti (1936-1999), figura de grande destaque da Geografia Quantitativa ou Teorética, distinguiu os dois adjetivos ou as duas perspectivas mais conhecidas. Quantitativa expressava "*a aplicação intensiva de técnicas estatísticas e matemáticas nas análises geográficas*" (1985, p. 71), ou seja, fez do procedimento quantitativo a característica básica. Já Teorética, salientava "*o aspecto teórico e metodológico, subentendendo como imprescindível toda a análise quantificativa e englobando os processos de abstração necessários às etapas da metodologia científica e da explicação*" (Ibidem). Ou seja, era mais completa que a primeira perspectiva e a englobava.

Havia a utilização da análise de sistemas, a elaboração de modelos e "*as preocupações de prospecção e previsão, fruto de seu engajamento com a planificação*" (Santos, 1978, p. 50). O estadunidense David Harvey, quando integrava esta linha de pensamento, afirmou, conforme citação de Christofoletti (1985, p. 75), que para a explicação geográfica ser mais precisa, assumia grande importância a matemática (*a linguagem da ciência*), a geometria (*a linguagem das formas espaciais*) para os modelos descritivos, e a teoria da probabilidade (*a linguagem da chance*) para os modelos explicativos. Acreditava-se que os elementos presentes no espaço formavam um "*conjunto organizado*".

Trocava-se a noção de *paisagem* da Geografia Tradicional pela de *sistema espacial* ou *organização espacial*, que possuiria uma *estrutura* que representava "*a localização de cada elemento relativamente à localização de cada um dos outros, e a localização de cada elemento relativamente a todos os outros*" *(*Christofoletti, 1985, p. 81), e também os *processos*, que responderiam pelo funcionamento do espaço organizado. Os processos envolveriam

> "*a dinâmica responsável pelas relações entre os elementos da estrutura, denunciando os fluxos de matéria e energia, assim como os* ***inputs*** *inovadores fornecidos ao sistema, e pela distribuição espacial desses elementos, que é refletida pelo arranjo da estrutura*." (Christofoletti, 1985, p. 81)

A escala de abordagem variava conforme o sistema que se desejava abordar, podendo ser cidade, nação ou a totalidade da *superfície terrestre*. Christofoletti concordava que, no início, a Nova Geografia ficou apegada à "*magia do número*", que a quantificação

era um meio, que o importante era a perspectiva teórica e que as técnicas estatísticas e as análises quantitativas funcionavam "*de modo programado e oferecem resultados conforme os dados que lhes são fornecidos*" (Ibidem, p. 93). Também que a escolha das variáveis relevantes para a análise era precedida pelas premissas teóricas adotadas.

Em seu artigo *Definição e objeto da geografia*, foi claro quanto à opção ideológica de sua corrente. Afirmou que as proposições das outras correntes eram parciais em suas abrangências e que não forneciam

> "*proposições para a estrutura, processos e relações de toda a Geografia, nas etapas de descrever, analisar, explicar, avaliar e prospectar como o faz o binômio da Geografia Tradicional e Nova Geografia para todos os setores do campo geográfico*. [...] *No contexto do conhecimento reinante no mundo atual, o neo-positivismo e a metodologia científica são os campos que fornecem os critérios mais razoáveis para se encontrar a solução*." (Christofoletti, 1983, p. 1-2)

A Geografia, para esta corrente, não estudava o espaço mas a organização espacial; porém, como essa organização ocorria em determinado território, a premissa para a concretização de um fato geográfico era a presença de *espaço* na superfície terrestre. Ao geógrafo competia "*o estudo das características do meio ambiente físico, quer esteja isento ou afetado pela ação antrópica. Não há motivo para se preocupar com a distinção entre primeira natureza e segunda natureza*." (Ibidem, p. 11) Deste modo, a indefinição desta ciência e a dualidade física e humana permaneciam.

Ao defender que, agora, a Geografia era uma ciência similar às outras em suas abordagens e métodos, colocou-a mais próxima do rol das ciências naturais do que das ciências sociais. Isto também estava evidente em um artigo de Lívia de Oliveira[48], no qual afirmava que a unidade do pensamento científico pode ser observada através da

> "*linguagem comum com que a ciência expressa o seu diálogo com a natureza. A expressão do pensamento científico se traduz através da linguagem matemática, por sua validade universal e necessidade lógica.* [...] *Todos os cientistas, atualmente,* [...] *constróem modelos para explicar os fatos que estão procurando compreender, conhecer e controlar.* [...] *A contribuição da Geografia para esta compreensão é a busca de respostas a determinadas indagações básicas sobre eventos que ocorrem na natureza: como ocorrem, por que ocorrem e, principalmente, onde ocorrem.* [...] *Em Geografia abordamos, percebemos, indagamos espacialmente a natureza*." (Oliveira,1976, p. 53-55)

Não se discorda da inclusão de aspectos naturais na análise geográfica. A natureza, hoje *não-natural*, também compõe a base material da produção e suprimi-la dificulta o entendimento de como o espaço social foi produzido. É o estudo do *aspecto físico*, não para compreender toda a dinâmica da natureza, mas para entender e propor caminhos para a realidade social. Quando a Geografia Teorética dizia que não era o estudo do espaço e nem dos lugares e, sim, da organização espacial, na qual existiam os geossistemas e os sistemas sócio-econômicos, sendo o primeiro objeto da Geografia Física e o segundo, da Geografia Humana, o que ocorreu foi somente uma modernização da linguagem.

Para a quase totalidade dos professores dos ensinos fundamental e médio, essa corrente acabou se comportando como esotérica, aqui no sentido de um círculo

---

[48] A *situação da Geografia entre as ciências*, publicado no primeiro número da revista **Geografia** (abril de 1976), antes de a autora se tornar uma das expoentes brasileiras da chamada Geografia do Comportamento e da Percepção. No mesmo artigo (Oliveira, 1976, p. 60) afirmou o seguinte: "*Na verdade, o problema não é de conteúdo científico da Geografia, mas da Ciência em si. A Geografia, ao ser classificada como ciência da Natureza ou do Homem, não altera as suas preocupações e o seu desenvolvimento*".

fechado e restrito de ouvintes, pouco chegando aos livros didáticos[49] e às salas de aula. O fato de ser, em grande parte, ligada ao planejamento, de exigir conhecimento de matemática e de muitos de seus estudos serem específicos demais, também ajudaram a explicar o seu insulamento. Corrêa, em dois artigos (1980; 1982), elencou as características da Corrente Quantitativa no Brasil; algumas delas explicavam este distanciamento.

Segundo Corrêa, ela se caracterizou pela "*'coisificação' das formas espaciais criadas pelo homem e dele próprio*" (1982, p. 117), tirando o caráter social dessas formas, inclusive pela supressão da intencionalidade; pela neutralidade análoga às ciências naturais ao tratar dos fatos como *coisas*; pela crença de que a quantificação fornecia objetividade, cientificidade e neutralidade, isolando as variáveis e abolindo a interdependência entre elas. Uma excessiva preocupação com regularidades e semelhanças em detrimento das diferenciações, escamoteando diferenças fundamentais como as de classes sociais, como se o isotropismo dos modelos ocorresse na sociedade; numa visão idealista de sociedade, refletindo a idéia de *harmonia social* tão ambicionada pelo regime militar e uma visão dos fenômenos sociais que refletia os princípios do darwinismo social e da economia neoclássica. Afirmou ainda que havia um predomínio da descrição e nesta os processos, a história, ficavam ausentes; uma visão fragmentária do real, na qual algumas atividades eram selecionadas sem serem re-inseridas no todo que compunham; o espaço era considerado ou através de sua representação matemática ou como espaço relativo — onde a variável mais significativa era a distância-tempo ou distância-custo — ou como um palco onde se desenrolava a atividade humana; e foi pouco o seu interesse pelo estudo das relações homem-natureza. Para ele, a Geografia não serviu ao planejamento oficial; este, elaborado no exterior, foi que se utilizou da Geografia.

Em 1973, quando Josué de Castro faleceu, o Brasil possuía um Estado militar autoritário, que cerceava a liberdade de expressão e de pesquisa nas universidades, ao mesmo tempo em que favorecia a expansão de cursos superiores privados mais afeitos ao lucro do que a pesquisas. Se, em nível de planejamento, a Geografia teve sua importância realçada através do IBGE – uma peça importante do aparelho ideológico do Estado –, na área da instrução escolar ela sofria um processo de depreciação, caracterizado pela redução da carga horária e pela implantação da licenciatura curta e da disciplina Estudos Sociais. No mesmo período, temas importantes para o geógrafo pernambucano, como a fome e a reforma agrária, estavam banidos, via censura e repressão, das salas de aula, dos estudos acadêmicos e dos meios de comunicação.

Da década de 1920 aos primeiros anos da de 1970, ele vivenciou ativamente este processo. Existiu antes e depois da cidadania acadêmica da geografia, serviu aos governos de Vargas, foi deputado federal após isto, presidiu diversos organismos, foi cassado pelo golpe de abril de 1964 e viveu os seus últimos dias, com saudades do Brasil, na França. Estes aspectos, acrescidos de suas principais obras, é o que analisaremos no próximo capítulo.

[49] Antonio Christofoletti escreveu um livro para o segundo grau, com a preocupação básica de explicar o funcionamento da natureza, apresentando um texto que tratava dos "*conceitos e noções de Geografia Física* …", intitulado **Geografia para o mundo atual**, v.1: análise ambiental. 2º grau – São Paulo: Cia. Editora Nacional, [198-]. Pelo que conseguimos informar, o v. 2 não foi lançado.

# III. Vida e principais obras de um geógrafo da fome

"*A formulação de um pensamento novo se torna indispensável se a humanidade deseja sobreviver e mover-se para planos mais elevados.*" (Einstein)

Neste capítulo, pretende-se abordar aspectos da vida e das principais obras de Josué de Castro. Neste último aspecto, não apenas registrar seus escritos, mostrando resumos, mas procurar identificar as características, as razões do pensar do autor, e uma análise de seus livros mais importantes. As criticas (positivas e negativas) feitas à época e algumas atuais, também serão incorporadas. A análise busca dar uma visão dos aspectos biográficos mais significativos, colocar as principais afirmações de todos os seus livros e de alguns artigos considerados fundamentais, e estabelecer uma análise crítica de seus textos, esforçando-se por respeitar o período histórico das afirmações.

São grandes os riscos, dada a necessidade de selecionar aspectos que ajudem a explicar o agir de uma pessoa multifacetada apesar de, aparentemente, possuir a fome como o seu único grande tema. Não se pretende, aqui, substituir a análise de sua personalidade pela de suas ações e do resultado das mesmas, mas buscar os fatos vividos que explicavam o seu agir, e caracterizar sua atuação e sua obra para demonstrar sua importância. Ou seja, o texto a seguir não se constitui em uma biografia, não cobre todos os aspectos relevantes de sua vida e sim aqueles que julgamos importantes para compreender a sua ação e o pensamento produzido. Este último também é fruto da visão de mundo, da classe social que o autor procurou defender e do momento histórico vivido.

Uma pessoa que foi médico, professor de Nutrição e de Geografia Humana, pesquisador, sociólogo, conferencista, escritor prolífico, sonhador, deputado federal, presidente da *Food and Agriculture Organization* (FAO) e de diversas outras instituições, e que priorizava temas como: pobreza, fome, subdesenvolvimento, reforma agrária, controle demográfico, guerra e paz, problema ambientais e outros, é difícil de ser analisada sem ênfase em alguns aspectos em detrimento de outros. As escolhas envolveram aspectos considerados importantes para o fazer geográfico, independente se, na época ocorrida, aquele aspecto era considerado geográfico. A presença de um conceito dominante não pode significar a inexistência de outros, porque as ciências sociais se caracterizam pela coetaneidade de paradigmas, pois estes dependem dos futuros pretendidos e da opção dos meios para alcançá-los.

É difícil captar a estrutura de uma obra e compreendê-la como parte de um todo, estabelecendo a sua função dentro do mesmo. Além disto, as obras não são compreendidas fora de seu contexto histórico mas muitas delas o suplantam, quer pelo seu valor estético, quer pela obtenção de um significado que ultrapassa o seu próprio tempo, adquirindo um caráter de permanência em virtude das questões abordadas persistirem. Isto acontece com muito do que foi estudado pelo autor em questão. Deste modo, se a explicitação dos dados biográficos é importante, estes dados não são, por si sós, "*suficientes para se compreender plenamente a visão de mundo do autor*" (Anselmo, 2000, p. 28-29), embora sejam um respaldo significativo para esta tarefa. Neste capítulo, optamos por uma seqüência cronológica por acharmos que, neste caso,

ela permite melhor a verificação das influências e das mudanças conceituais ou de atitudes, e também para demonstrar as posições que permaneceram durante a sua trajetória. As posturas assumidas mudam, o que não é, necessariamente, negativo. Como a realidade histórica está sempre se alterando, novos momentos e situações exigem um novo pensar e diferentes instrumentos conceituais de análise.

## 3.1. Da convivência com a lama aos estudos sobre a fome

"*Recife, cidade do mangue*
*Incrustada na lama dos manguezais*
*Onde estão os homens caranguejos*
..." (*Antene-se*, de Chico Science).

Josué Apolônio de Castro nasceu em 05 de setembro de 1908 na capital pernambucana[50]. O nascer em Recife (que chamou de *mocambópolis* ou de *Hong-Kong das Américas*) possui relação com a tristemente famosa seca de 1877[51], que expulsou os avós paternos e seu próprio pai do sítio que possuíam em Cabaceiras, no sertão paraibano. Durante esta seca, o imperador D. Pedro II enviou ao Ceará uma comissão de estudos, composta basicamente por engenheiros e estes imaginaram que poderiam solucionar o problema somente através de obras de engenharia. Foi o início da *política de combate às secas,* que perdura até hoje[52]. A colocação do problema como natural, e não de ordem sócio-política, colaborou com a permanência das causas – e também para que estas se agravassem – e permitiu o surgimento da *indústria da seca*[53].

Sua mãe era filha de criação de donos de engenho na Zona da Mata pernambucana, de modo que ele era fruto do Sertão, da semi-aridez e do gado, e da Mata, úmida e açucareira. Quando tinha quatro anos, seus pais se separaram. O pai (Manoel de Castro) era um comerciante de gado e leite, proprietário de terras em Cabaceiras (PB), com pouca instrução formal e com uma situação financeira estável. A mãe (Josefa de Castro, conhecida como Dona Moça), apesar de uma origem mais aristocrática, era pobre (na época, mulher abandonada pelo marido não possuía direitos) e conseguia algum recurso através de aulas ministradas em sua casa a filhos de operários pobres, que também só podiam pagar pouco. O fato de ser filho de pais separados, de ser filho único por parte de mãe, e de ter tido uma infância com privações e ao lado de crianças que habitavam os mocambos erguidos nos mangues

---

[50] Será que o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) tinha razão quando afirmou (in: *Que é uma coisa?* Lisboa: Edição 70, 1992, p. 70) que "*O 'onde' determina o 'como' do ser, porque ser significa presença*."?

[51] A seca de 1877-79, conhecida inclusive pela frase de D. Pedro II de que não restaria uma jóia da Coroa enquanto um nordestino estivesse passando fome, talvez tenha sido a que, proporcionalmente, tenha causado os maiores estragos. "*Calcula-se que, por causa dela, morreram cerca de 500 mil pessoas, a metade da população do semi-árido, na época. Estima-se que 150 mil morreram de inanição; 100 mil de febres, principalmente tifóide; 80 mil de varíola e 180 mil de fome, alimentação venenosa e sede.*" (Garcia, 1984, p. 66)

[52] Em 1907 foi criada a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, mais tarde transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) que, até 1992, havia perfurado 25.000 poços (18 mil para particulares) e construído 800 açudes, sendo 500 em propriedades particulares (cf. **Veja**. São Paulo: Abril, 21/04/93, p. 24-25).

[53] *Indústria da Seca* é o nome que se dá aos influentes grupos da região que conseguem tirar proveito deste fato. Divulgando a seca de forma dramática, conseguem verbas e auxílios federais, perdão de dívidas bancárias, novos empréstimos em condições especiais, açudes em suas terras (ou obras que as beneficiam) e a possibilidade de controlar as *Frentes de Trabalho ou de Emergência*, inclusive para continuar garantindo o *voto de cabresto*.

(mais habituados a lares desfeitos e pouco preocupados com certas convenções sociais), marcaram muito a sua trajetória[54]. Como afirmou mais tarde, no cenário de fome do Nordeste,

> "*os mangues eram uma verdadeira terra de promissão que atraía homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área das secas e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço.*" (Castro, 1983, p. 24)

Na cidade, com ilhas formadas pelos braços dos rios Capibaribe e Beberibe, passou sua infância e descobriu o tema de sua vida: a fome. "*Esta foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo.*" (Ibidem, p. 18) Inicialmente, freqüentou a escola pública e depois foi matriculado em um educandário particular (Colégio Chateaubriand) no qual, além de integrar a lista dos piores alunos da classe, sempre ficava de castigo e era, vez por outra, humilhado por alunos mais ricos e de linhagem aristocrática. Três anos depois, mudou de escola (Instituto Carneiro Leão) e, graças à influência de um professor, o aluno rebelde se transformou em um dos melhores de sua classe.

Terminou o curso preparatório com 15 anos e, com a idade falsificada, entrou para a faculdade de Medicina em Salvador (BA). Foi cursar medicina por desejo da mãe e na Bahia por vontade do pai. Após três anos, dizendo-se desiludido com o curso que fazia, transferiu-se para outro, também de Medicina, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta cidade, morando com uma família, diversificou suas atividades para sobreviver, e nestas se incluíam a elaboração de resumos para colegas mais ricos até artigos para jornais e revistas sobre diversos assuntos, inclusive cinema. Neste período sofreu algumas crises depressivas. Em dezembro de 1929, com vinte e um anos, concluiu o curso de Medicina[55]. No ano seguinte, regressou a Recife para começar sua carreira de médico.

O início de sua *vida literária* aconteceu em 1925, com o artigo *A doutrina de Freud e a literatura moderna*, em um texto rebuscado, com muitas citações em inglês, francês e espanhol. Neste ensaio, escrito três anos após a Semana de Arte Moderna[56], já estavam algumas das posições[57] que defendeu ao longo da vida: "*a defesa da mestiçagem como um fator positivo em nossa cultura e no desenvolvimento da sociedade brasileira, a valorização do nacional e o compromisso com o que chamará de 'arte comprometida'.*" (Silva, 1998, p.176) No Rio de Janeiro, ainda estudante,

---

[54] Mais tarde – não obtivemos a data precisa (presumivelmente, dos 8 aos 14 anos) e os motivos exatos – passou a residir com o pai, que financiou seus estudos, inclusive o de Medicina. Muitos de seus inimigos o acusavam de esconder sua origem e de ter vergonha do pai, por este ser entregador de leite e com pouca instrução formal. Mas sempre foi apegado à mãe (1873-1956), que morou com ele no Rio de Janeiro até o seu falecimento.

[55] No dia da colação de grau (28/12/1929), ele estava no México chefiando, como presidente do Centro Universitário Cuauhtemoc, uma delegação de estudantes na posse do presidente do México (Pascual Ortiz Rúbio, que, no dia da posse, foi ferido à bala; renunciou alguns dias após o incidente). Depois, deixou a caravana de estudantes e foi para os EUA, onde permaneceu por quatro meses, estagiando na Universidade de Columbia e no *Medical Center* de Nova Iorque.

[56] "*Durante um período mantém estreitas relações com os adeptos do Modernismo, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e a Revista Antropofágica.*" (Silva, 1998, p. 178)

[57] Em um artigo escrito em 1928, intitulado *México-Brasil*, já demonstrava seu repúdio às teorias racistas, ainda em voga no país, e revelou algumas idéias: "*... sejamos latinos e sejamos pela paz.* [...] *... alcançaremos este futuro lentamente como quem busca a perfeição. Etapa por etapa. Do individualismo ao socialismo. Derrubando primeiro os preconceitos de classe. Segundo os de raça. Terceiro de nacionalidade.*" (apud Silva, 1998, p. 180) Seus artigos e crônicas versavam sobre os mais variados assuntos, como análise de livros e de costumes, relato de viagens, literatura, política, teatro, pintura e cinema, pelo qual sempre foi um apaixonado (entretanto, chegou a considerar o *cinema falante* como um "*desastre da cinematographia*", por considerar o gesto como sua única linguagem).

publicou crônicas, artigos, ensaios – sobre temas diversos – e até algumas poesias[58]. De volta à Recife, continuou a publicar artigos em jornais e revistas, com destaque, agora, para os contos. Narrações e contos, escritos entre 1935 e 1937, foram reunidos em seu primeiro livro de ficção, *Documentário do Nordeste*, publicado em 1937[59]. São contos e crônicas, quase documentários, que possuíam como tema básico o pauperismo nordestino, sendo a maioria sobre a vida nos mangues e mocambos da capital pernambucana. Tem-se a impressão de que, neste momento, ele começou a perceber melhor que a sua cidade era a "*sociedade traçada no solo*". A crueza na descrição da realidade brasileira fazia parte da tendência modernista da época, de se opor ao formalismo, aos estilos rebuscados e importados. Estes contos foram a matriz de seu único romance, *Homens e caranguejos*, publicado na década de 1960.

Também foi na década de 1930 que passou a se dedicar mais à carreira de médico e a publicar textos relativos à alimentação. Sua tese de docência em Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife, em 1932, intitulava-se *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*; neste mesmo ano, publicou *Metabolismo basal e clima*[60] e, menos de dois anos depois, **O problema da alimentação no Brasil**[61]. Na introdução[62] deste último, discorreu sobre as mudanças na medicina – "*A medicina de hoje é eminentemente objetiva ...*" –, caracterizou o período dela como *Fisiológico*, no qual se estudava o organismo antes de se estudar a doença.

O objetivo do trabalho era o de *"sistematizar dentro das possibilidades máximas de síntese – as noções básicas que a fisiologia atual fornece para compreensão do problema alimentar*" (Castro, [1933], p. 09) através da aplicação das leis gerais "*que a fisiologia estabeleceu pela relação entre estes fenômenos e suas causas eficientes.*" (Ibidem) Para ele, o conhecimento do problema alimentar era fundamental e "*nos governos científicos onde a política se consorcia com a ciência para maior benefício social, o problema da alimentação recebe os cuidados imediatos do estado como capítulo preponderante da higiene geral.*" (Ibidem, p. 10) Citou como exemplos os Estados Unidos e a Rússia [sic], representando os dois tipos antagônicos de civilização da época: "*a civilização capitalista e a organização proletária*"[63].

---

[58] Como esta, intitulada *Poema*: "*Eu sonho sonhos distantes,/ em barcos ausentes, velozes, ondeantes,/ paisagens vivas, longe, differentes./ Eu sonho sempre. Sonho!* [...] *Eu sinto uma saudade louca/ dos meus sonhos loucos/ que nunca se realizaram.*" (Silva, 1998, p. 196)

[59] Foram os seguintes contos: *O despertar dos mocambos*, *O ciclo do caranguejo*, *João Paulo*, *Ilha do leite*, *Assistência social*, *Solidariedade humana* e *A seca*. Mais tarde, anexou diversos textos e estudos sobre a região Nordeste e publicou com o mesmo nome utilizado em 1937 (Castro, 1957**a**). Perguntado, em 1957, se tinha alguma predileção por algum de seus livros, respondeu que *Documentário do Nordeste* era, de todos eles, o que mais o agradava. "*É a minha descoberta do mundo*" e o embrião do que escreveu depois, disse ele. No final da entrevista afirmou: "*Em matéria de predileção a resposta exata seria: prefiro literariamente o 'Documentário do Nordeste'; como pesquisa e interpretação social, a 'Geografia da fome' e como concepção doutrinária, ou seja, trabalho de criação, 'Geopolítica da fome'. Talvez estas predileções sejam transitórias, sejam caprichos do momento.*" (O autor ..., 1957)

[60] *Metabolismo basal e clima*. Recife: Revista Médica de Pernambuco, n. 02, 1932.

[61] Possuímos a 1ª edição, mas nela não consta a data. Em seu livro *A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana* (Castro, 1937), ele cita (p. 13) como data de publicação o ano de 1934. Com base em Miranda (1952), Castro (1983), Pires e Simões (1992) e Linhares (2000), optamos por 1933 (em 1934, provavelmente, ocorreu uma 2ª edição).

[62] O livro foi assim dividido: I- Introdução; II- Nutrição e Alimentação; III- Valor Energético do Alimento; IV- Ração Alimentar; V- Papel Regulador da Alimentação: vitaminas; VI- Fatores de Importância Secundária na Alimentação; VII- Conclusões; VIII- Tábuas; IX- Bibliografia. A obra resultou de sua tese para a docência da cátedra de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife. O prefácio foi do Prof. Pedro Escudero, diretor do *Instituto Municipal de la Nutrición*, de Buenos Aires, com o qual mantinha contatos e que, segundo Magalhães (1997, p. 34), o influenciou na formulação de dietas básicas, "*racionais*", para a população brasileira.

[63] A partir da década seguinte, sempre que mencionava que o mundo estava dividido em dois, não se referia a Oriente e Ocidente e sim a ricos e pobres, a alimentados e subnutridos.

Realçou a falta de atenção ao problema alimentar no país – o que causava uma ignorância em relação aos princípios elementares de uma alimentação sadia[64] – e ao fato de que o estabelecimento de um consumo alimentar verdadeiramente científico era importante, até como problema eugênico, pois a alimentação era "*um dos fatores externos mais importantes na constituição dos biotipos vitais e que é pela seleção biotipológica que se eleva o índice vital da raça.*" (Ibidem, p. 14) O papel das falhas de alimentação, "*principalmente as deficiências qualitativas*", na diminuição da resistência i*munitária* e a importância da *propaganda científica* na divulgação de hábitos sadios foram destacados. Foi claro ao dizer que seu trabalho tinha problemas para estabelecer bases definitivas pela exiguidade de aparelhos de pesquisa, pelo ambiente pouco propício à *investigação desinteressada*, pela ausência de guias experimentados nestas questões.

> "*Estas bases gerais, sistematizadas pela compreensão dos princípios fundamentais de nutrição, pelo cotejo experimental da fisiologia comparada e pela* ***aplicação dos modernos princípios de geografia viva*** *– são bases provisórias ...*" (Castro, [1933], p. 16; grifo meu).

Alguns aspectos já nos chamaram, de modo positivo, a atenção: a afirmação de que o homem do mundo tropical necessitava de padrões diferentes de alimentação, a colocação de "*deficiências qualitativas*" e a utilização de princípios de Geografia quando ainda tinha pouco contato com a disciplina – pois foi no mesmo ano da publicação que começou a lecionar Geografia Humana na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de Recife (PE) – e por ter sido, o texto, escrito antes da *cidadania acadêmica* da disciplina no país.

Iniciou definindo nutrição e alimento[65], estabelecendo as ordens de necessidades energéticas do organismo para estabelecer o regime alimentar *racional*, esclarecendo metabolismo basal[66] e explicando seu cálculo e suas variações conforme faixas etárias e climas, e introduzindo um novo aspecto na explicação pois, pela temperatura média, o metabolismo basal dos habitantes do Nordeste deveria ser inferior ao dos moradores do Rio de Janeiro e ocorria o contrário, sendo a razão deste fato a grande influência da umidade relativa do ar nas áreas tropicais. Definindo clima como a "*tradução fisiológica de uma condição geográfica*"[67], citou a concepção do prussiano Friedrich Ratzel (1844-1904)[68], algumas experiências para demonstrar que "*a resistência do homem ao calor é maior no clima seco do que no clima úmido*" (Ibidem, p. 51) e trechos do livro *Civilização e Clima* (do estadunidense Ellsworth Huntington, aquele que propôs uma explicação geral da "*evolução histórica*" segundo as variações climáticas) sobre aumento da umidade, baixa das combustões orgânicas e diminuição do metabolismo basal. Com isto, demonstrou que a cifra do metabolismo, devido extensão territorial e variedade climática, não podia ser guiada por cálculos em

---

[64] "*Tem-se um exemplo clássico na concepção errônea, generalizada de que a carne (albumina) é um alimento mais útil, especialmente mais 'fortificante' do que os açúcares e os amiláceos (hidrato de carbono).*" (Castro, [1933], p. 13)

[65] Citou diversos autores – entre eles, o fisiologista russo Ivan P. Pavlov (1849-1936) – mas muitos não constavam da bibliografia, o que demonstrou que foi via outras fontes. Importante foi a visão de que diversas patogenias tinham como "*causas essenciais a falta de certas substâncias alimentares no regime dos pacientes.*" (Castro, [1933], p. 26)

[66] Metabolismo basal "*é a quantidade de calor que o animal produz em repouso absoluto, jejum e em neutralidade térmica por hora e por metro quadrado de sua superfície cutânea.*" (Castro, [1933], p. 35)

[67] Entre parênteses, colocou: Euclides da Cunha; mas não o citou na bibliografia. Encontramos o trecho em *Os Sertões*: "*Um clima é* ***como que*** *a tradução fisiológica de uma condição geográfica.*" (Cunha, 1982, p. 60; grifo meu) Não o estava definindo e sim tentando demonstrar a inexistência de um meio físico uniforme no Brasil, para explicar os tipos humanos com base em sua visão determinista.

[68] "*... e daí a concepção de Ratzel que restringiu este conceito de clima – às influências que derivam das propriedades sensíveis do ar, isto é, do calor e do frio, da umidade e da secura e de como se apresentam distribuídas e combinadas estas propriedades.*" (Castro, [1933], p. 50)

uma única localidade; por esta razão, apenas afirmava que, no Brasil, ela era 10% a 30% inferior às cifras de climas frios e temperados.

Estabeleceu as calorias despendidas por hora em determinadas atividades masculinas e femininas – na época, elas ainda eram marcadamente separadas por gênero –, para calcular o quanto se devia adicionar para suprir os gastos energéticos do trabalho, o que impunha o conhecimento do valor termoquímico das substâncias alimentares. No capítulo seguinte, realizou uma análise de matérias orgânicas (albumina, hidrato de carbono e gorduras) e substâncias inorgânicas (água e sais minerais, como ferro, cálcio e fósforo), e concluiu que a alimentação no Brasil deveria estabelecer uma cota rica em hidratos de carbono (produtores de energia mecânica, importantes para um país no qual a maioria vivia do trabalho manual, e com a vantagem de serem mais baratos pela abundância dos mesmos em um país agrícola), que não havia necessidade de grande ingestão de gorduras e que a alimentação adequada para o equilíbrio do organismo era a variada[69].

A seguir, estudou o papel das vitaminas e foi interessante observar que, na década de 1930, ainda eram objeto de controvérsias e carentes de estudos experimentais, notadamente sobre as avitaminoses e seus efeitos. Criticou a aplicação apressada de certos conhecimentos de higiene pois, mal compreendidos, poderiam tornar uma alimentação sadia em uma carente de vitaminas[70]. Nas conclusões – dez itens –, além de prescrever que as regras precisavam ser harmonizadas às possibilidades sócio-econômicas, pois as ciências "*têm de se subordinar à lógica dos fatos*", terminou-as com uma afirmação importante para a época: "*Muitas das conseqüências mórbidas incriminadas aos efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado aos problemas da alimentação.*" (Castro, [1933], p.123) Carregou este conceito por toda a sua vida.

Em geral, o texto era *técnico* mas já procurando adaptar as análises à realidade brasileira; ou seja, seu estudo do problema nutricional não se limitava ao aspecto fisiológico. Importante a valorização da história da Medicina e a afirmação de que nem tudo o que era válido para os habitantes das altas latitudes o era para os que se encontravam nas baixas. A bibliografia (somente autor, obra e ano) demonstrava a dificuldade de se fazer ciência no Brasil e a já presença de geógrafos em sua obra. Foram setenta e três citações, sendo somente oito em português; destes, dois livros, provavelmente, eram traduções. Número semelhante foi o de geógrafos encontrados, todos estrangeiros[71]. Foi uma obra de um nutrólogo com preocupações sociais, em uma área ainda incipiente no país e sem disciplina específica nos cursos

---

[69] Nossa intenção, ao incluir estes dados e os seguintes, não foi a de verificar a veracidade das afirmações mas a de demonstrar a preocupação do autor em estabelecer padrões adequados para o Brasil, de relacioná-los com a situação econômica e cultural e com a produtividade, de propor soluções etc. Por exemplo: sobre sua análise sobre a quantidade diária de proteínas desejável para o brasileiro, interpretações atuais levam a conclusões distintas. "*Embora a ação dinâmica específica das proteínas, ou seja, o calor extra produzido pela combustão metabólica, seja elevado e, portanto, em climas frios a quota diária possa ser aumentada, isto não significa que em climas tropicais deva ser reduzida. Ao contrário, dada a pouca ingestão de proteínas de alto valor biológico, como ressalta o próprio autor* [Josué de Castro] *, a maior incidência de infecções e verminoses e, também, o trabalho excessivo sob altas temperaturas comum no País, haveria maior exigência de proteínas na dieta.*" (Magalhães, 1997, p. 35)

[70] "*É o caso dos discípulos de Pasteur que num zelo exagerado de esterilizar os alimentos de nocivos micróbios destruíam os princípios vitamínicos destes alimentos.*" (Castro, [1933], p. 112) Ainda acrescentou uma regra contra a carência vitamínica: a introdução na alimentação de "*uma salada crua e um fruto cru, temperar a salada com suco de limão, consumir certa quantidade de manteiga fresca e acrescentar ao regime sempre uma das substâncias ricas em vitamina B.*" (Ibidem, p. 113) Neste capítulo, fez uma referência aos hábitos sociais dos "*supercivilizados*" (Ibidem, p. 112), termo que, mais tarde, deve ter se arrependido muito de tê-lo usado.

[71] Entre eles: J. Brunhes (1869-1930), E. Huntington (1876-1947), L. Febvre (1878-1956), E. Reclus (1830-1905), F. Ratzel (1844-1904), E. Semple (1863-1932) e G. Taylor (1880-1963). A bibliografia se constituía de publicações em inglês (39,7%), francês (31,5%), português (12,3%), espanhol (11%) e italiano (5,5%).

universitários[72]. Ainda que com pouca profundidade, as diferenças sócio-econômicas foram levadas em consideração nas prescrições alimentares, já estabelecia a existência de uma relação entre alimentação adequada e aumento da produtividade, e a concepção de uma ração básica para o trabalhador vai representar "*uma forte característica da trajetória do escritor: levantar e propor medidas de intervenção para atingir a transformação do quadro de fome no País.*" (Magalhães, 1997, p. 34)

O início de sua carreira médica em Recife foi difícil. Formado, tinha a promessa de um cargo na Secretaria Estadual de Educação mas, a eclosão da chamada R*evolução de 30*, provocou mudanças políticas que impediram a indicação. Abriu um consultório, adquiriu um *aparelho de metabolismo* e, apesar da limitação bibliográfica da época, resolveu ser especialista em nutrição. Como era uma especialidade nova, passou a ter uma clientela significativa e tornou-se um *médico da moda*. Em 1932, clinicando em uma fábrica, teve contato com a difícil situação de vida dos operários e realizou o inquérito sobre **As condições de vida dos operários de Recife**, um dos primeiros – segundo ele, o primeiro – a ser realizado no país. Neste estudo, constatou que a baixa produtividade dos trabalhadores se devia à fome. Este estudo

> "*serviria de modelo para investigações semelhantes, nos anos 30 e 40, em outros Estados* [sic] *da Federação, no bojo do movimento que se desenvolvia pela fixação do salário mínimo e pelo reconhecimento dos direitos do trabalhadores.*" (Linhares, 2.000, p. 31/32)[73]

Esta pesquisa acabou se tornando uma referência necessária para estudos que buscavam recuperar a história das condições da nutrição no Brasil. Procurar adequar as dietas às necessidades das pessoas demonstrava a incorporação, pelo autor, de noções e conceitos da nova ciência da nutrição à realidade nacional.

> "*O pensamento de Josué de Castro é paradigmático, na medida em que realiza uma leitura do problema nutricional não restrita ao aspecto fisiológico. Além de incorporar avanços recentes da ciência alimentar no que diz respeito à sua dimensão bioquímica e laboratorial, o escritor introduz temas ausentes na discussão clínica da nutrição como raça, produtividade e evolução social. Ele demonstra, assim, a sua afinidade com a corrente da medicina social que, desde o século XIX, vinha formulando estas questões.* [...] *Embora tais questões sejam retomadas posteriormente, cabe aqui ressaltar que ao afirmar ser a fome e não a raça o elemento que desenha o perfil da nação, Josué de Castro demonstra a preocupação com a construção do homem brasileiro e procura contrapor-se às teorias que formulavam uma inexpugnável inferioridade da civilização brasileira devido à composição racial.*" (Magalhães, 1997, p. 29)

Nos anos 30, como um missionário, tentou fazer o país acreditar que a questão alimentar "*era o problema central para a construção da nacionalidade, e não mais a raça ou o clima.*" (Ibidem, p. 33) A viabilidade da nação residia na solução do problema alimentar; e os impedimentos não eram naturais e sim sócio-políticos. Esforçou-se para retirar a alimentação da esfera individual para transformá-la em uma questão pública, fundamental para o desenvolvimento do país e que deveria, em bases científicas, ser assumida pelo Estado.

Ainda em 1932, integrou o grupo que criou, no ano seguinte, a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais em Recife (da qual, com 23 anos, foi um dos diretores) e fez concurso para docente de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife. A princípio, esta pretensão foi vetada sob o argumento de falta de idade legal para

---

[72] A disciplina Nutrição foi implantada, pela primeira vez, em 1939, na Faculdade de Medicina da Universidade do Distrito Federal.

[73] Será comentado melhor, no próximo capítulo. Este inquérito e outros "*realizados a fim de qualificar o padrão alimentar e os orçamentos familiares contribuem para a fixação do salário mínimo no Brasil.*" (Marchi, 1998, p. 08)

participar mas conseguiu realizar e ser aprovado. Conforme afirmou, a sua formação de médico o "*levou sempre a analisar os problemas sociais dentro do critério de suas raízes biológicas*" mas que isso não significava sua adesão ao biologismo social[74] que, segundo ele, considerava que

> "*a sociedade é um organismo regendo-se, desta forma, pelas leis naturais reguladoras da vida.* [...] *A nosso ver o social transcende do biológico mas nem por isso se pode eximir ou isentar das contingências ou bases biológicas que interferem na expressão dos atos humanos.*" (Castro 1957**b**, p. 7)

Em 1933, tornou-se o responsável pela disciplina Geografia Humana na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de Recife. A próspera clínica e as duas docências lhe davam uma boa situação econômica. Emagrecia gordas e ricas senhoras da sociedade local e, ao mesmo tempo, pensava no problema da fome da maioria. Conseguiu, rapidamente, o prestígio que sempre almejara graças à clínica particular; ao mesmo tempo, publicava uma série de contos sobre a triste realidade da população dos mangues recifenses[75]. Entre estes, o *Ciclo do Caranguejo*, que lhe custou a pecha de subversivo[76]. Aos poucos, o vaidoso e bem sucedido médico foi ampliando a sua cota de adversários. Problemas pessoais, polêmicas de seus escritos, piora na saúde, aliados a outros motivos não revelados, fizeram com que resolvesse retornar à capital federal. No Rio de Janeiro, já casado, teve um difícil recomeço. As dificuldades financeiras o fizeram realizar diversas atividades para se manter. Clinicava[77], dava aulas e escrevia – principalmente contos – em diversos jornais e revistas.

Em 1935, escreveu **Alimentação e Raça**, no qual chamou à atenção para a ignorância popular, inclusive dos ricos, em matéria de alimentação e de como isto contribuía para piorar as condições nutricionais. O objetivo foi despertar a população sobre o valor da boa alimentação e ensiná-la a obter uma *alimentação racional*. Na primeira parte – o texto foi dividido em duas partes – enfatizou os distúrbios decorrentes da carência de elementos nutricionais básicos, retomando a temática de *O problema da alimentação no Brasil*, e procurou desmistificar algumas crenças consideradas, por ele, incorretas, como o consumo de carne vermelha, afirmando ser falso o argumento de que as pessoas que as ingeriam tornavam-se "*mais belicosas e irritáveis*". Exemplos de diferenças alimentares entre os povos e os condicionamentos sociais e econômicos que levavam parte significativa de nossa população a sofrer carências alimentares, foram elencados. Combateu teses racistas, chamou a atenção para o raquitismo no Brasil, um país no qual o Sol constante era mal aproveitado por pais que *empacotavam* com peças de vestuário as crianças, e era mal utilizado pelos que habitavam os cortiços sombrios ou porões úmidos de casas ricas.

Questões naturais, culturais e sociais (principalmente o poder aquisitivo da população) já eram entrelaçadas na busca de uma compreensão mais globalizante do

---

[74] Mas, às vezes, em análises da sociedade, suas posições se aproximavam de um organicismo. Por exemplo: explicava os índices de natalidade com base num princípio de biologia, a teleonomia, "*que é a propriedade que têm todos os sistemas vivos de desempenharem as suas funções num ritmo e dinâmica que favoreçam ao máximo a sobrevivência do indivíduo e, sobretudo, da espécie.* [...] *Sempre que uma espécie está ameaçada de morte, aumenta a sua capacidade reprodutiva,...* [...]. *Só nos tempos das grandes secas na China, o bambu floresce estupendamente* [...] *para preservar a espécie ameaçada.* [...] *Os altos coeficientes de natalidade dos países subdesenvolvidos obedecem à mesma lei biológica*:...". (Castro, 1983, p. 34) Se as estruturas econômicas mudarem, se a alimentação for adequada, *"veremos a natureza agir 'teleonicamente', fazendo baixar os coeficientes de natalidade, como baixaram* [...] *em todas as áreas de alto nível de vida*: ..." (Ibidem, p. 35). Foi raro, mas isto também ocorreu em *Geopolítica da Fome* (1968, p. 238).

[75] Apesar de, na época, ser costumeiro comer caranguejo, Josué de Castro não o consumia.

[76] Publicado em jornal, integrou o livro *Documentário do Nordeste*, produzido em 1937. Foi mantido na nova e modificada edição (Castro, 1957**a**, p. 25-28) e citado integralmente em *Sete palmos de terra e um caixão* (Castro, 1967**a**, p. 161-163).

[77] Manteve seu consultório no Rio de Janeiro, como clínico e especialista em doenças relacionadas à nutrição, até 1955.

fenômeno da alimentação e de proposição de soluções. Na segunda parte, foram incluídos diversos ensaios sobre as condições de vida dos operários do Nordeste, alimentação e aclimatação (sobre a adaptação do homem ao clima quente e o papel da técnica), alimentação e escola (sobre o que poderia ser feito em relação à merenda escolar, com base no que conheceu na Argentina), alimentação e cultura física, e condições do trabalhador rural, onde também lamentou a falta de fiscalização e a ausência de estatísticas.

Em 1936, publicou o ensaio **O problema dos mocambos**[78], no qual analisava estas habitações improvisadas. O interessante do mesmo foi o fato de examinar causas do êxodo rural e de problemas derivados da inchação urbana quando isto não era ainda nem objeto de estudo e nem colocado como um dos graves problemas nacionais. A inexistência de estudos sobre o tema dificultava, disse ele, a proposição de soluções adequadas pois era necessário um conhecimento integral, que somente poderia ser adquirido através de pesquisas sociais. Sem isto, poder-se-ia somente formular algumas hipóteses. Contudo, não tinha dúvidas de que uma das causas diretas da miséria urbana da capital pernambucana era "*o estado de miséria rural condicionado pelo latifundismo da cana de açúcar.*" Os baixos salários, a ausência de opções de trabalho em razão da existência de uma única fonte de produção econômica e outros fatores, provocavam o deslocamento para Recife. A este contingente eram acrescidos os retirantes do Sertão. Dadas às suas condições, raramente conseguiam ganhar um salário que lhes permitisse sair dos mangues.

Era excepcional acontecer o deslocamento de moradores de casas de telhas para os mocambos[79] ou vice-versa. O que sucedia nos mangues, quando se melhorava um pouco o padrão de vida, eram retoques ou modificações parciais no mocambo; entre estas mudanças, estava a troca da cobertura de palha por uma de zinco, uma substituição que piorava por ser o zinco um ótimo transmissor de calor, fazendo da habitação uma verdadeira estufa. Outro aspecto interessante do texto foi a demonstração de que, em sua expressão mais elementar, o mocambo era habitável, com razoáveis qualidades higiênicas, fruto de experiências anteriores da população rural regional. Descreveu a sua construção, suas paredes de taipa e escreveu que a disposição das mesmas condicionava

> "*a existência na parte superior dos dois frontões, de duas largas aberturas triangulares, por onde se processam predominantemente a iluminação e principalmente a aeração, no mais primitivo tipo de 'crossing ventilation', lavando o interior com a fresca brisa do Nordeste.*" (Castro, 1957**a**, p. 72)

Além disso, a cobertura de palha ou capim se constituía em um eficiente "*meio de defesa contra o excesso de calor*". Daí ser mais confortável que as residências de tipo europeu, geminadas, pequenas, forradas no teto e sem luz. O que desgraçava o mocambo era o local onde o mesmo era edificado, na região baixa e úmida dos mangues, zona "*de lama, de mosquitos e de caranguejos. Única zona urbana que, inadaptável a qualquer produção mais rendosa, é explorada no plantio da vegetação proletária dos mocambos.*" (Ibidem, p. 73/74)

Também em 1936, foi convidado para ser o responsável pela cátedra de Antropologia na recém-criada Universidade do Distrito Federal. No Rio de Janeiro, passou a realizar

---

[78] Publicado em jornal e depois incorporado ao livro *Documentário do Nordeste*, de 1957 (Castro, 1957**a**, p. 69-74). Andrade fez a seguinte observação: "*Ao analisar a alimentação da população pobre, participou de discussões sobre a funcionalidade dos mocambos, debate de que também participou Gilberto Freire e que inspirou a política habitacional do governo Agamenon Magalhães (1937-45).*" (Andrade, 1995, p. 115)

[79] Das casas de alvenaria para as favelas acabou sendo um movimento comum, nas grandes metrópoles brasileiras, somente a partir da década de 1980.

> "*pesquisas bio-químicas que constituiriam o embrião do futuro Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, por ele idealizado e concretizado. Tais estudos levaram-no ainda, ao seu primeiro contato com a Europa, tendo estagiado em 1938, no Instituto Bioquímico de Roma e dado cursos nas Universidades de Roma, Nápoles e Gênova. Dessa experiência resultou a publicação, em 1939, do estudo 'Alimentazione e Acclimatazione Umana nei Tropici'.*" (Linhares, 2.000, p. 32)

Ainda em 1936, foi membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, criada pelo Departamento Nacional de Saúde. Mais tarde, organizou e foi o primeiro diretor (1939-41) do Serviço Central de Alimentação – que se transformou (1940) no SAPS: Serviço de Alimentação da Previdência Social –, que foi instituído com o intuito de propiciar aos trabalhadores uma comida balanceada e a preços módicos[80]. Presidiu (1942-44) a Sociedade Brasileira de Alimentação, chefiou o Departamento Técnico de Alimentação da Coordenação de Mobilização Econômica e estudou, a partir de convites oficiais, problemas referentes à alimentação em diversos países, como Argentina (1942), EUA (1943), República Dominicana (1945), México (1945) e França (1947).

Em 1937, fez uma incursão na literatura infantil, em companhia de Cecília Meireles (1901-1964), mas relativa ao tema de sua vida: a alimentação. Acreditando que o tipo de alimentação do indivíduo resultava de hábitos que dificilmente se modificavam na vida adulta, que geralmente se comia o que se aprendeu a gostar – e não, necessariamente, o que se devia –, e que a influência da ciência no meio de vida era de baixa eficácia, realizaram um livro objetivando "*apenas apresentar à criança os elementos essenciais, imprescindíveis a uma alimentação completa e harmônica, estimulando-lhe a simpatia por certos elementos insubstituíveis,* …" (Meireles e Castro, 1996, p. 5). Esta era a intenção de **A festa das letras**[81]; entretanto, para nós, pouco induzia a respeito de novos hábitos alimentares. Em ordem alfabética, iniciava com uma brincadeira com a própria letra e algumas práticas higiênicas, cujos nomes se iniciavam com a respectiva letra. Isto poderia ajudar no processo de alfabetização, até porque o texto é bem escrito, com algumas rimas interessantes. Mas pouco falava sobre as conseqüências dos inadequados hábitos alimentares[82].

Em 1937, veio a lume o livro **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana**[83], no qual disse procurar não mais tratar o problema da alimentação "*em seus*

---

[80] Em julho de 1943, conforme dados do MTIC (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), estavam em funcionamento 35 restaurantes populares no Rio de Janeiro e pensava-se na sua expansão para outros centros, especialmente São Paulo. (Paranhos, 1999, p. 195) De acordo com a mesma fonte, os postos de subsistência em operação na capital da República totalizavam 14 unidades. A partir destas iniciativas – "*que marcam uma ação mais sistemática do Estado frente ao problema alimentar* " (Magalhães, 1997, p. 45) – diversas instituições foram criadas : Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA, 1940), Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN, 1943), Instituto Técnico de Alimentação (ITA, 1944), Comissão Nacional de Alimentação (CNA, 1945) e Instituto Nacional de Nutrição (INN, 1946). Alguns destes órgãos – Castro considerava o governo como o implementador das medidas necessárias para a resolução do problema alimentar no país – iam de encontro a muitas de suas propostas. "*Além disso, estes órgãos buscam, em alguma medida, formular propostas para uma política nacional de alimentação. Através do STAN, por exemplo, Josué de Castro e um grupo de nutrólogos lançam a primeira publicação periódica sobre nutrição no País: os Arquivos Brasileiros de Nutrição.* [...] *O STAN, vinculado à Coordenação de Mobilização Econômica criada em 1942, foi um espaço importante para o escritor, na medida em que incorpora também a perspectiva de ampliar a produção industrial de alimentos.*" (Magalhães, 1977, p. 46)

[81] Lançado pela Livraria do Globo, de Porto Alegre (RS), como o primeiro volume da série Alimentação. A edição por nós citada é, praticamente, facsimilada, com as mesmas ilustrações e com atualizações ortográficas.

[82] Para ser mais didático, precisava ter sugestões da série escolar a ser utilizada e de como trabalhar o texto. Abria possibilidades de comentários por parte do professor mas ficou aquém de nossas expectativas.

[83] O livro foi dividido em três capítulos: I- Estudo fisiológico da alimentação no Brasil; II- Estudo antropo-social da alimentação no Brasil; e III- Estudo higiênico da alimentação – padrão dietético brasileiro. Possuía Introdução mas não Conclusão destacada.

*aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra.*" (Castro, 1937, p. 13) Na introdução, mostrou a situação das pesquisas sobre alimentação em diversos países – no Brasil, só iniciando –, que o assunto era um problema de várias ciências (entre elas, não colocou a Geografia), que para se estabelecer uma dieta racional fundada em princípios científicos eram precisos

> "*de um lado, estudos aprofundados da fisiologia da nutrição, dos caracteres físicos e morais do povo dessa região, de sua evolução demográfica, de sua capacidade e resistência orgânicas e de outro lado, estudo das condições físicas do meio, das suas condições econômicas, da organização social e dos gêneros de vida*" (Castro, 1937, p. 22-23),

e que, pelos objetivos propostos, o único método eficaz de análise da questão era o geográfico. Não que seu trabalho fosse uma monografia geográfica e sim que, pelo menos, "*foi orientado sob a inspiração do espírito geográfico*". Segundo ele, um dos motivos pelos quais o problema alimentar ainda estava para ser solucionado decorria da falta de aplicação do método geográfico ao seu estudo, o que levava os interessados pela questão a estudar aspectos parciais, "*projetando uma visão unilateral do problema*".

> "*Só a geografia, que considera a terra*[84] *como um todo, e que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a sua localização, extensão, coordenação e causalidade, — pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como um fenômeno ligado, através de influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho. Dentro deste sentido da unidade terrestre,* ..." (Castro, 1937, p. 25-26).

Em seguida, citou os princípios geográficos de extensão, de Friedrich Ratzel (1844-1904), de analogia ou coordenação geográfica, de Carl Ritter (1779-1859)[85], de causalidade, de Alexander von Humboldt (1769-1859), e o da conexidade, de Vidal de La Blache (1845-1918). Em seguida, disse definir a geografia como Emmanuel de Martonne (1873-1955) – "*a ciência dos fenômenos físicos, biológicos e sociais, encarados em sua distribuição na superfície do globo, suas causas e relações recíprocas*" – e que iria estudar geograficamente o problema da alimentação. Reafirmou que o estudo da nutrição precisava ser de acordo com as condições clímato-botânicas e a organização econômico-social, ou seja, do "*complexo ambiente cultural – o meio e o homem*", pois também deveria levar em consideração os hábitos dos moradores[86].

O primeiro capítulo[87] se caracterizou pelo "*estudo fisiológico da alimentação no Brasil*", mais completo que o anterior (Castro, [1933]), com destaque para a lei da conservação da energia, e com conceitos que ajudam a explicar sua posterior atração

---

[84] Normalmente utilizava *terra* em letras minúsculas, mesmo quando se referia ao planeta.

[85] "*... e recentemente apreendido com talento por Vidal de La Blache, quando afirmou 'que nenhuma parte da terra leva em si a sua explicação'*." (Castro, 1937, p. 26)

[86] Por exemplo: analisando os sais minerais, colocou fatores culturais que tornavam a alimentação mais carentes deles, como o desprezo pelo uso das cascas da maioria das frutas e dos cereais (as cascas seriam ricas em sais) e a *cocção* (cozimento) utilizada que fazia com que os sais abandonassem os alimentos passando à água, sendo esta, muitas vezes, desprezada (Castro, 1937, p. 82-83).

[87] O texto deste capítulo teve como base as experiências relatadas em *O problema da alimentação no Brasil* [1933], com uma presença significativa de gráficos e tabelas (apesar da ocorrência de um ou outro erro, como em um gráfico à p. 54, com medidas de umidade relativa em graus). Colocou, baseando-se em experimentos, os conceitos de temperatura sensível e temperatura efetiva; entretanto, repetiu a *definição* de Euclides da Cunha citada em livro anterior (Castro, [1933], p. 49) e já comentada por nós. O texto é bastante específico, com base em experimentações e procurando encontrar padrões brasileiros.

pela ecologia. Continuou insistindo que o chamado *padrão universal* do metabolismo de base era dos climas temperados e frios mas não dos quentes (e provando que o *calor seco* era mais suportável para os seres vivos do que o *calor úmido*), que as médias térmicas deveriam ser vistas com cuidado e sem isolá-las de outros elementos climáticos, e que as leis que explicavam o mecanismo da ação do clima sobre as plantas não eram, necessariamente, válidas para os seres humanos. Estabeleceu como padrão para o brasileiro adulto, do sexo masculino, a necessidade de 2.800 calorias diárias e colocou a porcentagem deste padrão relativa às mulheres e às outras faixas etárias. Realçou a necessidade de se retomar o histórico do conhecimento sobre as vitaminas e já levantava as avitaminoses, demonstrando a importância de uma alimentação global.

A primeira parte do capítulo seguinte foi sobre o *meio geográfico* e, já no início, se notou a influência da Escola Regional Francesa:

> "*O grande geógrafo francês Vidal de La Blache, o chefe da escola possibilista, que reagiu contra o cego determinismo geográfico da escola de Ratzel, afirmou com segurança que, das relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é exatamente a que transparece quando se estudam os meios de nutrição.*" (Castro, 1937, p. 109)

Enquanto vestuários e armas eram mais sujeitos a influências das trocas comerciais, o regime alimentar era mais vinculado ao meio natural e, por isto, deduziu que era através da alimentação que se processava "*com mais intensidade a ação do meio natural sobre a vida humana, em suas várias manifestações.*" (Ibidem) Escreveu um breve histórico do determinismo fisiográfico, afirmou que a moderna geografia havia deixado de ser "*a simples descrição da terra para ser a ciência da terra*" e valorizou a técnica como a forma de adaptar o meio "*às possibilidades do homem*".

Na segunda parte deste capítulo (*A alimentação na formação e evolução social brasileiras*), utilizou constantemente o termo *gênero de vida* e combateu de modo veemente o racismo e o determinismo fisiográfico, que cognominou de preconceitos arcaicos[88]. Demonstrou que males que atacavam o nosso povo existiam em outras latitudes e em áreas onde não ocorreram mestiçagens com a raça negra, considerada pelos racistas como inferior. Para ele, a degenerescência do povo era o resultado da organização econômico-social, mais um mal de fome que de raça, e que era impossível se admitir a pureza racial de um povo pois não havia "*mais povos formados de uma só raça*" e que – em uma crítica ao nazismo – tinham sido destruídas as "*lendas nacionalistas do arianismo puro e superior*". Também fez referências aos povos incluídos na chamada raça amarela, tanto em relação à estatura quanto à inteligência. E tudo isto em 1937.

Quanto ao clima, disse que o quente não era nem mais nem menos adequado que o frio, e que se quiséssemos tomar algum partido, com base na ciência, o mais apto seria o tropical; o homem era um animal de climas quentes que, progressivamente, se adaptou a outros tipos de climas. Citou diversas civilizações – asiáticas, africanas e americanas – de destaque em áreas tropicais, para provar que somente naquele momento histórico a primazia cabia às áreas temperadas. Entre as razões do preconceito, citou o fato de povos nórdicos em áreas tropicais permanecerem com os seus hábitos, opostos aos indicados para aquelas regiões – em vez de aprenderem com os nativos –, "*querendo enfim viver nos trópicos numa atmosfera cultural européia*" (Ibidem, p. 123).

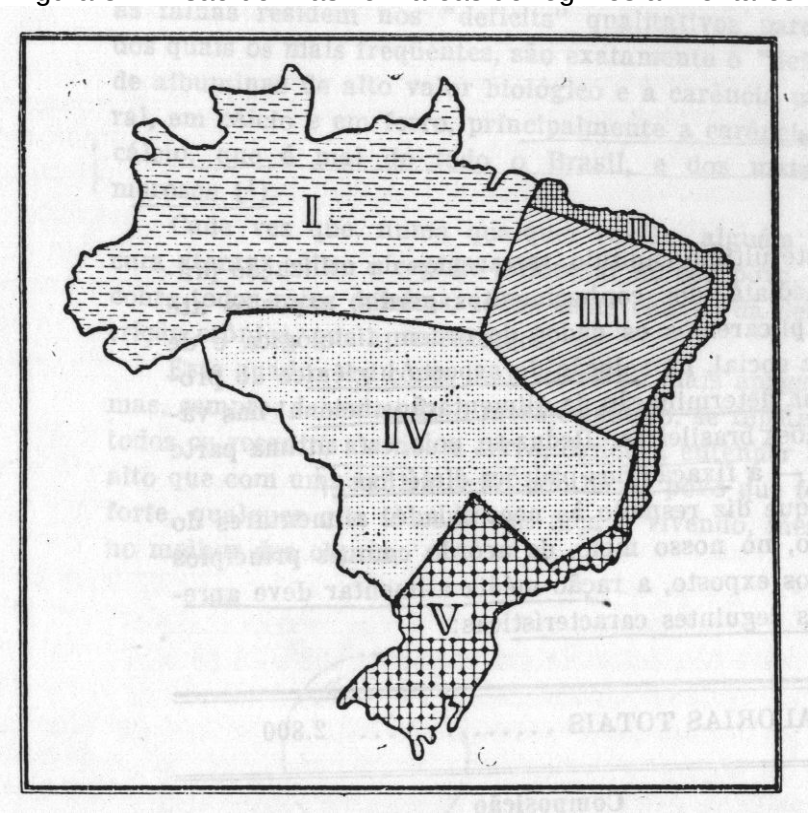
---

[88] Citou diversos racistas como Gobineau (1816-1882), Ellsworth Huntington, Ellen Semple e outros. Somente estranhamos a inclusão de Oliveira Viana (1883-1951) como um dos brasileiros que se opunham a estes preconceitos (Castro, 1937, p. 115). A crítica direta ao racismo e ao determinismo fisiográfico se encontram da p. 109 à 125.

Em seguida, tratou das falhas da alimentação nacional e de suas conseqüências, incluiu os dados do inquérito realizado por uma comissão por ele chefiada, em 1934, sobre as condições alimentares das classes operárias de Recife (PE)[89], e os relacionou com inquéritos realizados, por outras equipes, em São Paulo. Terminou condenando a monocultura de cana-de-açúcar no Nordeste como "*a mais dissolvente das espécies de monocultura*", uma planta que veio de fora para subverter o equilíbrio agrícola local e que "*arrastou as populações desta região a uma verdadeira miséria alimentar.*" (Ibidem, p. 143-144) Um dos objetivos do capítulo – e do livro – foi o de mostrar que problemas de nanismo, de falta de disposição para o trabalho e outros, resultavam da fome, da alimentação inadequada; e em suas análises houve uma grande valorização dos aspectos culturais.

O terceiro e último capítulo foi uma tentativa de fixar padrões dietéticos para os brasileiros. Estabeleceu um total de calorias e o que os alimentos deveriam conter, sem necessidade de dividir o país em zonas quanto às necessidades alimentares específicas; o zoneamento impunha-se quanto às substâncias usadas como alimentos e o padrão deveria se aproximar ao máximo do regime usual do povo. Antecipando o que irá fazer em *Geografia da fome*, dividiu o país em cinco zonas e fez uma análise crítica – propondo um regime alimentar específico – de cada uma delas. As regiões foram: I- Zona Norte; II- Zona da Mata do Nordeste; III- Zona do Sertão do Nordeste; IV- Zona do Centro; V- Zona do Sul. Não incluiu o trigo na construção dos padrões dietéticos por ser ele um produto importado, que drenava para o exterior reservas econômicas nacionais e que deveria "*o mais possível ser substituído na nossa alimentação, por similares nacionais.*" (Ibidem, p. 158) A colocação da figura, a seguir, serve para demonstrar que a divisão do país em regiões alimentares foi feita em 1937, quase um decênio antes de *Geografia da fome*.

Figura 8. Divisão do Brasil em áreas de regimes alimentares




[89] O inquérito abrangeu 500 famílias, dando um total de 2.585 pessoas. Seus principais resultados estão em: Castro, 1937, p. 136-139.

Fonte: Castro, *A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana*,1937, p.148.
Organizado como no original

Em todos os regimes, com exceção daquele da região II, havia um ligeiro excesso de sais, mas não o considerava prejudicial pois podia não expressar a realidade, em razão dos cálculos serem baseados em porcentagens de sais em alimentos produzidos nos EUA, por não possuirmos estudos destes valores no Brasil. Além disto, os nossos alimentos eram "*muito pobres em sais, principalmente nos de cálcio, porque é este o elemento escasso nos nossos solos e nas nossas águas.*" (Ibidem, p.160) Não incluiu, em suas propostas de regime, ovos e queijo porque, apesar do grande valor nutritivo, possuíam preços elevados e o seu objetivo não era traçar regimes ótimos e sim regimes básicos e adequados à situação econômica. Pela mesma razão, não deu destaque à vitamina D porque, entre nós, sua verdadeira fonte era a luz solar.

Avançou por interpretações demográficas que julgamos perigosas ou inadequadas. Para ele, nossos índices de nascimento eram ótimos; a lamentar, o sacrifício deste *grande capital* por "*uma fortíssima mortalidade infantil e uma elevada mortalidade global. Estudando a evolução demográfica dos povos, verifica-se que há dois tipos diferentes: o econômico e o anti-econômico.*" (Castro, 1937, p.161) No primeiro, havia baixa taxa de natalidade e índice moderado de mortalidade; no segundo, ambos eram elevados. Pertenciam ao tipo econômico "*os países de formação social antiga*" e ao anti-econômico os "*ainda em formação no seu estado primário de evolução demográfica.*" Para reconhecê-los, propôs a análise da forma da pirâmide etária. O Brasil figurava entre os países de tipo anti-econômico, porque revelava "*bons índices de natalidade e portanto nenhum sinal de falta de vitamina E, vitamina da reprodução.*" (Ibidem, p.162) Este raciocínio nos permitiria inferir que todos os países subdesenvolvidos eram ricos em vitamina E, e os países que classificou como *maduros*, a exemplo da França, eram carentes da mesma, raciocínio que não se sustenta. Nesta sua primeira abordagem a respeito de pirâmides etárias – que fará de modo melhor posteriormente –, se esqueceu de que existem fatores históricos que as explicam e que não existe uma *evolução* que dê a situações semelhantes causas idênticas. Encerrou o livro lamentando as dificuldades de se precisar, de modo definitivo, os vários aspectos deste assunto pela falta de dados de natureza estatística.

Observa-se, nesta obra,

> "*o movimento no sentido de aprofundar a interação homem-meio ambiente. Esta perspectiva, expressa nas relações entre clima, temperatura e necessidades nutricionais, nem sempre acompanharia os estudos na área de nutrição no Brasil. Ao contrário, tornar-se-ia bastante freqüente a utilização de padrões americanos e europeus para avaliar a adequação da alimentação brasileira.*" (Magalhães, 1997, p. 36)

O estabelecimento de regimes mínimos ajudou a consolidar "*uma visão da alimentação como algo capaz de influir no processo de reconstrução da nação*" (Ibidem, p. 37) e propôs vias concretas para modificar o quadro alimentar do país. "*No final da década e início dos anos 40, a questão alimentar ganha definitivamente espaço nas políticas públicas e são criadas* [sic] *uma série de instituições voltadas para o tratamento do problema.*" (Ibidem) As pesquisas e inquéritos realizados, por Josué de Castro e por outros grupos e/ou instituições, qualificando o padrão alimentar e os orçamentos familiares, contribuíram para a fixação do salário-mínimo, embora este estabelecesse somente uma remuneração capaz de reproduzir a força de trabalho. Estes estudos transformaram a postura do Estado frente à questão nutricional e, ao estabelecerem padrões mínimos para a reprodução da força de trabalho, não provocavam grandes conflitos com o Estado por possuírem uma certa afinidade com as pretensões do mesmo.

Neste, e em outros ensaios, sempre citou, com destaque, Vidal de La Blache[90] e limitou as posições de Ratzel a um determinismo tosco[91]. Entretanto, como escreveu Robert de Moraes,

> "*Ratzel foi um crítico do determinismo simplista, o qual em sua opinião prestou um desserviço à geografia ao tentar explicar de imediato – e por uma via especulativa, sem base empírica – a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade. Ele chegou a tecer críticas contundentes à idéia 'obscura' de ser o homem 'um produto do meio'.* [...] *A sua visão do condicionamento dos elementos ambientais sobre o homem e a sociedade é bem mais rica e mediatizada.*" (Ratzel, 1990, p. 10)

Ou, como disse outro autor:

> "*Ratzel não recorreu apenas às influências ambientais, mas igualmente, ou mais ainda, aos fatores histórico-culturais. Num de seus ensaios ressalta a grande significação do fator cultural, declarando: 'Eu talvez pudesse compreender a Nova Inglaterra sem conhecer a terra, mas nunca sem conhecer os imigrantes puritanos'.*" (Broek, 1972, p. 30)

Segundo Josué de Castro (1957**a**), La Blache afirmou que, das relações que ligavam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes transparecia quando se estudavam os meios de nutrição. No artigo *Os preconceitos de raça e de clima* (Castro, 1957**a**, p. 131-152)[92], por exemplo, procurou fazer um histórico do determinismo fisiográfico, desde Hipócrates (460-377 a.C.), passando por diversos filósofos e pensadores iluministas, para elogiar as concepções de Vidal de la Blache. Ressalvou, entretanto, que o homem, mesmo armado de técnica, não escapava totalmente da ação do meio natural. "*Escapa à sua ação direta imediata, à ação dos seus fatores meteorológicos; mas resta subjugado à sua ação indireta, que se faz sentir, principalmente, através do mundo botânico.*" (Castro, 1957**a**, p. 139)

O que se notou foi que o autor foi se afastando de posturas iniciais próximas ao positivismo e ao evolucionismo e, cada vez mais, incorporando temas e explicações do campo das ciências sociais, fato que pode ter em suas atividades de docência em Antropologia e Geografia Humana uma das explicações. A influência da escola francesa se, por um lado, influenciou sua abordagem nas primeiras obras, por outro será, mais tarde, um obstáculo, até por ela ser uma escola refratária a novas teorizações. Na Geografia encontrou o método de análise para uma apreensão mais global da fome, para u'a maior aproximação entre o biológico e o social. Posteriormente, se afastou da Geografia mas, as limitações para o seu trabalho, derivaram muito mais da escola adotada do que da incapacidade da ciência geográfica em ajudar a explicar os temas por ele abordados. Além de outros aspectos – que abordaremos posteriormente –, a forte perspectiva regional da escola lablacheana pode ter sido um fator impedidor para quem buscava uma visão e compreensão da fome como fenômeno mundial. Ou seja, ele não precisava abandonar a Geografia para suas análises mais abrangentes; a insuficiência não era dela mas da escola à qual ele se apegou. Mesmo nesta, se se aproximasse mais de seu colega Max. Sorre (1880-

---

[90] O francês Paul Vidal de la Blache (1845-1918) foi o principal formulador da Escola Regional Francesa; para ele, o objetivo da Geografia era observar as relações mútuas entre o homem e o ambiente natural, não sendo seu objetivo estabelecer relações causais e nem criar leis gerais sobre as relações homem-natureza. A função da Geografia era descrever as diferentes partes da superfície da Terra e, a partir delas, elaborar comparações e classificações. Acabou marginalizando, na Geografia, as preocupações teóricas mais globalizadoras; e o estudo monográfico dos gêneros de vida levou a uma visão estática da sociedade e ao abandono, na análise, da categoria classe social.

[91] A citação de frases isoladas de seu contexto pode levar a análises simplificadoras. A frase "*..., segundo os climas em que vivem, os diferentes grupos humanos subscrevem as suas necessidades orgânicas.*" pode ser atribuída a um determinista e foi escrita por Castro logo após falar do *cego determinismo* de Ratzel (Castro, 1957**a**, p. 133).

[92] Que será retomado posteriormente.

1962) poderia ter caminhado em direção a uma visão mais ecológica sem cair na Ecologia.

Em 1938, publicou pela primeira vez e sob o patrocínio da empresa Nestlé, o ensaio **Fisiologia dos Tabus**[93], no qual fez um estudo não específico do tema alimentação que podemos rotular de *psicológico*. Discorreu sobre a origem do termo *tabu*, com uma visão mais fisiológica do que cultural, sobre a dificuldade de traduzi-lo, buscando em diversos autores a explicação de seu mecanismo, com destaque inicial para o pai da psicanálise, o austríaco Sigmund Freud (1856-1939). Como conceito nuclear, definiu tabu como "*uma proibição categórica, sem uma explicação racional*", uma interdição que não foi ordenada por ninguém, sem nenhum fundamento e que, em determinados momentos, desde que se executassem manobras compensadoras, podia ser suspensa. A interpretação freudiana, para ele, era incompleta e poderia ser melhorada com a teoria dos reflexos condicionados do russo Ivan P. Pavlov (1849-1936). Explicou os reflexos condicionados e as leis que os regiam, para definir fisiologicamente os tabus como produtos de reflexos condicionados, nos quais "*o objeto do 'tabu' desempenha o papel de estímulo condicionado a outro estímulo reflexo, provocador de um reflexo de medo.*" (Castro, 1957**b**, p. 20) Ou seja, a elaboração do tabu era semelhante à de qualquer outro reflexo condicionado; sua concepção, portanto, era fisiológica.

No Brasil, ainda segundo ele, poucos cerimoniais ligados à alimentação eram ligados a interdições totêmicas; entre eles, a proibição de comer manga à noite porque fazia mal, mal que podia ser evitado com a ingestão, logo após, de três goles de água. Melancia colhida à tarde dava sezões (febre intermitente ou periódica), exceto se se enterrasse três pedrinhas de sal, uma a uma, dizendo três vezes os seguintes versos: "*Quando o sol nascer/ e Cristo morrer,/ sezões quero ter.*" A partir daí, fez uma análise da necessidade de se respeitar as fórmulas nos tabus e explicou o porquê de três vezes, como "*um princípio de economia biológica de larga aplicação natural.*" Sempre que o ser vivo era obrigado a repetir, tendia a fixar em três as repetições, pois duas vezes "*não adquire o caráter de repetição finalística, porque se confunde com a repetição fortuita, casual.*" (Ibidem, p. 28) Era a mesma razão que explicaria a grafia das reticências, convencionada universalmente em três pontos. A fixação em três do número de repetições em um cerimonial tabu era da "*lei de economia biológica*". Mas nos parece estar mais para os lados da cabala ou da numerologia do que da biologia.

Para ele, os tabus se ajustavam perfeitamente às leis dos reflexos condicionados, que sua explicação não se contrapunha à de Freud e sim a aprofundava, e que os nossos tabus não eram verdadeiros pois tinham perdido o seu caráter de coisa sagrada ou misteriosa. Depois, listou tabus brasileiros relativos à mistura, com outros alimentos, do álcool (com manga, melancia e farinha)[94], do leite (com manga e álcool – este *talha* o leite – ou que comer casca de queijo faz perder a memória), das frutas (fruta verde dava dor e cana verde provocava corrimento)[95], das verduras, das carnes e outras. Preferimos a explicação que dará mais tarde a certos tabus nordestinos relativos a frutas, como frutos de interdições criadas por proprietários

---

[93] Foi publicado em três edições sucessivas (1938, 1941 e 1954), todas sob o patrocínio da Companhia Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé). Também é o primeiro texto de *Ensaios de Biologia Social* (Castro, 1957**b**, p. 11-38), e foi este que utilizamos. Atualmente, os tabus alimentares não exercem um papel tão significativo, como naquela época, na população brasileira.

[94] Também casos em que o álcool *levantava* o tabu de certos alimentos – anulando sua *ação maléfica* –, como tomar um gole de aguardente após uma feijoada ou uma buchada completas.

[95] Mas já colocando que isto era para evitar o consumo antes da colheita. Citou ainda outras *crendices*: que as frutas depois do meio-dia eram mais perseguidas pelos tabus, que grávidas não deveriam comer frutos gêmeos pois nasceriam dois filhos, que abacaxi era um veneno para menstruadas, laranja era ruim para feridas, coco piorava a tosse e outros. Na seqüência, colocou tabus de verdura e escreveu: "*Da **verdura** só conheço mesmo como interdição o **pepino**, ...*" (Castro, 1957**b**, p. 35; grifos meus).

para garantir os seus pomares, as poucas frutas em um ambiente monocultor (Castro, 1957**d**, p. 139)[96].

Em 1939, foi nomeado professor de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia; neste mesmo ano, foi para a Itália a fim de proferir conferências e retornou com o título de membro do *Comittato Italiano per lo Studio dei Problema della Populazione*. Com o prestígio de quem tinha "*proferido cursos na Europa*", seu sucesso chegou também aos jornais de Recife.

No mesmo ano, publicou, em Milão (Itália), *Alimentazione e aclimatazione umana nei tropici*; com o título reduzido (*Alimentação e aclimatação*), incluiu um artigo em *Ensaios de biologia social* (Castro, 1957**b**, p. 39-44), no qual procurou analisar o processo de adaptação humana aos climas quentes e a importância dos fatores técnicos neste processo. Iniciou escrevendo que o que diferenciava os seres vivos animais e vegetais não era a posse de certos caracteres especiais – pois todos possuíam os caracteres essenciais – e sim a tendência em acentuar alguns deles; a diferença era mais quantitativa do que qualitativa. Assinalando que "*Todos os seres vivos subordinam as suas condições de vida às condições gerais do meio*" (Castro, 1957**b**, p. 39), analisou o processo de aclimatação – definido como adaptação às novas condições climatéricas através de um processo lento e complicado – dos vegetais, dos animais e do homem, que possuía, "*além da técnica específica que lhe advém hereditariamente, uma técnica individual inventiva e criadora* ..." (Ibidem, p. 40). Biologicamente, todos os seres vivos possuiriam a mesma capacidade de adaptação, mas o segredo da ubiqüidade humana estaria mais na adaptação inteligente dos seus hábitos do que na adaptação inconsciente de sua fisiologia.

*Casa, abrigo* (?), *vestuário* seriam processos técnicos de defesa contra a ação mesológica e a análise dos fatores técnicos da aclimatação seriam importantes, naquele momento, porque a "*utilização racional desses fatores pode orientar melhor as nossas correntes migratórias e estabelecer a conduta a seguir, para facilitar aos imigrantes uma adaptação perfeita ao nosso clima tropical.*" (Castro, 1957**b**, p. 41) Partiu de uma crítica a afirmações de que os povos mediterrâneos se aclimatavam com uma certa facilidade nos trópicos e os nórdicos eram inadaptáveis, o que tornava impraticável uma colonização com os últimos nos trópicos devido características étnicas[97]. Escreveu que isto foi um dos maiores erros de observação dos antropólogos do século XIX. Para ele, os

> "*povos mediterrâneos possuíam maior adaptabilidade aos climas tropicais por dominarem melhor o sentido psíquico da aclimatação, aproximando-se do elemento nativo, imitando-lhe os hábitos e apanhando o seu jeito de viver, como lição de experiência adquirida. E também porque já os seus hábitos e gêneros de vida se aproximavam muito mais dos hábitos tropicais do que no caso dos povos nórdicos.*" (Castro, 1957**b**, p. 42)

---

[96] Neste trecho de *Geografia da fome*, citou que o homem do povo do nordeste açucareiro perdera o hábito de comer fruta, considerando-a uma gulodice, como considerava "*folha e verdura comida de lagarta*. *Comida de homem para essa gente é mesmo feijão, carne e farinha.*" (Castro, 1957**d**, p. 139) Citou diversos *tabus* que colocou no ensaio ora analisado, explicou – com base em Pierre Deffontaines – a extinção da produção de vinha na África do Norte como decorrente da expansão islâmica (ou seja, fruto dos preceitos do Alcorão) e, em nota de rodapé, escreveu sobre as *barreiras psicológicas* dos nordestinos quanto a certos produtos de alimentação: "*Não resta dúvida que foram os fundamentos econômicos a mola impulsionadora destes tabus.*" (Ibidem)

[97] O ponto de partida destas afirmações foram estatísticas de colonização na Argélia, feitas em 1855 e 1856, que mostravam que as taxas de natalidade de espanhóis, malteses e italianos eram mais altas e as de mortalidade mais baixas do que as de franceses e, principalmente, alemães (Castro, 1957**b**, p. 42).

Os ibéricos eram os únicos europeus que, nos trópicos, assimilavam inteiramente os hábitos pela imitação aos nativos, enquanto os anglo-saxões insistiam em manter os mesmos hábitos de habitação[98], alimentação e vestuário.

Na *aclimatação técnica* existiam quatro fatores essenciais: habitação, vestuário, alimentação e regime de trabalho. Os dois primeiros tiveram algum resultado pela força da emergência, embora o vestuário tenha tido um processo mais lento e ainda estávamos "*longe de usar as roupas mais propícias ao nosso clima.*" O europeu logo aprendeu a andar quase despido, tanto em casa como no trabalho; mas, para fins sociais, não abandonou o seu vestuário de origem. O mais esquecido dos fatores foi a alimentação, e "*é através da nutrição que o clima atua mais fortemente sobre o elemento humano.*" (Ibidem, p. 44) Através de gerações, cada povo estabeleceu um "*compromisso orgânico*" com sua nutrição, que não podia romper sem que surgissem conseqüências[99]. Finalizou escrevendo estar provado que a aclimatação de um grupo aos climas tropicais não dependia "*primordialmente de qualidades étnicas nem de supostos caracteres antropológicos desse povo, mas sim de seus hábitos e gêneros de vida.*" (Ibidem) Com a utilização científica e racional dos fatores técnicos de aclimatação, qualquer povo poderia adaptar-se aos climas tropicais. Em seus trabalhos, sempre afirmou que as condições ecológicas do Nordeste brasileiro permitiam a aclimatação de qualquer raça[100], desde que fossem adotados hábitos adequados de alimentação, habitação e vestuário, pois o clima da região era salubre.

O magistério de Geografia Humana o fez produzir um livro didático homônimo à disciplina[101], voltado a estudantes da mesma, com uma estrutura que obedecia ao programa oficial. Em entrevista, o geógrafo Orlando Valverde, ex-aluno dele no curso de Geografia naquela universidade, afirmou que sua nomeação ocorreu "*por influência direta de Getúlio Vargas. Josué era amigo de Getúlio e médico particular da família e muito amigo de Alzirinha, a filha de Getúlio.*" (Silva, 1998, p.65)[102] Este fato fez com que Valverde tivesse uma certa antipatia, como ele mesmo afirmou à mesma entrevistadora:

> "[...] *Eu vou lhe dizer com franqueza, eu achava ele brilhante, mas ele ainda estava muito fraco em geografia propriamente* [...]. *Eu sabia que ele era médico em alimentação, mas em outras coisas ele estava apenas começando, como*

---

[98] O colonizador ibérico, construindo "*amplas habitações cercadas de frescas varandas*" foi muito mais eficiente do que os ingleses com seus bangalôs na Índia (Castro, 1957**b**, p. 43). Praticamente, não fez referências ao regime de trabalho.

[99] Os habitantes do sul da Europa, vivendo de uma economia agrícola, possuíam uma alimentação de predominância vegetal, ao passo que os nórdicos (ex.: Suécia e Noruega), de economia pastoril, de predominância animal. Se elementos dos dois grupos viessem ao Brasil e começassem a usar o nosso regime alimentar habitual, onde quase não entra a vitamina D, os mediterrâneos, já acostumados à falta deste elemento, sintetizariam bem, "*às suas custas*", a vitamina D, mas os nórdicos, "*pela falta desse hábito fisiológico*", seriam incapazes de suprir o déficit somente pela ação da luz solar (Castro, 1957**b**, p. 44).

[100] Ver, por exemplo, *Os preconceitos de raça e de clima* (Castro, 1957**a**, p. 131-152).

[101] *Geografia Humana* foi publicado em 1939 (Rio de Janeiro: Livraria do Globo); mais tarde, constituiu a primeira parte de *Ensaios de Geografia Humana* (Castro, 1957**c**), que analisaremos páginas adiante.

[102] Sua clínica no Rio de Janeiro havia crescido muito; nesta época, era a maior na especialidade e ele era auxiliado por quatro assistentes. Com o tempo, passou a clinicar cada vez menos. Não era o médico oficial do presidente mas era, por ele e sua família, tratado com muita consideração. Sua ligação com o poder vai trazer oportunidades e aborrecimentos. Segundo Orlando Valverde, por ter sido indicado por influência de Vargas, era visto na Universidade "*como um populista*" e, várias vezes, Alzira Vargas e amigas foram "*assistir as aulas de Josué de Castro na Faculdade*". (apud Silva, 1998, p. 71) Valverde afirmou que o conheceu em uma das Conferências da AGB, para a qual Josué de Castro tinha sido convidado. Pelas pesquisas que efetuamos, não encontramos menção à alguma conferência na AGB da qual ele tenha sido o expositor; portanto, deve ter participado como *ouvinte*. Valverde disse ainda que conhecia o livro *O problema da alimentação no Brasil*, no qual defendia uma tese que era muito criticada "*porque a amostragem dele era de 18 pessoas somente e era muito pouco para fazer uma generalização.*" (apud Silva, 1998, p.362) A cadeira de Geografia Humana, pela qual, mais tarde, Josué de Castro se responsabilizou, teve como primeiro professor o francês Pierre Deffontaines.

> *outros que foram nomeados diretamente por Getúlio, que nomeou uma porção de gente quando a universidade foi federalizada,* [...] *mas seja como for, o Josué foi nomeado e ele dava as aulas e eu tinha aquela aversão ao Getúlio e você sabe, estudante é muito malvado, eu sentava lá atrás e ficava fazendo perguntas de propósito. E ele era brilhante e ia levando.* [...] *Mas o fato é o seguinte: nós tínhamos uma certa reserva pelo fato dele ser ligado, sabíamos por todos e até pelos jornais, que ele era ligado ao Getúlio, e o Getúlio tinha sido direta ou indiretamente quem liquidou a Universidade do Distrito Federal* [...]." (apud Silva, 1998, p. 363)

Aos poucos, foi assumindo cargos, aulas, conferências, artigos e viagens, uma sobrecarga de trabalho que trouxe alguns problemas de saúde. Quando o Brasil se preparava para participar da II[a] Guerra Mundial, foi nomeado diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional, no qual orientou tentativas de obtenção de carne desidratada, farinhas enriquecidas, biscoito de soja e outras. Neste período, era diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, órgão do qual participou da criação e sempre destacou com orgulho, e que teve um papel significativo na redução da endemia do bócio.

Durante muito tempo, acreditou-se que o bócio fosse de natureza contagiante e infectuosa; por influência do paradigma dominante, pasteuriano e bacteriológico, a teoria microbiana predominava, apesar de nenhum germe ou vírus capaz de provocar a doença tivesse sido isolado[103]. Josué de Castro foi um dos que procuravam provar que sua origem era carencial, que derivava da falta de iodo nos alimentos e que este era um elemento importante no funcionamento da glândula tireóide. Além de argumentos relativos a experiências em ratos e em pessoas e em pesquisas médicas específicas, a equipe que ele integrava utilizou como argumento a análise da distribuição geográfica do bócio endêmico, verificando que ocorria em áreas

> "*encravadas no centro das massas continentais, distantes da costa e com condições, tanto geológicas como climáticas, desfavoráveis à existência de suficientes reservas de iodo no meio natural.* [...] ... *sua distribuição continental é muito irregular, havendo tipos de solos, como os ácidos, onde os sais iodados são rapidamente decompostos ou solubilizados e arrastados pelas lavagens da região. A natureza química das rochas básicas, o fator continentalismo, o fenômeno lavagem e erosão do solo fazem variar intensamente o teor de iodo regional, ...*" (Castro, 1957**b**, p. 80 e 81).

Após a análise de experiências e exposição de argumentos, apresentou uma profilaxia do bócio-cretínico, estabeleceu a dose mínima de iodo necessária ao combate e, dada a dificuldade do uso abundante de alimentos marinhos em regiões distantes do mar, propôs o enriquecimento artificial do sal de cozinha. Além disto, a partir de ensaios realizados no Instituto Nacional de Nutrição, ofereceu a técnica de iodetação do sal. Os esforços resultaram em uma portaria do governo federal, em 1944, instituindo a iodetação obrigatória do sal de cozinha a ser consumido nas regiões bociógenas brasileiras. O Instituto do Sal, responsável pelo cumprimento da referida portaria, conseguiu a revogação da mesma[104]. Felizmente, após alguns anos e muitas vidas, a obrigatoriedade (e para todo o território nacional) da iodetação do sal passou a ser cumprida.

---

[103] A visão de que esta doença era provocada, essencialmente, pela agressão de uma toxina ou de um agente microbiano externo ao organismo, foi um paradigma que demorou a ser combatido. Desde o século XVIII já se havia estabelecido a relação entre o escorbuto e a carência de frutas cítricas, mas o reconhecimento científico, a respeito do surgimento de patologias em razão da falta de uma substância no corpo, só ocorreu a partir da segunda década do século XX.

[104] Publicou-se uma portaria, em 1944, obrigando a dose de 10 miligramas de iodo por quilograma de sal nas áreas do Brasil Central, a partir de 1º de janeiro de 1945. O Instituto do Sal conseguiu, primeiramente, prorrogar o prazo limite e, depois, a revogação da portaria.

Também realizou, como já vimos, estudos sobre os tabus alimentares do Nordeste, sobre o valor nutritivo da mistura de milho e leite[105] e a respeito de doenças agravadas pela carência alimentar como, por exemplo, a chamada *anemia tropical*. Neste assunto, já levantava um aspecto importante: não era decorrente de supostas inferioridades raciais e nem das condições ecológicas tropicais. Assim, demonstrou que não era *tropical* e sim de carência férrica, que o rótulo aplicado fez com que a ciência européia – e a nativa – se desinteressasse pelo assunto e que isso era útil para as metrópoles, "*pois transferia-se comodamente aos fatores naturais, a responsabilidade pela miséria biológica daquelas populações que seu impiedoso sistema de exploração estava a agravar.*" (Castro 1957**b**, p. 71) Também que, na verdade, era "*um problema mais de Medicina Social do que propriamente de Medicina Tropical.*" (Ibidem, p. 74)

Produziu estudos no interior do Instituto de Nutrição sobre o valor nutritivo das plantas xerófilas do Sertão Nordestino – com destaque para algumas que não eram consideradas como alimentares –, procurando demonstrar que poderiam ser utilizadas para matar a fome por ocasião das secas[106]. Através de análises químicas, procurou demonstrar que a afirmação da toxidez de alguns produtos, como a farinha de macambira e a de mucunã, era improcedente. Entretanto, suas afirmações, principalmente as relativas à mucunã, provocaram reações contrárias e debates na imprensa, situação que ficou conhecida como *O caso mucunã*. A equipe coordenada por ele empreendeu outras pesquisas, com novas análises laboratoriais e experiências com ratos, e manteve a posição anterior[107].

A mucunã, considerada uma planta brava – planta que possui um certo teor tóxico e necessita de cuidados especiais para ser usada como alimento –

> "*alimentou durante um ano as páginas dos principais jornais de Pernambuco, ora com matérias dos opositores a lhe acusarem de 'charlatão', 'perigoso', 'aproveitador', ora dos amigos a lhe defenderem e acusarem os detratores, entre os quais destacavam-se os nomes de: Aderbal Jurema, Oswaldo de Lima e Nelson Chaves*." (Silva, 1998, p. 111)

Em sua crítica ao livro *Geopolítica da fome*, o udenista Carlos Lacerda (1914-1977) também se referiu ao fato de ele ter recomendado, como alimento, uma planta que era considerada tóxica e que o mesmo nunca se defendera do fato de ter feito esta perigosa indicação. Em discurso na Câmara dos Deputados, lembrou que reestudara o assunto e publicara um outro artigo sobre o assunto, no qual reafirmava não ser tóxica esta planta[108]. Inimigos políticos locais o acusaram, diversas vezes, de ter se enriquecido graças a fome alheia, de ser um "*turista intelectual*", de impostor ou de mentiroso.

Participou também de uma pesquisa a respeito da freqüência de cáries dentárias em um grupo de menores de idade, mais ou menos homogêneos em suas precárias condições sócio-econômicas[109]. Foram analisadas 312 crianças, de ambos os sexos,

---

[105] Ver Castro, 1957**b**: sobre os tabus, p. 11-38; sobre a mistura milho e leite, p. 55-68.

[106] CASTRO, J. et al. **Os alimentos bárbaros dos sertões do Nordeste.** Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Nutrição, fevereiro de 1947. Utilizamos, a versão publicada in: Castro, 1957**a**, p. 161-181.

[107] CASTRO, J. et al. *Novas pesquisas sobre a Mucunã*. **Trabalhos e pesquisas do Instituto de Nutrição.** Rio de Janeiro**:** Instituto de Nutrição/Universidade do Brasil, v. 11, 1949. Também em Castro, 1957**a,** p. 183-213, no qual nos baseamos.

[108] Ver discurso in: Diário, 21/05/55, p. 2589. Neste mesmo discurso, insere cópia de um relatório feito por um químico da Faculdade Nacional de Filosofia, também comprovando o fato. Citou ainda que possuía 520 artigos, em diversas línguas, sobre o livro Geopolítica da Fome e somente três eram frontalmente contrários. "*Um é crítico oficial do Time de Londres e escreve na defesa do Império Britânico, e os dois outros são elementos do círculo de William Voigt, o porta-bandeira do neomalthusianismo que eu denuncio em meu livro como verdadeiro crime.*" (Diário, 1955, p. 2589)

[109] CASTRO, Josué de; CARVALHO, Irene Melo. **Resistência dentária e fator racial.** Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Medicina, janeiro de 1938. Utilizamos o texto publicado em Castro, 1957**b**, p. 97-120.

todas menores abandonados – número que reconheceu ser insuficiente mas compensado pela "*homogeneidade do material*" – e, na descrição feita, deixou-se claro que não poderia ser tomado como representativo da "*freqüência de cáries nas crianças brasileiras por se tratar de um grupo em péssimas condições, verdadeira escória social.*" (Castro, 1957**b**, p. 112)[110] Concluiu-se desta pesquisa que o fator racial era determinante na freqüência de cáries dos diferentes grupos e que, estatisticamente, ficou patenteada "*a maior resistência dentária no grupo da raça preta.*" (Ibidem, p. 97)

Na fundamentação, foi citada uma variedade de trabalhos (quase todos estrangeiros) sobre cáries dentárias, estas foram relacionadas com a alimentação e a influência do meio, e procurou-se definir raça[111]. Ficou estabelecido que existiam diversos traços para a definição de um tipo racial, que os diversos cruzamentos dificultavam o estabelecimento de critérios, considerou-se a humanidade como uma espécie, sendo as *raças* seus diversos grandes grupos que, por sua vez, se subdividiam em grupos menores (*sub-raças*, não no sentido de inferiores). Os caracteres raciais hereditários sofriam, "*com maior ou menor intensidade, a ação do meio ambiente*." Fatores biológicos e sociais explicariam a fixidade e as variações dos caracteres raciais, adquiridos no curso da história de cada raça. Quanto mais antiga a aquisição, maior a sua fixidez, mas nenhuma destas aquisições era absolutamente permanente e, por isto, as raças eram mutáveis.

Por diversas razões, não deveríamos a nos ater "*a julgamentos de hierarquia, falando de superioridade de certas raças em relação a outras, por se tratar mais de especializações, de diferenciações, do que propriamente de aperfeiçoamentos.*" (Castro, 1957**b**, p. 104) Quanto a afirmações referentes à *degenerescência do híbrido*, escreveu que, no aspecto pesquisado – *resistência dentária* –, os resultados contrariavam esta asseveração[112]. Foram aspectos importantes em um trabalho, publicado pela primeira vez em 1938, em um período dominado pelo nazismo na Alemanha e no qual o Brasil estabelecia cotas raciais para imigrantes que, disfarçadamente, procuravam reduzir a presença de negros e *asiáticos*.

Em uma publicação de 1957 (*A influência negra na alimentação do brasileiro*), destacou o papel do elemento negro. Entre as influências mais benéficas dele em nossa cultura figuravam os hábitos alimentares. "*Longe de degradar – de se constituir um fator de inferiorização –*", introduziu novos alimentos e sabores e tornou a alimentação menos monótona. Ele nos ensinou mais do que aprendeu. Sem a sua interferência, "*a situação alimentar do País seria hoje ainda mais sombria, as deficiências nutritivas ainda mais numerosas e mais alarmantes do que se apresentam na realidade.*" (Castro, 1957**a**, p. 119) Foi fundamental a sua experiência na África na conquista de áreas tropicais, áreas pouco acolhedoras aos europeus, inexperientes e desconhecedores desta realidade. Pena que, dada a condição de escravo, não tenha

---

[110] Os menores, conforme divisão feita com base em uma ficha antropométrica do Laboratório de Biologia Infantil, estavam assim divididos: 139 brancos, 111 mulatos e 62 negros.

[111] Alguns conceitos sobre raça foram colocados, mas destacou o de um autor brasileiro que escreveu: "*Praticamente sentir-nos-emos autorizados a falar em raça tão-somente quando um grupo de característicos correlativos hereditariamente transmissíveis e convencionalmente admitidos como caracterizadores de raça, de tal modo se repita dentro de um grupo humano que a essa raça, imprima feição diversa da dos demais agrupamentos congêneres.*" (Castro, 1957**b**, p. 100) Observou-se no trabalho em questão, redigido em *linguagem médica*, uma preocupação em evitar conceitos que se aproximassem da propaganda racista alemã, mas ele ainda demonstrava uma dificuldade em conceituar claramente *raça* e *fator racial*.

[112] Entre os diversos fatores de cáries dentárias, os autores colocaram o padrão alimentar, a ação dos raios ultravioletas, o substrato hereditário, a carência ou abundância de cálcio na dieta pré-natal, a falta de higiene bucal e a composição, muitas vezes, anormal da saliva. Quando fatores que deram origem a um atributo biológico de um grupo racial desapareciam por longo tempo, a característica obtida podia ser perdida, o que não havia ainda ocorrido, quanto à resistência dentária e ao raquitismo, com os descendentes de africanos no Brasil mas já acontecia com os mesmos em cidades dos EUA.

podido impor um número maior de tradições africanas e, por isto, muitas delas se perderam.

Entretanto, neste mesmo artigo sobre a influência do negro, cometeu um deslize – ou melhor, um escorregão – quanto ao nativo. Afirmou que o europeu não podia contar muito com o nosso índio pois este "*estava longe da vitória integral sobre as resistências naturais, estava longe do domínio absoluto sobre o meio ambiente tropical, enquanto o negro que para aqui veio como escravo, há tempos era senhor em seu meio africano* – ..." (Castro, 1957**a**, p. 120). Essa afirmação comprovava mais o desconhecimento existente sobre os brasilíndios na época do que a realidade. Os que aqui habitavam antes de Cabral também o faziam há muito tempo, dominavam as diversas áreas onde residiam e conheciam seus segredos. Muito do que sabiam desapareceu com o extermínio; do que sobrou, pesquisadores, até hoje, procuram se apropriar do mesmo, fabricar novos medicamentos e patenteá-los no exterior. Se tivessem pouco domínio, a biopirataria não seria atualmente um problema tão importante.

Importante para mostrar a mudança para melhor do autor, é o contato com outros textos anteriores à *Geografia da Fome*, como os contidos em **Ensaios de Geografia Humana** (1957**c**). A primeira parte do livro (*Introdução ao Estudo de Geografia Humana*) já havia sido publicada anteriormente[113]; era voltada para estudantes da disciplina e possuía uma estrutura que obedecia, com pequenas alterações, ao programa oficial de ensino, fato que permitiu constatar o conteúdo acadêmico conservador e *francês,* desta disciplina, na época. A segunda parte era constituída por um estudo sobre a fundação e crescimento de Recife, sua monografia para o concurso através do qual obteve a cátedra de Geografia Humana, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1948. Segundo o autor, eram estudos do setor

> "*da Geografia que, ao focalizar o homem como objetivo central de suas análises, se chamou Geografia Humana. Geografia da paisagem cultural, da paisagem humanizada, pela presença dos traços de cultura, das marcas que o elemento humano vem incrustando através dos tempos na superfície da terra*". (Castro, 1957**c**, p. 7)

Escreveu que foi a riqueza em conteúdo humano que o atraiu para esta ciência, mesmo quando ela se ocupava dos aspectos negativos da condição humana, dos métodos de explotação dos quais resultaram a fome e a miséria no mundo, mas que, no referido livro, estudaria os aspectos positivos *"da ação humana como fator geográfico, como modelador e transformador da natureza".* (Ibidem) Possuía ainda a visão lablacheana de Geografia que, nos seus livros mais importantes, foi superada.

Para ele, o campo de estudo da Geografia era a superfície da Terra e, em sua *evolução* (?), se ampliara em profundidade, penetrando melhor na essência dos fenômenos, tendo se tornado

> *"uma ciência complexa, a mais enciclopédica e universalista das ciências.* [...] *O grande poder da ciência geográfica contemporânea* [está] *em localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam na superfície da terra, com uma certeza minuciosa."* (Castro, 1957**c**, p.11)

Atraía-o o princípio de unidade cósmica, *"capaz de ver integralmente o encadeamento dos fenômenos de vida global de nosso planeta*." (Ibidem, p. 12) O estudo da paisagem, tanto a natural como a cultural, era o objetivo desta *"geografia moderna, que acabou com as barreiras, com as fronteiras artificiais que a dividiam tolamente em*

---

[113] Um volume didático intitulado *Geografia Humana* (Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1939). A segunda parte constituiu-se de *Fatores da localização da cidade de Recife,* sua defesa de cátedra de Geografia Humana na Universidade do Brasil em 1948, que analisaremos depois.

*geografia física e geografia humana, em geografia geral e geografia regional."* (Ibidem)[114] Ao destacar o princípio de conexão, ele fazia algo importante, mas ao definir a paisagem como o objeto, não superava a visão tradicional[115]. Ao colocar a paisagem, tanto a natural como a cultural, como objeto, deixava por demais amplo o leque de estudo, dava a impressão de que existiam duas geografias, a natural e a cultural, embora afirmasse que era quase impossível encontrar paisagens naturais sem marcas antrópicas. Entretanto — é importante ressaltar —, nos seus textos posteriores, não utilizou os aspectos fisiográficos de modo isolado e, sim, com vistas à compreensão do fato social estudado. Ou seja: foi melhor como estudioso da fome do que como elaborador de uma teoria da Geografia, o que, aliás, não fez. Afirmava que outras ciências — como zoologia, botânica, antropologia, sociologia — só conseguiriam valor universal quando se utilizassem dos princípios geográficos, notadamente do espírito ecológico da Geografia. Isto significa que, além de considerar a Geografia como uma espécie de *ciência mater* das citadas, ainda não via a necessidade de o método científico ser diferente nas ciências da natureza e nas ciências sociais.

Escreveu que, com a teoria da relatividade, a doutrina ondulatória e o princípio da incerteza, caiu por terra todo o artifício que ainda perdurava nas concepções da filosofia positivista mas seu texto, neste livro (1957**c**), não rompeu com a tradição geográfica positivista[116]. Individualidade geográfica era sinônimo de região natural, localização geográfica era marcada pelas coordenadas cartesianas, fator geográfico era fator natural[117]. Combatia o determinismo fisiográfico mas, às vezes, quase escorregava nele[118], usava constantemente o conceito de *gênero de vida* e defendia o possibilismo lablacheano — citou basicamente, e sempre de modo positivo, geógrafos franceses —, possuía por vezes uma visão eurocêntrica[119] dos fatos e uma concepção organicista de um ciclo vital para as cidades[120]. Neste livro, não analisou a utilização isolada da densidade demográfica, descreveu as paisagens vegetais sem uma análise dos fatores que as caracterizavam e, no estudo das migrações, não destacou as causas sociais, a estrutura de classes. Incluiu aspectos que demonstravam a

---

[114] Se esta era a geografia *moderna*, ela ainda não era feita no país, principalmente nos livros didáticos.

[115] Como, por exemplo, nesta afirmação: "*Em Geografia, tudo é, em última análise, um problema de limites e de* ***fronteiras*** *— de localização e de extensão dos fatos e fenômenos geográficos*." (1957**c**, p. 151)

[116] Na 1ª Parte (Introdução ao Estudo de Geografia Humana), a exceção é o último capítulo, intitulado *As áreas alimentares do Brasil*, síntese do trabalho que originou o livro *Geografia da fome*.

[117] Entretanto, na página 35, definiu os fatores culturais como os que "*coordenam e neutralizam, em certos casos, os fatores geográficos culturais,...* ," deixando subentendido que havia fatores geográficos não naturais; na página 100, falou de dois tipos de influências geográficas sobre o tipo de habitação: do meio natural e do elemento humano, sendo deste através do gênero de vida, da cultura técnica e do momento histórico. Ou seja: a falta de uma clareza da Geografia como uma ciência o fazia utilizar de modo confuso o termo *geográfico*. Mais tarde — como em um texto de 1972 — já considerava o meio de modo mais global, substituindo a palavra *geográfico* por *físico* e afirmando que "*o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente*." (Castro, 1973, p. 20)

[118] Escreveu — e não contestou — "*ser a religião um processo interpretativo do meio geográfico. Que a religião árabe (islamismo) seja austera, simples, monoteísta* [...] *e que o antigo brâmane seja politeísta, com deuses em lutas permanentes, e com uma* [...] *riqueza de mitos e ritos, explicam os geógrafos como uma influência decisiva de dois meios geográficos também opostos: o deserto, sempre igual, quente, seco, parado, limpo e pobre, — dando origem ao islamismo; e a Índia, variável, com violentos acidentes geográficos, verdadeira terra dos contrastes, dando origem ao bramanismo*." (Castro, 1957**c**, p. 69)

[119] Como, por exemplo: "*Os idiomas indo-europeus constituem um patrimônio dos povos de mais elevada cultura.* [...] *Os conquistadores europeus, com um patrimônio mais elevado que os povos conquistados na América, na Ásia e na Oceânia,...*" (Castro, 1957**c**, p. 57). Também em relação aos *descobrimentos*, visão que permanece em *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (Castro, 1967**a**, p. 13, 99, 107).

[120] "*As cidades nascem, crescem, depois estacionam, e muitas vezes acabam por desaparecer. Marcha evolutiva semelhante à dos seres vivos*." (Castro, 1957**c**, p. 124)

indefinição de sua concepção de Geografia[121] e sua classificação de colônias ainda era semelhante à usada por Aroldo de Azevedo (1910-1974)[122]. O Brasil foi classificado como uma colônia de *"enraizamento com associação de nativos e colonos"*; essa concepção — que posteriormente foi modificada — o impediu de fazer neste texto uma análise do processo de explotação que, no caso do Nordeste, será muito bem realizada em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Não analisou o *plantation* e nem a sua relação com a fome[123]; escreveu sobre habitação mas nada disse sobre as favelas, falou das cidades mas nada sobre a segregação espacial, descreveu as casas de taipa e nada disse sobre o hematófago barbeiro.

O texto é *asséptico*, *neutro*, inferior aos anteriores, com uma análise por demais superficial da agricultura, sem uma abordagem geopolítica das fronteiras quando as descreve; contém ainda diversas incorreções[124] e falhas *técnicas*[125]. De positivo, somente a tentativa de historiar os fatos — mas ainda sem análises do processo histórico — e o relato de alguns massacres de nativos por parte de colonizadores. A impressão que fica é de uma apostila, com um texto *prisioneiro* das fontes e de acordo com o currículo acadêmico pobre. Realizou u'a *melhor geografia* quando aparentava não a estar fazendo, quando livre da *geograficidade* acadêmica.

A visão eurocêntrica presente neste livro, apesar de suas melhorias neste aspecto, ainda pôde ser encontrada em textos posteriores. Em *O livro negro da fome*, de 1960, fez um resumo do processo de conhecimento do planeta, citando descobertas de outras áreas pelo *mundo civilizado*, entendendo este como o europeu. Exemplifica o fato o seguinte trecho:

> "*De 1500 para cá, conhecidos os grandes contornos do nosso mundo, foram sendo preenchidos os claros, os espaços em branco dos portulanos, das antigas cartas medievais. O mundo tomava forma, ganhava relevo, identificava-se aos olhos dos homens.*" (Castro, 1960, p. [3])

Repetiu aqui o erro dos manuais de História que, ao colocarem um mapa, por exemplo, do Brasil em 1500, deixavam o seu interior *vazio*; isto passava a idéia de que aqui nada existia até a chegada dos europeus, de que aqui não existiam civilizações. A chegada dos portugueses e a penetração dos mesmos no território, iam preenchendo os vazios, como se a possibilidade de existência fosse a europeização. Esta, na verdade, foi impondo uma nova construção espacial, esvaziando os espaços próprios dos brasilíndios. Nomes novos foram colocados à medida em que ocorria a expansão; este *batismo* dava a entender que estes locais agora tinham novos donos. Este

---

[121] Como no estudo dos caracteres raciais (Castro, 1957**c**, p. 46-50), mais adequado para Biologia e Antropologia; da linguagem (Ibidem, p. 51-63), mais de Filologia e Antropologia; das religiões (Ibidem, p. 65-70) e outros. O que chamou de *geografia lingüística* consistia numa listagem das famílias lingüísticas e seus respectivos membros.

[122] Definia colonização como a "*ocupação produtiva de uma região por grupos humanos vindos de outras terras*" (Castro, 1957**c**, p. 81) e dividia as colônias em três tipos: a *de enraizamento* (com dois tipos: *associação de nativos e colonos* e *destruição do elemento nativo*, sendo este último subdividido em *substituição pelo colono* e *repovoamento por elementos alienígenas*), a *de enquadramento* e a *de posição ou ligação*. As colônias dos ibéricos foram classificadas como de *enraizamento*, com base "*na cooperação e ajuda do elemento nativo. Povos despidos de preconceitos raciais, os ibéricos cedo se misturaram aos nativos, ...*" (Ibidem, p. 93). A classificação acima era de Georges Hardy, segundo Aroldo de Azevedo, que também a usava (Josué de Castro não cita o autor). A partir de *Geografia da Fome*, ele se afastou desta classificação e da citação acima.

[123] Exceto o capítulo XIII, sobre as áreas alimentares do Brasil (Castro, 1957**c**, p. 171-191), que continha a Geografia que realizará, *mais social*, mais voltada para a transformação.

[124] Como a explicação da origem das chuvas equatoriais (p. 18), a classificação do clima das savanas como quente e seco (p. 20), a inclusão do pampa como um tipo de savana (p. 21), a confusão entre oscilações térmicas diárias e anuais na caracterização dos desertos — e tratando-os como semelhantes em todos os climas (p. 22) —, a afirmação de que a decadência das grandes cidades incaicas peruanas resultou da mudança de clima provocada pela elevação da cadeia andina (p. 125).

[125] O texto não possui bibliografia e nem notas de rodapé; diversos autores são citados mas não há indicação das fontes.

etnocentrismo[126]nos causou mais males do que parece. Entre eles, provocou a nossa ignorância a respeito do que aqui existia e fez com que nossa visão fosse a européia. Também foi a partir desta visão que outras civilizações foram por nós pensadas. Colocar o início de nossa história na viagem de Cabral foi uma forma de legitimar a dominação e desta postura decorreu o pouco destaque dado ao etnocídio ocorrido e, nas raras vezes em que se referiam a ele, impunha-se a visão evolucionista da inevitabilidade do domínio da cultura superior.

## 3. 2. Uma geografia da fome brasileira

> "*Um flagelo só é inevitável quando permanece em mistério. Os males provenientes da falta de alimentos continuam sendo um problema, mas já não são um mistério*." (André Mayer)

O livro **Geografia da Fome**, publicado em 1946, foi realmente um marco. Como veremos, foi um fruto de suas pesquisas anteriores, a maioria já citada por nós[127]. Uma análise da fome no Brasil, procurando buscar as razões mais profundas da mesma, e com um tema pouco estudado. No entanto, a fome, além de matar mais do que as guerras e as epidemias juntas, era também uma das constantes causas dos conflitos bélicos. As razões do descaso estariam nos interesses de minorias dominantes em ocultar o fato, nos preconceitos quanto ao tema e na própria ciência e técnica ocidentais,

> *"envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, no domínio das forças da natureza, se sentiram humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana no nosso planeta, e com o seu reticente silêncio sobre o assunto faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas em caráter permanente no círculo de ferro da fome".* (Castro, 1957**d**, p. 22)

O Brasil sofria mudanças significativas. Em 1940, a população rural brasileira ainda era superior a 70% da população total mas, com uma tendência à queda em razão da aceleração do processo de urbanização. Ao mesmo tempo em que ampliava a urbanização, o país apresentava pequenas quedas nas taxas de natalidade e significativa diminuição nos índices de mortalidade geral, o que resultava em elevados índices de crescimento vegetativo.

---

[126]Etnocentrismo é aqui entendido como a construção, por parte de um grupo culturalmente distinto, de uma imagem de mundo que o favorece, levando-o ao preconceito e à visão unilateral — a do dominador — em relação a todas as outras culturas, em benefício de sua própria. Não se refere ao fato de um grupo preferir sua própria cultura — o que é um fator importante na construção de sua identidade — nem ao nacionalismo exacerbado que, embora com elementos comuns, é uma política do Estado visando a organização política da população. O etnocentrismo não possui base territorial e, dada a sua sutileza, é comum em populações de diversos Estados que integram sua área de influência.

[127] Em 1945, publicou o artigo *Áreas alimentares do Brasil*, no qual resumiu o que publicaria no ano seguinte no livro em questão. O artigo foi publicado pela primeira vez, inclusive com o mapa das áreas alimentares e o das principais carências, na Resenha Clínico-Científica (a. XIV, n. 4, abril de 1945), e transcrito, em 1948, no Boletim Geográfico (ver: Castro, 1948).

Tabela 25. População Total, Urbana, Índice de Urbanização e Crescimento Demográfico Decenal no Brasil, no período 1940-1970

| Censo | População total | População urbana | Índice de urbanização (%) | Crescimento demográfico decenal (%) |
|---|---|---|---|---|
| 1940 | 41.326.315 | 10.891.000 | 26,35 | 34,6 |
| 1950 | 51.944.397 | 18.783.000 | 36,52 | 25,9 |
| 1960 | 70.191.370 | 31.956.000 | 45,52 | 35,1 |
| 1970 | 93.139.037 | 52.905.000 | 56,80 | 32,7 |

Fonte: IBGE — Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970
Organizado pelo autor

Tabela 26. Natalidade, Mortalidade e Crescimento Vegetativo do Brasil entre 1920-1970

| Período | Natalidade (por mil) | Mortalidade (por mil) | Crescimento Vegetativo (%) |
|---|---|---|---|
| 1921-1940 | 44,0 | 25,3 | 1,87 |
| 1941-1950 | 43,5 | 19,7 | 2,38 |
| 1951-1960 | 41,5 | 15,0 | 2,65 |
| 1961-1970 | 37,7 | 9,4 | 2,83 |

Fonte: FIBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1995
Organizado pelo autor

Como os valores da expectativa de vida eram baixos e o saldo emigração-imigração pouco significativo para o crescimento populacional[128], o país possuía uma pirâmide etária de base larga e topo estreito, sendo essencialmente jovem. A pouca expressão dos movimentos de imigração e emigração e a inexistência de conflitos bélicos significativos em território nacional, fizeram com que não houvesse alteração expressiva na distribuição da população segundo os sexos. Como era um país ainda rural, mas que estava vivenciando um processo de urbanização, a distribuição da população economicamente ativa (PEA), pelos setores da atividade econômica, foi sofrendo modificações significativas, com expressivo crescimento dos setores secundário e terciário e queda do setor primário, embora, naquele momento, a participação feminina na PEA fosse inferior a 20%, o que pode ser verificado na tabela a seguir.

Tabela 27. Brasil: distribuição da população por setores de atividade econômica e participação feminina na PEA (em %)

| Ano | Setores de Atividade Econômica | | | Participação Feminina na PEA |
|---|---|---|---|---|
| | Primário | Secundário | Terciário | |
| 1940 | 70,2 | 10,0 | 19,8 | 19,0 |
| 1950 | 60,7 | 13,1 | 26,2 | 14,5 |
| 1960 | 54,0 | 12,7 | 33,0 | 18,0 |
| 1970 | 44,3 | 17,8 | 38,0 | 21,0 |

Fonte: Adas, 1998, p. 495 e 502
Organizada pelo autor

A estrutura fundiária brasileira era profundamente injusta, com grande concentração de terras, excessiva fragmentação entre os pequenos proprietários, produção agrícola voltada para a exportação, com as conseqüências normais de uma

[128] A participação do saldo imigração/emigração no crescimento demográfico no período em questão foi de 8,1% entre 1921-40; 1,0% entre 1941-50; 3,4% entre 1951-60 e 0,9% entre 1961-70 (cf. Adas, 1998, p. 491)

estrutura desta natureza. Isso pouco se alterou no período. Poucos anos antes do falecimento de Josué de Castro, em 1973, era assim a distribuição e a utilização da terra no Brasil.

Tabela 28. Brasil: estrutura fundiária e percentual de utilização da terra – 1970

| Categorias Dimensionais | Número de Imóveis (%) | Área Ocupada (%) | Utilização da Terra (%) |
|---|---|---|---|
| Menos de 10 ha. | 51,4 | 3,1 | 74,95 |
| De 10 a 1.000 ha. | 47,8 | 57,7 | 14,97 |
| Mais de 1.000 ha. | 0,8 | 39,2 | 2,35 |

Fonte: Adas, 1998, p. 406 e 407
Organizada pelo autor

Essa situação pouco se alterava na região Nordeste do Brasil, inclusive em seu estado natal, que também apresentava um elevado contingente de agricultores sem terra. Pernambuco, conforme o censo de 1970, possuía 93,37% das propriedades com áreas inferiores a 50 ha, que ocupavam 25,43% das áreas rurais. No outro extremo, com áreas superiores a 1.000 ha, 0,16% das propriedades ocupavam 15,4% da área existente. Este perfil era verificado em um estado que ainda possuía uma grande população rural e uma densidade demográfica de 52,5 hab/km$^2$.

Também em Pernambuco, as propriedades menores apresentavam "*maior percentual de uso da terra e de trabalhadores por hectare, como também*" eram as que tinham "*maior participação na produção de alimentos básicos* ..." (Lima Sobrinho, 1981, p. 30). Enquanto isto, as melhores terras eram destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar. Essa situação não ficava restrita a Pernambuco ou à Região Nordeste. Conforme análise de Oliveira (1995), em 1950 havia, no Brasil, 654.557 unidades agrárias com menos de 10 ha e, em 1985, existiam 3.064.822 estabelecimentos com a mesma dimensão, ocorrendo um aumento superior a 400%. Entretanto, o número de propriedades com área superior a 1.000 ha apenas dobrou, demonstrando que o controle da propriedade rural permaneceu com um número reduzido de grandes proprietários (aproximadamente, 50 mil em 1985) mas a área ocupada por eles passou de 95 milhões de ha para mais de 164 milhões de ha, provando a permanência da chamada, por alguns autores, fagocitose rural, processo no qual a grande propriedade amplia suas posses pela aquisição de propriedades menores circundantes, o que era comum após cada *seca* no Sertão Nordestino.

Em *Geografia da Fome* já insistia que dois terços da população mundial passavam fome, e trabalhou bem com os conceitos, por ele desenvolvidos, de fome global e específica, de fome quantitativa e qualitativa[129]. Foi, também, um dos pioneiros na utilização constante do termo subdesenvolvimento, não como estágio, insuficiência ou ausência de desenvolvimento, mas como *"um produto ou subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre as diversas regiões do planeta."* (Castro, 1983, p. 103) Por conceber a fome como um complexo de manifestações biológicas, econômicas e sociais, insistia que ela não podia ser tratada por especialistas em um dos seus diversos aspectos mas, sim, por aqueles que procuravam compreender

> "*as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que interferem nas manifestações. Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações*

[129] Na época, analisar o fome como um fenômeno coletivo, inserir o conceito da fome parcial ou oculta pela falta de determinados elementos nutricionais – "*... grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente, apesar de comerem todos os dias.*" (Castro, 1957**d**, p. 27) – eram posturas revolucionárias neste campo.

> *econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de la Blache, Grifftich Taylor e tantos outros.*
> *Não queremos dizer com isso que o nosso trabalho seja estritamente uma monografia geográfica da fome, em seu sentido mais restrito, deixando à margem os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema; mas, que, encarando esses diferentes aspectos, sempre o faremos orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra. É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome*." (Castro, 1957**d**, p. 24)

Interessante notar que, diferente da corrente geográfica que dizia seguir — que, na prática, compartimentalizava a realidade, estimulava monografias *isolantes*, retirava da análise o aspecto político, entre outras características —, procurava uma abordagem mais globalizante, de *natureza ecológica* — como ele mesmo afirmou —, buscando as causas naturais e sociais do problema da alimentação e procurando soluções globais para este fenômeno. O que a escola regional francesa declarava fazer mas não executava, ele procurou realizar, o que fez com que, com o tempo, fosse tratado mais como sociólogo do que como geógrafo.

Em um período em que ainda se procurava valorizar a renda *per capita* como indicador de riqueza, afirmava que a renda média nada traduzia e que se um país era mais forte quanto mais elevada fosse sua renda, era *"tanto mais feliz, quanto melhor distribuída essa renda"*. (Castro, 1957**c,** p. 181) Chamava a atenção para o fato de que alguns países de renda elevada serem mais subdesenvolvidos do que outros com renda menor. Como podemos ver, sofria influências da escola regional francesa[130] mas a superava: Geografia da Fome não era somente no sentido de localizar a fome mas de analisá-la, utilizando o método geográfico como base. Usava os princípios lablacheanos mas os subvertia: não realizava a simples descrição dos hábitos alimentares do gênero de vida mas, sim, o estudo das deficiências destes hábitos e suas causas mais profundas. Não restringia o problema da fome ao poder aquisitivo; era mais completo, mais geográfico, no significado que adotamos. Sua análise ecológica — não no sentido de preservação — foi pioneira e fundamental. E isso em uma época em que a Geografia falava da geologia mas omitia a geofagia ou geomania.

Realçava a importância do aspecto cultural dos grupos humanos, usava, na análise dos aspectos fisiográficos, uma linguagem adequada e mostrava um elevado nível de informação. O combate à desigual distribuição de renda, às estruturas agrárias com base no latifundismo e na monocultura — notadamente dos *produtos de sobremesa* como café, açúcar, cacau, banana e outros —, à economia voltada para gastos militares, será uma constante em sua obra. Mas no uso da palavra *geográfico*, não ultrapassou o significado da época; *natureza geográfica*, *possibilidades geográficas*, *aspectos geográficos* continuaram a ser utilizados no sentido de natureza.

Procurou deixar patente que a fome, quantitativa e qualitativa, existente no Brasil, derivava de fatores sócio-econômicos e não de empecilhos advindos do quadro fisiográfico. Não dividiu o país conforme as paisagens naturais ou segundo a divisão

[130] Podemos verificar isso na extensa, e de boa qualidade, bibliografia de *Geografia da Fome*, onde encontramos nomes como os de Jean Brunhes, Pierre Deffontaines, Pierre Dénis, Lucien Fébvre, E. F. Gauthier, Georges Hardy, Pierre Monbeig, Élisée Reclus e Vidal de la Blache. Em *Geopolítica da Fome*, além destes, aparecem Pierre Gourou, Max. Sorre e Francis Ruellan.

política mas em cinco áreas alimentares[131] — com destaque para as suas carências na alimentação —, analisando-as em capítulos distintos e concluindo com um estudo do conjunto brasileiro. Considerava como áreas de fome "*aquelas em que, pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição*" (Castro, 1957**d**, p. 43), e dividiu o país em: Amazônia, Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo Sul, semelhante ao que havia feito em 1937. Classificava as três primeiras como áreas de fome e as duas restantes como áreas de subnutrição, em virtude de a fome não se manifestar na maioria da população. Mostrava também a dificuldade de uma caracterização geral somente com base em dados estatísticos, pois

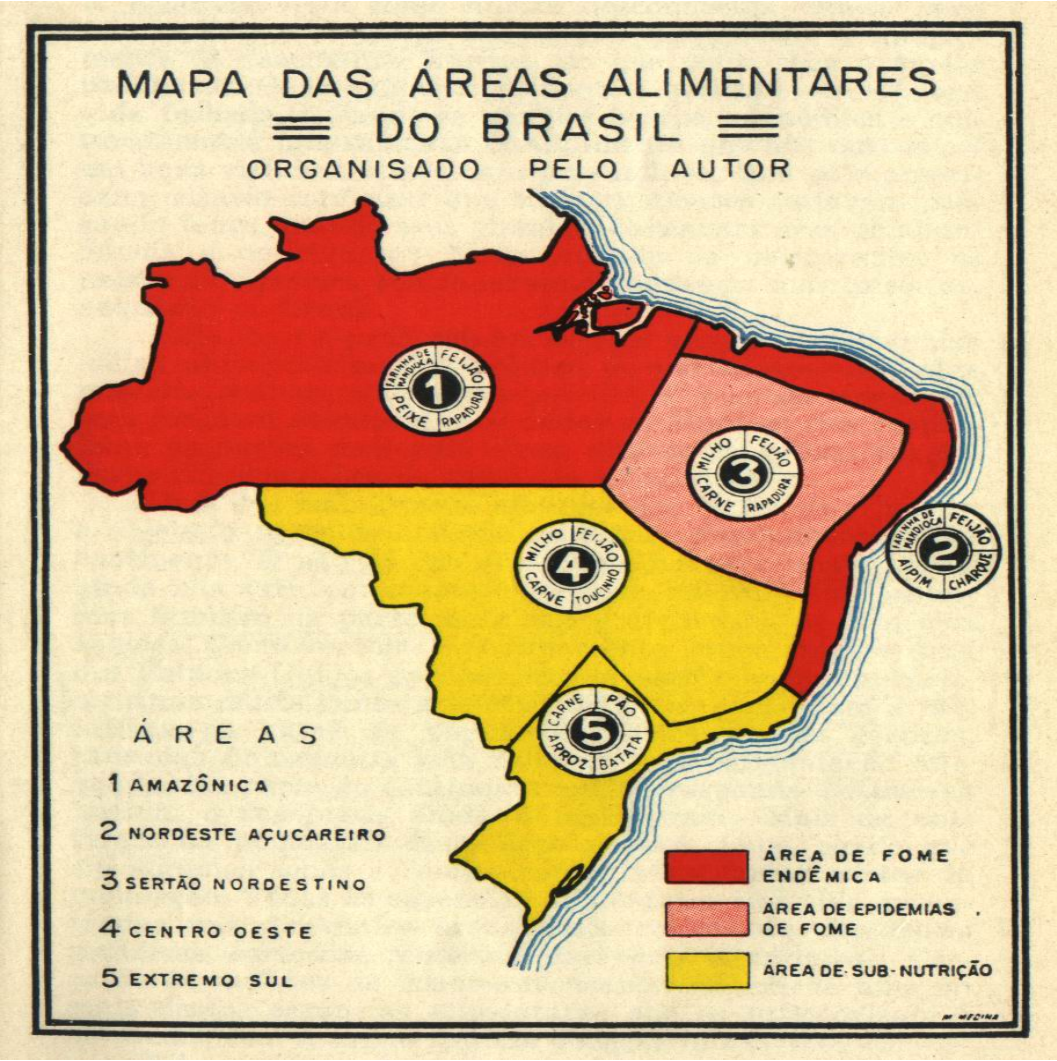
> "*o método estatístico, com sua tendência substancial para os grandes agrupamentos e para a homogeneização dos fatos, não nos poderia dar em seus painéis genéricos uma noção exata de certas nuances, das infinitas gradações de cores de que se reveste o fenômeno, nos dois sentidos, no vertical e no horizontal, na ampla superfície de sua área territorial e nas diferentes capas sociais que estruturam a nacionalidade. Esta é a razão pela qual os dados estatísticos apenas participam neste ensaio como matéria-prima,* ..." (Castro,1957**d**, p. 255).

Insistia ainda que

> "*A fome no Brasil é conseqüência, antes de tudo de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia, com os quadros naturais. Luta* [...] *provocada* [...] *quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo o que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil*." (Castro,1957**d**, p. 255/256)

Figura 9. Áreas alimentares do Brasil, segundo Josué de Castro

[131] Conforme já fizera em 1937, em *A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana*, com pequenas modificações. Esta classificação não foi utilizada e/ou citada nos livros didáticos de outros autores que, aliás, se caracterizavam por esconder a fome.




Fonte: Castro, *Geografia da fome*,1957**d**, p. 40

A primeira área analisada foi a Amazônia, cujo alimento básico era a farinha de mandioca e que se caracterizava por "*um punhado de gente esmagada por forças da natureza*", privada de recursos técnicos para combater estas forças naturais. Em primeiro lugar, caracterizou os aspectos fisiográficos, com conceitos atualizados em relação à pobreza dos solos, com exceção da planície aluvional. Demonstrou que a abundância frutífera da Hiléia era mais uma lenda, pois a pouca infiltração solar tornava o teor vitamínico inferior em relação a outras áreas, exceto as palmáceas — que habitavam as várzeas e as matas ciliares — e a castanheira — por seu porte gigantesco —, ricas em pro-vitaminas A, por frutificarem sob a ação da insolação direta.

A população amazônica era qualificada como de apetite embotado, *em estado de anorexia crônica*, conseqüência da falta de vitaminas e de determinados aminoácidos em sua alimentação. Dadas as características locais, as necessidades calóricas regionais eram inferiores ao chamado padrão universal; o ritmo mais *lento* de vida de parcelas da população era uma espécie de mecanismo de defesa frente ao seu *déficit* calórico, que acabava se revelando até na estatura abaixo do normal. Um dos fatores das carências minerais era a pobreza do solo regional, como os solos lateríticos, nos quais abundavam ferro e alumínio mas em suas formas insolúveis; ou os solos ácidos, com carência de ferro (pois também se apresentava sob a forma de óxidos insolúveis, dificultando sua assimilação pelas plantas), cloreto de sódio e cálcio. Mas deixava claro que as taxas variavam de uma área para outra. Apesar disso, o raquitismo típico era uma raridade devido à extraordinária insolação regional, fonte de

vitamina D. A carência em cálcio explicava a grande incidência de cáries dentárias; o déficit em cloreto de sódio[132], o esgotamento neuromuscular e a fadiga; e o déficit em ferro, a anemia[133]. Estas e outras carências explicavam a geofagia, sempre uma tradução de um tipo de fome específica.

O combate ao determinismo fisiográfico absoluto permanecia[134]. Continuou lutando contra o racismo, afirmando não existirem superioridades ou inferioridades raciais e, sim, *"diferenciações biológicas, condicionadas por diferenças do meio. O que é superioridade nas regiões polares pode constituir uma inferioridade nos trópicos e vice-versa*." (Castro, 1957**d**, p. 74) Explicava, por exemplo, a maior resistência do índio e do negro das áreas tropicais, em relação aos europeus, pelos diferentes hábitos culturais; o europeu, que aqui possuía uma vida sedentária, estava sempre vestido e *"o suor secretado pela pele vestida é quase duas vezes mais rico em sal do que o da pele nua*." (Ibidem, p. 75). Isto explicaria a maior resistência do negro ao trabalho nos trópicos, pois, além da pigmentação epidérmica que o protegia, quase sempre trabalhava despido; daí ter sido um erro a tentativa dos europeus de vestir os nativos.

Na região amazônica, como era comum nas áreas de mandioca, havia carência de vitaminas do complexo B, dada a ausência na alimentação de cereais integrais. O beribéri — que se caracteriza por anemia e dores nevrálgicas —, assim como a anorexia (falta de apetite), causada pela carência de vitamina $B_1$, assolaram a região durante o ciclo da borracha (1870-1910); com a paralisação da pesca e das atividades agrícolas devido ao deslocamento da mão-de-obra para a extração do *ouro branco*, a alimentação passou a ser de alimentos secos, de conservas importadas. Findo o ciclo, o beribéri voltou a declinar, em virtude do retorno a pesca, caça, coleta de raízes e frutos, e agricultura de subsistência. Do mesmo modo, o consumo habitual de molhos apimentados, que contêm vitamina C, afastava o escorbuto dessas regiões[135], exceto quando o regime alimentar se tornava monótono e escasso.

Afirmava que, apesar de achar difícil, qualquer programa de explotação econômica da região para obter sucesso, necessitava de *massas humanas apreciáveis*, acompanhadas de reservas alimentares variadas e de recursos higiênicos, como inseticidas, repelentes e medicamentos imunizantes (Ibidem, p. 91), o que é altamente discutível. Porém, defendia métodos específicos de acordo com as características locais e não iguais aos utilizados em latitudes diferentes.

A segunda área alimentar analisada foi a do Nordeste açucareiro, uma região que teve *tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador*. Na faixa litorânea do Maranhão à Bahia, propícia ao cultivo de uma infinidade de produtos alimentares e coberta primitivamente por uma floresta tropical de excepcional abundância de árvores frutíferas (sem contar as que se aclimataram facilmente como o

---

[132] O déficit em cloreto de sódio era fruto da excessiva transpiração e de pouco sal na alimentação — talvez uma influência indígena, que usava a pimenta como tempero e atribuía pouca importância ao sal (Castro, 1957**d**, p. 71).

[133] Insistia que não era uma fatalidade climática, que não existia a *anemia tropical* por ser a mesma de fundo alimentar, agravada pela verminose parasitária ou pelo paludismo crônico.

[134] Respeitava Ratzel como um dos impulsionadores da ciência geográfica mas carregava os preconceitos que a escola francesa possuía em relação a ele. Elogiava-o, "*apesar dos seus exageros e da intolerância dos seus rígidos princípios deterministas*" (Castro, 1957**c**, p. 13) e o considerava como o criador da Geografia Humana, apesar de o mesmo ter apresentado uma teoria onde as relações entre o homem e o meio se caracterizavam por uma "*absoluta subordinação do primeiro destes elementos ao segundo*" (Ibidem, p. 81), o que é incorreto. Sobre o antideterminismo de Castro — apesar de sua visão equivocada sobre Ratzel — ver ainda, entre outros, *Geopolítica da Fome* (1968), nas páginas 73, 138, 148, 160/161, 162, 167, 183/184, 229, 239, 318, *Ensaios de Biologia Social* (1957**b**) da página 71 a 75, ou o artigo *Os preconceitos de raça e de clima* em Documentário do Nordeste (1957**a**, p. 131-152).

[135] Relatou (Castro, 1957**d**, p. 84) o fato de diversos marinheiros da frota de Colombo, com escorbuto, solicitarem que fossem deixados em uma ilha deserta, para morrerem em paz; enquanto esperavam a morte, se alimentaram de folhas e frutos ali existentes. Anos depois foram ali encontrados com boa saúde; deram-lhe o nome de Ilha da Curação, do qual derivou Curaçau.

coco, a manga e a jaca) e cuja devastação fez minguar frutas e fauna, o fenômeno da fome "*é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais*" (Ibidem, p. 100). Analisou o esgotamento do solo pela cana, principalmente por ter sido uma explotação monocultora e latifundiária — dos bangüês aos engenhos centrais[136] e, destes, às usinas —, devoradora de terras e de vidas. Lembrava que a erosão era menos espetacular na destruição do que as guerras, porém era mais difícil de refazer os estragos da erosão dos solos, os responsáveis pelo pão de cada dia da maioria dos seres humanos[137].

Criticou a pouca atenção do português à policultura de subsistência, realçou o papel da resistência do índio que, defendendo o seu refúgio na floresta, "*moderou a expansão monocultora e suas funestas conseqüências*". (Ibidem, p. 118) Da mesma forma, destacou o papel do negro africano que reagia à monocultura plantando diversos produtos às escondidas, e a introdução, feita por ele, de certas plantas africanas e de determinados processos culinários que incluíam temperos que evitavam o surgimento de várias avitaminoses, o que ocorreria se os alimentos fossem preparados à moda européia. Apesar disso, a alimentação era normalmente pobre em frutas, verduras, carne e leite. Isto desde o período colonial até o século XX, como ele mesmo constatara no pioneiro inquérito, realizado em 1933, sobre as condições alimentares dos recifenses.

Após a Lei Áurea, os salários miseráveis diminuíram ainda mais a variedade alimentar, reduzindo a capacidade de trabalho, o que fazia os patrões mais reacionários enxergarem nisso um sinal de preguiça, um mal da raça, o que era na realidade um mal da fome. Conseqüência disso era a estatura abaixo do normal, a *"fixação antropológica deste tipo mirrado na população, chamada impropriamente de raquítica"* (Ibidem, p. 133), era a existência de crianças desnutridas, com tendência à prática da geofagia[138], cujas carências acarretavam *"um certo edema dos tecidos, aumentando, à custa da água retida, o peso das crianças*." (Ibidem) Segundo o autor, as carências eram maiores nos meninos dos engenhos[139] do que nos que viviam à beira dos mangues; estes possuíam em sua dieta maior teor de vitaminas e de iodo — que impulsiona a tireóide, a glândula do crescimento longitudinal dos ossos —, graças a peixes, siris, caranguejos, ostras, camarões, pitus, sururus e a frutos como o coco (que aumenta a cota de gordura) e o caju (rico em ácido ascórbico).

---

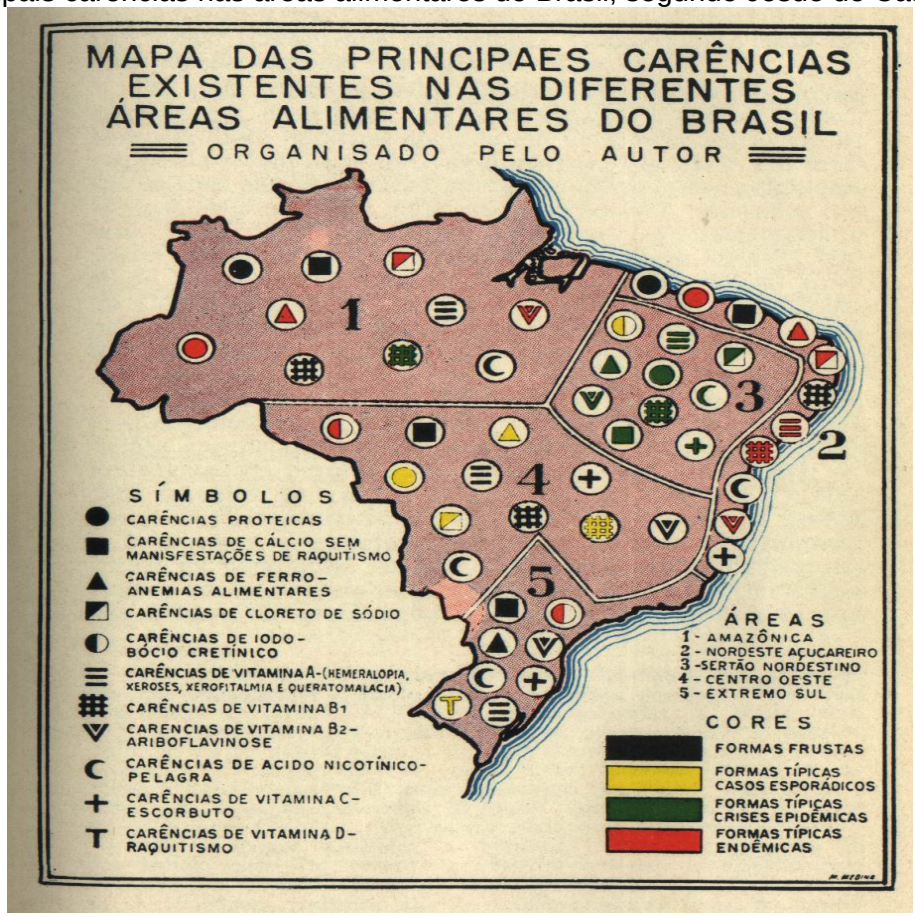
[136] Engenho central era o nome que se dava às grandes unidades destinadas a moer cana de um conjunto de propriedades.

[137] Posteriormente, como veremos, deu, infelizmente, uma atenção menor ao fenômeno da erosão.

[138] Praticada até por adultos, pois em certas zonas se vendiam "*nas bodegas, ao lado do bacalhau e do sabão, tijolinhos de barro de massapê bem cozido, para regalo dos viciados. São em geral terras ricas em ferro, em cálcio ou em fósforo*." (Castro, 1957**d**, p. 144)

[139] Embora não se deva extrapolar os resultados de pesquisas realizadas com ratos para os seres humanos, é proveitoso observar os resultados de uma pesquisa do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, realizada no final da década de 80 e início da de 90. Durante quatro anos, ratos foram alimentados com a mesma dieta dos trabalhadores rurais da Zona da Mata (feijão mulatinho, farinha de mandioca, charque e batata-doce), conservando o teor relativo de cada alimento; resultados: magreza, pêlos ralos, tempo de vida diminuído, reduzida capacidade de aprendizado, crias também desnutridas, cabeça grande e corpos três vezes menores que os sadios. (Ratos...,1992, p. 12)

Figura 10. Principais carências nas áreas alimentares do Brasil, segundo Josué de Castro




Fonte: Castro, *Geografia da fome*,1957**d**, p. 42

Na zona dos canaviais, onde a sazonalidade do trabalho aumentava a miséria nos períodos de entressafra, foram criados tabus, por razões econômicas, em relação às frutas, resultantes de *"uma espécie de policiamento moral que os proprietários mantinham para a defesa de seus bens"* (Ibidem, p. 139), para evitar que tocassem nas poucas frutas para a alimentação do senhor de engenho, o que levou ao desinteresse, por parte da população, em relação às frutas. Afirmava que a mortalidade infantil era o indicador "*mais sensível do nível de bem estar social*" e esta possuía índices elevadíssimos no Nordeste — a maioria morrendo de perturbações gastro-intestinais — e a expectativa de vida era muito baixa. O mesmo quadro calamitoso era encontrado na zona do cacau[140], agravado pelo absenteísmo dos grandes proprietários.

A terceira área alimentar foi a do Sertão do Nordeste, onde existia uma fome diferente da Zona da Mata, não permanente mas de surtos epidêmicos de fome global, quantitativa e qualitativa. Nesta zona semi-árida, o alimento básico era o milho que, associado a outros produtos regionais, permitia um estado satisfatório de nutrição, diferente de outras áreas dominadas pelo milho — como no sul dos EUA, Itália ou Romênia — que se caracterizavam pela incidência da pelagra. Na descrição das características fisiográficas, demonstrou que o Sertão não era uma área homogênea e que existiam sub-regiões[141]. Analisou a ocupação da região através da pecuária —

[140] Exceto quanto à devastação florestal, não tão intensa devido ao cultivo não ser tão antigo e ao processo de *cabrocamento*, "*no qual as árvores grandes são poupadas para ensombrar a cultura do cacau.*" (Castro, 1957**d**, p. 155)

[141] Dividia somente em três sub-regiões: agreste, caatinga e alto sertão. Há algumas incorreções ou afirmações discutíveis sobre, por exemplo, o solo e a vegetação; mas é importante lembrar que, na época, existiam poucos estudos sobre a região.

inclusive o papel das cabras criadas à solta na degradação da vegetação —, deixando claro que a região não possuía o exclusivismo da Mata.

O vaqueiro, que em geral recebia como paga pelo seu serviço a quarta parte da criação, também era agricultor mas de produtos de sustentação para consumo próprio, o que ocasionava uma alimentação sóbria, porém, equilibrada. O alimento básico — o milho — era somente a base calórica — e ali a necessidade de potencial energético era superior a das outras regiões brasileiras — e era quase sempre consumido com o leite. Este (e seus derivados, como o queijo e a manteiga) constava da dieta em virtude das deficiências em comunicação, que o afastava dos mercados urbanos e o deixava para consumo local. Além disso, tinha na carne sua fonte de proteínas[142]; as águas sertanejas eram ricas em cálcio; feijão e favas dificultavam as anemias ferroprivas; a espoliação em cloreto de sódio através da sudação era equilibrada com a alimentação rica em sal; e o Sol garantia a vitamina D.

Não havendo inverno, toda a economia era desorganizada e a fome se instalava, com todas as suas conseqüências: da perda da metade do peso, das oftalmias e das osteopatias, até o fato de crianças, que já andavam, voltarem a engatinhar. A falta de vitamina A, aliada a outras deficiências alimentares, ampliava os casos de cegueira. *"Passada a quadra seca, o número de cegos que imploram a caridade pública no Nordeste aumenta de maneira alarmante."* (Castro, 1957**d**, p. 218) Nas famosas secas, morcegos se agitavam durante o dia e atacavam as pessoas, cascavéis saíam de suas tocas; o ser humano também se alterava, esquecendo determinados valores — o vaqueiro chegava a roubar gado alheio — e passando da exaltação à apatia, do conviver coletivo ao isolamento. Essas fomes periódicas contribuíram para o aparecimento do cangaceiro e do beato, respeitados pelos sertanejos, por simbolizarem *"a sua aspiração de fuga à miséria — fuga pelo força do fuzil ou pela força da magia."* (Ibidem, p. 239) Entretanto, examinou muito pouco as relações de trabalho no Sertão Nordestino, embora a penetração de relações capitalistas mais modernas, o assalariamento, tenha se intensificado posteriormente. Não analisou a *indústria da seca*[143] e, quanto aos açudes, não colocou o problema da salinização e nem os contestou como solução técnica.

No capítulo final analisou as áreas Central e Sul, onde as deficiências alimentares eram *mais discretas e menos generalizadas*, sendo áreas de subnutrição e não de fome. A área Central do Milho (regiões montanhosas de Minas Gerais, sul de Goiás e *pantanais de Mato Grosso*), o *corn belt* brasileiro, segundo o autor, diferia do Sertão nordestino pelas combinações alimentares: milho, carne suína e bovina, feijão, couve e frutas. O consumo de leite era baixo, pois o mesmo era vendido às indústrias de laticínios. Não havia déficits calóricos mas uma carência se destacava, a do iodo, elemento importante no funcionamento da glândula tireóide[144].

> "*A pobreza deste metalóide nessas terras montanhosas, no seu solo, na sua água e nos vegetais aí produzidos, é responsável pela enorme incidência do*

[142] Carne de boi, carneiro ou cabrito. Além da carne-de-sol, no dia da matança se comiam as vísceras e as partes mais perecíveis nas conhecidas *buchadas*. A criação de galinha era pouco desenvolvida, assim como a pomicultura pois esta exigia mais tempo para a colheita, com maior risco de perder a produção, além da presença de tabus como: "*Frutas só de manhã, de tarde dá sezões e maleita. De noite chega a matar*." (Castro, 1957**d**, p. 187)

[143] Fez isso — talvez menos do que deveria — no livro *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (1967**a**), com destaque para as páginas 170, 184, 194, 195 e 216.

[144] As principais áreas de bócio no mundo (Alpes, Pirineus, Cárpatos, Himalaia, Grandes Lagos norte-americanos, vales centrais da Nova Zelândia, região central do Brasil, e outras) eram regiões "*encravadas no centro das massas continentais, distantes da costa e com condições, tanto geológicas como climáticas, desfavoráveis à existência de suficientes reservas de iodo no meio natural.*" (Castro, 1957**d**, p. 247) A distribuição do iodo nos continentes é irregular e, em determinados solos, os compostos iodados são facilmente solubilizados e transportados pelos agentes da erosão.

> *cretinismo endêmico nessa região, cretinismo que se manifesta numa rica gradação das formas clínicas, bociosas ou não*." (Castro, 1957**d**, p. 245/246)

A área do Sul (Distrito Federal e os estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) possuía um regime alimentar mais variado e com maior consumo de verduras e frutas. Deficiências apareciam nas grandes cidades, como as de cálcio, ferro e vitaminas A, B e C, resultado do baixo consumo de leite, verduras, frutas, legumes e cereais integrais por parte *das classes proletárias*. Teceu críticas à falta, no passado, de uma ação do Estado frente à força e à independência dos senhores da terra, indiferentes às ordens do governo que os contrariassem. Criticava também a centralização absurda do Estado Novo, que retirava das unidades regionais grande parte de suas receitas[145], e a situação de um país que se dizia agrícola mas que cultivava somente 2% de sua área total e destes 2%, apenas um terço destinado à produção de alimentos.

Concluiu o livro definindo a economia brasileira como semi-colonial e sua agricultura como semi-feudal. A inexistência de uma adequada rede de comunicações, entre outros fatores, provocava um desequilíbrio regional da produção de alimentos — mais de dois terços nos estados do Sul — e um desconhecimento por parte da população do *valor nutritivo dos gêneros alimentícios*, agravado pelos tabus alimentares e pelo baixo poder aquisitivo da população. A alimentação do brasileiro se mostrava

> *"imprópria em toda a extensão do território nacional, apresentando-se em regra insuficiente, incompleta e desarmônica, arrastando o país a um regime habitual de fome — seja de fome endêmica, quantitativa e qualitativa, como na área amazônica, a do Nordeste açucareiro e a da monocultura do cacau, seja epidêmica, como na área do Sertão, exposta às secas periódicas, seja de subnutrição crônica, de carências mais discretas como nas áreas do Centro e do Sul*." (Castro, 1957**d**, p. 259)

A fome, tanto global quanto específica, constituía, *"o fator primacial da lenta integração econômica do país"* (Ibidem, p. 260) e a causadora dos alarmantes índices de mortalidade infantil e global, da baixa longevidade e da incapacidade para o trabalho. Para piorar, segundo ele, a política nacional estabelecia privilégios à indústria[146] em detrimento da agricultura, e o agricultor era explorado por uma *"rede bem organizada dos intermediários e dos açambarcadores."* (Ibidem)

Pregava a necessidade de um *plano sistematizado de política alimentar*, do incremento à produção e à produtividade das espécies alimentícias, e de uma política agrária que combatesse o latifundiarismo e conservasse melhor nossos recursos renováveis, através de uma adequada utilização do solo. Recomendava a atualização da legislação, permitindo ao agricultor o acesso à terra através da desapropriação dos imóveis improdutivos; o aproveitamento das áreas circunvizinhas aos grandes centros urbanos para frutas, legumes e verduras (que não resistiriam a transportes a longas distâncias por não dispormos de recursos de refrigeração); a mecanização racional e intensiva a partir do conhecimento dos tipos de solo e das espécies a serem plantadas. Uma produção orientada para, em uma

> "*primeira etapa a satisfação das necessidades alimentares mínimas do nosso povo, como segunda etapa a satisfação de suas necessidades ótimas, e como terceira etapa a exportação de substâncias alimentares para cooperação com a política internacional de alimentação*." (Castro, 1957**d**, p. 262)

---

[145] Um estudo por ele citado (Castro, 1957**d**, p. 257) mostrava que o governo central chegou a ficar com 93% da arrecadação nacional.

[146] A indústria de alimentos era considerada, por ele, como arcaica, de baixa produtividade e, em alguns casos, nociva à saúde.

Isto aliado a um financiamento à lavoura, com a progressiva diminuição — até a isenção — de impostos da terra, àquela destinada inteiramente ao cultivo de produtos alimentares vitais. Importante ainda a

> "*Eliminação da mentalidade defeituosamente 'paternalista' do poder público, substituindo-se a tão mal 'assistência' com cheiro de esmola, por um bem organizado sistema de garantias creditícias, técnico-agronômicas, sanitárias e de preços mínimos, ao produtor de gêneros alimentícios*." (Castro, 1957**d**, p. 263)

Propunha também o estabelecimento de colônias agropiscícolas — em áreas planejadas e com um plano técnico de trabalho —, a luta pelo cooperativismo e contra a *indústria* do intermediarismo, a intensificação de pesquisas e campanhas para a formação de hábitos alimentares adequados e de divulgação das técnicas de luta contra a erosão.

Se o estudo foi minucioso em relação às regiões de fome endêmica ou epidêmica (Amazônica, Nordeste Açucareiro e Sertão Nordestino), foi por demais generalizante nas zonas de subnutrição (Centro-Oeste e Extremo Sul), que deveriam ser subdivididas pois pode ter passado a idéia de uma homogeneidade que não existia. Apesar das diferenças, não deu o mesmo peso – ou a profundidade de análise – à monocultura do café em São Paulo, se compararmos com o seu estudo sobre a monocultura de cana no Nordeste. Aliás, nesta última região, não deu o mesmo destaque a outras monoculturas (cacau e fumo), como se as características da Mata pernambucana fossem a de todo o Nordeste úmido. De qualquer modo, se antes já havia provado que as desigualdades sociais não eram naturais e inelutáveis, agora sedimentou o mesmo em relação à fome, mostrando-a como um fenômeno coletivo e como uma questão política.

Em 1949, no Congresso da Imigração, expôs, como co-autor, um trabalho denominado **Alimentação e colonização do Brasil Central**, com a "*finalidade de apresentar um estudo sintético do problema da alimentação, como um dos fatores técnicos de que se deve lançar mão num plano de colonização do Brasil Central.*" (Castro, 1957**b**, p. 46) Afirmando que os recentes estudos da Antropologia e da Geografia Humana haviam demonstrado que os problemas da fixação de imigrantes eram "*antes de tudo um problema de técnica*", definiu a área alimentar do Centro-Oeste[147], caracterizou seus principais aspectos naturais (relevo, vegetação, clima e disponibilidade de água) e sócio-econômicas, e descreveu a composição básica da alimentação regional. Do regime alimentar disse não existir *déficit* calórico e sim *déficits* qualitativos resultantes da insuficiente participação, no mesmo, de frutas, verduras e laticínios.

A carência mais generalizada era a de iodo, decorrente de sua pobreza no solo, na água e nos vegetais produzidos, carência responsável pelo bócio endêmico, passível de ser solucionado através da adição de iodo no sal. Neste item, ao retomar o histórico desta descoberta, levantou um aspecto importante ao afirmar que tinha sido "*Carlos Chagas com sua notável descoberta da tripanossomíase americana, quem despertou o interesse de nosso meio médico para o problema do bócio endêmico.*" (Ibidem, p. 50) Muito do que foi realizado decorreu do fato de Chagas[148] levantar a

---

[147] A área alimentar do Centro-Oeste abarcava GO e MT (exceto o NW) e incluía o SE do PA, o extremo S do MA, o SW do PI, a parte ocidental da BA (a margem esquerda do São Francisco) e a parte ocidental de MG (a região do Triângulo Mineiro). Assim descreveu a sua abrangência (Castro, 1957**b**, p. 47), o que diferia um pouco do mapa elaborado em *Geografia da fome* (Castro, 1957**d**, p. 40B).

[148] O médico e cientista mineiro Carlos Chagas (1879-1934), entre outras atividades, foi diretor do Instituto Bacteriológico (no qual ingressou em 1903) de 1917 a 1934, comandou em 1905 a campanha profilática que erradicou a malária em Santos (SP) e, em 1909, concluiu suas pesquisas sobre a tripanossomíase (doença de Chagas), identificando o agente causador, que denominou de *Trypanossoma cruzi* – nome final dado em homenagem ao sanitarista Osvaldo Cruz (1872-1917) – transmitido ao homem por espécies de *barbeiros*.

hipótese de ser o bócio uma manifestação de tripanossomíase, e a comprovação de seu erro por diversos pesquisadores acabou por dar argumentos à teoria da carência iódica. Ou seja, deu méritos a alguém que fez uma das coisas mais importantes em ciência: a elaboração adequada de perguntas.

Asseverou que aos autores só caberia apontar a dieta adequada, sem pretender que a mesma fosse adotada somente por ter sido prescrita, pois isto dependia de outros fatores, como o econômico e o educacional – do qual a maioria era alijada –, e somente uma profunda transformação poderia levar às modificações de sua alimentação e nelas estavam incluídas a diversificação das culturas de subsistência e a redistribuição fundiária. Por isto, era adequado enviar para esta região imigrantes com experiência em horticultura e pomicultura, dando-lhes condições adequadas de fixação e de trabalho. *Alimentação e colonização do Brasil Central* foi um texto de Geografia que, a partir das condições naturais, traçou as características sócio-econômicas, destacou os problemas e as suas causas, e propôs soluções para os mesmos.

Em 1951 apresentou, no V Congresso Sul-Americano de Química em Lima (Peru), um trabalho em parceria com outro pesquisador do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, sobre o valor nutritivo da mistura de milho e leite (Castro, 1957**b**, p. 55-68). Nele demonstrou que o milho era um alimento até certo ponto deficiente quanto ao teor protéico em virtude do desfalque de uma proteína (*zeína*). Citou diversas pesquisas realizadas no exterior que foram complementadas por investigações dos expositores feitas com fubá de milho amarelo. Descreveu uma série de dietas testadas com ratos brancos e concluiu que o emprego associado de leite e milho solucionava a deficiência e superava os índices de proteínas dos produtos, quando analisados em separado. A complementação também poderia ser feita com carne ao invés do leite, mas o custo elevado da primeira não a recomendava por razões econômicas. Comprovava, assim, o que afirmara em *Geografia da fome* quando, analisando o Sertão Nordestino, possuidor do maior consumo *per capita* de milho no país, dissera não existir sinais aparentes de carências alimentares – fora dos episódios de seca – em razão da mistura com o leite.

Em 1946, com a publicação do livro *Geografia da Fome* obteve, realmente, um destaque em termos nacionais. Como vimos, a *geografia* do nome não foi utilizada somente no sentido tradicional, de localização, mas de busca de uma metodologia que propiciasse uma visão multidimensional do fenômeno da fome, de um problema com conexões em diversos aspectos. O sucesso do livro resultou em traduções, inicialmente em francês e inglês, em razão de propostas realizadas pela direção da FAO[149]; isso ampliou a sua presença no exterior. O prestígio aumentava em proporção semelhante às críticas. Afirmações a respeito da propriedade de algumas plantas sem embasamentos mais precisos, relação entre vitamina e inteligência, estilo combativo e, por vezes, panfletário, entre diversos aspectos, o fizeram ser acusado de pouco científico, charlatão, ou *profeta da fome*. Em 1948, publicou a sua defesa da cátedra de Geografia Humana na Universidade do Brasil, intitulada **Fatores da localização da cidade do Recife**[150]. Para a elaboração desta monografia viajou para Recife e circunvizinhanças, e para Portugal e Holanda. Na apresentação, agradeceu as

[149] Graças às iniciativas do cientista inglês John Boyd Orr (1880-1971), na época diretor geral da FAO. Orr também realizou estudos sobre as insuficiências da alimentação humana e liderou lutas contra a erosão do solo e a favor de métodos agrícolas mais modernos. Em 1949, recebeu o prêmio Nobel da Paz. Esteve, em maio de 1947, no Brasil e visitou o Instituto de Nutrição dirigido por Josué de Castro. Escreveu o prefácio da edição inglesa de Geopolítica da Fome.

[150] Foi publicada em 1954 (*A Cidade do Recife: ensaio de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil) e também no livro *Ensaios de Geografia Humana*, em 1957, como segunda parte e com o título invertido*: Um ensaio de Geografia Urbana: a cidade do Recife*. (Castro, 1957**c**, p. 193-282)

sugestões dadas por Max Sorre[151], geógrafo francês com o qual teve ligações e que o influenciou em relação a uma análise mais *ecológica* dos fatos; mais tarde, considerou a ecologia como a ciência-chave ou *ciência mater*.

Em seu ensaio sobre "*as correlações entre a cidade do Recife e sua paisagem natura*l" (Castro, 1957**c**, p. 198), ao analisar os processos geológicos que caracterizaram o *fácies* topográfico da área, estabeleceu uma postura metodológica importante, afirmando que se devia buscar na geologia somente aquilo que era indispensável para a compreensão de certos fatos, como das razões da escolha de determinada área. "*Essa busca geológica no caso não significa um **fim** de nosso ensaio, mas apenas um dos meios complementares de que ele lança mão,* ..." (Ibidem, p. 209). Sempre destacando os princípios geográficos clássicos, não isolou a cidade do campo, destacou a influência histórica (a invasão holandesa), cultural (a formação cultural dos portugueses) e econômica (os interesses comerciais). Relacionou o ambiente natural com a questão estratégica, incluiu significativas ilustrações e — ainda que rapidamente — escreveu sobre os mocambos, a inchação urbana, a segregação espacial e a verticalização. Não fez uma análise da Recife de seu tempo mas do processo de formação da cidade; realizou um belo estudo e diferente do modelo reinante.

A pesquisa geográfica urbana brasileira teve como ponto de partida a atuação de Pierre Monbeig (1908-1987) na USP e a sua proposta metodológica. A monografia urbana sugerida por ele, "*em poucas palavras, pode-se dizer que era o resultado da aplicação do método de geografia regional à cidade. Era, na realidade, uma monografia regional, só que a região, neste caso, era a cidade.*" (Abreu, 1994, p. 208) Em importante artigo, Monbeig afirmou que o estudo geográfico de um *organismo urbano* era um "*dos mais típicos das concepções e dos métodos da geografia*" e nele afirmou:

> "*O ponto de partida de toda a pesquisa de geografia urbana é pois o estudo do quadro natural em que nasceu e cresceu a cidade. Deve-se, em suma, fazer tábula rasa de tudo o que os homens puderam acrescentar ao cenário natural por meio de suas casas, estradas, etc., e restabelecer, no sentido em que os arqueólogos e os epigrafistas empregam este termo, a paisagem natural tal como era no tempo em que o núcleo urbano começou a se desenvolver.*" (Monbeig, 1943, p. 09)

Foi assim que começou Josué de Castro o seu trabalho sobre a capital pernambucana, para realizar o seu "*estudo de natureza ecológica da paisagem urbana de Recife, procurando mostrar a dinâmica geográfica que condicionou a sua atual expressão urbana.*" (Castro, 1957**c**, p. 200) O geógrafo francês insistia no uso intensivo de mapas; o médico pernambucano os utilizou, assim como inseriu inúmeras ilustrações mas, se ateve ao passado, não colocando plantas e mapas do presente, do século XX. Analisou os condicionantes fisiográficos e explicou, adequadamente, a implantação do núcleo urbano, seus condicionantes históricos, as funções exercidas, o processo de crescimento e os aspectos arquitetônicos. Não chegou a ser uma monografia típica pela carência do momento presente.

Mas, não isolou os componentes e nem se deteve em *geograficidades*, como pregava Monbeig, que colocava o limite do campo de estudo no método e não no fenômeno, pois a demarcação entre fatos geográficos, sociológicos ou econômicos era difícil quando o objeto de estudo era um aglomerado urbano, motivo pelo qual era "*absurdo pretender exigir que o pesquisador se detenha diante de fronteiras teóricas e*

[151] O geógrafo francês Maximilien Sorre (1880-1962), a quem Castro se referiu como "*Ao nosso eminente amigo*" (Castro, 1957**c**, p. 197), foi professor em diversas universidades francesas, participou da direção do *Annales de Geógraphie*, exerceu diversos cargos em organizações ligadas à Geografia, sendo, inclusive, presidente da Comissão Internacional da Geografia Médica. Escreveu o prefácio à edição francesa de Geopolítica da Fome.

*universitárias.*" (Monbeig, 1943, p. 09)[152] Como vimos, Josué de Castro não seguiu à risca a proposta monbeigiana em seu *ensaio de geografia urbana*[153], se enquadrando no rol dos que se dedicaram, predominantemente, à análise da "*origem e evolução histórica*" das cidades (segundo classificação de Abreu, 1994), tendo como início – como a maioria – o estudo do sítio. A maioria dos trabalhos posteriores sobre a capital pernambucana fizeram referências a este texto.

[152] O artigo de Monbeig, *O estudo geográfico das cidades*, é um importante documento para entender a sua concepção de monografia urbana e para demonstrar que, se aqui elaboravam monografias que isolavam os aspectos naturais dos outros, se desvalorizavam totalmente o perfil do homem no processo, a culpa maior foi dos seguidores e não do mestre. Apesar de todos os defeitos dos integrantes da Escola Regional Francesa, insistia que o exame das características naturais só deveria ser "*empreendido para levar ao estabelecimento de relações (positivas ou negativas) entre eles e a formação urbana*", que sempre se buscaria o porquê dos fatos, e que uma monografia não deveria ter a aparência de um *relatório oficial, administrativo e impessoal* pois o que se desejava era o conhecimento da *alma da cidade*. "*O perigo é exatamente o de 'deshumanizar', pois ninguém acredita ter mostrado o homem, quando este foi contado como um rebanho de gado. É tempo de fazer uma injeção de Elysée Reclus na geografia dos 'synclinaux' e das estatísticas, como na sociologia que crê exprimir o real por colocá-lo em equações.*" (Monbeig, 1943, p. 19) Lembrava que arquivos e estatísticas não ensinavam "*mais que o desfile das moças no domingo à tarde na praça pública da cidade pequena, ou que as cores, sons, os odores da grande avenida principal da Capital, que a multidão dos operários em alvoroço a saída da fábrica e que a luz de um belo dia seco sobre as areias vermelhas e os arranha-céus.*" (Ibidem, p. 20) Ao escrever sobre Blumenau (SC), demonstrou que a explicação, muitas vezes, se encontrava no exterior: "*A função industrial de Blumenau resulta, então, essencialmente da situação política e econômica da Europa há meio século.*" (Ibidem, p. 21) Escreveu que uma grande ciência "*não se faz de um só golpe*" e que estudos monográficos teriam "*tanto mais valor quanto menos se assentarem em conclusões definitivas.*" (Ibidem, p. 28)

[153] Seu trabalho foi dividido em: I- Introdução; II- Fundamentos fisiográficos; III- Ocupação humana da região; IV- A fundação da cidade; V- Localização e crescimento da cidade.

## 3. 3. Uma geopolítica da fome

> "... *a fome e a miséria devidas à inclemência da natureza constituem acidentes excepcionais, ao passo que a fome e a miséria 'fabricadas pelo homem' constituem a condição habitual das regiões, as mais diversas do globo. Fabricadas pelo homem – por conseguinte, 'corrigíveis pelo homem'.*" (Robert Guillain)

Todo o destaque que Josué de Castro teve decorreu de seus estudos sobre a alimentação e de sua luta para combater a fome no Brasil e no mundo. Notadamente após a 2ª Guerra Mundial, tivemos um melhor panorama da fome no mundo e das conseqüências da colonização européia no agora chamado Terceiro Mundo. A expansão da medicina preventiva, em várias áreas, provocou uma redução dos índices gerais de mortalidade e, por conseqüência, um elevado crescimento populacional nos países subdesenvolvidos[1]. Com isso, houve uma recuperação das idéias de Malthus e o surgimento de teorias que, culpando os pobres não só pela sua própria pobreza mas também pela de seus países, propunham o controle da natalidade, inclusive como função do Estado[2]. As tabelas, a seguir, nos dão uma idéia da situação demográfica do mundo até 1970, dado o falecimento de Castro no início desta década.

Tabela 29. Evolução demográfica de algumas regiões do mundo e do Brasil (em milhões de hab)

| Região | 1900 | 1950 | 1970 |
|---|---|---|---|
| Ásia | 925 | 1.380 | 2.040 |
| África | 110 | 220 | 350 |
| América Latina | 90 | 162 | 284 |
| América do Norte | 85 | 165 | 226 |
| Europa (menos URSS) | 300 | 400 | 460 |
| URSS | 135 | 180 | 243 |
| Oceania | 6 | 13 | 19 |
| Brasil | 27,4 | 51,9 | 93,1 |

Fonte: Coelho, 1992, p. 111
Organizada pelo autor

[1] Cabe mencionar que, ainda no século XIX, o declínio da mortalidade comandou, em um primeiro momento, a dinâmica populacional em muitos países europeus e, décadas depois, este papel passou a ser realizado pela diminuição da fecundidade. Este fato levou, após a 2ª Guerra Mundial, a pregações de controle em países pobres e a incentivos à natalidade em determinados países ricos, preocupados com a sua estagnação demográfica ou temerosos da diminuição percentual da parcela *mais pura*. Este último fato, por exemplo, ocorreu nos EUA, a partir dos anos 40, quanto ao destino dos WASP (*White Anglo-Saxon and Protestant*) frente à maior natalidade dos negros e dos novos imigrantes.

[2] Em 1969, Paul Erlich, professor da Universidade de Stanford (EUA), propôs, na abertura da XIII Conferência Anual da Comissão Norte-Americana da UNESCO, "*tratar-se quimicamente, com drogas e esterilizantes, os alimentos que os EUA enviam ao estrangeiro, ou simplesmente cortar a ajuda às nações que não cuidam de limitar suas populações.*" (Pereira, 1993, p. 224; também em Pacheco, 1974, p. 107) Muito citada também foi a frase proferida, em 1965, pelo presidente dos EUA Lyndon Johnson (1908-1973), de que mais valia empregar cinco dólares em planejamento familiar do que cem dólares em desenvolvimento econômico (Gallo, 1970, p. 81; Singer, 1970, p. 02; Pacheco, 1974, p. 32).

Tabela 30. Crescimento demográfico mundial no século XX (1900 = 100)

| Ano | ex-URSS | Europa | Ásia | África | América | Oceania | Mundo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1900 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1910 | 117 | 115 | 103 | 108 | 125 | 117 | 108 |
| 1920 | 120 | 110 | 106 | 117 | 144 | 150 | 112 |
| 1930 | 136 | 118 | 122 | 137 | 168 | 167 | 128 |
| 1940 | 148 | 127 | 136 | 159 | 190 | 183 | 142 |
| 1950 | 136 | 131 | 148 | 181 | 228 | 217 | 154 |
| 1960 | 162 | 142 | 180 | 225 | 286 | 267 | 184 |
| 1970 | 184 | 154 | 224 | 287 | 352 | 317 | 225 |

Fonte: Coimbra & Tibúrcio, 1993, p.108

Tabela 31. Ritmos anuais médios de crescimento da população do mundo (em %), 1900-1970

| Período | ex-URSS | Europa | Ásia | África | América | Oceania | Mundo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1900-1910 | 1,55 | 1,38 | 0,31 | 0,81 | 2,26 | 1,55 | 0,99 |
| 1910-1920 | 0,25 | -0,43 | 0,27 | 0,82 | 1,46 | 2,50 | 0,31 |
| 1920-1930 | 1,26 | 0,76 | 1,49 | 1,52 | 1,53 | 1,06 | 1,35 |
| 1930-1940 | 0,86 | 0,63 | 1,09 | 1,54 | 1,25 | 0,96 | 0,81 |
| 1940-1950 | -0,99 | 0,31 | 0,87 | 1,29 | 1,79 | 1,69 | 0,80 |
| 1950-1960 | 1,74 | 0,81 | 2,05 | 2,21 | 2,33 | 2,09 | 1,84 |
| 1960-1970 | 1,28 | 0,84 | 2,24 | 2,45 | 2,18 | 1,73 | 1,99 |

Fonte: Coimbra & Tibúrcio, 1993, p. 109

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), com a *explosão demográfica* nos países subdesenvolvidos, as teorias catastróficas ressurgiram, com destaque para o chamado *neomalthusianismo.* De maneira geral, defendiam que o acelerado ritmo de crescimento vegetativo resultava em elevada parcela da população jovem na pirâmide etária de um país, e isto era um entrave ao desenvolvimento por forçar o Estado a desviar recursos para educação e saúde e não para investimentos realmente produtivos, como transporte, energia, indústria e outros. Este *desvio* de recursos impedia o crescimento da renda *per capita*. A solução seria uma política rigorosa de controle da natalidade, realizada pelo Estado e para a alegria dos fabricantes de anticoncepcionais, como se a diminuição das pessoas garantisse, por si só, uma melhor distribuição de renda[3].

Uma das razões não explicitadas era o perigo, por causa da expansão dos meios de comunicação, de revolta por parte dos pobres e miseráveis; ou seja, da crítica que Marx já fazia a Malthus: o temor do crescimento exagerado do *exército de reserva*. Não se propunha u'a mudança na estrutura econômica e, sim, se transformava a conseqüência em causa, procurando diminuir o número de pobres pelo impedimento do nascimento dos mesmos. Chegou-se a afirmar que este elevado crescimento era prejudicial ao meio ambiente[4] — pelo esgotamento dos recursos naturais —, como se a causa dos problemas ambientais mundiais fosse o subconsumo da maioria pobre e não o superconsumo da minoria rica[5].

[3] Como se opunha à intervenção do Estado e às práticas anticoncepcionais, percebe-se aqui que *Malthus não seria um neomalthusiano*.

[4] Cabe lembrar que, nesta época, a questão ambiental ainda não havia assumido a diversidade e a intensidade adquiridas posteriormente.

[5] As críticas feitas por Josué de Castro ao livro *O caminho da sobrevivência* (*Road to Survival*), a bíblia dos neomalthusianos da época, de autoria do estadunidense William Vogt e publicado em 1948, ilustram as posturas mais radicais. O caminho da salvação seria o controle dos nascimentos por todos os meios, a recusa de ajuda aos povos que não o fizessem e a colaboração para que os doentes e os famintos morressem mais depressa. Ele chegou *"a invectivar contra médicos e contra a medicina moderna que vêm tentando salvar vidas pela aplicação de métodos preventivos e curativos nas regiões mais atrasadas do mundo, porque, para Vogt, estas vidas são*

Controles demográficos impostos, em regiões nas quais a situação de vida permaneceu a mesma[6], fracassaram. Aqueles que desprezam o processo histórico interpretam a sociedade como uma realidade que repete a si mesma, como se fosse algo estático. Nas visões neomalthusianas, o contingente populacional adequado era o que garantiria a quantidade necessária de mão-de-obra, com um pequeno excedente para pressionar os salários para baixo. Se este excedente ampliava em demasia, surgia a necessidade de controlá-lo. Podiam até usar, como justificativa, a pressão sobre os recursos naturais mas, para esconder a real pretensão. Se a preocupação maior fossem os recursos naturais, enfatizariam mais as críticas ao superconsumo de alguns e às *sociedades do desperdício* instaladas.

Em 1951, com a publicação de **Geopolítica da Fome**, consolidou seu prestígio externo. Com o livro anterior (1957**d**), esta obra se constituiu em um dos primeiros alertas sobre o problema da fome como um estigma do subdesenvolvimento – termo que passou a utilizar constantemente – e como resultado de estruturas sócio-econômicas herdadas do colonialismo e do imperialismo. Por esta obra, traduzida em pelo menos 25 idiomas, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais [7] e críticas, notadamente de neomalthusianos. Se em *Geografia da Fome* expôs o problema do Brasil e provou que existiam diversos tipo de fome, em *Geopolítica da Fome*[8] mostrou que o problema era mundial e que, se havia superpopulação no mundo, a fome, em suas diversas modalidades, era a causa básica.

O objetivo era o de *"estudar o terrível fenômeno da erosão que a fome está provocando no homem e na civilização"* (Castro, 1968, p. 68), de analisar o fenômeno da fome coletiva, endêmica ou epidêmica, aberta ou oculta, total ou específica, que constituía um fenômeno universal mas não era uma tradução de uma imposição da natureza e, sim, de erros e defeitos das organizações sociais. E "*se não é possível exterminar a fome do mundo com medidas tendentes a controlar o crescimento das populações, é perfeitamente viável obter-se o contrôle dêsse crescimento pelo extermínio da fome*." (Ibidem, p. 74) O livro ainda se caracteriza pelo combate ao determinismo fisiográfico, às idéias de Malthus e ao neomalthusianismo, também interessados "*por motivos de ordem política ou de ordem econômica em atribuir a*

---

*indesejáveis*." (Castro, 1957**b**, p. 133/134) Para ele, a *crença* de que o médico deveria manter vivas tantas pessoas quanto possível seria a responsável por milhões de miseráveis vivos. A culpa da pobreza em Porto Rico era dos serviços médicos estadunidenses, graças aos quais diminuíra a mortalidade e aumentara a população. Escreveu, por exemplo, que "*Um dos bens essenciais do Chile, talvez o maior, é a elevada taxa de sua mortalidade.*" (Ascofam, 1958, p. 141) Em resposta à sua afirmação de que na Índia a reprodução era o esporte nacional, Josué de Castro, além de realçar a força da cultura hindu e de deixar claro que as epidemias de fome se agravaram com a intervenção inglesa no país, perguntou — com uma ironia raivosa — se os indianos deveriam reservar parte de suas terras para, com o mesmo fervor dos estadunidenses, jogar tênis; ou então, *"como os ingleses, se entregassem aos excessos do box ou aos excessos do esporte imperialista de confiscar terras e mais terras e de mandar e desmandar no mundo inteiro?"* (Castro, 1968, p. 263)

[6] Como, p. ex., em uma aldeia indiana do Punjab, apesar dos elevados recursos empregados para controlar a natalidade, as taxas de fecundidade permaneceram elevadas. Razões como situação das castas, formação de classes e domínio inglês, pressionavam os camponeses a ter muitos filhos. "*As várias formas de exploração a que estavam sujeitos tornavam o recurso à família grande uma necessidade econômica objetiva, bem como inútil e sem sentido prático a pregação do 'Family Planning'*." (Camargo, 1980, p. 14)

[7] Como o Prêmio Roosevelt (1952, da Academia de Ciências Políticas dos EUA), Grande Medalha da Cidade de Paris (1953), Prêmio Internacional da Paz (1954), Oficial da Legião de Honra (França, 1955) e outros.

[8] No início do livro, havia a citação de um adágio popular, importante para entender sua proposta: *A mesa do pobre é escassa / mas o leito da miséria é fecundo*. Cabe observar que o livro comporta uma análise mais densa e mais profunda do que a aqui realizada. A propósito de *Geopolítica da fome*, a Folha da Manhã, em 15/09/57, publicou um artigo, altamente elogioso, intitulado *O autor brasileiro mais lido e comentado no mundo inteiro*. Segundo o texto, a "*obra foi publicada no mundo num total de 400.000 exemplares – caso único com um escritor brasileiro – em 15 línguas, incluindo o japonês, o chinês, o hindu e o russo. Só nos Estados Unidos foram tirados e vendidos 140.000 exemplares e na União Soviética 120.000 até agora.*" (O autor ..., 1957).

*condições naturais humanas o que é mais produto de condições sociais desumanas*." (Ibidem, p. 239)

Sobre o pastor protestante e professor de História Moderna e Economia Política no East India College — uma instituição para treinar futuros funcionários da administração inglesa naquela colônia —, Thomas Robert Malthus (1766-1834), escreveu que o mesmo

> "*engendrou a hipótese de que as populações crescem em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, resultando daí o impasse de uma produção irremediavelmente insuficiente para as necessidades das populações*." (Castro, 1968, p. 60)

Josué de Castro, assim como outros autores, simplificava demais o pensamento de Malthus, excluindo, por exemplo, as limitações que, segundo o economista inglês, impediriam a progressão geométrica.

Malthus, um dos destacados teóricos da escola liberal britânica, foi depreciado por Karl Marx (1818-1883) — que o chamava de reacionário, plagiador, defensor dos latifundiários, inimigo dos trabalhadores e do progresso, entre outras críticas — e elogiado por John Maynard Keynes (1883-1946), que o considerava como um precursor de suas próprias teorias e como um dos maiores economistas da história. Formado em Matemática — e com uma boa formação em Letras e História — pela Universidade de Cambridge, onde também teve contatos com a física newtoniana, publicou anonimamente — talvez devido a sua condição eclesiástica —, em 1798, sua obra mais famosa: **Ensaio sobre o princípio da população**[9]. O tema central era o crescimento da população e a pobreza, problemas importantes em uma época em que a Revolução Industrial estava em curso na Grã-Bretanha e, em alguns países europeus, o aumento da oferta de alimentos havia provocado redução da mortalidade e aumento do crescimento vegetativo.

O sucesso do livro pode ser atribuído ao fato de conter idéias simples e de colocar a expansão da miséria como um fenômeno natural, não de causas sócio-econômicas, o que agradava sensivelmente aos grupos dominantes. Sua grande preocupação era o equilíbrio entre a população e os meios de subsistência. No texto da 1ª edição, no qual afirmava debater a questão do *futuro melhoramento da sociedade* que, por sua vez, dependia de a população ser sempre mantida no nível de subsistência, dizia que existiam, entre outras, duas leis fixas de nossa natureza: que o alimento era necessário à existência humana e que a necessária paixão entre os sexos permaneceria semelhante. Também que

> "*a capacidade de crescimento da população é indefinidamente maior do que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população,* ***quando não obstaculizada****, aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética.* [...] ..., *os efeitos dessas duas diferentes capacidades devem ser mantidos iguais. Isto implica um obstáculo ao crescimento da população, forte e constantemente operante, provindo da dificuldade de subsistência*." (Malthus, 1982, p. 57; grifo nosso)

Segundo ele, isto também ocorria nos reinos vegetal e animal, cujo crescimento era obstaculizado por diversas razões como "*desperdícios de sementes, doenças e morte prematura. Entre a humanidade, a miséria e o vício*." (Ibidem)[10] A população e a

---

[9] A segunda edição foi publicada em 1803, dois anos após o primeiro censo demográfico da Inglaterra, e saiu com o seu nome. Diferente no título (exceto o início), no tamanho (a 1ª edição, de bolso, tinha 19 capítulos e 150 páginas; a segunda, 55 capítulos e 600 páginas) e na forma.

[10] Karl Marx, crítico feroz das posições de Malthus – e que afirmava que sua postura derivava do temor do crescimento exagerado do *exército de reserva* –, afirmou em *O Capital*: "*De fato, cada modo histórico da produção social possui sua própria lei de população que se aplica somente a ele, que morre com ele e que não possui conseqüentemente senão um valor histórico. Uma lei da população abstrata e imutável existe somente para as*

produção possuíam uma capacidade desigual mas havia uma imposição da natureza para que seus efeitos fossem iguais. Apesar de ser de discutível valor científico, a teoria populacional de Malthus teve muita influência, inclusive nas formulações evolucionistas de Charles Darwin (1809-1882)[11].

Somente onde ainda não existissem obstáculos, a população dobraria a cada vinte e cinco anos[12]; ou seja, a progressão geométrica somente ocorreria onde não houvesse obstáculos — que classificava de positivos, quando faziam crescer a mortalidade, como fome, miséria, doenças e outros, e de preventivos (chamados por ele de *"vícios"*), quando ajudavam a reduzir a natalidade, como a contracepção e o aborto[13]; pessoalmente, se opunha a práticas anticoncepcionais. Na segunda edição, acrescentou o outro obstáculo que, para ele, era fundamental: o controle moral. No verbete que elaborou em 1824 para a Enciclopédia Britânica, o definiu

> "*como a abstinência do casamento, quer temporária, quer permanente, a partir de considerações de prudência, com uma conduta estritamente moral para com o sexo no intervalo. Este é o único modo de manter a população em equilíbrio com os meios de subsistência que é perfeitamente consistente com a virtude e a felicidade*." (Malthus, 1982, p. 174)

O *celibato virtuoso* era, portanto, o obstáculo mais importante. Achava também que o excesso de ajuda aos pobres era ruim, pois provocava a elevação dos preços dos alimentos, piorando a vida dos pobres, e acelerava o crescimento demográfico, uma vez que não desestimulava o casamento. Reacionário, anti-cristão, mas coerente com o liberalismo que apregoava. Todavia, chegou a propor medidas que melhorassem a vida dos pobres, como a criação de empregos e, somente na obra *Princípios de Economia Política*, que isso fosse também através da realização de obras públicas.

Este defensor da aristocracia agrária — e a achava progressista — que considerava natural a desigualdade (o oposto era anti-natural) e o direito de propriedade como um direito natural, e que pobres sempre existiram e existirão, forneceu importantes contribuições para a sistematização da teoria da renda diferencial da terra — aprimorada posteriormente por Marx — e da chamada *lei dos rendimentos decrescentes*. Esta última foi muito usada por ele para justificar a impossibilidade de um crescimento constante da produção agrícola, mesmo com a incorporação, cada vez mais necessária, de terras de qualidade *inferior*, característica que forçaria também a

---

*plantas e para os animais e somente até que não sofram a influência do homem.*" (apud Quaini, 1979, p. 49) Refutou, portanto, uma lei natural de população "*para afirmar a existência de leis de população específicas a cada modo histórico de produção. Isto significa que, embora as causas da fecundidade repousem sempre na produção, suas tendências e seu sentido social podem diferir no tempo e no espaço.*" (Oliveira e Szmrecsányi, 1980, p. 193) Discordando de que as causas repousem "*sempre na produção*", é importante realçar que Marx já apontava as diferenças de fecundidade entre as classes, resultantes de suas condições de trabalho; ao afirmar que cada modo histórico de produção tem sua própria lei da população, defendia que a lei era referente somente a este processo, com ele se modificava e desaparecia. Cabe realçar, entretanto, que no *momento capitalista* esta lei não era igual no países centrais e nos periféricos. Contudo, deixava claro que a fecundidade era um fenômeno social e histórico, o que os dados e as estatísticas posteriores comprovaram.

[11] Por exemplo: "*As leis da natureza* [...] *previnem a existência contínua de um excesso que não pode ser mantido e, assim, ou desencorajam a sua produção, ou a destróem em botão, ...*" (Malthus, 1982, p. 188). Mas, nesta última versão de sua teoria (1824), também afirmou: "*Tem sido corrente considerar-se o direito do mais forte como a lei da natureza entre os homens, da mesma forma que entre os brutos; entretanto, ao fazer isto, desistimos imediatamente da superioridade peculiar e distintiva do homem enquanto ser racional e o classificamos entre as bestas do campo.*" (Ibidem, p. 190)

[12] Citava, como exemplo, os EUA naquela época, afirmando existirem lá terras disponíveis, o que significava que não levava os nativos em consideração.

[13] Na segunda edição, foi mais claro sobre o assunto e ainda incluiu como obstáculos positivos a pobreza, as grandes cidades — "*... as grandes cidades são desfavoráveis à saúde, particularmente à saúde de crianças novas; ...*" (Malthus, 1982, p. 178) — e as manufaturas, as guerras, o infanticídio, as más condições de trabalho etc. Esses obstáculos, *em várias combinações e operando com forma variada*, mantinham o equilíbrio entre população e meios de subsistência.

elevação dos custos. Já havia constatado, dando como exemplo a própria Grã-Bretanha, que a progressão geométrica na realidade não ocorria; e sua demasiada insistência em *se não fosse obstaculizada* demonstrava sua aceitação da inevitabilidade da existência de obstáculos ao crescimento populacional.

A progressão geométrica seria uma tendência geral e não de cada período, mas ela não ocorria em virtude da presença constante e necessária de obstáculos, visto que "*pelas leis da natureza é absolutamente inevitável a existência de algum obstáculo ao crescimento populacional*, ..." (Malthus, 1982, p. 173). Portanto, "*é às leis da natureza, e não à conduta e às instituições do homem, que devemos atribuir a necessidade de um forte obstáculo ao crescimento natural da população*." (Ibidem, p. 172) Sobravam algumas responsabilidades para o homem e as instituições sociais, e a principal delas não se constituía na superação de obstáculos e, sim, "*na orientação desses obstáculos de tal modo que sejam menos prejudiciais à virtude e à felicidade da sociedade,* ..." (Ibidem, p. 173). Essa orientação não deveria ser imposta por leis[14] mas através da influência na conduta dos indivíduos, diminuindo o *vício* (controle preventivo) e a *miséria* (controle positivo) pela *restrição prudencial ao casamento*. Na visão do autor, era esse controle moral que mantinha, na época, em alguns países europeus mais modernos, a população reduzida ao nível dos meios de subsistência.

Além de não conter nenhuma referência a textos de Malthus na vasta bibliografia – uma grande falha para quem fez do combate às suas idéias uma de suas bandeiras – , também nos intrigou, pelos temas tratados, o fato de, nos vários livros de Josué de Castro que lemos, o mesmo ter ocorrido com Karl Marx. Talvez por não propor uma revolução visceral, por ser mais reformista que revolucionário, por não aprofundar suas análises utilizando-se do método dialético, a presença de Marx não tenha sido significativa em suas análises. A ausência do filósofo alemão na bibliografia de seus livros, apesar dos temas trabalhados, pode ser uma prova de que ele não foi marxista. Encontramos críticas aos marxistas e ao modelo soviético, mas não à visão marxiana, ou por que ela não as merecesse ou ele a desconhecesse.

Tanto em *Geopolítica da fome* quanto em outros textos em que tratou deste assunto, foi superficial em suas análises e omitiu a expressão "*quando não obstaculizada*" referente à progressão geométrica da população[15]. Em *O livro negro da fome*, no qual também fez uma análise da visão de Malthus (Castro, 1960, p. 25-31), afirmou que a necessidade de justificar erros e preconceitos explicava a sua retomada – como uma "*justificação científica dos fracassos de nossa civilização*" –, que sua formulação nunca fora comprovada, que suas idéias já haviam sido lançadas antes por outros e que o medo do socialismo, em sua época, ajudava a explicar sua maior receptividade. Reafirmou que a população não era uma variável independente, que modificando a conjuntura econômico social variavam os tipos de curvas demográficas e que existiam tendências ou ciclos demográficos históricos.

Os progressos no campo da agronomia incorporando novas áreas e aumentando a produtividade desmoralizavam a lei dos rendimentos decrescentes. Erravam os neomalthusianos quando falavam em limites do potencial pedológico pois apenas dez por cento dos solos cultiváveis do planeta estavam produzindo, o que levou "*os cientistas participantes do 17º Congresso Internacional de Geografia, reunido em Washington em 1952, a avaliarem a capacidade mundial da produção dos*

---

[14] "*A prudência não pode ser imposta por leis sem grande violação da liberdade natural ...*" (Malthus, 1982, p. 175). "*Cada indivíduo tem* [...] *o poder de evitar as conseqüências maléficas sobre si e sobre a sociedade delas resultantes pela prática da virtude que lhe é ditada pela luz da natureza e sancionada pela religião revelada.*" (Ibidem, p. 194) Malthus procurou dar a sua contribuição visto que teve somente três filhos; coincidentemente, o mesmo ocorreu com Josué de Castro.

[15] Nas dezenas de artigos que citavam Malthus, no simpósio realizado em comemoração aos 50 anos de Josué de Castro (Ascofam, 1958), ocorreu a omissão da observação "*quando não obstaculizada*". Ou seja, a simplificação não foi uma falha somente dele.

*alimentos através da técnica atual, como capaz de subscrever as necessidades alimentares reais de 13,5 bilhões de habitantes ou seja de uma população cinco vezes maior do que a população atual.*" (Castro, 1960, p. 28)

Malthus, neomalthusianismo, determinismo fisiográfico, monocultura latifundiária e imperialismo, são os inimigos a serem combatidos na guerra contra a fome, objetivo de *Geopolítica da Fome* . Nesta luta, ele se apoiava, entre outros, em concepções cristãs, em diversos geógrafos — notadamente franceses — e mostrava influências marcantes do economista Gunnar Myrdal e do geógrafo Max. Sorre.

O sueco Karl Gunnar Myrdal (1898-1987), prêmio Nobel de Economia em 1974, realizou significativos estudos a respeito dos problemas dos negros nos EUA e sobre as regiões subdesenvolvidas, e era conhecido por seus estudos sobre o Princípio da Causação Circular e Acumulativa. Não aceitava que houvesse uma tendência natural, no sistema social, à auto-estabilização automática, mas esta podia ser atingida mediante interferências planejadas para este fim. Como exemplo de causação circular, usava a situação do negro dos EUA.

> "*O preconceito dos brancos e o baixo padrão de vida dos negros são, reciprocamente, causa e efeito. Se, em certo momento, o estado de coisas tende a permanecer praticamente inalterável, isso ocorre porque as duas fôrças se equilibram: o preconceito dos brancos e sua conseqüente discriminação contra os negros bloqueiam os esforços destes últimos para elevarem seu baixo padrão de vida; por outro lado, esse baixo nível de vida figura entre as causas do preconceito dos brancos, que os induz ao comportamento discriminatório.* [...] *Se qualquer dos dois fatores se modificasse, haveria mudança no outro e, também, desencadearia um processo acumulativo de interação mútua, no qual a mudança em determinado fator seria, continuamente, apoiada pela reação do outro. Assim, sucessivamente, de forma circular, todo o sistema se moveria na direção da mudança primária, de maneira cada vez mais ampla*." (Myrdal, 1968, p. 38-39)

Ambos os fatores — padrão de vida do negro e preconceito do branco — eram fenômenos multicausais e instáveis. Se se aplicasse um impulso em algum ponto, as variáveis se entrelaçariam "*de tal sorte, em processo de causação circular, que a mudança em qualquer delas provoca alterações nas outras, estas fortificam as primeiras, seguindo-se efeitos terciários sôbre aquela primeira variável afetada, e assim sucessivamente*." (Ibidem, p. 40) Afirmava que se deveria decompor os diversos fatores e estabelecer quantitativamente a capacidade que cada um possui de influenciar os outros fatores e de ser influenciado pelas mudanças provocadas neles. A aceitação da hipótese da causação circular e acumulativa levava a ser

> "*inútil buscar um fator predominante, um 'fator básico', tal como o 'fator econômico'.* [...] *pois tudo é causa de tudo, de maneira circular e interdependente.* [...] *É importante ter em mente que* [...] *um movimento ascendente do sistema inteiro pode resultar de medidas aplicadas neste ou naquele de seus pontos; mas isto não equivale dizer que seja indiferente, do ponto de vista prático e político, onde e como atacar o problema do desenvolvimento*." (Myrdal, 1968, p. 42-43)

Quanto mais conhecermos como os diferentes fatores se inter-relacionam, mais capazes seremos de maximizar os resultados, no esforço de alterar o sistema social. Para ele, mudando diversos fatores ao mesmo tempo, um país subdesenvolvido poderia *levantar-se puxando os cordões dos próprios sapatos*, desde que pudesse fazer o sacrifício de esperar o resultado de seus esforços. Outra influência notada[16] foi a do geógrafo francês Maximilien Sorre (1880-1962). Foi professor em várias

[16] Era amigo, deu sugestões para o seu trabalho sobre a cidade de Recife e foi o autor do prefácio à edição francesa de *Geopolítica da Fome*.

universidades francesas, participou da direção do *Annales de Géographie*, exerceu diversos cargos em organizações *geográficas*, sendo inclusive presidente da Comissão Internacional de Geografia Médica. Introduziu como tema central na Geografia o conceito de ecúmeno que, segundo Januário F. Megale, representava "*a população em seu dinamismo interno, fruto da ação e reação humanas em face da natureza*." (Sorre, 1984, p. 9) Para Sorre, a atividade humana se desenvolvia num conjunto de três planos — físico, biológico e social — que, enquanto condicionantes e condicionados pelo ser humano, interessavam à Geografia. Como a relação entre eles era dinâmica, o fato geográfico também era sempre dinâmico, o que exigia pesquisa permanente[17]. Como método de análise do fato geográfico, optou pela visão ecológica porque, como escreveu Megale em uma introdução a textos de sua obra,

> "*era o único recurso metodológico válido para se captar a totalidade do fenômeno da vida no ambiente onde ela surge e evolui constantemente* [permitindo] *a abordagem do fato geográfico em seu dinamismo e em sua interdependência com os demais fenômenos que ocorrem na superfície terrestre,* ..." (Sorre, 1984, p. 13).

Diferenciava-se da tradicional escola francesa — embora não rompesse totalmente com os postulados da mesma — pois esta colocava a ciência geográfica como o estudo da diferenciação regional, enquanto Sorre a considerava como a análise das influências e das interações de o homem e o meio natural, o que fez com que alguns classificassem a sua visão de *possibilismo ambientalista*.

Como sua análise da ação antrópica na superfície terrestre era de caráter ecológico, Sorre procurava explicações nos diversos campos do conhecimento, o que o fazia insistir na unidade da Geografia, na interdisciplinaridade e na necessidade de colaboração — e não de competição — entre as ciências sociais. Criou o conceito de *complexo patogênico*, importante na chamada *geografia médica,* definido em sua principal obra[18], em 1947, como:

> "*na complexidade das relações que interessam simultaneamente ao biólogo e ao médico, procura-se uma noção sintética suscetível de orientar as pesquisas do geógrafo. A interdependência dos organismos em jogo na produção de uma única doença infecciosa permite inferir uma unidade biológica de ordem superior: o complexo patogênico. Compreende, junto com o homem e o agente causal da doença, os transmissores e todos os seres que condicionam ou comprometem a existência humana*." (Sorre, 1984, p. 13-14)

Em seus estudos, chegou a destacar, já em 1947, a possibilidade de grandes desequilíbrios ecológicos devido à devastação e poluição ambiental, e também da crise do petróleo.

> "*A humanidade encerrou-se no ciclo produção para consumo e consumo para produção numa espécie de delírio. Caminha para o esgotamento dos recursos energéticos e minerais, ... Os defensores do progresso técnico não se dão conta disto e a noção de limite desapareceu de seu espírito*." (Sorre, 1984, p. 16)

Uma *consciência planetária*, entendida como a tendência das sociedades em adotar semelhantes valores e padrões de comportamento, em decorrência dos meios de comunicação de massa, foi outra previsão, acompanhada do lamento de que isso faria o ecúmeno perder *a sua variedade pitoresca e sua riqueza profunda*.

Sorre foi um dos que mais aproximaram a pesquisa geográfica da temática higienista na primeira metade do século XX. Mas, os pressupostos da *geografia-médica* sorreana, pouco se aplicavam ao ambiente das médias e grandes cidades dadas as

---

[17] "*... a geografia é um ramo decepcionante para quem deseja estabilidade e certezas."* (Sorre, 1984, p. 11)

[18] Sua obra mais importante é *Les fondements de la Géographie Humaine*, editada em três volumes, com os seguintes subtítulos: I: *les fondements biologiques; essai d'une écologie de l'homme* (1947); II: *les fondements techniques,* ... (1948) e III: *l'habitat; conclusion générale* (1952).

mudanças no perfil da morbimortalidade. Para ele, seguindo a linha clássica da geografia francesa, a doença deveria ser apreendida como um fenômeno localizável, passível de delimitação quanto à área. Seu trabalho,

> " *provocou a necessidade de considerar, na 'história natural das doenças', o maior ou menor ajustamento aos gêneros de vida, formulando e empregando o conceito dinâmico de complexo patogênico para explicar o perfil epidemiológico como resultado de condições específicas de vida em ambientes sociais, econômicos ou políticos. Segundo ele, 'a constituição dos complexos patogênicos depende, em grande parte, do gênero de vida dos grupos humanos e dos costumes que este gênero de vida exerce sobre vestuário, alimentação e condição de moradia'.*" (Guimarães, 2001, p. 161)

Esta visão podia ser adequada para uma situação preponderantemente dominada por doenças infecto-contagiosas mas difícil de ser aplicada em um quadro onde ocorrem doenças devido poluição, sedentarismo ou *stress* urbano. No entanto, a visão de conjunto, a busca de nexos causais por ele proposta, são atitudes que não devem ser descartadas.

A visão planetária e ecológica do mundo como um *organismo vivo e unitário*, com suas partes ligadas entre si, aparecia constantemente em *Geopolítica da Fome*. Josué de Castro procurava demonstrar que, se uma região padecia com a fome, todo o mundo sofria as conseqüências. Ao mesmo tempo, estava sempre presente a crença no poder da ciência e da técnica em solucionar esta outra obra humana: a fome. Afirmava também que as características humanas tidas como herança racial eram, na verdade, fruto da ação do ambiente e, principalmente, da alimentação e atacava as afirmações referentes à existência de superioridade racial. Demonstrou que os padrões universais de alimentação não eram adequados, que a pobreza também ocorria em áreas de baixa densidade demográfica — como um argumento contra o neomalthusianismo —; a crítica à monocultura e à ação imperialista[19] estava sempre presente, assim como a relação da agricultura com as características fisiográficas e o processo histórico, o que nos faz afirmar que realizava uma análise geográfica.

Na análise das diversas áreas do mundo, não omitia a estrutura de classes, nem a influência da religião, da cultura e do processo histórico; e, em quase todas as situações, analisava as mazelas da herança colonial, o regime político e, principalmente, a estrutura fundiária. No estudo sobre a Índia, por exemplo, começou com as características naturais não para explicá-las mas para elucidar as condições sociais do país. Na análise da China, não citou a sua capital, mas explicou adequadamente as condições sociais daquele país. Ao escrever sobre o continente africano, retomou, preocupado também com explicações *ecológicas*[20], a colonização européia desde os Césares de Roma, o europeu *moderno* expulsando os nativos das áreas férteis, a redução das culturas de sustentação, o *plantation* provocando o desenraizamento dos nativos em relação aos seus grupos clânicos — contudo, poderia ter dado maior destaque ao *apartheid* sul-africano — e até a diminuição da fertilidade dos solos egípcios com a construção da barragem de Assuã.

Escreveu sobre a fome nos EUA e um capítulo inteiro sobre a fome na Europa[21]. Não tratou o continente europeu como uma área homogênea e, sim, como

---

[19] Realizou, por exemplo, uma boa análise do colonialismo espanhol e do neocolonialismo estadunidense em Porto Rico (ver: Castro,1968, p. 191-197)

[20] Relacionou a destruição das florestas da Cadeia do Atlas com a necessidade de "*abastecer de madeira a armada dos Césares e para satisfazer o luxo dos palácios romanos*" (1968, p. 301), o desaparecimento do elefante da mesma região para abastecer os exércitos romanos e a degradação da vegetação nativa da orla mediterrânea pela prática do pastoreio pelos árabes (Ibidem, p. 307). Interessante foi o fato de classificar os solos equatoriais como pobres, mesmo na América Latina, quando os livros didáticos colocavam a Amazônia como o futuro celeiro do Brasil e do Mundo.

[21] Sobre os EUA, ver: Castro 1968, p. 180-182 e 197-210. Em 1971, denunciava *a miséria na abundância*, a fome nos EUA, fruto de causas "*enraizadas nas estruturas econômicas e sociais dos Estados Unidos, estruturas* [...]

diferenciada, com *contrastes desnorteantes*, realizando uma boa análise sobre a Europa Oriental. Não se limitou a levantar os problemas; propôs soluções e as discutiu, com análises de problemas ecológicos, dos fertilizantes naturais e artificiais, não percebendo males no uso do DDT[22]. Criticava a política de blocos antagônicos e acreditava em uma economia mundial *cooperativa, de reciprocidade de interesses*.

Foi neste livro que expôs mais claramente as razões fisiológicas da relação entre a carência protéica e o aumento da fecundidade: "*um certo tipo de fome específica – a fome de proteína – pode determinar, tanto nos animais como no homem, um alto nível de fertilidade, e vimos que, com a ingestão de doses liberais de proteína, caem de maneira sensível os índices de fertilidade.*" (Castro, 1968, p. 239) Esta proposta foi chamada por Gallo (1970) de *Teoria do Autocontrole Natural das Populações*, de quem apropriamos o nome para rotular a proposta de Josué de Castro, pois parte significativa das justificativas do autor chileno teve como base as análises do brasileiro[23]. O livro de Gallo tinha como finalidade primordial o combate ao neomalthusianismo e às políticas de controle demográfico, e a defesa das posições da Igreja Católica em relação ao tema; também foi superficial em relação a Malthus[24].

O trecho em que Castro melhor explicou o mecanismo biológico, da chamada de *Teoria do Auto Controle Natural*, foi o seguinte:

> "*A fertilidade tem sua base biológica no funcionamento de determinados órgãos, cujas funções são reguladas, em grande parte, pelos produtos de secreção interna de certas glândulas: os hormônios. Nas mulheres, o fenômeno da fecundação está em estreita conexão com o funcionamento do ovário, com a produção de seus hormônios, principalmente os estrogênicos, e com a presença em determinadas quantidades destas substâncias no meio interno.*
> *Sabe-se hoje que existe estreita ligação, entre as funções do fígado e as dos ovários, cabendo àquele inativar os excessos de estrogênio que os ovários jogam na corrente sanguínea. Já vimos anteriormente que uma das manifestações habituais das deficiências em proteínas é a degeneração gorda do fígado e sua tendência à cirrose* [...] *Sempre que ocorre a degeneração do fígado, decresce a eficiência das funções deste órgão e, certamente, entre elas, a da inativação dos excessos de estrogênio (foliculina).* [...] *com a fome de proteínas surgem as deficiências das funções do fígado, entre as quais a diminuição ou perda de sua capacidade inativadora da foliculina e, como conseqüência, amplia-se de maneira sensível a capacidade reprodutora da mulher; a sua fecundidade e a sua fertilidade*." (Castro, 1968, p. 239-240)

A isto se aliava o mecanismo psicológico que fazia a fome crônica determinar, com a diminuição do apetite alimentar, a intensificação do apetite sexual, o que colaborava para elevar os índices de fertilidade. Em algumas regiões, as razões econômicas também cooperavam para isso, como a necessidade de braços filiais para a lavoura.

As explicações biológicas e a posição anti-neomalthusiana – ou seja, suas posições em relação à auto-regulagem das populações e contra as políticas públicas de controle da natalidade – de Josué de Castro foram bem vistas pela maioria conservadora da hierarquia brasileira da Igreja Católica, que não concordava com suas posições no campo social[25]. Para ele, em algumas regiões, as razões econômicas

---

*baseadas na injustiça social e na exploração de grupos discriminados*." (Castro 1983, p. 65) Sobre a fome na Europa, ver Castro, 1968, p. 325-379.

[22] Até seus últimos escritos, não divisava o perigo, para o equilíbrio ecológico, do uso exagerado de inseticidas.

[23] A 1ª edição do livro de Jorge Ivan Hübner Gallo, professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Chile, foi em 1968. Na bibliografia foram citadas as versões para o espanhol dos seguintes livros de Josué de Castro: Geografia da Fome, Geopolítica da Fome, Ensaios sobre o Subdesenvolvimento e O Livro Negro da Fome. Contamos 18 referências a estes textos.

[24] Ver Gallo, 1970, p. 23-29.

[25] Possuía princípios cristãos mas (ou por isso mesmo) era crítico da atuação da Igreja Católica no país: "*... a Igreja no Brasil é exteriormente muito poderosa e interiormente bem pouco municiada de sentido religioso*. [...] *Como*

também cooperavam para a elevação dos índices de fertilidade, como a necessidade de braços filiais para a lavoura. Lamentamos que sua crença na possibilidade de a ciência e a técnica proverem de alimentos bilhões de pessoas não o fez dar a importância merecida às mudanças culturais e morais, aos métodos anticoncepcionais — no sentido de direito à informação e ao uso por livre opção — e, principalmente, à mudança do papel social da mulher.

Em 22/03/1952, o matutino paulistano Folha da Manhã publicou, em sua primeira página, uma matéria enviada pela *United Press* contendo críticas a afirmações contidas em *Geografia da fome*, obra conhecida após a publicação de sua versão em inglês. O jornal errou no título e na obra[26]. As principais contestações partiram do *Population Reference Bureau*, uma organização particular, oficialmente sem fins lucrativos, que se dedicava a divulgar dados sobre a população e que sustentava que o mundo precisava conter o elevado aumento demográfico, sob pena de sofrer graves conseqüências. As posições do brasileiro a respeito da fome ser uma das causas da superpopulação, de que era possível alimentar a população mesmo que esta duplicasse e de que a melhoria das condições de vida nas áreas pobres provocaria, por fatores biológicos, a queda da taxa de natalidade, foram contestadas. Em relação ao último item, o *Bureau* respondia que as taxas de nascimentos nos campos de concentração nazistas desmentiam a teoria de que grupos famintos seriam mais férteis do que os bem alimentados e que esta teoria era "'*enganadora', capaz de 'entorpecer os povos' com a esperança de que algum milagre possa evitar a ameaça do superpovoamento mundial,* ..." (Repudiada ..., 1952, p. 01).

O artigo citou ainda que experiências com animais de laboratório não comprovavam as afirmações, que a fome nos campos de concentração provavam que a fome reduzia a potência e a fertilidade, e que os estadunidenses se alimentavam melhor do que no período da Depressão e havia um crescimento constante da natalidade nos EUA. O *Bureau* sustentava ainda que o mundo estava perdendo a Batalha da Alimentação e que a fome só poderia ser aliviada se também fosse atacado o problema da reprodução humana. "*Quando o sr. Castro procura provar que a fome causa superpovoamento, demonstra uma ignorância profunda da dinâmica demográfica. Confundiu capacidade reprodutiva com crescimento numérico.*" (Ibidem)

Contestava ainda a existência de dezesseis bilhões de acres de terras cultiváveis no globo[27], citando, inclusive, que o antigo diretor da FAO e prefaciador da versão inglesa, *Sir* John Boyd Orr (1880-1971), havia declarado que "*as últimas terras cultiváveis foram aradas durante a Primeira Guerra Mundial.*" Afirmou também que o brasileiro fechava os olhos a fatos básicos, não só de demografia mas também de agronomia e ecologia, pois reduzia "*a importância da erosão do solo, como fator da batalha contra a fome,* ..."[28]. *Geopolítica da fome* contém falhas mas é muito mais

---

*tudo no Brasil no momento, a Igreja também está dividida. Uma parte — a maior — alimentada pelo conservadorismo, se mantém indiferente ao social como um aliado potente das forças de opressão popular, outra parte é representada por uma minoria esclarecida, a chamada esquerda católica, que tem o seu centro de ação e irradiação exatamente no Nordeste.*" (Castro, 1967**a**, p. 210)

[26] O título da matéria já continha um grave erro, citando o oposto do que o próprio texto da matéria afirmava, trocando a palavra fertilidade por esterilidade: *Repudiada em Nova York tese do nutrólogo Josué de Castro de que a fome aumenta a esterilidade.* Além disso, havia outra incorreção: o livro em questão não era Geografia da Fome e sim *Geopolítica da Fome*, publicado no Brasil em 1951.

[27] Josué de Castro citou realmente este número, e o fundamentou. Pode ter ocorrido algum exagero mas a afirmação não foi *gratuita*, e também falou a respeito do aumento da produtividade; ver: Castro, 1968, p. 57-59 e 63-65.

[28] Embora haja uma certa dose de razão na crítica, a análise feita por Castro era contra o que ele considerava um exagero, de que em breve a Terra seria um planeta morto, com "*seu esqueleto de pedra à mostra*". Distinguiu somente dois tipos de erosão, a natural ("*um fenômeno geológico inerente à evolução dos solos e ao seu equilíbrio vital*") e a provocada pelo homem ("*fenômeno limitado a determinadas áreas geográficas*"). Escreveu: "*Ninguém nega que a erosão seja fator de empobrecimento do solo, capaz de diminuir a produtividade. Ninguém nega que a erosão pode constituir-se através dos tempos, em fator universal da fome e da miséria; mas isso só num tempo extremamente longo e se não forem tomadas medidas protetoras contra a sua ação nefasta.*" (Castro, 1968, p. 65)

importante do que o artigo deu a entender. De mais a mais, a extrapolação de conclusões em experiências com animais para a vida humana, além de partir do princípio de que seres humanos e mamíferos roedores possuem comportamentos semelhantes, pode servir a diferentes propósitos[29]. Muitos males estas concepções já nos proporcionaram no campo da Psicologia, quando alguns deste ramo, seguindo a tendência naturalista, buscaram somente aspectos do comportamento que podiam ser verificados experimentalmente.

Estas ações tiveram por base os estudos do médico russo Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936), Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina (1904), que empreendeu "*pesquisas psicológicas que prescindiam de qualquer referência aos 'estados subjetivos' ou 'estados internos'.*" (Abbagnano, 1982, p. 144). As experiências que realizou com cães, sobre os fenômenos da digestão e da salivação, o levaram à explicação da aprendizagem pelo reflexo condicionado, através de reforçadores positivos e negativos, em uma "*diretriz mecanicista, pela qual o estímulo externo é a causa do comportamento, no sentido de que o torna infalivelmente previsível;* ..." (Ibidem, p.145)[30]. Foi ele a base da análise feita por Josué de Castro em *Fisiologia dos tabus*. O comportamento humano é muito mais complexo do que o de outros animais pois nele estão envolvidas influências da hereditariedade, do meio social, do momento histórico, da memória e outras. Experimentos controlados em laboratórios são

---

Citou exemplos de perda de solo e, por isto, deveria ter mais cuidado, dar mais atenção ao problema que, inclusive, já havia analisado seus efeitos no Sertão Nordestino em obra anterior (Castro, 1957**b**, p. 162-163). Deveria ter sido mais cuidadoso ao fazer afirmações como: "*... o fenômeno da superpopulação mundial e o da erosão do solo só poderão ser considerados como sérios fatores de fome, quando muito, em épocas futuras, nunca, porém, em nossos dias.*" (Castro, 1968, p. 67)

[29] Um artigo publicado pelo vespertino paulistano Jornal da Tarde, em 1974, relatava uma experiência realizada no Instituto Nacional de Saúde Mental, dos EUA, que comprovava os males da superpopulação. Em junho de 1968, foram colocados 4 pares de ratos sadios em uma caixa de 3 m de comprimento; em fevereiro de 1970, havia 2.200 ratos e, após março do mesmo ano, nenhum recém-nascido sobreviveu. Após atingir o limite *ótimo* de população – 620 *indivíduos* –, os ratos normais tornaram-se agressivos, mães abandonaram *filhos*, surgiram casos de perversão sexual e outras anormalidades. "*Essas anormalidades tornaram-se tão predominantes que a cadeia de acontecimentos já não pôde mais ser revertida mesmo depois de a população ter sido reduzida a seu antigo nível 'ótimo'*." Outra experiência, realizada entre 1925 e 1928 e citada por Gallo (1970), comprovava as teses de Josué de Castro. Grupos de ratos foram submetidos a dietas de diferentes conteúdos protéicos durante seis gerações seguidas e foi comparada a capacidade reprodutiva de cada grupo. A pesquisa demonstrou que os roedores que gozaram de boa alimentação, rica em proteínas, possuíam baixos índices de fertilidade e elevadas porcentagens de esterilidade; além disso, ocorria um retardamento da época habitual de fecundação. Destas experiências, concluiu-se que "*à medida que a dieta melhora em conteúdo protéico, diminui a capacidade reprodutora, embora aumente a resistência dos recém-nascidos e a respectiva percentagem de sobrevivência.*" (Gallo, 1970, p. 100) Além de servirem a diferentes propósitos, estas experiências, quando transladadas para os seres humanos, partem do princípio que as mulheres, em todas as culturas, vão até o limite de sua capacidade reprodutora (aproximadamente, 35 filhos). A comparação com animais também é falha porque, a maioria deles, não consegue sobreviver, como o homem, em todos os quadrantes do planeta. E o fato do ser humano habitar diversos ambientes ajuda a explicar as diferentes carências, pois nem todos os locais possuem os mesmos elementos; assim, dados sobre pessoas de uma região não valem, necessariamente, para todos os seres humanos.

[30] A pretensão de limitar a pesquisa em Psicologia a reações *objetivamente* observáveis e o nome Behaviorismo (ou Comportamentismo ou Análise Experimental do Comportamento) a esta corrente, foram estabelecidos por John B. Watson (1878-1958). Na busca do ideal positivista de ciência, esta corrente rejeitou a introspecção como instrumento de pesquisa, uma negação já realizada pelo criador do positivismo (ver Comte, 1973, p. 19-20) e transformou o comportamento (*behavior*), em toda a sua exterioridade, no único objeto merecedor de estudo, considerando a consciência como algo inacessível ao conhecimento científico. Um novo impulso ao behaviorismo foi dado pelo estadunidense B. F. Skinner (1904-1990), a partir de experiências com ratos e pombos; fruto de suas conclusões foi o processo de *instrução programada*, muito utilizado em escolas brasileiras na década de 1970. E não foi coincidência. A visão de sociedade, a política autoritária e a busca da eficiência, estimularam esta corrente, pois ela permite a elaboração de uma tecnologia de ensino, e o controle e a organização de situações de comportamento e aprendizagem. Esta concepção, portanto, é uma forma de controle social (justificada pela *linguagem científica*) útil para criar um sistema escolar *técnico*, no qual as noções de sociedade e de ciência podem ser *naturalizadas* e a crítica, eliminada.

realizados em ambiente artificial, o que prejudica os resultados e, transpostos para os seres humanos, excluem a possibilidade da existência da liberdade humana.

Em um livro publicado em 1964, a geógrafa Beaujeu-Garnier, apesar de afirmar que a influência da dieta na fecundidade era uma questão controvertida, escreveu:

> "*Experiências recentes, realizadas com animais, parecem mostrar que uma grande ingestão de proteínas provoca muitos casos de esterilidade; o índice de natalidade cai progressivamente à medida que aumenta o consumo de alimentos ricos em proteínas, tais como carne, ovos e leite; inversamente – e é a teoria brilhantemente sustentada por Josué de Castro em seu famoso livro 'A Geografia da fome'*[31] *– alto índice de fecundidade é característica dos povos mais pobres e dos mais seriamente subnutridos. Contudo, a pobreza no suprimento de alimentos tem, também, outras conseqüências, pois dela resulta grande fraqueza nas mulheres e, além disso, é o fator responsável por grande número de abortos.*" (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 150-151)

Também afirmou que o consumo de arroz trazia importantes conseqüências demográficas e tinha possibilitado o *superpovoamento* entre os seus consumidores no Extremo Oriente:

> "...; *deficiente como é em proteínas, pode, entretanto, proporcionar à mulher uma dieta que a predispõe à fecundidade; pode, além disso, ser consumido até pelos bebês, quer como mingau quer como massa, possibilitando-os a sobreviver e, portanto, de serem desmamados cedo de modo a ficarem, as mães prontas para nova concepção. A mulher asiática quase sempre dá à luz uma vez por ano; isso raramente se dá com a mulher africana.*" (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 151)

Mais tarde, o texto deu destaque a certas práticas culturais africanas que explicavam este fato pois aqui passou a impressão de ser resultante da ausência de arroz, produto que, básico, predispõe, segundo ela, à fecundidade por sua deficiência protéica, o que a faz concordar com o autor em questão.

Após o golpe de 1964, com o domínio de uma tecno-burocracia no poder, foram os economistas os que mais defenderam a necessidade de uma política de restrição aos nascimentos[32]. Os adversários, que podiam se manifestar, insistiam em certos mecanismos demoeconômicos: o rápido crescimento da urbanização, a melhora na instrução e a elevação do nível de vida da população. Setores militares advogavam o crescimento por razões estratégicas: de povoamento do Centro-Oeste e da Amazônia, por razões de segurança nacional. Não se falava mais em itens como alimentação, reforma agrária e distribuição de renda, as molas da proposta castriana.

---

[31] É o único livro do autor citado na bibliografia, mas este assunto foi tratado principalmente em *Geopolítica da fome*. Em uma análise próxima a visões deterministas, a geógrafa francesa estabeleceu uma relação entre a atividade sexual e o clima, embora tenha colocado dúvidas à respeito de seu papel sobre a fecundidade: "*A vida sexual humana segue, instintivamente, o ritmo da natureza. Nos países com fortes contrastes sazonais, a chegada da primavera é acompanhada de um paroxismo de atividade sexual; tem-se, muitas vezes, descrito o frenesi que se apossa do esquimó quando reaparece o sol. O gráfico mensal da natalidade, nas regiões rurais da Europa Ocidental, mostrava, geralmente, nos tempos antigos, um índice máximo no começo do ano, resultante de nascimentos ocorridos na primavera anterior. Inversamente, o inverno muito frio ou as epidemias de gripe mostram, mesmo agora, uma baixa no gráfico nove meses depois.* [...] *É questão para debate a indagação sobre se a capacidade de reprodução especialmente fraca de todos os povos das latitudes circumpolares é devida aos rigores da baixa temperatura ou à longa ausência da luz. Este é o único exemplo positivo* [de o clima exercer um papel na fecundidade]*; algures, em outras latitudes, há povos que vivem lado a lado e têm conduta muito diferente.*" (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 149-150)

[32] Por exemplo, Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, afirmou: "*O rápido crescimento da população é um dos maiores obstáculos para a expansão econômica e o bem-estar social dos nossos países-membros.*" (Hugon, 1977, p. 333) As previsões dos neomalthusianos Mário Henrique Simonsen e Glycon de Paiva para o ano 2.000, se o país adotasse uma política antinatalista, fracassaram quanto ao total de habitantes (124 milhões para o primeiro e 115 milhões para o segundo) e quanto à renda *per capita* (US$ 754 e 1300, respectivamente); o país foi bem superior nos dois aspectos.

No ano seguinte ao falecimento de Josué de Castro, um médico brasileiro publicou um livro contrário a práticas antinatalistas, no qual defendia esta – e outras – posições do pernambucano, afirmando que "*sua tese, à qual nos filiamos,* [é] *de que a superpopulação é conseqüência da fome.*" (Pacheco, 1974, p. 94) Um artigo, escrito trinta e quatro anos após a publicação de *Geopolítica da fome* (Especialistas ..., 1985), ouviu diversos especialistas a respeito da explicação biológica da superpopulação. Um ginecologista paraense fez suas as afirmações do livro quanto à função do fígado e as conseqüências que provocava, afirmando ainda que havia o aumento do apetite sexual feminino "*também regulado pelo teor de estrogênio*". Um professor do Departamento de Nutrição da UFPE disse que o raciocínio teve apoio em experiências com ratos mas que não era possível afirmar que as populações de baixa renda tinham "*muitos filhos por carências protéicas*". Estas, segundo ele, poderiam levar a lesões no fígado e produzir distúrbios hormonais, mas que, embora 80% das famílias pobres possuíssem fertilidade elevada, não eram 80% delas que tinham deficiências hepáticas; as razões eram sócio-econômicas e culturais. Ainda disse que muitas mães não amamentavam e "*a amamentação reduz a fecundidade de 20 a 25%.*"

Uma médica patologista da USP não acreditava nas afirmações de Josué de Castro e completou dizendo que a desnutrição retardava um pouco o início do ciclo menstrual e antecipava a menopausa. Uma nutricionista da UNIMEP (SP), se mostrou entusiasta das idéias do pernambucano e afirmou que a desnutrição fazia com que fossem baixos os estoques de glicogênio e vitaminas no fígado, o que estimularia glândulas como a hipófise, "*que controla os hormônios do parelho reprodutivo. Assim, aumenta a atividade do metabolismo carente e a mulher fica mais fértil, propensa a ser fecundada. O homem, por sua vez, se torna mais potente.*" (Especialistas ..., 1985) Um ginecologista e obstetra da Faculdade de Medicina da USP acreditava que acontecia o oposto; se a mulher não se alimentava direito, a tendência era ter menos filhos. Para este último, o controle da função do ovário era feita pelo sistema nervoso e, com fome, a mulher transmitia a esse sistema a necessidade de se alimentar – a fim de sobreviver – e a reprodução passava a ser secundária. Finalmente, um consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), afirmou que a *fecundidade* das desnutridas era inferior à das bem nutridas em 30% mas que, "*pelo valor econômico das crianças*", a *fertilidade* dos pobres era duas a três vezes maior.

Estas respostas[33] deixam patente que a questão da verdade é um problema para todos os ramos das ciências e que ela, em áreas menos complicadas do que nas ciências sociais, também está em aberto, à procura ainda de se identificar com a realidade, o que deve, pelo menos, exigir posturas menos autoritárias quanto à verdade científica. Além disso, como ocorreu na última resposta, há usos inadequados dos termos fecundidade e fertilidade[34]. Embora importante, o aspecto biológico não pode

[33] Mostramos, em 2003, o texto citado anteriormente sobre o mecanismo biológico da relação fecundidade/proteínas (Castro, 1968, p. 239-240), para quatro profissionais da Medicina. Um deles, homeopata, disse achar que a explicação era correta, que era isso mesmo que ocorria com o fígado quando o mesmo possuía deficiência protéica. Outro, endocrinologista, afirmou que não mais condizia com os atuais conceitos fisiológicos pelo fato de a mulher desnutrida não chegar, muitas vezes, a ovular; ocorria, pelo contrário, um prejuízo à fertilidade. Um pediatra asseverou que a justificativa era infundada pois a desnutrição prejudicava a fertilidade, relacionando a má alimentação com a amenorréia (ausência de menstruação); para ele, era apenas uma relação estatística pois derivava da condição sócio-cultural. Um professor de Clínica Médica declarou que a desnutrição não chegava a causar no fígado um nível de lesão que o levasse a ser insuficiente na metabolização dos hormônios, situação só encontrada em doentes crônicos como os alcoólatras e em casos de hepatite; também, para ele, a relação entre a desnutrição e o número de filhos deveria ser entendida como derivada da questão econômica e sócio-cultural.

[34] A fertilidade se refere à disposição para a fecundação, ao percentual de mulheres em idade reprodutiva, normalmente estabelecida entre 15 e 49 anos (mas este período da fertilidade humana pode sofrer alterações em seu início ou término). A taxa de fecundidade se refere ao número médio de filhos por mulher; é a relação entre o número de crianças com menos de 5 anos de idade e o número de mulheres em idade reprodutiva. Para os estudos demográficos, a taxa de fecundidade é mais importante.

ser a única explicação pois incorreríamos no erro de *biologismos* que, em outros campos, já nos levaram a explicações *científicas* justificadoras do racismo e do imperialismo. Castro também não se limitou a isto, pois colocou um problema social (carência protéica) como causa de alterações biológicas (aumento da fertilidade) que provocavam problemas cujas esferas de solução eram políticas.

Em *Geopolítica da fome*, retomou a argumentação sobre a pouca existência de estudos sobre a fome, revalidou a interpretação geográfica da questão[35] e travou uma feroz batalha contra o malthusianismo e o neomalthusianismo. Já se contrapunha à crença – que perdurou por décadas – de que somente o aumento da produção de alimentos solucionaria o problema[36]. Era indispensável a distribuição da riqueza produzida. Reconheceu a influência de interesses particulares no processo da produção científica e já não aceitava a idéia de que a ciência se subordinava à objetividade dos fatos. Permaneceu defendendo – e aqui aprofundou – a função da alimentação como um fator capaz de alterar o potencial biológico das pessoas e, principalmente, a própria organização social.

> "*Anulando as outras forças condicionadoras do comportamento humano, a fome desagrega a personalidade, apaga ou mesmo inibe suas relações normais a todas as outras solicitações do meio ambiente alheias à satisfação do instinto de alimentação. Nessa desintegração mental progressiva, desaparecem as atividades de autoproteção e de controle mental e dá-se, finalmente, a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral.*" (Castro, 1968, p. 122)

A situação de fome se transformou na explicação fundamental de fenômenos sociais,

> "*como o do banditismo e do misticismo mórbido, de certas áreas atrasadas do mundo, o das revoluções episódicas de outras áreas, o da prostituição e depravação moral – tudo isso como conseqüência mais ou menos direta dos efeitos dissolventes da fome aguda, sobre o equilíbrio mental e a integridade da pessoa humana.*" (Castro, 1968, p. 122)[37]

Não somente isto; também características, digamos, subjetivas de alguns povos:

> "*A tristeza é outro sinal emocional dos povos cronicamente famintos. Não há propriamente raças tristes, como afirmam liricamente certos sociólogos, sem atentar bem no problema. O que há são povos tristes, possuídos desta tristeza que a fome acarreta,* [...]*. A tristeza do índio mexicano, por exemplo, é uma conseqüência da sua alimentação escassa e deficiente, à base de milho,* [...]. *A decantada alegria e jovialidade do povo francês é, ao contrário, um produto de sua abundância alimentar, do equilíbrio de sua dieta nos tempos normais.*" (Castro, 1968, p. 124)

O próprio comportamento sexual na fome crônica, *específica ou latente*, era diferente da situação de fome aguda. Se nesta se desfazia com rapidez os desejos, "*inclusive os de natureza sexual*" (Ibidem, p. 121), em uma alimentação continuamente deficitária, os povos, "*longe de diminuírem seu apetite sexual, apresentam exaltação do mesmo e nítido aumento da fertilidade.*" (Ibidem, p. 125) Demonstrando que os pôneis derivaram

---

[35] Ao definir geopolítica, afirmou que era uma disciplina científica que buscava "*estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, a fim de demonstrar que as diretrizes políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacadas da realidade e das contingências do meio natural e do meio cultural.*" (Castro, 1968, p. 27)

[36] "*A verdade é que não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam isto porque, se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo. Daí a necessidade de que a política de alimentação cuide tanto da produção quanto da distribuição adequada dos produtos alimentares, e daí a necessidade de que esta política seja planejada em escala mundial.*" (Castro, 1968, p. 408)

[37] A relação entre messianismo e fome, realizada neste livro, mereceu um artigo do sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974, professor na USP de 1937 a 1954), intitulado *O messianismo e a fome* (In: Ascofam, 1958, p. 123-131).

do tipo de alimentação, afirmou que, por efeito da desnutrição crônica, os chineses, os japoneses e os pigmeus eram uma espécie de *pôneis humanos*. A fome poderia ainda provocar a cessão da espermatogênese, e a falta do hormônio sexual masculino chegava a provocar uma espécie de feminilização dos caracteres antropológicos como a diminuição da barba e o adelgaçamento da pele, o que levava a cogitar "*se o fato de os chineses terem em geral tão pouca barba e uma compleição grácil, de tipo feminilóide, não* [seria] *ligado à ocorrência de viver aquele povo sempre exposto a uma interminável seqüência de epidemias de fome.*" (Ibidem, p. 122)

Em *Geografia da fome* já havia explicações semelhantes; por exemplo, ao demonstrar que havia, na região que definiu como Área Central do Milho, um certo excesso calórico no regime alimentar, que resultava em maior incidência da obesidade, da diabete "*e na formação do tipo biológico dos mineiros lentos e pesados, conservadores e pachorrentos.*" (Castro, 1957**d**, p. 245; ou 1948, p. 464) Observando a tabela, em *Geopolítica da fome*, sobre os coeficientes de natalidade e o consumo de proteínas, notou-se a ausência de países da América Latina. Ao analisar a América Central (na qual incluiu o México), destacou o papel da colonização espanhola no atraso regional mas, com exceção de Porto Rico, não se deteve o suficiente sobre o domínio dos EUA e de trustes, como a *United Fruit Co.*

Parece ter exacerbado a função biológica e não ter dado o destaque merecido aos fenômenos sociais na explicação da capacidade reprodutiva. Mudanças de concepção a respeito de práticas concepcionais, modificações positivas do papel social da mulher e elevação do nível de vida, foram fatores mais significativos do que o processo fisiológico derivado da maior ou menor quantidade de proteínas. Quase cometeu o mesmo erro que atribuía a Malthus, o de considerar o crescimento da população como uma variável independente, isolada do conjunto das realidades sociais, quando insistia demasiadamente na relação fecundidade/proteínas.

Para quem defendia o método geográfico, justamente por possibilitar a conexão entre natureza e sociedade, por permitir uma síntese dos diversos elementos que influenciavam um determinado fato, as explicações dadas foram por demais redutoras, estabelecendo uma única causa básica – a fome – para misticismos, revoltas, problemas morais e vivências culturais de diversas nações. A alimentação, deste modo, se transformava no principal determinante da realidade social, conflitando com a própria proposta de multicausalidade da teoria de Myrdall[38]. Isto não retira o mérito da obra. Suas ambigüidades foram, muitas vezes, decorrentes do impulso em busca de uma nova construção de um setor do conhecimento. Constituíram-se naqueles erros fundamentais para quem procura – e para o próprio – avanço da ciência.

A partir deste livro, a apreensão, pelo autor, do fenômeno da fome foi, cada vez mais, perdendo seus contornos biológicos e se transformando em um fenômeno econômico; fome e subdesenvolvimento foram se transformando em sinônimos e, estudar um, era aprender o outro. Atando o problema da fome ao do desenvolvimento, contribuiu, de algum modo, para a ruptura da visão de que era possível resolvê-lo ou contorná-lo somente com medidas assistencialistas ou educativas, pois a causa era estrutural. Mais tarde, suas críticas à desestruturação da perspectiva de um desenvolvimento autônomo possuiriam relação com o fato de enxergar, neste processo, a via para a solução do problema alimentar do país.

Antes disso, em 1950, candidatou-se pela primeira vez a uma vaga na Câmara Federal, por seu estado natal, mas não conseguiu ser eleito. Em 1954, candidatou-se novamente e foi eleito; em 1958 reelegeu-se deputado federal com a maior votação do estado de Pernambuco. O partido pelo qual foi eleito e reeleito foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para melhor analisar esta situação, para verificar se respeitou a

[38] Perigo semelhante aconteceu quando passou a tratar fome e subdesenvolvimento como sinônimos, o que poderia restringir este último a somente um aspecto, transformando, para usar uma linguagem médica, o sintoma na doença.

ideologia partidária, em suma, para proceder o exame da atuação deste amigo da família Vargas no Congresso Nacional, achou-se necessário caracterizar o trabalhismo varguista e o próprio PTB, o que far-se-á no próximo capítulo, quando se estiver analisando sua atuação no Congresso Nacional.

Em 1954, em discurso na sessão, por ele presidida, do Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo (Suécia), dedicado ao estudo das armas atômicas[39], afirmou que o maior perigo contra a paz era o desequilíbrio que dividia o planeta em dois mundos antagônicos, maior que o antagonismo físico dos dois pólos ou do ideológico entre o soviético e o capitalista ocidental, e não se alcançaria uma paz estável se permanecesse dividido entre a abundância e a miséria, o luxo e a pobreza. Citou dados da concentração mundial de renda, falou que o mundo dispunha de recursos para nutrir uma população mais densa que a existente e que a natureza não era mesquinha: "*quem tem sido mesquinho é um certo tipo humano, representante dos grupos sociais que se apoderaram dos recursos naturais e procederam a uma divisão injusta e desigual.*" (Castro, 1957**b**, p. 225). O fato de o aumento da produção agrícola ter ocorrido principalmente nos países dito desenvolvidos, fez reaparecer o problema da superprodução, "*o grave problema dos excedentes de alimentos*", que poderia fazer com que, como acontecera em 1930 em uma reunião de economistas em Genebra (Suíça), que a solução do problema fosse a de "*controlar e restringir a produção, embora a maioria estivesse morrendo de fome.*" (Ibidem, p. 226)

O problema, para ele, não era apenas técnico; os países subdesenvolvidos necessitavam de um auxílio internacional, a assistência técnica a eles representava somente 0,5% dos orçamentos de guerra das grandes potências, a economia do Terceiro Mundo era freqüentemente abafada "*pelos interesses dos grandes grupos industriais, ligados às indústrias bélicas*", e o rendimento das matérias-primas era proporcionalmente muito baixo em relação aos produtos de importação – devido à "*força despótica do imperialismo econômico e colonial.*" Propôs uma união universal para a revisão da economia mundial e a criação de um conselho de homens de ciência de todas as partes, para denunciar os perigos do uso da energia nuclear como arma de destruição e para insistir na necessidade de se desviar os recursos utilizados em armas para o combate à fome.

Em seu discurso, ao receber o Prêmio Internacional da Paz em julho de 1955[40], disse que o mesmo era um símbolo e sinal da universalização do homem: o prêmio fora concedido a um homem de um país distante, novo e tropical, entregue em um país sub-polar (Finlândia), na mais setentrional das capitais do mundo (Helsinque), em uma cerimônia com pessoas de todos os recantos do mundo. O ser humano conseguira alargar seu *habitat* com sua técnica inventiva e criadora mas, sua excessiva força dominadora, deu a alguns um orgulho desmedido que conduziu "*certos homens a tentar conquistar não somente a terra mas também outros homens*" (Castro, 1957**b**, p. 232) e esta última dominação ameaçava conduzir ao fracasso as brilhantes vitórias da espécie humana. Era preciso trabalhar para obter, concomitantemente, "*a libertação da escravidão natural e a libertação da escravidão humana.*"

O intelectual, disse ele, deveria procurar superar "*a enorme distância que separa os progressos materiais da ciência do progresso moral da humanidade.*" (Ibidem, p. 233) Nossa civilização repousava, em grande parte, sobre a ciência aplicada mas conservava um patrimônio espiritual "*constituído essencialmente por idéias pré-científicas*". Em uma pregação para que os homens de ciência assumissem a missão de controlar a "*aplicação racional dessas descobertas*", afirmou:

---

[39] Discurso intitulado *Aos pobres pertence o reino da Terra* e publicado em Castro, 1957**b**, p. 223-229.

[40] O discurso se encontra em Castro, 1957**b**, p. 231-235. Nele afirmou que uma parte do prêmio seria utilizado como uma "*contribuição inicial para a constituição de um Fundo Internacional de Luta Contra a Fome ...*". O prêmio foi outorgado em 1954 e recebido no ano seguinte, na *Conferência Mundial da Paz*.

> "*A verdade é que nossa civilização assimilou um grande número de inventos científicos, mas não aceitou incorporar ao mesmo tempo ao seu patrimônio as idéias científicas e os princípios científicos que conduziram à descoberta destas invenções.*" (Castro, 1957**b**, p. 233)

Uma visão perigosa, uma crença de que todos os homens de ciência trabalhavam a serviço do bem estar da maioria da humanidade, como se tivesse sido possível a existência do imperialismo, dos arsenais bélicos, da naturalização das desigualdades, sem o concurso dos *homens de ciência*.

Em 1952, fora eleito para presidir o Conselho da FAO[41], o que fez até 1956[42]. Durante os quatro anos de exercício na presidência do Conselho Executivo da FAO, procurou implantar princípios que defendia e dar um caráter mais prático à organização.

> "*Todavia, o que se verificou foi que os interesses dos países ricos e grupos econômicos impediram a proposição de políticas públicas como a reforma agrária, a criação de reservas alimentares de emergência, bem como programas de segurança alimentar.*" (Fernandes e Gonçalves, 2.000, p. 21)

Ou seja, a passagem pelo órgão da ONU mostrou a ele o quanto eram difíceis de serem realizadas as suas propostas, quando Estados imperialistas possuíam maior poder nas decisões e países subdesenvolvidos eram representados por governantes interessados na manutenção de certas estruturas para permanecerem no poder. Deve ter sido por esta razão que, ao sair da presidência do Conselho da FAO, passou a defender com mais veemência a criação de organismos supranacionais, como o Governo Mundial, os quais estariam isentos de injunções de natureza nacional, isto é, da interferência direta de alguns Estados.

Quando reeleito, fez um discurso (FAO, 1954**a**, p. 10), afirmando estar satisfeito com o progresso feito pela organização nos dois anos precedentes. Relatou as atividades realizadas e insistiu na criação do *Emergency Food Reserve*. Na sessão do ano seguinte, esteve ausente, devido a problemas ocorridos no Brasil (as sessões plenárias se realizaram logo após o suicídio de Vargas) mas enviou uma mensagem. Nela afirmou que, nos últimos três anos, o aumento da falta de alimentos havia sido detido, que o aumento da produção agrícola no período tinha sido o dobro do incremento da população mas que não via motivos para um otimismo exagerado pois o aumento da produção agrícola "*se há debido casi exclusivamente al progreso em los países más adelantados*" (FAO, 1954**b**, p. 114). Disse também que as medidas tomadas ainda eram muito insuficientes e que o problema estava longe de ser resolvido. Falou do quadro de miséria do mundo, de movimentos em busca de

---

[41] Já havia sido membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da FAO em 1947 e também delegado do Brasil na Conferência de Alimentação e Agricultura da ONU. A FAO (com a inscrição *Fiat Panis!* em seu emblema) foi criada, em 1945, a partir de uma iniciativa do presidente Franklin D. Roosevelt no ano anterior, que propôs a realização de uma conferência em Hot Springs (USA). Em 1946, se tornou uma instituição especializada da ONU e tem sede em Roma.

[42] Uma reportagem feita por ocasião de sua eleição para a presidência do Conselho da FAO, após um longo currículo, terminou com um box intitulado *Traços de identidade*, com alguns dados mais curiosos que importantes. No texto, de 1952, estava que possuía 1,76 m de altura, 72 kg, era míope e não fumava. Apreciava vinhos, adorava feijão à brasileira com carne de leitão, todas as comidas derivadas do milho e o doce de coco era o seu preferido. Na música, gostava de Bach (1685-1750) e Beethoven (1770-1827). Interessava-se por romance do tipo social; os escritores de sua predileção eram o russo Dostoiewski (1821-1881), o russo-soviético Gorki (1868-?1936), o italiano Pirandello (1867-1936), os estadunidenses Steinbeck (1902-1968) e Pearl Buck (1892-1973), e os brasileiros Graciliano Ramos (1892-1953), Jorge Amado (1912-2001) e Raquel de Queirós (1910-2003). Achava importante a "*atitude mental que o modernismo criou*", gostava de poesia moderna – sem predileção por um poeta – e achava "*a arte pura uma bobagem: 'A arte tem de refletir o homem com suas alegrias e suas dores'. Em religião, é agnóstico.*" (Miranda, 1952) O que mais gostava era dar aulas, escrevia com as duas mãos (tendência canhota) e detestava o subliterato vaidoso. Entre outras observações, estas nos chamaram a atenção: "*Não gosta de vizinhos. Adora o povo, em tese. Os indivíduos de per si, acha-os em geral cacetes.*" (Ibidem) E já que estamos nos domínios das curiosidades, 16 de outubro é considerado o *Dia Mundial da Alimentação*.

reformas sociais e que "*de nuevo, se cumulan excedentes acompañados de agitación en el agro.*" A situação necessitava de soluções enérgicas e eficazes, de uma melhor coordenação do aproveitamento dos recursos naturais, mas as objeções a dotar a FAO de poderes executivos estavam fazendo com que suas funções acabassem sendo reduzidas "*a la distribuición de informes, a servir de foro para los debates y a proporcionar asistencia técnica.*" O valioso trabalho realizado tinha surtido poucos efeitos e insistiu para que os delegados se considerassem como representantes de um organismo coletivo, independente dos governos e com funções diferentes destes.

Em 06/06/1955, ocorreu a primeira sessão plenária do Conselho da FAO, dando início à última grande sessão que presidia. Em novembro completaria quatro anos de mandato e, em respeito a certos princípios democráticos, como o necessário rodízio em certos cargos, não se candidataria a um novo período[43]. Um outro princípio era o da manutenção de um equilíbrio das influências regionais e, por isso, seu sucessor deveria representar outra região, outros grupos étnicos, outra forma de civilização. Disse que havia ocorrido uma certa melhora na situação da alimentação e da agricultura do mundo mas este progresso não era igualmente repartido entre as populações. Que a obra da instituição, apesar de apreciável, era insuficiente e que o espírito conservador dos agricultores alargava o fosso entre a ciência e a sua aplicação[44], mas notava com satisfação que outros começavam a se interessar pelo emprego da energia nuclear na agricultura. A FAO deveria seguir a marcha do tempo e uma forma eficaz de ser conservador consistia em "*incorporar ao patrimônio de uma civilização as novas aquisições técnicas e sociais.*"

Na verdade, a sua desistência em relação a um terceiro mandato não se deveu essencialmente a *certos princípios democráticos* mas ao fato de que esta tarefa não seria tão fácil como na primeira reeleição. Sua defesa dos interesses dos países subdesenvolvidos, a insistência na criação de uma reserva de emergência contra a fome, o recebimento do Prêmio Internacional da Paz[45] e suas posturas independentes fizeram com que representantes de alguns países, principalmente EUA e R.U., se posicionassem contra. Para quem tinha sido reeleito por unanimidade, esta situação era desagradável, sendo mais vantajoso "*sair por cima*".

Na abertura da 22ª sessão do Conselho, preparatória para a Conferência da FAO, disse, entre diversos assuntos, que a situação alimentar das regiões subdesenvolvidas estava pior do que antes da Segunda Guerra, que a instituição possuía limites e não podia mais do que assinalar os problemas, sugerir soluções e ajudar a aplicá-las (FAO, 1955**b**, p. 03). Durante a Conferência da FAO, em novembro de 1955, fez o seu discurso de despedida. Iniciou dizendo que ia romper a tradição, não relatando as atividades dos dois anos precedentes pois aquela conferência não era como as outras: ela marcava o décimo aniversário do organismo. Além de comemorativa, a sessão era decisiva pois a FAO deixava de ser jovem e precisava tomar consciência de suas responsabilidades, passar à ação para atender aos objetivos pelos quais havia sido criada. Para ele, após anos difíceis, de tensões sociais e de antagonismos que ameaçavam a humanidade, percebia uma espécie de distensão (*detente*) que deixava entrever uma era de melhor compreensão, mas esta podia se tratar "*d'un vent de bonheur passager*". Para não ser somente isto, era preciso eliminar as causas das tensões sociais e as mais graves eram a fome e a miséria.

No mundo havia dois grupos de países, os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, e nestes ocorria um elemento de tensão social permanente pois já

---

[43] "*L'un de ces principes este celui du roulement nécessaire dans des positions du genre de celle que j'occupe. J'ai, à mon sens, l'obligation morale de céder cette position à une autre personne.*" (FAO, 1955**a**, p. 01)

[44] "*Les agriculteurs ont une tournure d'esprit essentiellement conservatrice et le fossé tend à s'agrandir entre la science et l'application. Ceci est d'autant plus grave que l'humanité n'accepte plus de rester en arrière du progrès technique.*" (FAO, 1955**a**, p. 02)

[45] Chamado por seus opositores no Brasil de *Prêmio Stalin*.

se davam conta de que a fome e a miséria que sofriam não eram necessárias e podiam ser eliminadas. Disse que habitávamos um mundo subdesenvolvido e que o subdesenvolvimento se caracterizava pela pobreza, miséria, baixa produtividade, e o desequilíbrio existente não era somente horizontal – por região – mas também vertical, entre os grupos que nela moram, com poucos ganhando muito e muitos com rendimentos inferiores ao mínimo necessário. Assim também era o mundo; por isso, o mundo inteiro era subdesenvolvido. Citou dados das duas realidades, argumentou sobre a necessidade de aumentar a produtividade, mas nenhum milagre técnico poderia fazer uma região produzir se seus habitantes não pudessem trabalhar. "*Malheureusement, les muscles qui ne sont pas alimentés sont une machine sans combustible: il faut les nourrir, il faut leur donner des aliments.*" (FAO, 1956, p. 34) Era preciso romper o círculo da subprodução; sem produtividade não haveria poder de compra e, sem este, não se tinha como adquirir alimentos. Era preciso quebrar este "*circle de fer*".

Retomou o assunto de outro discurso, no qual havia afirmado que a produção mundial de alimentos tinha aumentado significativamente, mais do que o acréscimo populacional, o que desmoralizava "*os neomalthusianos que sustentavam que a população aumentaria sempre mais rápido que a produção.*" No entanto, e infelizmente, este aumento havia ocorrido nas regiões ricas pois, nas regiões pobres, a produção permanecia em uma escala abaixo de suas necessidades pelo aumento constante de sua população. Por isso, "*le monde continue comme toujours à avoir la misère au milieu de l'abondance.*" Disto que originava o problema dos excedentes em uma região, e de fome e privações em outras. Mas também permitia um certo otimismo quanto à restabelecer um equilíbrio, pois sem ele ocorreria uma situação difícil, uma grave crise de superprodução no capitalismo; uma superprodução relativa pois o que se produzia podia ser consumido desde que fosse ampliado o poder de compra dos que não consumiam.

Restabelecer o equilíbrio econômico do mundo seria a grande tarefa da FAO. No entanto, não menosprezando o trabalho feito, ele estava frustrado com o que tinha sido realizado. Decepcionado porque

> "*não elaboramos ainda uma política realista que leve em conta, ao mesmo tempo, as necessidades do mundo e de nosso objetivo. Nós não temos sido suficientemente ousados, nós ainda não tivemos a coragem de encarar o problema e de esforçar-se para resolvê-lo. Nós temos somente aflorado o problema sem penetrar a fundo, sem ir até a sua essência, sem querer verdadeiramente o resolver porque não temos tido, até o presente, a coragem de não ficar bem com todo mundo. É preciso ter a coragem de discordar de determinadas opiniões* [...] *e encarar estas circunstâncias para as resolver no interesse da humanidade.*" (FAO, 1956, p.35)[46]

Disse mais: a FAO já possuía informações suficientes para ter uma idéia clara da realidade social do mundo e precisava passar à ação. Ela não era simplesmente um órgão técnico e "*la technique n'est qu'un moyen pour parvenir à un but.*" Talvez fosse mais eficiente ela se concentrar em um só problema e procurar resolvê-lo, do que se dispersar em milhares de pequenos problemas que não levavam a solução alguma porque eram estudados mas não resolvidos. Era necessário criar recursos financeiros para as regiões subdesenvolvidas pois estas eram incapazes de solucionar sozinhas os seus problemas. Por isso, era preciso que os países ricos ajudassem menos com palavras e mais com dinheiro, com recursos.

Afirmou que se dava conta de que tudo o que dissera era também contra ele, que presidiu o Conselho por quatro anos, e deveria saber conduzir o organismo pela via que pregava. Mas não era culpa somente dele se não tinham feito tudo o que

[46] Traduzido do original em francês.

deveriam; era de todos. Elogiou a atuação dos representantes dos países ricos mas solicitou que pensassem menos em seus interesses imediatos e trabalhassem em um espírito de cooperação internacional; e que, no interesse mesmo de seus países, a FAO deveria se antecipar aos problemas no lugar de ir ao seu reboque, como era até o presente momento. Citou, como exemplo, o problema dos excedentes e a dificuldade de se criar a reserva internacional de alimentos. A FAO deveria fazer a profilaxia das crises, preveni-las ao invés de remediar. Também repreendeu os países subdesenvolvidos e, entre outras coisas, disse que eles não possuíam um interesse suficiente para com uma organização criada para ajudá-los a sair do círculo da miséria. Pouco participavam, não enviavam as pessoas capazes que possuíam para discutir seus problemas e a experiência adquirida em suas regiões, para com "*l'éloquence de la vérité*", obter da FAO ajudas para acabar com a fome. Que eles precisavam fazer valer a força de sua maioria na organização para fazer triunfar os princípios que eram do interesse de toda a humanidade.

Terminou pedindo desculpas pela franqueza, agradecendo aos que o elegeram anteriormente, reconhecendo que obteve u'a melhor compreensão dos problemas do mundo e das dificuldades de superá-los, e afirmando que seu discurso não deveria ser interpretado como um prognóstico pessimista pois ele era um otimista, um antimalthusiano que confiava no poder da ciência e na capacidade criativa da humanidade.

Em *O livro negro da fome* ele também fez referências à FAO e ao período em que a presidiu. Cedo, escreveu ele, se verificou que ela precisava de poderes mais amplos do que os concedidos em sua carta de criação, e seus técnicos se sentiam de mãos atadas para atacar os problemas de base. É que eles tinham "*receio de influenciar nesse sentido as assembléias, a fim de não desagradarem as delegações dos grandes países, quase sempre pouco interessadas em que se mexam nesses complicados assuntos da distribuição internacional de alimentos.*" (Castro, 1960, p. 63) Além disso, que durante os quatro anos de sua presidência pôde

> "*comprovar como era difícil vencer as resistências impostas pelos interesses particularistas dos países e grupos econômicos. Problemas como o da reforma agrária e da criação de uma reserva alimentar de emergência que exigem modificações das estruturas vigentes não conseguiam transpor a barreira dos preconceitos e dos medos acumulados. O caso da criação da 'Reserva Internacional Contra a Fome'* [...] *constitui um exemplo típico da ação tímida e vacilante da FAO.*" (Castro, 1960, p. 63)

Estes aspectos explicariam porque, após anos de trabalho dos organismos internacionais, a fome continuava a grassar no mundo em proporção semelhante ao período anterior à Segunda Guerra, quando não havia, praticamente, política de cooperação internacional neste campo.

A luta contra a fome não tinha sido empreendida nas dimensões exigidas e tudo o que se tinha feito se reduzia "*a medidas parciais, descontínuas, mais de emergência e de caráter assistencial do que de continuidade e profundidade.*" (Ibidem, p. 70) O próprio órgão encarregado de traçar os planos desta batalha, a FAO, se limitara

> "*a encarar o problema da alimentação como um problema puramente agrícola – um problema de maior produção de alimentos. E esta atitude ou perspectiva limitada do assunto, está inteiramente errada. A realidade social da fome está intimamente ligada a toda a estrutura ou conjuntura econômica das regiões subdesenvolvidas do mundo. Em última análise, a fome não passa de uma manifestação típica do subdesenvolvimento.*" (Castro, 1960, p. 71)

Além do mais, até aquele momento, a elaboração de um programa de luta contra a fome e a miséria tinha sido dificultada por toda a espécie de obstáculos, como "*precariedade de nossos conhecimentos, insuficiência de recursos indispensáveis e sobretudo pela resistência das idéias preconcebidas.*" (Ibidem, p. 72)

Logo após deixar a presidência do Conselho da FAO fundou, na cidade de Paris, em janeiro de 1957 e com outras personalidades, a Associação Mundial de Combate a Fome (ASCOFAM)[47], em cujo manifesto reafirmou que as raízes deste problema só poderiam ser extirpadas "*revolvendo-se profundamente toda a estrutura deste solo pantanoso de nossa civilização, onde a fome encontrou condições as mais favoráveis possíveis ao seu desenvolvimento.*" (Ibidem, p. 91) A ASCOFAM, instalada no mesmo ano na capital francesa, não foi idealizada com a crença de que a criação de um organismo especializado resolveria o problema da fome no mundo, mas de que esta situação não poderia ser resolvida de modo isolado e o organismo poderia exercer uma ação catalítica. Seria "*internacional, por seu campo de atuação, mas supranacional em seu comportamento*, ..." (Ibidem, p. 92) e concentrada em quatro setores de atuação: sensibilizar e despertar a consciência universal sobre o problema; realizar pesquisas, investigações e inquéritos; formar pessoal qualificado; e elaborar projetos específicos de âmbito nacional ou regional.

Um dos projetos da ASCOFAM foi o *Proteínas para a América Latina*[48], com vistas à obtenção de proteínas em quantidade que atendesse melhor as necessidades nutritivas dos latino-americanos. A deficiência derivava do fraco consumo de alimentos ricos em proteínas de origem animal, que causava crescimento retardado, baixa estatura da maioria, diminuição da resistência orgânica às moléstias infecciosas e à fadiga; nos caso mais graves, o edema da fome e o *kwashiorkor*[49], principalmente em crianças. Estas proteínas existiam em abundância na América Latina; as de origem animal (de preço mais elevado) poderiam ser substituídas pela extração de proteínas vegetais e a carência tinha suas raízes nas estrutura econômico-social regional. Em sua essência, o projeto tratou mesmo do caso específico do Brasil.

Analisou o crescimento econômico do país e que, apesar do crescimento da produção agrícola superior ao da população, as deficiências alimentares permaneciam, agravadas por um antiquado e incompleto sistema de abastecimento, pela concentração fundiária, pelo encarecimento do preço da terra e por hábitos alimentares inadequados. Citou dados do consumo de proteínas, da renda *per capita* (e sua distribuição por grupos sociais e por regiões) e de doenças resultantes da carência protéica. Estabeleceu as fontes protéicas preponderantes (inclusive teor, área cultivada, processo de aproveitamento, preços), demonstrou as possibilidades de industrialização (colocando infra-estrutura existente, capital necessário, condições de mercado, escolha do local), quais os grupos que, por idade ou estado biológico especial (gestantes, nutrizes, lactentes, pré-escolares e escolares), exigiam mais rações protéicas, e até o processo tecnológico a empregar[50]. Aconselhava o início da produção em quantidade suficiente para atender as necessidades dos *grupos vulneráveis* assistidos por organizações estatais e para-estatais (fornecendo o produto

---

[47] Os princípios, as finalidades, algumas das realizações e dos organismos ligados à ASCOFAM, estão em Castro, 1960, p. 91-110; os outros fundadores, entre os quais o Pe. Louis-Joseph Lebret (1987-1966), estão no prefácio do mesmo livro, à p. [1]. Outros dados sobre esta ONG, podem ser obtidos in: ASCOFAM, 1958, p. 109-112.

[48] Elaborado pelo Grupo de Estudos INUB/ASCOFAM, presidido por Josué de Castro. O texto integral do projeto se encontra em Castro, 1960, p. 141-171.

[49] *Kwashiorkor* é uma afecção infantil que aparece após o desmame, "*caracterizada por um estado de desnutrição crônica com distúrbios viscerais pancreáticos, hepáticos, intestinais e cutâneos (estrias, fissuras).*" (Larousse, 1988, v. 14, p. 3.455) Segundo Abramovay, é uma expressão da língua *ashanti*, de Gana, que significa "*criança a mais*", no sentido de que é uma doença que se adquire quando nasce um irmão e é este que passa a ser amamentado (1991, p. 21) Melhores informações sobre esta doença podem ser obtidas in: Debré (1958). Outra doença típica da desnutrição infantil é o *marasmo*, um déficit calórico global, que se manifesta após o desmame, com um emagrecimento rápido, perda da gordura da pele e saliência dos ossos, evocando velhice precoce (na *kwashiorkor* o déficit é, sobretudo, protéico e a criança sofre um inchaço).

[50] O *IPP - Impulse Process Protein*, de uma empresa inglesa, que "*ofereceu à ASCOFAM brasileira o direito de explorar, sem pagamento de 'royalty', o equipamento que vier a adquirir desde que o produto seja usado em programas assistenciais e a fábrica fique funcionando como projeto-piloto para experimentações, em escala industrial, das diversas matérias-primas.*" (Castro, 1960, p. 163)

gratuitamente ou a baixos preços). Assegurado o mercado inicial através destas instituições, o aumento da produção deveria ocorrer mediante o uso compulsório em misturas, determinado por lei e após estudos técnicos[51]. Foi uma proposta séria, com os *pés no chão*, contemplando todos os aspectos da questão e que merece ser vista como ponto de partida para projetos semelhantes.

Em 1957, Josué de Castro publicou **Ensaios de Biologia Social**, constituído por diversos artigos e discursos na Câmara dos Deputados[52], tendo como eixos o problema da alimentação e a situação mundial, e repetindo trechos de outros escritos, notadamente de *Geopolítica da Fome*. Retomou suas afirmações sobre a opilação ou amarelão ou *anemia tropical* que, durante muito tempo, foi considerada como decorrente da inferioridade racial e das condições ecológicas impróprias existentes nas áreas tropicais. O nome *anemia tropical* atribuía a doença a uma fatalidade climática e

> *"tal conceito fez adormecer durante muito tempo o interesse da ciência européia sobre o assunto, com a complacência subserviente dos meios médicos nativos. Vinha isso em franca conformidade com a política colonial* [...]*, pois transferia-se comodamente aos fatores naturais, a responsabilidade pela miséria biológica daquelas populações que o seu impiedoso sistema de exploração estava a agravar".* (Castro 1957**b**, p. 71)

A leitura de seus escritos deixou patente que acreditava em mudanças dentro do sistema, através da melhoria da produtividade, da elevação dos níveis de saúde e da eliminação da fome a partir de auxílios internacionais, *"para promover os investimentos indispensáveis ao seu progresso econômico."* (Ibidem, p. 226)

Também em 1957, saiu o livro **Documentário do Nordeste** (homônimo de seu primeiro trabalho de ficção publicado em 1937), dividido em três partes. A primeira (*Paisagem viva do Nordeste*) era constituída de oito pequenas narrações escritas entre 1935 e 1937; duas se referiam à Recife e as outras – bem escritas, por sinal – eram marcadas pela tragédia regional, com uma delas (*Solidariedade humana*) contendo traços autobiográficos. A segunda parte (*Estudos Sociais*) agregava, no dizer do autor, oito "*estudos de índole sociológica*" relativos ao Nordeste, tratando desde da literatura regional[53] até da influência do negro de origem africana na alimentação, já comentado por nós[54]. A última parte (*Estudos biológicos*) incluía o relato da pesquisa sobre os

---

[51] Semelhante ao que tinha sido feito nos EUA, que enriqueceram farinhas com vitaminas; no caso brasileiro, o mais conveniente era com proteínas. Citou – conforme experiências relatadas em outro livro (Castro, 1957**b**, p. 55-68) – a vantagem da mistura do leite e do milho – de valor nutritivo superior à ingestão isolada dos dois –, e propôs medidas governamentais para refeições racionais – com a utilização de proteínas vegetais industrializadas – para grupos ligados ao poder público, como Forças Armadas, escolas, hospitais e órgãos de assistência alimentar (Castro, 1960, p. 165).

[52] Foram eles: *Desenvolvimento Econômico e Bem-estar Social*, discurso pronunciado em 02/12/1955, sobre o projeto de criação do Ministério da Economia (Castro, 1957**b**, p. 173-193), *O Problema da Carestia de Vida no Brasil*, pronunciado em 23/03/1956 (Ibidem, p. 195-217) , *O Gênio Einstein*, em 26/04/1955 (Ibidem, p. 237-245), *Fleming e o Futuro da humanidade*, em 22/05/1955 (Ibidem, p. 247-251), *Roosevelt – Estadista do Mundo*, em 01/04/1955 (Ibidem, p. 253-265) e *O Brasil e o caso do Suez*, de 14/11/1956 (Ibidem, p. 267-281).

[53] No artigo sobre o regionalismo e a cultura brasileira, escreveu frases que devem desagradar qualquer feminista. Caracterizou a fase literária (séc. XIX) posterior ao fim do grande ciclo do açúcar, à decadência do patriarcalismo, de "*fase de mais marcante feminilidade de nossa história, na qual quase não se nota qualquer atuação virilmente construtiva.*" (Castro, 1957**a**, p. 126) Pouco interesse pelos problemas da terra, abstrações inúteis, pura imitação das idéias européias. "*E a imitação é um caráter muito mais das mulheres do que dos homens. Espírito de moda, eminentemente feminino, traindo, assim, a impotência do macho. É que esses homens eram, na verdade, uns hermafroditas mentais.*" (Ibidem, p. 126/127)

[54] Nesta parte também incluiu poucos textos inéditos. Aí colocou aquele relativo às condições de vida dos trabalhadores de Recife – cuja primeira elaboração foi em 1932 –, um discurso proferido na Câmara Federal sobre o problema das secas nordestinas e um estudo sobre os mocambos. O artigo *A perspectiva ideal de uma cidade* (Castro, 1957**a**, p. 153-158), publicado originalmente em um jornal paulistano em 1949, partia da concepção de que havia sempre uma perspectiva ideal para se contemplar cada coisa e esta dependia do sentir, da afeição, o que explicava serem os artistas os mais aptos a descobri-la. Tentou revelar a perspectiva ideal de uma cidade – Recife, é claro – em um texto interessante para ser analisado pelos adeptos da Geografia da Percepção.

*alimentos bárbaros* do Sertão e as novas pesquisas sobre a xerófita mucunã, realizadas em razão dos debates provocados pelo estudo anterior.

Integrando o segundo bloco, estava *Os preconceitos de raça e de clima*, que se dedicava a combater a visão preconceituosa em relação ao clima tropical e a noção da existência de raças superiores; isto em razão de nosso passado no qual, grande parte de nossa intelectualidade, defendia o *branqueamento* de nossa população como condição para o nosso desenvolvimento[55]. Escreveu, inicialmente, sobre a região Nordeste, afirmando que havia uma elevada temperatura média mas também uma baixa umidade relativa do ar, o que ajudava o habitante a "*aumentar facilmente as suas perdas complementares de calor pela exsudação e evaporação, adaptando-se confortavelmente ao clima.*" (Castro, 1957**a**, p. 132). Segundo ele, o clima era saudável e esta salubridade era o "*maior amparo dos flagelados da seca*", pois se o clima não fosse assim, eles seriam "*exterminados de vez*".

Realizou análises *perigosas* ao afirmar que o Nordeste perdia seus "*elementos mais ativos, mais produtivos, mais eugênicos*" para outras áreas do país e que este *centrifuguismo demográfico* era "*a causa de maior vulto, do marasmo e da lentidão da sua evolução criadora.*" (Ibidem, p. 133) Notava-se, no texto, a influência da Escola Regional Francesa – inclusive do preconceito da mesma em relação à Ratzel[56] – na noção de gênero de vida, pela qual, segundo o autor do artigo, se percebia que das relações entre o homem e o meio, uma das mais tenazes era o estudo dos meios de nutrição, repetindo parte do texto de 1937, *A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana*. Ou seja, na sua linha de análise sempre estava presente a questão da alimentação.

Fez um breve e superficial histórico do determinismo fisiográfico, culpou o francês Jean Lamarck (1744-1829) de dar, no domínio científico, maior prestígio ao mesmo ao sustentar a teoria da evolução sob a influência do meio. Citando diversos autores (sem especificar as fontes), com destaque para a estadunidense Ellen Semple (1863-1932) no lado do *determinismo* e o francês Lucien Febvre (1878-1956) pelo lado *possibilista*, colocando novamente que a Geografia não era mais uma "*simples descrição da terra para ser a ciência da terra*", procurou demonstrar que o meio tropical foi o berço da humanidade, que ocorreram civilizações avançadas neste ambiente e que este era o único no qual o homem poderia viver naturalmente. Também repetiu, que existiam problemas sociais graves em ambientes temperados, que a causa do fracasso de europeus em áreas tropicais tiveram, como motivo, técnicas e hábitos alimentares inadequados (os europeus mediterrâneos se adaptaram melhor por possuírem gêneros de vida mais próximos dos existentes nos trópicos) e que a situação melhor das áreas temperadas da Europa era um fato histórico do presente.

Entre as causas do atraso brasileiro, mais do que a herança racial e a indolência devido ao clima, foram causas a "*rareza do elemento humano*" e sua diluição em grandes extensões, a estrutura latifundiária, a falta de meios e conhecimentos em relação às doenças chamadas tropicais e a *alimentação defeituosa*. Naquele momento, era importante continuar combatendo as posições racistas e deterministas. Ao fazer isto, apoiando-se principalmente em geógrafos (e estrangeiros, o que, dada a nossa postura de pouca valorização das posições de brasileiros, era importante), mostrava estar realizando uma análise importante e geográfica.

Continuou com posições firmes, assumindo cada vez mais a sua luta contra a fome e controlando sua vaidade – apesar de ficar cada vez mais famoso – pois

---

[55] Citou algumas exceções: "*Aparecem como reação um Roquette Pinto, um Manoel Bomfim, um Alberto Torres, um Capistrano de Abreu. A maioria, porém, cerrou fileiras em favor dos preconceitos de meio e raça.*" (Castro, 1957**a**, p. 141)

[56] "*Reagindo contra o determinismo de Ratzel, que concebia a terra como um suporte rígido,* ***regulando os destinos dos povos com uma cega brutalidade,*** ..." (Castro, 1957**a,** p. 136; grifo meu).

algumas de suas posturas pareciam contraditórias. Foi modificando[57], deixando de ser o homem

> "*dos cadillacs e do Mercedes Benz de luxo, da convivência com os granfinos e a cúpula do poder, dos jantares sofisticados, sócio do conceituado Automóvel Club e do Jóquei Club do Rio de Janeiro, do ar pretensioso, da exagerada vaidade, do desejo de ser alvo das atenções, para o homem angustiado e comprometido com os destinos dos pobres e excluídos do banquete social.*" (Silva, 1998, p. 122)

Em 1954 foi indicado para concorrer ao Prêmio Nobel de Medicina; em 1963 foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz[58], o mesmo acontecendo em 1970[59]. Nunca recebeu o prêmio. Em 1970 o fato nem foi muito divulgado no Brasil – em razão da férrea censura – e, certamente, o governo militar batalhou contra. Seria importante ter recebido neste ano pois, de algum modo, chamaria atenção para a situação do país. Outra prova de seu prestígio internacional foi a realização de um simpósio sobre o drama universal da fome, em 1958 na capital federal, em comemoração aos seus cinqüenta anos de idade. Mais de trinta personalidades estrangeiras participaram, com artigos sobre a questão da alimentação ou sobre a obra do homenageado[60].

Como vimos, em 1957 havia publicado um manifesto recomendando a criação da ASCOFAM; o manifesto, de 30 páginas foi ampliado para 110 páginas, em virtude do interesse despertado pelo documento anterior, páginas que se tornaram o núcleo da obra **O livro negro da fome**, publicado em 1960[61]. O objetivo era

> "*o de demonstrar que fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e o da elevação dos índices de produtividade das massas de famintos, que constituem cerca de dois terços da população mundial.*" (Castro, 1960, p. [1])

O interesse pelo tema tinha aumentado pois governos e elites dirigentes mudaram de atitude em relação ao assunto, este galvanizava a opinião pública mundial, o tabu da fome tinha sido esvaziado e havia acontecido "*uma das maiores conquistas do proletariado mundial: a revelação de sua autêntica realidade social.*" (Ibidem, p. [2])

---

[57] Por exemplo: nas comemorações de seu 50° aniversário recebeu diversas homenagens mas recusou um banquete que queriam lhe oferecer, dizendo que não se sentiria muito à vontade em comemorar o seu cinqüentenário com um banquete e, no lugar deste, solicitou que assinassem "*a lista de adesão de membros da ASCOFAM Brasileira, onde as suas contribuições serão de inestimável valia para prosseguimento de nossa cruzada.*" (Silva, 1998, p. 128)

[58] O prêmio em 1963 foi proposto pela Associação do Parlamento Mundial, com o suporte da Academia de Ciências da França, de onze detentores do Prêmio Nobel e de parlamentares de vários países. Uma nota de um jornal paulistano em 1963, intitulada *Nobel da Paz*, iniciava assim: "*Acaba de ser encaminhada ao Comitê do Prêmio Nobel da Paz, em Oslo, a mensagem dirigida pelo presidente do IBGE, transmitindo a moção de solidariedade, aprovada unanimemente pela Assembléia Nacional de Geografia à candidatura do prof. Josué de Castro ao Prêmio Nobel de 1963, ...*" (Folha de São Paulo, 24/07/1963).

[59] O Nobel de Medicina e Fisiologia em 1954 foi dado a John Franklin Enders, Thomas H. Weller e Frederick C. Robbins (por seus trabalhos sobre cultivo de vírus, que abriram caminho para as pesquisas que permitiram o desenvolvimento de vacinas antipólio, nos anos 50, por Jonas E. Salk e Albert B. Sabin); o da Paz, em 1963, para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e as instituições a ele filiadas; e o de 1970 para Norman Borlaug (diretor do Centro Internacional da Melhoramento do Milho e do Trigo, na Cidade do México, em razão de seus trabalhos em favor de maiores e melhores colheitas nos países subdesenvolvidos).

[60] Da comissão promotora participaram o presidente da Secção Brasileira da ASCOFAM (o embaixador Oswaldo Aranha), o ministro da Saúde, o prefeito de Recife, diretores de órgãos como o Instituto de Nutrição e o CNPq, diversos deputados, médicos, escritores e jornalistas. O simpósio resultou em um livro (Ascofam, 1958), dividido em três partes. Foi interessante observar que na última (*Análise crítica da obra de Josué de Castro*) foram incluídos artigos que teciam críticas, às vezes fortes, às suas duas obras mais conhecidas (ver, por exemplo, Ascofam, 1958, p. 213-216 e 281-285). Diversos autores a ele se referiram como *médico e geógrafo brasileiro*.

[61] O livro foi dividido em três partes: I- A fome e o desequilíbrio econômico do mundo; II- A luta contra a fome; III- Associação Mundial de Luta contra a Fome. Depois, acresceu-o com quatro apêndices (A Campanha Mundial contra a Fome; Resolução da X Conferência Geral da FAO; Relatório da Iª Reunião do Comitê Consultivo da Campanha Mundial contra a Fome; e Proteínas para a América Latina).

No prefácio, afirmou que a Terra toda estava conhecida a partir das Grandes Navegações, mas isto só ocorrera aparentemente e estávamos longe de conhecer a "*realidade substancial do mundo*". Agora, em meados do século XX, o mundo estava realmente sendo redescoberto, com investigações mais profundas e detalhes que antes não foram levados em consideração. Aí, então, fez uma análise da Geografia.

> "*A verdade é que a ciência geográfica e outras dela oriundas, como a antropologia, a sociologia e a economia, quase só se preocupavam em mostrar as grandezas da terra e do homem. Em glorificar a criação e a epopéia do trabalho humano retocando e dando brilho à paisagem natural. O retrato que se levantara era um retrato todo em relevos positivos e em cores claras e brilhantes: um retrato ideal, bem diferente do modelo real da verdadeira fisionomia da terra, com as suas grandezas e as suas misérias. Só recentemente a ciência tomou coragem e resolveu pintar o mundo em cores realistas* [...]*. E surgiu então uma geografia e uma economia que já não temem desagradar e que mostram as coisas como elas são. Que não faz da terra um paraíso, um país de 'cocagne'*[62]*, nem do homem um deus olimpicamente plantado no seio do paraíso terrestre que ele ajudara a criar e a embelezar. Passou a época da geografia, espelho mágico do mundo e roteiro das viagens maravilhosas dos grandes conquistadores. E chegamos à época da geografia científica, preocupada em analisar minuciosamente o mecanismo das relações entre o homem e o meio. Não apenas registrando o que o homem fez, modelando a paisagem cultural do mundo como um verdadeiro agente geográfico, mas tratando também daquilo que o homem não fez, não soube ou não quis fazer. Tratando das possibilidades geográficas que o homem aproveitou, mas também daquelas que ele não aproveitou ou malbaratou.*
>
> *A geografia de hoje não é apenas uma ciência de monumentos e grandezas do homem, mas também dos seus fracassos e de suas misérias. Os quadros que ela apresenta do mundo atual evidenciam tanto os grandes relevos como as grandes depressões. Tanto os traços luminosos como os traços tragicamente negros com que se configura na verdade a fisionomia da terra, com seus formigueiros humanos.*" (Castro, 1960, p. [4]-[5])

Não sabemos sob qual base afirmou que Antropologia, Sociologia e Economia se originaram da Geografia. O aspecto interessante é que, apesar do seu caráter *francês*, se fosse publicado duas décadas depois, quando da emergência da corrente denominada Crítica, teria ainda uma certa atualidade, embora a concepção que elogiava fosse a mesma que foi criticada pelas novas correntes das décadas de setenta e oitenta. Além disso, se no exterior ocorriam análises mais profundas do subdesenvolvimento e do fenômeno da fome, a corrente possibilista brasileira e, principalmente, a geografia escolar, omitiam estes aspectos e se caracterizavam pela indefinição, pela falsa neutralidade e por compartimentar a realidade.

Poucas foram as novidades apresentadas no livro mas o texto é importante para quem deseja ter uma visão de suas idéias básicas[63]. Utilizou-se de diversos dados demográficos importantes, como distribuição de renda, mortalidade geral e infantil, expectativa de vida e dados sobre dieta alimentar, para demonstrar a existência dos "*enormes campos de concentração em tempo de paz, que são as regiões subdesenvolvidas do mundo,* ..." (Ibidem, p. 15). Que, mais graves que as deficiências calóricas, eram as qualitativas, as *fomes específicas*, os estados de *fome oculta*. A alimentação defeituosa era o *fator predominante* de muitas doenças e não,

---

[62] *Cocagne* (em português: cocanha), pode ser usado para designar, por exemplo, mastro de cocanha, que é o pau-de-sebo. *Un pays de cocagne* designa uma terra de leite e mel, uma terra das maravilhas.

[63] Uma falha nos chamou a atenção: dezenas e dezenas de autores foram citados e, no entanto, não existia uma bibliografia, nem mesmo notas de rodapé sobre as obras e seus responsáveis.

necessariamente, o *determinante*[64] pois os desequilíbrios de saúde, na maioria das vezes, decorriam da ação conjugada de inúmeros fatores. Eram, portanto, incorretas as recomendações dos mesmos princípios de alimentação para diferentes áreas e/ou grupos humanos.

> "*As condições climáticas, o regime de trabalho, os agentes vivos do meio biótico e as próprias condições psíquicas dos grupos humanos, submetidos a diferentes impactos de categoria social, podem determinar uma grande variabilidade na resistência maior ou menor desses grupos humanos às deficiências específicas da alimentação*." (Castro, 1960, p. 20)

Eram diferentes as necessidades específicas do organismo humano em áreas geográficas diversas, sendo a alimentação, em determinado grupo de doenças, o fator predominante e, em outros, o predisponente, o *preparador do terreno*.

Sempre insistindo que o mundo estava dividido em dois grupos (os que não comiam e os que não dormiam com temor dos primeiros), que a fome era produto da má distribuição da riqueza, local[65] e mundial, que era causa e não efeito da superpopulação – fato cada vez mais comprovado, segundo ele, nos campos da experimentação biológica e da realidade social –, acreditava no poder da radioatividade de realizar "*verdadeiros prodígios em matérias de agricultura*" e estava cada vez mais encantado com as mudanças na China pós-1949, à qual dedicou várias páginas (Ibidem, p. 33-50), elogiando seus planos e metas, a mobilização popular, a reforma agrária, a opção pelo pão e pelo aço, ou seja, pela agricultura e pela indústria sem priorizar uma delas. A China havia feito muito do que ele pregava para o Brasil. Entretanto, não era um modelo para ser copiado, pois não se devia importar modelos pré-fabricados de desenvolvimento.

Os exemplos existentes – e sua crença no poder da ciência – demonstravam, para ele, as falácias das explicações neomalthusianas e de sua prescrição do controle da natalidade como o único recurso para a salvação. No século da ciência e da técnica, não havia muita diferença entre as atitudes de certas populações primitivas da Polinésia que atribuíam as erupções vulcânicas a maus espíritos e procuravam acalmá-las com o sacrifício de animais nas crateras, com

> "*a atitude pseudocientífica daqueles que atribuem a fome à maldade da natureza e, para acalmá-la, prescrevem o sacrifício de vidas humanas, sob a forma do genocídio, dos abortos em série, de controle dos nascimentos ... E não resta dúvida que a atitude do segundo grupo se revela bem mais bárbara e mais perigosa.*" (Castro, 1960, p. 51)

No entanto, a luta contra a miséria poderia nos conduzir a uma nova civilização, mais harmônica e tranqüila.

O desenvolvimento econômico de cada país era uma responsabilidade nacional mas muito difícil sem uma cooperação internacional, "*sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como* [sic] *privados, oriundos das zonas mais ricas do mundo.*" (Ibidem, p. 59) Uma pequena parte das despesas bélicas da Guerra Fria seria suficiente. Criticou os diversos planos de ajuda das economias ricas e escreveu que era possível passar de uma economia colonial para uma "*economia mundial cooperativista*", sem que as metrópoles colonizadoras entrassem em bancarrota. Isto

---

[64] "*A verdade é que em medicina como no campo das ciências sociais ou geográficas, cada vez mais devemos ser prudentes* [ao] *falarmos em 'determinismo', desde que mais consentâneo se apresenta o conceito de 'possibilismo', ou seja, da ação de fatores que possibilitam o aparecimento de determinados fenômenos, quer biológicos, quer sociais.*" (Castro, 1960, p. 19) Existia, então, para ele, uma espécie de possibilismo biológico que condicionaria ou possibilitaria o surgimento de algumas doenças de nutrição. A vantagem desta posição é a exclusão de medidas únicas para ambientes diferentes.

[65] Nos países de renda mais concentrada se desenvolvia mais o *efeito demonstrativo*, a tendência "*ao consumo ostentoso, ao consumo de bens de luxo, de pouca ou nenhuma utilidade ao desenvolvimento econômico e social da coletividade*", prejudicando a marcha da própria economia (Castro, 1960, p. 69).

era temido pelas nações industrializadas, dependentes da importação de matérias-primas.

> "*A importação de manufaturas de um país não diminui quando ele desenvolve sua indústria – ao contrário, ela cresce. A industrialização torna os países mais ricos e aumenta desta forma as suas demandas. O que a industrialização provoca, no comércio mundial, não é a sua diminuição mas a sua transformação; as importações de consumo mais simples desaparecem: sapatos, tecidos etc. enquanto se processa uma nova expansão no comércio de máquinas e de produtos de tecnologia avançada.*" (Castro, 1960, p. 61)

Criticou a falta de poder da ONU e da FAO (reafirmando a necessidade de um organismo supranacional), a falta de competência para atacar a fome dos governos nacionais, as tentativas de se promover a industrialização acelerada em certas áreas sem melhorar as estruturas agrárias arcaicas e semi-feudais, o que, em certos casos, tinha acentuado o desnível entre a agricultura e a indústria. Os subdesenvolvidos viviam em um dilema na utilização de seus escassos recursos: equipar-se industrialmente em ritmo acelerado sacrificando o nível de vida de suas populações, ou satisfazer as necessidades básicas retardando a industrialização. Era "*o dilema simbolizado na expressão: 'pão ou aço'. Pão para os homens famintos e impacientes ou aço para as máquinas que depois alimentariam satisfatoriamente os homens.*" (Ibidem, p. 68)

Teceu críticas aos países do bloco soviético por darem prioridade aos equipamentos industriais, "*à custa de terríveis e duros sacrifícios das populações locais que permaneceram longos anos num baixo padrão de vida*" (Ibidem, p. 69), dispondo apenas do mínimo indispensável ao seu equilíbrio vital[66]. A solução passava pela estruturação de uma "*nova teoria científica do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos*". Esta nova teoria deveria integrar à Economia os fatores humanos, de modo a fazer com que o desenvolvimento econômico fosse um meio de proporcionar a todos, não somente os *bens de necessidade* mas também os de *dignidade*. Teceu, em seguida, pesadas críticas à ciência econômica.

> "*Se, por exemplo, a dietética e a agronomia constituem hoje ciências experimentais, a economia, sobretudo quando aplicada às regiões subdesenvolvidas, está bem longe deste escalão. Os métodos de observação e de controle dos fatos são escassos, o que impõe a elaboração de um raciocínio à base de índices cuja coleta não se faz de maneira satisfatória. Daí a parte ainda reservada à imaginação criadora, única capaz de suprir a precariedade dos dados de base. Na medida enfim em que os dados coletados são válidos, a imaginação criadora deve ainda intervir. Apóia-se ela no emprego do método indutivo para verificar a fundamentação das hipóteses. Concebe-se facilmente, em semelhantes condições, que as conclusões a que se chega através do estudo da fome possam variar consideravelmente segundo os indivíduos.*" (Castro, 1960, p. 72)

Defendia o método comparativo como o mais racional e objetivo, inclusive no domínio do consumo alimentar, pois ele permitiria a mensuração dos níveis de consumo "*e o estabelecimento de quadros de concordância entre estes níveis de consumo e os diferentes fatores susceptíveis de orientá-los: renda disponível, produtividade do trabalho, equipamento técnico etc.*" (Ibidem, p. 73). Segundo ele, o método poderia tanto ser aplicado em escala nacional (comparação de regiões ou de classes) ou internacional, e permitiria reconhecer um certo número de relações causais.

---

[66] Falava de *necessidades essenciais* (indispensáveis ao equilíbrio vital), *necessidades de conforto* (que ajudavam a tornar a existência mais agradável) e *necessidades de superação* (que eram as satisfações mais elevadas do espírito). (Castro, 1960, p. 69)

Na aplicação deste método, a pesquisa deveria se desenvolver nas seguintes direções:

- diferenças de estrutura entre os países mal alimentados e os bem alimentados;
- características estruturais dos povos e as que explicavam a subnutrição nos subdesenvolvidos e a saciedade nos ricos;
- existência de fatores de substituição capazes de elevar adequadamente os níveis de consumo nos subdesenvolvidos;
- condições indispensáveis para a introdução da modificação estrutural (dos fatores de substituição efetivos);
- e condições para que essa modificação provocasse de forma eficaz os efeitos desejados.

Foram os progressos no domínio da indústria e da distribuição de mercadorias que elevaram os níveis de produtividade e consumo nos países desenvolvidos. Entretanto, perguntou: o processo nos países subdesenvolvidos deveria ser calcado no dos desenvolvidos, ou seja, dever-se-ia prever uma "*industrialização intensiva dos países subdesenvolvidos*"? Qual deveria ser o ritmo deste crescimento econômico?

Afirmou que os países ocidentais industrializados sempre se opuseram a uma verdadeira transformação da estrutura dos países agrícolas, de economia colonial, e o fracasso de suas políticas era a causa do retardamento do equipamento dos subdesenvolvidos. Era necessário remover os obstáculos à elevação dos níveis de vida e tornar a expansão econômica dos países subdesenvolvidos mais rápida que a realizada nos países ricos[67].

A defesa que fez do raciocínio por analogia como uma das armas para atacar o tabu da fome merece alguns comentários. Não nos parece ser o método, por ele proposto, o típico dos defensores do mesmo. Procurou estabelecer as diferenças para chegar a situações semelhantes. O termo analogia se aplica, normalmente, à busca de pontos de semelhança entre coisas ou fatos diferentes; *algo análogo* é o que guarda semelhança com outro. Pode ser utilizado para designar semelhanças entre figuras que se diferem quanto à escala, para similitude de funções entre dois ou mais elementos dentro de suas respectivas totalidades, ou até para uma operação lógica jurídica na qual, em face da omissão das leis, se aplicam normas de casos parecentes.

Na filosofia moderna e contemporânea, analogia significa "*a extensão provável do conhecimento mediante a passagem de uma proposição que exprime uma certa situação a uma outra proposição que exprime uma situação genericamente semelhante,...*" (Abbagnano, 1982, p. 53). É a extensão da validade de uma proposição relativa a uma situação a outra parecida, o que os antigos gregos chamavam de "*procedimento por semelhança*". Este tipo de raciocínio é uma indução parcial, imperfeita, "*na qual passamos de um ou de alguns fatos singulares, não a uma conclusão universal, mas a uma outra enunciação singular ou particular, que inferimos em virtude de uma semelhança.*" (Aranha e Martins, 1986, p. 102) Portanto, este raciocínio nos fornece uma probabilidade e não uma certeza, podendo desempenhar um papel importante na descoberta como instrumento, para estabelecer um conhecimento provável, mas não verdadeiro ou científico.

O raciocínio por analogia seria totalmente válido se admitíssemos uma uniformidade da natureza e da sociedade. Constitui-se de uma ajuda de que dispomos para coisas que transcendem a experiência, que ainda são difíceis de serem, por nós, perceptíveis; colaboração para probabilidades e não para certezas. Como certeza, exigiria a idêntica relação entre causa e efeito das coisas ou dos fatos em todos os

[67] A expansão nos países ricos tinha sido, relativamente, lenta, pois muitos séculos se passaram para as primeiras descobertas das ciências exercerem "*plenamente seus efeitos sobre a vida das populações ocidentais.*" (Castro, 1960, p. 75)

lugares e tempos históricos. Estabelecê-lo como única fonte da verdade é dar *status* científico à intuição, é estender uma generalização indutiva além de sua função.

Carl Ritter (1779-1859) e Vidal de la Blache (1845-1918) são considerados os responsáveis pelo princípio geográfico de Analogia ou Comparação ou Geografia Geral, segundo o qual é necessário comparar o fato ou a área estudada com outros fatos e áreas, buscando as semelhanças e as diferenças existentes. Azevedo disse que é o princípio "*através do qual o geógrafo deve procurar analogias com os fatos observados, retirando daí as leis da geografia geral.*" (1961, p. 31) Segundo Closier,

> "*A 'geografia geral' procura apreender o que há de permanente e de regular nos factos terrestres, de os esclarecer uns pelos outros de maneira a explicar-lhes as condições.* [...] ...*; este sentido da repetição regular dos fenómenos de superfície e da sua comparação está na base da explicação geográfica.*" (Closier, 1972, p. 106)

Moraes afirmou que, de acordo com o princípio da comparação, "*a diversidade dos lugares só pode ser apreendida pela contraposição das individualidades*" (1981, p. 25). De qualquer modo que este princípio se apresente, é ainda necessário tecer outras considerações pelas quais consideramos inadequado o uso da analogia instituído como princípio ou método de validação nas ciências humanas.

Colocar para fenômenos como rios e habitações, ou correntes marítimas e migrações humanas, as mesmas leis é considerá-los qualitativamente semelhantes; para quem admite a clássica dualidade geográfica, é afirmar que a *Geografia Humana* deve beber nas mesmas fontes da *Geografia Física*, ou seja, na história natural. Quando se realiza este raciocínio com fenômenos históricos, parte-se do princípio de que os mesmos se repetem. Ora, a analogia nos leva a examinar o exterior dos objetos, a forma, e não o conteúdo. Além disso, coincidência não presume repetição de causalidades. O fenômeno da urbanização ocorreu em países industrializados e, posteriormente, nos subdesenvolvidos, e suas causas foram diferentes; mesmo nos últimos, a novidade ou simultaneidade do fenômeno deu um certo grau de parentesco mas as situações foram diferentes[68].

Santos já nos tinha alertado: "*A primeira analogia, perante a qual muitos economistas, sociólogos e geógrafos se curvam, é a tentação de comparar a atual evolução dos países subdesenvolvidos à dos países desenvolvidos no início da revolução industrial.*" (1978**b**, p. 17) O processo de industrialização ocorrido em muitos países do Terceiro Mundo possuiu algumas semelhanças com o que aconteceu em países industrializados, mas diferiu profundamente em razão das condições existentes e das relações internacionais estabelecidas. Problemas parecidos podem possuir conteúdos e causas diferentes. A dor de cabeça pode possuir causas várias e exigir remédios diversos. Este método pode ser válido nas ciências matemáticas e até na criação de símbolos, mas é inadequado nas ciências sociais.

O estranho na defesa feita, do raciocínio por analogia, por Castro (1960) neste livro, deriva do fato de neste, e em outros textos, condenar a cópia, o transplante de modelos. Mesmo quanto à universalidade do fenômeno da fome, não propôs os mesmos métodos de solução. Por analogia, a fome, "*que sempre existiu entre nós*", persistiria até o fim dos tempos, como dizem aqueles que, segundo ele, apelavam para a doutrina da miséria "*como uma contingência inevitável, ou mesmo, hipocritamente, para uma falsa interpretação dos Evangelhos na parte em que exalta a pobreza com a consolação de que aos pobres pertence o reino dos céus.*" (Castro, 1960, p. 53) O início de sua proposta já foi diferente: começou pregando a busca das diferenças e não das semelhanças, e respeitou o tempo histórico e as particularidades locais ao propor a

[68] Por analogia, muitos afirmavam que a urbanização era provocada pela (e sinônimo de) industrialização, como se Londres (R.U) e Recife (Brasil) tivessem sofrido o mesmo processo. Mesmo no Terceiro Mundo, a urbanização do Rio de Janeiro (Brasil) não pode ser colocada como análoga à de Calcutá (Índia).

procura de *fatores de substituição* provocadores dos mesmo efeitos. Ao propor ritmos mais rápidos de industrialização para os subdesenvolvidos, demonstrou que o processo necessitava ser diferente e não igual. Talvez o que entendesse por análogo fosse o fato de os países subdesenvolvidos terem o direito de também possuir uma estrutura industrial como a dos ricos, de não ser correto uns serem industriais e outros fornecedores de produtos primários. Mas isto não é um *raciocínio por analogia* no sentido do conhecimento científico e sim a crença no direito do usufruto dos progressos da ciência por toda a humanidade.

A resistência das potências em colaborar na luta contra a fome também evidenciava a "*impotência freqüente da ciência econômica para responder em seu estado atual às necessidades manifestadas pelos países subdesenvolvidos.*" (Ibidem, p. 76) Era inútil transpor dedutivamente as lições da ciência econômica de certos países ocidentais para solucionar a situação de fome da maior parte das regiões mundiais. Aí teceu um elogio ao caminho aberto pelos fisiocratas[69], criticou a influência ricardiana[70] e propôs a criação de uma nova ciência econômica. Em seguida, citou algumas teses favoráveis e desfavoráveis à industrialização dos países subdesenvolvidos, que o erro das últimas era a crença de que o volume da produção alimentar deveria ser mais ou menos proporcional ao volume da população dedicada à agricultura, e não ver a relação entre a forte produtividade agrícola dos países industrializados e a utilização maciça de bens de origem industrial na agricultura. Ainda que

> "*o erro dos dirigentes soviéticos da época staliniana foi o de não favorecer suficientemente o desenvolvimento das indústrias produtoras desta categoria especial de bens: as máquinas agrícolas, os produtos químicos, os fertilizantes, as rações balanceadas para animais, os carburantes etc.*" (Castro, 1960, p. 79)

Além disso, era falso falar em regiões mundiais com vocação agrícola ou industrial pois o que existiam eram regiões produtivas ou sub-produtivas. As áreas subdesenvolvidas possuíam importantes reservas de matérias-primas para as indústrias e, de muitas delas, em razão da explotação das próprias, os países industrializados se encontravam em condições desfavoráveis em relação ao Terceiro Mundo. Se os países deste não as explotavam, era porque não dispunham de indústrias, apesar de sua numerosa população consistir um mercado potencial, dependente da elevação do seu poder aquisitivo.

> "*A verdade é que só os países industrializados poderiam alcançar um nível alimentar satisfatório. Só os métodos industriais permitem pois a elevação suficiente da produtividade do trabalho humano e a possibilidade de levar ao setor agrícola todos os bens de origem industrial necessários para a realização de uma economia agrária racional.*" (Castro, 1960, p. 81)

Portanto, para ele, a produtividade do trabalho agrícola dependia da expansão da produção industrial, sendo o volume *per capita* de produção alimentar inversamente proporcional ao volume da população agrícola. Nem toda a industrialização, entretanto, era geradora do aumento da produtividade agrícola; isto somente ocorria se ela fosse desenvolvida tendo em mira o nível agrícola do país. De outra forma, promoveria um

---

[69] A teoria fisiocrata (do gr. *physis* = natureza; *kratos* = poder) se baseava na doutrina natural, pela qual existiam leis imutáveis e universais; cabia aos governantes respeitá-las. Condenava o mercantilismo por estimular o comércio e a manufatura em detrimento da atividade agrícola, a única fonte de riqueza. Também propunham o *laissez-faire, laissez-passer*. O principal representante desta corrente foi o médico e economista francês François Quesnay (1694-1774), autor de *Quadro econômico* (1758).

[70] Do economista inglês David Ricardo (1772-1823), autor de *Princípios de economia política e tributação*, que foi, com o escocês Adam Smith (1723-1790), um dos expoentes da escola clássica. Entre seus estudos incluem-se a teoria da criação e determinação do valor pelo trabalho, a explicação do processo de formação da taxa média de lucro e da renda diferencial da terra. Defensor do livre-cambismo, elaborou a teoria das vantagens comparativas, segundo a qual cada país deveria se especializar na produção do que tivesse, para ele, menor custo e importar o que lhe custasse bem mais em relação ao preço obtido no exterior.

crescimento desequilibrado, precário e artificial, o que dizia, em outros textos e em discursos na Câmara Federal, que era a característica brasileira. O verdadeiro desenvolvimento implicava no entrosamento constante dos setores industrial e agrícola, eliminando o dilema do pão ou do aço: "*tanto o pão como* [sic] *o aço.*"

Para isto, dada a pouca disponibilidade interna, era indispensável a ajuda do capital estrangeiro, cujo fluxo era muito abaixo do mínimo necessário – e se tornava menor ainda pelo fluxo inverso sob a forma de juros, dividendos e *royalties* –, além de ser esporádico e dirigido para fins estratégicos que incluíam matérias-primas de que necessitavam ou fins militares. Daí ser a ajuda estrangeira mais um mito do que um fato[71]. Somente a injeção de dinheiro externo e de conselhos técnicos não solucionaria o problema. Concepções teóricas com base em sucessos obtidos em outra estrutura, o dualismo caracterizado pelo capitalismo no setor industrial e o feudalismo no agrícola, o patriocentrismo de alguns países, impediam o processo. Além do mais, vivíamos em um "*mundo unificado, mas até hoje não unido.*"

## 3. 4. A economia colonial brasileira: feudal ou capitalista?

"*... aquele que insiste em jamais dizer algo errado deve permanecer em silêncio.*"
(Werner Heisenberg)

A luta pela reforma agrária foi uma constante na vida de Josué de Castro. Em suas análises sobre a questão da terra na Zona da Mata, ele sempre considerou o *plantation* como uma expressão do feudalismo colonial. Mesmo após obras importantes neste aspecto, como a de Prado Júnior (1972), cuja primeira edição foi em 1945, e a de Furtado (1969), publicada em 1959, continuou insistindo nesta visão, inclusive rotulando a teoria do capitalismo colonial como conservadora e reacionária, e que retirava da "*reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.*" (Castro, 1967, p. 117) Admitindo que as relações de produção em nossa agricultura eram do tipo feudal, estava demonstrando que a revolução necessária era a transformação desta relação em capitalista. Defendia ainda que a implantação das sesmarias e da economia açucareira era uma reunião de elementos de três regimes econômicos: "*o regime feudal da propriedade, o regime escravista do trabalho, o regime capitalista do comércio.*" (Ibidem, p. 122)

Desde seus primeiros textos de análise da realidade brasileira, caracterizou a estrutura colonial nordestina de feudal ou de semi-feudal. Fez o mesmo em seus discursos na Câmara Federal e em seus livros, até o fim. Por estas razões, e também porque discordamos desta posição, optamos por discutir o tema e colocar a nossa visão à respeito. A nosso ver, uma sociedade se constitui a partir das condições materiais de produção e da divisão social do trabalho. A sociedade capitalista, na visão marxiana, se caracterizava pela propriedade privada dos meios de produção e pela mão-de-obra assalariada. A classe dos capitalistas modernos, dos proprietários dos meios de produção, foi denominada de burguesia e sua riqueza provinha do emprego do trabalho assalariado.

[71] Lembrou que muitos países, em razão da especialização de suas produções, eram muito vulneráveis, e quando acontecia uma retração de preços ocorriam graves conseqüências, enumeradas nas páginas 86 e 87 do livro em questão (Castro, 1960). Foi neste livro que encontramos os textos onde expôs com maior clareza sua visão sobre a industrialização.

> "*A fim de que a força de trabalho apareça como mercadoria para a venda, é necessário que o trabalhador seja livre e que, por não possuir meios de subsistência e de produção, se veja impossibilitado de atuar como produtor independente vendendo o produto de seu trabalho.*" (Browne, 1968, p. 31-32)

Fruto da expansão capitalista européia, tivemos a incorporação de áreas brasileiras ao espaço econômico europeu. O *capitalismo*[72] aqui implantado decorria do europeu mas não era o europeu. Se Karl Marx (1818-1883) dizia que o capitalismo, no processo de produção da mais-valia, comprava a força de trabalho do homem livre para usá-la, que a força de trabalho em uso era trabalho e que esta força comprada era do homem livre que a transformava em mercadoria, nas terras canavieiras nordestinas do século XVI o homem era a mercadoria que, com seu trabalho, produzia a mais-valia. Se tomarmos, *ipsis verbis*, as afirmações acima, na Zona da Mata Nordestina não existia burguesia (empregadora de trabalho assalariado) e nem capitalismo (*homens livres* para vender sua força de trabalho). Não houve o encontro entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador *livre*, isto é, privado destes meios. Além disto, as formas aqui existentes anteriormente eram, predominantemente, coletivas e não as feudais. Portanto, também não existiria uma sociedade feudal pois escravidão e produção essencialmente voltada para o mercado externo não são características básicas de um sistema feudal.

A mercadoria das usinas não eram simples mercadorias; já era capital. O escravo não produzia apenas mercadorias, e sim capital, valores. Existia no Nordeste açucareiro uma radical separação entre o produtor e os meios de produção, uma das características do capitalismo. A vinda dos europeus e a ocupação ocorrida, acompanhada do genocídio e do etnocídio ocorridos com os nativos, e a chegada dos desterritorializados – pela força – africanos, inauguraram uma nova história. Contudo, uma história vinculada a processos ocorridos na Península Ibérica e, posteriormente, em outras áreas européias. Foi o processo que resultou na implantação do capitalismo no Velho Continente que criou os *espaços derivados* na América. A incorporação de áreas extra-européias, graças às conquistas ultramarinas, foi obra do capital comercial, daquele ligado e oriundo da circulação. As áreas aqui integradas à Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que se iniciava – explicadora das relações sociais e das paisagens antrópicas criadas – eram capitalistas, independente do estágio deste sistema e das formas aqui implantadas serem ou não semelhantes às européias (onde, também, estas formas foram, inicialmente, restritas a algumas áreas). Em Pindorama não existia uma nobreza a ser derrotada e nem sentimentos de pertencimento a grandes grupos. A *pátria* de nosso nativo era a tribo e a terra circundante. Não houve o ventre feudal do qual nasceu a burguesia. Artesanato e maquinofatura foram etapas que não existiram, não ocorrendo a metamorfose do artesão em capitalista. Se para cá houve o transplante do sistema, o mesmo não aconteceu com todas as suas formas; apegar-se a análises e características do continente do qual se originou é olvidar que os processos históricos não são iguais, desrespeitando o fato de que condições materiais de produção distintas resultam em relações sociais não coincidentes.

A Revolução Inglesa de 1640 transformou a estrutura social, política e econômica da Grã-Bretanha; destruiu

> "*o antigo aparelho de Estado, impondo limites ao poder real, submetendo-o ao poder do Parlamento, ...* [...] *O poder mudou de mãos. Ele, que fora exercido até 1640 pelo Rei em termos pessoais e pela aristocracia por delegação, agora*

[72] Ainda era a fase inicial do capitalismo pois ele só atingiu a plenitude em séculos posteriores. Foi um processo que, para ser definido como consolidado, precisava possuir condições como: concentração dos meios de produção nas mãos de poucos indivíduos, divisão do trabalho, existência de um mercado mundial e que a este se destinasse parte significativa da produção. Mesmo assim, utilizaremos o termo por ser, a fase mercantil, fundamental para a sua ocorrência.

> *passava aos domínios da pequena nobreza rural, a 'gentry', identificada com a burguesia mercantil.*" (Arruda, 1984, p. 89)

Ou seja, a Revolução de 1640 colocou as bases do predomínio político da burguesia mas não lhe deu o poder diretamente[73]. Na França, a nobreza foi totalmente derrotada em 1789 mas, em um segundo momento, a burguesia fez dela uma aliada. Se compararmos com Portugal, não poderíamos afirmar que a unificação monárquica, em séculos anteriores, tivesse sido uma etapa inicial do capitalismo[74]. Não houve uma autêntica (nos moldes franceses) revolução burguesa em terras lusitanas. Entretanto, ali se desenvolveu uma expansão, com participação expressiva do capital mercantil[75], que acelerou o processo de formação de um mercado mundial. Um processo que, em terras americanas, reinventou algo que é, aparentemente, anticapitalista: a escravidão. Lutava-se contra a servidão em áreas européias e se instalava a escravidão em áreas da América. O escravo, porém, também era capital pois este é aquilo passível de produzir lucro, é uma mercadoria. Diferente do assalariado, não podia dispor livremente de sua força de trabalho, não podia se vender. O assalariado é um mercador de sua força de trabalho, o escravo é uma mercadoria. Se ficarmos estritos à visão marxiana, de que a transformação do dinheiro em capital também exige que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre, a existência da escravidão comprovaria a inexistência do capitalismo. Se ficarmos por demais apegados ao texto – e não ao espírito do mesmo – e esquecermos de que os mesmos são datados, teremos que classificar qualquer reforma agrária como anticapitalista, pois ela provoca o fracionamento da propriedade e não a sua concentração (e muitos dos países capitalistas considerados desenvolvidos a fizeram e ela foi importante para o crescimento deles).

Como não tínhamos artesãos, não houve o agrupamento dos mesmos em corporações ou em maquinofaturas. Mas, no engenho, a mercadoria era o fruto do trabalho conjunto de produtores, não proprietários do resultado do trabalho e este se destinava ao mercado externo. Se fosse tipicamente feudal, seria constituído de servos que pagariam tributos ao dono da terra e teriam um tempo de trabalho destinado a sua subsistência. Este, entretanto, era o modelo feudal europeu, que não pode ser aplicado a situações semelhantes como, por exemplo, no Oriente. Mesmo na Europa, relações tipicamente feudais entranharam por muito tempo as sociedades já capitalistas.

O senhor de engenho não era igual a um burguês europeu; sua história foi outra mas não a sua função. A instalação da agroindústria açucareira foi anterior à Revolução Industrial e, portanto, os conceitos derivados desta última não podem ser aplicados à outra. Entretanto, a lei capitalista da mais-valia e do acréscimo do lucro já existiam na Zona da Mata Nordestina; e não provinham do comércio – como era ainda boa parte do capital *burguês* na Europa do século XVI e XVII – mas da produção. Nenhum escravo podia pegar um pedaço de rapadura que produziu e dizer *"isso é meu"*, e nem pagava tributos de uma produção que, *a priori*, era sua; e isso não é feudal.

---

[73] A nobreza perdeu poderes mas conservou honrarias. A burguesia inglesa somente chegou, efetivamente, à hegemonia do bloco do poder após 1832. Mas, no plano ideológico, "*a Revolução Inglesa abriu espaço para um novo comportamento político dos puritanos, a emergência do liberalismo, a afirmação do individualismo e da teoria do contrato.*" (Arruda, 1984, p. 90)

[74] "*Uma particularidade histórica portuguesa, dado o processo de fortalecimento precoce da centralização monárquica, consistiu na posição mais fraca da nobreza em comparação com outros países feudais. Coroa e clero apropriam-se de somatórias de rendas aproximadamente iguais, enquanto cabia à nobreza entre um quarto e metade em comparação com cada um dos dois outros setores privilegiados.*" (Gorender, 1978, p. 116)

[75] "*No bojo do feudalismo português desenvolveu-se também a burguesia mercantil, concentrada, sobretudo, nas cidades portuárias. Sem deixar de ser uma classe integrada no sistema feudal, vinculada por múltiplos canais à Coroa e à nobreza, essa burguesia mercantil iria marcar com a influência dos seus interesses específicos o processo histórico dos séculos XIV e XV, que encaminham Portugal à expansão ultramarina.*" (Gorender, 1978, p. 117)

As formas típicas de capital, no período chamado de Revolução Comercial, eram o capital mercantil – auferido na troca de mercadorias – e o usurário – obtido no emprego do dinheiro. Embora presentes, não se constituíam na forma predominante de acúmulo de capital na Zona da Mata Nordestina. Por isso, se levarmos, de novo, determinadas explicações ao pé da letra, ela era mais capitalista que muitas áreas européias tidas como tal.

A Revolução Comercial integrou partes de outros continentes na trama de relações econômicas européias. Em Portugal, o grupo mercantil contribuiu para a centralização de poder que consolidou a monarquia e possibilitou as grandes navegações; mas as relações feudais permaneceram predominantes. Ali, a classe mercantil não adquiriu as características das classes semelhantes na França e na Inglaterra, que se transformaram em burguesias típicas. Como citamos, em Portugal não houve uma revolução burguesa e a empreitada colonial acabou, mais tarde, favorecendo a classe feudal dominante; o país pouco trocava o que produzia em suas terras européias e mais o que era gerado em áreas ultramarinas. Além disso, essa troca não promoveu um desenvolvimento da produção metropolitana, não se transformando de mercantil em industrial[76].

Os mapas e a ambição trouxeram para cá os ibéricos; a espada veio associada à cruz. Uma Igreja ligada ao despotismo lusitano e portugueses crentes de que foram escolhidos por Deus para implantar o *orbis christianus*. Ou seja, também houve um Destino Manifesto Lusitano. O capital mercantil luso ligava-se à Roma enquanto setores semelhantes europeus, em sua luta contra a ordem feudal e o internacionalismo político da Santa Sé, rompiam com a mesma através da Reforma Protestante (1517). O padroado[77] provava esta relação umbilical. Portugal foi uma grande potência do século XVI mas, nele, não houve uma descoberta científica excepcional e nem uma nova formulação filosófica, em razão da censura e da suposição de uma única *verdade*: a visão da Igreja Romana. Fechada, neste aspecto, a nação não se renovou. Expandiu-se no início do Renascimento mas não se conectou a ele. Enquanto surgiam as primeiras *luzes* em outras áreas, vigorava o obscurantismo. Por isso, ousamos afirmar que o atraso português, depois do desastre de Alcácer-Quibir (agosto de 1587) e da Restauração (1640), decorreu, em grande parte, da ausência de uma ideologia revolucionária em razão dos fatos anteriormente citados. No século XVII, era estruturalmente mais feudal que no século anterior; e pior: subjugado por outra potência, fez do Brasil uma colônia ligada a uma metrópole que também era colônia.

O sistema de *plantation* da cana-de-açúcar implantado foi o maior empreendimento do capital comercial (luso e batavo) no século XVI; permitiu um fluxo de renda para o exterior, tanto para a Holanda, que o transformou – em grande parte – em capital, como para o consumo parasitário em Portugal. Não era um capitalismo típico, mas também não se pode afirmar que eram feudais somente porque as relações predominantes no interior da Metrópole eram feudais. Nem tudo o que se oriunda de um local, implantado em outro, preserva o significado pois a realidade é outra e imprime novos sentidos. Se não pensarmos assim, diríamos que aqui foi criado o feudalismo escravista, embora não seja de todo inadequado afirmarmos que existia um pré-capitalismo escravista.

---

[76] "*Outra particularidade portuguesa consistiu no débil desenvolvimento do artesanato e na inexistência de formas precoces da indústria capitalista, como as que surgiram na Itália e nas Flandres, durante o declínio medieval.*" (Gorender, 1978, p. 117)

[77] O padroado consistia na concessão pelo papa, à Coroa portuguesa, do direito de administrar os negócios eclesiásticos. Com ele, o rei passou a ter poder civil e eclesiástico nas áreas sob o seu domínio, apresentando os candidatos a bispos e vigários, zelando pela construção e manutenção de templos, e remunerando o clero. Chegou, inclusive, a regular o número de religiosos, ora permitindo, ora proibindo, a criação de conventos ou mesmo fundando-os em lugares estrategicamente importantes para a segurança e/ou necessidades do sistema colonial.

Muitos autores consideraram que as primeiras medidas tomadas pela metrópole em relação ao Brasil, como a implantação das capitanias hereditárias, também eram feudais. Além do fato de terem tido uma existência muito curta, o que diminui o seu papel, existem autores que não a consideravam como tal, como o industrial, fundador do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, político e historiador Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948). Em seu importante livro, *História Econômica do Brasil*, publicado em 1937, colocou como característica fundamental dos tempos modernos, iniciados – assim como a chamada Revolução Comercial – de modo contemporâneo com a chegada dos portugueses ao Brasil, "*a preponderância do fator econômico*" no desenvolvimento dos povos. Discordava do fato de muitos historiadores ressaltarem o caráter feudal das donatarias e assim se justificou:

> "*Portugal, desejando ocupar e colonizar a nova terra e não tendo recursos para fazê-lo, à custa do erário real, outorgou para isso grandes concessões a nobres e fidalgos, alguns deles ricos proprietários, e outros já experimentados nas expedições às Índias. Concedeu-lhes outrossim, o Rei, vários de seus direitos políticos, indispensáveis ao fortalecimento da autoridade de quem ia correr tão graves riscos*.[78] [...] *'Mas essas vantagens a serem auferidas pelos donatários pressupõem povoações, lavouras, comércio, trabalho organizado e capital acumulado, o que tinha de ser obra do tempo longo e do imediato dinheiro.'*
> *Sob o ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial, não me parece razoável a assemelhação deste sistema ao feudalismo.*
> *Na economia feudal, não há o fito do lucro porque sendo demarcadas as classes sociais, a remuneração se torna função da condição social de cada classe.* [...] *As trocas se realizavam através de uma divisão de profissões preestabelecidas.* [...]
> *Ora, por mais que estudemos os elementos históricos, não podemos concluir que o regime das donatarias apresente pronunciada semelhança com o da economia medieval. Em primeiro lugar todos procuravam a nova terra em busca da fortuna; todos visavam a melhorar sua situação econômica. O fito de lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil.* [...] *Quem tivesse capital podia pleitear a exploração da terra. Os donatários não eram mais que exploradores em grande escala. As concessões dadas pelo Rei a esses homens eram o meio de os estimular, facilitando o empreendimento*.[79] [...]
> *Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista.* [...] *A hereditariedade das donatarias não nos parece suficiente para emprestar o cunho feudal a todo o sistema; representaria concessão a prazo ilimitado, cuja duração a história ia provar que seria regulada pela força das circunstâncias* ...
> *Os imensos poderes outorgados aos donatários também não significam feudalismo; esses poderes ainda existem em nossos dias.*" (Simonsen, 1977, p. 81-83)

---

[78] Para "*estimular a colonização, conservando para si, o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio de pau-brasil, das especiarias e das drogas e o quinto das pedras e metais preciosos, o Soberano regulou, nos forais, os direitos políticos e a percepção das rendas dos donatários e definiu-lhes também as responsabilidades perante a Coroa*." (Simonsen, 1977, p. 81)

[79] E acrescentou: "*Assim como hoje se concede a certas empresas a isenção de impostos, a par de uma alta tributação dos produtos estrangeiros que lhes fazem concorrência, da mesma forma, usando desses processos caracteristicamente capitalistas, o Rei de Portugal concedeu uma série de favores àqueles que com seus capitais e seus serviços podiam incrementar a colonização das terras recém-descobertas.*" (Simonsen, 1977, p. 82)

O escravismo vigorou no Brasil enquanto na maioria das áreas européias predominava o feudalismo. O escravismo clássico foi pré-feudal; o nosso surgiu na expansão colonial moderna e vigorou até a fase monopolista ou imperialista do capitalismo. Este que o criou é que lutará para o seu término, que ocorreu por razões semelhantes ao clássico: não compensava mais em razão dos custos e dos gastos que acarretava. Mas também deixou u'a marca semelhante: o trabalho braçal se tornou abjeto para os não-escravos. Nosso sistema, sendo conseqüência da expansão mercantil, com a produção destinada a mercados externos – e esse era o sentido de sua existência –, realizado em grandes proporções (de produção e de terras), com a simples posse da terra não possuindo – no início – grande significado econômico pois existia em abundância e o precedente que a possuía era fácil de ser *empurrado* para o interior ou morto, caracterizando-o como uma empreitada empresarial, que não pode ser denominada de feudal. A empresa colonial possuía, de modo intrínseco, a finalidade mercantil. Também não se pode esquecer que o escravismo moderno foi uma das formas de acumulação de capital, inclusive pela Inglaterra – que, mais tarde, procurará destruí-lo em razão do próprio desenvolvimento do capitalismo, ou seja, contribuiu para o aparecimento das condições que propiciaram a sua extinção – que também nos forneceu escravos após as invasões holandesas (na Bahia, em 1624 e 1625, e em Pernambuco, de 1630 a 1654). O tráfico, assim como a explotação aurífera no Brasil do século XVIII, foi um dos componentes da expansão maquinofatureira inglesa. Um complemento fundamental de um sistema também o integra. Absorvia a produção colonial e fornecia a sua mão-de-obra, ganhando nas duas etapas.

Assim como os bugreiros, a pecuária bovina expulsou as comunidades indígenas do Sertão Nordestino e alargou o território colonial. A produção de carne no Sertão aumentou a oferta de alimentos para os engenhos no litoral, facilitando a concentração do trabalho escravo na agricultura canavieira.

> "*Mas as fazendas de gado também são puxadas para o mercado atlântico pela subida das exportações de tabaco na década de 1680, visto que o fumo embarcado para o exterior costumava ser encapado com couro, o qual representava 15% do preço final do rolo de tabaco. Na mesma época avultam as exportações de courama de todo tipo.*" (Alencastro, 2.000, p. 341)

A atividade pastoril originou relações de produção que se afastavam do escravismo.

> "*A tênue presença do capital mercantil, a natureza do processo produtivo e a ausência de controle direto do proprietário reduziam o impacto do sistema escravista no sertão, ainda que a presença de escravos negros possa ter sido importante nas fazendas de gado.*" (Alencastro, 2.000, p. 341)

Portanto, as relações de produção também não foram típicas de um feudalismo do tipo europeu, dada as características das camadas sociais existentes.

Mesmo um autor que defendia a presença marcante do feudalismo no Brasil, o militar e historiador marxista Nelson Werneck Sodré (1911-1999), não concebia o espaço açucareiro nordestino como feudal (mas, discordando de Simonsen, entendia a implantação das capitanias hereditárias como feudal); caracterizava-o de sistema escravista. Contudo, o considerava limitado espacialmente, devido a duas servidões: "*a servidão ecológica, que vedava a extensão a terras inapropriadas ao cultivo da cana, e a servidão do transporte, que obrigava à proximidade do litoral ou das barrancas dos rios acessíveis aos barcos.*" (Sodré, 1967, p. 25) Segundo o mesmo autor, a necessária separação entre a pecuária e a agricultura no Nordeste motivou o aparecimento de uma área, o Sertão, na qual "*o escravismo não encontraria condições de vigência*", e nela foram estabelecidos "*traços feudais*" que vigorariam até o século XX. Como não se tratava de produzir para o exterior e nem era exigida uma produção maior que a natural, a vegetativa, dos rebanhos, ganhou uma autonomia da qual derivou o seu

caráter feudal[80]. Defendia ainda que, com a decadência açucareira iniciada com a mineração aurífera no século XVIII – que provocou o deslocamento de escravos para estas regiões e o aumento do preço dos mesmos –, ocorreu algo inverso do comum: "*um processo de substituição de relações escravistas por relações feudais na área agrícola.*" (Ibidem, p. 27) Para ele, em outras áreas do país, como São Paulo, Amazônia ("*entra na história pela porta feudal*"), a área pastoril sulina, as relações foram feudais. "*A dimensão máxima das relações feudais foi atingida, no Brasil, quando do declínio aurífero.*" (Ibidem, p. 33) A razão foi a transformação dos moradores em criadores de gado ou em agricultores de subsistência, fazendo com que, em contraste com o passado, a posse da terra passasse a significar a principal "*medida de força dos elementos sociais dominantes*", e que o objeto do trabalho deixasse de ser o subsolo e passasse a ser o solo.

Mesmo admitindo que as relações feudais dominavam quase toda a extensão territorial da Colônia, Sodré excluía as atividades de exportação litorâneas que comportavam o escravismo, como as da Zona da Mata Nordestina. Ou seja, apesar de defender o predomínio da estrutura feudal, não concordava com Josué de Castro em relação à Zona Açucareira Nordestina. Todavia, os dois concordavam em um ponto: a servidão entravava "*o processo ascensional do capitalismo em nosso país.*" (Sodré, 1967, p. 35) Na mineração, seguindo o raciocínio de Sodré, o feudalismo se originou do escravismo moderno ou a decadência deste último provocou o aparecimento do primeiro. É difícil analisar o nosso processo sem levar em conta as peculiaridades de um espaço derivado. Além de não possuirmos cidades semelhantes aos burgos medievais, nossas propriedades rurais possuíam seu próprio artesanato. Em um território tão extenso como o aqui existente, com *ilhas* econômicas, é muito difícil estabelecer um sistema único de relações sociais; é muito mais complexo.

Em *Sete palmos de terra e um caixão*, Josué de Castro continuou classificando de feudal a estrutura da Zona da Mata, como fez em seus livros anteriores e em seus discursos no Congresso Nacional, e fará o mesmo até os seus últimos escritos. Considerava que, apesar de impuro, o sistema da metrópole portuguesa era feudal porque sua estrutura social assim permanecia. *"Eis porque erraram redondamente alguns historiadores e economistas notáveis ao classificarem como capitalista o regime econômico colonial implantado no continente americano."* (Castro, 1967**a**, p. 112) Discordava principalmente de Roberto Simonsen, citado anteriormente, que, entre outros motivos, afirmava que, em 1500, Portugal já não era feudal em virtude de seu regime de monopólios internacionais e de suas manobras para desbancar o comércio veneziano de especiarias. Para Castro, o básico em um regime econômico era o sistema de produção e, em Portugal, a principal fonte de bens era a agricultura; e embora a parcela de riqueza acumulada pela burguesia mercantil fosse superior, ela não ocupava uma posição dominante no poder estatal, o que é discutível. Afirmava que o sistema de *plantation* constituía *"a expressão consumada do feudalismo colonial*" e que a teoria do capitalismo colonial era

> "*conservadora, reacionária que, bem arrumada, se encaixa perfeitamente nos esquemas políticos mais retrógrados.* [...] *retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.* [...] *que é o extirpar e destruir, em nossa agricultura, as relações de produção do tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista.* [...] *ao admitir-se que a estrutura agrária existente em nosso país foi, desde os mais remotos tempos e continua sendo, capitalista, está se admitindo, por coerência, a inoportunidade*

[80] O que também é discutível, pois carne e couro possuíam o caráter de mercadorias e a *servidão* indígena não se parecia com as relações servis clássicas. Mais tarde, as relações se assemelhavam mais, com laços de dependência pessoal e econômica entre o proprietário e o trabalhador, caracterizados por formas de parceria rural e prestação gratuita de trabalhos, além de senhores com sua própria força policial, da resolução de *questões de honra* familiares através da violência e outras atitudes análogas às européias.

> *e a desnecessidade de uma reforma revolucionária, de uma mudança democrática dessa mesma estrutura*." (Castro, 1967**a**, p. 117)

O trecho acima demonstrava que o autor não pregava o fim do capitalismo, que ele via uma característica democrática no mesmo e que a revolução necessária era a transformação em capitalista da relação que ele concebia como "*monopólio feudal e colonial da terra, o latifundismo feudo-colonial*." (Ibidem, p. 118) A implantação das sesmarias e da economia açucareira aqui estabeleceu, para ele, um modo de produção *sui generis*, reunindo elementos de três regimes econômicos: "*o regime feudal da propriedade, o regime escravista do trabalho, o regime capitalista do comércio*." (Ibidem, p. 122)

Ora, além de confundir sistema e regime econômicos, ele se esquecia de que existiam diversos regimes econômicos dentro do sistema capitalista, de que havia diferenças entre o capitalismo central e o periférico — e o atraso de um era a garantia do crescimento do outro —, de que herança feudal não é sinônimo de estrutura feudal e de que esta não poderia existir integrada a um sistema econômico em escala mundial que incluía, entre as suas mercadorias, o escravo. Se, como ele mesmo citou, banqueiros flamengos e alemães se associaram aos que instalaram engenhos de açúcar no Brasil e que a finalidade principal da produção era a exportação, somente estes dois aspectos já dificultam caracterizar como feudal a estrutura aqui existente. Metalismo e *plantation* eram características capitalistas e, na sua própria expansão, o capitalismo necessitou do atraso de certas áreas e de determinados grupos sociais[81], que eram mantidos em estruturas arcaicas mas integrados a uma nova estrutura que necessitava delas e que, para a manutenção do domínio, precisava que se mantivessem atrasadas.

## 3. 5. O exílio forçado de um cidadão do mundo

> "*'Se quiser a paz, declare guerra à fome'.*" (Marcel Niedergang)

Como citamos, em 1962, após ser cogitado para a embaixada do Canadá, foi designado representante do Brasil junto aos organismos da ONU em Genebra (Suíça), continuando, concomitantemente, à frente da ASCOFAM e da Associação Parlamentar Mundial (era vice-presidente), e a ser solicitado para dar palestras, entrevistas e escrever artigos. Em 1963, participou do conselho do CIME (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias), do Comitê Mundial para uma Constituição dos Povos, e também teve uma atuação destacada junto à Conferência de Genebra sobre o Desarmamento (iniciada em 1963), que visava um acordo relativo ao controle de armamentos nucleares[82]. O Brasil, através dele, liderou o denominado *Comitê dos 18* e os termos propostos pelo Brasil foram a base do (preliminar) Acordo e

[81] De uma certa maneira, ele também dizia isso: "*... o relativo progresso da economia mercantil, em Portugal, refletia-se no Brasil, contraditoriamente, pelo fortalecimento da propriedade agrária feudal*." (Castro, 1967**a**, p. 131) Afirmou que, no Sertão, a pecuária acabou facilitando "*o acesso à terra de uma parte da população mais pobre*" (Ibidem, p. 140), o que não ocorreria se a estrutura fosse tipicamente feudal.

[82] Neste mesmo ano, foi presidente do Conselho do CIME (Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias).

Moscou (em 01/07/63), assinado por EUA e URSS, que proibia provas nucleares dos EUA, do R.U. e da URSS[83].

Para ele, os recursos gastos em armamentos seriam uma arma eficaz se deslocados para o combate ao subdesenvolvimento. Permaneceu até o fim pregando o pacifismo (embora admitisse situações excepcionais) e crente na possibilidade de um governo acima dos Estados e das nações, o que alguns mais afoitos podem achar que este objetivo está próximo com a fase denominada de *globalização* no final do século XX. Entretanto, o que ocorreu no final do século passado foi uma tentativa de reunir em um todo hierárquico (unificar) e não de conciliar harmonicamente os grupos humanos (unir). A conglobação tentada e procurada pela potência hegemônica foi de dominação em seu próprio benefício e não o processo pretendido pelo Congresso dos Povos.

> "*Uma coisa é um sistema de relações, em benefício do maior número, baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outra coisa é um sistema de relações hierárquico, construído para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício de alguns. É esta última coisa o que existe.*" (Santos, 1994, p. 35-36)

O que caracterizou a etapa globalização foi o desejo de dominação – e não o de liberdade –, o de competição – e não o de cooperação –, tendo como objetivo a ampliação do mercado. Neste processo, para a consecução deste objetivo, esteve sempre presente a imposição cultural, desintegradora das culturas nacionais, através de uma integração em um padrão homogêneo e global que até pode levar a uma uniformidade. Mas esta não será enriquecedora porque aglutina e sim descaracterizadora porque exclui, com a maioria não participando e perdendo a sua identidade. Esta organização coercitiva tem como resultado a fragmentação; no momento histórico em que se falava na existência de um mundo só, o planeta conheceu a formação do maior número de Estados Nacionais de sua história, como se estivesse a repetir um lema do século XIX: "*um Estado por nação*".

A crença de que fosse possível uma cooperação internacional, um *auxílio* dos países ricos aos pobres, perseguiu Josué de Castro até o fim, e também a de que, pela educação, se poderia fazer uma revolução mundial. Todavia, através de uma educação que libertasse o homem de todos os tipos de dominação — da natureza e de outros grupos humanos, "*para se libertarem econômica, política e espiritualmente*.*"* (Castro, 1983, p. 98). Não uma educação para apenas *saber*, mas para viver. "*É preciso explicar-lhes claramente porque vivem elas numa regime de miséria, porque só tendo consciência do fenômeno, estarão estas populações iniciadas para combater com convicção e com entusiasmo esta insustentável situação*." (Castro, 1957**b**, p. 154)

Em 1960, na região Nordeste, no grupo de 5 a 14 anos (27,9% da população total), somente 35% estavam inscritos no curso primário, enquanto na Sul, para o mesmo grupo (25,5% da população total), o percentual era de 70%. Os estados mais pobres organizavam um ensino insuficiente quanto ao número de jovens que dele poderiam se beneficiar, insuficiente em qualidade, diversidade, duração e para atender às necessidades do crescimento econômico. Eram considerados alfabetizados os indivíduos, com mais de 15 anos, que fossem capazes de ler e escrever um simples bilhete. Dentre deste critério, a taxa foi, em 1950, de 49,3%, em 1960, de 60,5% e, em 1970, de 66,9%; entretanto, esta taxa variava de 25 a 75%, conforme os estados. Menos de 1% dos jovens continuava seus estudos até o nível superior. Na época, a alfabetização masculina ainda era maior que a feminina, o que modificou nos censos após 1980. Criticava, em 1970, as universidades dos países subdesenvolvidos que se comportavam como

[83] O prazo do acordo era ilimitado; entretanto, qualquer um podia se desobrigar avisando com três meses de antecedência. Em entrevista, Josué de Castro afirmou que eram gastos US$ 140 bilhões em armamentos e a renda de todo o mundo subdesenvolvido era de US$ 180 bilhões (Silva, 1998, p. 131).

> "*um simples aparelho de repetição de uma falsa cultura de importação em que são formadas as elites.* [...] *centros de formação profissional, no modelo da* ***belle époque****, em que se ministra uma cultura estéril, incapaz de um impulso criativo e renovador. Sai-se dessas universidades com uma mentalidade pré-fabricada para aceitar e defender o* ***status quo*** *gerador destes privilégios que é necessário defender a todo custo, mesmo pagando o preço do subdesenvolvimento e da servidão nacionais.*" (Castro, 1983, p. 98)

Censura semelhante fazia anteriormente — e esta de modo perigoso — quando dizia que o ensino acadêmico da América Latina dava "*as costas para o mundo moderno. À epopéia dos Morgan, dos Ford, ela prefere a Ilíada de Homero. Recusa-se a ler os balanços dos lucros das empresas em favor da leitura dos poemas parnasianos*." (Castro, 1967**a**, p. 178) Aí havia uma certa confusão da essência do problema para quem, na década anterior, solicitava uma re-humanização do ensino universitário, "*tão desumanizado pela técnica e pelo fanatismo pragmatista*" (Castro, 1957**c**, p. 121) e combatia a intolerância, afirmando que nada era mais distante da vida universitária do que "*o sentencioso e o dogmático e nada mais estimulante à sua vida do que a tolerância compreensiva*" (Ibidem, p. 122). Para ele, a universidade deveria estar sempre ligada *ao organismo social que a gera* e ao qual deve servir, sendo três "*as suas missões: a de investigação criadora; a de ensino universitário; a de vigilância e de defesa da cultura.*" (Ibidem, p. 124) A extrema especialização, acompanhada por *uma maciça ignorância por tudo mais que se passa em derredor*, era outro alvo de seus ataques, pois se estava criando a "*civilização dos especialistas — dirigida por homens de rigorosa visão técnica, mas com uma visão cultural de míopes. De deplorável miopia política.*" (Ibidem, p. 126)

A pura especialização não só era uma grave limitação à compreensão mas também à convivência cultural. Também, escrevendo a respeito da ciência médica, dizia que "*O progresso no campo das ciências físicas, da mecânica e da físico-química, tem sido incrivelmente mais rápido do que no campo das ciências biológicas, que servem de base científica à prática médica*." (Ibidem, p. 145) Umas das razões era que o fenômeno biológico, comparativamente, era pouco estudado pela preferência dada pela nossa civilização *ocidental, mecanicista e utilitária* às outras áreas científicas. Pois, no último século, o Estado, a empresa e as instituições "*desviaram os seus interesses para os problemas da exploração econômica, problemas de produção e de criação de riquezas, desinteressando-se em geral pelos problemas humanos*." (Ibidem, p. 147) Como, na época, as pesquisas dos físicos e químicos eram mais úteis ao comércio e à indústria que as dos biólogos, para aqueles estava reservado o maior número de empregos e de financiamentos. Era em motivos "*de ordem econômica emanados do monstruoso organismo supercapitalista*" que residia a explicação do fato de, em quatro décadas, a aviação ter adquirido uma fantástica melhoria técnica e a medicina ter, comparativamente, pouco avançado em relação aos primeiros médicos, e também do fato de Pasteur ter morrido pobre e Marconi ter vivido boa parte de sua vida como um *verdadeiro nababo*. Acrescia a isso uma admoestação, que também podia ser feita aos profissionais da Geografia, ao dizer que a pouca contribuição do médico para o progresso de sua ciência era pelo fato de que seus interesses estavam "*mais em aplicar na clínica o já estabelecido do que em desvendar novos horizontes científicos.*" (Ibidem, p. 148)

Em fevereiro de 1964, concluiu o livro **Sete palmos de terra e um caixão***: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*, escrito por solicitação de uma editora dos EUA e dirigido ao público estadunidense. Um estudo sobre uma região, até o presente, seca por justiça e onde a fome ainda mata na Mata de latifúndios e cana. Nele não deixou de criticar a potência norte-americana, inclusive o programa *Aliança para o*

*Progresso*[84] como uma tentativa de evitar a *bolchevização* da América Latina (AL). Escreveu que, como "*Cuba insistia em exportar a Revolução, os E.U.A. resolviam exportar a contra-revolução.*" (Castro, 1967**a**, p. 218) Também que a classe dos *industriais do anticomunismo* farejava na Aliança para o Progresso "*uma boa pista para alcançar seus ambiciosos objetivos: para encher os bolsos, fortalecer suas bases políticas e asfixiar definitivamente o povo desta terra tão miseravelmente explorada*." (Castro, 1967**a**, p. 222) Afirmou que o povo nordestino possuía um forte sentimento *antiamericano* devido à política dos grupos financeiros daquele país que, com o apoio do Departamento do Estado, conduzira a AL para a trágica situação em que se encontrava, que os EUA[85] e as estruturas arcaicas eram responsáveis pela aspiração de um futuro diferente – a revolução cubana era um sintoma deste fato – e que a Doutrina Monroe havia se transformado na "*carta de intervenção permanente*".

No início do livro, afirmou que o Nordeste do Brasil "*foi descoberto pelos portugueses no ano de 1500 e pelos norte-americanos no de 1960. As duas descobertas foram feitas por engano. Em 1500 graças a um erro de navegação; em 1960 graças a um erro de interpretação.*" (Castro, 1967**a**, p. 13) No intervalo destas duas *descobertas,* o povo brasileiro havia descoberto a si mesmo. Neste livro se colocava mais como sociólogo do que como geógrafo, classificando o livro como um estudo de sociologia participante ou comprometida, até por não acreditar na existência de uma sociologia neutra. Discorrendo sobre as áreas explosivas do mundo, afirmou que no Nordeste brasileiro a tensão social nunca tinha sido "*habilmente canalizada para o caminho da revolução*" mas desejava que seu povo pudesse "*consumar o processo de sua revolução social, com o mínimo de sofrimento e com o mínimo de violência*." (Ibidem, p. 20)

O primeiro capítulo tratava da formação das Ligas Camponesas na região Nordeste. A primeira liga foi fundada, em 1955, por um morador do Engenho Galiléia, com o objetivo de "*defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos*" (Ibidem, p. 23), o direito dos membros das cento e quarenta famílias do engenho de disporem de sete palmos de chão — ou seja, de uma cova — e de descer ao interior do solo dentro de um caixão que fosse seu, com o qual pudesse apodrecer, e não o caixão da prefeitura que devia ser devolvido na boca da cova. Desejavam se apresentar com um mínimo de decência no Juízo Final. Pois "[...] *Nenhum dos mortos daqui / vem vestido de caixão. / Portanto, eles não se enterram, / são derramados no chão. Vêm em redes de varandas / abertas ao sol e à chuva. / Trazem suas próprias moscas. / O chão lhes vai como luva.*"[86] Reivindicavam cova e caixão para o cerimonial da morte, para o rito da libertação, pois "*a morte é que conta, não a vida, desde que, praticamente a vida não lhes pertence.*" (Castro, 1967**a**, p. 24). A grande usina no lugar do bangüê, o palacete substituindo a casa-grande, mas nada alterando para a maioria moída pelo sistema opressor da grande propriedade monocultora.

---

[84] A Aliança para o Progresso (*Alliance for Progress*) foi um programa de *cooperação* bilateral lançado por John F. Kennedy (1917-1963) em março de 1961, com o objetivo oficial de apoiar o crescimento econômico da América Latina. Foi assinada pelos outros países em 17/08/61 (*Carta de Punta del Este*) e foi estruturada "*de acordo com os princípios da Operação Pan-Americana (OPA), proposta em 1960 pelo presidente brasileiro Juscelino Kubitschek.*" (Larousse, 1998, v. 1, p. 196) O programa pretendia, em um período de dez anos (1961-71), aplicar US$ 40 bilhões, sendo metade destes recursos fornecida pelos EUA e a outra pelos demais participantes com sua própria moeda. Os recursos seriam utilizados em programas de redistribuição de renda, erradicação do analfabetismo, habitação popular, reforma agrária, industrialização etc. Todavia, logo o programa se tornou inoperante, tanto pela diminuição da ajuda estadunidense quanto pelo desinteresse de governantes em realizar diversas reformas preconizadas. Na época, Tio Sam também forneceu recursos para um programa militar especial, que visava garantir a *segurança interna* dos países latino-americanos.

[85] Mas que o povo, por não separar a ação dos grupos financeiros e do Departamento do Estado, acabava culpando toda a nação estadunidense pela situação, o que, para ele, não era correto.

[86] Poema *Cemitério Pernambucano (Nossa Senhora da Luz)*. (Melo Neto, 1995, p. 159)

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco era o nome daquela sociedade civil beneficente para, entre outros objetivos[87], ajudar seus integrantes a ter um funeral decente. Porém o que *pegou* foi o apelido — *liga camponesa* —, colocado e estimulado para dar a sensação de algo de origem suspeita, ligado a algum movimento revolucionário; e justamente para uma organização que, no início, convidou o próprio senhor do engenho para ser o presidente de honra. Aceitou mas, *alertado* por outros coronéis a respeito do *perigo* desse instrumento de agitação social, exigiu o fechamento da Liga. A maioria resistiu e começou a transformar a instituição em *instrumento de reivindicação dos direitos dos vivos*. A criação de outras ligas e a atuação mais eficiente das mesmas fizeram com que os EUA, assustados com a vitória em 1959 dos guerrilheiros cubanos, redescobrissem o Nordeste brasileiro como uma *nova Cuba em formação*.

A análise que realizou sobre o Nordeste brasileiro — tema central do livro — foi mais global e superior às anteriores, apesar da repetição de aspectos já tratados em *Geografia da Fome*. Mostrou que existiam vários *nordestes*, realizou uma boa análise do *plantation* de cana e deixou claro que o problema era a estrutura implantada e não a nacionalidade do colonizador. Esta estrutura também era a causadora da elevada mortalidade em uma região onde *morre-se de tudo, mas principalmente de fome*, nesta "*estranha geografia, onde não é a terra que dá de-comer ao homem, é antes o homem que nasce apenas para dar de-comer à terra.*" (Ibidem, p. 42) Analisou melhor os açudes — exceto quanto ao problema da salinização — e a *indústria da seca*[88], apesar de menos do que deveria. Afirmava que a luta contra a fome na região não deveria

> "*ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região*." (Castro, 1967**a**, p. 94-95)

Neste livro, já não usava o termo colônia de enraizamento e, sim, de exploração, mas continuava classificando de feudal a estrutura da Zona da Mata – assunto já analisado anteriormente – , o que fará até os seus últimos escritos.

Ao analisar, em um estudo bem feito sobre a formação histórica e econômica da região, os currais do Sertão Nordestino, mostrou que, em uma espécie de servidão, o índio foi "*amplamente utilizado, num desmentido à sua 'incapacidade' ao trabalho, tese que ainda se encontra em certos historiadores oficiais*." (Ibidem, p. 140) Realçou o uso ideológico das características *raciais* do *cabeça-chata* e da seca no Sertão para esconder a cerca do latifúndio da Mata, lembrando que, mesmo no Sertão, a seca não era o único problema. Grande parte da população estava sujeita a viver na miséria — com ou sem *inverno* — em virtude da estrutura econômico-social da região, possuindo como causa central o grande latifundiarismo — *irmão siamês do arcaísmo técnico —,* sendo também um problema o minifundiarismo. A seca era transitória mas o pauperismo regional era constante.

Possuía um exagerado otimismo da consciência política do povo nordestino, um povo que, segundo ele, havia decidido viver e não apenas sobreviver. Generalizava demais, como se o povo fosse algo homogêneo no pensar e no agir. Afirmou que os EUA e as estruturas arcaicas eram os responsáveis pela situação de uma América Latina que aspirava a um futuro diferente, e a revolução cubana era "*um sintoma evidente da degenerescência que atingiu a antiga ordem e da* ***formidável vontade de mudança*** *que é o fato mais marcante da América Latina contemporânea*". (Ibidem, p.

---

[87] A Liga possuía ainda outros objetivos, como a facilitação para a aquisição de sementes e de instrumentos agrícolas, e a obtenção de ajuda de órgãos públicos.

[88] Sobre estes temas, ver páginas 184, 194, 195 e 216 do livro em questão (1967**a**). Criticou também a SUDENE por preconizar como solução a industrialização e não a mudança da estrutura agrária. (ver Castro, 1967**a**, p. 217)

173-174) Propôs mudanças no conceito de pan-americanismo; afirmou que os EUA colaboravam para o crescimento da miséria no continente e, entre os vários exemplos citados, aproveitou a situação venezuelana para criticar as análises com base na renda *per capita*. Acusava os monopólios de se beneficiarem de *vantajosos privilégios fiscais*, os empréstimos estrangeiros de serem concedidos com base em juros escorchantes e a democracia latino-americana de ser somente aparente. Afirmou ainda que os planos de emancipação permaneciam letra morta porque "*o interesse privado se sobrepõe ao interesse público e o interesse estrangeiro domina o interesse nacional*." (Ibidem, 176) Por isso que os países da AL tiveram que participar à força da política de embargo aos países socialistas, imposta pelos EUA, em virtude da Guerra Fria. Sempre insistia na reforma agrária como solução, para lograr seu tríplice objetivo: "*maior justiça social, maior produtividade agrícola e maior participação das massas rurais no poder político*" (Ibidem, p. 212), para acabar com formas de servidão que ainda persistiam no Nordeste, como o regime do cambão e do foro[89].

No livro em questão (1967**a**), criticou a atuação da Igreja Católica no Brasil[90], as Forças Armadas[91], os setores de esquerda, caracterizados como conservadores em política, revolucionários em economia e crentes nos princípios da democracia representativa para conquistar o poder. A direita caracterizava como uma classe que preconizava "*os métodos de ação subversiva*" para eternizar-se no poder, que ela era economicamente conservadora e que, como a prenunciar o que ocorreria menos de dois meses após a conclusão do livro, tinha na ordem realmente democrática o maior perigo aos seus *privilégios abusivos*.

> "*Do arsenal ideológico da direita faz parte ainda uma submissão total aos interesses das potências estrangeiras sob o pretexto já surrado do perigo comunista.* [...] *... a direita se encontra ideologicamente desmuniciada para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento brasileiro democraticamente e, por isso, a sua tática é a da violência.*" (Castro, 1967**a**, p. 199-200)

Acreditava que a última chance da direita era a guerra civil, e para isso ela poderia contar com substancial auxílio externo sob o pretexto de combate ao comunismo. Todavia, errou feio ao afirmar que esta era "*uma solução precária, de sucesso curto*", pois a ineficácia da direita na resolução dos problemas sociais a condenaria "*ao fracasso político, à perda de poder, que lhe escapa de maneira irremediável.*" (Ibidem, p. 200).

Na semana anterior ao golpe militar de abril de 1964, esteve no Brasil tratando de assuntos pertinentes à Conferência do Desarmamento e, embora a situação política fosse tensa, nada suspeitou quanto à iminência de um golpe. Mas este ocorreu; aos 56 anos, e onze dias após o golpe militar (09/04/64), viu seu nome na primeira lista dos cassados em seus direitos políticos pelo governo que se instalara. Parte da grande

---

[89] Para poder utilizar a terra de outrem, o camponês devia pagar uma taxa anual (**foro**) e o foreiro só podia vender sua produção ao proprietário da terra, pelo preço por este definido e nem sempre pago em dinheiro. Em muitas usinas também vigorava o sistema de **barracão**, onde se trocava o trabalho por alimentos a preços extorsivos, o que gerava uma dívida permanente. O **cambão** se constituía em noventa e nove dias de trabalho, noventa pagos a preços vis e nove sem pagamento algum e sem o proprietário fornecer ao camponês qualquer alimento. E se o camponês ficasse doente nos dias de cambão, era obrigado a pagar em dinheiro os nove dias, ao preço da época.

[90] Um exemplo do setor ultra-conservador foi a *Declaração de Morro Alto* (dos bispos Antonio de Castro Mayer, da cidade de Campos, e Geraldo Proença Sigaud, de Jacarezinho) a respeito da reforma agrária: "*Os católicos não poderão receber sem grave transgressão da moral cristã, as terras eventualmente desapropriadas pelo poder público. E se as aceitarem, estarão moralmente nas condições de receptadores de bens roubados, não podendo receber os sacramentos da Confissão e da Eucaristia ou o sacramento dos Enfermos, sem o firme propósito de restituir a seus legítimos donos os bens havidos mediante transgressão do direito de propriedade e dos dois mandamentos sobre os quais este direito se baseia.*" (Pacheco, 1974, p. 200)

[91] Que também estavam divididas: "*Forças Armadas que em sua esmagadora maioria é* [sic] *patrioticamente nacionalista, mas se apresentam, em parte por sua obsessão anticomunista, capaz de defender um '**status quo**' superado e opressivo*". (Castro, 1967**a**, p. 199)

imprensa, que até o mês de março elogiava a sua atuação nas conferências internacionais, passou a depreciar seu nome e a lhe fazer acusações (enquanto parte da grande mídia ocidental no exterior repudiava as cassações, dele e de outros intelectuais). Mais tarde, após o AI-5 (13/12/68), seu nome passou a ser omitido, exceto se a citação fosse caluniosa.

Oficialmente, e até o AI-5, podia retornar ao Brasil (o que realizou algumas vezes), o que o fez não se considerar um exilado; entretanto, tinha receios por temer pela sua vida, por não achar seguro. Logo após a cassação, recebeu convites para trabalhar em diversas universidades do exterior[92]. No entanto, fixou residência em Paris e, em 1965, juntamente com outros estudiosos da temática do desenvolvimento, criou o *Centre International pour le Développment* (CID). Em 1968, voltou a lecionar Geografia Humana, como professor associado ao recém-criado Centro Universitário Experimental de Vincennes (Universidade de Paris), o que fez até o seu falecimento.

Sua trajetória no exílio foi

> "*marcada pela manutenção de seu prestígio pessoal, mas, também, por uma revisão dos rumos do desenvolvimento econômico mundial e das tentativas mais universalistas de romper com as profundas desigualdades entre países ricos e pobres.*" (Magalhães, 1997, p. 65)

No exterior, concedeu inúmeras entrevistas, escreveu artigos, realizou conferências, participou de simpósios, mas, como único autor, escreveu somente um livro: o romance **Homens e caranguejos**, publicado em 1967[93].

Retomou um tema sempre recorrente; *Ciclo do caranguejo* foi o nome de um conto que publicou em 1933 que, como vimos, lhe rendeu a pecha de subversivo. Dos mangues do Capibaribe, feitos para o caranguejo, dizia que neles tudo estava para ser caranguejo: a lama e o homem que nela vivia. Das porcarias da lama o caranguejo fazia a carne branca de suas patas — carne que será consumida pelo povo da lama — e a geléia esverdeada de suas vísceras. Era este o *ciclo do caranguejo*, vivido por esta gente que

> "*vive atolada nos mangues, se sustentando da pesca de caranguejos e siris, chafurdando nesse charco onde tudo é, foi ou vai ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela e vive nela. E o homem que aí vive se alimenta desta lama, sob a forma de caranguejo*." (Castro, 1967**a**, p. 82)

Este ciclo explicava a origem da sua preocupação com a fome e era só aparentemente ficcional pois remontava a imagens e situações presenciadas em sua infância. No prefácio escreveu: "*A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos. Só muito depois é que vim a conhecer a outra sociedade,* ..." (Ibidem, p.16). O personagem central do livro, classificado pelo autor de *romance*, era o drama da fome no Nordeste brasileiro, o ciclo do caranguejo romanceado. Incluiu no texto a sua descoberta do drama da fome nos mangues recifenses, tendo como eixo os habitantes da Aldeia Teimosa, o que deu um certo caráter autobiográfico a algumas observações.

---

[92] Não seria difícil escolher outros países para quem lia em francês, inglês, espanhol e italiano. Também foi convidado, em maio de 1964, pelo filósofo e matemático britânico Bertrand Russel (1872-1970), um ardoroso defensor do desarmamento nuclear, a integrar o Conselho Especial da Fundação pela Paz, da qual era o principal mentor.

[93] "*Traduzido em várias línguas, foi, ainda, adaptado para o teatro por Gabriele Cousin com o título 'Le Cycle du Crabe ou Les Aventures de Zé Luis, Maria et leurs fils João' (Gallinard, 1969).*" (Linhares, 2.000, p. 35) Participou de coletâneas por outros organizadas como: *El Hambre, Problema Universal* (Editorial La Pleyade, 1969), *O Drama do Terceiro Mundo* (Publicações Don Quixote, 1970), *A China e o Ocidente* (Cadernos do Século XXI, 1971) e *América Latina y los Problemas del Desarrollo* (Monte Avila Editores, 1974).

No prefácio[94], discorreu sobre a origem geológica da cidade e de seus mangues, cognominou Recife de *a Hong-Kong das Américas*, continuou defendendo a origem feudal da estrutura econômica nordestina e reafirmou:

> "*Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. Seres anfíbios — habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que* [...] *nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos*, ... [...] [e] *dificilmente conseguiam sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte e, assim, afundando-se para sempre dentro da lama*." (Castro, 1967**b**, p. 12-13)

A história possui como elemento central um menino, João Paulo, que vivia nos mangues da capital pernambucana. Mas foi somente uma justificativa para incluir, como mini-contos, as sofridas histórias de personagens como Zé Luiz (pai de João Paulo), forçado a sair do Sertão pela seca de 1947, Cosme, expulso da mesma região pelo monopólio estrangeiro de algodão – e que tinha ido para Manaus (AM), onde o beribéri o deixou entrevado – e outros retirantes. Dramas como o de Mateus, o *Vermelho* – apelido dado em virtude da cor de seus cabelos –, filho de prostituta e de um marinheiro alemão, e cujo apelido o fez ser confundido como uma liderança política, forçando-o a fugir de Jaboatão (PE), cidade apelidada de *Moscouzinha*. Utilizou-se de alguns termos e imagens que podem ser considerados como *fortes* para aquela época.

Não é uma grande obra literária[95]; foi mais u'a maneira de continuar escrevendo sobre seu tema predileto – a fome – e de justificar melhor o que chamava de *ciclo do caranguejo*. É um texto de denúncia social e de fácil leitura. O final foi de desesperança; o fracasso da revolução e o fim de um projeto de vida que não acabou pois se transformou em caranguejo.

A leitura deste livro demonstrou uma semelhança muito grande com o linguajar de João Cabral de Melo Neto (1920-1999), principalmente com o texto de *Morte e Vida Severina*, publicado pela primeira vez em 1956[96]. A título de exemplo, citamos os seguintes trechos:

> "*Perguntei para os moços: 'Que levam aí embrulhado nesta rede, irmãos?', e os moços responderam:*
> *'Levamos um morto, irmão.'*
> *'De onde vem este morto, irmãos', perguntei.*
> *– 'Vem de bem longe. Em vida vivia nos ombros da serra e agora, defunto, há horas que viaja pra sua última morada no fundo do vale. Mas vai sem pressa, sem impaciência, como em vida, irmão.'*
> *– 'E de que morreu ele? Foi de morte morrida ou de morte matada?'*
> *– 'Difícil de responder, irmão. Parece mais ter sido morte matada.'*
> *– 'Com que mataram o homem? Com faca ou com bala, irmãos?' perguntei.*
> *– 'Nem de faca nem de bala, foi um crime bem mais bem feito. Crime que não deixa marca.'*
> *– 'De que mataram então este morto?' indaguei, e eles, bem calmos, responderam:*
> *– 'Este morto foi matado de fome, irmão.'*" (Castro, 1967**b**, p. 95-96)

---

[94] O prefácio também foi publicado em Castro, 1983, p. 17-27, com o título de *A descoberta da fome*.

[95] E a editora deveria ter tido mais cuidado: existem muitos erros ortográficos no texto.

[96] Um trabalho didático interessante, principalmente no ensino médio, inclusive para explicar porque é *morte e vida* e não o contrário, pode ser realizado em um estudo conjunto deste auto de Natal pernambucano com o primeiro capítulo (*A reivindicação dos mortos*) e as páginas iniciais do capítulo seguinte (*Seiscentas mil milhas quadradas de sofrimento*) do livro *Sete palmos de terra e um caixão* (Castro, 1957**a**, p. 23-43).

> " – *A quem estais carregando,/ irmãos das almas,/ embrulhado nesta rede?/ dizei que eu saiba.*
> *– A um defunto de nada,/ irmão das almas,/ que há muitas horas viaja/ à sua morada.*
> [...]
> *– E foi morrida essa morte,/ irmãos das almas,/ essa morte foi morrida/ ou foi matada?*
> *– Até que não foi morrida,/ irmãos das almas,/ esta foi morte matada/ numa emboscada.*
> *– E o que guardava a emboscada,/ irmãos das almas,/ e com que foi que o mataram,/ com faca ou bala?*
> *– Este foi morto de bala,/ irmãos das almas,/ mais garantido é de bala,/ mais longe a vara.*
> [...]
> *– Tinha somente dez quadras,/ irmãos das almas,/ todas nos ombros da serra,/ nenhuma várzea.*" (Melo Neto, 1981, p.72-74)

Citou, sem indicar a fonte, os seguintes versos: "*Para os bichos e os rios/ Nascer já é caminhar/ Eu não sei o que os rios/ têm de homem do mar.*" (Castro, 1967**b**, p. 117). São versos do belo poema *O rio*, de João Cabral de Melo Neto e publicado em 1954, que também integra o livro por nós citado (Melo Neto, 1981, p. 114). Antes destas obras, em *O cão sem plumas*, publicado em 1950[97], o poeta pernambucano já havia dado a versão definitiva da vida nos mangues:

> "*Na paisagem do rio/ difícil é saber/ onde começa o rio;/ onde a lama/ começa do rio;/ onde a terra/ começa da lama;/ onde o homem,/ onde a pele/ começa da lama;/ onde começa o homem/ naquele homem.*
> *Difícil é saber/ se aquele homem/ já não está/ mais aquém do homem;/ mais aquém do homem/ ao menos capaz de roer/ os ossos do ofício;/ capaz de sangrar/ na praça;/ capaz de gritar/ se a moenda lhe mastiga o braço;/ capaz/ de ter a vida mastigada/ e não apenas/ dissolvida/ (naquela água macia/ que amolece seus ossos/ como amoleceu as pedras).*" (Melo Neto, 1984, p. 36-37)

Os textos de Castro sobre homens-caranguejos tiveram uma influência marcante no movimento musical pernambucano conhecido como *mangue-beat*, cujo símbolo era uma antena parabólica em um manguezal e, para contatá-los, dever-se-ia escrever para *Caranguejos com Cérebro*. Em seu primeiro *compact disc*, o grupo Chico Science & Nação Zumbi homenageou o inspirador: "[...] *Vi um caranguejo andando pro sul/ Saiu do mangue, virou gabiru/ Oh Josué, eu nunca vi tamanha desgraça/ Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça./* [...] "[98] Em outro trabalho, fizeram novamente menção a ele, em uma canção intitulada *Cidadão do Mundo*: "[...] *Só tem caranguejo esperto/ Saindo desse manguezal/ Eu pulei, eu pulei. Corria no coice macio/ Encontrei o cidadão do mundo/No manguezal da beira do rio/Josué!/* [...]"[99].

A permanência na defesa de seus princípios, o fez elogiar a encíclica papal *Humanae Vitae*, de Paulo VI, que tratava da regulação da natalidade e possuía como ensinamento central a formal condenação de qualquer método artificial de contraconcepção. A encíclica condenava o aborto, sob qualquer pretexto, e a esterilização direta, pregava que qualquer ato matrimonial deveria "*permanecer aberto*

---

[97] Utilizamos a bela edição deste poema, com fotos de Maureen Bisilliat, publicada em 1984.

[98] Trecho da música *Da Lama ao caos*, de autoria de Chico Science (1966-1997), faixa 7 do CD homônimo (1993, selo Chaos/Sony). Gabiru é uma espécie de rato e a expressão *homem-gabiru* foi popularizada a partir de uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, em outubro de 1991, sobre o trabalhador rural nordestino Amaro José da Silva, de 1,35 m de altura, pai de 13 filhos e morador da Zona da Mata. A expressão passou a se referir às vítimas do nanismo provocado pela desnutrição. Cabe lembrar que Josué de Castro foi o precursor no estudo e na classificação do nanismo como conseqüência da insuficiência e/ou monotonia alimentar.

[99] Letra de Chico Science; música dele e de Nação Zumbi. CD Afrociberdelia, faixa 2, Sony, 1996.

*à transmissão de vida*" e, quanto aos meios de controle da natalidade, afirmava que, se existissem "*motivos sérios para distanciar os nascimentos*", era "*lícito ter em conta os ritmos naturais imanentes às funções geradoras,* ..." (Paulo VI, 1968, p. 28). Reprovava a intervenção dos governos nestas questões (Ibidem, p. 20-30), e citando a encíclica *Mater et Magistra*, de seu antecessor (João XXIII), pregava: "*A verdadeira solução encontra-se somente num progresso econômico e social que respeite e fomente os genuínos valores humanos, individuais e sociais.*" (Ibidem, p. 34)[100] Em uma entrevista a um jornal espanhol, Josué de Castro afirmou que esta encíclica era "*a mais progressista que a Igreja jamais publicou, porque defende os povos oprimidos.*" (Josué ..., 1968)[101] Entretanto, na mesma entrevista, defendeu a revolução como a solução para os problemas da América Latina, contrariando posições oficiais da Igreja Católica e também suas afirmações pacifistas[102].

O acirramento da Guerra Fria, o temor de uma catástrofe atômica, o deixou menos otimista; entretanto, permaneceu acreditando no pacifismo mas não como silêncio ou submissão. Apesar de achar que na violência se perde a lucidez e a consciência das circunstâncias, afirmou em entrevista (citada por Silva, 1998, p. 152-153) no final da década de 1960, que na América Latina não cabia

> "*outra possibilidade que a revolução violenta. Eu sou um pacifista desesperado.* [...] *Prefiro destruir para criar do que marchar para a autodestruição.* [...] *Eu que sou Prêmio Internacional da Paz, penso que, infelizmente, não há outra solução que a violência para a América Latina.*"

Viu com simpatia as manifestações de jovens ocorridas em 1968, em diversas áreas do mundo, por considerá-las indicadoras de um despertar de consciências, de possível rompimento com um tempo caracterizado pelo conformismo e por uma civilização incapaz de encontrar respostas para problemas essenciais como a fome e as guerras. Não perdeu a fé no futuro, nem a confiança na maioria da humanidade, mas este futuro deveria ser construído, não existindo um determinismo histórico, dado o poder criador que poderia existir em um povo em certos momentos da História. Acreditava, portanto, na existência de um leque de possíveis futuros, entre os quais deveríamos optar pelo mais adequado aos nossos anseios. Em um artigo (*Um continente obsoleto*) afirmou que

> "*Nada mais incerto e mais perigoso que a projeção do processo histórico, porque a interação de um grande número de fatores, com inevitáveis variações, pode alterar completamente a imagem previsível da transformação social.*" (Wettstein, 1992, p. 202)

Também defendia a necessidade de uma revolução cultural, de uma cultura mais humanista, e via limites no conhecimento científico, não considerando ser ele a última palavra em relação ao conhecimento da realidade. Antes desta época, quando elaborou *Sete palmos de terra e um caixão*, graças a influências do físico alemão Werner Heisenberg (1901-1976), um dos expoentes da Física Quântica, se mostrava mais cauteloso a respeito da objetividade científica:

> "*As verdades científicas são, pois, sempre relativas, desde que estão sempre na estreita dependência do momento da observação e da perspectiva em que se coloca o observador.* [...] *o que nós descrevemos não é a Natureza, tal qual ela*

---

[100] Em *O livro negro da fome*, abordando a falsa interpretação dos Evangelhos, fez uma menção positiva a um pronunciamento do Papa Pio XII, feito em 1952, sobre a miséria (Castro, 1960, p. 53).

[101] O que nos causa uma certa estranheza, pois esta encíclica é muito específica e, no aspecto citado, foi muito mais significativa a publicada por Paulo VI, no ano anterior (1967), sobre o desenvolvimento dos povos (*Populorum Progressio*), onde havia uma semelhança com muitos pontos defendidos por ele.

[102] "*A história é infalível: se não houvesse violência não haveria progresso. É preciso destruir para construir.* [...] *É difícil saber se a guerrilha é justa, cabe saber se é eficaz. 'Che' Guevara foi um dos homens mais importantes da América Latina neste século, sua ação foi justificada pela eficiência psicológica que provocou.*" (Josué ..., 1968)

> *é, mas tal qual ela se mostra na perspectiva dos nossos métodos de interpretação.*" (Castro, 1967**a**, p. 16)

Em meados de 1969, Josué de Castro foi eleito, via correspondência, um dos dois primeiros delegados para o chamado *Congresso dos Povos*[103], fórum adequado para quem acreditava que os problemas básicos da humanidade só poderiam ser solucionados em escala mundial, através de uma instância planetária soberana e com a instauração de uma nova ordem social. Mesmo vivendo na Europa, continuou criticando uma espécie de etnocentrismo que enxergava que o processo de desenvolvimento de todos os países deveria ser semelhante ao dos países ricos do Ocidente e que olvidava que habitantes de muitas áreas do planeta, com culturas tradicionais e milenares, eram diferentes dos seres humanos produzidos pela civilização ocidental. Esta, "*com seu repertório científico etnocêntrico*", sempre se recusou a aceitar o fato de que a miséria de algumas regiões era o custo social do progresso da própria Europa.

Interessou-se pela prospectiva[104], uma ciência "*cujo objeto é o estudo das causas técnicas, científicas, econômicas e sociais que aceleram a evolução do mundo moderno, e a previsão de situações que poderiam decorrer de suas influências conjugadas*." (Larousse, 1998, v. 20, p. 4805)[105] Para Castro, a idéia básica da prospectiva era "*a noção de probabilidade. É talvez a única ciência ou a mais essencial das ciências para os países subdesenvolvidos.*" (Silva, 1998, p. 160-161) No artigo *Estratégia do desenvolvimento*, de 1970, escreveu:

> "*Na estratégia do desenvolvimento não podemos limitar-nos a conceber planos a curto prazo, mas também a fazer prospectiva, ou seja, planificação a longo prazo. Isto não quer dizer que se deva fazer profecias ou vaticínios, mas a análise prospectiva que permite estabelecer futuros possíveis e desejáveis, e trabalhar para construí-los.*" (Castro, 1983, p. 95)

Em seu artigo *Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição*, possivelmente o último publicado em vida[106], analisou um relatório do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) que, tendo por base trabalhos em computadores, determinava os limites do crescimento, propondo a fixação de um ponto de estabilização da população e da economia do mundo. Sua críticas foram pertinentes:

> "*O relatório considera que o modelo de desenvolvimento que apresenta, com sua imagem do mundo dentro de um século, é o único válido, o único possível de ser armado com os dados hoje disponíveis sobre a realidade mundial. Este exclusivismo, muito característico da cultura etnocentrista dos países desenvolvidos, demonstra por si só o caráter pouco científico do relatório.*
>
> *Todos sabemos que não se pode prever um só tipo de modelo do futuro. Os que estudam a ciência do porvir, a prospectiva, sabem que não é possível ater-se a um futuro único, determinado pelas diferentes condições que reinam no momento de realizar o estudo. O que cabe fazer é imaginar uma série de futuros prováveis em função do princípio da probabilidade, que substituiu já há tempos o*

---

[103] Entre março e junho de 1969, dez mil pessoas, de 87 países, elegeram, através de cartas, Josué de Castro e Jeanne Haslé, na época diretora do Registro Internacional dos Cidadãos do Mundo. Na época, declarou que os problemas só seriam solucionados em escala mundial porque vivíamos em uma *época planetária*.

[104] O adjetivo *prospectivo* significa: "***1.*** *Que faz ver adiante, ou ao longe.* ***2.*** *Concernente ao futuro: ...*" (Ferreira, 1975, p. 1148).

[105] O filósofo francês, nascido em Senegal, Gaston Berger (1896-1960) é considerado o principal formulador da Prospectiva.

[106] Apresentou o texto no *Colóquio sobre o Meio* em junho de 1972, em Estocolmo (Suécia) – realizado paralelamente à Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano – como uma comunicação (intitulada: *A problemática do desenvolvimento e do meio no Terceiro Mundo*) e ele foi publicado pela revista *O Correio da Unesco* (a. I, n. 3, março de 1973, p. 20-24). O texto integral também se encontra em Castro, 1983, p. 101-108, e em Fernandes & Gonçalves, 2.000, p. 115-125.

> *antigo princípio do determinismo, que foi a norma antes da formulação da teoria da relatividade.*
>
> [...] *De forma alguma deve-se limitar as previsões científicas a um só modelo. Quando se fazem projeções lineares,* [...], *cai-se inevitavelmente em ingênuas tentativas que não levam em conta a ruptura de estruturas, normal no processo histórico de nossa época. Vivemos uma época de descontinuidade e não de continuidade.*
>
> *O erro mais grave do relatório do M.I.T. é omitir, entre os fatores que determinam o crescimento, o problema das estruturas econômicas, sociais e políticas.*
>
> *Na introdução do relatório, os autores levam em conta apenas cinco fatores de desenvolvimento: a população, a produção agrícola, os recursos naturais, a produção industrial e a poluição. Nem uma palavra sobre as estruturas sócio-econômicas.* [...]
>
> *Omitindo o homem e sua cultura, o projeto torna-se alienado, porque não leva em conta as realidades do mundo atual e, por conseguinte, o modelo do mundo de amanhã*." (Castro, 1973, p. 23)

Este artigo também é importante pois foi elaborado no período em que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo no ano de 1972. Nesta conferência, os representantes do governo militar brasileiro defenderam que "*a maior poluição é a miséria, convidando os capitais internacionais a virem poluir no Brasil, confundindo progresso com poluição.*" (Fernandes e Gonçalves, 2.000, p. 28) Neste texto, Castro comprovou o grande valor que estava dando à ecologia e tratou de certos temas que permanecem atuais.

Iniciou afirmando que, à primeira vista, os problemas de poluição pareciam circunscritos aos países de elevado nível de industrialização, mas isto era errôneo e decorrente da imprecisão de alguns conceitos básicos como *meio* e *desenvolvimento*. O meio não seria apenas o conjunto de elementos materiais que, através de mútuas interferências, configurava "*os mosaicos das paisagens geográficas*".

> "*As formas das estruturas econômicas e das estruturas mentais dos grupos humanos que habitam os diferentes espaços geográficos também são partes integrantes dele.*
>
> *Considerado globalmente, o meio tanto compreende fatores de ordem física ou material quanto fatores de ordem econômica e cultural.*
>
> *Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado como uma totalidade. Desse ponto de vista o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente.*
>
> *Esse conceito é mais amplo e mais objetivo que o resultante de uma concepção do meio como sistema de relações mútuas entre os seres vivos e o contorno natural, considerados ambos como fenômenos isolados.*" (Castro, 1973, p. 20)

Desenvolvimento não pode ser avaliado unicamente através do crescimento econômico. "*O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural.*" (Ibidem) Ou seja, não é meramente quantitativo, pois "*crescer é uma coisa; desenvolver, outra*."

Estava na moda, segundo ele, referir-se aos efeitos nocivos do crescimento econômico sobre os componentes do contorno natural; referiam-se apenas aos efeitos diretos, deixando na penumbra a ação indireta, mais determinante. Conseqüência incorreta desta visão era a afirmação de que tinha sido nas regiões ricas que, por causa do crescimento econômico, apareceram os primeiros efeitos da poluição e da

degradação ambiental. Na realidade, estes efeitos apareceram antes nas regiões hoje subdesenvolvidas e ontem colônias. O subdesenvolvimento que existia nessas regiões era "*o primeiro produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo*"; ele era um tipo de poluição humana e era um "*subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial,* ..."[107]. Os países subdesenvolvidos deviam

> "*se preocupar com os problemas do meio e do desenvolvimento em escala mundial, para se defenderem das agressões que seu próprio meio sofre há séculos por parte das metrópoles colonialistas, destruidoras da condição humana nas áreas subdesenvolvidas.*" (Castro, 1973, p. 22)

A fome era um produto do crescimento econômico desequilibrado, assim como as doenças cardiovasculares e degenerativas.

> "*No fundo, ambos os grupos de doenças, as da civilização e as da penúria, são causadas por um só despotismo, o da frenética civilização do lucro.* [...] *A estratégia que considerava a realidade social do Terceiro Mundo separada do mundo como totalidade foi fatal para a melhoria das condições do meio. Toda a biosfera é um só ecossistema composto de múltiplos subsistemas.*" (Castro, 1973, p. 22)

Os desequilíbrios existentes constituíam uma ameaça para toda a biosfera. "*A fome do Terceiro Mundo pode um dia chegar a provocar uma peste generalizada, e a sublevação dos famintos pode levar o mundo inteiro à guerra,* ..." (Ibidem). Além disso, devíamos nos preocupar com ações diretas no Terceiro Mundo, como o esbanjamento dos recursos naturais não renováveis e "*as rupturas biológicas dos subsistemas ecológicos.*" Este bloco ainda estava "*sob a ameaça permanente de ver introduzidos tipos de desenvolvimento tecnológico que, desdenhando a dimensão ecológica, podem provocar uma desagregação total de sua estrutura.*" (Ibidem)

Se era este o tipo de crescimento que destruía o meio ambiente terceiro-mundista, não seria uma solução a interrupção do crescimento destas regiões? Respondeu que não, afirmando que seria um absurdo preconizar a interrupção do crescimento econômico dos países pobres pois este era a última esperança para que saíssem da miséria. O que se impunha era

> "*uma mudança, ou melhor dito, uma reconversão do tipo de desenvolvimento. A tecnologia não é nem boa nem má. É a sua utilização que lhe dá sentido ético. Se nos países do Terceiro Mundo a tecnologia age contra os povos subdesenvolvidos é porque foi utilizada unicamente para produzir o máximo de vantagens e lucros para os grupos da economia dominante.*" (Castro, 1973, p. 23)

Era indiscutível o fracasso do tipo de desenvolvimento existente mas era possível desenvolver o mundo com estruturas sócio-econômicas e instrumentos de produção diferentes dos utilizados até aquele momento. Uma das maneiras era a retransformação da economia de guerra, usando a poupança resultante do "*desarmamento parcial na obtenção de um tipo de desenvolvimento pacífico mais igualitário e não poluidor.*" (Ibidem)

Josué de Castro permaneceu lamentando a falta de unidade dos países do Terceiro Mundo – desunião "*sabiamente utilizada pelas nações ricas*" – e a crença no *laissez-faire* pois a chamada *mão invisível* nunca agiu "*no interesse da humanidade e a*

---

[107] Em entrevista a uma revista venezuelana (em junho de 1972), afirmou: "*Não há pior contaminação ambiental que a intromissão dos países poderosos nos assuntos internos dos países pobres.*" (Silva, 1998, p. 163) Em outra entrevista, a uma revista francesa (em setembro de 1972), disse: "*O Homem do Terceiro Mundo conhece essa forma de poluição chamada 'subdesenvolvimento'.* [...] *O desenvolvimento traz consigo, de um lado, suas riquezas, suas novas fabricações e, de outro, seus dejectos. O Terceiro Mundo está no lado dos dejectos.* [...] *o subdesenvolvimento que sofrem é a secreção de um tipo de desenvolvimento, concebido sem respeito pela Natureza e no qual o homem não passa de um instrumento da produção.*" (Ibidem)

*mão visível dos grupos dominantes e privilegiados sempre monopolizou os benefícios.*" (Castro, 1983, p. 88)[108] Ativo no exterior, ausente – pela censura – nas publicações brasileiras mas desejoso de regressar.[109] Talvez por esta razão e pela *inanição emocional* do exílio, passou a ser acometido, de modo cada vez mais freqüente, de crises depressivas, o que, inclusive, o forçava a cancelar compromissos. Além disto, deve ter sido angustiante o fato de que quanto mais estudava, escrevia e falava sobre a alimentação e o subdesenvolvimento, mais a fome e o fosso entre países ricos e pobres aumentavam.

A situação deixava patente que a produção agrícola nos países capitalistas, ricos ou pobres, não se destinava a vencer a guerra contra a fome. A simples mecanização não consegue, por si só, remediar a inferioridade econômica das pequenas propriedades, dado o capital necessário, as dificuldades de manutenção e, principalmente, a ociosidade do equipamento. A mecanização agrícola exige áreas maiores para ser viável. Mesmo a fabricação de máquinas especiais para este tipo de propriedade não é certeza de resultados positivos. Quem dirige a sua grande propriedade para a obtenção de um único produto tem maiores possibilidades de redução de custos do que o policultor. Mas é este último que garante a alimentação adequada e, normalmente, é um pequeno proprietário; se este for sem excedentes de produção pouco ajuda nesta questão. Por isso, a criação de cooperativas de pequenos produtores é uma medida essencial para garantir a sobrevivência dos pequenos proprietários rurais e a alimentação da população urbana.

O mero aumento da produção agrícola, com base na grande propriedade particular, não é uma solução porque estas propriedades têm tendência à especialização e são estruturadas com vistas ao lucro individual, não se preocupando nem com a economia nacional e nem se a sua produção é importante para a nutrição da população. Dentro de uma estrutura capitalista liberal ou neoliberal, não se pode pensar que os donos fariam da luta contra a fome a razão de ser de sua atividade. Daí a necessidade de intervenção do poder público, norteando a atividade através de financiamentos seletivos e garantindo, via legislação e créditos, a existência de cooperativas agropecuárias

O mundo produzia, cada vez mais, alimentos, como ele sempre achou possível, mas no início da década de 1970, quase a metade da produção de proteínas vegetais era consumida por animais[110]. As dificuldades permaneciam mais políticas do que técnicas. Muitos dos produtos agrícolas que tiveram sua produção ampliada não eram de *alimentação* e alguns países ricos ainda destruíam alimentos para garantir preços. Além de tudo isso, as teses neomalthusianas estavam mais vivas do que nunca.

---

[108] Citação de *Estratégia do desenvolvimento*, trabalho apresentado na Conferência *Environment and Society in Transition* e publicado no *Annals of the New York Academy of Sciences*, em 1970. O texto se encontra em Castro, 1983, p. 87-100.

[109] Tânia Elias M. da Silva teve acesso ao diário escrito, por ele, na época. No dia 05/09/69, dia de seu aniversário, anotou: "*Recebi meu primeiro presente na véspera: ontem às 11 horas da noite. Veio pelo rádio.* [...] *O grande presente foi a notícia quase inacreditável do rapto do Embaixador norte-americano no Brasil, Mrs. Burke Elbrick, pelas forças de libertação nacional, em pleno dia e em pleno centro da cidade, ...* . [...] *até ontem eu me sentia um tanto envergonhado de ser brasileiro, de fazer parte de uma comunidade nacional de mais de 80 milhões de seres humanos que davam ao mundo a impressão de um rebanho de carneiros conformistas e conformados com a situação de opóbrio* [sic] *nacional. Hoje sinto-me outro, diante da demonstração de que o país se levanta.*" (Silva, 1998, p. 164) Certamente, não imaginava que esta situação perduraria ainda por quinze anos. Em entrevistas, sempre afirmava que não deixava de sentir nostalgia do ambiente de sua terra natal e que, em alguns momentos – disse isto em 1970 –, pensava "*que viver fora do país onde se nasce e cresce é sempre uma mutilação, por melhor que se viva. Em Paris gozo da consideração de meus colegas, da cordialidade dos meios intelectuais e estudantis. Mas isto não é tudo.*" (Ibidem, p. 165)

[110] Mesmo assim, um livro de um geógrafo francês publicado em 1978, apesar de reconhecer a má repartição e o trunfo político dos EUA como principal fornecedor, afirmava que a situação de fome no mundo era "*devido antes de tudo, certamente, a uma insuficiência global da produção alimentar mundial: ...*" (Verrière, 1980, p. 28).

Em setembro de 1973, o pedido de revalidação de seu passaporte foi novamente negado pelo governo militar brasileiro. No dia 11, deste mesmo mês, um golpe sangrento no Chile provocava a morte do amigo Salvador Allende (1908-1973), presidente do país eleito em 1970. No dia 23, faleceu o poeta, também chileno, Pablo Neruda (1904-1973), prêmio Nobel de Literatura em 1971, um amigo que muito admirava. No dia seguinte, 24 de setembro, em Paris, aos 65 anos, foi a vez dele deixar esta vida. Cinco dias depois foi enterrado na cidade do Rio de Janeiro; a imprensa não pode tirar fotos do caixão, a família foi *aconselhada* a não dar entrevistas e, pela sua importância, poucas pessoas acompanharam o enterro[111].

Como vimos, neste apanhado de sua vida e obra, é muito difícil estabelecer as influências teórico-metodológicas em sua produção intelectual. Foram mais de quatro décadas de oficio, em um período em que o Brasil sofreu diversas mudanças significativas. A opção por teorias e métodos presos a um presente, como se este fosse permanente, ou por crenças em evolucionismos de base biológica[112], faz com que os instrumentais se mostrem inadequados ou insuficientes para explicar novas realidades. Também força o pesquisador a demonstrar que, naquele determinado período, o instrumental de análise já era outro. Por isso, a tarefa de estabelecer os esquemas teóricos de análise do autor em questão foi muito complexa e acabou por exigir uma explanação quase cronológica da sua obra para facilitar a revelação das diversas tendências que o influenciaram. Se estivesse escolhido o método dialético, com base na visão marxiana do mesmo, a empreitada seria menos difícil, pois este método o permitiria ter sempre novas posturas frente aos novos fatos, sem abandonar o instrumental teórico.

Na procura das influências na obra de Josué de Castro, a primeira observação necessária foi a sua formação em Medicina e na década de 1920. Este fato fez com que houvesse uma certa tendência à naturalização de alguns processos sociais, apesar de sua constante luta contra isso. Buscou sempre relativizar a determinação biológica e relacionar o biológico com o social; e isto o aproximou da Geografia, a qual dizia estudar, de modo sintético, as relações entre o meio natural e o homem. Observamos que, principalmente no decorrer da década de 1930, ele citou, por diversas vezes e sem contestar, a obra *O homem e a técnica* (em sua versão espanhola), de Oswald Spengler (1880-1936). Este filósofo alemão defendia uma concepção cíclica pessimista da História, na qual comparava cada cultura a um organismo vivo e, portanto, submetida às leis do desenvolvimento biológico: crescimento, maturidade, decadência e morte. A título de exemplo podemos citar este trecho de *O Nordeste e o romance brasileiro*:

> "*Dentro da concepção de que a evolução cultural se processa como num organismo, com suas fases de crescimento, de maturidade e de velhice. Cada cultura sendo levada num sentido irremovível por esta força diretriz que a domina por cima dos acidentes humanos e das vontades impotentes, traçando o*

[111] No dia 25/09/1973, a Folha de São Paulo publicou, em sua primeira página, uma pequena chamada com o título: "*Está morto escritor brasileiro*". O Jornal da Tarde, vespertino paulista, um box interno ("*A morte de Josué de Castro*"), com uma pequena biografia (com incorreções). O carioca Jornal do Brasil publicou um pequeno texto de agências internacionais (título: "*Josué de Castro morre aos 65 anos em Paris e será enterrado no Rio*") e, sob este, um artigo grande e decente – considerando a censura da época – sobre ele, sem citação de autoria, intitulado: "*Um adversário de Malthus*". Segundo Silva (1998, p. 167), jornais mencionaram a presença de, aproximadamente, 150 pessoas em seu enterro. Foi enterrado no cemitério São João Batista, junto ao túmulo de sua mãe. Deixou viúva (Glauce, com quem se casara em 1934) e três filhos: Josué Fernando (economista), Anna Maria (socióloga) e Sônia (geógrafa).

[112] Apesar de um dos *papas* do biologismo social, Herbert Spencer, ter afirmado, em *The principles of Biology* (1883), ter posições diferentes sobre a questão da fecundidade: "*Spencer, postulando um conflito entre dois princípios naturais, o da preservação de espécie e o da preservação do indivíduo, relaciona a melhor alimentação à maior preservação individual em detrimento da reprodução, o que explicaria a menor fecundidade das classes mais abastadas.*" (Oliveira e Szmrecsányi, 1980, p. 192)

*seu ciclo de ascendência, de estagnação e de decadência final.*" (Castro, 1957**a**, p. 62)[113]

No início da década de 1930, além do evolucionismo, foi marcante a influência positivista, a crença na objetividade científica – que abandonou, na década seguinte, quando teve maior contato com os princípios da Física Quântica –, a correlação entre ciência e política, acreditando em uma *evolução* da sociedade como meta científica e que ela deveria ser empreendida pelo governo, desprezando o papel das ideologias e das massas no processo[114]. Naquele período, combater o racismo e o determinismo fisiográfico e construir a nacionalidade, foram preocupações essenciais[115].

Na segunda metade da década de 1930, passou a ser marcante a influência da Geografia, sob a ótica da escola lablacheana. A busca, por ele, da compreensão da fome como uma expressão da relação entre o biológico e o natural, encontrou na proposta geográfica de uma articulação entre a natureza e a sociedade, que a escola lablacheana dizia realizar – mas nem sempre assim agiu – um importante caminho. Em 1937, com *A alimentação à luz da geografia humana*, a Geografia ocupou, pela primeira vez, o lugar central em uma obra sua[116]. Princípios como causalidade e conexão, a possibilidade de realizar sínteses integradoras capazes de superar a fragmentação das análises empíricas e de ver o fenômeno multifacetado da alimentação de um modo mais globalizante, foram aspectos importantes para a adoção deste método[117]. A utilização do conceito de *gênero de vida* foi uma prática constante

---

[113] No mesmo artigo escreveu: "*..., Spengler desenvolveu com uma argumentação genial. A cultura abrange em seu organismo todas as manifestações sensíveis e espirituais do humano: a beleza artística, a verdade científica, o conceito filosófico, a estrutura política, a fé religiosa; tudo isto se exprimindo numa interpenetração orgânica dentro do princípio biológico da solidariedade das partes para a manutenção do todo.*" (Castro, 1957**a**, p. 62) Em *Um ensaio de geografia urbana: a cidade de Recife*, citou, em rodapé e com base em outro autor, o seguinte: "*Spengler afirmou que a civilização obtém o seu último 'concentratum' na cidade, a qual exprime desta forma um presságio de morte. Como a antiga civilização mediterrânea extinguiu-se em Cartago e em Roma, assim nossa moderna civilização se está dessecando em Hamburgo e em New York.*" (Castro, 1957**c**, p. 62) Referências diretas a Spengler podem ainda ser encontradas em Castro, 1937 (p. 172); 1957**a** (p. 138); 1957**b** (p. 18); 1957**d** (p. 231); e 1967 (p. 86).

[114] Ilustra esta concepção o trecho, já citado de modo parcial anteriormente, de *O problema da alimentação no Brasil*: "*O conhecimento exato do problema alimentar é um dos capítulos de mais larga utilização entre os variados e complexos da química fisiológica. Esta verdade tornou-se tão evidente que nos* ***governos científicos*** *onde a política se consorcia com a ciência para maior benefício social, o problema da alimentação recebe os cuidados imediatos do* ***Estado*** *como capítulo preponderante da higiene geral.*" (Castro, [1933], p. 10; grifos meus) Até a década de 40, ele não percebia a população como um importante agente do processo de mudança da estrutura sócio-econômica e política. Isso só começou a mudar a partir de suas análises sobre a situação da China após a Revolução de 1949 e sobre a atuação das Ligas Camponesas na região Nordeste.

[115] Encontrou-se a seguinte afirmação: "*Josué de Castro, certamente influenciado por Nina Rodrigues, procurou analisar em profundidade o problema étnico, ligando-o ao problema alimentar, mostrando que os efeitos de uma alimentação insuficiente* [...] [e] *inadequada, tinham influência forte, maior que a étnica, sobre o desempenho da população brasileira.*" (Andrade, 1995, p. 112) Dos autores pesquisados, este foi o único que mencionou esta influência. A estranheza vem do fato de o etnógrafo, patologista e folclorista Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) ter se notabilizado por defender teses racistas, como a incapacidade civil dos negros devido a limitação de sua inteligência. Foi a sua equipe que analisou o crânio de Antonio Conselheiro (1830-1897) e, antes de afirmar que o crânio era normal, teria afirmado que Conselheiro "*era realmente muito suspeito de ser degenerado, na sua qualidade de mestiço.*" (Villa, 1992, p. 68)

[116] "*A crescente influência da geografia em suas análises tem como conseqüência o aprofundamento da compreensão do fenômeno da fome, enquanto interação entre o homem e a natureza. Assim, embora Josué de Castro contribua para a definição de uma disciplina específica – a nutrição –, há a perspectiva de superar demarcações rígidas entre os diferentes campos do saber.*" (Magalhães, 1997, p. 79/80)

[117] Não se está afirmando que, no Brasil, esta corrente realizava isto. A possibilidade de recuperar a articulação entre o natural e o social – superando a exclusão entre estas esferas – dava uma *individualidade*, entre as ciências, à Geografia. Os profissionais do ramo, com as exceções de praxe, praticavam a dualidade física-humana e chamavam de síntese a sobreposição de descrições isoladas, enquanto Josué de Castro procurava incorporar a *visão geográfica* para compreender a alimentação como uma expressão da inter-relação entre solo, clima, organização econômica, características culturais do grupo etc., embora não aceitasse algumas características desta corrente como, por exemplo, a neutralidade científica.

neste período. Daí a discordância, de nossa parte, em relação à afirmação de que ele, "*mantendo-se um pouco à margem da comunidade de geógrafos, não foi um adepto da geografia lablachiana, da escola clássica francesa que aqui dominava, nas décadas de quarenta e cinqüenta.*" (Andrade, 1983, p. 149) Como já foi citado, nossa opinião é a de que realizou um trabalho melhor do que a fonte inspiradora, sofreu influências de outro grande geógrafo ligado a esta corrente – Max. Sorre – e, sentindo-a insuficiente, buscou outras fontes de apoio. Mas foi através do instrumental teórico da Geografia que construiu a categoria *fome*.

Uma dessas outras fontes foi a Ecologia, cada vez mais significativa no final de sua vida, junto com a chamada prospectiva. Mas já estava presente em *Geografia da fome*, que chamou de "*ensaio de natureza ecológica*", em uma tentativa de descobrir, para cada área, as causas naturais e sociais que condicionavam os tipos de alimentação, verificar as falhas e até onde estas influenciavam a estrutura econômico-social dos grupos estudados. Escreveu no prefácio: "[...] *procuraremos realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de 'Ecologia', ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio.*" (Castro, 1957**d**, p.[25]) Entretanto, felizmente, não realizava análises ecológicas típicas, pois privilegiava o ser humano e não mais aceitava leis gerais e universais, com base na biologia, para explicar as comunidades humanas. Pois, muitas vezes, a Ecologia tem sido uma espécie de positivismo biológico, principalmente quando reduz a sociedade a um ecossistema natural. Quando age assim, restringe a sociedade à natureza e a processos naturais, passando a tratar como ecológicos, os desequilíbrios sociais.

Mais tarde, a influência marcante foi de Myrdall, através da qual procurou construir um paradigma da causação circular da doença, com a fome impedindo o aumento da produtividade do trabalho e causando a pobreza. No início, restrita ao binômio desnutrição/baixa produtividade, limitava uma compreensão mais global do fenômeno; vista de modo mais amplo, esta concepção tornar-se-ia mais adequada, ao permitir atacar diversos aspectos – no sentido de que não existia uma causa única. Posteriormente, a ênfase recaiu no crescimento econômico como condição para o bem-estar social, o que o fez perceber que o crescimento econômico não era, por si só, suficiente. Esta percepção o levou a distinguir crescimento econômico de desenvolvimento e também a não restringir o subdesenvolvimento à sua dimensão econômica. A batalha contra a fome foi se transformando em um problema também ético e de busca de uma nova sociedade.

Se nas décadas iniciais do século XX, a construção da nação, os conceitos de raça, o determinismo fisiográfico, haviam predominado nas interpretações da realidade brasileira, nos anos 50 foi a noção de desenvolvimento que invadiu o debate nacional. Uma influência significativa, neste aspecto, adveio das propostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), um organismo regional da ONU criado em 1948. Na época, os trabalhos deste órgão caracterizavam a América Latina como subdesenvolvida por ser exportadora de produtos primários e importadora de maquinofaturados e propuseram a superação desta situação demonstrando que o comércio entre os países periféricos e os industrializados fundamentava-se em um sistema de trocas desiguais[118]. Tornava-se fundamental a "*substituição desse modelo e a ênfase no crescimento, através da implantação da indústria de base e de bens de*

[118] Os *cepalinos*, como eram conhecidos, defendiam a superação do subdesenvolvimento através da industrialização e da diversificação da estrutura produtiva. Recomendavam, entre outras propostas, a reorganização administrativa e fiscal, maior colaboração entre os países da região, planejamento econômico, melhor distribuição de renda e reforma agrária. A principal liderança da CEPAL foi o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), seu secretário executivo de 1948 a 1962; o principal teórico das teses cepalinas no Brasil, na época, foi o economista Celso Furtado. Esta visão permaneceu influenciando Josué de Castro, como pode ser verificado em *Estratégia do Desenvolvimento*, elaborado em 1970 (ver Castro, 1984, p. 87-100).

*consumo duráveis, superando o desequilíbrio da economia e sua principal conseqüência: a miséria.*" (Magalhães, 1997, p. 57) Esta visão fez com que Josué de Castro adotasse uma postura nacional-desenvolvimentista e pregasse que a debelação da fome e de muitas doenças seria obtida pelo aumento e melhor distribuição da renda, superação das desigualdades entre as zonas rural e urbana, industrialização e modernização da economia, planejamento econômico, mudanças nas relações internacionais, entre diversos aspectos.

Sem ser marxista, compartilhou alguns pontos, como o conceito de subdesenvolvimento como dominação, o papel do imperialismo como causa do atraso, e a necessidade da reforma agrária para romper o atraso do setor rural. No entanto, era contrário à *radicalização* dos conflitos, ao caminho revolucionário para solucionar o problema da fome. Em sua concepção, capitalismo e bem estar social não eram incompatíveis, desde que o primeiro não fosse guiado pelo mercado ou pela *mão invisível*.

No sistema capitalista liberal, a fome acaba sendo um empecilho ao crescimento de uma produção voltada à melhora qualitativa da produção alimentar, por mais paradoxal que pareça. A safra é planejada em função do mercado, dos que podem pagar, e não das necessidades fisiológicas reais das pessoas. Um mercado interno fraco só dinamiza o setor agrícola se este for destinado à exportação, e o aumento das culturas especializadas diminui a área das culturas alimentares tradicionais. Castro parece ter percebido isto e, por esta razão, propunha a intervenção estatal, já que não advogava a mudança de sistema e sim de regime econômico.

Marcou-o, também, posições mais sociais de setores do catolicismo romano, as tendências mais humanistas expressas em algumas encíclicas, principalmente na *Rerum Novarum* (1891), de autoria de Leão XIII (papa entre 1878 e 1902) e a *Quadragesimo Anno* (1931), escrita por Pio XI (pontífice de 1922 a 1939). Se estes documentos pregavam uma visão mais *humana* do capitalismo e destacavam a importância de determinados valores, pecavam no pouco pragmatismo e na generalidade de suas propostas de soluções dos graves problemas sociais. A visão mais social do cristianismo, parece, acabou fazendo dele um contestador dos setores dominantes da Igreja Católica no país.

Estes aspectos revelam como é difícil estabelecer uma influência determinante e interpretar a sua obra como algo homogêneo, uniforme. Houve uma interação entre a obra e o contexto social de sua produção, uma relação com as próprias exigências políticas e sócio-econômicas de cada momento histórico. Modificou – e para melhor – com o tempo, acompanhando e incorporando alterações paradigmáticas de diversas ciências, fato que dificulta consensos. Um deles foi que se tornou uma "*matriz teórica no campo do saber sobre a fome.*" (Magalhães, 1997, p. 18)

Por estas razões, a qualidade de uma obra é sempre mais importante que a sua quantidade. Entretanto, para quem não deixa de ser um aprendiz, que não se desconecta dos diversos momentos históricos vividos, a quantidade produzida também é um instrumento que colabora na análise de um autor. Com base em diversas fontes, mas principalmente em Silva (1998), que pesquisou o acervo do autor, fez-se um levantamento preliminar de sua produção bibliográfica. Aqui a preocupação fundamental não foi a precisão dos números – foram, inclusive, subestimados – mas a tentativa de traçar um panorama de sua presença em páginas impressas.

Como único autor, publicou dezoito livros na língua portuguesa (alguns traduzidos em mais de vinte idiomas) e quatro em outras línguas. Escreveu para sete coletâneas publicadas no exterior e fez o prefácio de dezesseis livros, sendo nove para livros de autores estrangeiros. Em revistas científicas saíram nove textos de pesquisas ligadas à alimentação, realizadas e publicadas em conjunto. Artigos (inclusive crônicas, contos, resenhas, separatas etc.) produzidos e/ou publicados em jornais e revistas brasileiras foram, aproximadamente, duzentos e dez, e, em outros idiomas (vários

foram traduções de artigos publicados em português e alguns em duas ou três línguas diferentes) foram mais de cento e cinqüenta e cinco. Textos de conferências (alguns se transformaram em artigos)[119], manifestos e mensagens foram trinta em língua nacional e dezoito em língua estrangeira. Entrevistas, declarações, depoimentos e reportagens (específicas sobre a sua atuação) foram mais de cento e quarenta, tanto em publicações nacionais quanto em estrangeiras. Sobre ele foram escritos mais de vinte livros e monografias, quase duzentos e dez artigos e resenhas[120] em língua portuguesa e mais de cento e dez em outros idiomas. Notas, pequenas reportagens e comentários publicados em jornais foram superiores a quatrocentos no idioma pátrio, e a cento e trinta em outras línguas. Uma produção e uma presença altamente significativas.

Esta lista seria maior se tivesse acabado *Geografia do desespero*, livro do qual deixou o sumário[121] e algumas páginas. Também se tivesse sido incluído em nossa listagem de seus livros *Sobreviver ou morrer juntos – Análise ecológica do pacto entre o homem e a natureza*, "*texto precursor da ecologia dos anos 80, com mais de 200 páginas, jamais publicado no Brasil.*" (Barros, 1996, p. 02) Ou se ele tivesse concluído o livro, redigido em francês, *O desafio das memórias irreprimíveis*[122], um outro intitulado *Fome e paz*, "*do qual produziu 50 páginas, mas que seria um calhamaço em homenagem a 'Guerra e paz' de Tolstoi*" (Ibidem, p. 01), e mais *Estados Unidos, país subdesenvolvido*, do qual deixou quarenta páginas, nas quais previa um aumento da pobreza no país nomeado no título. No fim da vida, ainda pensou em escrever *Geografia da abundância*, no qual procuraria mostrar uma visão positiva do potencial que a ciência e a tecnologia poderiam ter para a produção e distribuição de alimentos.

Deixou uma vasta obra e diversos sonhos. Sonhar com um outro mundo, neste aqui, não é uma fuga, mas o início do processo de construção do novo. Revê-los é, muitas vezes, retomá-los, em outras bases, como alicerces do que se deseja construir. Sem utopias, impera a banalidade e o futuro é desprezado. Nem toda idéia resulta em uma ação imediata e muitas delas são importantes para impedir que determinadas ações ocorram. O trabalho intelectual é, muitas vezes, fazer da idéia uma ação. Josué de Castro tentou isto e nem sempre conseguiu. Isto não significa fracasso, pois muitas de suas propostas dependem de mudanças estruturais difíceis de ocorrer mas que devem ser perseguidas. As idéias e a coerência, na fala e na escrita, influenciam ações e, por as precederem, são mais importantes. Ele foi o que se poderia chamar de um *intelectual engajado*, aqui entendido como aquele que procura compreender o mundo visando a produção de idéias importantes para a transformação do mesmo.

---

[119] Consta, do levantamento realizado por Silva (1998, p. 517), uma palestra sobre a *Operação Nordeste* proferida na AGB, no Rio de Janeiro, em 1959. Não conseguimos confirmar este fato em outras fontes. Miranda (1952) citou uma palestra intitulada *Fundamento Geográfico do Problema Alimentar*, realizada a convite da UNE, em 26/11/1946. Não incluímos, na listagem que fizemos, os seus discursos na Câmara dos Deputados e na FAO. O número de conferências deve estar muito abaixo do correto pois até junho de 1952, conforme *curriculum* apresentado por Miranda (1952), já havia realizado trinta.

[120] Com base somente em Silva (1998), a partir do levantamento que ela fez do acervo pessoal que se encontra no Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, em Recife (PE). O número real deve ser bem superior a este; nós mesmos possuímos alguns recortes de jornais que não integram o rol publicado.

[121] *Geografia do desespero – uma nova abordagem da América Latina*, possuía como sumário prévio o seguinte: "I. *Prefácio: Diversidade e unidade da América Latina – A entrada da América Latina na cena mundial. II. A paisagem humana do desespero: demografia, sociologia e economia da América Latina.*" (Barros, 1996, p. 01) Em visita ao Brasil em 1967, com passaporte da ONU, anunciou este livro para breve, como consta de uma nota do jornal Folha de São Paulo, de 17 de agosto de 1967.

[122] Neste manuscrito, no qual apareciam reflexões de uma pessoa angustiada mas lúcida, figurava a seguinte observação sobre o sucesso: "*Fica-se conhecido quando se chama a atenção do mundo, quando se alcança o sucesso. Mas, a partir deste momento, fica-se também condenado ao sucesso, isto é, a fazer sempre sucesso de qualquer modo e a qualquer preço. E tal exigência torna a vida intolerável e, a mais das vezes, esterilizante. Daí as explicações de que, no terreno da inteligência criadora, nada mais nocivo ao sucesso verdadeiro do que o próprio sucesso. É que o sucesso mata as possibilidades novas de sucesso, contaminando as fontes nativas da criação espontânea.*" (Barros, 1996, p. 01)

Em suas tentativas de ser mais eficiente socialmente, constou a candidatura ao Congresso Nacional como deputado. Pouco analisada em textos sobre o autor, esta atividade nos proporcionou a possibilidade de verificar, entre outros aspectos, sua atuação como político profissional, a eficiência para transformar ou não em leis o que propunha para o país, a coerência em relação às idéias defendidas em seus livros, sua presença em um partido ligado ao varguismo e suas relações com o partido e o programa do mesmo. Também como alguém, com tantas atividades concomitantes, poderia exercer adequadamente tal cargo público. Sem este estudo, acreditamos que a caracterização que se propôs a realizar ficaria incompleta. Por estas razões, decidiu-se contemplar sua atividade parlamentar em um capítulo específico, colocado a seguir.

# IV- A atuação parlamentar de Josué de Castro

> "*Consegue-se ver um outro mundo, porque se teve a coragem de pensar sua possibilidade.*" (E. Garin)

Neste capítulo, procurar-se-á estabelecer as características do trabalhismo de Vargas e de um partido por ele criado e pelo qual Josué de Castro foi eleito, seus discursos na Câmara dos Deputados e os projetos por ele apresentados, para verificar a coerência em relação às idéias que defendia. Foi um deputado federal nacional ou essencialmente nordestino? Quais os temas tratados – e se, entre estes, havia assuntos populacionais – e quais os problemas advindos desta atividade? Ainda que as respostas não sejam as esperadas, se insere no papel deste trabalho por ser importante na caracterização do autor em estudo e para demonstrar que, quanto aos aspectos populacionais, pouco, muito ou nada foi encontrado.

Josué de Castro, em 1950, concorreu a uma vaga na Câmara Federal por seu estado natal mas não conseguiu ser eleito. Em 1954, candidatou-se novamente e, desta vez, foi eleito. Reelegeu-se, em 1958, deputado federal com a maior votação do estado de Pernambuco. A presença na mídia impressa e a repercussão de seus livros, também ajudaram em sua eleição para deputado federal. Na Câmara, continuou sua militância contra a fome, integrou a Frente Nacional Parlamentarista e, como veremos, defendeu

> "*bandeiras polêmicas como a reforma agrária, uma política nacionalista de desenvolvimento para o país, a defesa do pan-americanismo, a solidariedade à revolução cubana, a criação da Sudene, do Ministério da Economia, a defesa de um salário móvel para os trabalhadores.*" (Silva, 1998, p. 316)

Durante os dois mandatos (1954-62), continuou participando de organismos internacionais como a FAO, a OMS e o Movimento Parlamentarista Mundial (que pretendia criar uma Constituição Mundial dos Povos).

Logo após ser eleito, em novembro de 1954, foi designado como delegado para o Conselho Mundial da Paz (CMP), que se reuniu em Estocolmo. A organização Cruzada Brasileira Anticomunista lançou notas em jornais acusando o referido organismo de um movimento dirigido por Moscou, e terminavam acusando-o (e também os outros delegados) de bobo ou traidor[123]. A Câmara dos Deputados se recusou a congratulá-lo pelo prêmio recebido no encontro, acusando o CMP de ser um órgão do Kominform[124]. Por diversas vezes foi taxado de marxista ou de *comunista disfarçado*, o que, diga-se de passagem, nunca foi.

O partido político pelo qual foi eleito e reeleito foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)[125], um partido criado no final do *Estado Novo*, ligado ao presidente Getúlio Vargas e que possuía, como base, as entidades sindicais, e tinha características nacionalistas e populistas. Cabe relembrar que, durante o Estado Novo, Josué de Castro participou, não somente de atividades em instituições de caráter científico mas,

---

[123] O *Prêmio Mundial da Paz*, recebido por ele, era citado na imprensa como *Prêmio Stalin*. Antes disso, por ocasião da tradução e publicação do livro *Geografia da Fome* na França, em 1949, ele também recebeu críticas da imprensa, que o acusou de fazer propaganda negativa do país, de contribuir para afugentar imigrantes, de prestar um desserviço ao país e de ser uma pessoa que comia às custas da fome no Brasil. Ainda bem que era magro; se não, as críticas poderiam ser piores.

[124] Em russo: *Informbiuro*. Era a Agência de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, criada em 1947, por nove partidos comunistas.

[125] Em 1950, candidatou-se pela Frente Democrática Pernambucana, que englobava PSD, PDC, PSP e PRP (obteve 4.770 votos e ficou em 16º lugar). Em 1954, concorreu pelo Movimento Popular Autonomista – contra a coligação pela qual foi candidato em 1950 – e que era formado pelo PTB e PST (obteve 14.076 votos e foi o 7º mais votado).

também, de projetos do governo, tornando-se o principal representante do saber e da política de alimentação. Para melhor analisar esta situação, para verificarmos se respeitou a ideologia partidária, em suma, para analisar a atuação deste amigo da família Vargas no Congresso Nacional, há a necessidade de, em primeiro lugar, caracterizar o trabalhismo varguista e o próprio PTB.

## 4.1. Características básicas do *getulismo* e do *trabalhismo*

> "*Quando secam os oásis utópicos estende-se um deserto de banalidade e perplexidade.*" (Juergen Habermas)

Na década de 1920, o liberalismo já era violentamente atacado por defensores de governos autoritários. As revoltas tenentistas; a crise internacional do capitalismo dramatizada em 1929; a crise do café brasileiro no ano seguinte – abalando o modelo agro-exportador e provocando cisões na classe dominante –, possibilitaram uma nova configuração do Estado brasileiro, que, naquele momento, não poderia ficar indiferente à presença do contingente operário nas maiores cidades. A regulamentação dos fatores de produção passou a ser uma necessidade; daí a (lenta) promulgação de uma legislação social e, já no começo, a gestação da ideologia do trabalhismo, com o Estado se apropriando da fala operária e reelaborando-a de modo a agradar o setor empresarial.

> "*Assistimos, aqui, a mais um ato da fabricação de uma ideologia que incorpora elementos de ideologias que, em maior ou menor grau, lhe são contrapostos. Mas o ato de incorporação é, ao mesmo tempo, o prolongamento do ato de redefinição do seu sentido. Não é novidade que uma parte, deslocada do contexto que lhe conferia uma significação específica, não é mais a mesma parte quando ligada a uma outra totalidade significativa.*" (Paranhos, 1999, p. 22)

A observação acima nos diz que a burguesia brasileira, para garantir e melhor exercer sua hegemonia, se apropriou – dando novos significados – da ideologia proletária. Sendo isto verdadeiro, é correto afirmar que as idéias dominantes de uma época não se restringem às das classes dominantes ou do Estado.

Para Paranhos (1999), a ideologia do trabalhismo varguista só se constituiu graças e a partir das lutas sociais dos trabalhadores, travadas no pré-1930 e na década seguinte. O discurso do trabalhismo incorporou e se apropriou de elementos da produção simbólica e ideológica dos trabalhadores. Apropriou e deu nova significação às representações ideológicas das classes dominadas urbanas, sendo, por isto, "*uma fala roubada aos trabalhadores*" e a estes devolvida como mito, principalmente sob a forma do *mito da doação* da legislação social[126]. A fala foi roubada e restituída, mas em seu retorno ela não é mais a mesma pois foi despolitizada, *colada* em outro lugar, com significado diverso e desprovida de seu conteúdo político original. Despolitizar é retirar o processo histórico de sua produção para que sirva a outro objetivo político.

O populismo, que se instalou no Brasil em 1930, sofreu influências de governos fascistas europeus e do positivismo comteano. Deste último, foi através do castilhismo, considerada por Paim (1978) a filosofia política inspiradora do Estado Novo.[127] Foi uma doutrina elaborada, utilizada e aperfeiçoada no Rio Grande do Sul nos quatro primeiros decênios republicanos e transplantada, na década de 1930, para o plano federal.

---

[126] Também os mitos de Vargas como o *pai dos pobres* e gênio político, e do Estado Novo como Estado-Providência, o Estado da democracia social.

[127] O nome deriva de Júlio de Castilhos (1869-1903) que, após a proclamação da República, elaborou a constituição estadual e foi presidente do Rio Grande do Sul até 1898. Substituiu-o Borges de Medeiros (1864-1961) que, com exceção de um mandato, foi reeleito até 1928, quando Vargas foi para o seu lugar (1928-1930).

Caracterizava-se pela separação dos poderes temporal e espiritual, por conceber a política como fundada na ciência e que devia ser exercida como as outras ciências – era uma *questão de competência* – e por ver como única função do parlamento a discussão do orçamento, pois também cabia ao governo, além da administrativa, a função legislativa.

Júlio de Castilhos via a política como um modo de servir à comunidade, devendo o governo estar a serviço do *aprimoramento moral* da sociedade. O Estado deveria ser fortalecido em detrimento dos interesses individuais e velar pela educação cívica. Sua peculiaridade consistia

> *"na admissão de que a posse do poder político constitui a condição essencial e suficiente para educar a sociedade na busca do* ***bem comum****. O* ***bem comum*** *deixa de ser uma barganha entre interesses, sustentados por grupos sociais diversificados, e passa a ser considerado como objeto de saber, de ciência."* (Paim,1978, p. 67)

Os castilhistas, normalmente, detratavam o sistema parlamentar, o voto como algo absoluto, a independência dos três poderes e os direitos individuais. Vargas, em 1925, quando ainda era parlamentar, afirmou: *"Tenhamos mais em conta a realidade, a solução dos grandes problemas da vida nacional e não nos aferremos demasiado ao sonoro verbalismo das expressões — Deus, liberdade, democracia, povo."* (Ibidem, p. 72) No poder, acrescentou ao princípio castilhista de aprimoramento moral, a competência do governo visando o bem estar material. Racionalidade econômica e a caracterização dos problemas políticos como técnicos, foram marcas do varguismo. Por isto, criou organismos onde os problemas deveriam ser analisados sob o ângulo técnico, o que ampliou a presença e a importância de técnicos no aparelho estatal.

Após 1930 – no meio intelectual isto já ocorria antes –, houve uma ideologia do Estado Autoritário que elegeu, como seus elementos nucleares, o intervencionismo estatal e a hipertrofia da autoridade. Também refletia uma situação externa de crise do liberalismo, mas enxergava a saída via elites intelectuais e econômicas. Combatia-se o liberalismo político e se procurava refrear alguns *exageros* do liberalismo econômico, com o Estado assumindo a planificação econômica e, em alguns setores, a própria produção. Além disso, um governo autoritário, em uma sociedade de massas, precisava trabalhar mais com o emocional que com o racional, e se preocupar com a criação de dogmas políticos que, independente de serem, eram colocados como verdades e, assim, viravam mitos. O mito interessava por seu valor prático e, por isto, não devia ter a sua veracidade questionada. Parecia evidente que, por detrás dessa visão, havia a crença de que as massas populares eram portadoras de uma escassa racionalidade e de que as elites eram os sujeitos históricos por excelência.

A década de 1920, e a seguinte, foi um período de proliferação de rígidas concepções ideológicas. A I$^{a}$ Guerra Mundial (1914-18) mostrou a fragilidade da ordem internacional existente e, durante a mesma, a Revolução Bolchevique (1917) produziu um novo ordenamento político, ao mesmo tempo em que golpeava o liberalismo. Como reação à emergência socialista e à crise do liberalismo, cresceram as doutrinas autoritárias de direita. O mito do Estado forte e a necessidade de culto à personalidade foram colocados, entre outros, como fundamentais na formação da coesão social e da unidade nacional. O próprio liberalismo clássico não ficou imune ao apelo estatal, em razão da influência marcante do inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que pregava medidas que implicavam e exigiam a intervenção do *Estado liberal* no mercado.

Foi em meio a ideologias que mobilizavam multidões em diversos países que surgiu o Estado Novo, nome também dado à ditadura do general Francisco Franco (1892-1975) na Espanha e à do professor de economia Antonio de Oliveira Salazar (1889-1970) em Portugal. O *novo* caminho era a busca de uma alternativa entre o capitalismo liberal e o socialismo soviético, com um sistema de produção que

sobrepusesse os interesses da nação aos outros, o que exigia a defesa – ao menos aparente – de sentimentos nacionais, e uma forte presença estatal na condução do processo. Além das influências castilhistas, positivistas e do fascismo italiano, as "*origens do Estado Novo no Brasil podem ser buscadas também em países periféricos como Turquia, Romênia e Polônia, ...*" (Araújo, 2.000, p. 10). Da Turquia veio a admiração pelo movimento conduzido por jovens oficiais e liderado por Mustafá Kemal (1881-1938), cognominado Ataturk (*pai do turcos*)[128]. Da Polônia veio a inspiração da Constituição de 1937[129], e da Romênia recebemos, segundo Araújo (2.000), a influência maior do ponto de vista doutrinário.

> "*O grande formulador da doutrina corporativa que deu unidade teórica ao Estado Novo foi o romeno Mihail Monoilescu, através do clássico 'O século do corporativismo', traduzido para o português por Azevedo Amaral em 1938. Nessa obra o autor recomendava uma recuperação do passado, particularmente do senso de comunidade gerado na Idade Média através das corporações de ofício, que articulariam, no dizer do teórico, a atividade econômica com a necessária sociabilidade e espírito de comunidade que teriam sido destruídos pela frieza e impessoalidade do mercado liberal.*" (Araújo, 2.000, p. 10-11)

O corporativismo proposto era uma associação de um espírito medieval de comunidade com a idéia de um Estado Nacional forte e centralizado que organizaria a sociedade através de ramos de produção (corporações), um "*corporativismo estatal*", imposto de cima para baixo. Criticava as instituições representativas da democracia liberal (como, entre várias, organizações populares, competição eleitoral e partidos políticos), propondo a sua substituição "*por trabalhos técnicos em comissões e conselhos de grupos profissionais ou econômicos. Os partidos e a liberdade de organização política deveriam ser substituídos por câmaras e/ou setores da produção organizados e liderados por um estado fortalecido.*" (Ibidem, p. 11) Era preciso fortalecer o Estado sem cair em postulados socialistas pois estes poderiam enfraquecer a nação e a noção de nacionalidade. O governo regularia as atividades do cidadão, promoveria o desenvolvimento (tendo como metas as estabelecidas pela assessoria técnica), fomentaria a nacionalidade e procuraria fundir Estado e Nação, através de um líder (o que foi o nosso caso) ou de um partido político[130].

Os nossos principais pensadores autoritários eram, geralmente, ligados a famílias dirigentes tradicionais e não desejavam abrir mão de vantagens e privilégios, o que ajudava a explicar o uso constante de metáforas organicistas em suas justificativas. "*O organicismo historicista e a sociologia conforme o figurino comtiano se constituirão em fonte de alimentação do pensamento autoritário.* " (Paranhos, 1999, p. 53). Por isto, formulações com base em algum igualitarismo os repugnava, aí incluídos os ideais da Revolução Francesa (1789). O poder procedia de quem governava e não dos que eram governados; assim, o autoritarismo e a negação da capacidade política

---

[128] Após a derrota turca e o armistício de 1918, Mustafá Kemal organizou a resistência nacional, derrotou os curdos, os armênios e os gregos (1920-22), ocupando os territórios prometidos a estes povos. Em 1923, foi proclamada a república e ele deteve todos os poderes (presidente do Partido Republicano – o único partido legal –, da Assembléia e da República) e procurou criar uma nação turca de tipo ocidental. Laicizou as instituições e o ensino, impôs o alfabeto latino e outros costumes ocidentais. Para garantir uma *unidade nacional*, estabeleceu uma política severa e restritiva em relação às minorias nacionais existentes. "*No Brasil, a força desse movimento ficou conhecida entre os militares com a formação de um grupo de jovens oficiais conhecidos nos anos 1920 e 1930 como 'jovens turcos' – ou seja, radicais, modernizadores e autoritários.*" (Araújo, 2.000, p. 10)

[129] A Carta de 1937, elaborada por Francisco Campos (1891-1968), foi *inspirada* na constituição fascista polonesa do período do general Józef Pilsudski (1867-1935); por esta razão, foi apelidada de *polaca*, termo que na época, em linguagem chula, também designava prostituta estrangeira. O mineiro Francisco Campos foi ministro da Educação e Saúde (1930-34) e, de 1937 a 1945, ocupou a pasta da Justiça; foi também o autor do Ato Institucional nº 1 do golpe de 1964.

[130] Oliveira Viana (1883-1951) chegou a dizer: "*nosso partido é o presidente.*" (Araújo, 2.000, p. 13)

das massas estariam, para estes pensadores, na essência do exercício de qualquer governo.

Quem fazia as revoluções eram as elites, que para isto mobilizavam as massas populares para atingir os fins objetivados por elas. Como eram diferentes, elites e massas não deveriam possuir os mesmos direitos. Se os homens eram desiguais quanto à "*capacidade mental e cultural*", seria natural a própria liberdade de expressão ser proporcional ao nível intelectual e cultural; e se eram as elites que governavam, cabia a elas, via Estado, o papel de juizes da produção artística e intelectual. Daí a personificação deste Estado, o *mito da personalidade* que expressava a nação, o guia excepcional que sabia o caminho, o clarividente que conseguia captar os anseios populares e antecipar os problemas e as soluções[131]. O mito desencarnado da nação precisava ser acoplado a um mito com *dimensão corpórea*, como ocorria em muitas monarquias.

Uma das características do Estado burguês era fugir desta denominação. Não se solicitava algo em nome da burguesia e sim em nome da *nação*, termo sob o qual ela normalmente se escondia. O que se fazia era pelo bem ou progresso da Nação. Esta, no plano da linguagem, não possuía classes sociais; se era impossível escondê-las, não se dizia que era fruto do estado burguês e sim que era algo intrínseco, natural, de qualquer sociedade. A naturalização ou o biologismo social, aliados ao *esquecimento* proposital de determinados processos históricos, sempre integraram o rol das armas ideológicas de qualquer Estado burguês. Também não se falava que tal medida era importante para o crescimento econômico do capitalismo e sim para o "*progresso da nação*" ou para "*manter a ordem para o bem da nação*". O *"dar para conservar"* – o *give and keep*, que norteou o imperialismo inglês na construção da *Commonwealth of Nations* – passou a ser típico de muitos Estados capitalistas. Atendia a determinados interesses populares para conservar seu domínio; daí a constante combinação entre reforma e repressão.

O trabalhismo foi uma "*reação de um Estado Capitalista que não podia continuar subestimando a 'questão social'*" (Paranhos, 1999, p. 17) e ignorando as práticas operárias em suas lutas pelas melhorias das condições de vida no pré-1930. Por isto, o governo Vargas, logo em seu início, criou (26/11/1930) o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e reconheceu as organizações sindicais, mas já afirmando que estas deixariam de ser forças negativas ou hostis para se transformarem em um elemento de cooperação com o Estado[132]. Neste período, é importante lembrar, o *trabalho* já havia se transformado em um *problema* também da burguesia pois a indústria procurava assumir o lugar de principal setor propulsor da economia e solucionar a questão *trabalho* era crucial para o crescimento econômico.

Em 1930, Vargas era somente um dos candidatos a presidente e uma das lideranças do golpe; com a chefia do Governo Provisório passou a ser mais conhecido. Enfrentou a resistência de parte significativa da elite paulista – que deflagrou uma revolta em 1932 – e enfrentou um agitado período político de 1934 a 1937. A figura de um grande e incontestável líder nacional foi sedimentada a partir do Estado Novo, em uma das mais eficientes campanhas de propaganda política. Em todas as palestras de membros do poder (de todas as esferas) seu nome era citado, era o personagem central da maioria das festas cívicas e estava presente em livros didáticos, concursos escolares, paredes de órgãos públicos etc. A história da legislação trabalhista foi, para efeito de propaganda, dividida em antes e depois de 1930, ou seja, de Vargas, sendo

---

[131] Segundo Paranhos (1999, p. 90), uma publicação do DIP sobre Vargas foi intitulada de "*Nume Tutelar das Massas Trabalhadoras do Brasil (Benefícios e direitos assegurados* ***pelo*** *presidente Getúlio Vargas ao proletariado nacional*)" (grifo meu). O Dicionário Aurélio diz que *nume* significa *deidade* ou *gênio*.

[132] "*A contenção da luta de classes em favor da cooperação orgânica entre as classes, e entre estas e o Estado, seria uma divisa ideológica da ação do governo Vargas, em nome da paz social e da prosperidade da nação.*" (Paranhos, 1999, p. 85)

ele colocado como inspirador e executor de toda a nova legislação. Não somente isto; com sua *clarividência*, com sua *antevisão*, se antecipava aos acontecimentos. Um chefe, guia, amigo e pai que evitou que as reivindicações dos trabalhadores fosse obtida de forma cruenta (como aconteceu em diversos países), graças a sua obra *antecipatória*.

A eficácia da propaganda podia ser medida pela aceitação, por parte dos trabalhadores, da suspensão – por pressões patronais – da vigência de diversos direitos a partir de 1942, com o desencadeamento da *batalha da produção*[133]. Ou seja, eram forçados a trabalhar sem a vigência de vários direitos sociais já garantidos em lei justamente por aquele que se vangloriava de tê-los outorgado. Em acréscimo, os convocava para ajudar a manter a *ordem* necessária à *batalha da produção*, solicitando que cada trabalhador fosse um "*observador atento de seu ambiente de trabalho.*"[134] Aí presente o conceito de que quem recebia uma dádiva precisava, quando necessário, retribuir, pois a força da doação estava em gerar no receptor a necessidade de retribuição, até como dever ético[135].

No discurso do trabalhismo, o *mito da doação* foi fundamental, no qual se insistia que Vargas *deu* ao povo as leis protetoras do trabalho. Aliás, foi essa *concessão* parcial de aspirações populares a força material do trabalhismo; e a legislação consentida permitia que se pregasse que, em troca da mesma, a classe operária deveria ser agradecida e fiel ao doador. Glorificava-se o Estado, sua personificação (Vargas) e, indiretamente, se reafirmava que a classe operária era incapaz politicamente. De qualquer modo, a legislação social foi importante para sufocar as lutas de classes, inclusive por trocar a palavra *luta* por *concórdia*. Continham-se os conflitos do setor urbano-industrial – inclusive pela repressão aos agentes mais politizados –, e garantia-se o controle político da classe operária, facilitado pelo fato de a legislação trabalhista ter sido vinculada à legislação sindical. A condição de sindicalizado era condição para obter determinados benefícios e os sindicatos eram controlados pelo Estado. Ou seja, os benefícios não eram para todos mas para todos os que trabalhavam e eram sindicalizados ("*só quem tem ofício tem benefício*").

Ter ofício significava ser trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal; esta era a condição de cidadania e demonstrava que os *benefícios* eram seletivos. Outrossim, não sendo fruto de conquista, estes benefícios se constituiriam em atos de generosidade que exigiam reciprocidade. Gomes (1994) rotulou isto de *ideologia da outorga*.

> "*A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal.* [...] *Quem recebe o que não solicita e não pode retribuir materialmente, fica continuamente obrigado em face de quem dá. O desequilíbrio econômico é*

---

[133] "*Em agosto de 1942, por exemplo, o governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumento legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do 'estado de guerra'.*" (Gomes, 1994, p. 208) Em outubro, suspendeu o direito de férias nas indústrias consideradas "*essenciais à segurança nacional*"; em dezembro, impediu a mobilidade nas chamadas *indústrias de guerra*, transformando "*literalmente seus empregados em 'desertores' em casos de falta e desistência do emprego.*" (Ibidem, p. 209)

[134] Mesmo assim, a "*prática da sabotagem, as operações tartaruga e as reclamações contra as condições de trabalho não eram fatos inusitados durante a primeira metade dos anos 40.*" (Gomes, 1994, p. 209). Entretanto, esta resistência não anula o fato da existência de u'a maior adesão ao regime, mesmo com o elevado grau de explotação da mão-de-obra, até mesmo porque o período da guerra promoveu uma expansão do mercado de trabalho – e com a garantia do salário-mínimo.

[135] "*O contrato por doação não tem execução imediata. Retribuir não é pagar uma dívida; é reconhecer uma obrigação que extrapola a dimensão utilitária.*" (Gomes, 1994, p. 213) Além disso, o trabalhador não podia retribuir com a mesma moeda; sobrava, então, a obrigação moral. E, durante a guerra, era chegada a hora de retribuir para quem, por dez anos, "*tudo dera aos trabalhadores*"! Isto só é possível quando se impõe o *direito de receber* (pois este implica o dever de retribuir) pois se alguém possui o direito de não receber, ele não tem também o dever de retribuir.

*assim a chave da generosidade, da reciprocidade generalizada.*" (Gomes, 1994, p. 165)

A grande maioria ficava de fora, como atestava próprio programa do PTB – primeiro e único, elaborado em 1945 e complementado por manifestos e declarações – quando o mesmo propunha (item 5) "*estender aos trabalhadores rurais, aos trabalhadores das autarquias, aos servidores públicos e aos profissionais liberais os benefícios da legislação social, ...*" (Chacon, 1998, p. 469). Pois, uma das finalidades de estender a legislação ao trabalhador rural, era a de "*evitar o êxodo das populações campesinas.*" (Ibidem)

Os discursos de Vargas referentes à política social também eram para convencer a burguesia industrial e mercantil das vantagens dela[136]. Neles, e na propaganda, procurava-se dissociar a organização sindical da idéia de luta por direitos; não havia reivindicações mas concessões do Governo, i.é., de Vargas, aos homens do trabalho. Chegou a ser comum, no Estado Novo, a comparação de nossa legislação social com as nossas tradições cristãs, a identidade da proposta de congraçamento de classes com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII (papa de 1878 a 1903). O papa propôs e o nosso presidente aplicou!

O trabalhismo incorporou elementos das lutas históricas das classes dominadas e procurou a "*subordinação política das classes trabalhadoras em nome da 'colaboração de classes'*" (Paranhos, 1999, p. 35). Sem conceder alguns direitos, seria difícil incorporá-los – e como subordinados – à estrutura do poder. Ao mesmo tempo, se fez uma *limpeza*, via repressão e notadamente após o levante comunista de 1935[137], dos atores sociais sindicais defensores de outras formas de participação e ação[138]. Os sindicatos, apesar das campanhas, viviam, no início do Estado Novo, uma situação de *esvaziamento*; esse foi o motivo da implantação do imposto sindical (decreto-lei 2.377, de 08/07/1940), para suprir os mesmos de mais recursos para cumprir suas finalidades, inclusive as de natureza assistencial[139].

As principais *concessões* ocorreram a partir de 1942. Também, foi a partir desta data que se intensificaram os apelos e os estímulos para a sindicalização e que se procurou consolidar a ideologia do trabalhismo[140]. Pode não ser coincidência o fato de

---

[136] Os segmentos industrial e comercial da burguesia conviveram bem com Vargas, e até apoiaram a implantação do Estado Novo. Mas, neste último período, já não mais detinham em suas mãos o controle da política econômica; a partir do final de 1943, também começaram a verbalizar algumas discordâncias em relação ao regime.

[137] O anticomunismo e a repressão política não foram exclusivos do Estado Novo, como dão a entender alguns textos. Antes de 1937, muitos ativistas sindicais *freqüentaram* os cárceres. Antes "*de abril de 1935, quando foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, houve muita intervenção nos sindicatos que reivindicavam ou organizavam greves. Intervenção, na época, significava em grande parte invasão policial e destruição virtual das sedes dos sindicatos, com abundantes espancamentos e prisões.*" (Gomes, 1994, p. 160) Ilustra melhor o fato a prisão, com seu marido Luís Carlos Prestes (1898-1990), da judia alemã Olga Benário (1908-1942). Foi presa sem acusação formal, o *habeas-corpus* lhe foi negado e, grávida, foi extraditada para a Alemanha (onde morreria, em um campo de concentração) em setembro de 1936. O caso Olga "***ocorreu antes do Estado Novo**, à sombra portanto de um Legislativo e de um Judiciário que, bem ou mal, poderiam exercitar sua humanidade e respeito aos direitos elementares da pessoa humana*." (Mendes, 1986, p. 42; grifo meu)

**[138]** Antes do Estado Novo, ocorreram diversas manifestações grevistas no país, inclusive porque as condições de trabalho eram degradantes, as leis trabalhistas não eram cumpridas, a atividade industrial estava se recuperando e ainda havia uma relativa liberdade.

[139] Se o imposto sindical – compulsório e correspondente a um dia de trabalho por ano de toda a categoria, associada ou não ao sindicato – foi feito para revigorar os sindicatos, ele acabou propiciando o inverso em muitos casos, pois sendo a principal fonte de renda, permitiu que direções sindicais se mantivessem sem se preocupar com a categoria e o número de associados.

[140] A nova legislação sindical implantada – um sindicalismo corporativista decalcado da *Carta del Lavoro* do fascismo italiano – estabeleceu, entre diversas medidas, a presença obrigatória de representantes do Ministério do Trabalho no sindicato, na federação ou na confederação, a validade da legislação social somente para os sindicatos reconhecidos oficialmente, sindicatos únicos por categoria e a necessidade de 2/3 dos empregados brasileiros em cada empresa. Nesta última, conhecida como *lei dos dois terços*, a justificativa oficial foi a *proteção* ao trabalhador

ter sido neste ano que o Brasil aderiu, oficialmente, aos Aliados; a nova situação e os problemas enfrentados[141] talvez tivessem provocado a necessidade de se buscar o apoio popular urbano. Foi neste período que se procurou solidificar uma sustentação popular utilizando, como peça estratégica do discurso, o *mito da doação* da legislação social.

> "*Do mito da outorga, seu elemento nuclear, derivava, logicamente, o elogio do intervencionismo do 'Estado Autoritário' e do 'paraíso da concórdia' que se teria edificado entre nós, por obra e graça da ação política de Vargas e do 'Estado Providência'.*" (Paranhos, 1999, p. 39)

Os problemas derivados da Segunda Grande Guerra, a necessidade de uma *batalha da produção*, as dificuldades no comércio exterior, foram fatos que deram um novo pretexto ao endurecimento do regime e a um maior controle do movimento dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que limitava a ação das entidades sindicais, o governo apelava para uma sindicalização massiva, como se estivesse estruturando um exército de reserva para, quando necessário, mobilizá-lo a favor de Vargas.

O governo se dizia democrático pois não admitia antagonismo entre autoritarismo e democracia. Assim, se Estado e nação se identificavam e formavam um par perfeito, não havia necessidade de organismos intermediários como, por exemplo, os partidos políticos[142]. Os problemas políticos eram transformados em problemas técnicos, o que justificava "*a substituição da representação parlamentar pela representação técnica, ancorada no saber especializado.*" (Ibidem, p. 72). No lugar de *classe*, a *corporação*; ao invés de luta de classes, colaboração entre elas; o liberalismo levava ao comunismo e o antídoto deste era o antiliberalismo; o Estado não era **uma** solução mas **a** solução.

É interessante observar como determinados Estados conseguem dessignificar e ressignificar fatos históricos e tradições. Estados autoritários colocam parte de seu aparelho para criar e manter um tipo de cultura compatível com os interesses dos setores sociais hegemônicos e com as necessidades das forças produtivas. Por isso, se transformam em um *Estado-educador*. Exemplifica a assertiva acima, a metamorfose do significado do dia primeiro de maio[143]. Durante os primeiros anos do governo Vargas, era um feriado do qual o presidente pouco participava; a partir de 1938, a data se transformou em festa, com paradas trabalhistas e assinatura de decretos[144]. Ou seja, principalmente a partir do Estado Novo, a data deixou de ser um

---

nacional mas sua finalidade principal era impedir a presença de estrangeiros que para aqui traziam *idéias subversivas*.

[141] Um deles era a contradição entre autoritarismo e democracia. Cabe também lembrar que a Constituição de 1937 estabeleceu a necessidade de plebiscito para referendá-la até o ano de 1943 (e havia necessidade de criar condições para a sua aprovação).

[142] A fala de um dos ideólogos do Estado Novo, Azevedo Amaral, citada por Paranhos (1999, p. 70), ilustra: "*O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, este partido é constituído pela própria Nação.* [...] *Se a Nação e a organização estatal formam um todo indissolúvel e se o Estado é o órgão da expressão da consciência e da vontade do corpo nacional, é claro que dele deve partir a direção na política. Mas, no Estado autoritário, o eixo de sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação.*" Ou seja, "*L'Etat* [*Neuf*] *c'est Vargas!*"

[143] Essa comemoração deveu-se às manifestações operárias ocorridas em Chicago (EUA) em 01/05/1886, que culminaram, três dias depois, em um violento conflito com a polícia em que várias pessoas foram mortas. "*Em conseqüência, oito anarquistas foram presos e condenados à morte (quatro morreram na forca, um suicidou-se e três foram perdoados.*" (Larousse, 1995, p. 5726) O mesmo ocorreu com o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. De uma homenagem às "*129 operárias têxteis mortas criminosamente no incêndio da fábrica Cotton, em 1908, por ocasião de uma greve em que reivindicavam o direito de voto e a regulamentação do trabalho*" (Aquino et al., 1981, p. 195), se transformou em um dia comercial de vendas de flores, lingerie, etc.

[144] Com base em Paranhos (1999), podemos citar alguns exemplos: em 01/05/1938, cercado pelo ministro do Trabalho e por presidentes de sindicatos e associações de trabalhadores, anunciou a (futura) regulamentação do salário-mínimo e o decreto-lei isentando a compra de terrenos, destinados a casas para operários, do imposto de transmissão. Em 1939, assinou decretos criando a Justiça do Trabalho e as escolas profissionais. Em 1940, no maior

dia de luta e se transformou no dia de agradecimento ao *"trabalhador nº 1"* do país: o presidente.

No período ocorreu o destaque a certas datas, o estabelecimento de um tempo de festas cívicas, envolvendo a população. Os grandes destaques foram as figuras do trabalhador (ao qual era oferecida a festa de Primeiro de Maio) e do *trabalhador nº 1* (19 de abril, seu aniversário, e 10 de novembro, o do Estado Novo)[145]. Foi no primeiro Dia do Trabalho após o golpe que o presidente anunciou a regulamentação do salário-mínimo. Os trabalhadores passaram a ser "*mencionados como dotados de ânimo, interesse e capacidade. Já se fora o tempo em que o brasileiro sofrera o estigma de ser mau trabalhador.*" (Gomes, 1994, p. 206) Agora éramos uma *raça* que conquistava a terra bruta (o trabalhador rural) ou construía a grandeza industrial do país (o proletário urbano); ou seja, ocorrera uma inversão dos valores que eram acoplados ao trabalho e ao trabalhador brasileiro. Sua competência em relação ao estrangeiro poderia ser atestada pela *lei dos dois terços*; até o negro era u'a marca positiva e a razão da criação do Dia da Raça, da valorização da miscigenação e do combate aos preconceitos de cor[146]. Também houve uma valorização do trabalho manual e do ato de trabalhar, como elementos de ascensão social ou em termos econômicos ou de respeitabilidade. Trabalhar era sinônimo de honestidade e de dignidade, retirando o estigma da pobreza: era pobre mas trabalhador. Um documento comprovava isto: a carteira profissional[147].

Tudo isto foi possível em razão da política autoritária imposta. Aparelhos de repressão (o DIP e os estaduais DEIPs), a férrea censura, a intensa propaganda, a concessão de favores financeiros a certas empresas editoriais, o fechamento das casas legislativas, a proibição de partidos políticos, a vigência do *estado de emergência* (em 1942, *estado de guerra*), a criação do *mito Vargas* (seu retrato estava em todos os lugares), possibilitaram o clima de (falsa) unanimidade nacional. Neste processo, as ondas de rádio tiveram um importante papel. O rádio foi o principal meio transmissor do fluxo de informações ideológicas do Estado Novo. Um sistema técnico

---

estádio de futebol da capital federal (o de São Januário, do Vasco da Gama), comunicou a implantação do salário-mínimo. Em 1941 (com o maestro Villa-Lobos regendo espetáculos de canto orfeônico), a instalação da Justiça do Trabalho e o lançamento da Marcha para o Oeste (política de colonização e ocupação dos *vazios demográficos* – e os índios? – do interior do país; também chamada de *Rumo a Oeste*, teve em Cassiano Ricardo o seu ideólogo-mor). Em 1942, devido aos efeitos da IIª Guerra Mundial, se dirigiu aos *soldados da produção* em meio à proclamação da *batalha da produção*. Em 1943, apelou para a sindicalização massiva e comunicou a promulgação da CLT. Em 1944 a festa foi transferida para o maior estádio de São Paulo: o Pacaembu. Cabe ressaltar que as grandes indústrias estimulavam a ida de seus trabalhadores, havia trem e ônibus de graça e a festa era transmitida para todo o país pela Radio Nacional. Também eram festejados os dias 07 de setembro (Dia da Pátria), 10 de novembro (aniversário do Estado Novo) e até, principalmente de 1940 a 42, o dia 19 de abril, aniversário de Getúlio.

[145] Foi no primeiro aniversário do Estado Novo (10/11/38), na cerimônia de inauguração do novo prédio do MTIC, que Vargas utilizou, pela primeira vez, o vocativo *Trabalhadoooores do Brasil*, que se transformou em seu bordão. As três datas citadas eram "*ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores*." (Gomes, 1994, p. 201) Em outras três ocasiões (Independência, Natal e Ano Novo) também ocorria a fala presidencial mas esta era mais difusa, não enfocando necessariamente a questão do trabalho (em Sete de Setembro privilegiava a situação política e a figura do soldado; no fim do ano eram, em almoço com setores das Forças Armadas, votos de feliz Natal e de paz e tranqüilidade no ano seguinte).

[146] Aparentemente, estas posturas sepultavam os ideais de eugenia e branqueamento; entretanto, a vida real, e a própria legislação referente à imigração, desmentiam isso.

[147] Ainda em 1978, conforme verifiquei em minha Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), existia um pequeno texto (na p. 04) de Alexandre Marcondes Filho (ministro do Trabalho durante quase todo o Estado Novo e que chegou a se identificar como um *proletário intelectual*) que, entre outras coisas, afirmava o seguinte: "*A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.*" Na CTPS que a substituiu, em 1988, o texto já não era o mesmo e era de outro ministro.

buscando, via informação e propaganda, a unificação dos lugares do território brasileiro e a ubiqüidade do presidente. Em uma linguagem miltoniana, um sistema de objetos e um sistema de ações funcionalmente entrelaçados dando unidade e criando, pela simultaneidade, um novo meio geográfico. O governo Vargas percebeu o papel estratégico deste meio de comunicação em um país assolado pelo analfabetismo e com um precário sistema de transportes[148]. Também estava atento à bem sucedida utilização da radiodifusão na Alemanha e nos EUA[149]. Foi neste período que foi criado (pelo decreto-lei n. 1949/39) o programa *Hora do Brasil*, obrigatório para todas as emissoras e até para estabelecimentos comerciais possuidores de aparelhos de rádio, com um leque de atrações[150]. O rádio foi o principal recurso oficial de comunicação e de controle. Era tão importante que Vargas, em um discurso de 1937, citado por Bercito (1990, p. 53), afirmou:

> "[...] *Impõe-se ampliar os trabalhos relativos à divulgação, sob os seus diversos aspectos. No interior, torna-se necessário realizar uma obra inadiável de educação cívico-política, reforçando o conhecimento do regime democrático e seu funcionamento, dando a conhecer, em toda extensão do país, qual a orientação dos seus dirigentes e o alcance das medidas administrativas em curso.*
>
> *Seria conveniente e oportuno iniciar essa tarefa ainda no corrente ano. O governo da União procurará entender-se a propósito, com os estados e municípios, de modo que, mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos rádio-receptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros,* [...] *momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação.*"

Ele sabia que, em um país no qual mais da metade da população era analfabeta, as ondas radiofônicas eram importantes para a formação do consenso. Com a radiodifusão em escala nacional, o governo getulista havia descoberto que não mais era necessário ter aglomeração ou contato físico para haver multidão e a ela se dirigir.

O titular do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), era o paulista Alexandre Marcondes Filho (1892-1974), que exerceu este cargo cumulativamente com o da Justiça e foi um dos fundadores do PTB. Durante o seu período ministerial (1942-45) utilizou, por dez minutos todas as quintas-feiras, o "*Hora do Brasil*", que era produzido pelo DIP, com o programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros*[151].

---

[148] A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a maior do país por décadas, *nasceu* em 12 de setembro de 1936 e foi encampada pelo governo federal em 1940. "*Quando ela surgiu, havia 65 emissoras em todo o Brasil, sendo 12 no Rio de Janeiro e 8 em São Paulo.*" (Cabral, 1996, p. 57) Entre "*1937 e 1944, o número de emissoras subiu de 63 para 106, enquanto o de aparelhos receptores se elevou de 359.921, em 1939, para 659.762, em 1942.*" (Paranhos, 1999, p. 134)

[149] A radiodifusão foi um dos eficientes meios da propaganda mentirosa, racista e demagógica comandada por Joseph Goebbels (1897-1945), ministro da Propaganda e da Informação do *III$^{o}$ Reich* de 1933 a 1945, "*que supervisionava a imprensa, a literatura, o cinema e, sobretudo o rádio – a grande arma do nazismo na comunicação com as massas.*" (Arruda, 1986, p. 316). Nos EUA, ficaram famosas as *Conversas ao Pé do Fogo*, do presidente Franklin D. Roosevelt (1882-1945, presidente de 1933 a 1945).

[150] Apresentava discursos, atos de governo, noticiário internacional, boletim do tempo, entrevistas e até números musicais de MPB. O decreto-lei que o instituiu aconselhava "*que, sobretudo nas cidades do interior, fosse transmitido por alto-falantes, instalados em logradouros públicos, praças e vias de maior movimento.*" (Gomes, 1994, p. 197) Apesar de alguns minimizarem sua influência, afirmando que o povo o apelidou de *"o fala sozinho"* ou *"a hora do silêncio"*, estes apelidos eram "*de um programa precursor da 'Hora do Brasil', produzido pelo Departamento Oficial de Propaganda no imediato pós-30.*" (Paranhos, 1999, p. 136)

[151] No dia seguinte, o jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*, publicava o texto. A partir de 1944, falava diariamente na Rádio Mauá, a *Rádio dos Trabalhadores*. O poeta paulista Cassiano Ricardo (1895-1974), outro propagandista do regime, editor de *A Manhã* e diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional, produziu nesta, diariamente, o programa *Crônicas de Interesse Nacional* e estas crônicas eram publicadas no jornal que editava. A

> "*Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio. A divulgação pela imprensa ou outros meios de difusão (disco, por exemplo) das palestras de Marcondes funcionariam mais como um reforço ao canal de maior penetração da época. A radiodifusão adequava-se como uma luva ao objetivo específico da nova programação. As palestras se dirigiam a um público específico e em grande parte analfabeto, e seu conteúdo, apesar de diversificado, tinha um eixo fundamental: a legislação social trabalhista do Estado Novo.*" (Gomes, 1994, p. 196)

As grandes distâncias, as dificuldades de comunicação, o analfabetismo da maioria da população (o que fez com que nossa cultura ficasse sendo marcadamente auditiva), a maneira como foi elaborada a legislação social (outorgada e não fruto de uma conquista através de lutas), faziam das ondas de rádio o meio mais eficiente para levar o *novo direito social*, que era desconhecido pelo seu *maior beneficiário*: o trabalhador. As falas semanais do ministro enfocavam toda a legislação social produzida e/ou reformada a partir de 1930, "*em tom pedagógico e até mesmo paternal*", e também alguns temas da conjuntura nacional e internacional, sempre realçando a figura do presidente.

A disciplinarização da sociedade foi mais intensa durante a Segunda Guerra, tendo esta como álibi. "*Ao longo de 1942/43, a ideologia do trabalhismo se consolidou de vez, associada à tentativa de constituição de uma base de apoio mais efetiva de Vargas e/ou do regime. Seu 'leitmotiv' era dado pela pretensa solução da questão social no Brasil.*" (Paranhos, 1999, p. 142) A *doação da legislação social* se constituiu no elemento nuclear do discurso trabalhista; ou seja, a construção do mito se sustentava em uma base concreta, a legislação social. Vargas *previa* as necessidades e se *antecipava* às reivindicações dos trabalhadores ou *reparava* injustiças do passado; por isso, merecia a gratidão.

A relação do Estado Novo com a burguesia e os trabalhadores era diferenciada; a legislação sindical de 1939 foi modificada para preservar as associações autônomas ligadas ao setor industrial, sacramentando o pluralismo organizacional para os empresários e a unicidade sindical para os trabalhadores. Condenava a greve – na prática, não existia greve legal – e a própria CLT (art. 724) afirmava "*que a aprovação de greve em assembléia sindical resultaria no cancelamento do registro do sindicato, independentemente das pesadas sanções que atingiriam quem estimulasse movimentos grevistas.*" (Ibidem, p. 155)

Na *batalha da produção*, ordem e disciplina foram as palavras-chave. Com a pátria *ameaçada*, valia o que disse Vargas em 01/05/1943: "*Quem não estiver conosco está contra nós.*" (apud Paranhos, 1999, p. 177) A *pátria ameaçada* era a justificativa do endurecimento do regime e chegou-se a impor aos sindicatos obrigações típicas de órgãos de segurança, como coligir e arquivar informações e repassá-las às *autoridades*. Passou a ser obrigatória a presença de um representante do Ministério do Trabalho nas assembléias dos sindicatos. Alguns direitos foram suspensos; nas empresas importantes para a segurança nacional foi permitida a prorrogação da jornada de trabalho (decreto-lei 4.637/42), podia-se descumprir a lei de férias (decreto-lei 4.869/42), foi proibido, nas indústria de guerra, o trabalhador sair do emprego (decreto-lei 4.937/42) e até chegou a ser suspensa a instauração de dissídios coletivos (decreto-lei 5.821/42).

Durante a Segunda Guerra, a ociosidade passou a ser uma espécie de crime contra a pátria; daí o combate à greve – que além de ilegal, era uma expressão do não-

---

Rádio Mauá foi criada em 07/09/1944, era a emissora do MTIC e passou a ser responsável por "*tudo o que se referisse a assuntos de 'interesse trabalhista'*." (Gomes, 1994, p. 195)

trabalho – e à boemia. Na música popular, o DIP passou a farejar qualquer coisa que cheirasse a louvor ao não-trabalho ou à exaltação da malandragem. No lugar, o culto ao trabalho, nem que fosse em troca de favores a determinados cantores e compositores. O programa do PTB, elaborado logo após a II[a] Guerra, continuou incorporando isto ao colocar (item 7) a "*obrigatoriedade e direito de trabalho a todo indivíduo fisicamente capaz*" e ao afirmar que "*O dever de trabalhar é uma verdadeira obrigação e todo indivíduo deve, sob qualquer forma, cooperar para o bem-estar da Nação.*" (Chacon, 1998, p. 470)

Esta valorização ao trabalho chegou ao cúmulo de apresentar os doentes como párias sociais. O texto a seguir, citado por Bertolli Filho (1999) e escrito em 1944 por um médico tsiologista, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e funcionário do Ministério da Educação e Saúde, ilustra a situação:

> "*O fato é que o tuberculoso reclama assistência, é um doente que deve ser assistido e tratado. Nos indigentes e nos indivíduos de baixo nível social, as coisas se complicam porque a estas exigências se agregam situações de revolta e atitudes subversivas.* [...] *As cartas anônimas, as reclamações pela imprensa, as campanhas contra os estabelecimentos médicos e seu pessoal técnico são fruto desta mentalidade.* [...] *Quando um doente deseja ir para um hospital e não há vaga, freqüentemente ele usa o seguinte recurso: deita-se à calçada do palácio do governo e ali se converte numa vítima dos nossos estabelecimentos.* [...] *Quando no período final* [da vida] *tornam-se já difíceis de se locomover, exigem um leito de hospital para morrer, não se importando saber se tal leito não seria mais útil a um doente recuperável e consciente de seus deveres sanitários.*" (Bertolli Filho, 1999, p. 38)

Ou seja, além de não produzirem riquezas para a nação, muitos queriam assistência médica gratuita, sem pensar no que era *melhor para a Pátria*.

Para os ideólogos do regime, os direitos sociais eram mais importantes que os políticos e antes da questão dos direitos estava o problema da carência. Uma democracia seria o regime preocupado com os interesses populares, que atendia aos problemas coletivos; o restante (liberdade, voto, partido, separação dos três poderes, ...) seria apenas formalidade. Um Estado-Providência não privilegiava uma classe em detrimento de outra e fazia do país uma *grande família*. Nesta época, o termo proletário[152] passou a significar tudo e, por isso, nada. Empregadores e empregados eram proletários, todos os dois eram trabalhadores, os *soldados da produção*; já os militares, os *operários da soberania*, chegaram a ser denominados de proletários fardados. Se todos eram trabalhadores, não existia razão para conflitos e sim para a conciliação. Todavia, ainda que na lei os trabalhadores rurais tivessem sido beneficiados com o salário-mínimo (art. 76 da CLT), eles foram, na prática, excluídos do usufruto dos direitos contidos na CLT e isso significou manter intactas as relações de produção no meio rural. A CLT parecia uma vitória do trabalhador mas também era uma derrota por conter dispositivos que o impediam de decidir livremente sobre suas relações de trabalho.

O sindicalismo brasileiro a partir de 1930 teve, portanto, um processo de transformação decorrente, em grande parte, de fatores externos à própria classe operária, inclusive de suas relações com o patronato. Os elementos políticos foram muito mais importantes que outros (econômicos, tecnológicos ou profissionais) no estabelecimento do sistema sindical. A intervenção estatal impôs um modelo de organização e de relacionamento com o patronato, impedindo um desenvolvimento autônomo. Apesar de sua heteronomia, apesar de "*ter vindo de fora*", é interessante observar que o sistema permaneceu, mesmo quando as condições já eram outras.

---

[152] De *Proletariu* (lat.), que significava cidadão pobre, útil apenas pela prole, i.é., pelos filhos que gerava. Na Roma Antiga designava os que pertenciam à última classe do povo.

> "*Muitos partidos surgiram e desapareceram; novas constituições foram elaboradas e abandonadas, mas a estrutura sindical permaneceu a mesma. Mais significativamente ainda, não houve nenhuma tentativa séria, não somente de parte do patronato como também dos próprios trabalhadores, ou de outras correntes partidárias, no sentido de romper a estrutura corporativa montada durante o Estado Novo.*" (Rodrigues, 1981, p. 552)

O programa do PTB, elaborado em 1945, pregava (item 4) a defesa dos princípios contidos na CLT e afirmava que ela constituía

> "*um marco venerável na História de nossa civilização e notável obra jurídica, que já se consagrou pelos benefícios já distribuídos, como também pelo julgamento da opinião pública consciente, promovendo o equilíbrio de nossa vida social.*" (Chacon, 1998, p. 468-469)

O fato de ser um programa do PTB, um partido ligado a Vargas, parece diminuir a importância da afirmação. Mas ele era um partido baseado em entidades sindicais e, por isso, o texto citado demonstra, de alguma forma, que elas estavam satisfeitas com a legislação e queriam sua manutenção. Os debates mais sérios sobre este modelo só começaram a partir da década de 1980, mas o país terminou o século XX com, na essência, a mesma estrutura sindical.

A modernização da sociedade brasileira, via capitalismo industrial, ocorreu em um contexto desfavorável à formação de um movimento sindical autônomo e forte. A expansão econômica ocorreu com uma grande oferta de mão-de-obra, principalmente em decorrência do êxodo rural. O estoque de mão-de-obra rural, de baixo nível de qualificação escolar e profissional, criava um mercado de trabalho favorável aos empregadores. A alta rotatividade, a mobilidade ocupacional e espacial, a falta de lideranças significativas, o passado rural de muitos caracterizado pela submissão à classe alta e pela falta de tradição em participar de associações e lutas reivindicatórias, dificultaram a coesão grupal. Além disso, em muitos países, a espinha dorsal do movimento sindical foi o trabalhador fabril e, no Brasil, o setor secundário não chegou a ocupar a maioria dos trabalhadores ou a ter o maior percentual da PEA[153]. Além disso, "*o Estado criou, no Brasil, uma camada de burocratas sindicais, provendo-lhes diretamente a subsistência e fazendo-os coniventes com o sistema estabelecido e interessados na sua continuidade.*" (Rodrigues, 1981, p. 555) Ou como afirmou outro autor: "*implantado para diminuir a inicial influência anarcossindicalista e comunista, no final das contas beneficiando os chamados 'pelegos', profissionais mais do Estado que do sindicato.*" (Chacon, 1998, p.163)

Com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra, houve uma valorização dos regimes democráticos. O fato de o país ter lutado contra regimes autoritários e possuir o mesmo em seu interior, foi denunciado por vários setores. Com isso, ficou difícil para o próprio aparelho repressivo do Estado Novo controlar as manifestações em prol da *redemocratização*[154]. Getúlio fez algumas concessões para conter as pressões e manter o controle: anistiou presos políticos, convocou eleições para a presidência, para um Congresso Constituinte (estas, para dezembro de 1945) e para governadores e

---

[153] "*Assim, entre 1929 e 1950, a população do conjunto do setor secundário, passou de 13,2% para 18,1% do total da força de trabalho. Em 1960, incluindo a construção civil, o setor secundário não absorvia mais do que 14% da população empregada, tendo havido um decréscimo entre 1950 e 1960. Em contraposição, nos principais países industrializados, de sindicalismo forte, já em 1880, nos E.U., o setor secundário absorvia 24% da força de trabalho, 37% na Alemanha, 27% na França, 50% na Grã-Bretanha e 36% na Itália.*" (Rodrigues, 1981, p. 554).

[154] Estamos utilizando este termo por ser, este período, assim referido na maioria dos compêndios de História. Mas é discutível, pois sugere a volta, ou melhor, a retomada de algo que já existiu. As características oligárquicas de todo o período republicano até então, não permitem falar em restauração de uma organização política democrática pois esta política ainda não havia ocorrido no país. O presidente após Vargas era um *homem do Estado Novo* e não desmontou significativamente as estruturas anteriores, embora seja correto afirmar que traços imperfeitos de estado de direito, organização partidária (embora o PCB fosse colocado na ilegalidade), instituições de massa e liberdade de expressão, existiram até o golpe de 1964.

deputados estaduais (para maio de 1946), e permitiu a reestruturação dos partidos. Se, por diversas razões, ganhou o apoio dos comunistas, perdeu o seu principal sustentáculo: as Forças Armadas. É neste momento que surge o PTB, partido pelo qual Josué de Castro foi eleito deputado federal.

De 1945 a 1964, a cena política brasileira foi marcada pela presença de três grandes partidos: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que também foi significativo neste período, teve somente um breve período de legalidade[155] e, por isto, apoiou candidatos de outros partidos[156]. Como vimos, foi a partir de 1937, propagandeando a implementação de uma verdadeira democracia social, valorizando o trabalho e procurando identificar o Estado com a nação, que Getúlio Vargas se tornou um líder popular inconteste.

O Estado Novo fundou, com sua ideologia, o *trabalhismo* e criou um movimento de exaltação à figura do presidente, o *getulismo*, que acabou por se intrincar ao primeiro, principalmente por associar as medidas valorativas ao trabalho à imagem do chefe do poder executivo. Trabalhismo e getulismo foram tão marcantes que os principais partidos criados em 1945 se diferenciavam por suas posições em relação ao getulismo. A UDN, criada em maio de 1945, se opunha frontalmente; já o PSD, também fundado em maio de 1945, e o PTB, eram de cunho getulista. O PSD era o partido dos interventores estaduais, controladores de aparatos burocráticos e clientelistas significativos e que viam no presidente um estadista e um eficiente administrador, que conseguira compreender as reais necessidades do país[157]. Foi a maior força partidária do período, mantendo uma expressiva maioria no Congresso Nacional. Representava as classes privilegiadas, se definia como um partido de *centro* e possuía u'a linha conservadora. "*Defendia a democracia formal, que aceitava as diferenças sociais como uma característica* ***natural*** *da sociedade civilizada.*" (Nadai e Neves, 1991, p. 238)

O PTB, com presença marcante de líderes sindicais, procurava se vincular diretamente às massas trabalhadoras e enxergava no presidente o criador da legislação social, o *pai dos pobres*. De 1946 a 1964, teve um crescimento significativo em razão do crescimento urbano, provocado, em grande parte, pelo processo de industrialização.

A UDN originou-se na luta clandestina contra o Estado Novo e, no início, reuniu "*os mais diferentes elementos políticos, que só tinham em comum a oposição ao regime Vargas*". (Ibidem, p. 238) "*A obsessão do discurso e da práxis udenistas era menos a favor do liberalismo, que contra o populismo.*" (Chacon, 1998, p. 150) Definindo-se pelo antigetulismo, passou a ter, mais tarde, o predomínio de representantes das antigas oligarquias pré-1930. Também se transformou em uma *Arca de Noé política*, com uma ideologia de centro-direita. "*Conservadora, apegada aos*

---

[155] Em 1945, foi legalizado, participou das eleições presidenciais mas, em maio de 1947, seu registro foi cassado. "*A primeira grande batalha da guerra fria no Brasil travou-se em torno do fechamento do PCB.*" (Chacon, 1998, p. 145) Mesmo na ilegalidade, sempre foi atuante, como exemplificavam a organização do Bloco Operário e Camponês (na década de 1920), a formação da Aliança Nacional Libertadora (anos 30), a participação no *queremismo* (anos 40), na campanha "*O petróleo é nosso*" (anos 50) e no movimento pelas reformas de base (anos 60). Sofreu diversas cisões e retornou à legalidade somente com a reforma partidária realizada em 1985.

[156] Outros partidos foram criados, mas não foram tão significativos em nosso panorama político como os citados. O próprio trabalhismo, como não era suficientemente estruturado em um corpo doutrinário, deu origem a outros partidos como Partido Social Trabalhista (PST), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Orientador Trabalhista (POT) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em 1947 havia 14 partidos e, este número, foi aumentando até 1964. Muitos deles eram de âmbito estadual, sem expressão nacional. Alguns deles, apesar disso, tiveram alguma importância pelo controle da máquina eleitoral estadual, como o paulista Partido Social Progressista (PSP), a base eleitoral de Adhemar de Barros (1901-1969).

[157] Os programas do PSD "*nunca se mostraram interessados nas instituições intermediárias da sociedade civil,* ...[...] *O Estado, Estado, Estado, nada de sindicatos, nem outras entidades classistas, sequer fundações...*" (Chacon, 1998, p. 161).

*princípios do liberalismo tradicional e fiel às ligações com os Estados Unidos, a UDN tornou-se a principal agremiação política de direita.*" (Nadai e Neves, 1991, p. 239) Suas dificuldades em vencer a coligação PSD-PTB levaram-na a, freqüentemente, participar de conspirações, visando a modificação por vias não democráticas.

Vargas, por sua vez, nunca deu muita importância aos partidos e sempre privilegiou uma relação direta com as massas. Esforçou-se para fortalecer o PTB e o PSD, mas sempre deu mais ênfase a si do que aos partidos. Daí conseguir ser uma figura defendida por vários partidos, inclusive pela falta de uma rigorosa estruturação da doutrina trabalhista. O próprio PTB, que procurou herdar o carisma do presidente, apesar de seu crescimento eleitoral, por intermináveis disputas internas não conseguiu se transformar em um partido nacionalmente forte, comparando-o ao prestígio de seu chefe. A criação do PSD pelos interventores estaduais foi uma tentativa de evitar que eles, as novas elites políticas, fizessem parte de um partido de massas. O fato de as lideranças sindicais criarem um outro partido, fez com que não surgisse um único e getulista *partido de massas*.

O PTB foi criado como uma opção partidária do trabalhador brasileiro. Não era anticomunista mas se colocava como uma alternativa ao PCB, que possuía em Luís Carlos Prestes (1898-1990) a outra liderança com carisma e projeção nacionais. Assim, podia se aproximar de setores conservadores (receosos do perigo comunista) e também do próprio PCB (na ilegalidade) por sua presença na população assalariada. Mas, apesar de suas bases terem sido estabelecidas a partir da estrutura do Ministério do Trabalho – ou talvez por isso –, não tinha nomes de expressão nacional para lançar como candidatos. Esta situação também explica a proposta de instalação de uma Assembléia Constituinte com Getúlio no poder e de eleições presidenciais diretas somente após a mesma, com Vargas podendo ser candidato. Disso deriva, em meados de 1945, o apoio a slogans como *"Queremos Getúlio"*, *"Constituinte com Getúlio*"[158].

O trabalhismo se fortaleceu com o queremismo, embora muitos adeptos deste último movimento não tenham ingressado no PTB, como os partidários do PCB, que estavam interessados na anistia e na legalidade de seu partido. Todavia, sem o suporte do PTB, o queremismo talvez não tivesse existido. Pois o trabalhismo era "*uma ideologia centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele propõe manter com a massa trabalhadora, ...*" (Gomes e Araújo, 1989, p. 19). Os comícios do movimento demonstravam uma aparente contradição: estava caindo o Estado Novo ao mesmo tempo em que crescia o prestígio de Vargas[159]. Com a deposição do presidente, foi estabelecida a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e eleições para presidente e governadores.

Lendo o programa do PTB[160], elaborado em 1945, notou-se uma certa dubiedade em seu populismo: ao mesmo tempo em que desejava superá-lo (propondo, por exemplo, a autonomia sindical), procurava mantê-lo (lutando pela preservação da CLT). O programa começava com uma proposta de reforma constitucional que não modificasse "*as linhas mestras da Carta do País.*" Sua proposta era de um *desenvolvimento estatizante terceiromundista*, mas buscando atrair a burguesia nacional. Era enfático nas propostas de impedir a existência de trustes e cartéis, no combate ao *dumping* (inclusive externo), priorizava a indústria nacional e defendia a

[158] Frase atribuída a Vargas, segundo uma anedota que circulou em 1945: "*Meu candidato é Eurico; mas se houver oportunidade, eu mudo uma letra: Eufico.*" (Santos, 1988, p. 15)

[159] O queremismo, apesar de possuir comitês em grande parte dos municípios do país, não conseguiu impedir o golpe de 29 de outubro de 1945, que depôs Vargas. A conspiração contou com a participação do Ministro da Guerra (Góis Monteiro) e do próprio candidato do governo (Dutra), e com o aval do embaixador dos EUA no Brasil.

[160] As proposições do PTB eram por demais genéricas; nem por isso – ou até por isso – não devem ser analisadas, tarefa que, entretanto, não cabe em nosso trabalho. Ver em Chacon (1998) o texto do programa (p. 467-484) e a análise dos partidos do período 1945-64 (p. 143-185).

planificação; esta, entretanto, deveria ter em vista o "*resguardo e estímulo da iniciativa privada*", devendo o Estado ter uma atuação "*supletiva e orientadora*".

O PCB lançou um candidato (Iedo Fiúza) e foram mantidos os candidatos do PSD (o golpista estadonovista general Eurico Gaspar Dutra) e da UDN (o liberal tenentista brigadeiro Eduardo Gomes). Para impedir a vitória deste último, o PTB fez acordos com o PSD[161]. Vargas foi eleito senador e deputado (optou pela investidura de senador, pelo PSD de seu estado natal); o PSD[162], lhe rendeu votos na área rural e o PTB os dos trabalhadores urbanos. As eleições presidenciais (em 02/12/45) deram vitória a Dutra e consagraram o PTB como partido[163]. Um partido assentado nas bases sindicais – cujos dirigentes eram, em geral, filiados a ele –, área na qual escolheu seus candidatos e que procurou – com sucesso – controlar. Pela primeira vez, os sindicatos de trabalhadores eram as bases de um partido político[164]. Sempre em crise, vivenciava "*no dia-a-dia a problemática de ser tanto um partido de trabalhadores e lideranças sindicais quanto um partido de Vargas.*" (Gomes e Araújo, 1989, p. 40) Para piorar, a grande imprensa – em 1945 foi restabelecida a liberdade de imprensa – assumiu uma posição antigetulista e contrária (até pela omissão de notícias) ao PTB. Isso afetava mais o partido do que Getúlio, pois boa parte da massa trabalhadora urbana era grata a este pela legislação social, não dando uma importância muito grande ao período repressivo após 1937.

No primeiro ano do governo Dutra (1946-50), foi promulgada a quarta constituição republicana (em 16/09/46) que, pautada pelos princípios liberais, consagrou a forma federativa, estabeleceu a autonomia dos três poderes e também alguns instrumentos importantes para o regime democrático[165]. O mundo, neste período, logo se dividiu entre as propostas e o controle das duas novas potências (EUA e URSS). A Guerra Fria vai ser a característica principal até a queda do Muro de Berlim em 1989. O Brasil optou pelo modelo e pela liderança dos USA; Dutra, por exemplo, rompeu relações com a URSS devido, entre outras, a pressões da Doutrina Truman e à questão da Coréia em 1947[166], e colocou o PCB na ilegalidade sob a acusação de receber auxílio financeiro de Moscou.

Em seu governo houve um recuo em relação à política nacionalista anterior, diminuindo a participação direta do Estado nas atividades econômicas e a proteção aos grupos econômicos nacionais, facilitando a ação de grupos estrangeiros. Do ponto de

---

[161] Dutra se comprometeu a escolher o ministro do Trabalho em comum acordo com o PTB (apesar disso, nenhum dos quatro ministros do governo Dutra foi, efetivamente, dos quadros do PTB), a dar cargos segundo a proporção de votos por ele obtidos nas legendas que o apoiavam e a manter a legislação trabalhista e social (mas cerceou o direito de greve e reviveu a obrigatoriedade do atestado de ideologia para exercer cargos de direção sindical).

[162] Vargas foi um dos grandes vencedores das eleições. Beneficiando-se da lei eleitoral existente, concorreu, concomitantemente, ao Senado (em cinco estados) e à Câmara Federal (em nove), elegendo-se senador em dois estados (RS e SP), e deputado federal em seis (BA, RJ, SP, PR, RS e MG) e pelo Distrito Federal, favorecendo as legendas PSD e PTB. Como já citamos, escolheu ser senador e pelo PSD do RS.

[163] Graças aos votos obtidos por Vargas (318 mil dos 603 mil dados ao partido), o PTB elegeu 22 deputados e dois senadores, se constituindo na terceira bancada da Assembléia Nacional Constituinte (PSD: 151; UDN: 77; PTB: 22; PCB: 15, em um total de 328 constituintes). Em 1962, conseguiu eleger 136 parlamentares, menos que o PSD (141) e mais que a UDN (110). De 1945 a 1964 inexistia o segundo escrutínio, e se votava separadamente no candidato a presidente e a vice. Dutra, em 1945, se elegeu com 55,4% dos votos; entretanto, Getúlio, em 1950, teve 48,7%, JK, em 1955, 36% (seu vice, Jango, 44%) e Jânio, em 1960, 48,0%. (Fonte dos dados: Chacon, 1998)

[164] Estabeleceu bases sólidas no RS e se tornou expressivo no DF (apesar da força da UDN e de seu líder Carlos Lacerda), RJ, AM e MG. Entretanto, onde existia o movimento operário e sindical mais importante do país, São Paulo, não chegou a alcançar significativos êxitos eleitorais, dada a competição do PCB, do ademarismo e do janismo.

[165] Como, por exemplo, mandato presidencial (de 5 anos, sendo impedida a reeleição), criação de uma justiça eleitoral (independente do executivo), liberdade de manifestações (através de comícios, passeatas etc.), direito de greve, inviolabilidade da correspondência e da residência, *habeas corpus*. Mas possuía *limites*, como a exclusão do direito de voto para os analfabetos e os soldados, o fato de não assegurar, na prática, o acesso à escola, e outros.

[166] Também são citadas: uma entrevista concedida por Luís Carlos Prestes (na qual teria afirmado que, em caso de guerra com a URSS, ficaria ao lado dela) e textos na imprensa soviética ofensivos às Forças Armadas.

vista econômico, ocorreu um reequipamento e um crescimento de vários setores industriais[167]. A principal razão foi o fato de o Brasil dispor de reservas, pois, durante o conflito, o valor das exportações superou o das importações. O estímulo às importações no governo Dutra esvaziou nossas reservas e dificultou o início do governo seguinte.

Como vimos, o PTB carecia de ideólogos relevantes e da definição de um ideário claro e distinguidor; era por demais apegado à figura de Vargas, que não só manteve o partido como conseguiu se reeleger em 1950 pela coligação PTB-PSP. Foi eleito, não porque desfraldou a bandeira e o ideário do PTB "*mas porque se apresentava como a única liderança política capaz de sobrepor-se a interesses particulares e aos partidos existentes.*" (Gomes e Araújo, 1989, p. 53) Sua candidatura surgiu do apelo popular e da incapacidade dos partidos em gerar soluções adequadas aos problemas. Portando-se como um nome supra-partidário, fez uma campanha personalista na qual getulismo[168], populismo e trabalhismo[169] se mesclavam.

De volta ao poder, Getúlio tentou retomar sua política econômica predominantemente nacionalista[170]. Entretanto, para o crescimento do setor industrial existiam alguns importantes obstáculos: carência de energia elétrica, baixa produção de petróleo, deficiente rede de transportes e de comunicação. Nestes aspectos, houve dois fatos importantes: a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a inauguração da usina de Paulo Afonso – a primeira grande hidrelétrica do Nordeste –, e a criação da Petróleo Brasileiro S.A. em 1953. A Petrobrás derivou de um dos primeiros grandes movimentos populares do país, a campanha *"O petróleo é nosso"*, e estabeleceu o monopólio da União quanto ao petróleo, com exceção da distribuição de derivados[171].

No seu retorno à presidência, Vargas procurou criar um governo de coalizão (com a presença até da UDN, que depois voltou a ser uma oposição intransigente) e deu pouco espaço ao PTB, ao qual coube o Ministério do Trabalho, para o qual nomeou João Goulart (1918-1976), na época, presidente nacional do partido. Desde o início, seu governo conviveu

> "*com posições e interesses político-ideológicos bastante díspares, ora cedendo às expectativas nacionalistas, como no caso da Petrobrás, ora a outras de cunho mais internacionalista ou mesmo imperialista, como por ocasião do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.*" (Gomes e Araújo, 1989, p. 61)

O período de Jango no ministério causou impactos (temor da participação política dos trabalhadores, crescimento do trabalhismo e do PTB, entre outros) que fizeram a oposição, principalmente a UDN, denunciar o perigo da instauração de uma república

---

[167] Durante a Segunda Guerra Mundial, a produção industrial brasileira cresceu, em média, 6,2%; entre 1946 e 1950, este índice foi de 8,9%.

[168] Como qualquer movimento em torno de uma pessoa, o getulismo é difícil de ser claramente definido. Representou as correntes favoráveis à sua política e ao seu estilo, e ficou associado à defesa da legislação social e a uma política econômica nacionalista.

[169] Vargas definia trabalhismo como "*a harmonia entre todas as classes, a democracia com base no trabalho e no bem-estar do povo.* [...] *Nem a ditadura do proletariado, nem a ditadura das elites.*" (Gomes e Araújo, 1989, p. 56). Na eleição, o PSD também o apoiou, apesar de possuir um candidato próprio: Cristiano Machado. Foi a partir deste fato que o termo *cristianizar* passou a significar o abandono do próprio candidato, a falta de apoio do próprio partido.

[170] Em 1959 – portanto, cinco anos após a morte de Gegê –, o líder do PTB na Câmara Federal (deputado Unírio Machado) afirmou: "*O nacionalismo nasceu com o saudoso presidente Getúlio Vargas, que orientou sua vida pública, seu pensamento e sua carta-testamento nesse sentido* ..." (Anais, 1959, v. I, p. 783).

[171] O projeto de Getúlio era de uma empresa de economia mista sob controle estatal e não impedia empresas privadas – inclusive estrangeiras – de atuarem no setor. Um substitutivo do deputado paulista Eusébio Rocha, do PTB, originou a lei 2004, aprovada em 03/10/53.

sindicalista, a existência de planos continuístas do presidente, a crise moral do governo e até a formação de um bloco para fazer frente à hegemonia dos EUA[172].

A dubiedade do presidente (uma política de aproximação com as massas populares sem desagradar aos empresários nacionais e aos altos escalões das Forças Armadas), os problemas com a inflação e o salário-mínimo, a oposição da UDN, o atentado ao jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), entre outros fatos, levaram ministros, imprensa e militares graduados a exigirem sua renúncia. Em 24 de agosto de 1954, um tiro no próprio peito paralisou a oposição, impactou emocionalmente as massas populares e impediu o golpe militar.

O suicídio reabilitou, nas ruas, a figura do líder, mas não conseguiu revitalizar o getulismo dada a sua liderança, a relação com a massa, ser personalizada demais[173]. A principal característica do populismo é a identificação das propostas à figura do líder e não a de seu partido. O presidente morto será utilizado por grupos heterogêneos, o que esvaziou o getulismo como movimento social homogêneo e significativo. Mas a figura do presidente no imaginário popular permaneceu, sendo inclusive, utilizada (ao lado de JK) nas eleições presidenciais de 2002, quase cinqüenta anos após sua morte. E foi no período do trabalhismo sem Vargas que Josué de Castro foi eleito, pelo PTB, deputado federal.

Mesmo sem Getúlio, o PTB conseguiu crescer – perdendo seu cunho exclusivamente sindicalista —, chegando a ser o segundo maior partido em representantes parlamentares nas eleições de 1962 e o principal dentro da Frente Parlamentar Nacionalista, que pugnava pelas reformas de base (agrária, administrativa, bancária e fiscal). Em setembro de 1965, por força do AI-2, o PTB – assim como os outros partidos – foi extinto.

## 4. 2. A atuação no Congresso Nacional

> "*A grande missão da Utopia é dar acesso ao possível, em oposição à passiva aquiescência ao atual estado de coisas.*" (E. Cassirer)

Josué de Castro candidatou-se a deputado federal como um gesto de coerência frente às denúncias que vinha fazendo e acreditando que na Câmara Federal seria útil, como um *liberal progressista*, na luta em busca de uma melhoria social através de medidas que acabassem com o regime de fome que existia no país. Ou seja, tinha compromisso com suas idéias e não, necessariamente, com um partido[174]. Em uma carta, citada por Silva (1998, p. 114) e escrita antes de ser eleito, deixou clara essa postura:

---

[172] João Neves, ex-ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, declarou, em 1954, "*estar ciente da existência de um plano secreto entre Getúlio e Perón objetivando a formação de um bloco continental de caráter político e econômico composto por Argentina, Brasil e Chile (Pacto ABC). Este plano visaria fazer frente à hegemonia norte-americana no hemisfério sul. Essa revelação veio acompanhada de outra que postulava estar Vargas planejando a instauração de uma república sindicalista no Brasil em moldes peronistas.*" (Gomes e Araújo, 1989, p. 65) Com mais estas denúncias, a UDN, os setores militares e a grande imprensa (com exceção do jornal *Última Hora*, criado em 1951 e favorável ao governo) passaram a exigir a renúncia do presidente. Em junho de 1954, um pedido de *impeachment* no Congresso foi derrotado. Mas o atentado a Carlos Lacerda, no qual morreu o major Rubens F. Vaz (em 05/08/54), deu um novo alento ao movimento. O problema agora não era mais o regime mas o próprio presidente.

[173] Jango procurou se colocar como o herdeiro político do getulismo; suas propostas de reforma agrária podem ser interpretadas como uma tentativa de ser o líder das massas rurais como Vargas havia sido das urbanas.

[174] Tivemos acesso a uma propaganda eleitoral feita pelo comitê *Pró-Candidatura do Prof. Josué de Castro*; nela havia citações de atividades e de livros por ele escritos, mas não tinha menção ao partido político.

> "*Embora o convite me seja formulado pelo P.T.B. não me candidatarei como um homem de partido, como um militante da política, mas apenas como um convicto trabalhador pela implantação no Brasil de uma sadia política trabalhista e uma política de renovação social, visando através da legislação adequada, uma melhor distribuição da riqueza e dos seus benefícios para a coletividade brasileira.*"

Para melhor análise de sua atuação, fomos buscar no Diário do Congresso Nacional e nos Anais da Câmara dos Deputados, os documentos necessários[175]. São eles que analisaremos a seguir.

É difícil realizar uma análise da atuação parlamentar somente com base em sua participação explícita no plenário pois a ação de um deputado envolve reuniões com a bancada, contato com a base eleitoral, conchavos com outros deputados e outras atividades. Além disso, o nosso levantamento pode conter falhas, e nele demos u'a maior atenção aos discursos e aos projetos, deixando de lado pequenas intervenções ou apartes[176]. Mesmo assim, o número e a qualidade dos projetos apresentados e os discursos realizados, podem permitir uma caracterização da atuação e um perfil das idéias defendidas[177].

Um dos problemas dos textos de discursos e comunicações reside no fato de muitos não terem sido revistos pelo orador e se basearem apenas em anotações taquigráficas. Outro é que, revisto, o texto podia ser modificado pelo orador, como depreendemos das acusações feitas por Josué de Castro ao deputado Souto Maior (PTB-PE). Segundo ele, em seus apartes no discurso do referido deputado,

> "*havia sido suprimida toda a sua substância, todos os meus enérgicos e veementes protestos, certamente por serem considerados excessivamente violentos.* [...] ..., *além da supressão de toda a substância de meus apartes, foi o discurso publicado com frases e expressões que não existiam no discurso original pronunciado da tribuna desta Casa. O Sr. Souto Maior, ao proceder a revisão taquigráfica do discurso que lera nesta Casa, enxertara posteriormente de maneira abusiva e criminosa, ofensas e calúnias contra a minha pessoa.*" (Anais, 1960/1961, v. V da 2ª convocação extraordinária, p. 339)

Deve-se ainda levar em conta que nem tudo o que ocorreu no plenário da Câmara pode ter sido transcrito para os Anais, como atesta a reclamação do deputado Josué

---

[175] Para isso, pesquisamos volumes do Diário do Congresso Nacional, principalmente os referentes à 1955 (seu primeiro ano como deputado federal) e dos Anais do Congresso, de 1956 à 1962, quando se desligou da Câmara Federal. Pesquisamos em bibliotecas da USP, no Centro de Memória da Unicamp e, alguns documentos não encontrados, foram obtidos na Biblioteca do Congresso Nacional, na capital federal. Dos Anais da Câmara Federal, foram publicados 10 volumes em 1955, 10 em 1955/56 (convocação extraordinária), 48 em 1956, 04 em 1956/57 (convocação extraordinária), 40 em 1957, 03 na convocação extraordinária de 1958 e 26 durante o ano legislativo, 03 na convocação extraordinária de 1959 e 29 no decorrer do ano, 05 na convocação extraordinária de 1960 e 25 durante o ano legislativo, 04 em 1960/61 (convocação extraordinária) e 35 em 1961, 03 em 1961/1962 (convocação extraordinária) e 26 em 1962 e 02 em 1962/63 (convocação extraordinária e seu nome constava da lista nominal dos deputados de janeiro de 1963), totalizando 273 volumes.

[176] Para uma análise completa de sua atuação, seria necessário verificar sua freqüência às sessões e também em quais propostas votou e se a favor ou contra – o que seria muito difícil pois diversas votações eram secretas –, fato que também fugia de nossa alçada, pois nossa preocupação se restringiu às suas posições públicas e aos temas que tratou em plenário.

[177] Nesta parte de nosso trabalho, não seguiremos o padrão oficial de citação. Para um texto melhor, para maior fluência do mesmo e maior facilidade de busca, optamos por somente citar "*Diário*" ou "*Anais*", a data da publicação e a página. Há pareceres dados, por exemplo, em abril, que só foram publicados em junho, quando lidos na Câmara; daí a citação do mês da publicação em alguns casos. Como a maior parte está em ordem cronológica, optamos por excluir, na maioria dos casos, o uso de *Ibidem*. Na citação dos textos, erros de impressão e acentos diferenciais hoje inexistentes, foram excluídos.

de Souza (PTB-AM) pelo fato de ter sido noticiado de que ele havia qualificado Josué de Castro de "*descarado*", o que não era verdade[178].

Para melhor demonstrarmos suas atividades no plenário, para verificar em quais anos foi mais profícuo ou em quais foi pouco atuante, optamos por uma seqüência cronológica. Em cada ano, procuramos colocar as suas principais intervenções e resumir o conteúdo essencial de seus discursos. Embora já tenhamos citado, no segundo capítulo, as características políticas básicas do país neste período, incluímos, no início de cada ano legislativo, alguns dados essenciais para possibilitar uma melhor localização no tempo.

### 4.2.1. O ano legislativo de 1955

O ano de 1955 foi um ano de novidades e, politicamente, agitado. Em janeiro foi lançado o filme *Rio, 40 Graus* (de Nelson Pereira dos Santos), marco inicial do Cinema Novo e começou a ser fabricado o Romi-Isetta, o primeiro automóvel brasileiro. Em setembro, Carlos Lacerda, em programa de TV, fez "*a leitura da Carta Brandi, documento político falso, destinado a incriminar João Goulart (candidato a vice-presidência na chapa Juscelino) e impedir a realização de eleições*." (Santos, 1988, p. 18). Em outubro, JK foi eleito; no início do mês seguinte, Café Filho ficou doente e foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Em menos de 10 dias, foi derrubado pelo general Lott para evitar um golpe militar (foi chamado de *golpe da legalidade*), que empossou o senador Nereu Ramos como presidente provisório.

A primeira intervenção significativa de Josué de Castro como deputado foi em uma sessão (em 22/03/55) em memória do médico e bacteriologista inglês Alexander Fleming (1881-1955), cujos estudos sobre a penicilina permitiram a produção industrial do antibiótico. Além dos encômios normais a uma homenagem póstuma, afirmou que a Medicina podia ser marcada por antes e depois de Fleming, que suas investigações não se limitaram ao simples prazer de descobrir, ao saber pelo saber, mas a "*ciência do saber para servir e que essas aquisições fossem levadas ao campo social e aplicadas em benefício da Humanidade.*" Criticou a ciência do momento, "*envolvida em compromissos subalternos e vemos essa ciência ser pervertida, ser desvirtuada, ser degradada nos seus objetivos de servir à humanidade para desservir ao mundo e a essa humanidade; …*" (Diário, março de 1955, p. 1.351). Em um momento em que parte da ciência estava empenhada em fabricar bombas nucleares, engrandecia a personalidade de Fleming que, diferente de outros, teve um certo reconhecimento em vida. Não ocorreu com ele o que houve com o francês Louis Pasteur (1822-1895), tachado de charlatão porque "*não considerava verdadeira a teoria reinante no momento*", porque não se conformava com a estagnação da ciência e "*trouxe uma nova concepção de ciência, que não era a clássica, a ortodoxa das Universidades*". Pois, disse ele, "*há uma intolerância da ciência, como há intolerância da religião, da moral e da política*".

Em seguida, lembrou que não teriam morrido 500 mil pessoas na Amazônia se a ciência não tivesse sido intolerante com o fisiologista holandês Christian Eijkman (1858-1930), o "*criador da nutrição na Holanda*". Eijkman havia descoberto que o beribéri possuía causas alimentares[179] mas foi tachado "*de charlatão durante 25 anos*",

---

[178] "*Não tendo os Anais da Câmara registrado os apartes trocados entre o Deputado Josué de Castro e o orador que agora está na tribuna, e tendo sido noticiado que qualifiquei aquele ilustre parlamentar de descarado, quero* […] *declarar que não usei, em tempo algum, semelhante expressão*…" (Anais, 1956, v. XXXV, p. 440).

[179] No hospital em que trabalhava, "*viu que não eram só os indivíduos que se apresentavam, quando atacados pelo beri-béri, mas também as galinhas que mariscavam no pátio do seu hospital. E, observando, verificou que as galinhas tinham a mesma alimentação dos indivíduos – arroz descortiçado. E dando casca de arroz às galinhas elas se curavam como se curariam os indivíduos se dispusessem de uma alimentação completa, porque na casca do*

enquanto milhares e milhares de pessoas continuaram a morrer da doença "*que era considerada uma doença infecciosa, que nada tinha a ver com a alimentação*". Esperava que a descoberta de Fleming não apenas transformasse os métodos e os rumos da ciência médica mas também

> "*a própria estrutura social do mundo porque, graças a esta descoberta, os países atrasados, os países sub-desenvolvidos, os países de miséria, de fome e de doenças consideradas impróprias à vida humana, porque são, via de regra, países coloniais, colocados em áreas tropicais, estão sendo higienizados, salubrisados e, como a saúde é a base da produtividade, estes países sairão em breve do seu marasmo como que despertados para a comunidade econômica do mundo.*" (Diário, março de 1955, p. 1351)

Acreditava que, com saúde, os homens trabalhariam, produziriam riquezas, o que os levaria à independência econômica e política. "*E com a liberdade desses povos deixa de existir o desequilíbrio do mundo, causa da crise social que ora se processa*." Para ele, a distância que separava os países ricos dos pobres era maior do que a que separava ideologicamente EUA e URSS. Daí dizer que tínhamos dois caminhos: "*o caminho da bomba e o caminho do pão*". Ou seja, aproveitou uma homenagem para expor alguns temas que lhe eram caros: o papel da alimentação na saúde, o combate ao subdesenvolvimento via extermínio da fome.

Ainda em março, fez um discurso sobre um projeto (4.172-A /54) que tratava de um crédito especial para as despesas com a contribuição do Brasil às atividades da Universidade Internacional da Estudos Sociais. Ele se manifestou contra o projeto, alegando razões de princípios, frente a grave crise social que o país atravessava, o que o impedia de ser a favor de conceder verbas para uma instituição,

> "*mesmo que ela seja de cultura e de ensino, mas que se poderá caracterizar como se altos estudos especializados de cultura quase do tipo estratosférico para um país onde não há nem o mínimo de cultura básica, cultura elementar para as coletividades brasileiras.*" (Diário, março de 1955, p. 1.442)

A partir disso, partindo do conceito de que o Brasil era um país subdesenvolvido, passou a caracterizar o subdesenvolvimento brasileiro. De modo coerente com posturas anteriores, citou a nossa baixa renda *per capita* – entre U$ 100 e 200, existindo, segundo ele, "*no mundo apenas 12 países com renda mais miserável que a nossa*" – mas lembrando que essa média era uma abstração que não exprimia "*a extrema dispersão das rendas individuais*" e regionais. Por isto, pelos nossos padrões, de *pauperismo generalizado*, não podíamos "*nos dar ao luxo de legislar pelos padrões dos mais ricos, dos países abastados, que podem despender suas verbas com instituições relativamente supérfluas, …*".

No dia 12 de abril, o *grande expediente* foi dedicado ao décimo aniversário de morte de Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), presidente dos EUA de 1933 a 1945, cabendo a Castro o panegírico. A admiração do discursista superou a de qualquer fã residente no país de origem do ex-presidente, por quem confessou possuir "*uma espécie de atração e uma fascinação excepcionais*". Entre os diversos epítetos, encontrou-se: "*notável estadista*", "*líder universal da democracia*", "*líder autêntico*", "*estadista mundial*", "*símbolo da luta democrática*", "*o amante da humanidade, o amoroso do mundo inteiro, o defensor intemerato dessa humanidade, …*". O que caracterizava a personalidade do homenageado era

> "*a sua compreensão humana, a tentativa de compreender o homem de todas as latitudes, de identificar-se com as suas aspirações e os seus anseios – as*

---

*arroz existia alguma coisa que ele chamava de imponderável alimentar, alguma coisa desconhecida que faltava na alimentação habitual das classes miseráveis* […] *vítimas do beri-béri.*" (Diário, março de 1955, p. 1351) Christian Eijkman recebeu o prêmio Nobel de Medicina em 1929, um ano antes de falecer; não pôde recebê-lo por estar muito doente.

> *aspirações e os anseios do homem médio, dos homens de boa vontade do mundo inteiro*". (Diário, abril de 1955, p.1.658)

Comparou Roosevelt com o britânico Winston Churchill (1874-1965), considerando este último um estadista regional, defensor dos interesses de um grupo, "*nunca defendendo os interesses da humanidade inteira*" e sim

> "*uma causa tão injusta à humanidade, como seja a causa do imperialismo e do colonialismo, da exploração do homem pelo próprio homem, de uma minoria privilegiada que se planta em cima do trabalho dos outros, e as explora como escravos*". (Diário, abril de 1955, p. 1.658)

Já, o estadunidense, "*nunca se contrapôs aos interesses da humanidade*". Ao analisar a crise de 1929, criticou o capitalismo, como o mesmo era nos EUA antes de Roosevelt, como se o *New Deal* fosse um novo sistema econômico. Fez uma crítica interessante, para a época, aos estadunidenses: "*Confundem cultura com técnica, chamando subdesenvolvidos os países que não tem técnica, mas que, muitas vezes, culturalmente, são muito mais desenvolvidos que os países de técnica*". Criticou o Plano Marshall, que era "*mais para vender os excedentes que o capitalismo cria do que para satisfazer às necessidades dos grupos humanos assistidos por esta suposta assistência técnica*", e afirmou que se o Brasil estivesse em situação semelhante a dos EUA em 1932, a solução aqui seria uma golpe porque alguns céticos "*não crêem na democracia*" e na condição humana. Interessante que, ao falar sobre o nazi-fascismo, os regimes de golpe, os falsos líderes, houve um aparte: "*Exatamente o que se verificou no Brasil em 1937*". E ele, deputado federal pelo PTB e amigo da família Vargas, não contestou, e afirmou: "*É por isso que desconfio dos supostos homens providenciais, daqueles que não pedem a ajuda de Deus, mas pensam que estão até ajudando Deus na terra*…". Finalizou afirmando que a dor de cabeça que Roosevelt sentiu pouco antes de morrer foi em virtude do segredo da bomba atômica – lançada três meses após a sua morte. "*Foi ele a primeira vítima da bomba atômica, que explodiu dentro dele antes de explodir no mundo.*" Só faltou propor, à Roma, a sua canonização.

Em abril deste mesmo ano, logo após o falecimento do físico Albert Einstein (1879-1955), proferiu um discurso em homenagem ao formulador da teoria da relatividade. Realçou a sua vida como um apostolado da ciência, afirmando que "*nada o seduzia além da verdade, que é a poesia da ciência*", e fez uma breve análise dos caminhos do progresso científico. Notou-se, no discurso, uma apologia do saber científico como condição para o avanço do processo civilizatório, razão pela qual criticou os físicos que se desinteressavam pela finalidade filosófica e prática de suas investigações, o que não ocorrera com Einstein. Nesta época, Josué de Castro, influenciado pela Física Quântica, já abandonara o conceito de verdade absoluta de base comteana. Por isso, afirmou que "*a física moderna tão tremendamente destrutiva, tão arrasadora das clássicas noções da matéria, da energia e do determinismo, princípios fundamentais da chamada filosofia positiva, …*" (Diário, abril de 1955, p. 1929). Preocupava-o o "*divórcio existente no campo social entre o progresso material da ciência e o progresso moral da humanidade*", acreditando que se fôssemos fiéis à ciência, poderíamos solucionar os problemas do mundo. "*É o desconchavo entre a aquisição da ciência e a sua não aplicação no interesse da humanidade que se* [sic] *cria a essência da atual crise de que sofre o mundo*", disse ele. Com a ciência seria possível controlar os maus instintos humanos, obtendo uma estrutura social na qual as qualidades positivas seriam realçadas e anulariam as negativas. Era possível o progresso, desde que houvesse "*o progresso moral ao lado do progresso material*".[180]

[180] Os três discursos sobre Fleming, Roosevelt e Eisntein foram publicados, com pequenas alterações, no livro: **Os três personagens.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955. Também foram incluídos em *Ensaios de biologia social* (1957**b**): Einstein (p. 237-245), Fleming (p. 248-251) e Roosevelt (p. 254-265).

No final de abril de 1955, ocorreu uma discussão sobre o Projeto de Resolução nº 582-A, do ano anterior, que propunha a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar denúncias publicadas na imprensa sobre irregularidades no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). O SAPS fora criado no primeiro governo Vargas, com o nome de Serviço Central de Alimentação. O primeiro a discursar foi Josué de Castro, fundador e primeiro diretor do órgão. Ele se posicionou favorável à CPI, acusando o SAPS de ter tido, nos últimos tempos, sucessivas administrações desastrosas – "*desonestas e incapazes*" – e desregramentos e irregularidades administrativas escandalosas[181]. Afirmou que era mais uma tentativa de criar uma CPI sobre a organização, "*fundada com as melhores intenções pelo governo do grande presidente Getúlio Vargas*", e que isto era preciso quando o dinheiro dilapidado era o das classes trabalhadoras, pois o SAPS se mantinha, "*em grande parte, pela quota de previdência, parcialmente tirada do salário dos trabalhadores*". (Diário, abril de 1955, p. 2.089) Aproveitou o mesmo discurso para denunciar a contratação, feita em 1953, da empresa estadunidense Klein & Sacks para estudar o problema da alimentação no Brasil, para a qual o governo pagou (US$80.000) – "*o que significa ter tirado dinheiro do bolso do povo*" – para a publicação de um "*mofino relatório, que nada acrescentou ao que se sabia; ao contrário, obscurece muitas das coisas já sobejamente conhecidas em matéria de alimentação e de nutrição no Brasil*". (Diário, abril de 1955, p. 2.090) Deixou claro que, consultado na época, se opôs à iniciativa[182] e propôs a solicitação de uma cooperação técnica da FAO, algo que seria mais barato e mais fácil de se conseguir pelo fato de ele ser o presidente da mesma.

Em 21 de maio, discursando em tempo cedido por outro deputado, pois tinha solicitado uma licença para se ausentar em razão do início dos trabalhos da FAO no final do mesmo mês – fora reeleito presidente, por unanimidade, pelos 70 membros –, falou sobre o Prêmio Internacional da Paz. Recebeu críticas pela aceitação do prêmio, por ser o mesmo concedido por uma instituição ligada à URSS, razão pela qual alguns detratores chamavam de Prêmio Stalin. Além da "*tradicional modéstia*" ("*minha modesta obra* …", "*não sou merecedor desta homenagem* …", …), subiu à tribuna para explicar as razões pelas quais receberia o prêmio. Afirmou que continuaria a trabalhar pela paz, e mesmo o fato "*de dizerem que a 'paz' é comunista, que são os comunistas que trabalham pela paz* …", não o faria ser um aliado dos *fabricantes de guerras*. "*Acho que o dever do intelectual é exatamente o de enfrentar os tabus. Enfrentar os tabus para esclarecer, para esvaziá-los* […] *e para torná-los* […] *uma coisas compreensível, uma coisa explicável*" (Diário, maio de 1955, p. 2.587). Manifestou sua crença na ciência, na energia nuclear que, bem utilizada, ajudaria o homem a se libertar da miséria, da fome e da pobreza.

> "*A libertação da fome, através da química sintética e a libertação da sede das terras áridas do mundo pela irrigação com as águas dos mares purificadas de seu sal, através do uso da energia atômica, criarão riquezas incompatíveis* [sic] *para a humanidade.*" (Diário, maio de 1955, p.2.588)

---

[181] Citou, como exemplo, a publicação pelo SAPS, por vários anos, de uma revista de alto luxo, em papel couché, com "*fotografias em policromia*", pagando muito dinheiro a colaboradores que nada entendiam do assunto; pagava "*para que esses literatos falassem bem da organização e fechassem os olhos ao descalabro que por lá ia*". (Diário, abril de 1955, p. 2.089)

[182] Na época, além de presidente da FAO, era presidente da Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Seu parecer sobre o assunto, como presidente da CNA, pode ser lido no Diário do Congresso Nacional de 30 de abril de 1955, na p. 2090. No discurso citado no texto, fez uma observação que deve ser levada em conta quando se analisa o número de discursos feitos por um deputado: "*… não é fácil subir a esta tribuna, a não ser para, como a mim tem sido cometido, fazer o necrológio de grandes vultos internacionais. Não desejando, porém, matar mais alguns homens notáveis do mundo para ter possibilidade de falar nesta Casa, valho-me do ensejo,* …" (Diário, abril de 1955, p. 2.090).

Entretanto, isto somente seria possível se não chegássemos à "*loucura da guerra termonuclear*" e se diminuíssemos as diferenças sócio-econômicas[183]. Às críticas ao fato de receber o prêmio, respondeu que também tinha recebido o Prêmio Roosevelt nos EUA e que um pacifista sincero não poderia rejeitar um prêmio com o nome de Paz. Lembrou ainda: "*Fui convidado por três vezes pelo governo americano e lá estive; fui convidado pelo governo inglês, fui à Inglaterra e não voltei imperialista, nem aliado do imperialismo, inglês ou norte-americano*." (Ibidem) Ainda que, em 1938, fez conferências em Roma e Nápoles a pedido do governo Mussolini e não voltou fascista. "*É o medo do comunismo que maiores vitórias tem dado ao comunismo. Não é com medo que se vence uma ideologia; mas enfraquecendo-a com realizações e medidas* […] *adequadas*." Além disso, que o livro Geopolítica da Fome, "*suspeito de ser obra comunista*"[184], foi bem acolhido nos EUA, Inglaterra e, principalmente, no mundo católico. Há alguma ironia se lembrarmos, como citou o autor do prefácio à primeira edição, que o livro foi escrito à pedido de uma editora dos EUA e "*foi escrito especialmente para o público norte-americano, procurando o autor atender, da melhor maneira, às exigências do leitor médio dos Estados Unidos*." (Castro, 1968, p. 26)

Em outubro de 1955, fez uma comunicação no plenário para dar conhecimento ao fato de os portuários de Pernambuco estarem recebendo bem abaixo do salário-mínimo legal; a situação já durava catorze meses e a causa era o fato de o governo não corrigir as taxas e tarifas do porto do Recife, base do estabelecimento do salário. No mesmo mês, ele apresentou o projeto n. 726/55, que acrescentava dois parágrafos ao artigo 285 da CLT, regulamentando a prestação de serviços profissionais da chamada faixa portuária, estendendo os mesmos direitos a todos os trabalhadores portuários, estabelecendo forma de contratação e impedindo redução de salário. Segundo o propositor, corrigia uma injustiça social e um erro técnico na regulamentação, e colocava um fim "*aos constantes atritos nos portos organizados e ao desamparo dos trabalhadores nos portos não organizados*". (Diário, outubro de 1955, p. 7.690)

Em dezembro, quando o país já havia eleito um novo presidente (JK) e seu vice (Jango), candidatos apoiados por Castro, este foi à tribuna para esclarecer a posição do PTB em relação à proposta de criação do Ministério da Economia[185]. Posicionou-se à favor mas deixando claro que seria um passo, e não uma solução, se não ocorresse uma nova estruturação da economia nacional, em *"bases mais consentâneas com a realidade social brasileira*". Defendia-o com a forma de um superministério, como

> "*um organismo disciplinador das medidas e das iniciativas no campo da economia* […]*, porque, no seu lato sentido, as atividades do Estado são todas de natureza econômica* […] *e nenhuma atividade pode ser realizada pela máquina do Estado sem estar ligada ao conhecimento das raízes econômicas da estrutura nacional*". (Diário, dezembro de 1955, p. 8.952)

No entanto, segundo ele, se o objetivo deste ministério era o de promover, incentivar e acelerar o desenvolvimento econômico, era necessário definir claramente o que se entendia por *desenvolvimento econômico*, que era colocado como a "*panacéia de nossos tempos*". Não havia palavra mais usada nos conclaves internacionais mas,

---

[183] Segundo ele, os 20 países mais ricos do mundo, com 16% da população mundial, auferiam mais de 70% da renda total do mundo, enquanto os 15 mais pobres, com mais de 50% da população, "*não auferem rendas que alcancem 10% da renda mundial*". Enquanto a vida média nos países pobres era de menos de 30 anos, nos ricos era superior a 65 anos; e a mortalidade infantil de 30‰ nos países ricos, superava a 200‰ nos países pobres. "*Nasce-se com 7 vezes mais direito a viver quando se nasce rico do que quando se nasce pobre*." (Diário, abril de 1955, p. 2.588)

[184] Em 1965, em entrevista concedida no Chile, afirmou: "*Não sou marxista. Se Marx vivesse hoje mudaria a metade de suas conclusões. A Igreja ganha nisto dos marxistas, pois tem reconhecido que a metade de suas proposições estavam erradas. Sobretudo eu tenho medo do dogmatismo. Não se pode saber o que vai ocorrer*." (Silva, 1998, p. 162)

[185] Este discurso foi publicado em *Ensaios de biologia social* (Castro, 1957**b**, p. 173-193).

quando se procurava passar do diagnóstico para a terapêutica, as dificuldades eram grandes. Lembrou que o que era desenvolvimento econômico para um determinado grupo de países era absurdo ou "*aspiração insólita*" para outro. Era semelhante à idéia de progresso, uma palavra tão comum que ninguém se preocupava em defini-la. Fez um apanhado histórico da idéia de progresso, citando o alemão Georg Hegel (1770-1831), o britânico Herbert Spencer (1820-1903) e o francês Pe. Louis-Joseph Lebret (1897-1966), discutiu o critério da renda média nacional, demonstrando que pouco dizia em um país subdesenvolvido, desequilibrado e com uma economia privilegiadora do bem estar e do privilégio de um pequeno grupo, pois esta renda "*traduz apenas a força econômica, mas não a prosperidade e, muito menos, a felicidade, que dependem de outros fatores* …". Pregou a utilização da Curva de Concentração de Lorenz[186], lembrou que havia países com renda elevada e mais subdesenvolvidos que outros de renda inferior, e que um dado econômico, quando usado isoladamente, se caracterizava pela precariedade. Além disso, afirmou que a administração brasileira atuava como se fôssemos um país rico[187], que o perigo das guerras e das revoluções não estava nos países bem desenvolvidos e sim nos subdesenvolvidos, pois estes já possuíam consciência do desequilíbrio mundial, de que a miséria de dois terços da população mundial no meio da abundância não constituía "*uma necessidade imperiosa e inelutável mas* [era] *apenas conseqüência de uma estrutura econômica defeituosa*".

O verdadeiro desenvolvimento econômico dependia, para ele, de fatores demográficos (a massa de população), técnicos (a aquisição de processos aceleradores da economia pela aplicação da máquina e da ciência na melhora da produtividade) e de capital (a reserva necessária para os investimentos). Defendia que o Brasil era subpovoado[188] e necessitava de uma política demográfica "*capaz de acelerar a curva de crescimento*", tanto pela redução da mortalidade – pois formava "*indivíduos que nada produzem porque morrem, em 40% da sua totalidade, antes de chegar a idade adulta*" – quanto pela incorporação de imigrantes, o que o país não fez por ter realizado "*uma política de restrições absurdas à imigração*"[189]. Quanto à questão da incorporação de técnicas, lembrou que eram trazidas de países desenvolvidos, sem a necessária adaptação e nem sempre eram as mais adequadas. Agravava o fato de aplicarmos mal nosso capital, não em investimentos produtivos e sim em consumos de luxo[190], em grande parte resultantes do efeito imitativo. Precisávamos de uma economia que atentasse "*mais para o consumo do que para a*

---

[186] A curva de Lorenz é um processo gráfico de medir a concentração dos rendimentos. Um eixo *y* (ordenada) se refere à fração acumulada dos rendimentos e um eixo *x* (abscissa) à fração acumulada das pessoas que recebem rendimentos. Uma linha curva entre eles permite verificar quanto cada percentual de população recebeu da renda.

[187] Ao afirmar que a política econômica brasileira tinha sido até aquela época "*inteiramente errada*", estava, implicitamente, incluindo os governos Vargas, algo meio estranho para quem falava em nome do PTB. Em seus discursos, era comum repetir frases utilizadas em seus livros, como: "*um país é tanto mais forte quanto mais elevada sua renda; mas é tanto mais feliz, quanto melhor for distribuída essa renda*." (Diário, dezembro de 1955, p. 8.953)

[188] O país possuía uma população mal distribuída e, de acordo com o conceito utilizado, poderia ser considerado superpovoado. Nossa densidade demográfica, entretanto, era baixa, como pode ser verificada, a seguir, conforme os censos: 1872 = 1,2 hab/Km$^2$; 1890 = 1,7; 1900 = 2,06; 1920 = 3,62; 1940 = 4,88; 1950 = 6,14; 1960 = 8,39 e 1970 = 11,18 hab/Km$^2$. Em 1960, enquanto a nossa era de 8,39, a da América Latina era de 10,1 e a mundial de 23,2 hab/km$^2$. A má distribuição pelo território pode ser verificada na densidade demográfica de 1970 no Brasil, por regiões: Sudeste: 43,9; Sul: 29,6; Nordeste: 18,5; Centro-Oeste: 2,75 e Norte: 1,03 hab/km$^2$. No país, 90% de seus moradores viviam em 35% de seu território.

[189] Mas não disse que quem fez esta política foi Vargas – o *criado*r do PTB –, durante o primeiro período de seu governo.

[190] Segundo ele, o Rio de Janeiro era a "*metrópole do mundo de maior número de 'cadilacs', em proporção ao total de automóveis e ao seu coeficiente de população.*" (Diário, dezembro de 1955, p. 8.954)

*rodução. A crise brasileira é crise de subconsumo dessas massas marginais*" que, alimentadas, produziriam para o país[191].

Durante o ano de 1955, Josué de Castro fez sete discursos e uma comunicação, e apresentou um projeto[192]. Dos sete discursos, três foram panegíricos (a Fleming, Roosevelt e Einstein), dois a respeito de projetos (concessão de crédito à Universidade Internacional de Estudos Sociais e criação do Ministério da Economia), um sobre a instalação de uma CPI (sobre o SAPS) e um de caráter pessoal, explicando o recebimento do Prêmio Internacional da Paz. A comunicação e o projeto foram relacionados às atividades dos portuários. Durante quatro meses (de junho a setembro, inclusive) seu nome esteve ausente dos Anais da Câmara dos Deputados, em parte por ter solicitado licença para viagem ao exterior. Somente um projeto – e de alteração de um artigo da CLT – é muito pouco para qualquer parlamentar, levando-se em conta a situação política do país, instável e necessitando de mudanças.

### 4.2.2. O ano legislativo de 1956

Em 31 de janeiro de 1956, JK foi empossado na presidência; já em fevereiro, criou o Conselho de Desenvolvimento, sua primeira tentativa de centralizar o planejamento econômico e um balão de ensaio para o Plano de Metas. Dez dias após a posse, ocorreu o início da revolta de oficiais da Aeronáutica, que tinha como centro a Base de Cachimbo (PA). A rebelião terminou no final do mesmo mês e, mais tarde, JK anistiou os revoltosos. Em setembro, foi sancionada a lei nº. 2874, que regulou a transferência da capital federal e criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Em dezembro, o governo federal comprou, da Grã-Bretanha, um porta aviões de segunda mão: o *Minas Gerais*.

Em fevereiro de 1956, em convocação extraordinária, Josué de Castro aparteou, por duas vezes, uma discussão sobre a economia do país, onde afirmou não temer a emissão de moeda, desde que esta fosse empregada em investimentos produtivos e que a inflação no país derivava da especulação, pois não havia

> "*disparidade entre bens de consumo e necessidade de compra* […] *e que, por exemplo, a crise alimentar, a fome, não é problema de produção, é problema de especulação. Diz-se, mesmo, que é problema de transporte e má distribuição. Mas chego a afirmar que a má distribuição é proposital. São os trustes, interessados na miséria nacional, em manter a fome através das altas sucessivas de preços, que não permitem boa distribuição, até quando há meios de transporte*." (Anais, 1955/56, v. VIII, p. 313)

A inflação seria resultante da fraqueza do poder público em coibir os abusos do poder econômico. Afirmou, ainda, que o valor de nossa produção para exportação não representava o exato valor destes produtos porque os monopolizadores internacionais regulavam os preços a seu belprazer.

---

[191] Nossa política econômica, segundo ele, "*tem tido uma orientação sentimentalista ou humanitarista, mas nunca realista ou econômica. A caridade é apenas uma ofensa, porque se traduz em ostensiva demonstração de luxo de dar a quem não tem aquilo que se tem em excesso.*" (Diário, dezembro de 1955, p. 8.954)

[192] Em debates, durante um discurso pronunciado em março de 1956, se justificou dizendo que, quando chegou ao Congresso Nacional, verificou a "*falta de preparação, a dificuldade de transpor para o campo da legislação aquela experiência e aqueles ímpetos de realização de melhoria das condições de vida que trazia dentro de mim. Foi por isso que, durante um ano, em lugar de apresentar projetos, tratei de aprender, de estudar, de observar e de me preparar para realizar, dentro de minhas modestas possibilidades o que penso fazer este ano: apresentar uma série de projetos interdependentes sobre os problemas agrários do Brasil.*" (Anais, 1956, v. II, p. 91/92; o discurso também foi publicado em Castro, 1957**b**, p. 195-217) Entretanto, em 1956, só apresentou um projeto ligado a este tema: o da criação da Reserva Alimentar de Emergência para o Polígono das Secas (n. 1.494/56).

Em março, aproveitando a discussão sobre um projeto de isenção de tributos para a importação de maquinaria para frigoríficos, elogiou a conduta de JK e fez um discurso sobre o custo de vida e a escassez de alimentos de primeira necessidade no Brasil[193]. Em primeiro lugar, defendeu a necessidade de planos e afirmou que a paz e a concórdia internas[194] eram bons coadjuvantes mas, não condições necessárias para realizá-los. Citou países que os fizeram com sucesso apesar dos problemas internos, elogiou e citou como exemplos a serem seguidos os planos qüinqüenais soviéticos.

> "*Necessário é que existam planos, e que esses planos sejam postos em ação, mesmo porque a nossa crise política e social tem as suas raízes fixadas no terreno da crise econômica: nos desníveis econômicos acentuados, no desequilíbrio de rendas e na má distribuição da riqueza nacional, criando o marginalismo brasileiro, expresso em todas as suas modalidades; marginalismo da grande massa que não participa nem da vida econômica, nem da vida política da nação, entregues os poderes públicos a uma pequena minoria de brasileiros que nem defende os verdadeiros interesses da maioria*, ..." (Anais, 1956, v. II, p. 86).

Para ele, a crise vivida pelo país era mais grave do que se supunha e que as tentativas de medir a economia nacional, através de índices isolados como o aumento da renda nacional, poderiam dar uma ilusão de prosperidade. A nossa renda vinha subindo em um ritmo sem paralelo e a produção real, entre 1939 e 1954, havia duplicada. "*Mas a verdade é que quando se parte de um nível muito baixo é fácil durante algum tempo se manter um ímpeto, ou impulso de crescimento econômico que nos dê a ilusão de grande progresso.*" Logo que certos níveis eram atingidos, tudo se esboroava porque aquele crescimento não foi realizado de forma "*harmônica e disciplinada*", sendo mais "*um episódio de crise na sua fase ascendente do que uma curva de verdadeiro crescimento econômico-social consolidado.*" (Ibidem, p. 88) Para aferir nossa crise, era necessário medir a inflação; e a nossa moeda, do fim da Primeira Guerra Mundial (1918) à 1955, tinha desvalorizado trinta e duas vezes o seu poder aquisitivo. Do início da Segunda Guerra Mundial (1939) até 1955 – ano em que chegou a 25% – as médias anuais ficaram entre 15 e 20 %. Nestas condições, 80% dos brasileiros viviam com níveis mínimos de renda, criando um clima propício às perturbações e instabilidades. O iníquo desnível nacional exteriorizava-se em dois sentidos: o vertical, "*com uma insignificante minoria usufruindo lucros excessivos e abusivos, e a grande massa nacional, com uma renda apenas de subsistência de miséria*", e o horizontal, com a riqueza se acumulando em pequenas áreas, e grandes extensões (como a Amazônia e o Nordeste) onde os índices de riqueza eram mínimos.

Entre as causas da inflação, citou os orçamentos desequilibrados, os déficits orçamentários, a instabilidade cambial, o desequilíbrio da balança comercial, os lucros extraordinários e as inversões improdutivas e especulativas. Acresceu às causas, a baixa produtividade nas regiões rurais e a estrutura agrária semi-feudal, gerando um país agrícola que não dispunha de alimentos para propiciar o mínimo necessário aos seus habitantes. Talvez, segundo ele, aí estivesse a causa fundamental do desequilíbrio: o desnível entre a cidade e o campo, entre a arcaica e feudal economia agrária e a industrial de certas áreas. Não se entusiasmava com o intempestivo crescimento industrial[195], que ameaçava fazer o país passar de subdesenvolvido ("*o*

---

[193] O discurso não constava do índice do Anais da Câmara Federal, 1956, v. II e nem o nome de Josué de Castro estava no Índice Onomástico. Na página referente ao início do discurso constava o nome do deputado Josué de Souza (PTB-AM). Este discurso também foi publicado em Castro, 1957**b**, p. 195-217, com algumas modificações.

[194] Essa afirmação derivou dos fatos políticos ocorridos no ano anterior: o presidente Café Filho deixou o poder, Carlos Luz assumiu, o marechal Lot deu o *golpe da legalidade* e empossou Nereu Ramos, e a própria posse de JK foi ameaçada.

[195] Entre 1947-49, a indústria contribuiu para o PIB com 19,4%, e entre 1959-61 com 31,6%; a agricultura, por sua vez, teve um diminuição nos dois períodos, de 28,2 para 23,8%. Em 1960, a região Sudeste possuía 55,9% dos

*que permite correção*") à desequilibrado ("*muito mais difícil de corrigir*"). Por isto, era preciso desenvolver, equilibradamente, o binômio indústria-agricultura.

Mostrou gráficos a respeito do aumento de preços de diversos gêneros alimentares e defendeu um reajustamento automático dos salários de acordo com a inflação. Demonstrou que, de 1948 a 1955, a produção agrícola veio subindo de forma satisfatória: tomando 1948 como índice 100, a população subira a 108 e a produção agrícola a 118. Aparentemente, a produção satisfazia as necessidades alimentares da população; entretanto, isto "*seria verdade se, no ano de base, 1948, as populações brasileiras já dispusessem do necessário ao seu abastecimento*", o que não ocorrera pois era muito insuficiente. Na época, segundo ele, o crescimento anual da população era de 2,3% e o da produção 2,4%, e a crise permaneceria enquanto esta última não fosse de, pelo menos, 3% a.a. Positivo era o fato de os produtos de subsistência (como feijão, trigo e milho) terem tido maior incremento que os de exportação (como café, cacau e algodão). Entretanto, aumentou "*o consumo global quantitativo, mas no aspecto qualitativo a situação se agravou. Diminuíram os teores de proteínas e aumentaram os teores de hidrocarbonetos.*" (Anais, 1956, v. II, p. 94) O maior consumo tinha sido de arroz, o que podia levar a um "*achinesamento da dieta brasileira*"[196].

Demonstrou que o salário médio, apesar de tudo, vinha subindo e que o salário-mínimo em 1954 tinha tido

> "*um grande aumento pelo reajustamento que provocou, no Brasil, uma grande agitação, em função do qual tive a honra de ser chamado, por certo tipo de imprensa, de charlatão, título honorífico que há alguns dias passados, novamente recebi da 'Tribuna da Imprensa',* ..." (Anais, 1956, v. II, p. 94)[197].

Disse que era uma glória pois se lembrava que homens, "*a quem nem posso rastejar sob os pés como Einstein e Pasteur também foram chamados de charlatães.*" Todavia, o custo de vida aumentara sempre acima do reajuste salarial e, por isto, o que precisava ser verificado era o salário real e este correspondia a "*83% do que se ganhava em 1920*". Por isto, pregou o reajuste do salário-mínimo paralelamente à luta contra a carestia e que isto era o que o governo JK se propunha a fazer com um plano chamado "*batalha da alimentação, no qual tenho a honra de colaborar como simples técnico*" e "*desejo empreender no Brasil como modesto soldado,* ...".

Apesar do tempo já esgotado, solicitou mais para se defender dos ataques que lhe vinham sendo assacados pelo deputado federal Carlos Lacerda (1914-1977), nas páginas da Tribuna da Imprensa, o mesmo que havia dito que, por ocasião do recebimento do prêmio do Conselho Mundial da Paz, que ganhara o *Prêmio Stalin*[198]. O

---

estabelecimentos industriais, fornecia 77,3% do valor total da produção industrial e ocupava 70,4% do pessoal empregado na indústria. São Paulo, com 2,9% do território nacional, ficava com 32,6% dos estabelecimentos, 54% do valor da produção, 48% do pessoal utilizado e consumia 51% da produção industrial nacional (dados de Hugon, 1977).

[196] Expôs a monotonia alimentar chinesa, com alguns exageros, mas faltou dizer que o consumo chinês era de arroz integral e o nosso, de arroz beneficiado.

[197] Tribuna da Imprensa era um vespertino conservador carioca, fundado em 1949 pelo udenista Carlos Lacerda (1914-1977), que teve um papel de destaque na crise que culminou com o suicídio de Vargas. No final de 1962, passou à direção de Hélio Fernandes (1924- ), mudou sua linha editorial e, por criticar o regime militar, esteve sob censura prévia de 1968 a 1978. Uma outra inimizade neste setor, que trouxe aborrecimentos a Josué de Castro, foi a que teve com o magnata da imprensa da época, o paraibano Assis Chateaubriand (1891-1968), proprietário da cadeia *Diário e Emissoras Associados* (34 jornais em 18 estados, 36 estações de rádio e 18 de televisão) e introdutor da televisão no Brasil em 1950. Neste discurso citou: "*O Sr. Chateaubriand um dia, querendo atacar-me, mandou um dos seus asseclas procurar no Banco do Brasil os meus negócios. E o homem voltou dizendo: 'este camarada é um tolo, nunca fez nenhum negócio com o Banco do Brasil' (Risos).*" (Anais, 1956, v. II, p. 96)

[198] Disse que não pretendia responder porque, como médico, conhecia "*essa doença terrível dos desequilíbrios psicológicos, que levam o indivíduo exasperado em seus complexos, e seus recalques, a extravasar o seu ódio impunemente, principalmente num país onde infelizmente a Lei de Imprensa deixa tudo em plena impunidade,* ..." (Anais, 1956, v. II, p. 95). No livro, o início é diferente: "*... conheço bem os efeitos dissolventes das psicopatias, dos desequilíbrios psicológicos, que levam os indivíduos exasperados...*" (Castro, 1957**b**, p. 213/214). Entretanto,

artigo afirmava que, durante a II[a] Guerra Mundial, fora organizada uma empresa para fornecer rações de emergência para a Marinha e que Josué de Castro fazia parte desta empresa, fato que este tachou de "*a mais cabal mentira*". Afirmou que, no período, dirigia o Serviço de Alimentação da Coordenação da Mobilização Econômica e estudou meios de se concentrar uma ração de reserva porque, chamado aos EUA a convite do governo daquele país para discutir o assunto, verificou "*que iam mandar para os nossos soldados, alimentos dos quais não tinham nenhum hábito e, portanto, seria difícil aceitá-los.*" Por isto, engendrou, em um tubo, uma ração de reserva "*com charque bem moído e desidratado, farinha de mandioca, misturas de chocolate e aveia, como alimentos de base e sobremesa.*" Lacerda tinha dito que examinara a mistura e que ela se tratava de alimentos podres, mas, segundo o orador, não havia meio do charque desidratado e da farinha de mandioca apodrecerem.

Em segundo lugar, "*não havia companhia fornecendo à Marinha, porque foram experiências de laboratório e dali não passaram, pois nunca isso foi industrializado*". (Ibidem) A seguir, Lacerda escreveu que examinara umas vitaminas "*que não eram vitaminas*" e um membro da firma dissera que a culpa "*era do Dr. Josué de Castro, que dera a fórmula à empresa da qual era sócio.*" Afirmou o acusado que a fórmula era dele e que, como presidente do Serviço Nacional de Alimentação, deu a mesma "*a inúmeros laboratórios que fabricaram a granel e forneceram ao Governo, durante a campanha das vitaminas.*" Mas não a fornecera a laboratório exclusivo porque nunca fora "*sócio de organizações desta natureza*", desafiava qualquer pessoa a verificar qual era o nome da firma ou se constava algum empréstimo ou transação comercial em seu nome no Banco do Brasil. "*Não existe, não tenho nenhum negócio, como tem o Sr. Carlos Lacerda suas dívidas, no Banco do Brasil.*" O artigo da Tribuna da Imprensa ainda afirmava que ele era membro da Comissão de Bem Estar Social da qual era presidente Alzira Vargas do Amaral Peixoto[199] e esta deixara de prestar contas de uma certa quantia ao Tribunal de Contas. Pelas palavras do denunciado, ela nunca tinha sido presidente, este era o ministro do Trabalho e o presidente em exercício era ele, Josué de Castro, como vice-presidente. Além disto, o próprio Tribuna da Imprensa, que já havia publicado a mesma notícia há um ou dois anos, desmentira categoricamente quando ele ameaçou processar o jornal. Encerrou o discurso exortando a todas as classes e instituições, "*no sentido da União nacional, para salvação nacional, através da batalha da alimentação.*"

Em abril, colocou uma questão de ordem relativa ao convite para que uma delegação de parlamentares brasileiros visitasse a Tcheco-Eslováquia, propondo que o Brasil convidasse igualmente parlamentares daquele país para vir ao país, pois ele havia recebido uma carta do presidente da Câmara da Tcheco-Eslováquia sugerindo isto. Sua proposta foi rejeitada. Em intervenções, reiterou que a inflação era a causa central de nossos males e comunicou que havia participado da estruturação de um plano para enfrentar a carestia, chamado por JK de "*batalha da alimentação*", e esperava que o plano fosse levado a efeito[200]. Em uma crítica à Mensagem de JK ao Congresso, afirmou que não bastava a industrialização para resolver a crise econômica e tirar o país do subdesenvolvimento; era necessário que se fizesse "*essa*

---

responderia porque o artigo (*A Batalha da Comilança*, março de 1956) continha acusações à sua dignidade e à sua honra. Sobre Carlos Lacerda, disse ainda, no final, que ele era "*o mais original, o mais puro, o mais purista dos mistificadores. Porque, em geral, os mistificadores misturam as verdades com as mentiras. Ele, não. Fez um artigo que é só, pura e exclusivamente, de mentiras.*" Mas não lhe tinha ódio; tinha "*piedade, por considerá-lo um doente,* **embora um doente perigoso**." (Anais, 1956, v. II, p. 96; o trecho em negrito não consta dos Anais e sim do livro: Castro, 1957**b**, p. 216)

[199] Filha de Getúlio Vargas e sua auxiliar direta durante o Estado Novo e o seu segundo governo. Teria deixado, segundo Carlos Lacerda, de prestar contas de trezentos mil cruzeiros (conforme Anais, 1956, v. II, p. 96) ou de seiscentos mil cruzeiros (segundo Castro, 1957**b**, p. 216) .

[200] O que, como suspeitavam alguns deputados no plenário, não ocorreu.

*industrialização paralelamente à expansão da economia agrícola brasileira*", pois seria um paradoxo "*fazer a superindustrialização de um país que vive, em matéria de economia agrária, num sistema feudal ou semi-feudal. Sem reforma agrária* […] *teremos não uma aparência de expansão econômica, mas uma crise gravíssima,* …" (Anais, 1956, v. III, p. 541) provocada pelo desequilíbrio entre o aumento dos níveis de consumo sem o correspondente crescimento da oferta de produtos agrícolas. Aí presentes uma concepção e uma proposta que o acompanharam até o fim de sua vida: a concepção de nossa economia como feudal ou semi-feudal e a necessidade de reforma agrária.

No final de abril, como presidente da Comissão de Saúde da Câmara[201], apresentou uma segunda redação para o projeto (nº. 4.533/54, de Lauro Cruz – UDN-SP) que desdobrava o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia e Serviço Nacional de Fiscalização de Farmácia. Em dezembro do mesmo ano, foi transformado em norma jurídica (lei 3.026/56). Em maio, foi encarregado de saudar dois parlamentares ingleses, Lord e Lady Davidson, em visita à Câmara dos Deputados. Lord Davidson fundou e foi presidente do Conselho Hispânico e do Conselho Luso-Brasileiro. Em seu discurso, lembrou que os países da América Latina viviam isolados e voltados para o mar e para a Europa, funcionando como um arquipélago de "*ilhotas econômicas ou culturais isoladas umas das outras e apenas ligadas por um tecido intersticial inerte, representado por grandes extensões territoriais inexploradas*." (Anais, 1956, v. VII, p. 98) Embora criticasse o passado da Inglaterra, teceu alguns elogios à atuação atual da mesma o que, em outra situação, achamos que não os faria. Em outra sessão, se posicionou publicamente, com o PTB, a favor do projeto de Decreto Legislativo (nº. 46 – B/56) que concedia anistia a todos os civis e militares que se envolveram em "*movimentos revolucionários*" ocorridos no país entre 10 de novembro de 1955 e 01 de março de 1956.

Em uma comunicação, concordou com a necessidade do aumento de taxas e tarifas para o reequilíbrio das finanças públicas mas discordou do exagerado aumento dos Correios e Telégrafos, principalmente no relativo ao transporte de livros. Dada a importância dos livros, inclusive para o aumento da produtividade pela "*elevação do padrão técnico dos cidadãos*", através da educação especializada que é feita com eles, lamentou que o livro já era inacessível às massas e estava se tornando do mesmo modo para a classe média[202], o que devia ser evitado pois o país tinha fome também "*de alimentos para o espírito.*" (Anais, 1956, v. VII, p. 343) Durante um "*grande expediente*", dedicado à comemoração do 11º aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial, em um aparte ao discurso principal, convocou colegas parlamentares "*para filiar-se ao movimento chamado de Federação Parlamentar Mundial, que tem por finalidade a organização de um Governo Mundial, espécie de Parlamento Internacional,* …" (Ibidem, p. 347) que, segundo ele, já contava com filiados de dezoito países.

Ainda em maio, como presidente da Comissão de Saúde, deu um parecer favorável à concessão de um auxílio do governo federal para a realização do VI Congresso Brasileiro de Odontologia, em Fortaleza (CE). Também em maio, assinou um parecer da Comissão de Saúde contrário à fusão das cátedras de *Clínica Pediátrica Médica* e *Puericultura e Clínica da Primeira Infância*, na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil[203].

---

[201] Como presidente desta comissão, assinou diversos pareceres. Somente destacamos em nosso texto aqueles em que ele foi o redator.

[202] Segundo ele, a tarifa de transporte de livros havia aumentado *"em 800%, passando o pacote de livros, que pagava Cr$ 2,50, a pagar Cr$ 17,50, …"* (Anais, 1956, v. VII, p. 342).

[203] A fusão (projeto n°. 884/55) tinha recebido parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura, elogiando a fusão como positiva por descongestionar o currículo. O parecer da Comissão de Saúde foi longo e com citações fundamentadas na situação destas cátedras em diversos países. O mais interessante foi observar que a criação ou a

No final de junho[204], apresentou um importante projeto (nº. 1494/56), com 15 artigos, que propunha a criação, no Banco do Nordeste do Brasil, de uma Comissão Permanente da Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas, para fazer frente à escassez de alimentos nos períodos de crise provocados pela seca. Esta reserva deveria ser feita "*tendo-se em vista os hábitos alimentares regionais e as necessidades fisiológicas individuais*" (Anais, 1956, v. XV, p. 176), e na aquisição de alimentos dever-se-ia dar prioridade aos da própria região do Polígono das Secas. Estabelecia a origem dos membros (em número de seis), o mandato (dois anos), as tarefas, as origens dos recursos, o sistema de distribuição e outras medidas. Na justificativa, retomou os seus conceitos de fome qualitativa e quantitativa, mostrou que nas crises outras regiões eram atingidas pois o Polígono lançava

> "*noutras regiões do país grandes massas humanas violentamente expulsas de seu habitat* […] [que] *vão acarretar graves perturbações sócio-econômicas no plano nacional. Sob este aspecto basta ressaltar o grave fenômeno do êxodo rural do Nordeste, da drenagem anual de cerca de mil seres humanos que emigram para as regiões do sul* […] [onde vão] *acumular nas sórdidas favelas dos centros urbanos litorâneos, fazendo-as proliferar* […] *evidenciando* […] *o trágico desequilíbrio econômico nacional e nosso grau de subdesenvolvimento.* […] *Com os homens migram também os capitais de investimento, migram as inteligências mais vivas e inconformadas com as limitações do meio.* […] *Se a seca é um fenômeno natural, a fome que dela decorre é mais um fenômeno social,* …" (Anais, 1956, v. XV, p. 177-178).[205]

Afirmou que existiam soluções técnicas mas a política de recuperação tinha "*que se basear numa total modificação da estrutura agrária regional*"; a ausência da reforma agrária explicava o relativo fracasso do DNOCS e a pouca eficácia dos investimentos governamentais. Todavia, como uma política eficaz de uso da terra e da água demandaria tempo, era necessário criar esta Reserva Alimentar para combater a fome nas crises, evitar o êxodo rural, fomentar a produção local e desencorajar os preços especulativos dos gêneros alimentícios. Para ele, seu projeto era um amparo mas não sob a forma de esmola ou caridade; em sua essência, procurava aplicar aqui o modelo que preconizava, quando presidente da FAO, de instituição de uma Reserva Mundial de Alimentos para combater a fome no mundo.

No mesmo mês, justificando o parecer para uma ajuda financeira que objetivava a construção de casas para favelados, a ser dada para a Cruzada São Sebastião, presidida por D. Hélder Câmara (1909-1999), organizador do I Congresso Geral das Favelas Cariocas (1956), criticou o projeto por ser simplista mas aprovava o projeto por possuir, o órgão executor, uma visão clara da gravidade e da complexidade do assunto. Para ele, a simples construção de casas seria inoperante por discordar do paternalismo de se "*querer dar casa de graça a quem não pode fazer casa*", pois as tentativas "*de melhoria deste tipo de habitação, noutras áreas de miséria no mundo, nem sempre provocaram melhorias das condições de vida,* …". Citou um exemplo

---

transformação de cátedras na Universidade do Brasil, por envolver questão de remuneração de pessoal pela União, deveria passar pelo Congresso Nacional.

[204]Também em junho, elaborou um parecer, da Comissão de Saúde, favorável ao auxílio financeiro para a realização do II Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, em Recife (PE); a sociedade responsável teria um ano para prestar contas e publicar o anais do referido congresso. Levou em consideração "*os altos objetivos de promover o intercâmbio científico entre os especialistas nacionais*…" (Anais, 1956, v. XXVII, p. 420/421).

[205] Citou alguns dados que ajudam a entender o país da época: em cada 100 nordestinos com mais de 10 anos, 79 viviam de atividades agropecuárias (a média nacional era de 67%), a taxa de crescimento demográfico era de 2,5% a.a. e que, de 1941 a 1950, a área cultivada ampliou de 2,3 milhões de ha para 4,3 milhões de ha, mas sem corresponder a nenhum acréscimo de produtividade, dado o atraso técnico (segundo ele, a produtividade por área era 30% inferior à da média da lavoura nacional). Lembrou também que a recuperação técnica era possível, como exemplificavam regiões mais semi-áridas, como as áreas desérticas da Califórnia (EUA), de Thar (Índia), Israel e a chamada Estepe da Fome (URSS, Ásia Central).

ocorrido na Inglaterra, no qual a melhoria do tipo de habitação refletiu de forma negativa nos índices de saúde, em razão de um dispêndio orçamentário familiar maior com a casa que restringiu a dieta, "*já deficiente e carenciada*". Aprovou o auxílio desde que a obra fosse encarada como uma experiência-piloto, que ela deveria levar em conta a defesa do "*patrimônio de saúde dessas populações*" e que os resultados da experiência fossem apresentados aos órgãos competentes do governo para servirem de subsídios ao planejamento da política social brasileira.

Em julho[206], em virtude do problema da seca no Sertão Nordestino, fez um discurso[207] – como sempre, longo – sobre a situação e as possíveis soluções que não fossem apenas paliativas, nem de "*pura emergência ditadas pelo sentimentalismo do drama calamitoso*". Um texto adequado a uma aula de Geografia, cujo conteúdo somente foi tratado desta maneira décadas depois. Observou-se nele poucas mudanças conceituais em relação ao que escreveu em Geografia da Fome, mas pelos aspectos abordados – e pela importância do assunto – resolveu-se realizar um resumo, para caracterizar melhor o que afirmava sobre o tema. Tinha acabado de chegar da região, observou que ocorria uma seca relativa pois estava abrangendo partes da região e não se comparava com as grandes secas de 1877, 1915 ou 1932. Disse que foi à cidade de Buíque (PE) e lá verificou "*a existência de miséria, de fome, de angústia, mas não encontrei a seca. É que as causas do mal não decorrem apenas da seca*." (Anais, 07/56, v. XVIII, p. 109) Não negava a existência da seca mas tinha a "*coragem de dizer que não é a seca que determina a fome:* ... [...]. ... *é mais fenômeno de ordem social do que natural*." O que causava a triste situação era o pauperismo generalizado, a produtividade mínima do sertanejo que não lhe permitia nenhuma reserva para enfrentar as épocas difíceis. "*Mesmo quando chove, sua produtividade é miserável, sua renda é mínima,* …". A causa essencial, central, era a inadequada estrutura fundiária regional, "*com grande latifundiarismo, ao lado do minifundiarismo* …". O latifúndio, "*irmão siamês do arcaísmo técnico*", tinha aumentado sua área no período compreendido entre 1940 e 1950[208] e a maioria dos que plantavam na região era constituída de arrendatários. O resultado disso era a subcapitalização da economia agrária, pois o grande proprietário – muitas vezes, absenteísta – não investia em sua terra e as "*quantias exorbitantes*", pagas pelos arrendatários, ele investia em outras regiões, como capital especulativo, como no setor imobiliário. O arrendatário não dispunha de capitais e, se dispusesse, não iria aplicar em uma terra que não era sua. Ao lado disso, havia o minifundiário, que não conseguia nem o sustento da própria família.

Agravava a situação a maior expansão econômica de outras regiões, o crescimento industrial muito superior ao agrícola[209], a inflação, o baixo poder aquisitivo[210] e a má aplicação dos capitais públicos na região. As obras *contra as secas* tinham-se limitado exageradamente "*à luta contra as secas, com o simples acúmulo de água em barragens*, [que] *não resolveu o problema.*" Insistia que a região nordestina

---

[206] Josué de Castro tinha sido designado, pelo PTB, para integrar a CPI "*para apurar denúncias contra o Sr. Ari Pitombo*" mas foi substituído, em 31/07/56, pelo deputado Antonio Baby (PTB) (Anais, 1956, v. XXIII, p. 37).

[207] Este discurso, com o título de "*O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas*", foi publicado em Castro, 1957**a**, p. 93-117.

[208] Segundo ele, apenas 20% dos habitantes rurais possuíam terra, 80% trabalhavam como arrendatários ou parceiros e "*50% da área total do Nordeste são açambarcados por 3% dos proprietários rurais*." (Anais, 07/56, v. XVIII, p. 111) Conforme citou, 50% das propriedades possuíam mais de 500 ha e dezenas ultrapassavam a 100.000 ha.

[209] Para ele, esse crescimento desarmônico constituía um "*verdadeiro salto no abismo*" que o país não conseguiria dar "*sem quebrar as pernas*", pois seria uma aventura industrializar "*sem criar a base agrícola indispensável à consistência de uma industrialização,* …" (Anais, 1956, v. XVIII, p. 114).

[210] Em razão do poder aquisitivo ser baixo, a população não tinha condições de adquirir alimentos e fazia com que a escassa produção regional fosse drenada para outras áreas. Lembrou que, de modo semelhante, a Índia faminta exportou durante anos trigo para a Europa.

era "*reduto do feudalismo trazido pelos colonos portugueses, atrasados, no seu medievalismo, de dois séculos*…" e que a abolição acabara com a "*escravidão do homem pelo homem*" mas no Nordeste eram ainda "*escravizados ao regime da terra*". Podia "*chover em abundância no Nordeste mas a chuva apenas não resolverá o drama da miséria daquela região.*" Propôs a intensificação da produção agrária (para diminuir o descompasso em relação à produção industrial), o encaminhamento dos planos de reforma agrária[211], a regulamentação do arrendamento da terra, o envio do "*anteprojeto de criação de um órgão de proteção aos recursos naturais renováveis*"[212]. Insistiu na fixação do homem à terra e em evitar formas paternalistas, "*sob a forma de caridade pública para os famintos.*"[213]

Em outubro, em razão de notícias publicadas de que tinha sido ofendido verbalmente por outro deputado – que desmentiu o fato –, subiu à tribuna para afirmar que não ouvira tal expressão e para protestar "*contra certos representantes da imprensa*" que, não cumprindo seu dever, transmitiram "*à coletividade brasileira notícia falsa, que ofende o Parlamento.*" (Anais, 1956, v. XXXV, p. 440) Em novembro de 1956, fez um discurso[214] relativo ao envio, a pedido da ONU, de um contingente militar em razão da Crise do Suez[215]. Este discurso é importante por conter algumas posições do orador e que facilitam o entendimento de sua obra. Caracterizou o conflito como uma "*agressão de Israel, conjugada com a agressão, a seguir, da França e da Grã-Bretanha, ao Egito.*" Defendeu que o Brasil precisava tomar uma posição que não fosse a favor dos interesses "*de rapina*", de explotação dos grupos mais fortes sobre os mais fracos, e que essa posição deveria se pautar pelos nossos compromissos com a ONU e com os nossos interesses frente a conjuntura econômica e sócio-política mundial.

---

[211] Segundo ele, existia um anteprojeto elaborado há tempos pela Comissão Nacional de Política Agrária, à qual ele também pertencia.

[212] Que, conforme ele, já existia e também tinha sido elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária. É interessante observar a existência de uma legislação preocupada com questões ambientais e um discurso preocupado com o Nordeste como uma das "*mais erodidas, mais desgastadas, pelo uso intempestivo da terra, principalmente na área da monocultura da cana*." (Anais, 07/56, v. XVIII, p. 114) Não porque a cana intensificasse a erosão (não se referiu ao fato de a monocultura empobrecer o solo) mas porque essa monocultura "*destruiu as florestas e, com essa destruição, desorganizou o regime hídrico da região, propiciando a intensificação dos fatores erosivos*." (Ibidem, p. 115)

[213] Um aparte feito por Plácido Rocha (PSP), nordestino mas deputado por São Paulo, merece ser citado por ser, mais tarde, parte do projeto do governo militar na década de 70. Defendeu que o que devia ser feito era retirar a população das áreas do Polígono e levá-la "*para lugares onde chova, como Goiás, Mato Grosso, Paraná* [sic], *Amazonas. Fora daí é poesia de V. Exa. e dos demais colegas*" (Anais, 07/56, v. XVIII, p. 115), pois dar assistência a lavradores "*em lugares onde não há chuva é utopia …*". Provocou uma resposta irada de Josué de Castro, que disse que o deputado estava chamando de *poesia* a conquista de grandes áreas no Deserto de Saara, em Israel, na região do Nilo e outras. Que o Nordeste era rico em recursos naturais e que os deputados que não trabalhavam pela região, no lugar de planos, faziam "*emendas eleitoralistas para seus municípios*." E que se continuassem como "*deputados eleitoralistas, destinando 80% do* […] *tempo ao empreguismo, a dar empregos e resolver problemas individuais*", se permanecessem fazendo uso do orçamento para atender a interesses locais, não resolveriam os problemas, nem do Nordeste nem do Brasil. Lembrou que "*um dos perigos do desequilíbrio econômico nacional é a ameaça do separatismo...*". Discutível foi sua afirmação de que no subsolo nordestino "*existe água e, com poços tubulares, extraímos essa água*." Um deputado lembrou que em Surubim (PE) foram perfurados 10 poços, com 150 m. de profundidade e não se conseguiu água potável. Hoje sabemos que mais de 70% do subsolo do Sertão são cristalinos, cobertos de solos rasos, com poucas fendas ou rachaduras que permitem o armazenamento de água. Muitas vezes, essa água é insuficiente e, na maioria dos casos, com alto teor de sais. São poucas as áreas no Polígono que são sedimentares, com predomínio de arenito ou calcário. (Schistek, 2001, p. 50-53)

[214] Publicado, posteriormente, em *Ensaios de biologia social* (1957**b**, p. 268-281).

[215] O Egito, sob a presidência de Gamal Abdel Nasser (1918-1970, presidente de 1956 a 1970), que em 1952 havia participado do golpe que derrubou o rei Faruk I do poder, nacionalizou (26/07/1956) o Canal de Suez e impediu a passagem, pelo mesmo, de navios de Israel. Este, apoiado por tropas francesas e inglesas, invadiu (29/10/56) o Sinai, o golfo de Ácaba e ocupou o canal. Com a intervenção da ONU, recuou (em dezembro) para a linha do armistício de 1949. O Brasil participou da Força de Emergência da ONU (*capacetes azuis*); o nosso batalhão do Suez ali permaneceu de 1957 a 1967 e dele chegaram a participar seis mil brasileiros.

Não havia razão para o espanto frente à "*brutal agressão franco-britânica contra o Egito*" – se havia, era fingido, convencional – pois todos os que conheciam a História contemporânea sabiam que era "*apenas mais um episódio da história do imperialismo colonialista no Mundo Moderno*" (Anais, 1956, v. XLI, p. 609), mais um gesto comum a tantos outros feitos pela Inglaterra e pela França, dois países que, naquele momento, tinham tirado a "*máscara da civilização, com que disfarçavam* […] *seus interesses colonialistas*." Lembrou que este tipo de colonialismo começou com a "*expansão do horizonte geográfico*" na era das grandes descobertas, que para a América trouxeram a cruz e a espada dizendo arregimentar novos cristãos mas, na verdade, com a intenção de "*buscar riquezas e escravizar esses povos*". Citando o dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas (1474-1566), não sabia se a cruz que trouxeram era a de Cristo ou de um dos ladrões junto a ele crucificados. Classificou o colonialismo como um roubo *organizado*, *sacramentado* e *cínico* das grandes potências,

> "*que usam os organismos internacionais, a imprensa internacional, os meios todos de convencimento e de formação de uma falsa opinião pública, manipulada para esmagar o desejo de libertação, de autodeterminação* […] *que tem os povos oprimidos e esmagados pelo imperialismo colonialista.*" (Anais, 1956, v. XLI, p. 610)

Disse que se referia a todos os tipos de imperialismo, contra os quais se levantavam, "*unidos como um só bloco, todos os povos oprimidos do mundo – contra o imperialismo britânico, contra o imperialismo americano, contra o imperialismo russo.*" Do velho colonialismo, citou o exemplo da Índia; do recente, os episódios ocorridos na Hungria[216]. Disse que o Brasil, até aquele momento, sempre tinha se "*enfileirado a blocos belicosos, respaldando o desejo de agressão de um bloco para esmagar outro e dominar o mundo*" e que, como um país do grupo dos subdesenvolvidos, só tinha uma posição a tomar: "*a terceira posição, contra os gigantes da guerra, contra as prepotências das nações belicosas.*" Se as duas potências verificassem que não possuíam "*mais aliados para a sua aventura*" – como se fosse tão simples assim –, elas não se animariam a deflagrar a guerra que poderia "*esmagar a humanidade*."

Essa terceira posição proposta era um influência da primeira reunião de líderes de países afro-asiáticos realizada em Bandung (Indonésia), de 18 a 24 de abril de 1955[217]. Esta conferência marcou a entrada das nações subdesenvolvidas – ou *nações proletárias*, no dizer do historiador britânico Arnold Toynbee (1889-1975) – no cenário internacional. Foi a primeira tentativa de organização do Terceiro Mundo[218]. Entretanto, a maioria dos países ali representados mal havia obtido sua independência oficial; outros, nem isso. Por esta razão, foi somente uma tentativa de não se alinhar ao bloco comandado pelos EUA nem ao comandado pela URSS, e de desenhar uma *terceira posição*, que desembocou, mais tarde, na posição de *não-alinhamento*[219]. Entretanto,

---

[216] Naquele momento (novembro de1956), as tropas do Pacto de Varsóvia tinham invadido a Hungria e destituído (foi preso e executado) o presidente Imre Nagy, que havia promovido uma abertura política, proclamado a neutralidade da Hungria e retirado o país do Pacto de Varsóvia. János Kadar, alçado ao poder pela URSS, governou o país de 1956 a 1988.

[217] Foi realizada sob o patrocínio da Índia, Birmânia (Miamma), Ceilão (Sri Lanka), Paquistão e o país-sede, que já haviam preparado a conferência em reunião anterior realizada em Colombo (Ceilão). Da Conferência de Bandung participaram 24 países afro-asiáticos, representado 1,5 bilhão de habitantes. O egípcio Nasser, o grande promotor do pan-arabismo no período, também se engajou na via do "*neutralismo positivo*", definido pela Conferência de Bandung; a ele é atribuída a expressão: "*nem rublo, nem dólar*".

[218] Também uma expressão cunhada na época. Em agosto de 1952 – um ano após a publicação de *Geografia da Fome* –, em um artigo para a revista *L' Observateur*, intitulado "*Trois mondes, une planète*", o demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990) utilizou a expressão *Terceiro Mundo*, tomando como referência o *Tiers Etát* da sociedade francesa pré-1789. De uma analogia jornalística, surgiu uma expressão que se popularizou e que hoje, mesmo com a desagregação do *Segundo Mundo*, ainda é utilizada.

[219] Em setembro de 1961, em Belgrado (Iugoslávia), vinte e um países realizaram a primeira reunião de cúpula dos não-alinhados.

nela foram lançados os princípios da postura de eqüidistância das duas superpotências, já procurando demonstrar que, além do conflito leste-oeste, existia o conflito norte-sul, entre os países industrializados e os pobres exportadores de produtos primários. Entretanto, a presença de países, na prática, alinhados a um dos dois blocos da Guerra Fria, impediu a tomada de posições claras, principalmente a respeito da economia mundial. No entanto, os princípios estabelecidos se constituíram em uma plataforma anticolonial; ou seja, a conferência não teve uma grande importância econômica mas, sim, um importante significado político.

Retornando ao discurso, verificamos que essa era a posição por ele defendida, para o Brasil "*não trair os seus interesses, a sua formação cristã, honestamente cristã, não fingidamente cristã, e para não trair a evolução de sua história, libertando-se do colonialismo*." (Anais, 1956, v. XLI, p. 611) Em seguida, descreveu alguns aspectos do Egito, que sua pobreza estava sendo utilizada pelos neomalthusianos – os reescritores "*do morticínio e do assassínio pré-natal*" –, falou da importância da reforma agrária realizada (que, pelas limitações especiais, resultou em apenas meio hectare para cada felá) e da necessidade de expansão da área agrícola, o que seria obtido pela ampliação da represa de Assuã. E nisto foi buscar uma das causas do conflito.

Quanto às obras em Assuã, para permitir a irrigação de outras áreas, o Egito necessitava de assistência financeira. Apelou para os EUA, R.U. e França. Segundo ele, somente os EUA prometeram mas a condicionaram à assinatura de "*pactos de segurança contra os interesses do próprio Egito*": o Pacto de Bagdá[220]. O Egito se recusou a assinar, foi-lhe negado o financiamento e ele optou por financiar as obras através dos rendimentos da Companhia do Canal do Suez[221]; ou seja, "*apenas apelou para seus próprios recursos*" e, por isso, foi "*barbaramente invadido pelas potências civilizadas e cultas do Ocidente, pela França e Grã-Bretanha.*" Para ele, o R.U. foi movido não só pelos rendimentos do Canal de Suez mas também pelo medo do precedente, pelo medo da "*nacionalização do petróleo, dos minérios, dos fosfatos do Norte da África, etc.*" Por estas razões, defendeu o envio de um contingente brasileiro – "*não para respaldar as conquistas imperialistas britânicas*" –, a reforma do artigo 109 do estatuto da ONU – "*para acabar com o veto, que é privilégio de pequeno número de Nações*" –, a necessidade de fazer da ONU, "*não um organismo internacional, mas supranacional*", que criasse uma efetiva legislação mundial e "*uma Polícia Internacional para fazer cumprir as leis do mundo.*"

Neste discurso, viu-se seu combate ao imperialismo e ao neomalthusianismo, a defesa da reforma agrária, de um Brasil não xenófobo mas independente, e de valores cristãos. Além disto, a proposta, que continuará defendendo até o fim, de um mundo regido por organizações supranacionais. Em alguns momentos, notou-se algo muito comum, não somente em discursos mas em textos de intelectuais de esquerda: a colocação de "*os povos da Ásia sabem* …", o "*mundo todo é contra*" ou "*o povo brasileiro discorda*…", como se a categoria *povo*, além de significar um grupo sábio e consciente, não incluísse setores dominantes e muitos dominados que pensavam, graças à ideologia, como os grupos economicamente hegemônicos. Às vezes, faltavam propostas eficientes de solução aos problemas levantados. Apesar da singeleza, o fato serve de exemplo: deveríamos acabar com o direito de veto no Conselho de Segurança

[220] O Pacto de Bagdá foi um tratado de "*amizade e cooperação*", assinado na capital iraquiana em 24/02/1955, entre Turquia e Iraque, com a posterior adesão de R.U., Paquistão e Irã. Seu objetivo era contrapor-se à influência soviética na Ásia Ocidental. De 1955 a 1959, ficou conhecido como *Middle East Treaty Organization*, com sede em Bagdá. Em 1959, o Iraque se retirou e os EUA entraram; o nome mudou para *Central Treaty Organization* (CENTO) e a sede mudou-se para Ancara (Turquia). O CENTO nunca foi muito efetivo e em 1979, com a saída do Paquistão, Irã e Turquia, tornou-se inativo. (Larousse, 1998, p. 587-588)

[221] Segundo Josué de Castro, o rendimento do canal atingia a US$ 50 milhões por ano. Afirmou ainda que o Egito nacionalizou o canal "*como a Inglaterra nacionalizou as minas e a exploração de indústrias pesadas e dos transportes na Grã-Bretanha*." (Anais, 1956, v. XLI, p. 613)

da ONU; aliás, já existiam propostas na ONU para isto mas tinham que passar pelo Conselho de Segurança para serem aprovadas e este as vetava. Como alterar esta situação em um ambiente de Guerra Fria? Isto, é claro, não invalida a colocação destes fatos para a discussão, gesto sempre significativo.

Em novembro de 1956, na 204ª sessão, foi submetido à apreciação o projeto nº. 1.258-B/56, apresentado para a segunda discussão por Josué de Castro[222], que autorizava o Ministério da Saúde a abrir um crédito especial para a realização, em Fortaleza, do 13º Congresso Brasileiro de Higiene, devendo a entidade beneficiária, no prazo de um ano, prestar contas e publicar os anais do congresso. O interessante é que era para um congresso que deveria se realizar em julho de 1956; ou seja, o projeto foi apresentado quatro meses após a data prevista e transformado em lei (3.117/57) em março do ano seguinte. O mesmo ocorreu, no mesmo mês, com a aprovação, pela Comissão de Saúde, do projeto 1.112/56, para a 1ª Conferência sobre o Parto Sem Dor, "*a se realizar em São Paulo de 6 a 7 de julho de 1956*". Ainda em novembro, como membro da Comissão de Saúde, elaborou sete emendas ao projeto relativo à constituição e financiamento do Conselho Federal de Medicina, inclusive em relação ao Código de Ética da Associação Médica Brasileira.

Em dezembro, apresentou um projeto (2.210/56) que autorizava o Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, um crédito especial para atender parte das despesas com a II Jornada de Bromatologia, a realizar-se em abril de 1957, em Petrópolis (RJ); como geralmente ocorria, a entidade beneficiária prestaria contas e publicaria o anais dentro de um ano. Na justificativa, lembrou a gravidade do problema alimentar brasileiro (bromatologia é a ciência dos alimentos) e que iniciativas semelhantes, "*patrióticas e fecundas*", deveriam ser ajudadas (Anais, 1956, v. XLVIII, p. 647). Também em dezembro, elaborou um parecer da Comissão de Saúde sugerindo o arquivamento de um projeto (872/55) que propunha a criação de um serviço especializado em esquistossomose em três municípios do Espírito Santo, pelo fato de existir um serviço recentemente criado (Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde) para combater endemias rurais (Anais, 1956, v. XLV, p. 143).

Além de, como presidente da Comissão de Saúde, assinar pareceres da referida comissão sobre diversos projetos, e também uma comunicação a respeito da importância "*das classes produtoras do setor industrial*" – por ocasião da posse do novo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), encaminhando os discursos do presidente da CNI e de JK para publicação (Anais, 1956, v. XLVI, p. 57-58) –, em dezembro subscreveu, com outros membros da bancada pernambucana, o projeto (2.048-A/56) que concedia créditos especiais para a comemoração do primeiro centenário de Caruaru (PE), com a obrigatoriedade de 50% serem utilizados na construção da Casa do Trabalhador (Anais, 1956, v. XLVI, p. 572-573). Inscrevendo-se para uma reclamação, aproveitou o momento para ler um manifesto da Associação Mundial de Parlamentares para Organização do Governo do Mundo, criada em 1952 e que, na época, reunia parlamentares de quase trinta países, endereçado a todos os parlamentares e governos do mundo, e à ONU. Ele foi uma das treze personalidades que assinaram o documento. O motivo do manifesto foi a necessidade de "*formação do parlamento mundial, do sistema de leis elaboradas neste parlamento, do Governo mundial que possa aplicar essas leis e da força internacional de polícia que atuaria com a única e especial finalidade de assegurar a paz.*" (Anais, 1956, v. XLVI, p. 203) Após a instalação do Parlamento, do Governo Executivo, dos Tribunais Internacionais e da Força Internacional de Polícia, o mundo teria condições de realizar um "*universal, simultâneo e completo desarmamento.*" Afirmavam que a ONU não possuía um poder efetivo para manter a paz, que a ausência de uma Polícia Internacional fora a razão do presidente Truman "*mandar topas para a Coréia antecipando qualquer decisão do*

[222] Foi apresentado, pela primeira vez, pelo deputado Moreira da Rocha (PR-CE), em 02/05/56.

*Conselho da ONU*“ e que as decisões coletivas deste Governo Mundial não poderiam ser vetadas, exceto pela maioria de seu próprio Parlamento.

No ano legislativo de 1956, Josué de Castro assinou seis pareceres como presidente da Comissão de Saúde, elaborou três pareceres relativos a projetos apresentados, realizou “*apartes significativos*” em três debates, apresentou uma segunda redação para dois projetos, interferiu nos debates com duas questões de ordem, fez duas comunicações e elaborou dois ofícios. Além disto, elaborou sete emendas a um projeto, subscreveu outro, integrou uma CPI – mas foi substituído –, apresentou dois projetos (de criação de uma Comissão Permanente da Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas e de auxílio à II Jornada de Bromatologia) e fez cinco discursos sobre diferentes temas (custo de vida e escassez de alimentos, saudação a visitantes, secas no Sertão Nordestino, Crise do Suez e Governo Mundial).

### 4.2.3. O ano legislativo de 1957

Em 1957 não ocorreram grandes mudanças políticas mas alguns fatos foram importantes, até para a melhora de nossa auto-estima, como a vitória da tenista Maria Ester Bueno (1939- ) em Wimbledon, na Inglaterra, e o início (em fevereiro) das obras da construção de Brasília. Foi publicado o Manifesto Concretista mas perdemos o pintor lituano, naturalizado brasileiro, Lasar Segall (1891-1957) e o escritor José Lins do Rego (1901-1957). O governo federal permitiu que os EUA estabelecessem uma base para o rastreamento de foguetes em Fernando de Noronha e deputados governistas acusaram Carlos Lacerda de revelar “*segredos de Estado, ao divulgar texto de telegrama cifrado do Itamaraty*” (Santos, 1988, p. 18). Em outubro, uma greve geral (durou dez dias) por aumento salarial em São Paulo, contou com a participação de 400.000 trabalhadores e o patrocínio do PTB e do ilegal PCB. Um fato, aparentemente pouco significativo, ocorreu em fevereiro: o governador de São Paulo, Jânio Quadros (1917-1992) proibiu a execução de *rock and roll* em bailes.

Em fevereiro de 1957, foi publicado o parecer da Comissão de Saúde, redigido por Josué de Castro, relativo ao projeto (n. 1.187/56) que destinava 20% da receita estimada dos Institutos Agro-Industriais à melhoria das condições de saúde e de educação das populações rurais a eles vinculadas. O parecer foi contrário por colidir com a função do Serviço Social Rural (lei 2.613/55) e por propor a realização da assistência médica-hospitalar através de contratos com “*estabelecimentos idôneos*”. Criticou o fato dos Institutos e Caixas de Aposentadoria contratarem entidades particulares, “*sem qualquer entrosamento com os Serviços Estaduais de Saúde*”, defendendo que todos os convênios deveriam ser feitos “*com os estados, prestigiando sua ação. Quando tal política for adotada, veremos que as despesas serão menores e mais eficientes o serviço prestado.*” (Anais, 1956/1957, v. III, p. 282). Sem isto, muitas empresas *idôneas* seriam criadas, “*sem nenhum interesse real na saúde do povo* …”. Ou seja, era contra a terceirização dos serviços públicos de saúde. Foi também publicado um outro parecer, por ele redigido e da mesma comissão, a respeito de um crédito especial para a realização do II Congresso da Associação Catarinense de Medicina. Aprovava, desde que fosse publicado, no prazo de um ano, os anais do referido congresso, tarefa que não constava do projeto.

No início do segundo semestre de 1957, fez um discurso por delegação do líder da maioria mas, segundo ele, “*sem paixões partidárias*”, em defesa de JK, que vinha sendo “*acusado de interferir, de maneira indébita, excessiva e prejudicial na economia da nação, asfixiando sua marcha e a sua expansão.*” (Anais, 1957, v. XV, p. 225). Frente à acusação de um dirigismo econômico excessivo, procurou precisar o que era a clássica economia liberal e o intervencionismo econômico, defendendo que “*as*

*ciências, com suas teorias e doutrinas, não são tão independentes das contingências sociais nem das pressões do momento,* …". Citou Malthus, cujas propostas foram feitas "*sob o aguilhão do pavor do socialismo que se iniciava na Inglaterra e no mundo*", Adam Smith e as ligações de suas concepções com conceitos da Física, que o fez supor que também deveria haver "*uma lei natural regendo e condicionando os fenômenos econômicos e os fenômenos sociais*" – concepção que o levou a pregar a não intervenção na economia, dado o papel da "*mão invisível*" – e outros. Disse que logo se verificou que esta "*lei natural não funcionava nos fenômenos econômicos*", que a livre iniciativa integral "*era incompatível com o bem-estar coletivo*", o que provocava a necessidade de intervencionismo estatal e que era "*compatível o intervencionismo com a liberdade*."

Falou mais: o "*dirigismo estatal permite para cada um, maior quota de liberdade do que o regime da livre iniciativa, que é privilégio para grupos* …". Para ele, não havia correlação direta entre dirigismo e totalitarismo ou fascismo; dirigir sabiamente a economia era uma forma de defender as prerrogativas democráticas; não existia nenhum país com o regime de total livre iniciativa e, para provar isso, tomou como exemplo "*o campeão da livre iniciativa*": os EUA. Sustentou que existia ali um alto grau de intervencionismo e que sua grandeza econômica provinha de uma feliz associação de economia privada e intervenção pública. Para ele, os EUA "*sempre foram os campeões do protecionismo tarifário*" e, nos congressos internacionais, quando defendiam o livre comércio,

> "*o fazem para inglês ver, porque na verdade, nunca nenhum país foi mais contrário ao livre comércio que os Estados Unidos, que cerceiam por todos os modos, o comércio, no sentido da defesa e da expansão da produção norte-americana.*" (Anais, 1957, v. XV, p. 231).

Asseverou ainda que o crescimento econômico das regiões subdesenvolvidas só poderia ser feito com um grande afluxo de capitais; o capital era "*um ingrediente essencial, mas não suficiente.*" De nada adiantaria um grande afluxo de capital se este fosse aplicado sem o "*critério de seus investimentos*"; sem isto, mais perturbaria que ajudaria. Além disto, o capital mais importante para o desenvolvimento era o das poupanças internas que, reinvestidas, eram mais importantes que o afluxo externo.

Entretanto, o intervencionismo estatal precisava de limites, sendo o mais importante deles o "*custo social do desenvolvimento econômico.*" Referiu-se aos que denunciavam JK como acusadores sem autoridade para isso, pois eram intervencionistas quando isto ocorria a favor deles e adeptos da livre iniciativa quando esta lhes era favorável, e que o presidente, ao contrário, era "*um homem mais de tendência para a iniciativa privada*" do que intervencionista, como comprovavam as mensagens por ele enviadas ao Congresso. Outros aspectos foram abordados, como a presença do capital estrangeiro no setor elétrico, a questão do monopólio do petróleo (ameaçado pelos setores que explotavam seus derivados) e que a campanha contra o presidente tinha como base "*um movimento de estratégia oculta promovido por grupos econômicos fortes*", por trustes e cartéis que se sentiam ameaçados, pois muitos representavam um capital que não era reprodutivo, mas apenas especulativo, e tinham pretensões contra o interesse nacional.[223]

---

[223] Em *Sete palmos de terra e um caixão*, publicado em 1964, teceu algumas críticas a este período: "*O Presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 e empolgado pela ideologia desenvolvimentista, concentrou todos os esforços do Governo Federal na tarefa do desenvolvimento visando a emancipação nacional. Mas confiou esta tarefa a colaboradores altamente comprometidos com a estrutura agrário-feudal amparada no capital estrangeiro. O desenvolvimento, que se processou, se fez, desta forma, de maneira unilateral, limitado regionalmente ao Sul do país e setorialmente a um só grupo de atividades: a indústria. Esta política da industrialização intensiva concentrada na região Sul acentuou ainda mais os desníveis nacionais. O desnível regional entre o Sul e o Nordeste e o desnível setorial entre a agricultura e a indústria, agravando ainda mais a fome no país. "* (Castro, 1967**a**, p. 196)

Em julho, foi à tribuna para manifestar seu aplauso e admiração aos estudantes reunidos no XX Congresso Nacional dos Estudantes, que demonstravam não estar divorciados da realidade nacional e procuravam se manifestar "*no sentido da busca de um caminho que seja o da redenção, da salvação para o País, no sentido da defesa integral de nosso patrimônio, da defesa nacionalista da nossa riqueza material, da nossa riqueza humana, da nossa riqueza cultural.*" (Anais, v. XVIII, p. 447) [224]

Em agosto, em requerimento ao Poder Executivo (n. 2.551/57), solicitou informações sobre as providências tomadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) no sentido "*de fazer cumprir as determinações legais que interditam o lançamento dos resíduos industriais das usinas e as caldas das destilarias nos rios, lagoas ou águas paradas*" (Anais, 1957, v. XIX, p. 245), para evitar a poluição e o prejuízo à fauna aquática – "*essencial à alimentação das populações regionais*" –, quais eram os resultados concretos alcançados pelas medidas tomadas e, se não realizadas, quais as soluções que o IAA pretendia encontrar para resolver este problema. Para nós, o importante foi perceber que o problema do vinhoto já possuía interdições legais há muito tempo e que o não cumprimento delas por parte dos senhores de engenho ou dos usineiros é mais um em um rol significativo.[225]

Um discurso, proferido em dezembro de 1957[226], merece algum destaque face a posições tomadas em seus livros. Foi uma fala em que afirmou que, enquanto em toda parte do mundo se procurava coordenar forças, formar blocos econômicos para sobreviver à crise mundial, era incompreensível que, no Brasil, não se procurasse realizar isto internamente, de forma que fossem "*defendidos os interesses das diferentes regiões do país, restabelecendo o equilíbrio econômico nacional, em benefício da coletividade brasileira.*" (Anais, 1957, v. XXXIX, p. 77) A razão do preâmbulo foram medidas tomadas pelo IAA, que não realizava uma política no interesse geral da coletividade. Afirmou que o IAA realizava um falso dirigismo – que, ao invés de defender a economia açucareira, a complicava –, que não estava em desacordo com a política econômica de JK – quem estava em discordância era o referido órgão –, que não estava movido por nenhum sentimento de bairrismo ou regionalismo estreito – "*só concebo o regional como uma expressão singular do nacional*" – pois era contrário à *ação-lamento*, a "*qualquer política de protecionismo sentimentalista à região do Nordeste*", e que sua posição era para defender, não apenas a economia nordestina ou a do açúcar, mas a economia brasileira.

Recapitulou as características da economia açucareira a partir do início do século XX, chamou a atenção para o aumento da produção de açúcar em outras regiões do mundo, o que levou o poder central a criar, na década de 1930, o IAA, preconizando a limitação da produção e estabelecendo cotas regionais. Entretanto, segundo ele, essas medidas não foram seguidas e a produção nacional cresceu muito, além das cotas estabelecidas, gerando a crise daquele momento, tanto pela produção excessiva em relação à demanda externa – o mercado externo estava saturado e na

---

[224] Em uma outra sessão, do mesmo mês, fez uma comunicação para formular um voto de congratulações ao governo e ao povo da Polônia – que "*tive ocasião de visitar*" – pela comemoração de sua data nacional. Declarou que era "*um país cuja vida cultural, científica e social tem grande repercussão e simpatia no Brasil*" e que era "*um exemplo do desejo de coexistência fraterna em busca de uma solução pacífica para os problemas graves que dividem o mundo atual.*" (Anais, 1957, v. XVII, p. 381) Não descobrimos qual a importância deste gesto.

[225] Neste mesmo período, como presidente da Comissão de Saúde, assinou um parecer favorável a um projeto (nº. 1266-A/56) cujo interesse na citação vem do fato de alguns congressos científicos não publicarem anais por falta de verbas: o projeto solicitava créditos para as despesas de impressão do 6º, 7º e 8º Congressos Nacionais de Tuberculose, ocorridos em novembro de 1954, julho e dezembro de 1955 (Anais, 1957, v. XXV, p. 293).

[226] Em novembro, encontramos nos Anais, mais um caso de falha de indicação do autor. O título do parecer a respeito da emenda constitucional nº 16/56, que estabelecia a coincidência de mandatos eletivos em 1961, com a prorrogação dos que findariam em 1959, era o seguinte: "*Voto Vencido do Sr. Josué de Castro.*" Na verdade, o parecer teve como relator o deputado Josué de Souza, do PTB do Amazonas (ver Anais, 1957, v. XXXV, p. 636-645).

Europa, principalmente na "*área socialista dos países da chamada 'cortina de ferro'*", o aumento da produção do açúcar de beterraba diminuíra a procura – quanto pela dificuldade em ampliar este consumo porque isto

> "*seria preconizar um maior desequilíbrio da dieta do brasileiro, que já* [era] *excessiva em hidratos de carbono e deficiente em outros alimentos, principalmente em proteínas, em leite, carne, etc. que são, carentes na alimentação do brasileiro.*" (Anais, 1957, v. XXXIX, p. 80)

Foi o único momento em que tocou no assunto alimentação.

A razão de todo o seu arrazoado foi o fato de que, antes, havia uma cota superior (mais de 800 mil sacos) para os estados nordestinos e agora o IAA estabelecera cotas superiores (três milhões a mais) para o Sul.

> "*O mais grave não é o deslocamento regional, mas a perda de prioridade de um Estado que tinha sua economia de base no açúcar: o Estado de Pernambuco, que até então era o Estado prioritário na produção de açúcar, passou, consoante esta nova distribuição, ao segundo lugar, cabendo o primeiro a São Paulo, com cerca de 14 milhões e 900 mil sacas, enquanto Pernambuco figura com 12 milhões e 100 mil sacas.*" (Anais, 1957, v. XXXIX, p. 81).

Esta situação não era culpa dos estados do Sul mas de alguns grupos ali localizados, que "*deformam o interesse nacional*" pois "*não havia um antagonismo regional*". As cotas estabelecidas pelo IAA eram superiores à capacidade de consumo[227] e o instituto deveria ser responsabilizado pelas conseqüências desta política pois, deixadas ao arbítrio, as regiões concorreriam entre si e teríamos, então, o caos econômico.

Reafirmando que não estava

> "*a defender os interesses financeiros dos usineiros de Pernambuco ou os de São Paulo mas os interesses vitais das populações que vivem da economia do açúcar, que são das mais miseráveis do Brasil, e que ficarão ainda mais miseráveis se se acentuar o desnível econômico* ..." (Anais, 1957, v. XXXIX, p. 84),

apresentou algumas soluções. Entre elas, a revisão imediata das cotas de açúcar, o estudo da colocação dos excedentes de produção, inclusive procurando colocá-los nos mercados socialistas (reforçando convênios e restabelecendo relações comerciais com vários deles), uma melhor utilização do álcool com a gasolina[228], estudos "*para o aproveitamento do álcool como matéria-prima para a fabricação da borracha sintética*", estímulo "*à indústria de fabricação de celulose de bagaço de cana*" e melhora da produtividade da região Nordeste, para redução dos custos.

Destacamos este discurso pois nos parece um pouco contraditório. Fez, embora afirmando o contrário, a defesa da produção açucareira de Pernambuco, quando ele mesmo afirmava que a monocultura de cana e a grande propriedade eram as causas da fome e da pobreza da Zona da Mata Nordestina. Seria mais coerente defender um sistema de cotas que impedisse, inclusive em São Paulo, a expansão da monocultura pelos perigos que ela representa. Analisando com base em seus textos de *Geografia da Fome*, uma crise na produção pernambucana, desde que não substituída por outra monocultura mantenedora da grande propriedade, seria uma das soluções para os

---

[227] Pernambuco não tivera nem sua área plantada e nem sua produção reduzidas; o que ocorrera foi um aumento expressivo da produção paulista, tanto substituindo antigas áreas cafeeiras – notadamente após a crise de 1930 – quanto pela incorporação de novas áreas. Portanto, não houve um deslocamento da produção de uma área para outra e sim uma expansão da área plantada. Segundo Josué de Castro, o IAA fixou os limites da produção em 47 milhões de sacas e o consumo interno era de 35 milhões, havendo um excedente de 12 milhões, difíceis de serem colocados no mercado (Anais, 1957, v. XXXIX, p. 82).

[228] Segundo ele, estava de forma *anárquica*, com estados do Nordeste misturando 3%, "*sacrificando as suas máquinas*" e estados do Sul não colocando nada. Propôs que, "*se misturássemos 10% de álcool em todo o país, teríamos a possibilidade de absorver toda a produção de álcool e mesmo de duplicá-la.*" (Anais, 1957, v. XXXIX, p. 85)

problemas sócio-econômicos regionais. Defender a ampliação de cotas para o seu estado natal era, de uma certa maneira, proteger o *status quo* existente.

Em 1957, como presidente da Comissão de Saúde, fez dois ofícios, assinou três pareceres e foi o relator de outros três. Além disso, o deputado pernambucano elaborou um requerimento ao Poder Executivo, realizou três comunicações ao plenário e proferiu dois discursos (um sobre a política econômica de JK e outro sobre as medidas tomadas pelo IAA). Nos Anais, não encontramos nenhum projeto por ele apresentado no referido ano.

### 4.2.4. O ano legislativo de 1958

Nos meses iniciais do ano de 1958, ocorreram marcas culturais importantes: o baiano João Gilberto (1931- ) inaugurou um novo jeito de tocar violão ao acompanhar a cantora Elizete Cardoso (1918-1990) em *Chega de Saudade* (que ele mesmo gravaria, no ano seguinte), marco oficial do movimento musical conhecido como Bossa Nova e, no Teatro de Arena em São Paulo, houve a encenação de *Eles não usam black-tie*, do brasileiro nascido na Itália Gianfrancesco Guarnieri (1934- ), uma peça que renovaria o teatro nacional. A USP instalou o primeiro reator nuclear da América Latina e o Fundo Monetário Internacional (FMI) enviou uma missão com as condições para o empréstimo solicitado por JK. Secas assolam o Sertão Nordestino (principalmente em CE, PB e RN) e, por isto, em abril foi promulgada a Lei de Socorro aos Flagelados. Em junho, o Brasil se tornou campeão mundial de futebol na Suécia e foi inaugurado o Palácio da Alvorada em Brasília. No segundo semestre, ocorreram eleições para o Congresso Nacional, nas quais Josué de Castro foi reeleito, com a maior votação do estado de Pernambuco. Como sempre ocorria nestas ocasiões, os trabalhos no Legislativo ficaram comprometidos pela ausência, em razão da campanha eleitoral, de grande parte dos deputados.

Em maio, Josué de Castro enviou um requerimento (nº. 3.135/58) pedindo ao Poder Executivo informações, entre outras, sobre os recursos que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) possuía para atender ao programa de desenvolvimento do Nordeste, quais eram os principais empreendimentos assistidos por ele no Polígono das Secas e se o BNB possuía um *staff* encarregado de preparar ou facilitar a elaboração de projetos. Na justificação, afirmou que o banco não estava cumprindo as finalidades para as quais havia sido criado e que desejava ater-se, entre as múltiplas finalidades da instituição, a duas esperanças acenadas aos nordestinos: a eletrificação rural (pois na região sobravam miséria e energia, pois 60.000 kw da CHESF estavam em disponibilidade) e o desenvolvimento e criação de indústrias, "*inclusive artesanais e domésticas*", que aproveitassem as matérias-primas locais. Criticou as exigências técnicas não adequadas ao estágio econômico da região pois "*exigências descabidas em relação à técnica de projetação estão sendo impostos* [sic] *pelo BNB numa transferência maciça de técnicas de países maduros dada a competição a que chegaram essas estruturas produtivas.*" (Anais, 1958, v. IX, p. 607)[229]

Em junho, apresentou um projeto (nº. 4.287/58) que abria um crédito pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o Sindicato dos Economistas de Pernambuco realizar o I Congresso de Economistas do Nordeste, no mês de setembro, com a condição de prestar contas e publicar seus anais (Anais, 1958, v. X, p. 465). No mesmo mês, dois deputados, ambos do PTB do Distrito Federal, apresentaram um

[229] Antes disso, no mesmo mês, leu uma comunicação, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, de envio de congratulações ao governo da República pela nomeação do novo presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), um militar defensor do monopólio estatal do produto. E leu o discurso de posse do novo presidente do CNP (Anais, 1958, v. VII, p. 733-736).

projeto (nº. 4.288/58) de abertura de crédito para auxiliar as despesas da Associação Brasileira de Luta Contra a Fome (ASCOFAM) na realização do I Seminário de Desnutrição e Endemias no Nordeste[230]. A ASCOFAM era dirigida por Josué de Castro, fato não mencionado no parecer.

Em outubro, em um aparte, reafirmou que qualquer planificação econômica no país precisava levar em conta a expansão da economia agrícola, não se esquecer de uma região agrícola que ainda não tinha alcançado "*sequer o estágio de transição da agricultura para a indústria*" pelo qual havia passado o Sul – a região Nordeste –, cuja agricultura permanecia "*no estado primário de tipo feudal*", com baixa produtividade e sem os meios de subsistência para alimentar seus operários. Como nada seria conseguido sem o reequilíbrio econômico nacional, reivindicar medidas para o Nordeste era, até certo ponto, lutar pela solução do Brasil, criando um mercado interno permitidor da expansão industrial do próprio sul do país (Anais, 1958, v. XVIII, p. 796).

Em 1958, foi o primeiro subscritor (de um total de nove deputados) e o elaborador da justificação de um projeto (nº. 3887/58) que concedia à *Empresa Jornal do Comércio S.A.*, de Recife (PE), isenção de impostos (direitos aduaneiros de importação, taxas de despacho aduaneiro, imposto de consumo e outros) para a importação de um Conjunto Transmissor de Televisão, cujos componentes estavam enumerados, peça por peça, no artigo segundo do projeto. Na justificação, lembrou que os espetáculos de televisão estavam em sua fase inicial[231], que eles contribuíam para "*a divulgação de estudos e planos das comunidades onde atuam*" e auxiliavam a administração quando focalizavam os problemas de governo. No Nordeste, um "*velho núcleo cultural do país"*, a televisão – também "*um instrumento de formação humana*" – seria um "*meio de divulgação de notícias e dos mais variados assuntos, a arte dramática, o canto, a música, as exposições culturais, as sessões e mesas-redondas sobre temas da comunidade*" e também poderia "*contribuir para minorar de certo modo, o desnível que neste particular vem sacrificando o Nordeste do País.*" (Anais, 1958, v. XIX, p. 60)[232]

Também foi o relator da parte geral do Subanexo do Ministério da Agricultura para o orçamento da União do ano seguinte. Por causa de seu relatório (que foi aprovado), discursou para rebater as críticas e explicar seus critérios, principalmente por não aceitar algumas emendas e por defender maiores investimentos à agricultura do que à indústria. Na sua defesa, disse que não admitia que os dois setores fossem antagônicos e sim que eram complementares. Sem modificar a nossa agricultura ("*arcaica, em moldes, feitios e figurinos feudais*"), sem uma reforma agrária, não seria possível um desenvolvimento somente com base na expansão industrial. Para o orador, o setor industrial tinha tido um sensível crescimento e agora estava quase

---

[230] Previa a prestação de contas e a publicação de anais mas não precisava a data e nem o local *("a realizar-se no presente ano no Nordeste* …"). Os objetivos, segundo o parecer (Anais, 1958, v. X, p. 466), seriam: estudar a correlação entre a incidência de endemias e a desnutrição, organizar um plano para o enriquecimento artificial da alimentação e a metodologia dos trabalhos que pretendessem diminuir a incidência das endemias, e preparar, com base na experiência deste, novos seminários em outras regiões do país.

[231] A primeira transmissão de TV no Brasil foi realizada em setembro de 1950, em São Paulo, pela PRF-3-TV, mais tarde TV Tupi (posteriormente incorporada pelo Sistema Brasileiro de Televisão – SBT). Pertencia aos *Diários Associados*, do magnata da imprensa Assis Chateaubriand (1891-1968).

[232] Somente como curiosidade e para comparação, citamos alguns trechos do parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (relatado pelo deputado Amaury Pedrosa). Era constitucional pois "*o amparo à cultura é dever do Estado*" (art. 174), e a família, pela Constituição, "*terá direito a proteção especial do Estado*" (art. 163). Estudos recentes demonstravam que a televisão era um poderoso estímulo para manter a família "*unida, menos dispersa, mais presa ao lar*"; o aparelho algum dia vai simbolizar "*o espírito da família*", substituindo a lareira típica dos países frios. A crescente dispersão dos membros da família era uma das causas "*da desorientação da juventude*" e o Estado deveria "*cuidar de uma disseminação maior da televisão. E a forma menos dispendiosa será esta de confiá-la à iniciativa privada, facilitando-lhe meios adequados, com a dispensa de direitos de importação*." (Anais, 1958, v. XIX, p. 61) Com modificações (como a exclusão da taxa de Previdência Social e de materiais com similar nacional), o projeto foi aprovado pelas comissões necessárias.

recessivo, e um dos principais fatores deste fato era o atraso da agricultura. A produtividade era baixa, era tecnicamente atrasada, não conseguia alimentar os trabalhadores. Como melhorar a situação das indústrias? Ampliando o mercado interno. Como fazê-lo? Aumentando a capacidade de consumo da grande massa rural através da elevação de seu padrão de vida.

O Poder Público deveria comprimir as despesas nos setores improdutivos para carrear os recursos para os setores produtivos, como a agricultura. Certas emendas apresentadas foram negadas por não darem um atendimento mais qualitativo. Neste aspecto, disse não adiantar dotações mais maciças, ao Ministério da Agricultura, se este não fosse reestruturado, se não deixasse de ser demasiado centralizador e não acabasse com a descoordenação de suas diferentes atividades. De nada adiantaria um aumento dos recursos financeiros "*sem antes promover esta transformação da infra-estrutura que exerce um efeito paralisante sobre a agricultura nacional*" (Anais, 1958, v. XX, p. 336), sem que o Ministério da Agricultura se tornasse operante e a estrutura agrária estivesse à altura para receber este fluxo de capitais.

No ano de 1958, talvez pela realização de eleições legislativas – nas quais Josué de Castro foi reeleito – a atividade parlamentar dele não foi muito profícua. Fez uma comunicação (congratulando o governo pela nomeação do novo presidente do Conselho Nacional do Petróleo), um requerimento ao Poder Executivo (solicitando informações sobre o BNB), um aparte em debates, um discurso (rebatendo várias críticas e explicando seus critérios para o relatório a respeito da Agricultura no orçamento federal), assinou um parecer da Comissão de Saúde (contrário ao projeto de lei 317/55, que modificava a CLT e possibilitava converter em dinheiro o período de férias do trabalhador), foi relator da parte geral do Subanexo do Ministério da Agricultura no Orçamento da União para 1959 e apresentou dois projetos (um de auxílio a um congresso de economistas em Pernambuco e outro de isenção tributária de equipamentos para a instalação de uma emissora de TV em Pernambuco).

### 4.2.5. O ano legislativo de 1959

O ano de 1959 foi marcado pelo lançamento de algumas obras importantes para se entender melhor o país – entre elas, *Visões do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982) e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1920- ) –, pela visita, em maio, de Fidel Castro (1927- ), recém alçado ao poder em Cuba e, no mês seguinte, por um discurso de JK no Clube Militar, anunciando o rompimento com o FMI. Nas eleições para a Câmara Municipal de São Paulo, um rinoceronte de nome Cacareco recebeu 90 mil votos. Em 03 de dezembro, ocorreu um novo levante de oficiais da Aeronáutica em Aragarças (GO), debelado três dias depois. Neste mesmo mês, o presidente sancionou a lei que criava a SUDENE.

Em fevereiro de 1959, iniciando o seu segundo mandato, Josué de Castro, em um aparte, fez uma defesa da *Operação Nordeste*, criticando os céticos à respeito da mesma pois, segundo ele,

> "*pela primeira vez, se voltam para o Nordeste vistas com o sentido não paternalista ou emocional* […] *mas, também, com base estrutural, com base científica, com base técnica no sentido de formular para a problemática do Nordeste uma solução que obedeça a um plano bem orientado. É a primeira vez, portanto, que se procura inserir o sistema econômico do Nordeste dentro do da economia nacional.*" (Anais, 1959, v. I, p. 57)

Concordava com o orador em sua exigência por uma reforma agrária para o Nordeste, possuidor de um "*regime agrário arcáico e feudal*", baixa produtividade, latifúndios inexplorados e pulverização de minifúndios, e do custo de alimentação mais alto do país.

No mês seguinte, em uma comunicação, tomou como base a Mensagem do Presidente ao Parlamento para, novamente, defender que a indústria não se desenvolveria sem uma agricultura forte, que esta continuava sendo "*um fator de estrangulamento da própria expansão industrial*" e que ele estava apresentando um "*projeto de lei que visa dar início à reforma agrária no Brasil.* […] …*propiciar ao Governo instrumento legal com que possa promover a desapropriação por interesse social,* …" (Anais, 1959, v. I, p. 130). Também citou e agradeceu os especialistas que contribuíram em sua elaboração. Tratava-se do projeto nº. 11/59.

O projeto 11/59 definia os casos de desapropriação de terras por interesse social e estabelecia critérios sobre a sua aplicação. Em seu artigo 1º, citava a finalidade e, no seguinte, definia o que era considerado como de interesse social:

> "*I – o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com a natural vocação agrícola e com as necessidades de trabalho, consumo e habitação dos centros de produção a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;*[233]
> *II – a instalação ou intensificação das atividades agrícolas nas áreas cuja exploração não obedeça ao plano de zoneamento agrícola disciplinado por decreto executivo;*
> *III- o estabelecimento de núcleo de colonização e de povoamento e de frentes de trabalho agrícola;*
> *IV- a manutenção de posseiros em terrenos rurais, onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenha construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;*
> *V- a construção de casas populares;*
> *VI- a instalação e unificação das atividades industriais dentro dos planos de zoneamento industrial, adotados pelas municipalidades onde fique positivada a necessidade de núcleos residenciais para atender a população operária;*
> *VII- as terras e águas suscetíveis de grande valorização, em conseqüência de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação;*
> *VIII- a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de recursos naturais renováveis;*
> [...]
> *art. 3º A desapropriação poderá importar na perda da propriedade ou de sua utilização temporária.*" (Anais, 1959, v. I, p. 279-280)

A utilização temporária poderia acontecer quando ocorressem "*perturbações graves da ordem econômica*", em um prazo – estabelecido pelo desapropriante – não inferior a três anos; quando igual ou superior a dez anos, o proprietário poderia "*reclamar a desapropriação do domínio.*"

O artigo 4º estabelecia o seguinte: "*No caso da perda da propriedade fundiária, a justa indenização corresponderá ao valor a ela atribuído, no último lançamento do imposto territorial, levando-se em conta as benfeitorias realizadas.*" (Ibidem, p. 280) Elaborou uma longa justificação, analisando os artigos da Constituição que tratavam do assunto (art. 41, § 16 e art. 147), sendo que um previa a necessidade de dar uma função social à terra, permitindo a desapropriação, e outro dificultava esta última "*ao tornar obrigatória e prévia a justa indenização em dinheiro do bem desapropriado*", impedindo, inclusive, o pagamento em títulos públicos ou à prestação. Também que a jurisprudência associava justa indenização à idéia de "*valor 'real' e 'atual' do imóvel.*" Lembrou que a abolição da escravatura também foi um confisco total de propriedade e

---

[233] Parágrafo único do art. 2º: "*O disposto no item I deste artigo só se aplica nos casos de bens inexplorados ou de imóveis rurais cuja produção seja inferior à média da região, atendidas as condições naturais de seu solo e a sua situação em relação aos mercados.*" (Anais, 1959, v. I, p. 280)

se, "*havia crime na escravidão*", o mesmo ocorria com a posse de imensos latifúndios inexplorados e a retenção de áreas que seriam mais úteis se cultivadas.

A justa indenização seria o "*valor atribuído à propriedade para fins fiscais*"; normalmente, o valor tributado era inferior ao valor real e, sem a ameaça de prejuízo no futuro, era interessante a subavaliação para o pagamento mínimo de impostos. Perguntou: aos que assim procediam, "*em prejuízo dos cofres públicos*", seria justa a indenização com base em preços de mercado? A consagração do valor venal proporcionaria, inclusive, às finanças estaduais um efeito benéfico pois a maioria, temerosa da desapropriação, atualizaria o valor. A utilização temporária seria uma forma de, frente aos óbices constitucionais, dar maior agilidade e menos gastos em razão das vultosas despesas de desapropriação. No final, escreveu que a intenção era tornar exeqüível "*a implantação de um reforma das estruturas agrárias*" mas que esta não podia se resumir a "*um simples expediente primário de desapropriação e redistribuição da propriedade*".[234]

Ainda em março, em uma discussão a respeito de reforma da Constituição no que concernia à redistribuição das rendas públicas, fez três – longos – apartes, debatendo temas que lhe eram caros, como a desigualdade regional, o nacionalismo e o modelo de desenvolvimento do país. Afirmou que, em grande parte, a culpa da desigualdade e de seu agravamento era do próprio Congresso Nacional, que aprovava para o Nordeste "*ajudas do tipo paternalista*", distribuídas mais por critérios eleitoreiros e que acarretavam males mais graves do que as secas. Propôs a formação, "*acima das dissenções partidárias*", de um bloco parlamentar de união Norte-Nordeste. Criticando o desvirtuamento do conceito de nacionalismo, falou que "*Nacionalismo não quer dizer apenas defesa do que é brasileiro, mas defesa do que é do interesse da coletividade brasileira.*" (Anais, 1959, v. I, p. 781) Que não era apenas a "*defesa do petróleo, mas de toda a riqueza nacional, no interesse da coletividade*", que não se devia ser xenófobo, e que não excluía o universalismo pois era no sentido "*de justiça social e integração de todas as nações no concerto dos povos, no sentido da igualdade e não de subalternidade de uma nação a outra; de cooperação e de independência, não de dependência do tipo colonial.*"

Desenvolvimento, para ele, não era apenas uma aspiração, e sim fase de um processo histórico; mas não existia "*um tipo de desenvolvimento a ser copiado.*" Dependia de nossos interesses financeiros, de nossas poupanças; o capital era um auxílio precioso mas não o ingrediente essencial e este era a mobilização do trabalho, da mão-de-obra brasileira. Não concordava, "*à luz dos conhecimentos de economia e de geografia humana*", que existia um excedente de mão-de-obra no Nordeste. O que havia no Nordeste era

> "*um excesso de mão-de-obra puramente estrutural. No Nordeste não há horizonte de trabalho* […]; *há uma população semi-ocupada* […] *porque nunca houve o aproveitamento dos recursos regionais dentro de uma planificação.* […] *O trabalho é a forma mais produtiva de capital, porque é aquele que se transforma no capital reprodutivo e não no capital especulador.*" (Anais, 1959, v. I, p. 785/786)

Em abril de 1959, subiu à tribuna para fazer uma denúncia a respeito de um fato que havia tomado conhecimento pela imprensa estadunidense e brasileira, de que

> "*os Estados Unidos da América, através de uma Operação chamada Argus, fez explodir há algum tempo atrás em regiões do Atlântico Sul, alguns engenhos nucleares que, por desprendimento de maciça carga de radioatividade, poderá*

---

**234** Em um debate, aparteou quando era discutida a questão do crédito e afirmou: "*do total do movimento creditício do Brasil, apenas 7% são destinados à agricultura,* […]. *Mais ainda: desses exíguos 7%, 50% são destinados ao café. De maneira que apenas 3,5% restam para todas as atividades agrícolas. Nada mais paradoxal num país que na verdade continua agrícola.*" (Anais, 1959, v. I, p. 307)

> *por em perigo a saúde das populações sul-americanas, inclusive brasileiras.*" (Anais, 1959, v. II, p. 110)

Afirmou também que, segundo alguns comentaristas, a área exposta à maior periculosidade seria o Nordeste brasileiro. Se verdadeiro, disse ele, o fato era deplorável, injustificável, e que nenhuma potência tinha o direito de usar regiões distantes para estas "*funestas experiências*", que o Brasil não poderia se submeter ao papel de cobaia destas experiências empreendidas pela "*ciência mal utilizada*". Se confirmada a denúncia, esta realização traduzia "*apenas uma forma de imperialismo despótico e malsão e não de política de colaboração e boa vizinhança*".

Sobre este tema, solicitou em 08/04/59, via Presidência da República, informações à Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA). Em seu requerimento (nº. 59/1959) indagou, entre outros, o seguinte: quais as instituições brasileiras encarregadas de realizar medições de controle de radioatividade no solo, no ar e nos produtos alimentares? Que conhecimentos possuía a CNEA acerca da Operação Argus[235] e em que áreas brasileiras ela poderia provocar um aumento da radioatividade? Quais os representantes brasileiros no Comitê da ONU para examinar o efeito da radiação nos seres humanos e qual a conexão deste comitê com os institutos brasileiros? As pesquisas realizadas pelos institutos brasileiros recebiam ajuda técnica ou financeira de organismos de países estrangeiros, particularmente dos que realizavam testes nucleares? Existiam medidas recentes da radioatividade no solo e no ar que pudessem comprovar o aumento substancial de seus índices no Brasil? Em caso positivo, haveria alguma correlação com a Operação Argus?

> "*Teve a Comissão conhecimento da presença ao largo das costas brasileiras de um navio hidrográfico norte-americano investigando regiões oceânicas propícias ao lançamento de resíduos atômicos, altamente radioativos, provenientes de usinas atômicas americanas?*". (Anais, 1959, v. II, p. 175)

Não conseguimos comprovar a existência desta operação e, mesmo que tivesse ocorrido, dificilmente seria admitida pelos EUA.

Em um aparte a um discurso sobre as propostas dos Partidos Democratas Cristãos para a América Latina, inclusive a formação de uma União Parlamentar Latino-Americana, defendeu que o subdesenvolvimento da região só poderia ser vencido pelo esforço conjugado dos subdesenvolvidos, que as ajudas das grandes potências eram "*necessárias, porém secundárias*", e que o essencial era mobilizar as forças de trabalho existentes pois o subemprego era "*fator essencial do subdesenvolvimento*". Apoiava a criação de uma união parlamentar regional, até porque "*os governos, na América Latina, estão bem longe de representar os povos e a vontade dos povos latino-americanos*" (Anais, 1959, v. II, p. 332) pois muitos eram representantes de um grupo ou de uma facção política cujos interesses nem sempre coincidiam com os nacionais.

No dia 14/04/59, foi designado pelo PTB que, segundo ele, era "*um Partido de massas, que tem suas origens nos mais íntimos anseios do povo brasileiro, nas suas aspirações mais profundas*", para discursar na sessão comemorativa do Dia Pan-Americano. Afirmou que foi "*a política anticolonialista do século passado que deu origem a este sentimento, chamado de pan-americanismo*" (Anais, 1959, v. II, p. 440). Também que Simon Bolívar (1783-1830) foi "*quem primeiro formulou o que ele chamou de Pacto Americano*", sendo o mesmo precursor das idéias que deram origem à Liga das Nações e à ONU, e que foram utilizadas, sob a forma de doutrina elaborada, por James Monroe (1758-1831, presidente dos EUA de 1816-1824). A Doutrina Monroe (1823), segundo ele, foi "*inicialmente, um desejo de libertação contra o colonialismo e*

---

[235] Não descobrimos a razão do nome mas, em época de Guerra Fria, bem que poderia ter sido uma relação com Argos (lat: *Argus*), personagem da mitologia grega que possuía cem olhos, dos quais somente cinqüenta *dormiam*, permanecendo os outros cinqüenta sempre abertos. Era o símbolo da vigilância, à qual nada escapava.

*uma defesa contra as ameaças de certas potências européias*" e, analisada profundamente, "*disciplinou a ação dispersa das políticas das pequenas nações que compunham o nosso continente*" e tinha em seu bojo "*uma boa dose de sentido prático e nacionalista*", "*de afirmação do espírito de nacionalidade através da compreensão internacional.*"

> "*E era isso que visava – Monroe – unir todas as nações – a fim de que elas pudessem, mutuamente, se ajudar e se defender, embora até certo ponto tuteladas sob a égide da grande potência que se desenhava já no panorama mundial, os Estados Unidos da América.*" (Anais, 1959, v. II, p. 441)

Mas, era uma atitude mais de audácia política pois a disposição em defender o território de toda a América não correspondia ao poder bélico do país na época – o que é discutível, exceto se as forças européias fossem conjugadas. Para ele, esta doutrina nunca foi levada totalmente ao pé da letra, pois nem sempre os EUA vieram em socorro de algumas agressões ocorridas, como ilustrava o caso das Ilhas Falklands[236].

Os princípios do pan-americanismo tiveram boa receptividade, "*embora constituíssem uma iniciativa unilateral, partida dos EUA, com um sentido paternalista de dar a sua proteção aos demais países do continente.*" Mas, em razão da revolução anticolonial que se processava em todos os quadrantes do mundo, era preciso uma nova orientação em razão da diferente realidade política. O continente americano não era um só, "*nem geográfica, nem culturalmente*". Culturalmente eram duas Américas, e a América Latina havia se formado "*sob o signo da colonização medieval*" pois a Península Ibérica, nos séculos XV e XVI,

> "*ainda estava eivada daquele medievalismo que já tinha sido ultrapassado na Europa para além dos Pirineus, mas permanecia vivo na Espanha e Portugal. Já a América inglesa fora colonizada sob signo diferente, sob um signo pós-renascentista e pós-luterano, um signo muito mais do mercantilismo do que do medievalismo. Essa diferença de formação levou essas duas forças culturais da América a tomarem rumos até certo ponto divergentes: a América inglesa, um rumo mais pragmático, e a América Latina, um rumo mais lírico; uma, defendendo mais os negócios, e outra, defendendo mais a cultura tradicional.*" (Anais, 1959, v. II, p. 443)

Afirmou, ainda, que a luta não era mais relativa ao colonialismo político, "*pois já somos repúblicas livres, mas do colonialismo econômico, ao qual continuamos subjugados.*" O pan-americanismo só poderia sobreviver se nele fosse insuflado um "*espírito de nacionalismo e de antiimperialismo*", se fosse uma doutrina de "*verdadeira cooperação mútua*" – e não de tentativas de manter, mesmo em moldes disfarçados, qualquer nação sob a tutela estrangeira –, sem "*aquelas ajudas que não ajudam*", sem intervencionismo ou tutelismo. Era uma etapa necessária para a paz, "*para a futura organização de um governo mundial*", para a diminuição do largo fosso que separava o mundo em dois grupos de povos: os que não comem e os "*que não dormem, aterrorizados pela ameaça de revolta dos que não comem.*"

Reafirmou que sempre fora a favor de um governo mundial, que não havia raças superiores nem inferiores e nem "*povos predestinados ao bem ou ao mal*", que as guerras iriam desaparecer, "*encerrando, assim, a fase bárbara da história da humanidade*" pois as conquistas da ciência e da técnica permitiriam afastar "*todos os fatores geradores dos conflitos internacionais.*" Que não era difícil acabar com a fome,

---

[236] As ilhas *Falklands* ou Malvinas, localizadas no Atlântico Sul, ficaram conhecidas pelos europeus em 1592 e foram colonizadas (não possuíam autóctones), a partir de 1764, por maluínos (possivelmente, da região francesa de Saint-Malo; daí o nome *Maluines*, que se tornou Malvinas em espanhol) conduzidos pelo navegador francês Louis A. Bougainville (1729-1811). Foram seguidamente ocupadas pelos espanhóis e pelos ingleses (que expulsaram os argentinos em 1820) que, em 1833, estabeleceram a soberania britânica no arquipélago. A quase totalidade de seus habitantes (os *Kelpers*) tem origem britânica. O exemplo não é dos mais adequados face à distância, à área conquistada e ao controle daquela rota não ser fundamental, na época, para os EUA.

que, apesar de afirmarmos que vivíamos sob o signo da ciência, politicamente ainda agíamos "*dentro de princípios e sistemas sociais pré-científicos*", sendo um deles – e dos mais nefastos – "*a idéia da soberania absoluta nas nações*", em nome da qual os países criavam "*dispositivos materiais e morais para a eclosão das guerras*". Não havia maior contra-senso do que querer alcançar a paz com instrumentos de guerra; conquistar a paz "*pela supremacia da força armada constitui uma utopia bem maior do que a conquista da paz pela força da lei.*" O caminho, para isto, era a criação de uma Federação Mundial que, limitando aspectos da soberania nacional em divergências internacionais, evitaria os conflitos armados[237]. Foi para abrandar a exacerbada tensão social mundial que tinha sido criada a ONU, um meio caminho para o Governo Mundial e razão da existência da chamada "*coexistência pacífica*". Mas a ONU era somente internacional e não supranacional, como seria o Governo Mundial, cuja implantação permitiria a "*cooperação pacífica*".

Embora dissesse que a Doutrina Monroe teria sido, posteriormente, desvirtuada, não entendia que ela, desde o início, era um conjunto de princípios de política externa, visando preservar o continente americano contra as intervenções colonizadoras européias para obter o controle do mesmo para os EUA. Aliás, a Doutrina Monroe, cujos desdobramentos foram o Corolário Polk (1845) e o Corolário Roosevelt (1904) – inauguração oficial da política do *Big Stick* –, derivava do Destino Manifesto, que fez com que os EUA se auto-elegessem "*salvadores da América*" como parte de sua "*missão civilizadora*". Foi o que ele escreveu, alguns anos depois, em *Sete Palmos da Terra e um Caixão*, sobre os EUA: "*Dispõem da Doutrina Monroe que se transformou na carta de intervenção permanente. Acreditam os norte-americanos, ardentemente, na virtude do liberalismo e estão persuadidos de sua missão civilizadora.*" (Castro, 1967**a**, p. 177) Escreveu que, em busca de seus objetivos no continente, "*desejavam os EUA que não lhes opusesse a América Latina qualquer resistência.*" (Ibidem, p. 178)

Em maio de 1959, em uma comunicação cujo objetivo era um elogio à *Operação Nordeste* (CODENO), afirmou que o Brasil possuía um império em seu interior e o Nordeste era "*a parte colonial deste império, a parte colônia explorada pela metrópole, colocada na região Sul do país*" (Anais, 1959, v. IV, p. 39) e a CODENO poderia alterar isto. Entretanto, não bastava a iniciativa governamental; era importante a ação de outros grupos, principalmente as classes empresariais. Elogiou a ocorrência do Seminário de Desenvolvimento Econômico do Nordeste, em Garanhuns (PE), promovido pelo Conselho Nacional da Indústria (CNI), que debateu os problemas de base na região, inclusive o das estruturas agrárias que, "*em seu arcaísmo, feudalismo ou atraso*", constituía um terrível entrave.

Em apartes a um discurso, fez uma defesa da Petrobrás (Anais, 1959, v. IV, p. 289), falou sobre a situação dos negros no dia 13 de maio, lembrando a situação precária de suas condições de vida, que estas não melhoraram e ficaram mais precárias pois antes "*os senhores dos escravos os defendiam pois eram uma peça de sua propriedade*" (Anais, 1959, v. IV, p. 292) e, emancipados, "*ficaram abandonados à sua desgraça e ao seu infortúnio*", com gritantes índices de mortalidade, pois continuava um escravo econômico, um escravo da terra improdutiva e da fome. Em outro aparte, reafirmou que a solução para o problema do Nordeste não estava desvinculado da solução do subdesenvolvimento em outras áreas do país, entre elas, a Amazônia e o Brasil Central e, citando o economista Gunnar Myrdal, afirmou que o

[237] Não poderia imaginar que, após a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria, o Trópico de Câncer se transformaria em uma linha divisória (em uma espécie de *Cortina do Pão*) entre o bloco alimentado e o bloco subnutrido, que haveria um aumento de Estados e de guerras locais, e que entraríamos no século XXI com ditadores, nacionalismos tribais, governos teocráticos, bombas atômicas em países famintos, violência etc. Ainda que a ONU continuava incapaz de impedir guerras, como a invasão dos EUA e R.U. no Iraque em 2003, apesar da decisão contrária de seu Conselho de Segurança.

"*subdesenvolvimento de determinadas áreas do mundo é, antes de tudo, de desintegração de sua economia.*" (Anais, 1959, v. IV, p. 632) Aproveitou para criticar o que considerava ser o ponto frágil do projeto que criava a SUDENE: uma estrutura que não permitia coordenação e superintendência na escala hierárquica desejável, eficaz.

Também em maio, realizou um discurso importante[238] sobre o projeto que instituía a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Elogiou o estabelecimento legal de empreendimentos das reformas necessárias à economia regional, de emancipar de sua economia *de tipo colonial*. Teceu críticas ao Plano de Metas, que pecava

> "*por um setorialismo exagerado, tratando de desenvolver a parte já desenvolvida do Brasil, concentrando os escassos recursos, as disponibilidades e as poupanças raras que possuímos* […]*, concentrando esses escassos recursos apenas, ou quase inteiramente, numa das regiões do Brasil, com esquecimento de outras, as mais subdesenvolvidas de um país subdesenvolvido, exatamente a Amazônia e o Nordeste. Este plano de metas foi concebido dentro da premissa de um teorismo econômico, ou melhor, de um economismo puro, exageradamente ortodoxo, de que se deve promover o desenvolvimento num país subdesenvolvido à base do impulsionamento dos centros ou núcleos já com gérmens de expansão econômica, a fim de reforçar o seu ritmo de desenvolvimento concentrado nessa área, iríamos dar impulso à riqueza nacional que seria redistribuída e iria influenciar as zonas mais distantes e mais atrasadas do país.*
>
> […] *Quando concentramos os recursos financeiros, as disponibilidades do país quase que só na região do Sul, estamos cada vez mais alargando o fosso que separa dessa região industrializada e relativamente próspera dessa outra região de economia primária* […] *que é a região do Nordeste.*" (Anais, 1959, v. IV, p. 526)

Concordava com as críticas de que a atividade do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDE), coordenado pelo economista paraibano Celso Furtado, tinha menosprezado a questão agrícola e colocado demasiada ênfase na industrialização, pois o plano também seria setorial, cuidando do setor industrial e esquecendo o setor agrícola, sendo este último um pré-requisito para uma indústria menos onerosa e um dos focos de agitação que poderá por em perigo a segurança interna do país.

No período, segundo ele, os índices de crescimento econômico já começavam a declinar[239] pois alguma coisa estava entravando as forças de produção, apesar do esforço do governo e do respeito do povo ao impulso de expansão econômica, *apagando* o enorme custo deste processo traduzido nos elevados índices do custo de vida. Um destes entraves era o desnível entre os setores agrícola e industrial e esta contenção derivava de vários mecanismos, como o fato de serem regiões povoadas, como o Nordeste, com índices econômicos marginais.

> "*O Nordeste está dentro das fronteiras geográficas, mas fora das fronteiras econômicas. É como se fosse uma colônia dentro do próprio país, como se o Brasil fosse um império dentro da sua própria casa. É que o Nordeste não tem sido outra coisa senão uma colônia que produz matéria-prima para enriquecimento de outras áreas do Brasil.*" (Anais, 1959, v. IV, p. 528)

---

[238] Como normalmente ocorria, avisado no final pelo presidente da sessão que o seu tempo havia se esgotado e ele a dizer "*vou terminar*", demorando para cumprir esta promessa.

[239] Segundo o autor do discurso, os índices de "*crescimento do produto líquido, real*" em relação ao ano anterior tinham sido os seguintes: 1950: 11,7%, 1951: 11%, 1954: 11%, 1955: 2,9%, 1956: 4,7%, 1957: 4,5% e 1958: 4,9%, sendo este último derivado do aumento da produção do café e se descontada a "*safra de café invendável*", estocado e sem mercado, este índice seria de apenas 3,5% (Anais, 1959, v. IV, p. 527).

Esta marginalização provocava a falta de "*um mercado interno sólido e em expansão*", que constrangia o nosso crescimento, pois não tínhamos condições de concorrer no mercado internacional. Tínhamos feito aqui uma revolução industrial visando uma produção massiva sem promover "*as medidas necessárias ao consumo de massa.*"

Outra razão era a relativa escassez de matérias primas no Nordeste, que possuíam um "*alto custo pela baixa produtividade da agricultura regional*" e dificultavam a industrialização regional. Além disto, o elevado custo dos produtos de subsistência, superiores no Nordeste em relação ao Sul, forçaria as indústrias a pagarem um salário maior "*para atender as necessidades básicas de vida do trabalhador nordestino*"; se pagassem pouco, os trabalhadores desnutridos teriam uma produtividade muito baixa. Este seria o dilema salarial: se baixo, mataria o operário de fome e, se elevado, impediria a expansão da indústria. Daí a necessidade "*de desenvolver paralelamente à indústria, a agricultura*". O Nordeste também era um fator grave à expansão de nossa economia devido ao êxodo rural, que criava graves problemas urbanos de "*marginalismo econômico e social*", gerando u'a massa inativa para a economia que exigia investimentos para lhe dar "*assistência social, médica e alimentar, fazendo com que o governo, em última análise, esteja a subsidiar a desocupação.*" Recursos que seriam utilizados para alimentar a miséria sem resolver os problemas desta miséria. Citou, como exemplo, os planos de assistência social aos flagelados da última seca, que derramaram bilhões de cruzeiros que serviram "*apenas para enganar a fome daquela multidão de famintos e para aumentar a barriga dos intermediários sabidos, cavaleiros de indústria, da única indústria que prospera no Nordeste – a indústria da seca*." (Anais, 1959, v. IV, p. 529)

O projeto da SUDENE era de feitio diferente, não mais de

> "*simples paternalismo, sentimentalismo ou humanitarismo, do 'irmão, ajuda a teu irmão', da ajuda do homem do Sul ao Nordeste,* […]*. Na verdade, o Nordeste, pobre e desgraçado, tem também ajudado enormemente o Sul a expandir-se em sua economia, através das divisas obtidas com a exportação de seus produtos primários, …* [que eram] *utilizados, com preferência abusiva e injusta, no plano de desenvolvimento do Sul.*" (Anais, 1959, v. IV, p. 529)

Dada a importância deste projeto para a região, protestava contra o regime de urgência adotado em sua tramitação, que impedia que ele fosse melhor analisado e, assim, aprimorado. Pleiteava o regime normal justamente porque tinha pressa em mudar o Nordeste e os dias a mais no Parlamento seriam ganhos depois no campo social. Fora o impulso emocional que criara a nossa previdência social, "*uma das coisas mais esdrúxulas existentes*", uma previdência de fachada, sem profundidade.

Afirmou que todos os problemas do país, inclusive os morais, tinham "*suas raízes no problema econômico*" e que a falta de integração do homem brasileiro, inclusive da ação política, fazia com que fossem escassos em todos os partidos os homens probos e, por isso, boa parte abusava do poder toda vez que o alcançava. Educação, saúde e moralidade eram "*bens de consumo que se compram com as suas disponibilidades econômicas*" e 80% do país não podiam comprar nada, quanto mais os bens citados.

Para ele, o projeto de criação da SUDENE fazia somente uma "*leve referência à existência de um plano diretor*" e que este era desconhecido, e o documento apresentado continha imperfeições e interpretações que mereciam reajustamentos. Um deles era o fato de o documento frisar que existia, no Nordeste, "*um excedente estrutural de população e que* [era] *preciso drená-lo para outras regiões.*" Discordava da existência deste excedente em uma área cuja densidade demográfica era de 16 hab/km² quando havia países, como a Holanda e a Bélgica, com centenas por quilômetro quadrado e que era "*excedente estruturalmente em relação à falta de horizonte de trabalho da região, mas não em relação às suas potencialidades geográficas.*" O documento também afirmava que a pobreza regional

era "*resultante de sua pobreza física, do seu solo ingrato, do seu clima impróprio, da sua falta de riqueza natural*"; discordava disso e dizia que, se isto fosse verdade, não haveria nada a ser feito e era inútil criar um plano para uma área impossível de se desenvolver. A pobreza regional, dizia ele, era "*muito mais produto de condições sociais, econômicas e culturais*", e que a água existia em abundância no rio São Francisco – precisava era ser melhor distribuída. Outro problema do plano era dar uma atenção excessiva à industrialização, sem se preocupar o suficiente com a agricultura, principalmente a de subsistência.

Criticava ainda o fato de o documento-base pregar que as áreas irrigadas deveriam servir à expansão de plantas xerófilas através da cultura de fibras pois, em uma região de fome, estas terras deveriam ser destinadas a culturas de subsistência que, na região, era apenas "*axilar, ou intercalar*", feita entre as filas dos cultivos de cana ou algodão e no intervalo de tempo destas culturas de exportação, uma estrutura do tipo colonial e feudal causadora do atraso regional. Além disso, não havia no documento-base uma só palavra a respeito de um dos principais fatores de contenção do crescimento regional: a estrutura agrária, "*herdada do feudalismo da colonização portuguesa que aqui se fez nos séculos XV e XVI, apesar de o resto da Europa, dos Pirineus para lá, estar em plena idade moderna.*" (Anais, 1959, v. IV, p. 529)[240]

Colaborou, na Comissão do Orçamento, na preparação de um substitutivo a um artigo (art. 14) que isentava de "*quaisquer impostos e taxas de importação*" os equipamentos destinados ao Nordeste, desde que sugeridos pela SUDENE, pois isto prejudicaria as empresas já existentes no país ao facilitar enormemente, através de privilégios e vantagens, a transferência de "*companhias estrangeiras de interesses antinacionais*". A emenda por ele preconizada, em parágrafo único, proibia que a isenção beneficiasse a importação de equipamentos cuja produção, de forma adequada, podia ser realizada em território nacional. Afirmando que no sentido de defender não só determinadas regiões mas todo o país, foi que tinha sido criada a União Parlamentar Norte-Nordeste, da qual fora eleito o primeiro presidente e cujos estatutos, que o definiam como "*bloco parlamentar apartidário*", leu em plenário[241].

Ainda em maio, apresentou um projeto (nº. 290/59) que autorizava o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) a vender, mediante concorrência, "*bens móveis de seu patrimônio, quando forem considerados inservíveis e não puderem ser recuperados*" (Anais, 1959, v. IV, p. 568), visto que os mesmos, conforme a legislação (nº. 1310/51, art. 14, letra a) só poderiam ser alienados através de autorização em lei. Também efetuou outro discurso, cujo tema básico foi o problema da sucessão presidencial. Nele exortou os partidos a evitarem o "*envenenamento psíquico das massas, através da propaganda ou da falsa propaganda feita através de símbolos* ou de *mitos*" (Anais, 1959, v. IV, p. 751) e sim proporcionar às mesmas o "*conhecimento exato de nossa realidade social.*" Definiu os partidos como partes de um todo, "*que é a consciência política nacional*", que cada um deveria ter "*um compromisso com uma parcela da opinião pública*" e aspirar o desenvolvimento "*dentro de uma formulação doutrinária*". Ponderou que haviam partidos que desejavam o desenvolvimento econômico em seu *strictu sensu*, sem alterar a estrutura social vigente, dada a posição privilegiada dos grupos que defendiam e os que advogavam que só poderia ocorrer este desenvolvimento "*com uma paralela reforma de base das estruturas nacionais.*"

---

[240] Sobre sua posição à respeito do feudalismo nordestino, já comentamos no capítulo anterior. Mas a afirmação contém um erro grosseiro ao afirmar que toda a Europa, a leste dos Pirineus, se encontrava "*em plena*" Idade Moderna. Aliás, não somente ele; diversos autores falam em *civilização européia*, *dominação européia* ou *a Europa vivia em plena Revolução Industrial*, como se o velho continente tivesse tido um processo unívoco de implantação do capitalismo ou contivesse uma cultura homogênea.

[241] Os estatutos foram aprovados em Assembléia Geral, realizada em 29 de maio de 1959, e se encontram publicados nos Anais, 1959, v. IV, p. 536-537.

Insistiu na necessidade de uma *espécie de autocrítica* da conduta política dos parlamentares[242] e citou a ausência de uma identificação e de uma ligação entre o povo e os partidos. Pregou que o Brasil deveria ocupar sua liderança natural na América Latina e, para isto, bastava que o país "*tomasse internacionalmente a posição que lhe compete, confessando ser um país subdesenvolvido e advogando a causa das áreas subdesenvolvidas do Mundo*", e não se aliasse às grandes potências que oprimiam os países subdesenvolvidos. Retomou, então, a discussão do Plano de Metas, que vinha sofrendo injunções de toda ordem, por sua própria elaboração – "*que não foi ideal*" – e pela interferência de ações externas.

Apregoou que, para se desenvolver, era necessário combater o sistema da economia internacional, que a chamada *ajuda internacional*, na prática, não ocorria para a emancipação dos países[243] e que as potências nos forçavam a reprimir o "*ritmo de expansão econômica através do termo das trocas comerciais entre nossas matérias-primas exportadas e as importações de bens ou equipamentos de que necessitamos*", o que provocava uma balança de pagamento a nós desfavorável e nos impedia de equiparmos. Além disto, ocorriam pressões, inclusive do FMI, para a importação do "*não essencial em lugar do que nos é de mais utilidade*".

De mais a mais, existiam fatores internos, como o superdimensionamento do Plano em relação às nossas disponibilidades financeiras, o que forçava a nos entregar à *ação paternalista* de uma potência, os EUA, "*cujas ajudas não são dadas desinteressadamente*" e sim de acordo com seus interesses estratégicos e de poder político pois, como afirmou Gunnar Myrdal, "*não tenhamos ilusão de obter ajuda internacional senão em troca de dependência aos interesses das grandes potências.*" Outros aspectos seriam a prioridade exagerada dada a um setor (industrial) e a uma área (Centro-Sul), e a falta de mudanças das estruturas sociais superadas, pois necessitávamos de reforma agrária[244], da Previdência Social, bancária e eleitoral. Por todos estes motivos, a sucessão presidencial deveria ser encarada mais por prismas doutrinário, filosófico ou econômico do que pelo emocional.

Em junho, apresentou um projeto (nº. 442/59) que dispunha sobre a utilização de terras em áreas de monocultura e explotação mineral para a implantação de cultivos básicos de produtos alimentares. Partindo da premissa de que nas áreas citadas as lavouras de subsistência dificilmente eram praticadas e a obtenção de alimentos se fazia a preços excessivos, propôs (art. 1º) que o Serviço Social Rural (SSR) ficasse "*encarregado de promover as condições para o desenvolvimento da cultura dessas lavouras em regime de organização de grupos de família.*" O projeto previa (art. 3º) a

> "*desapropriação por interesse social, com perda total ou utilização temporária da propriedade, nas áreas monoculturas ou em terras adjacentes à área cultivada pelas usinas de açúcar, fazendas de cacau e outras explorações de caráter acentuadamente monocultor, para neles permitir o estabelecimento de lavoura de subsistência.*" (Anais, 1959, v. VII, p. 104)

A desapropriação não incidiria sobre propriedades que arrendassem "*a título gratuito e pelo prazo mínimo de dois anos a grupos de agricultores, num mínimo de 10% da superfície normalmente plantada com a cultura preferencial*" (art. 1º, § 2º); as terras

---

[242] Nela incluiu a definição de qual tipo de desenvolvimento seria desejável para o país e por que o atual processo não estava tendo a necessária eficácia em sua realização (Anais, 1959, v. IV, p. 758).

[243] Como exemplo, citou os bilhões de dólares dos EUA para o auxílio às regiões subdesenvolvidas, cuja quantia era um mito pois "*quatro quintos dela são reservados para ajuda exclusiva no campo militar. Reservados para a defesa militar dos EUA, e não para o interesse econômico e social de seus aliados subdesenvolvidos.*" (Anais, 1959, v. IV, p. 756)

[244] Voltou a insistir na necessidade de se alterar o regime feudal da terra, lembrando que a França possuía o mesmo número de propriedades agrícolas que o Brasil, com uma área correspondente à 6% da nossa, que a área cultivada do país era de apenas 2% do território e que os minifúndios constituíam a quarta parte (500 mil) dos estabelecimentos e ocupavam apenas "*0,5% da extensão de terras de propriedades agrícolas.*" (Anais, 1959, v. IV, p. 758-759)

destinadas às lavouras de subsistência deveriam possuir "*condições de fertilidade suficientes à sua produção*" (art. 1º, § 3º) e seria conveniente que fossem contínuas "*a fim de facilitar o emprego de melhores técnicas de produção*" (art. 4º). Sementes, adubos e outros materiais necessários ao cultivo seriam "*cedidos pelo Ministério da Agricultura, nos primeiros dois anos de execução do programa*" (art. 5º), exceto no caso de máquinas agrícolas, que seriam cedidas "*a título de empréstimo*" (art. 5º, § único).

O SSR deveria dar "*a essas comunidades de produção uma organização cooperativista*" (art. 6º), e na primeira fase de execução, que abrangeria um período de três anos, sua aplicação seria feita no Nordeste (art. 6º, § único). As verbas necessárias seriam constituídas das cotas de Auxílio Federal não pagas ao SSR, no período 1956-1958, e da prorrogação, por mais dez anos, do auxílio à entidade citada (arts. 7º e 8º). A movimentação destas verbas far-se-ia dentro do SSR, "*sob o título de Fundo do Programa de Produção e de Melhoria Alimentar*" (art. 8º, § único), criado nesta lei, para o qual iriam 50% da verba federal destinada ao SSR, a partir de 1960 (art. 9º), e por conta do qual correriam o custo das desapropriações, que seria "*ressarcido com as transferências das terras às cooperativas ou aos grupos de família.*" (art. 3º, § 1º) Caberia ainda ao SSR entrar em contato com os órgãos federais de política alimentar, inclusive para solicitar-lhes apoio (art. 10, § único) e por "*em prática os serviços de* organização *e melhoria de comunidades que lhe estão atribuídos*" (art. 11).

Na justificativa, colocou o projeto como uma proposta relacionada à questão da saúde pois o fator mais importante, capaz de influenciar a saúde das pessoas, era o da alimentação, cuja carência participava da patogenia das doenças. Lembrou que doenças de massas, como tuberculose, tracoma, lepra, verminose e outras, embora possuíssem "*um agente patogênico específico, as suas manifestações mórbidas, a sua evolução dependem, enormemente, do estado de resistência orgânica dos grupos humanos, isto é, do seu estado de nutrição.*" (Anais, 1959, v. VII, p. 105)

Em 12/06/59, apresentou um projeto de resolução da Câmara dos Deputados (PRC 020/59), cuja ementa estabelecia o seguinte: criação de uma Comissão Especial para proceder a investigação e os estudos necessários à elaboração de projetos de lei que consubstanciassem uma Política Nacional de Abastecimento; esta proposta foi arquivada definitivamente, nos termos do artigo 104 do Regimento Interno. Em outra sessão, durante uma discussão sobre um requerimento que convocava o Ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre as negociações com o FMI, fez um aparte para dar um testemunho, para mostrar até onde interferia a "*prepotência de certos países, com seu poder econômico*", na decisão de organismos internacionais. Segundo ele, as tentativas de entendimento com o FMI estavam sendo bloqueadas pela interferência dos EUA e que o argumento de que, no referido organismo, o voto de um país era idêntico ao de outro, não procedia pois, na realidade, os votos não eram iguais[245]. Contou que, como presidente da FAO, teve a desdita de comprovar as pressões violentas dos EUA, "*até na admissão de pessoal, fichado segundo a orientação de ser a favor ou contra a prepotência do imperialismo colonialista dos EUA*", e que Lord Boyd Orr teve que deixar a direção da FAO por pressões dos EUA e do R.U., por não defender os interesses "*dessas potências imperialistas*". Testemunhou que, como presidente da FAO, teve uma entrevista com Harry Truman (1884-1972, presidente dos EUA de 1945 a 1952) para

[245] "*Cada país membro do FMI conta com 250 votos de base e mais um voto por cada participação de cem mil dólares para a constituição do Fundo. Considerando, como sabemos, que a grande quota é dos Estados Unidos, este país, além dos 250 votos, dispõe de mais 275 votos para pressionar e fazer predominar a sua vontade dentro do Fundo Monetário Internacional.*" (Anais, 1959, v. VII, p. 161)

propor a criação, na FAO, de uma Reserva Internacional de Alimentos através da utilização de excedentes de alimentos que se acumulavam em vários países[246], e obteve a seguinte resposta:

> "*Se eu não fosse Presidente dos Estados Unidos da América estaria de acordo com o senhor, e apoiaria o seu pedido, mas na qualidade de presidente deste país, não posso concordar com o seu projeto. Os Estados Unidos não podem dar os seus alimentos, os seus excedentes, indiscriminadamente aos povos que tem fome, mas devem usar esses alimentos como uma arma política para pressionar e obter aliados para a nossa causa.*" (Anais, 1959, v. VII, p. 162)

Ou seja, os EUA, como ele mesmo afirmou, negociavam "*com a fome do mundo para manter a sua prepotência, o seu colonialismo econômico e o seu imperialismo*." Como sempre, terminou seu discurso dizendo que os povos do mundo estavam *despertando* e que o presidente do país saberia defender a dignidade e a soberania nacionais.

Também em junho, fez um discurso para encaminhar a votação de um projeto que prorrogava a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), o órgão encarregado de controlar os preços, principalmente dos produtos de primeira necessidade. Nele, citou seus conceitos sobre crescimento econômico, lembrou dos perigos da elevação demasiada do custo de vida[247] e da fome, a qual era um fator de marasmo econômico mas, às vezes, de estímulo de mudança que "*pode conduzir os povos aos caminhos mais inesperados. Foi o cerco da fome que conduziu o Japão ao fascismo e à guerra e que libertou a China da opressão colonial.*" (Anais, 1959, v. VII, p. 711).

Mesmo discordando da COFAP em razão de sua inoperância, de somente se preocupar com o "*problema do último estágio da distribuição, sem se preocupar com os problemas da produção e da comercialização*" e, muitas vezes realizando importações que concorriam e desequilibravam a produção, votava a favor da manutenção do mesmo por mais um ano. Ruim com ela, pior sem ela; tolerava sua existência desde que, no prazo de três meses, o governo enviasse um projeto regulamentando o abastecimento, para substituir aquele órgão – que servia "*apenas para denunciar e punir quitandeiros*" –, por outro que penalizasse "*as manobras do poder econômico, tanto externas quanto internas*".

Em seu discurso fez, basicamente, referências ao custo de vida no período JK, justamente aquele (com exceção de 1961, início do governo Jango) em que tivemos os maiores salários-mínimos de nossa história, embora grande parte da população, principalmente a rural, vivesse na informalidade e não o recebesse.

---

[246] "*... a verba que os Estados Unidos gastam hoje, no armazenamento de seus excedentes, é várias vezes maior do que toda a sua ajuda técnica e financeira aos países subdesenvolvidos do mundo.*" (Anais, 1959, v. VII, p. 162)

[247] Segundo ele, o aumento do custo de vida tinha sido de 23% em 1955, 21% em 1956, 17% em 1957, 14% em 1958, mas que, nos quatro primeiros meses de 1959, já era de 19%, o que vislumbrava um aumento de 57% para o ano (Anais, 1959, v. VII, p. 711).

Tabela 32. Salário-mínimo real nos estados da Guanabara e de São Paulo, de 1944 a 1967

| **Ano** | **Índices** (Base: 1944 = 100) | | **Ano** | **Índices** (Base: 1944 = 100) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Guanabara** | **São Paulo** | | **Guanabara** | **São Paulo** |
| 1944 | 100 | 100 | **1956** | **150,9** | **147,0** |
| 1945 | 84,2 | 80,3 | **1957** | **159,8** | **153,8** |
| 1946 | 74,1 | 70,9 | **1958** | **140,2** | **133,3** |
| 1947 | 60,7 | 53,8 | **1959** | **106,3** | **101,7** |
| 1948 | 58,0 | 49,6 | **1960** | **140,2** | **130,8** |
| 1949 | 55,4 | 50,4 | 1961 | 161,6 | 146,2 |
| 1950 | 50,9 | 47,9 | 1962 | 137,5 | 123,9 |
| 1951 | 53,6 | 53,0 | 1963 | 128,6 | 114,5 |
| 1952 | 122,3 | 124,8 | 1964 | 124,9 | 116,3 |
| 1953 | 107,1 | 101,7 | 1965 | 119,6 | 112,8 |
| 1954 | 144,6 | 138,3 | 1966 | 107,1 | 97,4 |
| 1955 | 142,9 | 139,3 | 1967 | 104,5 | 95,7 |

Fonte: Francisco de Oliveira. *Apud* Nadai e Neves, 1991, p. 246
Modificado pelo autor (em **negrito** o período JK)

A tabela acima demonstrava uma queda violenta do salário-mínimo logo após a sua implantação, durante o governo Dutra, uma retomada no segundo governo Vargas e durante os anos JK, e uma deterioração do mesmo nos anos sessenta, notadamente após a deposição de João Goulart, o que pode ser melhor verificado na figura a seguir:

Figura 11. Índices do salário mínimo na cidade do Rio de Janeiro, de 1953 a 1975

Índice real de valor 1965=100

Fonte: Scuro Neto, 1986.
Transcrito conforme o original

Em 1960, o salário médio mensal de trabalhadores agrícolas adultos, *de enxada*, era de Cr$ 3.950,00, enquanto o dos operários industriais era, em média, Cr$ 11.398,00, o que também estimulava o êxodo rural. Colaborava ainda a desigualdade na fixação dos salários-mínimos, que eram diferentes por região[248]. As grandes cidades exerciam atrativos, diversões, possibilidades de mobilidade e de ascenção social, mas também frustrações, desemprego, sub-habitação e solidão.

[248] Em 1966, o menor salário-mínimo foi fixado no PI (Cr$ 48.000,00); na GB e em SP era de Cr$ 84.000,00. No interior dos estados a situação também era diferente; em Salvador, a renda média *per capita*, em 1958, era de US$ 120, enquanto em todo estado da Bahia era de US$ 35.

Em uma comunicação feita em outra sessão, parabenizou o *Jornal das Letras*[249] pelos seus dez anos de existência, uma façanha, segundo ele, em um país "*onde os problemas da cultura são relegados a um segundo plano e onde os próprios poderes públicos não ajudam em escala desejável* ..." (Anais, 1959, v. IX, p. 319). Durante um debate sobre a convocação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para esclarecer sobre uma vultosa compra de tecidos realizada pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)[250], do qual Josué de Castro havia sido o fundador e primeiro diretor, disse que fora obrigado a renunciar ao cargo porque sentira

> "*evidentemente que se desejava transformar aquele serviço num organismo político com o sentido mais de dar almoços e jantares a grupos políticos e empregos aos afilhados do que, na verdade, resolver o grave problema da alimentação do trabalhador brasileiro.*" (Anais, 1959, v. IX, p. 425)

Declarou que há anos protestava contra os desfalques, os desvios de verbas e outros escândalos que não eram apurados e nem seus responsáveis penalizados. Criticou alguns diretores mas defendeu a existência do órgão; o fato de ser mal administrado e ser um foco de ladrões e aproveitadores decorria mais de nossa estrutura política do que da idéia de sua existência. Também se manifestou contra a proposta de fechar os postos de abastecimento do SAPS, afirmando que davam lucros e que era o roubo que dava prejuízo, e esperava uma atuação enérgica do ministro do Trabalho para "*desinfetar os ladrões de um dos maiores coutos de ladrões da República que tem sido o SAPS no Brasil.*"

Também leu uma comunicação solicitando a realização de um apelo contra a execução do escritor Caryl Chessman, para que a pena fosse comutada para prisão perpétua[251]. Nela escreveu que o clamor público contra a execução era uma expressão moral de "*responsabilidade coletiva para com a vida de cada indivíduo*", que sua morte não seria um ato de justiça "*mas apenas a consumação de um assassínio legalizado*" e que "*sendo por formação e convicção, contra a pena de morte, cuja existência não compreendo em qualquer país que se diga cristão, quando o cristianismo é antes de tudo perdão e não vingança, não poderia me calar* ..." (Anais, 1959, v. IX, p. 615).

Em outra comunicação, veio à público para comentar uma nota publicada no jornal Diário Carioca[252] sobre um filme que ele havia realizado, intitulado "*O drama das secas*". A nota, denominada *Propaganda negativa*, afirmava:

> "*Rosselini veio da Europa, custeada sua viagem não se sabe por quem, com o objetivo de filmar os aspectos mais negativos do Nordeste em plena seca.* [...] *E o incrível é que à frente dessa exibição esteja um deputado nordestino de filauciosa tendência marxista.* [...] *Rosselini parece que trabalhou para a propaganda comunista que vai apresentar ao mundo o Nordeste brasileiro como*

---

[249] Segundo um deputado que o aparteou, era o "*único, na verdade, dedicado à literatura no Brasil*..." (Anais, 1959, v. IX, p. 320). Fundado em 1949 por três irmãos, era, no período, presidido por um deles, o médico José Elísio Condé (1907-1971). Era um mensário de literatura e artes e, como seus fundadores e o discursador, pernambucano.

[250] Como já citamos, foi criado no governo Vargas com o nome de Serviço Central de Alimentação, no âmbito do Instituto dos Industriários; depois, foi ampliado e transformado no SAPS. As direções destes órgãos sempre estiveram na órbita de influência do PTB.

[251] Chessman seria conduzido à câmara de gás na prisão de San Quentin (Califórnia, EUA), após 11 anos de adiamento. No aguardo da execução, modificou suas concepções, estudou e se tornou escritor (*2.455 – Cela da morte*). Josué de Castro relatou aspectos da vida do condenado; citando o escritor francês Georges Bernanos (188-1948), afirmou que "*é preciso ir ao fundo do desespero para encontrar a esperança e encontrar-se consigo*", e que Chessman era considerado "*mundialmente como um grande escritor e como um exemplo vivo da capacidade de recuperação e de reabilitação humana, não pode ter cortado o fio de sua vida criadora em face da simples letra morta da lei.*" (Anais, 1959, v. IX, p. 614)

[252] Matutino editado no Rio de Janeiro, de 1928 a 1965.

*símbolo e síntese de todas as desgraças humanas, talvez por culpa do imperialismo americano* ..." (Anais, 1959, v. IX, p. 734).[253]

Conforme assegurou o orador, o documentário não foi realizado por Rosselini e sim elaborado por brasileiros, "*sob nossa supervisão e orientação*", e não era uma propaganda negativa pois fazia "*uma exaltação do homem do Nordeste*", mostrava "*a sua resistência, a sua capacidade em face da seca*" e em sua introdução demonstrava que a fome era um fenômeno universal, apresentando um mapa da fome mundial. Longe de degradar, tinha por finalidade mostrar as potencialidades, as possibilidades do Nordeste, finalizando "*com um hino de exaltação*", provando que na região se encontravam os elementos para a solução de seus problemas.

No início de julho, retornou à tribuna para outra comunicação, em razão de um tópico publicado em *O Correio da Manhã*, jornal de posição antagônica à dele – diferentemente do jornal *Última Hora* –, que poderia colocar em dúvida a sua "*honorabilidade de homem público*" (Anais, 1959, v. X, p. 214). Foi acusado de não apresentar os comprovantes das despesas realizadas com o dinheiro que lhe fora entregue, em 1951, pela Comissão de Imposto Sindical para despesas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social[254], da qual fora vice-presidente e presidente em exercício. A fonte da informação do jornal tinha sido um inquérito parlamentar para apurar irregularidades no Fundo Sindical. Afirmou ter recebido o dinheiro e ter prestado contas ao Ministério do Trabalho. Para provar, mostrou cópias, leu carta do secretário administrativo da referida comissão na época e do próprio relator da Comissão de Inquérito, comprovando os gastos.[255]

Em setembro, comunicou que se ausentaria por ter sido designado pela Câmara Federal para representá-la na Oitava Conferência Interparlamentar Pró-Governo Mundial. Antes de se afastar, apresentou um projeto (nº. 904/59), que dispunha sobre o ensino de Nutrição, compreendendo dois cursos ordinários: o curso de Dietista (Nutricionista) e o de Auxiliar de Alimentação. O de Dietista seria superior (exigia a conclusão do ensino secundário), em 36 meses, aí incluídos os estágios práticos; o de Auxiliar de Alimentação, de 18 meses (inclusos os estágios), exigia a conclusão do curso primário. O projeto estabelecia os documentos para a matrícula[256], o currículo mínimo de cada curso, as condições para o exercício profissional, as atribuições profissionais e outros aspectos. A justificação incluía a necessidade de melhor ordenamento destes cursos e de uma regulamentação do exercício da profissão de nutricionista, pois a formação de dietistas e auxiliares de nutrição constituía "*um elemento essencial na batalha contra a subnutrição e a fome, em que estamos todos empenhados.*" (Anais, 1959, v. XVIII, p. 335)

---

[253] Roberto Rosselini (1906-1977) era um conhecido cineasta italiano, diretor de filmes como, entre outros, *Roma, cidade aberta* (1945), *Paisà* (1946), *Alemanha, ano zero* (1947), *Europa 51* (1952), além de filmes e documentários para a televisão. Filaucioso é o que tem filáucia (do gr. *Philautía* = amor próprio): egoísmo, vaidade, presunção, jactância, bazófia.

[254] Esta comissão havia sido extinta por decreto do presidente (1954-55) Café Filho.

[255] Neste mesmo mês (julho/59), elaborou um requerimento ao presidente da Câmara dos Deputados, solicitando o desarquivamento do projeto (1.494/56) que criava, no BNB, a Comissão Permanente de Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas (Anais, 1959, v. XI, p. 854). Em outra sessão, ainda em julho de 1959, em apartes a um discurso sobre as dificuldades para a importação de sementes, reafirmou sua crítica ao Plano de Metas ao defender que o desenvolvimento precisava caminhar com base em duas pernas, a indústria e a agricultura, e o governo só estava dando passos com a primeira (Anais, 1959, v. XV, p. 421). Por delegação do líder de seu partido, comunicou o recebimento de um telegrama de aplausos à atuação da Frente Parlamentar Nacionalista, em um determinado caso, em defesa dos legítimos interesses nacionais; o telegrama foi enviado por sócios do Clube Militar (Anais, v. XV, p. 422).

[256] Para a matrícula, em qualquer um destes cursos, o projeto previa a apresentação de certidão de registro civil que provasse a idade mínima de 18 anos (o que nos parece desnecessário para o Auxiliar de Nutrição; além disso, se falsificavam a idade para o curso de Medicina, ....), prova de que era eleitor, "*atestados de sanidade física e mental e de vacinação*" e "*atestado de idoneidade moral*" (Anais, 1959, v. XVIII, p. 332), além dos diplomas já citados.

Apresentou uma emenda (nº. 16) referente ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (decreto nº. 40.554/56), destacando 10% da verba atribuída ao mesmo para "*treinamento de pessoal para uma campanha de produtividade agrícola no Nordeste em regime de convênio com o Centro Regional de Treinamento para o Nordeste*" (Anais, 1959, v. XX, p. 729), por entender que qualquer tarefa visando o desenvolvimento econômico não poderia prescindir "*de uma paralela educação para o desenvolvimento*", tanto na preparação de técnicos quanto na "*difusão de idéias motoras a favor da produtividade*". Também apresentou uma emenda (nº. 30), ampliando a dotação orçamentária atribuída ao CNPq pois, apesar da inflação, tinha sido a mesma dotação de 1956 a 1958 e estava dificultando o trabalho, justamente de um órgão que deveria "*crescer seu campo de ação*" em um país ainda distante, em pesquisa fundamental, dos níveis necessários ao seu estágio (Anais, 1959, v. XX, p. 736).[257]

No ano de 1959, sua atividade parlamentar foi profícua. Fez apartes significativos em treze discursos, subiu à tribuna para nove comunicações e para quatro discursos (sobre: Dia Pan-Americano, importância da criação da SUDENE, sucessão presidencial e prorrogação da COFAP), e apresentou quatro projetos (sobre desapropriação por interesse social – 11/59 –, a venda de bens móveis pelo CNPq – 290/59 –, a utilização de terras em áreas de monocultura e de explotação mineral – 442/59 –, e sobre o ensino superior de Nutrição e a regulamentação profissional do dietista – 904/59). Além disto, manifestou-se através de uma questão de ordem, redigiu um projeto de resolução da Câmara, dois requerimentos e duas emendas. Os temas predominantes permaneceram os mesmos: região Nordeste, situação agrária, nacionalismo, alimentação, governo mundial e política econômica.

### 4.2.6. O ano legislativo de 1960

Nos meses iniciais de 1960, todas as atenções convergiram para Brasília, inaugurada em vinte e um de abril. Em fevereiro, seu canteiro de obras foi visitado pelo general David Eisenhower (1890-1969), presidente dos EUA (1953-1961), ao mesmo tempo em que a União Nacional de Estudantes (UNE) promovia manifestações contra a sua visita no Rio de Janeiro. Em maio, o país reiniciou o diálogo com o FMI e obteve um empréstimo. O boxeador Éder Jofre (1936- ) se tornou campeão mundial de *peso galo* e, em outubro, ocorreram eleições presidenciais, vencidas pelos candidatos Jânio Quadros (1917-1992) e João Goulart (1918-1976), respectivamente, presidente e vice-presidente[258]. A eleição do populista Jânio foi "*um acontecimento inédito na história da república no Brasil: pela primeira vez foi eleito um candidato da oposição.*" (Nadai e Neves, 1991, p. 242)

Em fevereiro de 1960, Josué de Castro encaminhou um requerimento solicitando licença para participar, representando o Brasil, de uma reunião do Fundo Internacional

[257] A primeira emenda foi rejeitada, principalmente porque já havia sido criada a SUDENE (projeto 32/59). A segunda teve os valores propostos diminuídos. Em sua justificação, citou que o CNPq manteve, em 1956, 92 pesquisadores com bolsas de estudo no exterior e, em 1959, 28 bolsistas (e os gastos para manter os 92 bolsistas durante um ano foram semelhantes aos para sustentar os 28 somente no primeiro semestre de 1959). (Anais, 1959, v. XX, p. 736)

[258] A votação para presidente e vice eram separadas. Jânio Quadros obteve 48% dos votos (5.636.623 votos), mal. Teixeira Lott (1894-1984) – da coligação PTB-PSD, apoiada por Josué de Castro – recebeu 32% (3.846.825), seguido de Adhemar de Barros (1901-1969), com 20% (2.195.709). João Goulart, candidato do PTB, venceu o candidato da UDN, Milton Campos (1900-1972). Em uma demonstração da precária importância dada aos partidos, houve muitos comitês eleitorais pró Jânio e Jango (*dobradinha* popularmente chamada de Jan-Jan). Cabe lembrar que, apesar do acordo eleitoral, a UDN se colocou na oposição logo no início do governo Jânio Quadros.

de Socorro à Infância (FISI), um organismo da ONU, que se realizaria em março, em New York (Anais, 1960, Sessão Extraordinária v. IV, p. 393). Também encaminhou um projeto (1.523/60) que autorizava o poder executivo a abrir um crédito especial, pelo Ministério da Fazenda, para atender as despesas com as comemorações do centenário do município de Barreiros (PE), e outro (1.593/60) que autorizava a abertura de um crédito especial ao Sindicato dos Economistas de Pernambuco para realizar, em outubro, o I$^{o}$ Congresso de Economistas do Nordeste, com a condição da entidade sindical prestar contas e publicar os anais do referido congresso (Anais, 1960, v. I, p. 61-62).

Em abril, foi à tribuna para exaltar (e solicitar a inserção nos Anais do Congresso) um despacho presidencial e uma nota do Ministério de Exterior, que repudiavam atos de segregação racial do governo da União Sul-Africana ao aconselharem uma entidade esportiva brasileira a desistir de uma excursão ao referido país. Escreveu JK:

> "*Não se concebe que desportistas brasileiros se empenhem em partidas amistosas numa região que trata de maneira tão impiedosa uma raça à qual tanto deve o nosso país. O governo brasileiro tem como um dos pontos cardeais de sua política exterior o princípio da não intervenção, mas isso não exclui que possamos expressar o nosso protesto mais veemente contra a violação dos direitos humanos e princípios tão sagrados como os que estão, neste momento, sendo frontalmente esmagados na África do Sul.*" (Diário, abril de 1960, p. 2.650)

O despacho presidencial seguia dizendo que nos orgulhávamos "*de ser uma democracia racial*", do muito que devemos aos que vieram da África e da contribuição "*do sangue negro na formação do povo brasileiro*". Agradecia a contribuição do mesmo na arte, na cultura, na "*formação do nosso espírito*" e afirmava que não poderíamos tolerar aquela perseguição racial sem protesto. A nota do ministro do Exterior também reafirmava a "*repulsa total do Brasil ante qualquer medida de discriminação racial*", convocava os Estados americanos a tomarem uma posição frente aos fatos e solicitava ao MEC e aos órgãos competentes estaduais que promovessem, em todas as escolas e universidades, na primeira quinzena de maio, "*preleções sobre a intangibilidade do princípio constitucional da igualdade dos homens, qualquer que seja a sua raça, a sua cor e a sua religião,* ...". Josué de Castro teceu considerações sobre a nossa mestiçagem de sangue e o nosso sincretismo de culturas, elogiou a coragem do governo e disse que possuíamos um governo plenamente identificado com a alma popular, com as autênticas raízes do povo e outros encômios. Importante neste caso foi, realmente, a firme posição do poder federal contra o regime do *apartheid*, tendo como motivo a realização de partidas de futebol.

Em 18 de abril, apresentou um projeto de lei (1.801/60) que autorizava o poder executivo, pelo MEC, a conceder um crédito especial para auxiliar a representação do Brasil no III° Congresso Mundial de Educadores, a ser realizado no segundo semestre do mesmo ano, em Conacri, capital da República da Guiné; o projeto foi arquivado.

Em discurso pronunciado em novembro de 1960, em sessão que discutia o orçamento do setor de transportes, aproveitou para falar sobre o Nordeste. Iniciou com o fato do *New York Times* (NYT) ter publicado uma série de reportagens sobre a situação de vida no Nordeste do Brasil; as cores com as quais tinha pintado o cenário regional "*criaram uma verdadeira angústia nos Estados Unidos pelo receio*" de que o desequilíbrio regional existente no país e a distância social entre os diversos grupos constituíssem fatores de movimentos separatistas e de agitação social. Não endossava a opinião da existência do separatismo e nem de que "*a agitação social se promova à base apenas da miséria reinante no Nordeste. Mas endosso, isto sim, que a situação é essa e tão negra como mostra o New York Times*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.354). Disse que já havia mostrado isto nas páginas de *Geografia da Fome*, na

ocasião taxadas de anti-patrióticas, mas agora esta verdade não podia mais ser escondida pois se propagara pelo mundo pelas páginas do NYT[259].

O Nordeste, segundo o deputado, vivia em crises, "*seja de miséria ou fome, seja de excesso de produção e de abundância*". Desta última, o nordestino também não se beneficiava, pela falta de planejamento. Naquele momento, ocorriam os dois casos, a penúria e o excesso, em dois produtos ligados à alimentação: o trigo e a cebola que dependiam, em grande parte, do transporte. A crise de abastecimento que ocorria fizera com que o governo federal acrescentasse mais setenta mil toneladas de trigo à cota cabida ao Nordeste; mas, a distribuição fora feita de modo arbitrário e, se não houvesse nenhuma providência, Pernambuco nada receberia destas cotas adicionais. A carência de trigo significava a escassez de pão nas áreas urbanas e de farelo para os rebanhos no interior, com a conseqüente falta de carne e leite em uma das regiões mais carentes de proteínas do mundo.

O excesso de produção era de cebola, um dos sucessos relativos do Sertão, graças às plantações às margens do rio São Francisco, que possuía "*condições ecológicas muito propícias a esse gênero de cultura*"[260] e estavam sendo feitas de modo racional. Entretanto, era um produto que estragava com rapidez e a safra se processava em um curto período; além disso, não encontrava vazão devido à falta de transportes e à inexistência de um mercado regional para absorver a produção. A um aparte que o lembrou que o tipo de cebola plantado não era o adequado ao lugar, concordou[261] e disse: "*Acabo de vir de Israel, onde passei duas semanas, vendo a conquista do deserto de Neghevi, no sul daquele País, de condições muito mais desfavoráveis do que o Nordeste do Brasil.*" O que lá acontecia não era somente obra de pioneirismo mas de técnica e saber, e não era possível recuperar o Nordeste sem "*institutos agronômicos técnicos que dêem assistência adequada*" e com plantios sem idéia do mercado. E voltou à criticar o nosso crescimento industrial[262], feito sem equilíbrio, sem a base da agricultura, marchando em uma perna só e, por isso, capenga; faltando o setor agrícola para produzir alimento para o operário e matéria-prima para a indústria. Daí a necessidade de revermos nossos planos de desenvolvimento.

Reafirmou a necessidade de um novo plano de revalorização da região, que "*a seca constitui apenas uma gota d'água no mar de miséria do Nordeste*", que era preciso solucionar o problema da propriedade agrária e acabar com o desenvolvimento de tipo colonial – aquele que beneficiava "*apenas uma pequena minoria de privilegiados*" – e promover um autêntico desenvolvimento econômico, aquele que integrava a massa populacional, "*utilizando os recursos da terra em seu benefício*". Propôs a implantação de uma fábrica de cebola desidratada, como existia em Israel, do plantio de tipos que permitissem a desidratação – o "*Nordeste tem produtos que se decompõem com facilidade enorme e dificultam esta técnica*" –, de providências imediatas para evitar o apodrecimento da produção e de uma política para a economia agrícola. Terminou seu discurso três minutos antes do tempo disponível – algo raro –

---

[259] No início deste mesmo ano, conforme relatou em *O livro negro da fome* (1960), a revista conservadora estadunidense *Time*, em reportagem intitulada *Explosão populacional* (11/01/1960), publicara uma reportagem de "*colorido malthusiano*". Um correspondente da mesma o entrevistou, recebeu copiosa documentação contrária à política demográfica de tipo malthusiano, mas "*este material não foi utilizado, porque não vinha em apoio daquilo que o 'Time' fora incumbido de afirmar para o mundo.*" (Castro, 1960, p. 52)

[260] Antes, lembrou que a Mata era açambarcada em grande parte pela monocultura canavieira e esta estava em "*carência financeira e econômica*", em virtude de não poder concorrer com a "*indústria de açúcar do Sul*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.354). De novo, nada viu de positivo nesta crise.

[261] Um pouco antes, havia dito que a plantação de cebola vinha se "*fazendo de maneira racional,...*".

[262] Um deputado, Arno Ant (PRP-RS), afirmou que o nosso desenvolvimento industrial era feito "*de maneira diferente de qualquer outra parte do mundo: sem instrução e sem produção científica.*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.354)

mas não deu nenhuma sugestão concreta para a questão do orçamento sobre o setor de transportes, o tema da sessão legislativa.

Ainda em novembro, em uma comunicação feita um pouco antes da votação, na Assembléia Geral da ONU, da questão da Argélia[263], afirmou haver conjecturas de que o Brasil, por causa de "*compromissos formais*" com a França, votaria contra as pretensões da Argélia. Apelava para que o país votasse contra a política colonialista pois, na época do crepúsculo do colonialismo, a Argélia reivindicava apenas o direito de autodeterminação, e votar por ela era também votar com a França, com o que esta tinha "*de melhor, dentro de sua tradição humanista e cultural.*" Declarou sua profunda admiração por este país, que toda a inteligência francesa abominava a guerra e a política militarista e colonialista do governo francês, e que, dez dias antes, havia regressado daquele país onde participara de "*uma conferência patrocinada por um grupo de intelectuais franceses de apoio à Argélia.*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.392)[264] Esperava que o Brasil não continuasse com sua política exterior "*limitada e omissa*" e que não se repetissem os tristes episódios,

> "*como o ocorrido por ocasião da chegada da missão argelina no Rio de Janeiro, que sofreu ofensas no aeroporto por ordens emanadas do Departamento Político do Itamarati.* [...] *O Brasil é um país livre, de tradições cristãs, e o verdadeiro cristianismo é incompatível com essa orientação escravagista, colonialista e imperialista.*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.392)

Em outra comunicação, externou seu contentamento, como "*representante do povo*", em virtude de uma nova literatura que surgia,

> "*de caráter social, analisando os problemas brasileiros e cujos autores não são nem sábios, nem eruditos, nem professores, nem literatos profissionais, mas representantes do povo, na autenticidade do conhecimento direto dos problemas brasileiros.*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.680)

Referia-se ao livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus[265], um livro que tratava da miséria reinante no país, não como demagogia ou interpretação filosófica ou sociológica,

> "*mas como grito de protesto contra essa realidade que tem sido tamponada, escondida, escamoteada, por aqueles que se julgam patriotas por encobrir*

---

[263] A luta pela independência desta ex-colônia francesa se acirrou após a II Guerra Mundial. A violenta repressão do exército francês ao levante popular em Constantina (1945) e as reivindicações autonomistas, propiciaram a fundação (em 1954), no Cairo (Egito), da Frente de Libertação Nacional (FLN), agrupando várias organizações nacionalistas. Neste mesmo ano, iniciou a guerra pela independência. A França proclamou o estado de emergência (agosto de 1955) e mobilizou 400 mil soldados; todas as propostas francesas de encerramento do conflito sem permitir a independência, esbarravam na determinação argelina a favor da mesma e nos franceses da Argélia (os *pieds noires*), que eram contrários à ela. Em 1958, a FLN proclamou-se Governo Provisório da República Argelina (GPRA); em setembro de 1959, Charles de Gaulle (1890-1970), presidente francês, proclamou o direito argelino à autodeterminação mas os *pieds noires* resistiram e ampliaram suas ações violentas. Neste período, uma missão argelina foi proibida de desembarcar no aeroporto brasileiro do Galeão por ordem do Itamarati, o que resultou em um requerimento (n. 1960, publicado no Diário do Congresso Nacional de novembro de 1960, à página 8.391), por parte do deputado federal Derville Allegreti (PR-SP), exigindo explicações. Em um plebiscito realizado em "*janeiro de 1961, 75% dos franceses declararam-se favoráveis à independência da Argélia*" (Larousse, v. 2, p. 405). Os colonos franceses mais radicais (e que representavam os interesses da elite francesa) uniram-se na *Organisation Armèe Secrete* (OAS) e intensificaram os atos terroristas. Apesar disso, em março de 1962, foram assinados os acordos de Évian, seguidos – no mês seguinte – de um cessar-fogo e da implantação de um governo provisório argelino. Mais de um milhão de *pés pretos* regressaram à França.

[264] Asseverou que a conferência foi paga e sua renda revertida para a Argélia. E, entre "*o número enorme*" de intelectuais que foi "*levar suas contribuições para ajudar a libertação da Argélia*", estavam personalidades "*como o Professor René Dumont, do Professor Roger Bastide, Professor Pierre Monbeig, todos conhecidos do Brasil, porque aqui estiveram; ...*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.392).

[265] Carolina Maria de Jesus (1913-1977) foi ajudada por um jornalista que a descobriu e a ajudou a publicar este livro em 1960. Era um diário relatando cinco anos em uma favela e que teve um grande sucesso (chegou a ser traduzido para treze idiomas). Escreveu outros (como *Casa de Alvenaria*) mas que, praticamente, não tiveram repercussão.

> *nossa miséria e deixar que ela se prolongue indefinidamente, contra os interesses de nosso povo.* [...] *Esta é a homenagem que quero fazer a um livro que para alguns energúmenos não passa de comunista, porque é comunismo tudo aquilo que é verdade contra os aproveitadores do suor do povo mas que para homens de visão, como é o caso de Dom Helder Câmara*[266]*, nada representa de comunista, mas constitui um grito de protesto contra a injustiça social que nos assola e que nos acabrunha.*" (Diário, novembro de 1960, p. 8.680)

Em dezembro de 1960, iniciou um discurso tecendo considerações sobre o momento histórico, sobre a libertação das colônias e o despertar de consciência dos povos oprimidos, para desembocar no Pan-Americanismo. Novamente colocou-o como um movimento que surgiu do "*sentimento de nacionalismo e de emancipação anticolonialista*", sob a iniciativa espontânea dos EUA através da Doutrina Monroe (1823), pela qual "*se comprometiam a lutar e defender os países latino-americanos que fossem ameaçados em sua soberania.*" Mas que, infelizmente, isto não ocorreu e eles "*se fizeram de surdos várias vezes em que as repúblicas latino-americanas foram agredidas e em que foram espoliadas de parte do seu território, ...*" (Diário, dezembro de 1960, p. 8.975). Citou o caso das ilhas Falklands, a existência de colônias na América Central e das Guianas na América do Sul, como provas do esvaziamento do pan-americanismo "*pelo não cumprimento de seus princípios*" e da necessidade do mesmo ser revisto. Então, chamou a atenção para o problema cubano.

Assegurou que o que estava ocorrendo na ilha era uma distorção "*dos direitos mais autênticos de uma nação que quer apenas emancipar-se das tutelas estrangeiras colonialistas que oprimiram seu povo até recentes anos.*" Recordou que sua independência foi obtida com a ajuda dos EUA, mas estes fizeram aprovar uma lei "*através da qual a soberania de Cuba era espezinhada*" pois dava o direito deles intervirem no país[267]. Por isto, Cuba nunca se emancipara, com grandes parcelas de seu território em mãos de estrangeiros, com uma economia "*monopolizada pelo capitalismo imperialista norte-americano*", o que causava a fome e o desemprego crônico, acrescido do sazonal em razão da entressafra da produção açucareira.

> "*Quero apenas dizer que é humano e justo este povo um dia rebelar-se contra tal estado de coisas e através de esforço hercúleo, emancipar-se e organizar um governo que limpe a nação do opróbio dessa opressão do tipo colonial. Foi o que fez Cuba. Infelizmente foi necessário mudar a estrutura, porque o problema era estrutural, e, ao tocar na estrutura através da reforma agrária, atingiu o monopólio e os interesses escusos dos grupos imperialistas do capitalismo de Wall Street.*[268] [...] *os Estados Unidos da América hoje* [...] [que] *confundem o interesse privado dos financistas de Wall Street com o interesse do povo americano, resolveram intervir em Cuba, através de uma campanha de difamação, através da coerção econômica e através de ameaças, boicotando-a para arruinar a sua economia. Isto fez com que Cuba, desesperada, procurasse novo mercado para seu açúcar, que encontrou detrás da cortina, no mundo socialista. Porque negociou com país socialista, porque fez o mesmo que os*

---

[266] Helder Câmara (1909-1999), arcebispo católico, redigiu a apresentação do livro, citada e elogiada por Josué de Castro em seu discurso; o mesmo fez em relação ao discurso pelo Dia Nacional de Ação de Graças proferido pelo arcebispo, e solicitou que o mesmo fosse inserido nos Anais da Câmara Federal.

[267] Cuba ficou independente da Espanha em 1898 e, até 1902, teve uma ocupação militar dos EUA. A lei à qual ele se referiu no discurso é a Emenda Platt (1902), que validava e ratificava todos os decretos dos EUA em Cuba durante a ocupação militar, dava o direito dos EUA interferirem no país e forçava a ilha "*a vender ou alugar terras aos EUA necessárias para a extração de carvão para linhas férreas ou bases navais em certos locais especificados de acordo com o presidente dos EUA* [...]". (Aquino et al., 1981, p. 331) Deste processo foi que resultou o *arrendamento* da base de Guantánamo, até hoje (2.004) sob o controle dos USA.

[268] Em 1960, ocorreu a nacionalização, sem indenização, das propriedades dos estadunidenses; em represália, os USA cancelaram a importação de açúcar.

> *Estados Unidos da América, Cuba é tachada de comunista.* [...] *A revolução cubana não é comunista; é, sim, uma revolução de emancipação econômica. Está sendo levada para o lado dos comunistas pela pouca inteligência e compreensão do Departamento de Estado Norte-Americano, que não dá apoio àqueles que se querem emancipar mas apóia os opressores, os ditadores, contra os interesses deste povo, levando-o ao desespero.*" (Diário, dezembro de 1960, p. 8.975)

Solicitou que alertassem os USA para não permitirem que Cuba saísse da família latino-americana[269] porque ela era "*a expressão máxima das aspirações de todos os povos latino-americanos*" e, também por isso, trazia ao conhecimento do Congresso Nacional um documento de solidariedade à Cuba e de respeito ao "*princípio de não-intervenção nos assuntos internos de cada nação*".[270]

O ano de 1960, como parece ser comum em ano eleitoral, se caracterizou pela pouca presença dele nos Anais da Câmara Federal, não ocorrendo nenhuma citação de seu nome de maio à setembro. Apresentou um requerimento, um ofício[271], três comunicações (elogio à atitude do governo frente ao *apartheid* na RSA, preocupação a respeito do voto do Brasil na questão argelina e sobre o livro *Quarto de Despejo*), dois discursos (falta de trigo e excesso de cebola no Nordeste, e a não-intervenção em Cuba) e três projetos (autorizando crédito para o centenário de uma cidade pernambucana, o congresso de economistas no Nordeste e a participação em um congresso mundial de educadores). Apesar de possibilitar uma visão mais clara sobre algumas de suas posições, não foi um ano muito positivo em relação às suas atividades parlamentares.

### 4.2.7. O ano legislativo de 1961

O ano de 1961 foi bastante conturbado; em 31 de janeiro, Jânio Quadros foi empossado na presidência da República e, quinze dias depois, enviou sua primeira e única mensagem ao Congresso Nacional. Em maio, assinou o decreto (nº. 50.620) que proibia o funcionamento das rinhas de brigas de galo; em junho, um que proibia espetáculos de hipnotismo e letargia em clubes e auditórios (nº. 51009). Também proibiu corridas de cavalos em dias úteis e as misses de desfilarem com *maiôs cavados*. Entretanto, procurou cumprir a promessa de realizar uma política externa independente, de não se ligar a nenhum dos dois blocos e de realizar trocas comerciais com qualquer país do mundo; decidiu, por exemplo, que o Brasil não participaria do bloqueio comercial que os EUA estavam impondo à Cuba. Em julho, condecorou o astronauta russo Yuri Gagarin[272] e, em agosto, chegou ao país uma missão soviética para tratar do reatamento das relações com a URSS. No dia 19 deste mesmo mês, condecorou, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto *Che* Guevara (1928-1967). No dia 24, Carlos Lacerda, da UDN que o apoiara, falou em cadeia de rádio e TV, "*denunciando uma*

---

[269] No ano seguinte (1961), USA e Cuba cortaram as relações diplomáticas e os USA promoveram, em abril, a chamada Invasão da Baía dos Porcos; no dia da invasão, Fidel Castro declarou, pela primeira vez, o caráter marxista de seu governo. Em 1962, por pressão dos USA, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos e assim se encontra atualmente (2.004).

[270] Além disso, constituía a *Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba*. A primeira assinatura era dele; acompanharam-no três senadores, 46 deputados federais e centenas de outras pessoas.

[271] O requerimento (em fevereiro) solicitava licença para representar o Brasil "*na reunião da FISI, organismo da ONU, a realizar-se em Nova Iorque, em março próximo*" (Anais, 1960, v. IV da Sessão Extraordinária, p. 393) e o ofício comunicava a ausência, no final de outubro, para participar na Conferência Parlamentar Pró-Governo Mundial, como membro do Comitê Executivo da Associação Mundial de Parlamentares Pró-Governo do Mundo (Anais, 1960, v. XVII, p. 409).

[272] Yuri Gagarin (1943-1968) foi o primeiro homem a realizar um vôo espacial (12/04/61); a bordo do Vostok I, efetuou, em 108 minutos, uma volta em torno da Terra

*suposta conspiração do Presidente, com o objetivo de aumentar os seus poderes.*" (Ribeiro et al., 1988, p. 184) No dia seguinte (25/08/61), Jânio anunciou a sua renúncia[273].

Setores militares se manifestaram sobre a inconveniência de João Goulart assumir a presidência; o governador do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola), com o apoio do comando do III$^{o}$ Exército, disse estar disposto a resistir e criou a Rede da Legalidade, uma cadeia de rádio que transmitia notícias do movimento. Em diversas partes do país ocorreram manifestações favoráveis à posse do vice-presidente. Em 01 de setembro, o Congresso aprovou uma emenda constitucional que instituiu o regime parlamentarista; no dia seguinte, Jango assumiu a presidência, sendo indicado para primeiro-ministro Tancredo Neves (1910-1985). Em novembro, foi lançada uma campanha nacional pela reforma agrária e o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a URSS. Neste mesmo período foi criado, por empresários, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que, com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), formou o principal núcleo de ação dos futuros golpistas de 1964.

Em março de 1961, falando de nossa política exterior, Josué de Castro afirmou que não era possível nenhum país ficar isolado da economia mundial pois todos deviam se integrar a ela para sobreviverem. Também disse, mais uma vez, que nossa estrutura econômica e social era dual – uma indústria em expansão associada ao retardo, ao feudalismo agrário – e que nem sempre produzir mais era sinônimo de ganhar mais, como ocorria com os produtos básicos e as matérias-primas brasileiros que vinham sendo desvalorizados progressivamente[274]. Não deixou de mencionar os latifúndios e os minifúndios improdutivos, e seu conceito de desenvolvimento significando a melhora das condições de vida de toda a coletividade. Mas o motivo principal do discurso era a vinda de uma missão para negociar a participação brasileira no programa *Alimentos para a Paz*, proposto pelo presidente dos EUA, John F. Kennedy (1917-1963). Segundo ele, o programa tinha as características daquilo que era chamado de "*neocolonialismo norte-americano*", uma prova de que o colonialismo não estava agonizando; estava em decadência – como comprovavam os 41 países independentes após a II$^{a}$ Guerra Mundial – mas estava longe da fase tão desejada por ele, pois os 830 milhões de *ex-colonos* gozavam agora de independência "*embora seja esta, na maior parte das vezes, fictícia.*" A independência era política mas não econômica[275]; por isso, vivíamos a fase do neocolonialismo e os EUA continuavam na mesma linha de não permitir que a América Latina se emancipasse. Pelos discursos iniciais, esperava mais de Kennedy.

Passou então a analisar o programa *Alimentos para a Paz*, com seu título sedutor, que parecia reacender as esperanças ao propor fornecer alimentos a uma área de fome, a América Latina. Em sua essência, este programa destinava a fornecer produtos agrícolas, com o preço estabelecido em cruzeiros (a nossa moeda na época)

---

[273] O vice-presidente estava na China, em viagem oficial, e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli (1910-1975), assumiu a presidência.

[274] Citou o exemplo do café: em 1959, o Brasil havia exportado 2 milhões de sacas a mais do que em 1949 e tinha recebido US$ 100 milhões a menos do que dez anos antes; isso era agravado pelo fato de o dólar não possuir mais o mesmo poder aquisitivo de antes (Diário, março de 1961, p. 1.093).

[275] Para nós, não existe real independência política sem a independência econômica, no sentido de autonomia para conduzir os próprios destinos; ele deveria ter acrescido termos como *independência política formal* ou *oficial*. Mas citou que as grandes potências continuavam explotando, de modo indireto, suas antigas colônias (poderia ter dito que as novas potências haviam estimulado a independência oficial para fazer o papel das antigas metrópoles), criando o que chamou de "*satelismo*" ou que o Pe. Lebret chamava de colonialismo maquiado ou transformado ou disfarçado (Diário, março de 1961, p. 1.093). "*Do colonialismo fez parte o paternalismo, a caridade, o auxílio ao próximo, a ajuda ao teu irmão.*" (Ibidem, p. 1.094) O padre, escritor e economista Louis-Joseph Lebret (1897-1966) fundou, em 1941, o movimento *Economia e Humanismo*, estudou o subdesenvolvimento da América Latina e chegou a trabalhar no Brasil. Entre diversas atividades, fundou em 1957, com Josué de Castro, a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM).

e com um prazo de pagamento de até quarenta anos. Ele se manifestou contrário à adesão pois a missão que para cá se dirigia para tratar do assunto

> "*não é mais do que uma missão de negócios, uma missão para vender parte dos espetaculares e gigantescos excedentes de que os Estados Unidos da América dispõem no seu setor agrícola. Sabemos que estes excedentes* [...] *têm criado para os Estados Unidos tais problemas, que só em seu armazenamento aquela Nação gasta mais do que em todos os seus programas de assistência técnica e financeira através dos contratos bilaterais e através das Nações Unidas, no mundo inteiro.*[...] *Eles não sabem o que fazer com esses excedentes e vêm, então, procurar ajuda e assistência nos países subdesenvolvidos do mundo, para que a nação norte-americana saia de sua crise. A Missão é feita muito mais no interesse norte-americano do que no interesse dos países da América Latina.*" (Diário, março de 1961, p. 1.094)

A própria lei (nº. 480), aprovada pelo Congresso dos EUA, dizia que se tratava de uma lei para aumentar o consumo de seus produtos agrícolas em países estrangeiros[276]. Temos fome, disse ele, pois já a havia denunciado, há quinze anos, para que tivéssemos vergonha e acabássemos com ela, e não para sofrermos o vexame de a matarmos, aparentemente, com a caridade estrangeira.

Com base no sueco Gunnar Myrdal, citou "*o círculo vicioso acumulativo: quanto mais fome temos, menos produzimos, e quanto menos produzimos, mais fome temos.*" Dois terços dos brasileiros passavam fome e este programa, longe de melhorar a situação real, poderia retardar ainda mais o nosso desenvolvimento. A introdução de milhares de toneladas de produtos agrícolas dos EUA desequilibraria a situação da agricultura brasileira, já tão desestimulada, pelo excesso de oferta em um país no qual, devido às arcaicas estruturas fundiárias e à baixa produtividade, os alimentos custavam "*o dobro do que em qualquer outro país agrícola do mundo*". Prometiam que estes alimentos seriam usados em programas assistenciais mas aqui a maioria da população, diretamente ou não, era mantida assistencialmente e, portanto, haveria interferência em todo o mercado. "*Respeitar a nossa economia não é vir aqui barganhar com a nossa fome.*"

Havia ainda uma razão financeira importante: o pagamento, só aparentemente, seria com a nossa moeda, pois os EUA não iriam receber totalmente "*uma dívida monumental, em 40 anos, em cruzeiros.*" Parte deste dinheiro seria aqui mantido para financiar indústrias estadunidenses, para pagar despesas com sua embaixada, e outras. Ou seja, instalariam indústrias concorrentes das nossas que remeteriam, em dólares, seus lucros para os EUA. Outro perigo estava no fato de que estes excedentes eram transitórios, criariam hábitos e, depois, não haveria meios de satisfazê-los[277]. Por estas razões, estes programas de alimentos para a paz eram paliativos "*e não planos de solução integral.*"

Deixou claro que não recusava a colaboração dos EUA ou de qualquer outro país que desejasse colaborar efetivamente; ou seja, aceitaria a ajuda mas em outros termos. Propôs que os EUA pusessem os seus excedentes agrícolas à disposição da ONU e esta os utilizasse como "*verdadeiros capitais de investimentos*", ou

---

[276] Cabe mencionar que estes excedentes também decorriam de políticas agrícolas de caráter protecionista existentes na, então, Europa Ocidental.

[277] Como exemplo, disse que, dois anos antes, como delegado do Brasil na FAO, tinha lutado "*denodadamente, porque os Estados Unidos queriam suspender os planos de alimentação das crianças, com leite em pó, por estarem prestes a se extinguirem seus excedentes.*" (Diário, março de 1961, p. 1.095) Conseguiu a prorrogação por alguns meses graças, principalmente, ao governo do Canadá, o que impediu a suspensão imediata dos "*programas de alimentação, de merenda escolar, alimentação infantil, com excedente de leite em pó.*" Neste mesmo discurso, citou novamente (tinha feito isto em um discurso de junho de 1959) o seu encontro com o presidente Truman para tratar da criação de uma reserva internacional de alimentos.

> "*que nos ajudassem na mecanização de nossa lavoura, na diversificação de nossos produtos e, principalmente, no respeito aos preços de nossos produtos de base, que não fizessem destes produtos uma espécie de tamponamento progressivo de nossa economia, esmagando o Brasil com sua economia do café, como esmagou Cuba – com sua economia do açúcar –, como esmagou a América Latina – com a economia da banana.*" (Diário, março de 1961, p.1.095)

Terminou solicitando que o presidente da República não vendesse a fome dos brasileiros e afirmando que o Brasil queria "*continuar a mandar na sua miséria, na sua fome e no seu subdesenvolvimento.*"[278]

Cabe-nos referendar diversos aspectos. Esta proposta estadunidense não surgiu, é claro, por razões humanitárias. Em 1941, foi criado naquele país o Comitê dos Hábitos Alimentares, cujo objetivo, entre outros, era o de

> "*estudar as possibilidades de adequação dos hábitos alimentares considerados incultos e pouco eficientes, espalhados pelo mundo, às grandes conquistas que os norte-americanos julgavam ter feito no campo das ciências da nutrição.*" (Abramovay, 1991, p. 33)

O essencial destas conquistas residia na idéia de que a fome, nas regiões pobres, se devia à miséria das *dietas tropicais*, incapazes de suprir as necessidades protéicas; ou seja, explicava-se a fome não pela pouca quantidade de alimentos mas pelo fato de as pessoas comerem mal, ingerindo alimentos pobres e de baixo teor protéico. Este diagnóstico *coincidiu* com o fato de os EUA estarem com excedentes agrícolas, que precisavam ser desovados para evitar crises no setor. A fórmula seria a oferta dos mesmos em condições especiais de preço e de prazo de pagamento, com a possibilidade de serem quitados com a moeda do importador[279]. Esses alimentos baratos provocariam uma revolução nos hábitos alimentares, com o trigo, por exemplo, substituindo culturas tradicionais[280]. Criando o hábito, estes produtos passariam a ser vendidos a preços de mercado. Tudo isto com o *respaldo científico* de que os alimentos locais eram pobres em proteínas[281].

Em março de 1961, fez uma comunicação a respeito de um discurso, proferido pelo deputado Souto Maior[282], com graves acusações contra o superintendente da Campanha da Merenda Escolar, do Ministério da Educação. Além de acusá-lo pela ocorrência de supressão substancial de seus apartes na publicação do discurso no Diário do Congresso Nacional, também culpava-o de enxertar trechos durante a revisão

---

[278] Uma notícia publicada em 30 de julho de 1968 dizia: "*O presidente Lyndon Johnson sancionou ontem lei que prorroga até 1970 o programa Alimentos para a Paz e determina que tenham prioridade os países que adotarem voluntariamente o controle da natalidade. A lei autoriza ainda que cinco por cento do produto da venda de alimentos sejam destinados aos programas de voluntários para a planificação da família.*" (apud Pacheco, 1974, p. 56)

[279] Recebendo na moeda do país ao qual vendeu, poderiam utilizar esta verba para gastos próprios (como manutenção de embaixadas e consulados, ou programas de defesa comum) ou emprestá-lo ao governo local (privando este de receber uma moeda mais forte). Este tipo de programa provocou, geralmente, queda no preço dos cereais produzidos no país *ajudado* e diminuição da renda dos produtores locais.

[280] Além disso, consumir trigo poderia dar uma sensação de inclusão no *american way of life*: "*a Kellog's, por exemplo, escrevia nas embalagens dos produtos exportados para o Japão que o 'trigo era o alimento de toda a população branca do globo', induzindo à idéia de que a 'superioridade' da civilização branca devia-se ao consumo deste cereal, como se o arroz, o milho, a mandioca e o feijão fossem comida de bárbaros ou animais.*" (Abramovay, 1991, p. 36)

[281] Sabe-se, atualmente, que este diagnóstico era equivocado; as nossas necessidades protéicas não são tão elevadas quanto se estimava nos anos 1950 e as dietas tropicais são mais ricas, inclusive, em proteínas, do que se presumia. Acrescente a isto que "*as proteínas só podem cumprir suas funções específicas de recuperação, manutenção e crescimento do corpo caso as necessidades calóricas do organismo estejam preenchidas.*" (Abramovay, 1991, p. 36) Segundo o mesmo autor, existindo déficit calórico, as proteínas são utilizadas para supri-lo e não cumprem o seu papel.

[282] O deputado Estácio Gonçalves Souto Maior também era médico, do PTB e eleito por Pernambuco (em 1954, 1958, 1962 e 1966); foi ministro da Saúde durante um período do governo Jango.

taquigráfica; e citou exemplos dos fatos. Souto Maior havia declarado que ele se elegera com o leite em pó do FISI, um fundo da ONU para a infância, e da Campanha da Merenda Escolar, em 1954 e 1958, desviado pelo responsável pela campanha[283]. Defendeu este último, foi chamado de *mistificador* pelo deputado que formulou as acusações e denunciou o acusante de ter se utilizado de verbas do DNOCS, que pagara "*todo o serviço de terraplanagem da indústria da qual Vossa Excelência é presidente, que se chama Frigorífico Industrial de Brasília.*" (Anais, 1960/61, 2ª convocação extraordinária, v. V, p. 401)[284]

No final de abril, fez um discurso sobre um assunto que, segundo ele, era um tabu até há pouco tempo, a fome, e que agora se encontrava em quase todos os jornais diários e em revistas.

> "*Não é um vezo de especialista, de ver a fome até na imprensa, porque, ao contrário, insisto em dizer que a imprensa ocultava e censurava até aqueles que, como eu, tinham a coragem de denunciar a verdade de vivermos num País de famintos, num País morrendo de fome.*" (Diário, abril de 1961, p. 2.815)

Mostrou exemplos de publicações e afirmou que o problema estava se agravando, "*em conseqüência dos sucessivos erros de orientação do nosso desenvolvimento econômico, desequilibrado e setorial.*" Não havia ainda sido aplicado corretivo para a economia colonial, de produzir para exportar, esquecendo da agricultura de subsistência, de produzir para consumir. Apelou para que a Câmara Federal aprovasse, rapidamente, proposições em tramitação[285], aprovasse uma reforma agrária "*nem demagógica, nem inoperante*" e uma lei do *salário móvel* como o "*único meio de evitar o círculo vicioso da inflação permanente, pelo aumento dos salários e do custo de vida*" (Anais, 1961, v. V, p. 111).

Solicitou ainda a aprovação de uma lei antitruste, porque a fome no país era produto do abuso do poder econômico, de uma lei de controle de remessa de lucros porque "*através desta é que se vem dando vasão à maior parte da riqueza brasileira*", do plano diretor da SUDENE que estava em tramitação (projeto nº. 2.666/61) e de dois projetos que apresentara: o da desapropriação por interesse social (nº.11/59) e o de diversificação da agricultura nas zonas de monocultura (nº. 442/59)[286].

Em longos apartes em um discurso do deputado federal Osvaldo Lima Filho (PTB-PE), feito em julho sobre o projeto (nº. 2.666/61) relativo ao Plano Diretor da SUDENE, insistiu que o Nordeste não precisava de ajuda e sim de respeito e tratamento econômico equânime, pois a "*política brasileira tem sido contra o Nordeste, de espoliação e de exploração colonial, que tem funcionado como colônia de um império, dentro do próprio território.*" (Anais, 1961, v. XIII, p. 130) Seus excedentes

---

[283] Souto Maior aparteou dizendo: "*É a pura verdade: à custa do leite em pó.*" Josué de Castro refutou as acusações dizendo que o superintendente citado só ocupara o cargo em 1959 e que "*tanto em 1954 como em 1958, quando me elegi deputado, encontrava-me em oposição aos governos que superintendiam a distribuição do leite da Merenda Escolar*." (Anais, 1960/61, 2ª convocação extraordinária, v. V, p. 400, ou Diário, 09 de março de 1961, p. 1.338) Em 1954 fazia oposição a Café Filho e em 1958 ao governador de Pernambuco (gal. Cordeiro de Farias). E apelou para o secretário de Educação de PE na época, agora também deputado, para testemunhar se possuía alguma interferência na merenda escolar.

[284] Souto Maior aparteou: "*Traga os documentos comprobatórios!*", e Josué de Castro disse: "*Vão vir!*" (Anais, 1960/61, 2ª convocação extraordinária, v. V, p. 401). Entretanto, não encontramos mais referências a este assunto.

[285] Em aparte a um orador, em abril de 1961, afirmou que parte da culpa pela situação de desequilíbrio e de fome era também do Congresso por nada ter feito de substancial em relação às reformas de base necessárias. Reafirmou que o Nordeste e a Amazônia eram discriminados pelas medidas dos poderes públicos – a visão de que muitas medidas econômicas eram tomadas em prejuízo da economia do Nordeste era comum à maioria dos parlamentares da região – e que nada seria feito "*senão mudando a estrutura agrária e não só da propriedade mas de todo o complexo social do latifundarismo ...*" (Anais, 1961, v. IV, p. 704).

[286] Tanto no Diário (abril de 1961, p. 2.815) como nos Anais (1961, v. V, p. 112) estava escrito: "*e o de número 442, de 1960, de reforma agrária, ou diversificação da agricultura nas zonas de monocultura, como é a zona açucareira, proposição que dorme nas gavetas desta casa.*" Entretanto, o projeto n. 442 é de 1959 e foi apresentado no mês de junho (ver Anais, 1959, v. III, p. 103-106).

agrícolas e sua mão-de-obra deslocada ajudavam o desenvolvimento do Sul e que, mesmo que a SUDENE fosse um organismo excepcional, ela não seria suficiente pois não bastaria um plano regional se o mesmo não fosse integrado a um planejamento de toda a economia brasileira: "*... o desenvolvimento do Nordeste dependerá do tipo de política cambial, tarifária, de política de investimento.*" Que, naquele momento, não existia nenhum plano de desenvolvimento do país, o que já ocorrera, apesar de alguns erros, em governos passados.

Sugeriu um plano qüinqüenal porque não se acreditava mais em desenvolvimento espontâneo e natural; ele precisava ser planejado e dirigido. Sem ele, a expansão econômica de fazia *à la diable*, ao sabor dos interesses dos grupos econômicos (que procuravam as áreas de rentabilidade e produtividade mais altas) e as mais sacrificadas seriam as regiões mais pobres, como o Nordeste. Por isso, não bastava planejar para o Nordeste; era preciso planificar para o Brasil inteiro[287]. Insistiu na existência de uma política discriminatória em relação ao Nordeste[288] e que o grave problema do desemprego na região, que drenava mão-de-obra para outras áreas como excedente, só era "*excedente à falta de estrutura econômica capaz de ocupá-la racionalmente.*"

No mesmo mês fez uma comunicação, apelando para que o presidente da República enviasse a mensagem de abertura de crédito prometida e que, com a chegada da mesma, fosse colocada em regime de urgência – para obras de defesa da cidade de Olinda (PE). Afirmou que a antiga capital de seu estado se encontrava em situação de calamidade pública, ameaçada pela violenta corrosão marinha. Destacou a importância do patrimônio arquitetônico desta cidade que, nas lutas holandesas, "*desempenhou o papel de baluarte defensivo da nacionalidade contra a ocupação estrangeira*", como se, naquela época, existisse uma *nacionalidade brasileira* e a ocupação estrangeira fosse somente a holandesa. Segundo ele, a destruição das costas, o avanço do mar, não era apenas um fenômeno natural.

> "*O Nordeste, como sabemos, é exposto a calamidades e cataclismos. A maior parte deles, entretanto, não é natural.* [...] *Foram as obras mal realizadas no Porto de Recife que provocaram espécie de revolta do mar, criando correntes de sentidos diferentes que, agora, ameaçam o velho baluarte de Olinda.*" (Anais, 1961, v. XIII, p. 393)

Em 26 de agosto, um sábado (o que tornava a sessão mais extraordinária ainda), um dia após a renúncia de Jânio Quadros, a Câmara Federal estava reunida e ele solicitou, via requerimento, a concessão de preferência para discussão e votação do projeto 1.861-C, de 1960, que criava a Universidade de Brasília (UnB). Alguns deputados se manifestaram a favor do adiamento mas, na votação ocorrida após a fala de Josué de Castro e de outro deputado, a maioria dos presentes aprovou a preferência. Em seu encaminhamento da votação, disse que o país não podia parar e o Parlamento não deveria deixar de legislar pelo fato de haver "*sobressalto ou crise no País*". O projeto, conforme suas palavras, cuidaria "*de equipar a Capital, até hoje desguarnecida da sua função cultural, de uma universidade. Ademais, é a primeira universidade de estrutura autenticamente universitária, pela qual se procura dar outro nível ao problema da pesquisa no Brasil,* ..." (Anais, 1961, v. XIX, p. 648).

---

[287] A um deputado que, discordando dele, considerava o Nordeste como uma área com recursos naturais "*escassos e difíceis*", disse que a base física era sempre relativa, que a região não era *Terra de Canaã* em relação à Ucrânia mas era em relação à Israel (Anais, 1961, v. XIII, p. 131).

[288] "*Como o planejamento é feito à base da região prioritária, que toma a dianteira, que tem mais força política – o Sul –, automaticamente o Nordeste é abandonado* ..." (Anais, 1961, v. XIII, p. 138). A cota em dólar que o país recebia como resultado das exportações nordestinas, era "*investida, em seguida, para industrializar o Sul e não o Nordeste. Em sua maior parte, aquilo que o Governo Federal manda como auxílio, volta para o Sul. Sabemos que há um duplo fluxo de capital que vai para o Nordeste como capital público e volta para o Sul como investimento privado de grupos que se encontram no Nordeste para receber esses auxílios e trazê-los para o Sul,* ..." (Ibidem).

Fez o último discurso antes da votação do projeto (nº. 1.861-C/60) de criação da UnB e nele afirmou que o momento de crise era, justamente, o adequado para aprovar o projeto pois o *espetáculo* que ocorria era a expressão de uma coisa só: "*o subdesenvolvimento em seu aspecto global*". A luta contra isto se fazia através da estruturação de um plano, e para a realização deste

> "*se tornam imprescindíveis capitais, técnica e consciência da realidade social do País que pretende levar a cabo o plano de desenvolvimento. Tem faltado ao Brasil essa consciência integral de sua realidade e os recursos técnicos,* ... [...]. *Arriscam-se os países que desejam desenvolver-se sem esta consciência, sem esta base plena da sua realidade, a fazerem importação daquilo que um escritor, economista e sociólogo europeu chamou de 'as utopias de exportação', exportar planos feitos, moldados em outras realidades que não aquelas onde vão ser aplicadas. Daí seu fracasso* ..." (Anais, 1961, v. XIX, p. 657-658).

A obtenção desta consciência global seria conseguida com uma base e um bom lastro de cultura, o que tornava necessária a existência de universidades, não apenas no nome ou que fossem apenas uma reunião de escolas profissionais não interligadas. As raízes da universidade estariam em um tripé: "*a pesquisa, a formulação e difusão, e a defesa da cultura.*" Sem isso, não existiriam universidades e sim escolas profissionais ou institutos técnicos. A UnB, para ele, seria

> "*a primeira autenticamente a serviço desses princípios de orientar o desenvolvimento do Brasil, de acordo com a sua realidade social, aplicando os conhecimentos e as aquisições da técnica e da ciência para nos emancipar da miséria, da fome, do pauperismo ...*" (Anais, 1961, v. XIX, p. 660).[289]

Frente a um aparte, disse que realmente não era uma inovação uma universidade composta de institutos; a inovação estaria "*na maneira como estes Institutos vão funcionar.*"[290] Aos que advogavam o adiamento por ser Brasília uma cidade em formação, disse que isto significava "*não querer dar alma a esta Capital, porque ainda não tem corpo*", e era hora de se incluir essa alma para que o corpo não se formasse "*sem sentimento e sem orientação*"[291].

Para ele, a UnB corrigiria vários defeitos de outras universidades pelo seu exemplo de universal, globalizadora da cultura, em um momento que esta "*se pulveriza e se dispersa*".

> "*Essa pulverização dos conhecimentos, sob a forma de especialização, forma o que alguns chamam de novos bárbaros, homens cada vez mais cultos e cada vez mais míopes e limitados, os especialistas, que só vêem o que está no seu campo microscópico, do grão de areia, ignorando o que se passa em torno, no macrocosmo.*" (Anais, 1961, v. XIX, p. 662)

---

[289] "*Nunca houve o sentido de criar-se uma universidade que defendesse uma cultura brasileira, cultura de integração nacional, que desse ao homem essa consciência que as fronteiras geográficas devam coincidir com as fronteiras econômicas.*" (Anais, 1961, v. XIX, p. 663) Indiretamente, estava afirmando que universidades como a USP e a UDF não realizavam esta tarefa.

[290] Mencionou que a Universidade do Brasil também era estruturada em institutos, e que ele era fundador e diretor de um deles, o Instituto de Nutrição. "*Mas esses Institutos não têm a função precípua de fornecer conhecimentos, difundir a ciência e aprofundar pesquisas a serviço de todas as profissões que giram dentro da própria Universidade. Cada Instituto é ligado a uma escola e limita, via de regra, o seu trabalho à especialização daquela categoria.*" (Anais, 1961, v. XIX, p. 661)

[291] Afirmou que várias universidades "*foram núcleos de criação de grandes cidades*". Concordou com o exemplo, dado por outro deputado, de que se estava organizando, às margens do Danúbio, uma nova Belgrado (Iugoslávia); "*a cidade não foi inaugurada; entretanto, sua universidade principal já está em pleno funcionamento.*" (Anais, 1961, v. XIX, p. 664) Rechaçou o argumento de que a UnB deveria ser criada porque os filhos dos funcionários e dos deputados precisavam de escolas. "*Isso é secundário, é comezinho.*"

A criação de uma universidade deste gênero era também no sentido de defesa da democracia. "*Democracia é o direito de viver. E para viver é preciso, antes de tudo, saber, porque o caminho da conquista passa pelo do conhecimento.*"[292]

No dia primeiro de setembro de 1961, no tempo destinado ao expediente – e, portanto, anterior à votação da emenda parlamentarista –, foi à tribuna para criticar os chefes das Forças Armadas e ler um manifesto favorável à posse de Jango, assinado por diversos intelectuais e artistas. Falou que

> "*os eventuais chefes das Forças Armadas, mais uma vez, em manifesto lançado à Nação, se arrogam o direito de falar, não apenas em nome dessas mesmas forças que eles não mais representam, porque inteiramente divididas, mas também em nome de todo o pensamento e sentimento nacionais.*" (Anais, 1961, v. XX, p. 268)

Disse ainda que isto era falso, como demonstravam as manifestações, "*em todos os quadrantes do Brasil*", contrárias "*a atitude despótica e inconstitucional*" dos chefes das Forças Armadas, "*apesar da opressão social, apesar da censura reinante e do verdadeiro estado de sítio não declarado no País,* ...". Em seguida, leu o manifesto em favor da legalidade, da posse do vice-presidente eleito e condenando "*os governos títeres de emergência*", as intromissões indébitas e a censura[293].

Na sessão do dia dois de setembro, foi lida uma declaração de voto (entregue na véspera) de Josué de Castro, na qual apresentou as razões de seu voto.

> "*Sempre fui parlamentarista, tendo assinado todas as proposições encaminhadas com este objetivo, inclusive a emenda 16-A, de julho de 1951, cuja tramitação nesta Casa, foi retomada no presente momento.* [...] *Ocorre, entretanto, que me parece inoportuno processar-se uma reforma constitucional de tal magnitude e profundidade política num momento de tão grave crise institucional, que a sua adoção apressada poderia a muitos parecer produto exclusivo da imposição de certos setores das forças armadas, coagindo o livre exercício de nossas prerrogativas constitucionais.*" (Anais, 1961, v. XX, p. 520-521)

Seguiu dizendo que adotar o regime parlamentarista, naquele momento infeliz ("*verdadeiro estado de sítio de fato*"), era degradar este regime no qual depositava ardentes esperanças. Além desta razão, não lhe parecia justo alterar o sistema político, enfraquecendo o poder do presidente da República no momento de sua posse, quando o mesmo havia sido eleito, pelo povo, com um mandato que lhe outorgava constitucionalmente poderes mais amplos do que os estatuídos pela emenda parlamentarista. Por isso, votava contra a mesma[294].

Dias após a implantação do parlamentarismo, leu na tribuna um manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que solicitava que não mais houvesse no Congresso o mesmo espírito que conduziu ao desmoronamento do regime presidencialista, que o novo regime formulasse um pensamento político renovador e que da nova estrutura política não participassem os que estiveram comprometidos com os erros e os desvios do antigo regime. O manifesto ainda afirmava que a FPN redobraria os esforços

> "*no sentido de que o País realize, em curto prazo, uma reforma agrária racional, discipline a remessa de lucros do capital estrangeiro, reforce o monopólio estatal nos setores vitais de nossa economia e oriente a política exterior do País numa*

[292] Após o seu discurso, ocorreu a votação e o projeto foi aprovado. O texto do mesmo se encontra em: Diário, agosto de 1961, p. 6.243-6.244, ou em Anais, 1961, v. XIX, p. 664-667.

[293] O texto integral do manifesto e os seus signatários se encontram em: Diário, setembro de 1961, p. 6.360 ou em Anais, 1961, v. XX, p. 268-270.

[294] Pelo que conseguimos apurar, o PTB, após a anuência de Jango, decidiu votar a favor da emenda, mas diversos deputados do partido, como Josué de Castro, votaram contra.

> *posição de independência, em defesa dos autênticos interesses nacionais.*" (Anais, 1961, v. XX, p. 821)

Nesta mesma sessão (171ª, 05/09/61), relatou a existência de "*novos boatos terroristas*" relativos ao desembarque em Brasília do presidente João Goulart e leu um comunicado de uma reunião do presidente em exercício, Ranieri Mazzilli (1910-1975), com o arcebispo de Brasília e os ministros militares, no qual as Forças Armadas diziam acatar o regime parlamentarista e assegurar "*as garantias necessárias ao desembarque, nesta Capital, nesta data ao Pres. João Goulart e à sua investidura na Presidência da República.*" (Anais, 1961, v. XX, p. 822)

Duas semanas depois, ainda em setembro, fez uma comunicação, à qual iniciou dizendo que, serenado o período mais agudo da crise, havia no Parlamento um otimismo que lhe parecia exagerado. Vencemos, disse ele, apenas a crise militar. No

> "*subsolo desta crise militar perdura uma grande crise social, produto de estruturas econômicas superadas e arruinadas.* [...] *Por toda parte encontramos enquistados certos problemas ameaçadores da tranqüilidade e da ordem pública. Um deles é, sem dúvida alguma, o tremendo desequilíbrio econômico ...*" (Anais, 1961, v. XXI, p. 700).

Disse ainda que a situação do Nordeste, "*o quisto social mais grave*", ameaçava o próprio regime, que seus problemas eram estruturais[295], que necessitava de um planejamento adequado e este estava sendo feito pela SUDENE, "*esperança do Nordeste e do Brasil.*" Seu temor era de que este órgão fosse entregue, "*através de cambalachos políticos, a políticos que irão agredir tanto a dignidade da instituição, como a do regime estabelecido – o parlamentar.*" Clamava para que isso não ocorresse.

Em dezembro[296], aparteou por diversas vezes o discurso do primeiro-ministro Tancredo Neves, a respeito da reforma tributária proposta pelo Conselho de Ministros. Afirmou que tinha sido a crise econômica que provocara a mudança de regime, discordou de que a inflação vinha do subdesenvolvimento, porque o país tivera longos períodos sem inflação, e sim de tentativas inadequadas e inoperantes de lutar contra ele, do *desenvolvimento desequilibrado*, setorial, ao lado do abandono da agricultura. Criticou a proposta de reforma tributária, classificando-a de inflacionária, e declarou que o imposto de consumo proposto isentava certos produtos diretamente mas não indiretamente, pois o custo de produção dos produtos de alimentação estava ligado aos produtos industriais e a maioria destes seria taxada. Apesar das justificativas adequadas do primeiro-ministro, permaneceu defendendo a redução do imposto de consumo (Anais, 1961, v. XXXIV, p. 562-564).

Fez, em dezembro, um longo discurso para prestar contas da delegação brasileira – foi o presidente dela – à XI Conferência Geral da FAO, realizada em Roma no mês anterior. A FAO, para ele, não tinha tido ainda seu esforço coroado de êxito pois a fome possuía "*raízes profundas fincadas nas estruturas econômico-sociais do mundo inteiro, e, assim, suas implicações atingem todos os fatos de ordem econômica da política internacional.*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 218) A conferência foi, para ele, muito importante, por se caracterizar

> "*por uma mudança no comportamento político da instituição, que passou a ser, praticamente, governada e orientada pelas nações subdesenvolvidas, e não pelas grandes potências que até então manipulavam, inteiramente, as Nações*

---

[295] "*... a fome no Nordeste não resulta, como se pensa, da seca mas da estrutura do subdesenvolvimento e do desemprego na cidade e nos campos, ...*" (Anais, 1961, v. XXI, p. 700).

[296] Em 06/10/61, enviou um ofício ao presidente da Câmara Federal comunicando que, dois dias depois, estaria ausente do país "*para representar o Congresso Nacional, na qualidade de Observador Parlamentar da Assembléia da ONU, designado por Decreto do Presidente da República, publicado no Diário Oficial de 21 de setembro último.*" (Anais, 1961, v. XXIV, p. 04)

> *Unidas, e especificamente as suas agências especializadas.*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 219)[297]

Isto ocorreu em razão do ingresso de 18 países africanos, recém emancipados do "*colonialismo político, e possuídos de um grande desejo de participar dos destinos do mundo*"[298]. Deram à FAO um novo sentido, "*uma nova filosofia de ação, passando do debate estéril e lírico, que tamponava os problemas, mas não os resolvia, ...*". Com estas afirmações estava, sem falar sobre, reconhecendo que em seu período de presidente do Conselho da entidade, ocorria uma manipulação por parte das grandes potências e uma falta de praticidade ou de eficácia das ações do organismo.

A delegação brasileira propôs o desarmamento mundial progressivo e o uso da verba economizada[299] na luta contra a fome, não apenas dando comida ("*uma solução de emergência, de caráter paternalista*") mas promovendo o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo que, pelo seu próprio trabalho, se libertariam da fome, desta expressão biológica do "*subdesenvolvimento de tipo colonial*". Dois terços da população mundial continuavam passando fome e, em 1960, a produção agrícola não tinha crescido nem ao ritmo da população mundial, dando, aparentemente, razão à Malthus. Este agravamento não significava que a partida estivesse perdida, não significava,

> "*nem de longe, que os recursos naturais sejam limitados, que a natureza seja mesquinha. Que haja fome no mundo, porque não haja possibilidade de aumentar a produção, porque os solos estejam esgotados e porque a população cresça de maneira descontrolada. Nada disto é verdade.*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 221)

Nos países industrializados, o crescimento tinha sido tão grande que foi preciso contê-lo e os EUA gastavam em armazenamento dos mesmos uma quantia "*superior a de todos os planos de ajuda aos países subdesenvolvidos.*" A fome, portanto, não era natural e, se quiséssemos, o problema já estaria resolvido.

Com um otimismo exagerado, disse que a "*aplicação da ciência e da técnica permite multiplicar inúmeras vezes a produtividade de qualquer tipo de solo*", que as técnicas de irrigação e de correção do solo permitiriam incorporar à área cultivada a maior parte das regiões áridas e semi-áridas, "*só aparentemente estéreis*".[300]

---

[297] O mesmo entusiasmo pôde ser observado por ocasião da leitura da resolução da X Conferência Geral da FAO em 1959, pois ela lançou a *Freedom From Hunger Campaign*, que iria de 1960 até fins de 1965, e incorporou diversos pontos que ele defendia (o texto integral desta resolução se encontra em: Castro, 1960, p. 115-126). Sobre as semelhanças com suas concepções, ver, por exemplo, o item 4 (p. 116). Um outro aspecto interessante desta resolução foi a referência e o estímulo à participação de organizações não-governamentais, fato ainda pouco comum na época (ver, p. ex., as páginas 119, 120 e 125). Josué de Castro integrou o Comitê Consultivo da Campanha Mundial contra a Fome e foi eleito para a presidência na primeira reunião do mesmo, realizada em Roma, em maio de 1960 (o relatório desta reunião se encontra em: Castro, 1960, p. 127-138).

[298] Nesta reunião, que rotulou de *conferência dos países subdesenvolvidos*, ocorreram votações em bloco por parte de países do Terceiro Mundo, "*constituído de 22 nações, num total de 100 membros, chamado Bloco Latino-Americano-Afro-Asiático – que tenho a honra de presidir desde que o Brasil foi homenageado com essa distinção – ...*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 219). Afirmou existir um Bloco dos Países Subdesenvolvidos, com 72 países, que "*me honraram com a eleição*" para presidi-lo (Ibidem, p. 226). E, conforme disse, o Brasil era o único entre os 100 membros que pertencia "*a todos os comitês técnicos daquele importante organismo*". A Conferência durou três semanas, antecipado por uma semana de trabalho do Conselho Consultivo, o que explicava a sua ausência em todas as sessões legislativas, no Congresso Nacional, do mês de novembro. Três foram os temas fundamentais : 1 – A análise da situação alimentar do mundo; 2 – Estudo do problema dos excedentes e de como utilizá-los; 3 – Como tornar a campanha mundial contra a fome mais eficiente. (Ibidem, p. 221)

[299] Segundo ele, na época gastava-se anualmente US$ 100 bilhões em armas. Esta proposta, aliás, não foi muito diferente da apresentada pelo presidente do Brasil, em junho de 2.003, em uma reunião do G-8. Ele sugeriu a criação de um fundo mundial contra a fome, com recursos provenientes da taxação do comércio de armas. No entanto, esta proposição não foi nem mencionada no comunicado final da reunião.

[300] "*O Saara é desértico só porque não tem água. Dotado de água, em certas regiões, torna-se de fertilidade espetacular. E, nestas regiões, temos os oásis, as terras da promissão.*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 222) Além da crença exagerada no poder da ciência, verificamos que seu conceito de deserto é o *paisagístico* e limitado aos

Relembrou que ninguém tinha coragem de negar a existência da fome, como ocorrera quando publicou *Geografia da Fome* – "*e me chamaram de comunista*" –, pois quem afirmava que a fome era o maior perigo mundial era *Sua Santidade o Papa*; que era o maior drama a enfrentar disse John Kennedy (1917-1963) – "*presidente do país mais capitalista do mundo*" –; e que, enquanto houver fome haverá guerras, tinha sido Nikita Kruchov (1894-1971). Por isso, não bastava o despertar desta consciência parcial da fome porque

> "*esta revelação parcial, longe de ser construtiva, cria nos povos famintos um estado de revolta, porque esses povos sabem que sua fome não é uma contingência natural, irremediável, mas produto de estruturas econômicas defeituosas e egoísticas, de tipo colonial ou neocolonial, ...*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 222).

A reunião da FAO estabelecera medidas concretas, como em relação à utilização dos excedentes, até hoje doados aos países miseráveis em troca de suas adesões às políticas dos doadores, "*num caráter de miséria organizada e vendida. São os povos que vendem sua fome em troca da sua liberdade. Portanto, uma forma de colonialismo* – ...". A Conferência do FAO tinha aprovado a criação do Banco Internacional de Alimentos (BANCO)[301]. Assim, seria evitada a manipulação dos excedentes.

> "*Não vamos dar mais alimentos, mas primeiro, fazer projetos, evitando o 'dumping', inundar o mercado dos países subdesenvolvidos, cuja agricultura é deficiente, com os excedentes alimentares que desorganizam completamente a produção.*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 223)

Ainda que os excedentes, quando "*jogados desordenadamente*", eram uma falsa e negativa ajuda, colaborando para a permanência do subdesenvolvimento e do atraso agrícola.

"*Lutar contra a fome é lutar contra o subdesenvolvimento*" e possuía como pré-requisito "*o respeito econômico aos países subdesenvolvidos*", o que podia ser feito, por exemplo, com a paridade de preços das matérias-primas aos preços dos produtos industriais[302] e a estabilização dos mesmos no mercado mundial. "*Os problemas das trocas comerciais e os problemas das estruturas agrárias se entrosam na manutenção do mundo da fome.*" Na impossibilidade de atacar o problema em toda a sua extensão planetária, a delegação brasileira sugeriu que algumas áreas fossem escolhidas para concentrar esforços e, com a anuência do governo federal, sugeriu a inclusão do

---

desertos tropicais. Se fosse *climático*, não afirmaria que o Saara só era desértico porque não tinha água e que a presença desta mudou a paisagem de Neguev (Israel), que continuou um deserto.

[301] Com um capital inicial de US$ 100 milhões, subscrito pelos cem países membros da FAO. Um terço do capital seria subscrito em alimentos e dois terços em dinheiro, que seria usado na aquisição dos excedentes alimentares; estes seriam "*vendidos aos países que deles necessitam, para serem utilizados, não como caridade, mas como um tipo de investimento para projetos autênticos de desenvolvimento econômico. Desta forma, os excedentes de alimentos se transformam em capital.* [...] *Quando o Brasil tiver um projeto de uma estrada, compreendendo um terço de alimentos para os trabalhadores, o BANCO entrará com esses alimentos e nosso projeto ficará descontado em seus investimentos de um terço, que será promovido através da ajuda internacional. Desta forma, tiramos, ao problema dos excedentes, o aspecto pejorativo e humilhante de recebimento de esmola;* ..." (Anais, 1961, v. XXXV, p. 223). Lembrou que isso era um triunfo da idéia de criar uma reserva internacional de alimentos, sob a égide da ONU, que tentara quando presidia a FAO; e que revelar nossa fome ao mundo tem sido algo positivo pois, graças a isto, se concretizavam instituições como o BANCO. Todavia, não conseguimos provas da existência e da atuação deste organismo.

[302] Se entendia como paridade a igualdade de preços, estava propondo uma injustiça para corrigir outra. Se propunha igualdade de remuneração de acordo com o nível de participação no processo de produção e venda, a posição seria mais correta. O problema, na época, ainda comportava o fato de países serem meros exportadores de matéria-prima bruta (sem controlar o preço e a extração da mesma), sem agregação de valores, e importadores de maquinofaturados desta mesma matéria-prima pela inexistência de parque transformador. Mais tarde, muitas empresas implantaram indústrias em países subdesenvolvidos, recebendo mais do que nos países de origem, graças a incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata, sindicalismo fraco e legislação ambiental deficiente.

Nordeste brasileiro. A proposta foi aceita e a FAO "*passou a considerar o projeto de integração econômica do Nordeste como uma experiência piloto para todo o mundo subdesenvolvido*", com duração prevista de cinco anos.

O Nordeste, conforme o orador, possuía uma situação ideal para a experiência, por ter "*uma base física que não justifica a existência da fome reinante na região*", pelo seu desejo de emancipação – "*produto da consciência política do povo nordestino*" – e por concentrar uma significativa massa de população pois, com os seus 23 milhões de habitantes, se isolado, seria, descontando o Brasil, o mais populoso da América Latina. Entre as diversas colaborações que receberia, estaria "*um volume vultoso de recursos*"[303] proveniente de diversos organismos e a vinda de uma missão técnica "*para cooperar conosco na implantação e implementação de uma reforma agrária regional do Nordeste, como fator básico de sua emancipação.*[304] Também viria uma comissão técnica para "*reformar o nosso Ministério da Agricultura*" e uma outra para reformar o ensino e a pesquisa agrícola, no interesse da agricultura brasileira, porque precisávamos "*pesquisar aqui e aqui encontrar as soluções.*" A vinda destas missões dependia de solicitação formulada à FAO pelo Ministério da Agricultura[305].

A luta contra a fome permitiria que fizéssemos do mundo uma só comunidade e não dividido em dois grupos antagônicos: o dos pobres, subdesenvolvidos e o dos ricos, dos privilegiados, aquele que "*não dorme com medo da revolta dos que não comem.*" Mal sabia que, findada a Guerra Fria, o mundo se veria como já era há muito tempo: dividido em Norte e Sul, este o faminto, tendo como divisor o Trópico de Câncer. De leste e oeste para norte e sul; da Cortina de Ferro para o que chamamos de Cortina do Pão.

Pela importância de suas interferências, 1961 foi um ano de atuação significativa, não sendo encontrado nada sobre ele somente em dois meses (junho e novembro). Fez apartes significativos – e, às vezes, longos – em dez discursos, encaminhou um ofício (comunicando afastamento), uma declaração de voto por escrito (contra a emenda parlamentarista) e seis comunicações (sobre merenda escolar, corrosão marinha em Olinda, Manifesto de Intelectuais pró-Jango, garantias de desembarque de João Goulart, manifesto da FPN e plano diretor da SUDENE). Proferiu quatro importantes discursos (programa Alimentos para a Paz, fome e salário-móvel, UnB e atuação no XI Congresso da FAO). Teve, em dias politicamente conturbados, uma atuação significativa na aprovação do projeto (nº. 1861-C/60) que criou a UnB: elaborou o requerimento solicitando a preferência de votação, encaminhou a votação do projeto e realizou o discurso final em defesa do mesmo.

### 4.2.8. O ano legislativo de 1962

Em 1962, em seu primeiro mês, faleceu o médico brasileiro Manuel de Abreu (1894-1962), de cujas descobertas surgiu o processo conhecido mundialmente como

---

[303] Segundo ele, US$ 30 milhões para serem utilizados em cinco anos. Mas disse: "*Não são esses 30 milhões, nem de longe, suficientes, mas são uma ajuda apreciável ...*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 225).

[304] "*... para fazermos racionalmente a reforma agrária, que doutra forma será feita com violência, à revelia dos poderes públicos, ...*" (Anais, 1961, v. XXXV, p. 226).

[305] Além disso, ainda segundo o discursador, foi obtida a instalação de dois institutos técnicos, com recursos do Fundo Especial da ONU e a formulação técnica da FAO; um deles seria um Instituto de Tecnologia Tropical, em São Paulo, e o outro, um Instituto de Tecnologia da Pesca, do qual não disse a localização. Durante o discurso, um deputado aparteou lembrando que o Brasil não respondia aos questionários da FAO, que nos próprios anuários do organismo sobre a situação agrária não havia referências ao Brasil e que a próxima assembléia geral da entidade seria sobre a reforma agrária, e nós não tínhamos respondido o questionário sobre este problema. Josué de Castro respondeu que a FAO só aceitava informes oficiais e que se o país não se equipasse para receber a ajuda e se não elaborasse planos bem feitos, factíveis, essas ajudas não viriam (Anais, 1961, v. XXXV, p. 227). E, parece, foi isso o que ocorreu.

abreugrafia, vitimado por um câncer pulmonar. No mês seguinte, o país perdeu o pintor Cândido Portinari (1903-1962) que, entre muitas coisas, participou (1951-53) do painel *Guerra e Paz* na sede da ONU, em New York. Nesta mesma época, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1922-2004), iniciou as tramitações para a desapropriação de uma subsidiária (Companhia Telefônica Nacional) do grupo empresarial estadunidense *International Telephone and Telegraph* (ITT). Em maio, quando o filme *O pagador de promessas* conquistou a Palma de Ouro em Cannes, foi criada a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos. No mês seguinte, foi criada a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), Tancredo Neves (PSD) renunciou ao cargo de primeiro-ministro (função ocupada por Brochado da Rocha, também do PSD) para se candidatar ao governo de Minas Gerais, e fomos bi-campeões mundiais de futebol no Chile.

Em julho, uma greve geral, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e pelo Pacto de Unidade e Ação (PUA), reivindicando um ministério nacionalista, acabou conquistando a lei do 13º salário. Em agosto, mês da criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o projeto do Estatuto da Terra foi rejeitado na Câmara Federal, a mesma que, em setembro, aprovou um projeto sobre remessa de lucros. Neste mesmo mês foi instalado, na capital federal, o Conselho Nacional de Reforma Agrária e ocorreu a posse de um novo primeiro-ministro: Hermes de Lima (PSB). Em outubro, uma manifestação de trinta mil camponeses em Recife (PE), a favor da reforma agrária, foi reprimida pelas tropas do IV Exército; também ocorreram eleições para governadores e cargos legislativos. No último dia do ano foi anunciado, pelo governo federal, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em março de 1962, Josué de Castro subiu à tribuna para duas comunicações. A primeira, que iniciou como de costume, lembrando que o problema do Nordeste não era apenas regional mas também nacional e não possuía raízes em sua base física, foi para felicitar o Ministro das Relações Exteriores, San Thiago Dantas[306], e o embaixador israelense pela assinatura, em Recife (PE), de um convênio entre Brasil e Israel que permitiria que nosso país se beneficiasse "*da capacidade técnica do pequeno país israelense, no que diz respeito à conquista das terras áridas.*" (Anais, 1962, v. I, p. 72) A segunda comunicação, três dias depois, no dia de São José, para dizer que as

[306] San Thiago Dantas (1911-1964) teve seu nome vetado (em julho de 62) para primeiro-ministro, em substituição à Tancredo Neves, e foi colocado por Jango no Ministério das Relações Exteriores. No final de maio de 1962, Almino Afonso (PSB-AM, ministro do Trabalho em 1963 e cassado no ano seguinte) fez um discurso defendendo a política externa, inclusive a posição do ministro em uma conferência da OEA em Punta del Este (Uruguai), face a uma moção de censura apresentada. Em apartes a este discurso, Castro afirmou que estes ataques eram "*propósitos subalternos com que o grupo da extrema direita se aproveita de um mero pretexto – a política exterior do Brasil – para querer derrubar as instituições democráticas do País.* [...] *É uma política externa de independência e não uma política subalterna, política que se deixe dobrar às injunções dos blocos guerreiros, sejam quais forem as suas posições ideológicas.*" (Anais, 1962, v. IX, p. 64) Disse, ainda, que a extrema direita estava perdendo seu poder político, estava "*sendo esvaziada politicamente*", enquanto as forças populares se enchiam de prestígio; e ela temia o povo e não desejava eleições e sim desordem, violência e terrorismo. "*Perdendo força, perdendo prestígio, e temerosos de que o seu poder econômico se extinga, quer levar o Brasil ao caos, ...*". Esse erro de avaliação do poder da direita ele também fez em *Sete palmos de terra e um caixão* (1967**a**, p. 200). Na conferência citada, o Brasil se absteve na votação que impunha sanções e excluía Cuba da OEA. Almino explicou que a abstenção não significava alheamento e que, naquele organismo, a abstenção era um número que se tirava "*àquele quorum indispensável para qualquer tomada de posição, ...*" (Anais, 1962, v. IX, p. 65). Este assunto também foi o objeto de uma sessão em cinco de junho. O deputado Dirceu Cardoso (PSD-ES), autor das moções contrárias à política externa, fez um tumultuado discurso, com xingamentos (*fascistas, fariseus, russófilos* etc., alguns precedidos de *Vossa Excelência*), no qual Josué o chamou de "*inimigo do povo e de seus interesses*" após, sem ser citado nominalmente, ouvir referência a um *nobre colega*, de linha nacionalista, que tinha direito de distribuir "*aquilo que os Estados Unidos nos mandam como o leite em pó para o seu Nordeste ...*". Para se ter uma idéia do nível da discussão, o orador Dirceu Cardoso disse: "*... e se é que os comunistas querem nos jantar amanhã, diante de um paredão de fuzilamento, nós, os democratas desta Casa e do Brasil devemos almoçá-los hoje.*" (Anais, 1962, v. X, p. 55)

populações nordestinas estavam "*novamente acossadas pela seca*", que nas cidades se avolumavam "*amontoados humanos que abandonam as suas terras calcinadas*" e que as tensões sociais resultantes da "*situação de miséria lá reinante, apenas agravada pela seca, se intensificam e o Nordeste se transforma numa área explosiva.*" (Anais, 1962, v. II, p. 147)[307]

Falou das notícias de choques entre "*as Ligas Camponesas e os seus adversários*", que ou se lutava contra a fome ou o Nordeste entraria em uma "*crise revolucionária*", e que nada de concreto tinha sido feito para remediar a situação pois as medidas adotadas tinham sido apenas paliativas. Entretanto, congratulava a iniciativa, que deveria surgir em poucos dias, da execução do Plano de Recuperação Alimentar, promovido pelo governo federal em colaboração com a ONU. Também que, naquela semana, iriam chegar os primeiros técnicos da FAO, em decorrência de sua proposta de transformar o Nordeste em uma área demonstrativa da Campanha Mundial Contra a Fome, para discutir com técnicos da SUDENE a estruturação de um plano. Apelava para que o governo desse todo apoio à realização deste plano para erradicar a fome na região e evitar esta "*epopéia trágica das secas*", que não era a causa primordial da miséria e do atraso, "*mas apenas o fator adjuvante*"[308].

Em maio, voltou à tribuna para dizer que "*o Nordeste é hoje uma área explosiva*", porque lá se passava fome em uma escala sem precedentes, que a seca era "*tênue*", não chegando a 10% da área regional e não podia acobertar a situação. Criticou a política desenvolvimentista que acabou dificultando o desenvolvimento da região e apelou para que a Câmara encaminhasse projetos, como os de sua autoria a respeito da utilização de terras de monocultura (para que "*na zona que só produz açúcar, não se coma apenas açúcar*") e da criação de uma *reserva alimentar de fome*. Segundo ele, o Nordeste ameaçava "*explodir, não por extremismo, não pela agitação das ligas camponesas, como dizem os confusionistas de má fé, mas pela impossibilidade de suportar mais contidamente a sua miséria, ...*" (Anais, 1962, v. VIII, p. 232).

Em 12 de junho, apresentou um projeto (nº. 4.420/62) que autorizava o Executivo a abrir um crédito especial para o MEC adquirir a biblioteca de Olívio Montenegro[309] e doá-la ao Colégio Estadual de Pernambuco, em Recife (PE), com a finalidade de preservar a obra por ele escrita e evitar que um acervo de alta valia fosse "*esfacelado, dividido, entregue a terceiros sem maior conhecimento do valor que os livros representam.*" (Anais, 1962, v. XII, p. 202) Nos meses de julho a outubro, seu nome não figurou nos Anais em apartes, ofícios, requerimentos, projetos ou discursos. Em 10 de outubro de 1962, redigiu um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados (que somente foi lido na 165ª sessão, em 05/11/62), nos seguintes termos:

> "*Tendo aceito o cargo de representante do Brasil junto aos Organismos das Nações Unidas com sede em Genebra, venho comunicar a V. Excia., para os devidos fins, que renuncio ao meu mandato de Deputado Federal para o qual fui eleito pelo Estado de Pernambuco.*" (Anais, 1962, v. XX, p. 696)

Curiosamente, seu nome continuou a figurar na *Lista Nominal dos Srs. Deputados* em novembro e dezembro (Anais, 1962, v. XX ao XXVI) e nas sessões extraordinárias de janeiro (Anais, 1962/1963, vs. I e II).

Como, de fato, permaneceu até o início de outubro, seus nove meses no cargo não foram de uma atuação destacada. Aparteou somente dois discursos (relativos à

---

[307] Em fevereiro de 1964, concluiu um livro que denominou *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva* (Castro, 1967**a**).

[308] No dia 23 deste mesmo mês (março), enviou um ofício comunicando que se ausentaria de 25 de março a 25 de abril, para participar de uma reunião técnica da FAO, na capital italiana (Anais, 1962, v. I, p. 550).

[309] O pernambucano Olívio Montenegro (1896-1962) foi professor de História e de Literatura no Colégio Estadual de Pernambuco, escritor e crítico literário. Entre diversas obras, publicou *A Igreja na Idade Média* (1926), *O romance brasileiro – suas origens e tendências* (1938) e *Retrato e outros ensaios* (1959).

política externa conduzida por San Thiago Dantas), elaborou dois ofícios (um comunicando ausência e outro renunciando ao cargo), três comunicações (convênio entre Brasil e Israel, implantação do Plano de Recuperação Alimentar e apelo para a aprovação de projetos seus) e somente um projeto: de crédito especial para aquisição de acervo bibliográfico.

## 4.3 . Análise geral das atividades parlamentares de Josué de Castro

"*Apenas a verdade é revolucionária.*" (Lema de *Ordine Nuovo*, publicado por Gramsci em 1919-20)

Josué de Castro gostava de ser parlamentar, até porque gostava de falar. Como parlamentar, foi um político coerente (que se preocupava mais com a sociedade como um todo do que com questões paroquiais); entretanto suas posturas, por vezes egocêntricas, fizeram com que sua atuação fosse mais independente que partidária. Comportando-se como um *workaholic*, assumindo diversas funções, não era tão assíduo como deveria. Para melhor visualização, mas relembrando que o ofício de um parlamentar inclui muitas outras atividades além da presença em plenário, elaboramos um quadro com as suas principais ações nas sessões da Câmara dos Deputados[310].

Tabela 33. Atividades de Josué de Castro no Plenário da Câmara Federal – 1955-1962

| | **1955** | **1956** | **1957** | **1958** | **1959** | **1960** | **1961** | **1962** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Requerimentos | - | - | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | - | 06 |
| Ofícios | - | 2 | 2 | - | - | 1 | 1 | 2 | 08 |
| Comunicações | 1 | 2 | 3 | 1 | 9 | 3 | 6 | 3 | 28 |
| Discursos | 7 | 5 | 2 | 1 | 4 | 2 | 4 | - | 25 |
| Projetos | 1 | 4 | - | 2 | 4 | 3 | - | 1 | 15 |
| Total anual | 9 | 13 | 8 | 5 | 19 | 10 | 12 | 6 | 82 |

Fonte dos dados: Diário do Congresso Nacional, 1955 e Anais da Câmara Federal, 1956-1962
Organizada pelo autor

Na tabela, não foi incluído um Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados (PRC 020/59), somente permanecendo os projetos de lei. Como pode-se observar, 1962 foi o ano de atuação menos significativa, durante o qual esteve pouco presente; apesar de ser um ano de eleições legislativas, fato este que até poderia justificar a minguada atuação, não foi candidato. No primeiro ano, o que mais discursou, e no ano seguinte, seu exercício legislativo pode ter sido prejudicado por ter desempenhado, ao mesmo tempo, a presidência do Conselho da FAO. Como ocorre até hoje, nos anos eleitorais (1958, 1960 e 1962), principalmente no segundo semestre, a atividade parlamentar no Congresso Nacional decresce, o que poderia explicar as atuações pouco expressivas. Seu ano mais profícuo, levando em consideração, inclusive, atos não constantes da tabela anterior, foi o de 1959.

[310] Do quadro, excluímos a elaboração de pareceres (um total de 05, sendo 03 em 1956 e 02 no ano seguinte) da Comissão de Saúde (que integrou e presidiu durante o primeiro mandato), as questões de ordem apresentadas (02 em 1956 e 01 em 1959) e os discursos que aparteou, que foram mais de 30, sendo mais intensos seus apartes em 1959 (13) e 1961 (10). Também não foi incluído o fato de ter sido o relator da parte geral do Subanexo do Ministério da Agricultura, em 1958, para o Orçamento da União do ano seguinte, a elaboração de emendas (07 a um projeto, em 1956, e 02 em dois projetos, em 1959), uma declaração de voto por escrito em 1960 e a fala de encaminhamento do projeto de criação da UnB no mesmo ano.

Em seus longos discursos, com exceção daqueles em que homenageava alguma figura ilustre, sempre incluía falas a respeito de seus temas prediletos. Se relativos a problemas internacionais (como a Crise do Suez e Cuba), colonialismo e imperialismo eram assuntos recorrentes; se relativos a questões nacionais, alimentação, desigualdade regional e necessidade de planificação estavam sempre presentes e relacionadas à região Nordeste. Não se restringia ao tema principal; entretanto, para traçar um panorama dos assuntos abordados, elaboramos a tabela sintética a seguir.

Tabela 34. Discursos Proferidos por Josué de Castro na Câmara Federal, de 1955 a 1962

| **Data** | **Tema Principal** |
|---|---|
| março/1955 | Homenagem a Alexander Fleming (1881-1955) |
| março/1955 | Contra o projeto n. 4.172-A/54, referente à concessão de créditos para as despesas do país na Universidade Internacional de Estudos Sociais |
| abril/1955 | 10º aniversário do falecimento de Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) |
| abril/1955 | Homenagem a Albert Eisntein (1879-1955) |
| abril/1955 | A favor do projeto n. 582-A/54, que criava uma CPI para averiguar irregularidades no SAPS |
| maio/1955 | Sobre o Prêmio Internacional da Paz, a ele concedido. |
| dezembro/1955 | Posição do PTB sobre a criação do Ministério da Economia |
| | |
| março/1956 | O problema da carestia de vida no Brasil |
| maio/1956 | Saudações a membros do Parlamento Britânico em visita ao Brasil |
| julho/1956 | Seca, naquele ano, no Sertão Nordestino |
| novembro/1956 | Envio de tropas brasileiras ao Suez |
| dezembro/1956 | Associação Mundial de Parlamentares para a Organização do Governo do Mundo |
| | |
| julho/1957 | (por delegação do líder da Maioria) Em defesa de JK, acusado de excessiva interferência na economia |
| dezembro/1957 | (por delegação do líder do Bloco Parlamentar) Críticas a medidas tomadas pelo IAA |
| | |
| novembro/1958 | Rebate e explicação de seus critérios como relator do Subanexo da Agricultura no Orçamento da União |
| | |
| abril/1959 | Sessão Comemorativa do Dia Pan-Americano |
| maio/1959 | Defesa do projeto que instituía a SUDENE |
| maio/1959 | O problema da sucessão presidencial |
| junho/1959 | Encaminhamento de projeto que prorrogava a COFAP |
| | |
| novembro/1960 | Orçamento da União para o Setor de Transportes (sobre o transporte de trigo, cebola e sobre o Nordeste) |
| dezembro/1960 | Pela não intervenção em Cuba |
| | |
| março/1961 | Programa *Alimentos para a Paz*, dos EUA |
| abril/1961 | Fome, salário móvel, solicitação da aprovação de uma lei antitruste, de controle de remessa de lucros e de seus projetos |
| agosto/1961 | Em defesa do projeto (1.861-C/60) que criava a UnB |
| dezembro/1961 | Participação da delegação brasileira na XI Conferência Geral da FAO |

Fonte dos dados: Diário do Congresso Nacional, 1955, e Anais da Câmara Federal, 1956-1962
Organizada pelo autor

A fim de possibilitar uma visão mais completa de sua atuação parlamentar, inclusive qualitativa, agrupamos os quinze projetos que apresentou (ausente o PRC 020/59), com o teor essencial de cada proposta.

Tabela 35. Projetos de lei apresentados pelo deputado federal Josué de Castro – 1955-1962

| Ano | Nº do projeto | Proposição principal | Resultado |
|---|---|---|---|
| 1955 | 726 | Acrescentava ao art. 285 da CLT dois parágrafos, regulando a prestação de serviços profissionais na faixa portuária | Rejeitado |
| 1956 | 4.533-B | Segunda redação, de um projeto de 1954, desdobrando o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em três órgãos (Medicina, Odontologia e Farmácia) | Aprovado |
| 1956 | 1.494 | Criação, no BNB, de uma Comissão Permanente da Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas | Arquivado |
| 1956 | 1.258-B | Segunda discussão de um projeto autorizando crédito especial para a realização do XIII Congresso Brasileiro de Higiene, em Fortaleza (CE) | Aprovado |
| 1956 | 2.210 | Crédito especial para a realização da II Jornada Brasileira de Bromatologia, em Petrópolis (RJ) | Arquivado |
| 1958 | 3.887 | Isenção de impostos para a Empresa Jornal do Comércio S.A., de Recife (PE), adquirir um conjunto transmissor de televisão (foi o primeiro subscritor – de um total de nove – e autor da justificativa) | Aprovado |
| 1958 | 4.287 | Crédito especial para a realização do Iº Congresso de Economistas do Nordeste, em Recife (PE) | Arquivado |
| 1959 | 11 | Desapropriação, pelo poder público, de terras, por interesse social | Arquivado |
| 1959 | 290 | Autorização para o CNPq vender bens móveis de seu patrimônio | Arquivado |
| 1959 | 442 | Utilização de terras, em áreas de monocultura e explotação mineral, para a implantação de cultivos básicos de produtos alimentares | Arquivado |
| 1959 | 904 | Normas para o ensino de Nutrição e de Auxiliar de Alimentação | Arquivado |
| 1960 | 1.523 | Crédito especial para atender as despesas do centenário de Barreiros (PE) | Arquivado |
| 1960 | 1.593 | Crédito especial para a realização do Iº Congresso de Economistas do Nordeste, em Recife (PE) | Arquivado |
| 1960 | 1.801 | Crédito especial para auxílio à representação brasileira para o III° Congresso Mundial de Educadores, em Conacri (Guiné) | Arquivado |
| 1962 | 4.420 | Autorização de crédito especial para aquisição de acervo bibliográfico | Arquivado |

Fonte: Diário do Congresso Nacional, 1955, Anais da Câmara Federal, 1956-62 e cidadao@camara.gov.br
Organizada pelo autor

Descontando o fato de ter apresentado um mesmo projeto duas vezes (4.287/58 e 1.593/60) – o texto era igual e a única diferença estava no valor do crédito – e de dois projetos (4.533-B/56 e 1.258-B/56) possuírem somente a segunda redação de sua autoria, ele apresentou doze projetos. Destes, seis foram relacionados a créditos especiais a congressos, aquisição de acervo, festa municipal e a isenção fiscal a uma empresa, quase todos referentes à região Nordeste (a exceção foi um Congresso de Bromatologia e um congresso no exterior). Um sétimo projeto autorizava a venda de bens móveis do CNPq e outro acrescia dois parágrafos a um artigo da CLT, referentes a uma categoria específica. Os quatro restantes foram mais específicos das batalhas que travou. Um deles, procurava melhorar o ensino superior de Nutrição e o técnico de Auxiliar de Alimentação, e outro propunha a criação de uma Comissão Permanente da

Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas, proposta semelhante à que procurou estabelecer para todo o mundo faminto em suas atividades na FAO. As outras duas propostas foram referentes à luta de sua vida: a reforma agrária, desapropriando terras por interesse social e forçando o cultivo de produtos alimentares em áreas de monocultura. Apesar dos últimos quatro projetos citados serem significativos, a impressão que permaneceu é que sua atuação, neste quesito, ficou aquém do esperado para quem exerceu dois mandatos e possuía uma visão da atividade política diferente da que era mais comum naquela época.

Verificando o resultado destes projetos, viu-se que um foi rejeitado (726/55), três foram transformados em norma jurídica (4.533-B/56, resultou na lei 3.062/56; 1.258-B/56, na lei 3.117/57 e 3.887/58, na lei 3.493/58) e onze foram arquivados definitivamente. Dos projetos aprovados, nenhum era somente dele, sendo dois uma segunda apresentação de projetos de outros deputados e um com nove outros. Seus dois mais importantes projetos (11/59 e 442/59), após uma tramitação superior a um ano, foram arquivados.

Deduzindo alguns panegíricos no início do primeiro mandato, seus discursos foram mais significativos, mais importantes para compreender e analisar suas idéias, sua visão de mundo, as influências sofridas[311]. Seus discursos e suas comunicações demonstraram que foi um deputado que representou o Nordeste (sempre afirmando que solucionar esta área era resolver o Brasil), tema predominante de seus discursos e de suas intervenções; mas, não se esqueceu de algumas questões paroquiais, de seu estado natal ou de sua profissão. O respeito à figura de Getúlio Vargas foi outra constante, principalmente pela omissão do autoritarismo do Estado Novo, uma contradição para quem se dizia um fervoroso defensor da democracia. Tratou de algumas questões demográficas, com destaque para as secas expulsando as pessoas do Sertão, para o êxodo rural nordestino. Destacou-se, também, sua preocupação com medidas "*não caritativas*", com o paternalismo não transformador. Pugnou por mudanças no sistema mas não pela ruptura total do mesmo; daí o uso constante da palavra *reforma*, inclusive para evitar a revolução. Um nacionalismo aliado à instalação de um governo mundial e a posições pacifistas, contrárias a ações violentas e à industria bélica.

Procurou-se resumir significativamente suas falas mas, propositadamente, citou-se a repetição de conceitos e temas em diversas manifestações[312] para demonstrar que ele insistia neles e foi, em grande parte, coerente com os mesmos. Alimentação, fome, custo de vida, caráter feudal da economia nordestina, necessidade de planificação e reforma agrária, foram os seus assuntos na tribuna. Também sempre esteve presente o tema do combate ao imperialismo e as suas formas coloniais ou neocoloniais. Em sua visão econômica, notamos uma influência significativa do economista sueco Gunnar Myrdal – o autor mais citado; dos personagens políticos, enalteceu mais a figura de Franklin D. Roosevelt do que a de Getúlio Vargas. Aspecto importante foi a constante utilização do termo *subdesenvolvimento*, não significando estágio ou etapa necessária mas estruturas herdadas de um processo de dominação, processo causador do atraso e da fome[313]. Outra característica importante foi a

---

[311] Apesar de a maior parte de seus discursos e comunicações vir com a observação "*Não revisto pelo orador*", não notamos muitos problemas significativos decorrentes deste fato.

[312] O que omitimos foi a maioria de seus apartes em discursos de outros deputados, pois não continham novidades em relação às posições defendidas em seus discursos e comunicações.

[313] Em entrevista, no final da década de 1960, chegou a dizer: "*... subdesenvolvimento ... a palavra **criei-a** em 1949, mas não era com esse sentido que lhe dão hoje.* [...] *Subdesenvolvimento é um produto inevitável do desenvolvimento. É o outro lado da medalha.*" (apud Silva, 1998, p. 160; grifo meu) Que ele a usou freqüentemente e com esse sentido, vimos que é verdade. Entretanto, o termo já era utilizado um pouco antes, no sentido de *desenvolvimento inferior ao normal*, de *atraso*, por políticos dos EUA, sendo uma tradução literal de *underdevelopment*. E o economista Celso Furtado o analisou melhor do ponto de vista de sua origem a partir da Idade Moderna.

insistência em relação ao fato de que a causa do atraso nordestino não era a *estrutura física*, a seca. Além disso, foi possível vislumbrar a presença de uma visão ecológica dos problemas. Por tudo isto, muitas das questões que abordou permanecem até hoje à procura de soluções, o que confere, à sua oratória, aspectos de contemporaneidade.

Como deputado, foi mais um *filiado* à Frente Parlamentar Nacionalista – que chegou a presidir –, ao Nordeste e ao combate à fome do que ao PTB. Em entrevista concedida a uma revista em 1963, afirmou: "*Não sou homem de partido e fui mau deputado (não pedi emprego pra ninguém!).* [...] *Sou da esquerda, mas não tolero a ditadura. Por isso nunca fui nem serei do Partido Comunista. Ditadura, nem do proletariado.*" (apud Silva, 1998, p.114) No significado que colocou, foi um bom político, justamente por não se encaixar no estereótipo vigente. Como a maioria que ingressa na carreira parlamentar, almejou cargos públicos executivos mas não os exerceu[314]. Ao dizer que foi mau porque não arrumou emprego para ninguém[315], apesar da ironia, parecia estar justificando o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) que afirmou: "*As lutas partidárias não são, portanto, apenas lutas para a consecução de metas objetivas, mas são, a par disso, e sobretudo, rivalidades para controlar a distribuição de empregos.*" (Weber, 1970, p. 68)

Seguindo o raciocínio do sociólogo alemão, o centro de nossa análise foi uma pessoa que viveu para a política e não dela[316], embora discordemos de Weber que defendia que somente os proprietários poderiam viver *para* a política[317], dando o papel dirigente à plutocracia. Mas Josué de Castro não cometeu as "*duas espécies de pecado mortal em política: não defender causa alguma e não ter o sentimento de responsabilidade*" (Ibidem, p. 107) e também não deixou de tentar o impossível[318]. Dificilmente, já dizia o mesmo autor, o resultado final da atividade política correspondia à intenção original e isso, certamente, ocorreu com o nosso deputado. Seus projetos visando solucionar o problema alimentar brasileiro não vingaram, inclusive pelas características da composição do Congresso Nacional na época. O excesso de encargos, muitos deles internacionais, dificultaram uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados. De qualquer modo, foi fiel à maioria dos temas de sua vida.

Quanto a assuntos ligados ao tema população, um dos pilares de nossa pesquisa, notou-se a presença dos mesmos em seus discursos e apartes, mas sem um destaque especial. Em seu primeiro discurso, uma homenagem a Fleming em 1955, fez ligação da saúde pública com a produtividade. Relacionou a redução da mortalidade com o aumento da produção, discutiu sobre salário-mínimo real e combateu o neomalthusianismo. Afirmou que o excedente populacional nordestino era aparente, pois decorria do não aproveitamento, dentro de uma planificação, dos recursos regionais. Além dos aspectos citados, foi importante sua preocupação em evitar a poluição e os prejuízos à fauna aquática (incluindo suas conseqüências para a

---

[314] Em 1958, foi cogitado para o Ministério da Agricultura do governo JK e, se nomeado, aceitaria. Segundo Silva (1998, p.115), seu nome foi vetado por parte da hierarquia da Igreja Católica e pelo PTB gaúcho, isto é, por parcela de seu próprio partido. Teve pretensões de se candidatar (em 1959) à prefeito de Recife (PE) e, mais tarde (1962), ao governo de Pernambuco; nos dois casos, o candidato escolhido pela coligação que integrava foi o de Miguel Arraes (1916- ), eleito nas duas ocasiões, mas preso e cassado em 1964.

[315] Solicitações de empregos e favores não lhe faltaram. Sobre isto, ver: Silva, 1998, p. 118-121.

[316] "*Ha duas maneiras de fazer política. Ou se vive 'para' a política ou se vive 'da' política.* [...] *Quem vive 'para' a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em 'fim de sua vida', seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício desta atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma 'causa' que dá significação a sua vida.*" (Weber, 1970, p. 64-65)

[317] Somente os ricos e os disponíveis desta classe; entre os inadequados, estava "*o médico, tanto menos disponível quanto mais eminente e mais consultado.*" (Weber, 1970, p. 66)

[318] "*É perfeitamente exato dizer – e toda a experiência histórica o confirma – que não se teria jamais o possível, se não houvesse tentado o impossível.*" (Weber, 1970, p. 123)

alimentação das populações ribeirinhas) pelo vinhoto, em um período no qual esta postura não era comum.

No Congresso Nacional, tratou também de assuntos semelhantes aos discutidos em seus livros. Todavia, como foi a sua presença nos livros didáticos de Geografia? E nas revistas específicas da ciência geográfica? Se ausente, o que explicaria essa rejeição por parte da comunidade acadêmica? Talvez a resposta esteja no fato de que não tenha sido realmente um geógrafo. A questão demográfica esteve, de modo constante, presente em sua obra. Natalidade, mortalidade, fecundidade, fertilidade, explosão demográfica, expectativa de vida, aumento da produção agrícola, foram conceitos discutidos e/ou utilizados na maioria de suas obras mais significativas. O problema alimentar, as possíveis soluções para o extermínio da fome no Brasil e no mundo, foram as preocupações constantes. Na análise destes temas, precisou fazer uso dos principais conceitos e temas geográficos, pouco se preocupando com a quantidade de população de determinado país ou região e sim com a qualidade de vida de todos os indivíduos. Mesmo em livros como *Ensaios de Geografia Humana* (1957**c**), de conteúdo conservador e acadêmico e que obedecia ao programa oficial de ensino, definiu e analisou os conceitos básicos de demografia. Portanto, se tratou de temas como fome, se, para isto, chegou a adotar como método o do paradigma dominante da Geografia, se discutiu o neomalthusianismo e elaborou uma teoria demográfica, pode ser considerado um demógrafo? As respostas a estas questões é que procuraremos buscar no próximo capítulo.

# V. A dimensão populacional na obra de Josué de Castro

"*Não há nada mais interessante numa ciência do que a marcha desta ciência.*" (René T. H. Laennec, médico francês, 1781-1826)

O principal objetivo deste trabalho é o de analisar a produção bibliográfica e a atuação de Josué de Castro, tendo como eixo a questão populacional. Temas demográficos estiveram, de modo constante, presente em suas ações. Natalidade, mortalidade, fecundidade, fertilidade, explosão demográfica, expectativa de vida, aumento da produção agrícola, foram conceitos discutidos e/ou utilizados na maioria de suas obras mais significativas. O problema alimentar, as possíveis soluções para o extermínio da fome no Brasil e no mundo, foram preocupações presentes em toda a sua produção. A fome permaneceu como um grave problema nacional e mundial. No período em que viveu, ele foi uma das poucas vozes a discutir o problema, com base no método geográfico.

Esta pesquisa se diferencia pelo fato de procurar provar que um autor, situado à margem da *geografia oficial*, era um geógrafo; e sendo, neste aspecto, um inovador desta ciência. Ainda que privilegiando a questão populacional – tentando trazer à tona o que de importante trouxe para esta questão –, pretende-se verificar se o autor em questão pode ser considerado um geógrafo e se foi um dos primeiros autores originais, no Brasil, no trato da questão populacional. Neste capítulo, procurar-se-á verificar como fez uso de conceitos relativos à Geografia da População, se algumas de suas previsões, concernentes à população brasileira e mundial, se confirmaram ou não, e as razões de sua exclusão dos *círculos geográficos*.

Também, perante as características do espaço geográfico atual, foi importante analisarmos suas propostas, como a da reforma agrária, algo que alguns já afirmavam não ser mais importante face à urbanização da sociedade, mas que ressurgiu, recentemente, em virtude da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e de outros grupos. A economia está mais globalizada, os EUA impõem o seu modelo e procuram controlar a economia e a ideologia em seu benefício. Os organismos ditos supranacionais, desejados por Castro, ainda não têm condições de ser independentes. O FMI, por exemplo, integra os organismos da ONU e age de acordo com os interesses do maior contribuinte do organismo.

No projeto de pesquisa, notou-se a importância de sua obra, visto que abordava temas pouco aprofundados pela geografia escolar, de sua época, e que permaneceram significantes até os dias atuais. Entre eles, a colocação do homem como objeto e objetivo central da análise geográfica, e da atração que sentia pelo princípio de unidade cósmica da Geografia: a capacidade de ver de modo integral o encadeamento dos fenômenos da vida global. Também, a utilização dos aspectos fisiográficos, não de modo isolado mas com vistas à compreensão do fato social estudado, deu a ele um papel significativo na discussão sobre os caminhos e os métodos da Geografia brasileira. Disto decorreu a necessidade da realização de uma análise sobre a presença de suas contribuições temáticas e de suas teorias, nos livros didáticos de Geografia.

Nas duas últimas décadas, principalmente com o surgimento da chamada Geografia Crítica, os processos sociais adquiriram maior relevância, desenvolvendo-se, a partir de então, uma abordagem diferente das desigualdades sociais e sobre como elas geravam espaços diferenciados. Temas relevantes a Castro como: fome, pobreza,

desigualdades sociais, concentração fundiária e outros, voltaram a ser enfatizados. Rompeu-se com a geografia lablacheana e com a denominada quantitativa; fronteiras entre as ciências deixaram de ser uma *camisa de força*, valorizando análises mais amplas, como as realizadas pelo autor em questão.

Percebeu-se, ainda no projeto de pesquisa, que as ciências humanas ou sociais não devem se alicerçar nos mesmos princípios das ciências da natureza pois, nestas, as ideologias e os interesses sociais não desempenham o mesmo papel. No caso da Geografia, constatou-se que ela tem na História uma grande aliada quando, esta última, se propõe a fazer compreender como os problemas foram apresentados e como as sociedades chegaram a se constituir no que são atualmente. Por isto, procuraremos provar que a *especialização científica* – aqui entendida como a permanência em um campo restrito e a ausência de interdisciplinaridade – é um empecilho à realização de *revoluções* científicas, pouco contribuindo para o próprio avanço de uma ciência em particular, e com contribuições bastante limitadas para o conhecimento da realidade social e para a proposição de soluções. Deseja-se, também, mostrar que o conhecimento geográfico caminha – mesmo se inicialmente o autor está enquadrado em uma *escola* – quando o pesquisador se defronta com situações concretas, as quais seu método e seu modelo de análise não conseguem explicar totalmente e, então, dá um *salto epistemológico*. Por esta razão, procurar-se-á a necessidade, de existir ou não, de um estatuto epistemológico diferenciado para as ciências da natureza e as ciências humanas.

A maioria dos objetivos traçados foi realizada nos capítulos precedentes. Agora pretende-se elaborar um balanço de aspectos importantes de sua obra; e responder a algumas questões: foi ele um demógrafo? Agiu mais como geógrafo, com ênfase na população? Ou não foi nenhum dos dois, devendo ser considerado um estudioso da população, sem mencionarmos o fato de ter sido demógrafo ou geógrafo? Para isto, vamos nos apoiar em um de seus textos originais e, também, em *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*. Como vimos nos capítulos anteriores, é muito difícil caracterizar alguém multifacetado como ele, de intensa atuação. A obra, *As condições de vida das classes operárias no Nordeste*, será colocada por ser uma experiência pioneira e básica de sua atuação. Nela demonstrava a mudança na percepção do problema, ao qual realizará as obras posteriores e que guiará sua atuação. Por esta razão, é importante e foi aqui resumida.

A análise da qualidade de um trabalho não pode olvidar a forma e a substância dos dados – que derivam de outras fontes – colocados à disposição do pesquisador. Dados demográficos, geralmente, têm uma dependência muito grande de fontes oficiais e estas, nem sempre, possuem o mesmo objetivo daquele que realiza o estudo. No Brasil, até a década de 1930, só haviam sido feitos quatro precários censos demográficos (1872, 1890, 1900 e 1920) e, somente a partir de 1940, passaram a ser decenais e de melhor qualidade. Este censo, o de 1940, estabeleceu uma divisão na história censitária do país. Sucessivos censos foram sendo aperfeiçoados, incluindo novas questões. Dados mais completos, relativos à situação sócio-econômica da população, só foram incorporados nos últimos censos. Por conseguinte, os trabalhos relativos a muitos temas sociais careciam de melhores informações para a caracterização e a formulação de propostas. Técnicas de pesquisa por amostragem, foram incorporadas aos procedimentos censitários a partir daquele de 1970. Estas técnicas, quando são limitadas territorialmente, se prestam a análises da área abarcada – e isto quando bem feita –, pois as características da população dentro de um mesmo país podem variar muito, em razão de causas sócio-econômicas e culturais e, também de modo rápido – do ponto de vista histórico –, no tempo. Se existem leis de comportamento humano, muitas delas, devido ao fator cultural, possuem sua validade espacialmente determinada e se caracterizam por validades relativas.

Se o homem fosse medido somente por suas qualificações físicas ou biológicas, sobreviveria com dificuldades e em pequena quantidade no reino animal. Não possui especialização física para um *habitat* específico, carece de defesas naturais (como disfarce, pele grossa, garras afiadas, pés velozes, facilidade de se movimentar nas árvores, capacidade de nadar bem ou de voar). Assim, seria uma presa fácil para outras espécies mais especializadas em *caça*. Seu filhote é totalmente desamparado ao nascer e dependente do adulto por um longo período. Entretanto, o bipedalismo lhe permitiu uma gama de tarefas; aliado ao fato de ser onívoro, possibilitou-lhe adaptar-se a diversos meios físicos. Além disto, existe um atributo que o diferencia dos outros animais: o seu excepcional – comparativamente – desenvolvimento cerebral, que lhe permitiu criar culturas, atribuir sentido às coisas, modificar ambientes, ter comportamentos complexos e diferentes entre os elementos da mesma espécie, entre diversos aspectos, o que o impede de ser tratado como um objeto da Ecologia Animal, atividade, aliás, que nenhum outro animal faria: estudar todas as outras espécies, descobrir leis etc.

Um elemento dotado de várias características não biológicas – pois é criador de culturas – não pode ser totalmente inserido em leis biológicas. Se, por exemplo, leis demográficas universais existissem, como explicar a variedade de ritmos de crescimento no tempo e nos diversos espaços geográficos? A maioria dos fenômenos demográficos não é explicada por si só – portanto, não se enquadra em leis absolutas –, pois derivam de outros fenômenos – não demográficos – que provém de inúmeras relações com outros, sobretudo culturais. Pode-se até estabelecer um princípio: a dinâmica dos fenômenos demográficos depende do comportamento cultural dos grupos humanos. Se verdadeiro, justifica a impossibilidade de leis, no sentido positivista do termo, para explicá-los. Em situações (frente ao meio físico ou social) semelhantes, as reações seriam diferentes.

Deve-se ter o cuidado de não encerrar o autor nas atuais formulações epistemológicas. Mesmo com este cuidado, como enquadrá-lo se, atualmente, existem diversas correntes? Em um determinado momento, pode ser considerado um geógrafo pois se enquadrou no estatuto dominante; saindo dele, pode ter deixado de ser, mas, de acordo com determinados pontos de vista, passou a ser assim considerado, justamente porque desrespeitou os *estatutos do clube* no passado. Em uma área que sofreu várias transformações quanto ao seu significado, o enquadramento é difícil e esta situação pode ser mais positiva que o oposto, por poder lhe conceder *atualidade* por mais tempo.

Ser ou não considerado um geógrafo em sua época, pode significar não ser ou ser assim cognominado atualmente. Ou seja, isto depende muito da concepção da ciência ou da disciplina em determinada época. Quem considera que a simples descrição não é geografia, não deveria chamar de *geógrafo* parte significativa de autores brasileiros assim considerados. Hoje, quem realiza isto não é mais concebido como tal mas, no passado, esta atividade foi considerada importante dada a necessidade de conhecer o espaço brasileiro.

O levantamento feito, no primeiro capítulo, demonstrou uma dificuldade epistemológica da Geografia. Muitos trabalhos foram somente daquilo que se convencionou chamar de *geografia física*. A própria análise da obra de Josué de Castro demonstrou a dificuldade de encaixá-lo na área, ao menos em sua época. Por que isto ocorreu? Quais as razões? É isto que se pretende continuar a demonstrar, apontando os principais problemas. Nas décadas de 1940 a 1960, o domínio da chamada escola regional francesa, impregnada do conceito positivista e da ausência de formulações epistemológicas, levou à dualidade geográfica, embora nem sempre tenha sido a característica da proposta francesa. A proposta castreana de atuação, voltada especificamente para a fome, tema não tratado pela geografia oficial, o levou a ser colocado de lado.

Fruto dos acordos MEC-USAID, após 1964, tivemos uma re-orientação ideológica da educação. As decisões foram tomadas sigilosamente pelos *técnicos* ligados ao poder. O que não foi possível de ser realizado logo após o golpe de abril de 1964, foi completado após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. A análise espacial deste fato não foi realizada no período. Além das cassações, a Geografia se escondeu nas quantificações; o aspecto social foi calado pela censura e pelas perseguições. Além disto, a criação da área de estudo e de cursos privados de Estudos Sociais, a crise nas licenciaturas de Geografia e História, a criação da licenciatura curta e a perda de sua importância no processo instrucional, quase levaram esta ciência à pique. Como normalmente as escolas "*não apenas 'preparam as pessoas'; elas também 'preparam o conhecimento'*" (Apple, 1982, p. 16), inculcavam o conceito de realidade, ciência geográfica e outros, impostos como verdades inquestionáveis e universais. Para se conseguir isto, havia a necessidade de compartimentar a realidade, de perder o fio condutor.

Omitia-se o conflito de classes e também o conflito científico. Ou seja, os conteúdos deveriam evitar qualquer politização. O que se procurou, na época, foi impedir que a Geografia mudasse e conseguiram que piorasse. Propagandeavam o neomalthusianismo e omitiam posições contrárias. O novo profissional, desqualificado em sua formação acadêmica, permaneceu sem o estudo da história de sua ciência e ficou mais fácil desqualificá-lo como profissional. Sem o conhecimento mais profundo do especialista na disciplina, os licenciados *curtos* não tinham conteúdo suficiente para dar aulas de Geografia ou de História, quanto mais realizar a inter-relação entre as duas ciências.

O conteúdo selecionado implicava em uma opção ideológica imposta para que o livro didático pudesse ser publicado. O professor, mal formado, passava a depender dele, cada vez mais. Assim, se retirava o processo histórico da construção do conteúdo, passando a idéia de que aquela realidade existia daquela forma e deveria ser aceita como tal. Procurava-se isolar os conteúdos de seus processos políticos. Inculcava-se uma única visão de mundo e também um único modo de pensar, uma estrutura de pensamento. Abolia-se a contradição e colocava-se a ciência como neutra, para garantir a *naturalização* da desigualdade, dando ao presente um caráter de eterno. Deixava-se de lado as desigualdades sociais, as diferenças culturais, o racismo, a luta pela terra, a memória do derrotado, a fome. Uma proposta, assim definida, precisava omitir Josué de Castro e suas posições.

Se isto ocorreu no plano de ensino, na área de planejamento a Geografia teve sua importância realçada, através do IBGE. Para colaborar no processo, a geografia lablacheana, de cunho idiográfico, não era mais adequada para servir ao Estado na área de planejamento. Isto forçou o aparecimento de outra, pretensamente pragmática, voltada para o planejamento, dizendo-se ser capaz de abordar e colaborar na solução dos grandes problemas nacionais. Mas era necessário procurar um instrumental para análises mais amplas, fornecido por satélites e computadores. Era também preciso procurar um outro instrumental teórico de análise da realidade.

# 5.1. A necessidade de um estatuto diverso para a Geografia

> "*A ciência que hesita em esquecer seus fundadores está perdida.*" (Witehead, in: Kuhn, 1998, p. 176)

Na década de 1960, o positivismo clássico já havia se modernizado. O objeto da Geografia permanecia indefinido, suas aplicações eram mecanicistas e com base na neutralidade científica. Criticavam a falta de praticidade da análise tradicional – mas não seus fundamentos ideológicos – e buscavam novas técnicas úteis ao planejamento, em uma perspectiva de prever o futuro. No lugar de observação, enumeração e classificação, dados estatísticos sobre a realidade sob a forma de médias, padrões e tendências; ao invés da indução (positivismo), a dedução (neopositivismo) e o computador. Isto resultou em um intenso uso da matemática e da estatística. Na prática, a Nova Geografia foi uma adequação às novas exigências do capitalismo e às novas tecnologias de planejamento, além de buscar o *status* de ciência pela aplicação da matemática. Este fato, inclusive, fez dela algo esotérico, restrito à universidade e pouco chegando aos ensinos fundamental e médio no Brasil.

Suas bases se encontravam no empirismo lógico (ou positivismo lógico ou neopositivismo), no racionalismo de Popper (1902-1994) e na teoria dos paradigmas de Kuhn (1922-1996). O empirismo lógico foi uma denominação dada no Congresso Internacional de Filosofia, em 1934, em Viena (Áustria). Caracterizou-se por ser uma anti-metafísica pois os partidários desta corrente afirmavam que, por não serem verificados empiricamente, todos os enunciados metafísicos eram desprovidos de significado. O neopositivismo assinalou-se

> "*pelo ceticismo, pelo nominalismo (negação do fundamento real dos conceitos e idéias) e pelo imanentismo (o único universo acessível ao conhecimento é o imanente ao sujeito cognoscente: idéias, imagens*). [...] *O que não puder ser imediatamente verificado como 'algo dado', não passa, para os neopositivistas, de metafísica estéril, e conceitos como 'causa' ou 'lei' não exprimem, segundo eles, vínculos existentes de fato entre coisas e fenômenos no mundo real, sendo simples construções lógicas*." (Cardoso, 1992, p. 137 e 21)

Distinguia-se do positivismo comteano na própria concepção de filosofia[319], que era tida como um conjunto de procedimentos técnicos de análise e lógica do argumento científico e da linguagem, com o objetivo de aclarar o significado das proposições e excluir as questões formalmente indemonstráveis ou experimentalmente inverificáveis, por não serem mensuráveis. Enquanto aos positivistas do século XIX interessava a *"busca da lógica da descoberta das leis científicas"*, os do século XX buscavam *"uma lógica que apontasse os critérios para decidir acerca da adoção de teorias científicas."* (Cardoso, 1992, p. 21) No neopositivismo,

> "*a experiência e a linguagem se completam: a experiência é transcrita em forma de proposições, que são verdadeiras enquanto exprimíveis. E as proposições 'tem sentido' enquanto mensuráveis (tudo o que não é mensurável não tem sentido)*." (Aranha e Martins, 1988, p. 162)

Esta corrente resultou das pesquisas sobre os fundamentos da matemática, da reformulação teórica da Física e, inclusive, do surgimento do behaviorismo na

---

[319] Se Comte *"negava a necessidade de que os cientistas se referissem a qualquer Filosofia, ao dizer que a ciência é sua própria Filosofia"*, os neopositivistas *"vêem na Filosofia não uma disciplina, mas simplesmente uma atividade desenvolvida no interior do trabalho científico, o qual ela trataria de comprovar pelo controle no seu rigor lógico."* (Cardoso, 1992, p. 22)

psicologia. Retomou o empirismo de David Hume (1711-1776)[320] e adquiriu uma forte tendência formalista; apesar de existirem diversas tendências metodológicas, possuíam como problemática comum investigar a estrutura lógica das teorias e estabelecer critérios de objetividade científica. O início oficial do empirismo lógico ocorreu com o Círculo de Viena[321].

Os integrantes do Círculo de Viena observaram que, enquanto as ciências, notadamente as naturais, vinham obtendo um grande progresso, a Filosofia, com um passado mais longo, se mostrava confusa, com muitas correntes conflitantes, sem mostrar possibilidades de progresso. Tudo "*parecia indicar que tanto a matemática como as ciências naturais dispunham de um método rigoroso de controle de seus resultados, o que parecia faltar à filosofia"* (Carvalho, 1988, p. 67). Na matemática havia um critério objetivo: os processos lógicos; nas ciências naturais também: a observação e a experimentação. O erro lógico rejeitava a demonstração matemática e a experimentação corrigia ou abandonava a hipótese. Daí o seu ideal de ciência, que teve por base a aceitação de que um conceito era significante somente se fosse fundado na experiência, isto é, se possuísse uma base empírica; e para que um *"sistema de enunciados possa valer como científico deve ser passível de exata formulação na linguagem da lógica."* (Ibidem)[322]

As teses principais do neopositivismo se encontravam no Tratado Lógico-Filosófico (1922), de autoria de Ludwig Wittgenstein. Nesta obra, partia do atomismo lógico de Bertrand Russel (1872-1970)[323], uma das figuras de destaque do neo-realismo inglês. Segundo o atomismo lógico, o mundo era composto de dados dos sentidos, logicamente ligados, e de fatos independentes entre si. "*Nosso conhecimento é cópia destes fatos concretos, é sempre de índole singular, os enunciados gerais são*

---

[320] O filósofo escocês David Hume levou às últimas conseqüências os conceitos epistemológicos do empirismo inglês. Seu empirismo radical considerava que todo o conhecimento era fundamentado na experiência sensível e dela o espírito adquiria exclusivamente percepções, que podiam ser mais fortes e vivas (impressões) ou mais apagadas e fracas (idéias). Apreendia-se cada dado da observação isolando um do outro e o sujeito estabelecia conexões entre estes dados, mas estas não eram produtos da experiência e sim do sujeito cognoscente. O fato de um acontecimento vir hoje sempre acompanhado de outro não era garantia que isso ocorreria no futuro. Por isto que a indução não possuía uma base lógica, sendo realizada mais pela força do hábito. Assim, as relações causais eram enunciados verbais, não necessariamente verdadeiros, decorrentes de uma inferência fundada na repetição de fatos contíguos, o que ocasionava a *crença* na causalidade. Por serem baseadas em uma série de *crenças* deste tipo, as ciências naturais estavam limitadas a probabilidades. Ou seja, era um ceticismo extremo que negava os processos de indução e de causação, considerados como as bases da ciência empírica.

[321] *Círculo de Viena* é o nome que se deu a um grupo de cientistas e filósofos que se reuniu, entre 1929 e 1937, em torno de Moritz Schilick (1882-1936), professor da Universidade de Viena. Apresentou-se em 1929, com este nome, com a publicação do folheto-programa *Concepção científica do mundo. O Círculo de Viena* (Wissenschaftliche Weltauffassung. Deir Weiner Kreis). "*Surgiu com a intenção de investigar até que ponto as teorias, através da análise de sua estrutura lógica, têm probabilidade de ser verdadeiras*" e acreditavam "*que a lógica, a matemática e as ciências empíricas esgotam o domínio do conhecimento possível*" (Aranha e Martins, 1988, p. 161-162). Ludwig Wittgenstein (1889-1951), professor de Filosofia em Cambridge, foi um dos grandes inspiradores do grupo que, em 1938, em virtude das perseguições nazistas, se dissolveu. Muitos de seus membros emigraram para Reino Unido e EUA, onde exerceram muita influência e continuaram desenvolvendo a orientação básica do grupo. Nos EUA, fundaram a *Encyclopaedia of Unified Science*, publicação de divulgação e de muita influição.

[322] Como, no início, defendiam suas posições com grande paixão, convencidos da verdade absoluta de suas posições, provocavam "*ou adesão incondicional ou a franca hostilidade*" (Bochenski, 1962, p. 70). Mais tarde, tornaram-se menos dogmáticos, mais tolerantes; mas, no começo, o que se observava era "*uma atitude rigorosamente racionalista, analítica e lógica, de sorte que as obras dos neopositivistas aparecem do ponto de vista formal, como uma espécie de escolástica nova; em todo caso, pensamos que desde a Idade Média nunca se assistiu a um tal espetáculo de fé e de respeito à lógica*. [...] *..., para ela a filosofia não era outra coisa senão a análise da linguagem científica e seu método é rigorosamente 'científico-natural'*." (Bochenski, 1962, p. 70)

[323] Bertrand Russel, matemático, filósofo e sociólogo nascido em País de Gales, foi um dos representantes do neo-realismo inglês. Pacifista, sempre se posicionava ostensivamente contra guerras, militarismo, colonialismo e discriminações raciais. Como filósofo, pesquisava as origens da matemática e da lógica, preocupado em formular uma *teoria do pensamento.*

*todos 'funções de verdade' dos enunciados singulares, isto é, formam-se a partir destes mediante relações lógicas*." (Bochenski, 1962, p. 71). Wittgenstein elaborou, com base no atomismo lógico, uma teoria da linguagem e postulava o silêncio sobre os problemas — ou pseudoproblemas — que não podiam ser resolvidos com os métodos das ciências exatas, pois eram enunciados não verificáveis.

Partindo de Wittgenstein, os neopositivistas elaboraram uma teoria excessivamente técnica, tendo a sensação como a única fonte de conhecimentos e que somente captava acontecimentos isolados e materiais. Sua base acabou sendo a intuição e, apesar de glorificar a razão humana e realçar a objetividade, terminou dando um poder relativo ao conhecimento humano. Era possível um conhecimento racional do mundo mas este existia independentemente da consciência. Seu conceito de ciência demonstrava uma certa recusa em discutir os problemas que angustiavam os homens, seus sofrimentos, seus dilemas morais.

Destacou-se esta escola, também, pela elaboração do princípio da verificabilidade:

> "*o* ***sentido da proposição consiste no método de sua verificação*** *ou, segundo formulação diferente mas que vem a dar no mesmo: 'a proposição tem então, e só então, sentido quando é verificável'*. [...] *só se conhece o sentido de uma proposição quando se sabe se é verdadeira ou falsa. Quer isto dizer que o método de verificação deve ser sempre dado simultaneamente com o sentido e vice-versa, o que* [...] *equivale a afirmar que método e sentido são uma e mesma coisa*." (Bochenski, 1962, p. 72)

Ou seja, identificava significado e condições empíricas da verdade, e colocava ainda que a verificação devia ser sempre realizada por, pelo menos, dois observadores (a verificação deve ser intersubjetiva) pois, se isto não ocorrer, a verdade da proposição não seria demonstrada e a proposição não poderia ser considerada como científica. Como, para estes neopositivistas, a verificação intersubjetiva só era realizada pelos sentidos, as proposições que não se referiam aos corpos e a seus movimentos deixavam de ser passíveis de verificação e, portanto, não possuíam significado. Só havia sentido naquilo que era verificável pelos sentidos. "*Por conseguinte, a única linguagem dotada de sentido é a da física (fisicalismo) e é mister unificar todas as ciências sob este ponto de vista (linguagem unitária e* ***ciência unitária****)*." (Ibidem)

Por isto, para que as proposições possuíssem significado, elas precisavam ser elaboradas de acordo com as regras sintáticas da linguagem, o que acabava por identificar o mundo da experiência com o mundo dos significados próprios da linguagem comum. A linguagem pode ser, às vezes, somente a expressão de desejos e sentimentos, como ocorria, na visão deste grupo, com os filósofos clássicos, cujas proposições não tinham significado pois expressavam somente sentimentos e careciam de métodos lógicos. Se, para esta escola, os fatos, as coisas, eram verificados somente pelas sensações, ficava difícil verificar se os fatos eram diferentes das sensações que tínhamos diante deles, confundindo o fato com a sensação, mas não os igualando, pois a verdade, era a sensação. Parecia que não se podia sair da pele, que se transformava na armadura do cientista. Se o cientista manifestasse desejos e sentimentos, eles não possuíam sentido; ou seja, exprimir-se como humano parecia carente de significado.

A lógica matemática exerceu influência entre os neopositivistas, embora não deva ser identificada com o neopositivismo pois contava com partidários em várias escolas. Seus fundadores eram mais platônicos que positivistas e tinham, como objetivo, a superação das dificuldades e ambigüidades da linguagem comum, "*devido à natureza vaga e equívoca das palavras usadas e do estilo metafórico e, portanto, confuso que poderia atrapalhar o rigor lógico do raciocínio*." (Aranha e Martins, 1988, p. 106) Para superar esta dificuldade, criaram uma *linguagem simbólica artificial*, que também era conhecida como *lógica simbólica*, pois se utilizava de símbolos artificiais

em mais ampla escala do que a lógica clássica mas, para Bochenski (1962), não era justo classificá-la de *simbólica* pois isto pouco tinha a ver com sua essência.

A lógica matemática, também, não era uma tentativa de matematização da filosofia — tentou-se, isto sim, reduzir a matemática à lógica —, confusão gerada pela utilização de símbolos semelhantes aos da matemática. Suas características essenciais foram a eliminação de considerações de ordem psicológica, a aplicação da lógica à própria lógica — buscando diminuir o número de princípios — e o emprego do formalismo.[324] Formalizava-se o processo dedutivo, apelando-se no interior da demonstração somente à forma dos símbolos e às regras dedutivas formais referentes àquela forma. Daí também a sua íntima ligação com a semiótica[325], que tinha como proposta básica a realização de uma distinção clara entre o símbolo e o que ele significava.

Desta busca, pela Lógica Matemática, de eliminar influências psicológicas, de ser o*bjetiva* e de seu formalismo, surgiu o uso de modelos, tentativa de realizar uma versão simplificada e abstrata de realidade. Um modelo constituía "*basicamente uma estrutura analítica com o objetivo de estudar as relações entre uma série de variáveis. Deve ser composto de um conjunto de hipóteses a partir das quais são retiradas implicações ou previsões*." (FGV, 1987, p. 773, c.1) A finalidade de um modelo era prever os acontecimentos do mundo real; sua utilização partia do pressuposto de que, como a realidade era muito complexa, era preciso simplificar, esquematizar e fazer uso de abstrações para que se pudesse melhor compreendê-la — além de, para alguns, ser um meio de obter informações a baixo custo. Para esta melhor compreensão, procurava-se formular modelos tão gerais quanto possível. Entretanto, seu uso nas ciências sociais, além de admitir a possibilidade de previsões sobre o comportamento humano, seria ainda mais problemático pois, quanto mais geral fosse o modelo, menor perspicácia teria em suas previsões. Nesta visão, o modelo era uma abstração da realidade desejando prever esta mesma realidade e não conhecê-la, o que seria sua função. Josué de Castro percebeu isto quando, em artigo de 1973, criticou a utilização de um modelo de desenvolvimento que se colocava como o único válido e sua omissão das estruturas sócio-econômicas.

Neste processo, foi importante o papel do austríaco Karl Popper (1902-1994), que dizia desejar "*traçar uma distinção entre a ciência e a pseudociência, pois sabia muito bem que a ciência freqüentemente comete erros, ao passo que a pseudociência pode encontrar acidentalmente a verdade*." (apud Carvalho, 1988, p. 71) Para ele, muitas vezes, a confirmação de uma teoria pela experiência era apenas aparente pois eram *"os resultados da experimentação que eram interpretados à luz da teoria"* e não vice-versa. Ou seja, podia-se acomodar a experiência à teoria, dando a impressão de que ela explicava tudo no seu campo, mas a mesma podia não ser capaz de sustentar

---

[324] Ou seja: "*exclui de seu domínio todas as considerações de ordem psicológica ou epistemológica; ocupa-se unicamente da* ***análise da correção*** *das leis lógicas puramente formais, tais como o princípio de contradição, o silogismo hipotético, etc.* [...] ***a lógica é aplicada à própria lógica****, isto é, pretende-se deduzir muito exatamente, de maneira axiomática, as leis lógicas do menor número de princípios (axiomas e regras dedutivas).* [...] *... empregam o formalismo. Por formalismo designa-se o seguinte método: começa-se por escolher certos símbolos que possuem em si e por si uma significação determinada; em seguida, prescinde-se completamente dessa significação e consideram-se os teoremas exclusivamente segundo a forma externa, gráfica, dos símbolos e não segundo a sua significação*." (Bochenski, 1962, p. 232)

[325] *Semeîon, ou*, em grego, significa *sinal*. Na Antigüidade era usada no sentido de estudo dos sintomas em medicina, de sintomatologia, tendo como sinônimo semiologia (que hoje é usado no sentido de ciência das linguagens sociais, ou seja, dos signos e/ou sistemas de sinais, utilizados em comunicação). Também já foi usada significando *"a arte de comandar manobras militares por meio de sinais e não da voz"* (*téchne semeiotiké***:** a arte dos sinais). Locke propôs o termo para indicar a *"doutrina dos sinais, correspondente à lógica tradicional"*. No século XX passou a ser concebida como a teoria do *comportamento sígnico*, dividida em três dimensões: semântica (relação entre os sinais e os objetos a que se referem; é a interpretação dos signos), sintática (relação formal dos signos entre si) e pragmática (a relação dos sinais com os intérpretes, ou seja, a sua expressão por um sujeito).

predições que a colocavam em risco, não era aberta a refutações, à falseabilidade. Assim, considerava que só nas ciências *formais* (Matemática e Lógica), havia a possibilidade de um cientista provar algo com absoluta certeza, pois seus objetos de estudo são ideais (números, figuras geométricas, ...). Nas ciências *factuais* (todas as outras), as teorias, tanto pela observação quanto pela experimentação, poderiam se mostrar falsas. Por isto, para ele,

> "*o cientista deve estar mais preocupado não com a explicação e justificação de sua teoria, mas com o levantamento de possíveis teorias que a refutem. Ou seja, o que garante a verdade do discurso científico é a condição de* ***refutabilidade****. Quando a teoria resiste à refutação, ela é corroborada, ou seja, confirmada.*" (Aranha e Martins, 1986, p. 162)

O ideal de refutabilidade*,* a resistência à refutação, era o que provava que a teoria descrevia o mundo real. Uma verdadeira teoria científica proibia que certas coisas ocorressem; e quanto mais proibia, melhor era. A teoria irrefutável era a que nada informava pois se compatibilizaria com qualquer evento, não sendo possível dizer em que condições ela seria falsa. "*Numa palavra, o que define o estatuto da ciência empírica para uma teoria é a sua testabilidade, refutabilidade ou falseabilidade.*" (Carvalho, 1988, p. 73) Criticava a indução — base do positivismo clássico e do empirismo lógico, ainda que de modo diferente —, não aceitando que a ciência fosse da observação para a teoria pois a própria observação exigia um interesse especial, um ponto de vista, a percepção de um problema. "*O conhecimento não tem início com a experiência mas com uma teoria, que no confronto com a experiência é corroborada ou refutada*. [...] *Sem uma teoria prévia não é possível qualquer observação*." (Ibidem, p. 76) Não era importante saber como surgiam as hipóteses; podia até ser da especulação, que ocorria não só na metafísica mas também nas ciências. Não se podia ficar no *estritamente observável,* era importante ousar, construir hipóteses *ricas em teor informativo;* este era o primeiro momento da ciência, que deveria ser seguido pelos testes empíricos de refutação desta hipótese (a pseudociência contornava a refutação, ou arranjava desculpas, para suas predições incorretas). Substituiu a indução por uma *concepção hipotético-dedutiva:* o fato-problema forçava uma hipótese explicativa, da qual se deduziam algumas conseqüências preditivas, que deviam ser confrontadas com os fatos. O caso de resistir à refutação hoje não significava que, no futuro, não pudesse ser refutada.

Popper[326] apresentou uma nova dimensão em relação aos positivistas clássicos, reconhecendo que o homem carregava preconceitos na observação da realidade – não havia observação pura – e que havia necessidade, no conhecimento científico, de pressupostos, de *pontos de vista preliminares:*

> *"uma ciência não é simplesmente um 'conjunto de fatos'. Ela é, pelo menos, uma coleção e, enquanto tal, ela depende dos interesses do colecionador e de seu ponto de vista ... Selecionamos da variedade infinita dos fatos e da variedade infinita de aspectos dos fatos, os fatos e os aspectos que são interessantes porque estão em relação com uma teoria científica mais ou menos preconcebida ... Não somente é impossível evitar um ponto de vista seletivo, mas também de todo o modo indesejável controlá-lo, porque, se se pudesse fazê-lo, ter-se-ia não uma descrição mais 'objetiva', mas um simples acervo de afirmações inteiramente desconexas. Mas, com toda evidência, um ponto de vista é inevitável*; ..." (apud Löwy, 1988, p. 48).

Ou seja, mesmo para ele — embora não dissesse de modo explícito —, não era possível a desideologização do cientista, como se fosse possível que uma pessoa passasse antes por uma câmara desinfectadora de sua visão de mundo, transformando

[326] Sua obra de maior influência é *A lógica da pesquisa científica* (*Logik der Forschung*), publicada nos meados da década de 1930.

a pessoa em uma máquina. Popper questionava a própria concepção de objetividade e da relação entre ciência e ideologia do próprio positivismo. Mas não superava este em sua recusa em distinguir o problema da objetividade entre as ciências naturais e as ciências sociais, apesar de afirmar que:

> *"É inteiramente falso crer que as ciências da natureza são mais objetivas que as ciências sociais. O cientista natural é tão tendencioso como todos os outros homens e é infelizmente ... em geral extremamente unilateral e tendencioso no preconceito em favor de suas próprias idéias*." (apud Löwy, 1988, p. 59)

Não aceitava a objetividade científica em nível individual, tanto nas ciências sociais quanto nas ciências da natureza, colocando como indistintos a presunção do cientista natural em relação a suas produções intelectuais e o papel das ideologias. Para ele, a objetividade não resultava da busca individual da mesma mas da cooperação entre os vários cientistas (a *intersubjetividade do método científico*). No caso daqueles ligados às ciências naturais, havia a vantagem da utilização de uma linguagem comum, mesmo quando se expressavam em suas línguas natais. Isto, aliado à liberdade de crítica — existente pelos testes em diversos laboratórios, nos congressos, nas publicações —, dava um *caráter público* ao método científico e conduzia a uma teoria que Löwy (1988, p. 51) chamava de *"objetividade institucional*". Ou seja, a objetividade científica derivava do caráter público, social, do método; era ele que dava imparcialidade à teoria e não o cientista como indivíduo, pois o caráter público eliminava, por exemplo, a posição ideológica do pesquisador — que dela sofria influências, eliminadas quando a teoria resistia às refutações.[327]

É difícil aceitar o ceticismo de Popper, a crença de que eram as dúvidas e os erros científicos que mais faziam produzir as ciências. Entretanto, a colocação de que os obstáculos eram benvindos, é importante para o progresso de qualquer ciência. Notou-se que, ao nível de adaptação, não se atingiu a estabilidade pois nenhum julgamento conseguiria a solução perfeita e a emergência de novas estruturas implicava em alteração da situação ambiental. Novas pressões e problemas também chegavam do exterior, pois nenhum ramo vive isolado em si mesmo. As teorias podem ser interpretadas de modos diferentes, sendo comensuráveis em alguns e, em outros, não.

O aspecto fundamental da eliminação do erro foi a "*colocação da Crítica como seu veículo*", o que transformava, por exemplo, a intolerância política ou a religiosa em um obstáculo ao progresso da ciência. Entretanto, a influência ideológica estava sempre presente na motivação, na escolha da temática, o que não devia – mas levava – a sectarismos. Novos fatos nos conduziam a posições diferentes, como, por exemplo, a ocupação da Amazônia levou muitos a uma visão conservacionista ou ambientalista, e a crise econômica carregou muitos para uma visão de discussão do desenvolvimento. Como também era comum, muitas das concepções aqui reinantes vieram do exterior, nem sempre de acordo com a realidade existente. Josué de Castro, ao colocar a fome como centro, partiu de nossa realidade e *bateu* contra a visão predominante.

Popper avançou em relação ao positivismo clássico mas não conseguiu superar o problema, pois esta concepção também não conseguia eliminar a *visão social de mundo*. Era um modelo de objetividade com base nas ciências naturais e era

---

[327] Segundo Kuhn (1998), Popper negava a existência do procedimento da verificação e enfatizava a importância da falsificação. O papel que ele atribuía às falsificações assemelhava-se ao que ele conferia às experiências anômalas, preparadoras do caminho para uma nova teoria, mas duvidava que as falsificações existissem pois, para Kuhn, era a adequação incompleta entre teoria e dados que definia muitos dos quebra-cabeças existentes da ciência normal. Assim, não era todo fracasso o motivo da rejeição pois, deste modo, todas as teorias seriam rejeitadas. Somente um grave fracasso justificaria isto, o que forçaria Popper a possuir um *grau de falsificação*. Nem toda falsificação, entretanto, levava a uma nova teoria e, se levasse, poderia ser chamada de verificação, por ser um trunfo de um novo paradigma.

difícil aplicá-lo às ciências sociais. Naquelas, o *andar da carruagem* pode levar a superar certas divergências porque o papel das ideologias, das visões sociais de mundo, não é tão decisivo, embora seja importante. Não é que seja mais difícil a realização deste método nas ciências sociais; ele deve ser outro, pois se assim não for, continua-se tentando realizar o que o positivismo sempre procurou: transportar de modo mecânico o método das ciências naturais para as ciências sociais.

Ao defender que os métodos eram, basicamente, os mesmos em todas as ciências, que os cientistas sociais deveriam abandonar suas visões sociais do mundo, buscar uma linguagem comum e, ainda, precisariam eliminar as determinações sociais da produção científica, Popper, apesar de negar a validade da indução, permaneceu, ainda que patinando, próximo ao positivismo clássico. Mas não deixava de ser importante a sua defesa da necessidade, para que a ciência progrida, da liberdade de crítica, da confrontação entre as posições, do debate, e também o fato de romper com a tradição positivista de certezas absolutas e indubitáveis, pois eram estas atitudes que permitiam a inexistência dos dogmatismos empedernidos e do obscurantismo.

Entretanto, a visão de maior influência nas concepções de Castro foi a da teoria quântica. Com ela, superou a visão positivista de ciência, a noção de verdade absoluta. A conexão entre dois fenômenos, sendo o segundo previsível do primeiro, era, de modo geral, a concepção clássica de causalidade.[328] A Física de Isaac Newton (1642-1727), reforçara a idéia da objetividade, ao mostrar que a teoria era conseqüência de fatos experimentais, dos quais eram deduzidos os conceitos. Suposições, hipóteses, somente as exigidas pelos fatos; e era da descrição dos fatos experimentais que as leis da Física eram deduzidas. A obra *Princípios matemáticos da filosofia natural* (1687) – que, com a lei da gravitação, demonstrou que a estabilidade do Universo podia ser garantida sem a intervenção da providência divina –, não só mostrou que se podia descrever o mundo sem mencionar Deus mas também que isto podia ser feito sem se referir ao sujeito. Ou seja, era possível descrever o Mundo como algo separado de nós mesmos, eliminando o homem como o sujeito da ciência.

Só se poderia admitir uma rigorosa causalidade nos fatos da natureza se se aceitasse que fosse possível a ausência de qualquer interferência do observador no fenômeno observado. Isto aceito, podiam-se descobrir relações constantes entre os fenômenos, o que permitia uma *previsão racional*; ciência, daí previsão, disse o papa do positivismo clássico. "*Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é a fim de concluir o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais*". (Comte, 1983, p. 77) Com o positivismo, a infalibilidade foi, também, estendida às ciências sociais.

A teoria da relatividade, de Albert Einstein (1879-1955)[329], demonstrou que a especulação era o caminho para a formulação de uma teoria, ou seja, que ela não era simplesmente algo dedutível da descrição de fatos experimentais. Propunha-se uma teoria que seria confrontada com os fatos experimentais, o que sujeitava a teoria a modificações ou reconstruções com o aparecimento de novas evidências. Na Física, provocou mudanças em seus princípios fundamentais; se, na mecânica newtoniana, espaço e tempo eram conceitos independentes, agora passaram a ser inter-

[328] Esta concepção teve duas formas fundamentais: a de *conexão racional*, onde a causa era a razão de seu efeito, uma força que produz, infalivelmente, determinado efeito, e a de *conexão empírica ou temporal*, na qual "*o efeito não é dedutível da causa mas é previsível na sua base pela constância e uniformidade da relação de sucessão*" (Abbagnano, 1982, p. 117), que tirava a idéia de força desta relação causal. Em ambas, porém, estavam presentes os conceitos de *previsibilidade* infalível do efeito e de *necessidade* da relação causal.

[329] Albert Einstein, físico de origem alemã que, em virtude do nazismo, se radicou nos EUA e se naturalizou, em 1940, estadunidense. Em 1905, lançou os fundamentos de sua teoria da relatividade, onde demonstrou a equivalência entre massa e energia. Pacifista convicto, lutou pela proscrição das armas nucleares ou, pelo menos, pelo seu controle por órgãos internacionais. Em 1921, recebeu o Prêmio Nobel de Física. Em seus estudos sobre o efeito foto-elétrico adotou, para explicá-lo, a hipótese quântica de Planck, concebendo a luz como constituída de pequenos corpúsculos (fotons) que possuiam um *quantum* de energia.

relacionados. Na mecânica de Newton, passado e futuro estavam separados pelo *presente momento,* um intervalo de tempo infinitamente pequeno; na teoria da relatividade estavam "*separados por um intervalo finito cuja extensão dependerá da distância espacial ao observador"* (Heisenberg, 1981, p. 68). A formulação do princípio de relatividade – cujo aspecto mais importante foi a equivalência entre massa e energia –, fez com que duas leis, a da conservação da massa e a da conservação da energia elétrica, perdessem sua validade enquanto separadas, pois só se conceberá a lei da conservação da energia ou massa. Mas, as mudanças trazidas pelas teorias elaboradas por Einstein, não se restringiram ao campo da física.

A teoria da relatividade não se explicava pela geometria euclidiana (tridimensional — que permanecia válida em domínios de pequena extensão espacial mas não em superfícies de dimensões astronômicas); entretanto, se traduzia, de modo adequado, na geometria não-euclidiana do matemático alemão Bernhard Riemann (1826-1866), de entendimento difícil, para nós, pois nosso universo de percepção imediata é euclidiano. Com isto, velhas indagações filosóficas ressurgiram e se associavam a outras[330]. A transmutação direta de massa em energia mudou Hiroshima, Nagasaki e a política mundial a partir de 1945. Estabeleceu uma nova *ordem* no momento em que foi publicado *Geografia da fome*. A posse das armas termonucleares instalou o *equilíbrio pelo terror* e foi mais um argumento para que potências nucleares forçassem países a integrar sua área de *influência*. Aproximou os cientistas do poder e tornou-os co-responsáveis – pela posição assumida ou pela omissão – por várias decisões tomadas. As novas relações de poder modificaram a estruturação do espaço geográfico mundial; os países subdesenvolvidos foram incluídos em um dos dois blocos, permanecendo a gerência externa e a sua função de complementação de economias alheias. Indiretamente, a teoria da relatividade mudou — para pior — a situação social, a geografia, do Terceiro Mundo. Em nome da Guerra Fria, e sob a ameaça do poder nuclear, liberdades foram cerceadas, governos autoritários se estabeleceram e a desigualdade social se ampliou.

Importante, também para a física moderna, foi o *Princípio da Complementaridade* de Niels Bohr (1885-1962)[331], segundo o qual os corpúsculos e as ondas representavam dois aspectos complementares de uma mesma realidade. O elétron, por exemplo, podia ser considerado como onda e como partícula; dois aspectos opostos que se corrigiam reciprocamente, que eram duas descrições complementares[332] da mesma realidade. Para a física quântica, em toda observação das menores unidades existentes ocorria uma perturbação, sendo impossível observar o fenômeno sem de algum modo influenciá-lo. Havia, portanto, uma incompatibilidade com a concepção clássica de causalidade. As descrições como onda e como partícula eram mutuamente exclusivas,

> "*pois uma certa coisa não pode ser ao mesmo tempo uma partícula (i.é., substância confinada a um volume muito pequeno) e uma onda (i.é., substância espalhada por uma região de dimensões muito grandes), mas se complementam uma à outra*." (Heisenberg , 1981, p. 22)

Por isto, ao narrar como onda, a descrição só seria verdadeira parcialmente e deveria ser restrito o seu uso como conceito, para evitar contradições. A limitação do uso do

---

[330] Como, por exemplo: houve começo e haverá fim? O espaço ocupado pelo Universo é finito ou infinito? Quando físicos que adotam esta teoria afirmam que o espaço ocupado pelo Universo é finito, não é no sentido de que ele termina em determinado lugar mas, sim, que é um *universo fechado*: em qualquer direção que se siga, acaba-se retornando ao ponto de partida.

[331] Niels Bohr, físico dinamarquês, foi diretor do Instituto de Física Teórica de Copenhague (1921), trabalhou nos EUA durante a 2ª Guerra Mundial, retornando à Dinamarca em 1945. Recebeu o prêmio Nobel de Física em 1922.

[332] O nome complementaridade teve como *inspiração* a geometria, na qual dois ângulos cuja soma é igual a um ângulo reto são considerados complementares. Os conceitos de onda e corpúsculo são complementares na descrição de fenômenos óticos para a mecânica quântica.

conceito, expressa no princípio da incerteza, impedia a contradição, mas também mostrava que não era possível uma descrição *objetiva* de uma observação experimental e que outra observação a seguir podia não ter o mesmo resultado, demonstrando que o acontecimento dependia da existência do observador ou de seu modo de observar.

O golpe decisivo no princípio clássico de causalidade foi dado por Werner Heisenberg (1901-1976)[333], ao expor, em 1927, o *princípio de indeterminação*, que estabelecia a impossibilidade

> "*de medir com precisão uma grandeza, sem detrimento da precisão na medida de uma outra grandeza coligada,* [o que] *torna impossível predizer com certeza o comportamento futuro de uma partícula subatômica e autoriza somente previsões prováveis, fundadas em verificações estatísticas, do comportamento de tais partículas*." (Abbagnano, 1982, p. 122)

Havia, por exemplo, uma impossibilidade de se determinar de modo simultâneo e com igual precisão a localização e a velocidade de um elétron; quanto maior fosse a precisão da medida da posição, menor seria a de sua velocidade e vice-versa. Assim, não se podia afirmar que existia uma causalidade — no sentido clássico[334] — na natureza, o que contestava a definição de ciência como o *conhecimento das causas* e fazia com que as asserções sobre a realidade fossem consideradas probabilidades e não certezas. O termo *causa* passou a ser substituído — ou usado no sentido — por condição, que era o que tornava *possível a previsão provável de um evento*, livrando a noção de causa do seu caráter necessitante.

Se a observação produzia perturbação no objeto, a física subatômica estava reconhecendo a existência de uma ação recíproca entre o objeto e o observador, e também, demonstrando que nem todas as probabilidades eram igualmente prováveis. Isto significava, inclusive, o abandono da visão determinista a respeito da natureza, que foi substituído, não pelo acaso ou indeterminação, mas pela condição, pelo condicionamento. O resultado da observação não podia mais ser predito com certeza; o que se podia, teoricamente, prever era a probabilidade da ocorrência de um resultado que deveria ser verificado pela repetição, por inúmeras vezes, da experiência. Nesta se usava a descrição do fenômeno atômico mais conveniente para a mesma, mudando o conceito de realidade. A própria descrição dos fenômenos dependia da linguagem que era usada, e ela podia se utilizar de termos que representavam conceitos do cotidiano ou da física clássica. O próprio Heisenberg afirmou que a teoria quântica[335] começava por um paradoxo, em virtude do fato de os experimentos serem descritos "*apoiados nos conceitos da física clássica e, ao mesmo tempo, do conhecimento de que esses conceitos não se ajustam à Natureza de maneira precisa*." (Heisenberg, 1981, p. 26) A

---

[333] Werner Heisenberg, físico alemão, considerado como um dos pais do modelo normalmente aceito de estrutura atômica e um dos expoentes da chamada Mecânica Quântica ou Mecânica das Matrizes. Recebeu o prêmio Nobel de Física em 1932.

[334] Causalidade passou a ter outro significado. "*Quando fazemos uma experiência, temos que admitir a existência de uma cadeia causal de eventos que, partindo do evento atômico, passa através do equipamento experimental e que, por fim, chega, por assim dizer, ao olho do observador; não fosse causal essa cadeia, nada se poderia saber sobre o evento atômico*" (Heisenberg, 1981, p. 49). Mas, para Heisenberg, essa causalidade tinha uma aplicabilidade limitada.

[335] "*A teoria da relatividade restrita está ligada a uma constante universal da Natureza, a velocidade da luz.* [...] *A teoria quântica, por sua vez, está vinculada a uma outra constante universal da natureza: o quantum de ação de Planck*" (Heisenberg, 1981, p. 99). O físico alemão Max Planck (1858-1947), prêmio Nobel de Física de 1918, é considerado o descobridor do *quantum* de ação apresentado em 1900. *Quantum* (plural: *quanta*), de modo simplificado, é a quantidade elementar que compõe um sistema de corpúsculos, é toda quantidade física indivisível. Planck apresentou a tese de que a radiação não ocorre em um fluxo contínuo mas em descontínuos pacotes de energia — ou *quanta*; a quantidade total de energia (o número de *quanta*) seria maior quanto menor fosse o comprimento de onda da radiação. Criada para explicar as leis da radiação, a teoria dos *quanta* tornou possível uma nova era na microfísica.

dubiedade, a imprecisão e a limitação das palavras eram os estimuladores do recurso a formulações abstratas da matemática.

Todavia, de qualquer modo, o princípio da incerteza realçou, na descrição dos eventos atômicos, o elemento subjetivo, "*pois o instrumento de medida foi construído pelo observador, e temos que nos lembrar que aquilo que observamos não é a Natureza em si mas, sim, a Natureza exposta ao nosso método de questionar*." (Heisenberg, 1981, p. 27) Logo, a ciência natural resultava da interação entre o cientista e a Natureza, e a descrição resultante dependia de nosso método de questionar. Para Heisenberg, a ciência natural não estava interessada no Universo como um todo; seu objeto de estudo era alguma parte dele, selecionada pelo pesquisador. Este procurava elaborar a pergunta correta, o melhor caminho para a solução do problema, o que demonstrava que, necessariamente, não era a experiência que levava à teoria pois esta poderia anteceder àquela.

A teoria quântica, que não permitia "*uma descrição inteiramente objetiva da Natureza*", também colocava problemas na lógica clássica. Nesta, uma asserção ou é verdadeira ou é falsa, inexistindo uma terceira possibilidade. Entretanto, de acordo com o princípio da complementaridade posso dizer: *um elétron ou é uma onda ou não é*. A própria utilização da lógica matemática ficava comprometida com o conceito de realidade da física quântica. Entretanto, posições assumidas por Heisenberg estarão presentes na obra de Kuhn[336], como a sua afirmação de que a mudança no conceito de realidade não era "*uma simples continuação do passado*" mas "*um novo caminho no que diz respeito à estrutura da ciência moderna*" (Heisenberg, 1981, p. 08) e de que a coesão na comunidade científica estava, entre outros aspectos, na comunhão de idéias e na linguagem coincidente, afirmando que "*a ciência é esotérica: ela está restrita a uns poucos iniciados*" (Ibidem, p. 84). Contudo, o fundamental foi que o princípio de indeterminação abalou o alicerce dos positivismos, ao colocar em xeque os seus conceitos de causalidade e de objetividade, a indução como única via de explicação científica e a sua ilusão da infalibilidade da ciência. A física quântica foi importante na obra de Josué de Castro, sendo citada, por ele, diversas vezes, e fazendo-o superar a visão de objetividade marcadamente positivista.

Grande influência, até hoje, tem as posições de Thomas Kuhn (1922-1996), que não aceitava que o desenvolvimento da ciência ocorresse pela condição de refutabilidade e afirmava que, enfatizar a falsificação, podia levar ao erro de identificar todas as experiências anômalas como experiências de falsificação; e estas, duvidava que existiam. Em livro, publicado pela primeira vez em 1962[337], com o objetivo de "*esboçar um conceito de ciência bastante diverso que pode emergir dos registros históricos da própria atividade de pesquisa*" (Kuhn, 1998, p. 20), forneceu considerações importantes a respeito de paradigmas e revoluções científicas. Paradigma, para ele, era uma realização científica, universalmente reconhecida, que, por algum tempo, fornecia problemas e soluções para os praticantes de uma ciência. Ou seja, foram

> "*mais bem sucedidas que suas competidoras na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves.* [...] *De início, o sucesso de um paradigma* [...] *é, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos. A ciência normal consiste na atualização desta promessa,* ..." (Kuhn, 1998, p. 44).

Para ser aceita como paradigmática, uma teoria necessitaria parecer melhor que as outras mas não precisaria explicar todos os fatos. Quando surgia um novo paradigma, um modelo ou um padrão aceito, aqueles aferrados a concepções mais antigas eram,

---

[336] O livro **Física e Filosofia**, de Heisenberg, foi publicado pela primeira vez em 1959 e **A estrutura das revoluções científicas**, de Kuhn, em 1962.

[337] *A estrutura das revoluções científicas* que, no Brasil, foi publicada treze anos depois. Kuhn era um estudante de pós-graduação de Física Teórica, que foi para a área de História da Ciência e passou a ser professor desta disciplina.

simplesmente, excluídos da profissão e seus trabalhos ignorados. Atingindo o *status* de paradigma, uma teoria científica só seria considerada inválida se houvesse uma alternativa para substituí-la. "*Rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência.*" (Ibidem, p. 110)

A transição de um paradigma em crise por outro estaria longe de ser um processo cumulativo; mas, durante esta transição, haveria uma grande coincidência entre os problemas que poderiam ser resolvidos pelo antigo e pelo novo paradigma. De qualquer modo, não poderia existir ciência normal sem um compromisso com um paradigma e este não poderia, de modo algum, ser corrigido pela ciência normal. Portanto, um paradigma seria "*aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma*" (Ibidem, p. 219), embora existissem circunstâncias – raras vezes – em que ocorria a coexistência pacífica de dois paradigmas nos períodos pós-paradigmáticos.

Já as revoluções científicas eram os episódios extraordinários, de desenvolvimento não-cumulativo, desintegradoras da tradição à qual a ciência normal estava ligada, produtoras de mudanças nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões pelos quais um profissional considerava ou não um problema como seu. Uma nova teoria nunca – ou quase nunca – era um simples incremento ao que já era conhecido, sendo que sua adoção requisitava a reavaliação dos fatos anteriores. Somente durante a competição entre os paradigmas era que ocorria a rejeição de uma ou a adoção de outra; adotando uma nova teoria, ela era incompatível com a anterior. As revoluções científicas só precisariam parecer revolucionárias para aqueles cujo novo paradigma os afetou, diminuindo o âmbito dos interesses da comunidade e ampliando o seu grau de especialização.

Khun partia do conceito de ciência como uma "*reunião de fatos, teorias e métodos*" nos textos atuais e admitia que, talvez, a ciência não se desenvolvesse "*pela acumulação de descobertas e invenções individuais*", como um processo de acréscimo. A ciência normal (o *paradigma em atividade*) significava "*a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas* [...], *reconhecidas durante algum tempo como proporcionando os fundamentos de sua prática posterior.*" (Kuhn, 1998, p. 29) Era feita baseada no que a comunidade científica sabia como era o mundo e, por isto, a pesquisa normal era cumulativa. Ela não possuía como objetivo trazer à luz novas espécies de fenômenos, e aqueles que não se ajustavam aos limites do paradigma não eram, freqüentemente, nem vistos. Não "*se propõe descobrir novidades no terreno dos fatos ou da teoria; quando é bem sucedida, não as encontra.*" (Ibidem, p. 77) Ela se esforçaria para aproximar a teoria e os fatos; poderia ser, entretanto, eficaz para provocar as novidades. O fracasso em alcançar uma solução desacreditaria não a teoria e sim o cientista.

Resolver um problema requisitaria "*a solução de todo o tipo de complexos quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos.*" (Ibidem, p. 59) Quebra-cabeça, aí, indicaria a categoria particular de problemas que serviria para testar a habilidade em resolvê-los. Assim, questões importantes, muitas vezes, não acompanhavam o quebra-cabeça, podendo um paradigma

> "*até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeça, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma.*" (Kuhn, 1998, p. 60)

Aceitava como *regra* a concepção prévia – ou o ponto de vista estabelecido –, que derivava dos paradigmas (embora estes pudessem dirigir as pesquisas sem elas). O fracasso das mesmas seria o prelúdio para a busca de novas.

Na medida em que um pesquisador se dedicou à ciência normal, ele era visto como solucionador de quebra-cabeças e não alguém que testava paradigmas. Isto somente ocorria após o fracasso persistente na resolução de um quebra-cabeça

importante e daria origem a uma crise, que somente ocorreria quando existisse candidato alternativo ao paradigma. Este, quando novo, incorporaria grande parte do vocabulário e dos aparatos (conceituais e de manipulação) do anterior mas, raramente, utilizava os elementos emprestados de modo igual[338].

Em competição, havia uma incomensurabilidade dos paradigmas, com os proponentes de cada um praticando seu ofício em mundos diferentes; e, por assim fazer, os dois grupos veriam coisas diferentes quando olhavam para um mesmo ponto na mesma direção. Uma lei que existia para um, para o outro não poderia ser nem mesmo demonstrada. Por ser uma transição entre "*incomensuráveis, a transição entre paradigmas em competição não pode ser feita passo a passo, por imposição da Lógica e de experiências neutras*." (Ibidem, p. 190) Proposto pela primeira vez, um paradigma solucionaria alguns problemas com os quais defrontava – grande parte destas soluções estava distante da perfeição – e somente mais tarde que os argumentos, aparentemente decisivos, eram desenvolvidos. Estes debates não tratavam da habilidade em solucionar problemas e sim de saber se, no futuro, poderia orientar as pesquisas sobre os problemas. Era necessário ter fé nesta capacidade de resolver os problemas com os quais se defrontava. Por isto, a transferência de um para outro era uma questão de conversão.

Entretanto, como surgiriam tais mudanças? Começavam com a consciência da anomalia ou violação de expectativa, com o reconhecimento de que a natureza violou as expectativas que governavam a ciência normal ou de um fenômeno para o qual o paradigma não estava preparado. Instalava-se a crise, que faria surgir uma nova teoria frente ao fracasso da ciência normal para resolver o problema. Às vezes, a solução para um problema foi, ao menos parcialmente, antecipada e ela foi ignorada, principalmente por não existir a crise. Mas, havendo-a, era sinal de que chegou a hora de renovar os instrumentos. "*Todas as crises iniciam com o obscurecimento de um paradigma e o conseqüente relaxamento das regras que orientam a pesquisa normal.*" (Ibidem, p. 155) A crise[339] terminará com a emergência de um candidato e a batalha por sua aceitação, período que se caracterizará por uma insegurança profissional pronunciada, pois exigirá "*a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal.*" (Ibidem, p. 95) A partir daí, ocorreria o progresso[340], que seria assegurado somente nos períodos em que predominava a ciência normal. Para ele, na maioria das vezes, aqueles que fizeram estas invenções, estas revoluções, eram muito jovens ou estavam havia pouco tempo na área.[341]

O mundo, conforme o autor, não mudou com a alteração do paradigma mas o cientista passou a trabalhar em um mundo diferente. Adotavam novos instrumentos e

---

[338] A palavra planeta era diferente após Copérnico (1473-1543), pois os planetas eram vistos de modo diferente; por isso que a linguagem não produz, necessariamente, "*meras informações neutras e objetivas sobre o 'dado'*." (Kuhn, 1998, p. 163).

[339] É importante observar que a crise não era um resultado de um processo histórico-social mas de uma decisão da esotérica comunidade científica. Na solução da mesma, valorizava mais a intuição que a racionalidade.

[340] A nova teoria, "*uma resposta direta à crise*", nem sempre era nova. Muitas vezes já existia mas foi ignorada por não haver crise, até porque os problemas colocados não eram reconhecidos como problemas pela ciência normal. Segundo Kuhn, uma astronomia heliocêntrica, em um período em que o sistema geocêntrico parecia mais razoável, e porque não existia qualquer grande problema que pudesse por ela ser solucionado, seria ignorada.

[341] Todavia, graças aos manuais científicos, a imagem que as pessoas tinham disfarçava sistematicamente a existência e o significado das revoluções científicas. Quando estes manuais foram escritos, já existia um corpo articulado da ciência normal, registrando o resultado *estável* das revoluções. Referiam-se ao passado somente em contribuições à solução dos problemas apresentados pelos paradigmas que ali estavam escritos. Em parte, "*os cientistas de épocas anteriores são implicitamente representados como se tivessem trabalhado sobre o mesmo conjunto de problemas fixos e utilizado o mesmo conjunto de cânones estáveis que a revolução mais recente em teoria e metodologia científica fez parecer científicos.*" (Kuhn, 1998, p. 176) Portanto, parecia negar o papel das revoluções. O desaparecimento das divergências era causado pelo triunfo de uma das escolas, que enfatizava alguma parte especial do conjunto de informações.

orientavam o seu olhar em novas direções. "*..., os cientistas vêem coisas novas e diferentes quando, empregando instrumentos familiares, olham para os mesmos pontos já examinados anteriormente.*" (Ibidem, p. 145) O que ele agora via também dependia de sua experiência visual-conceitual prévia[342]. Kuhn também afirmou que "*apenas as civilizações que descendem da Grécia Helênica possuíram algo mais do que uma ciência rudimentar. A massa dos conhecimentos científicos existentes é um produto europeu, gerado nos últimos quatro séculos.*" (Ibidem, p. 210) Além disso, que a comunidade evitava apelar a chefes de Estado ou ao povo quando estava em jogo uma questão da ciência, demonstrando que os membros deste grupo eram os únicos com algum critério para julgamentos próprios. Entretanto, isto seria válido para as ciências sociais? Se mexerem com a população, ela também não opinaria?

O texto de Kuhn é voltado para as ciências da natureza, notadamente Física, Química e, em menor escala, Biologia. Superou a visão positivista[343] mas ainda continha falhas. Poucas referências foram feitas às ciências sociais; aliás, com este nome, somente uma. Quando disse sobre o insulamento da profissão, que em nenhuma outra atividade o trabalho era endereçado – e avaliado – por outros membros da profissão, quis dizer que o cientista trabalhava para uma audiência de colegas, dos que compartilhavam dos mesmos valores e crenças. Essa insulação frente à sociedade era o que o possibilitava concentrar atenção para os problemas que ele se julgava apto para resolver, não estando obrigado a escolher um problema porque este era urgente; sua vantagem era maior ainda: não era obrigado a optar por um problema para o qual não dispunha de instrumentação. Neste ponto, fez uma comparação com os cientistas sociais, que necessitavam escolher um objeto de pesquisa "*em termos de importância social de uma solução*". Logo, isto significava que sua referência era outra e que nela não se encaixavam as ciências humanas.

Na verdade, como afirmou Kuhn, "*não pode haver nenhum sistema de linguagem ou de conceitos que seja científica ou empiricamente neutro,* ..." (1998, p. 185). Assim, não caberia a questão se a ciência deveria ou não possuir uma utilidade social. Para o bem ou para o mal, para nada, pouco ou bastante significação, todo gesto científico possui alguma influência. Josué de Castro, por exemplo, conseguiu solucionar um quebra-cabeça que, até aquele momento ninguém havia solucionado tão bem. Redefiniu a sua ciência e transformou-se em um paradigma, em uma referência para estudos e ações. Saiu de uma questão biológica para uma social que ajudaria a primeira. Entretanto, não fez uso destes termos ou citou o autor acima, o que demonstra que esta visão não teve influência em seus escritos. Os paradigmas não visavam apenas a natureza mas também a sociedade. Eram eles fontes de métodos, problemas e soluções aceitos por parte ou toda a comunidade científica; mas a sociedade também precisava aceitá-los. Todavia, à medida que os problemas mudavam, alteraram-se os padrões de solução. A fome continuou sendo uma questão, cada vez mais apareceram soluções, mas o problema permaneceu.

Tanto na metodologia dos empiristas lógicos (indutivistas) quanto na de Popper (dedutivista), a experiência desempenhava um papel fundamental pois, na primeira, era ela que confirmava a hipótese e, na segunda, provava sua falseabilidade ou não.

---

[342] Se, querendo aprender algo, perguntamos a um físico e a um químico se um único átomo de hélio era ou não uma molécula, ouviríamos respostas sem hesitação mas não coincidentes. Para o físico não era uma molécula por não apresentar um espectro molecular; para o químico sim, pois se comportava como tal de acordo com a teoria cinética dos gases. Ou seja, ambos falavam da mesma partícula mas a encaravam conforme suas práticas de pesquisa.

[343] Diferia também do positivismo ao aceitar a idéia de que cada ciência possuía um paradigma, um método próprio. O positivismo clássico defendia a existência de um único método de interpretação, comum a todas as ciências, naturais e sociais. Outrossim, Kuhn não aceitava a existência de leis *objetivas*, verificáveis em todo o universo, consentidoras da previsão dos mesmos fatos no futuro, pois "*a nova teoria bem sucedida deve, em algum ponto, permitir predições diferentes daquelas derivadas de sua predecessora. Essa diferença não poderia ocorrer se as duas teorias fossem logicamente compatíveis*" (Kuhn, 1998, p. 131). Reconhecia ainda que "*Indivíduos criados em sociedades diferentes comportam-se, em algumas ocasiões, como se vissem coisas diferentes*". (Ibidem, p. 238)

Ambas se assentavam nas regras da lógica, tanto da indutiva quanto da dedutiva. Se estas eram as duas alternativas do pensamento racional, a posição de Kuhn ficou confusa ao ser contrária às regras indutivas como o caminho da ciência, ao discordar da busca da refutação e ao colocar em dúvida a existência de falseamentos. Com isso, Kuhn estava pondo em xeque nosso conceito de racionalidade?

Quando ele afirmava que um novo paradigma destruía o anterior, que era um novo modo de solucionar problemas, que dois paradigmas não conviviam, ficava difícil entender como a mecânica newtoniana continuava útil quando aplicada para interpretar muitos fenômenos do cotidiano, como, por exemplo, para a engenharia. O princípio de ação e reação[344] era falho quando aplicado às forças de campo à longa distância mas podia ser usado em situação oposta. Não era a convivência de dois paradigmas? A visão de que um paradigma excluía problemas cujas soluções ele mesmo não antecipava, poderia ter sido a desculpa para que "*muitas questões sociais relevantes* [fossem] *afastadas da investigação, por não serem, então, redutíveis à forma usual do paradigma dominante."* (Pimentel, 1992, p. 29)

Popper parecia ter razão quando afirmava que a postura kuhniana é "*dogmática, a-crítica*". Contudo, nenhuma das três posições solucionava o problema das ciências sociais; Kuhn, por não considerá-la e, as outras duas posições, por incorrerem no erro da busca de um único método para as ciências. Aliás, a busca por um conceito único e estanque de ciência, que não leve em conta a contradição presente nas sociedades divididas em classes sociais, pode impedir o próprio desenvolvimento da ciência. Esta deve caminhar na busca da verdade e, neste trilhar, indução e dedução são caminhos necessários, interligados e opostos, cuja unificação se dá no resultado, na conclusão, onde a generalidade se amplia.

Daí também o cuidado e o perigo quanto aos modelos. Um modelo é um instrumento, parcial e simplificador, para facilitar o entendimento da complexidade do real, seu ponto de partida. Qualquer modelo tem que levar em conta as particularidades naturais, culturais, políticas, econômicas, de cada país. Quando o modelo não leva em conta as diferenças históricas e se transforma em categoria universal aplicável de forma mecânica, ele congela a História e foge de sua finalidade: uma representação da realidade para melhor conhecê-la. Como instrumento, o modelo deve ser utilizado como uma hipótese de trabalho sujeita permanentemente à verificação, pois a realidade é mutável. A realidade está sempre em mudança e não se pode congelá-la em um modelo. Com este, devemos ter o mesmo caminhar que deve realizar o conceito: dos fatos à teoria e desta àqueles, de modo incessante. De modo parcial, foi a visão de Castro, em seu artigo (1973) criticando um relatório do MIT.

O trabalho de Kuhn estava vinculado a uma tradição epistemológica da história das ciências que se restringia a investigar as mudanças ocorridas no interior da própria ciência, limitada à transformação de seus paradigmas. Esta visão internalista possuía como pressuposto a existência de um modelo universal de ciência com base na prática científica européia.

> "*Ou seja, onde quer que a ciência estivesse a se realizar, interessava que seguisse os mesmos parâmetros, utilizasse o mesmo conjunto de métodos e não por acaso pudesse chegar, cedo ou tarde, às mesmas respostas. Esta forma de pensar a história da ciência contribuiu para a disseminação de um certo 'unicismo cientificista', fortemente calcado na idéia de um progresso contínuo e contingente à própria ciência, além de destituído de quaisquer interferências externas à própria atividade da ciência em si.*" (Souza Neto, 2.001, p. 122)

[344] O princípio de ação e reação é a chamada 3ª lei de Newton, que pode ser assim simplificada: sempre que dois corpos interagem, as forças exercidas são mútuas, com a mesma intensidade e direção mas em sentidos opostos; se A exerce força em B, B exerce a mesma força em A.

Esta visão desvinculava a criação científica de seu contexto histórico, possuía uma visão etnocêntrica, evolucionista e a-crônica de ciência. O fato de a chamada ciência moderna estar intimamente ligada aos interesses dos Estados Nacionais, desde a formação destes, também não poderia ser o motivo para se partir para uma leitura totalmente externalista, na qual a ciência só foi pensada a partir dos interesses econômicos de uma determinada classe dominante. Se, neste último enfoque, ficasse preso aos interesses da burguesia européia – e depois, da estadunidense –, a análise permaneceria na *mesma* ciência e, portanto, estava se referindo à mesma ciência universalista (e, em decorrência, imperialista), desprezando os outros modos de saber-fazer ciência.[345]

Kuhn analisou pouco as ciências sociais, dando a entender que tinham um processo diferente. Na verdade, possuem, pois podemos ter uma Geografia a favor do *status quo*, que poderá até fingir que não é uma ciência social, e outra desejosa de uma transformação das injustas estruturas sociais, por possuir outra opção ideológica. O paradigma dependerá da opção política, sendo possível a existência coetânea de vários. Para as ciências sociais não existe a possibilidade — enquanto for mantida a atual estrutura de classes — de permanência de um paradigma em determinada ciência. A proposta kuhniana realçou a analogia e a aplicação desta à natureza, o que não devia ser considerado válido para as ciências sociais. Nas ciências humanas, ao lado de pesquisas mais recentes, apresentam ao estudante uma imensa variedade de problemas e numerosas soluções para os mesmos que ele, por si mesmo, deverá avaliar. O que Kuhn não colocou foi que natureza e sociedade necessitavam de estatutos epistemológicos diferentes pois a contradição é da essência da sociedade humana. Por isto, defender a dualidade: Geografia Física e Geografia Humana, é aceitar a existência de duas ciências, pois seus estatutos epistemológicos são diferentes. Não que a Geografia não deva incorporar a natureza em seu conteúdo; esta incorporação não faz dela uma ciência natural pois a natureza não é o objeto mas, sim, um componente do espaço social analisado. Esta foi a concepção utilizada por Josué de Castro por ocasião da utilização do método geográfico para estudar a fome ou em seu texto sobre a cidade de Recife.

A adoção de um paradigma universal de sociedade *pode* levar à crença de que os componentes das diversas sociedades existentes possuem comportamentos iguais, aproximando-se da biologia — comportamentos semelhantes de animais de uma mesma espécie — e abrindo caminho para um darwinismo social. O comportamento humano depende de vários aspectos, como a estrutura de classes, a cultura dominante, a religião praticada, o maior ou menor domínio da *mass media*, entre outros.

Faltou na proposta de Kuhn u'a melhor contextualização histórica pois, dela isolada, passou-se a idéia de que fatos e teorias das ciências naturais não sofreram influências das características da estruturação social, do poder vigente, da ideologia dominante, isolando o progresso científico das mudanças políticas. Mesmo na adoção de um novo paradigma, expunha várias razões mas não incluía as relações de poder, o caráter histórico-social, como se o paradigma ptolomaico tivesse persistido somente por ter sido adequado aos problemas dos cientistas e não, também, por ter sido útil ao

[345] Muitas das ciências européias modernas somente conseguiram avanços epistemológicos significativos porque estudaram a rica biodiversidade das colônias tropicais européias. Mesmo recentemente, diversas *pesquisas científicas* visando a cura de muitas doenças só progrediram pela apropriação do conhecimento de *pajés* e *curandeiros*. Aliás, muita coisa que se colocava como tendo surgida na Europa se originou em outras áreas, muitas delas colônias européias. Ou seja, produziu-se ciência no mundo todo, mas não do mesmo modo e nem com o mesmo conceito de ciência.

poder medieval da Igreja Católica; a revolução copernicana teve influências na astronomia mas, também, na organização política de muitas sociedades.[346]

A sua visão de cientista é discutível por adotar a mesma postura em relação ao paradigma. É certo que valorizava o grupo em detrimento do indivíduo mas afirmava que uma comunidade científica, para a qual a mudança precisava parecer revolucionária, era *"composta talvez de menos de vinte e cinco pessoas"* (Kuhn, 1998, p. 225). Esta esotérica comunidade de alguma ciência era a que tinha o poder de escolher o paradigma, ou seja, de dar existência à ciência, e só a ela caberia decidir sobre assuntos relativos à sua ciência. Transformava os cientistas em uma casta. Quando perguntava afirmando se havia *"melhor critério do que a decisão de um grupo científico"*, dava-lhes, como Comte, o *poder espiritual* e acabava fazendo o jogo da neutralidade, dando ao grupo o poder de ser dono da verdade, embora ele mesmo dizia que fazer ciência não era necessariamente aproximar-se da verdade. Assim, se o grupo de tal ciência afirmar que determinada raça era inferior, não havia o que discutir, pois colocou que o julgamento devia ser somente dos pares — "*os únicos conhecedores das regras do jogo*" —, como se a atividade da comunidade científica não influísse em toda a sociedade.[347]

A ciência, conforme Kuhn, não é acumulativa. O correto seria: a ciência, muitas vezes, não é cumulativa. Pois Newton só pode ser explicado por seus antecessores; Einstein por Newton; não era possível surgir um Einstein logo após Aristóteles. Não é cumulativa no sentido de que um coisa vai sempre acrescentando a outra. Um novo paradigma permite uma nova visão de mundo; esta pode acabar rompendo com o mesmo. Mas, no caso das ciências sociais, é diferente pois a "*produção de um saber geográfico move-se no contexto do conhecimento que é cumulativo (histórico), social (dinâmico), relativo e desigual.*" (Carlos, 1992, p. 130) Ao longo de seu percurso, e apesar de suas divisões, a Geografia vem tentando realizar um discurso e uma prática que são tanto naturais quanto sociais ou as duas juntas. Esta busca integra a dinâmica normal de crescimento de uma ciência. Se muda o paradigma, altera a visão de mundo. "*O 'novo' emerge do constituído e a geografia é um saber em constituição – um processo de reprodução que se realiza pela superação, através de uma postura crítica.*" (Carlos, 1992, p. 130) Ocorre, entretanto, que há diversos paradigmas convivendo ao mesmo tempo e precisa ser claro que "*a regra tende a ser o convívio de interpretações divergentes com relação ao universo em que vivemos,* ..." (Cidade, 2001, p. 103).

A Geografia padece de um mal que a coloca sempre em desprestígio. A dualidade defendida por alguns acabou por se tornar um entrave. Em uma, a sociedade não entra; na outra, sim. Como a sociedade é um elemento vital, não há como dizer que ela possui dois paradigmas, sendo, portanto, duas ciências. Não encontramos

---

[346] Outro aspecto importante era o de que o paradigma também dependia do sujeito, não sendo uma verdade que se impunha por si mesma. Mostrava ainda que não havia pesquisa sem teoria, não havia ação sem fundamentação. Todavia, abandonou o discurso crítico; seu conceito de paradigma para a ciência era de uma postura elitista, autoritária e descompromissada com o todo social, e que colaborava — através de um discurso com base no consenso dos especialistas — para esconder a complexidade da realidade humana.

[347] O que vemos, em Kuhn, foi uma proposta com doses significativas de irracionalidade, subjetividade e voltada essencialmente às ciências da natureza. Se considerarmos correto – o que não é o caso – o que escreveu, deveríamos propor um estudo para as ciências sociais. Estas, como já vimos, são voltadas para os seres humanos como elementos sociais e que, graças às mudanças das ciências da natureza, possuem aspectos significativos de vida alterados. Os conceitos devem ter diferenças, embora nos resultados possam ser semelhantes. U'a mudança na concepção de mundo propiciada pela Física modifica toda a sociedade, embora a parcela que desconhece a mudança, às vezes, tenha a sua visão de mundo preservada. De qualquer sorte, o modo de conceber um problema pode ser semelhante mas a maneira de solucioná-lo, não. Mesmo nas ciências da natureza é difícil aceitar integralmente suas propostas. Em seu texto, há uma ausência total do papel da sociedade; sem liberdade, diversos campos científicos são descartados. Vimos o que ocorreu, no Brasil, no período áureo dos governos militares: uns setores avançaram e outros, praticamente, regrediram. É a sociedade que, também, dá diretrizes à ciência. Terá condições de trabalhar se houver oportunidade política para tal.

muitas divergências na *geografia física*, que trata de elementos de diversas ciências. Na *geografia humana*, encontramos uma gama enorme de concepções, a partir dos próprios países nos quais são exercidas. Se existem geografias neopositivista, marxista, fenomenológica, anarquista e outras, isto prova que são várias as concepções e as soluções para o mundo. Não existe uma *ciência normal*, exceto – muitas vezes – para fins didáticos, pois a solução, normalmente, se transforma em uma nova questão. Sendo sociedade, ela se modifica, fazendo com que se um mesmo paradigma permanecer, ele deve ser alterado para fins didáticos.

Se alguém falar em paradigma *natural* e paradigma *social* de Geografia, está colocando – segundo Kuhn – duas ciências; e no paradigma social existem diversas. A discussão, considerando ser a mesma ciência, passa a ser mais ideológica que *científica*. Não há como adaptar-se a um paradigma que não esteja integrado a uma prática social. Não é possível, com base em leis gerais da Física, estabelecer leis para a sociedade. Como estabelecer um tratamento com base nas regularidades biológicas para a ordem social se o funcionamento é diverso? Um tratamento estatístico é, muitas vezes, necessário; mas, mesmo ele, tem a sua validade datada e para determinada sociedade, pois esta muda freqüentemente. É um sistema complexo, no qual grupos sociais e instituições estão dinamicamente inter-relacionados, envolvidos em contínuos processos de tomadas de decisão. É impossível forçar o pensamento geográfico para enquadrar nos limites fixos de uma teoria e um método, pois há uma pluralidade de caminhos que são necessários para assegurar o conhecimento. Além disso, vive-se em um mundo complexo e mutável.[348]

A articulação entre o natural e o social – o primeiro para ajudar a explicar o segundo –, em oposição à exclusão das duas esferas, é o que parece conceber uma *individualidade temática* à Geografia. Foi, sobretudo nisto, que ela trouxe uma maior contribuição às obras mais importantes de Josué de Castro. A existência da dicotomia física-humana ainda permanece e é preciso superá-la. É difícil trabalhar com dois paradigmas mas não é o nosso caso. Cabe respeitar os paradigmas dos condicionantes naturais para utilizá-los dentro do nosso, não levando em consideração se ele é um deles. A saída parece estar em outro caminho.

Para Karl Marx (1818-1883), a dialética era um método rigoroso que explicava as crises da vida sócio-econômica e tinha suas raízes nas circunstâncias e mudanças que analisava sendo, portanto, histórica. Não partia do conceito abstrato de homem mas de seres humanos produzindo em uma sociedade concreta.[349] Por isso, o que interessava a ele não era "*tanto a 'produção em geral' ou o 'homem em geral', mas a produção numa época histórica determinada, e os homens concretos que vivem e produzem numa sociedade historicamente determinada*." (Löwy, 1978, p. 66) O homem, ao agir sobre a natureza exterior, a modificava e alterava sua própria natureza humana. Foi pelo trabalho que o homem dominou as forças naturais, humanizou a natureza e criou a si mesmo. Todavia, a divisão social do trabalho, a apropriação privada dos meios de

[348] O austríaco Paul Feyrabend (1924- ), também oriundo da Física, se opunha frontalmente a Kuhn em relação ao progresso da ciência e vai além da posição de Popper. Em contestação ao primeiro, discordava da consideração como *desejável* dos períodos normais "*pois que a atitude pluralista dos períodos revolucionários em busca de métodos por vezes radicais (em vez de '**indesejáveis**') pode produzir, ao contrário, maior avanço.*" (Monteiro, 1980, p. 71) Para ele, a ideologia-padrão, típica de um período normal, era um obstáculo ao progresso e o pluralismo teorético deveria ser estimulado. Pregava que uma espécie de anarquismo – quebra dos padrões do racionalismo crítico – colaborava para a consecução do progresso da ciência. Ou seja, havia necessidade de método científico mas não, necessariamente, de um só. O "*desrespeito pelas teorias consideradas consistentes e o confronto delas poderá produzir novas concepções teóricas originais e passíveis de adiantar a investigação geográfica.*" (Ibidem, p. 87)

[349] "*Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida.*" (Marx, 1974, p. 109).

produção, transformaram o trabalho em um sofrimento e o ser humano acabou se alienando nele, em virtude de o produto de seu trabalho pertencer a outro.

O trabalho pressupunha um *substrato material*, que existia independente do homem e encerrava transformação real, que envolvia perda, finitude e inovação. Assim, a dialética marxiana possuía um condicionamento objetivo, era limitada, mas sempre inacabada, sempre prospectivamente aberta. O mundo material é dialético, está em constante movimento e cada coisa, ao nascer, já possui em si mesma o germe de sua destruição. A estabilidade só existe na aparência e as coisas estão em uma constante relação recíproca, impedindo a compreensão de qualquer fenômeno de modo isolado, independente de outros fenômenos, pois o todo predomina sobre as partes constitutivas. Daí a importância, na visão marxiana, da categoria de *totalidade*.

Este princípio não queria dizer que se devesse estudar a totalidade da realidade, o que é impossível. Significava "*a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto.*" (Löwy, 1989, p. 16) A categoria da totalidade — a essência do conhecimento dialético — é sempre uma estrutura histórica e referir-se à totalidade é, necessariamente, referir-se ao processo histórico. Se um exame dialético de um objeto for unilateral, será deformado; contudo, totalidade não significa todos os fatos pois ela é de um fato e não de todos eles. O conhecimento deve ser sempre totalizante mas nunca é definitivo e acabado. A análise, desta maneira, de um fenômeno onde diferenciação e complexidade são essenciais, colabora para o processo de sua transformação pois as totalidades estão sempre sujeitas a confirmações empíricas (e não pela especulação). Uma análise geográfica realizada deste modo, estabelecerá as mediações pelas quais as partes específicas — as *totalidades parciais* — estão entre si relacionadas; as partes estão sempre se inter-relacionando e com determinações que, constantemente, variam e se modificam. Desta maneira, uma análise geográfica pode encaminhar soluções pois terá uma certa visão do conjunto dos problemas. É esta visão de conjunto que permite avaliar cada elemento constituinte da totalidade.

Entretanto, esta visão de conjunto é provisória e nunca esgota a realidade a que se refere, pois esta é mais rica do que o nosso conhecimento, o que não nos dispensa de elaborar sínteses. Não a síntese positivista, mas

> "*a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa — que a visão de conjunto proporciona — que é chamada de* ***totalidade***." (Konder, 1987, p. 37)

Portanto, totalidade não é a simples soma das partes que a constituem, pois as partes possuem, no conjunto, características que não possuiriam se estivessem fora do conjunto, razão pela qual, ao falarmos de uma parte, não podemos desvinculá-la do todo que a caracteriza. A abrangência de uma totalidade depende dos objetivos concretos em cada situação, havendo para cada questão um nível diferente de totalização, que deve estar sempre aberta à emergência do novo[350]. A cristalização das sínteses, a recusa em revê-las em novas situações, é a negação da dialética, pois um elemento essencial do método dialético é "*a categoria do movimento perpétuo, da transformação permanente de todas as coisas*." (Löwy, 1989, p. 14)

Uma das chamadas leis da dialética é a da transformação da quantidade em qualidade, pela qual se admite que alterações setoriais e quantitativas vão

[350] Por isso é que se pode afirmar que o método marxiano continua válido mas muitas das explicações de Marx, para o capitalismo de seu tempo, não são necessariamente válidas para o capitalismo atual.

ocorrendo e acabam por provocar, em determinado momento, u'a mudança qualitativa na totalidade, que passa a ser outra. A mudança do todo é mais complicada do que a dos elementos que o integram, e se realiza após alterações nas partes que o compõem. Modificações nas partes — e nelas já temos que visualizar a nova totalidade — afetam o todo mas este só terá uma transformação quando as partes essenciais forem modificadas.

Mas, como saber, em uma análise geográfica dialética, se estamos trabalhando com a totalidade adequada? Não há resposta no plano teórico pois é muito difícil impedir erros se permanecermos somente no plano da teoria. Na dialética, a teoria não pode se constituir de modo isolado da prática porque é esta que fornece conteúdo para o pensar. A prática, também, não pode estar desvinculada de uma teoria, razão pela qual o acerto teórico de nosso trabalho depende da prática social. Para Marx, conhecer era um processo e não um simples ato, uma intuição. Permanecer na impressão genérica é ficar na aparência e o raciocínio dialético busca a essência dos fenômenos. Exige um esforço de identificação das "*contradições concretas e das mediações específicas que constituem o 'tecido' de cada totalidade, que dão 'vida' a cada totalidade*." (Konder, 1987, p. 46) É um pensar as contradições entre as partes e da união entre elas; o todo não pode ser pensado sem as partes e as partes não podem ser analisadas abstraídas do todo. Só assim se tem uma compreensão das conexões e conflitos internos.

Ainda que Marx reconhecesse a *"prioridade da natureza externa",* afirmou que a distinção entre a natureza que precede a história humana — "*que hoje já não existe em parte alguma,*..." — e a socialmente pensada, "*só tem sentido na medida em que o homem é considerado como distinto da natureza*." (Marx e Engels, 1984, p. 69).[351] Para ele, o homem era sujeito do movimento da história e era mais do que um *homo oeconomicus*. Se não entendermos que as formas novas que a realidade assume são derivadas da criação humana, que a dialética não assegura nenhum resultado pré-estabelecido, podemos cair em um evolucionismo e considerar a história humana como parte da evolução global da natureza, e também em um determinismo embotador do espírito crítico e da criatividade. Em *O Capital*, ele afirmou:

> *"De fato, cada modo histórico da produção social possui sua própria lei de população que se aplica somente a ele, que morre com ele e que não possui conseqüentemente senão um valor histórico. Uma lei da população abstrata e imutável existe somente para as plantas e para os animais e somente até que não sofram a influência do homem."* (apud Quaini, 1979, p. 49)

Isto também valeria para as *leis econômicas,* que não são naturais e portanto, por serem históricas, nasceram pela ação humana e podem desaparecer — também por ela —, não existindo uma fatal marcha geral de toda a humanidade. A dialética

---

[351] Existe uma *natureza humana* que se modifica materialmente não só quanto às suas formas de trabalho e organização social mas também quanto aos próprios sentidos que vão se modificando, aprendendo a ver, a escutar, entre outras, no desenrolar da história. Porque "*o sentido do objeto para mim* [...] *chega justamente até onde chega o* ***meu*** *sentido; por isso também os* ***sentidos*** *do homem social são* ***distintos*** *dos do não social.* [...] *Pois não só os cinco sentidos como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), em uma palavra, o sentido* ***humano,*** *a humanidade dos sentidos, constituem-se unicamente mediante o modo de existência do* ***seu*** *objeto, mediante a natureza* ***humanizada****. A* ***formação*** *dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal até nossos dias*." (Marx, 1974, p. 18) Isso nos leva a inferir que o *homem natural* — que, aliás, não era *homem* — era diferente qualitativamente do homem criador, social, e não pode ser visto do mesmo modo. Ou seja, a *natureza humana* só existe na história e as criações humanas, para serem adequadamente compreendidas, precisam ser analisadas dentro das condições específicas de suas elaborações. A dimensão histórica das mesmas não as impede de perdurar, incorporadas ao processo da história, permanecendo *vivas,* embora analisadas de modo diferente. O próprio desenvolvimento do conhecimento necessita das criações passadas.

é uma forma *"de afirmação da historicidade de todas as instituições, estruturas, leis e formas de vida social."* (Löwy, 1989, p. 15) Para a Geografia, sempre às voltas com a dualidade (Física e Humana), essa discussão é fundamental.

A extensão da mesma dialética à natureza[352] e o uso da natureza para provar que a dialética é universalmente aplicável, tiram o seu caráter de finita e a possibilidade de ser alterada em outra fase. Isto implica que "*o marxismo, ele mesmo, seja um produto histórico, que suas descobertas científicas e teóricas não sejam leis absolutas, não sejam verdades absolutas e eternas*." (Löwy, 1989, p. 28) Se aceitássemos que havia uma mesma dialética no domínio natural, a dialética deveria ser vista como anterior ao homem, à razão.

Além disto, o fato de o homem também compor a natureza não o iguala aos outros animais. Um animal que pensa, transforma o meio em que vive e, principalmente, constrói a sua geografia e a sua história, não se situa no mesmo patamar que os outros integrantes da natureza. Pois a *"consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real."* (Marx e Engels, 1984, p. 37) A construção do espaço geográfico é o processo histórico do distanciamento do homem em relação ao *mundo natural.* A complexidade do processo exclui tanto o determinismo fisiográfico como o determinismo econômico. A natureza que precedeu ao ser humano não mais existe pois o homem, fruto dessa natureza, tem nela interferido, direta ou indiretamente. Entretanto, o que ocorre ao homem repercute na natureza e o que o homem faz na natureza repercute também no próprio homem. A natureza, que interessa à análise geográfica, é a vinculada à *práxis* humana e essa natureza, impregnada de marcas antrópicas – portanto, não mais *natural* –, nos ajuda a entender as sociedades humanas.[353]

Tudo isto não pode ser entendido como se a inclusão da *natureza* na análise geográfica não devesse ocorrer. Não só deve como é essencial pois o que também caracteriza o espaço geográfico é a natureza, já *não-natural*, já transformada pelas relações de produção.[354] A história da produção material é a história da estruturação do espaço geográfico. Estudar as transformações do espaço no tempo é também analisar a transformação do tempo histórico em espaço, o que não é, necessariamente, um estudo de História mas da história geradora do espaço atual. Esta análise não é o objetivo principal da Geografia mas um importante recurso para entender e propor intervenções no espaço. Não é a História explicando a Geografia mas a Geografia pensada historicamente.

É fundamental o estudo do modo como o trabalho, individual ou coletivo, é apropriado pois isto caracterizaria o modo de produção. Este trabalho depende das

---

[352] Friedrich Engels (1820-1895) é autor de um livro chamado *Dialética na Natureza*; muitas vezes, suas posições se aproximavam de um determinismo fisiográfico, sobretudo climático. Sobre isto, ver: Quaini, 1979, p. 56.

[353] Se o espaço geográfico possui a história dos homens agindo sobre a natureza, congelá-lo no tempo é não entendê-lo pois retiraria seu aspecto dinâmico. Também pouco se entenderá da natureza, antropicamente marcada pela história das sociedades. Em uma visão dialética, tempo e espaço se transformam em coordenadas geográficas, ainda que a área ocupada por determinado espaço geográfico possa ser localizada e delimitada através de coordenadas cartesianas (latitude e longitude), mas não será entendida pelo local latitudinal e longitudinal onde se encontra e, sim, pelo *local* que se situa nas relações internas e externas dos países.

[354] Marx valorizava a inclusão dos aspectos fisiográficos, deixando claro que o ponto de partida são os pressupostos reais, sendo estes *"os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação*. [...] *O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal* [dos] *indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. Não podemos, evidentemente, fazer aqui um estudo* [...] *das condições naturais já encontradas pelos homens— geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras. Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens.* [...] *O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir."* (Marx e Engels, 1984, p. 26-27)

forças produtivas que são aquelas que possibilitam retirar da natureza a subsistência dos homens. Daí que é a análise conjunta — do homem e da natureza — que permite explicar o desenvolvimento da sociedade. Em qualquer sociedade, o estudo do modo social de produção e das relações humanas no processo produtivo (as relações de produção) é que possibilita o entendimento da produção do espaço. O espaço deixa de ser tomado como *palco* da atividade humana e passa a ser considerado como um "*produto de um processo de relações reais que a sociedade estabelece com a natureza* [...]. *Nesse sentido, o espaço é humano não porque o homem o habita mas porque o produz.*" (Carlos, 1992, p. 134) Se a estruturação do espaço geográfico resulta da articulação dos modos de produção, espaço geográfico é sinônimo de espaço social. O estudo do espaço geográfico, assim compreendido, nos mostra como é a sociedade, que deve estar refletida no espaço, o local de produção e reprodução da sociedade.

Infelizmente, Josué de Castro pouco conhecia da visão marxiana mas, em diversos aspectos, teve posições que o aproximavam da mesma. Ao abandonar, aparentemente, a Geografia, o fez em razão da inadequação da postura *oficial* em relação aos problemas que estudava. O problema fundamental era metodológico. As análises, feitas anteriormente, permitem discutir, inclusive para demonstrar a atualidade do tema, o papel da ciência e da tecnologia hoje, trinta anos após a publicação de seu último artigo: *Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição* (1973). A aura de neutralidade ou de trabalho em prol da humanidade que é conferida à ciência precisa ser constantemente desmistificada. Em uma sociedade altamente tecnológica como a atual, é preciso impor vigilâncias e freios à atividade científica. Novas tecnologias têm nos causado surpresas, melhoria de vida, temores e possibilidade de extermínio da espécie. Saindo do laboratório, a pesquisa é aplicada por governos, empresas ou indivíduos, e o seu uso pode ficar fora do controle. A Guerra Fria ampliou a possibilidade de uma hecatombe nuclear e os físicos que participaram do Projeto Manhattan[355] não podiam simplesmente dar uma de Pilatos ou dizer que não fizeram a bomba atômica para destruir vidas humanas. A Guerra Fria, que teve nos cientistas inventando novas armas uma das razões de sua existência, acabou, mas a possibilidade do uso de artefatos nucleares não diminuiu; ao contrário, a ameaça é maior pela ampliação do numero de Estados que os possuem e pela possibilidade de serem apropriados por grupos que colocam suas causas acima do valor de vidas inocentes ou classificam seus desmandos mortais como *efeitos colaterais necessários*.

A biotecnologia pode permitir armas biológicas de elevada letalidade a um custo cada vez menor, feitas em laboratórios precários e ao alcance de indivíduos[356]. A nanotecnologia[357] – a construção de equipamentos minúsculos e eficientes – pode oferecer riscos ainda pouco estudados, como controle da vida humana e ataques difíceis de serem vistos ou prevenidos. A engenharia genética tem provocado discussões importantes, tanto por permitir uma melhora de vida quanto pela possibilidade de impedir a vida dos geneticamente *defeituosos*, de permitir clonagem de seres humanos e de fomentar atitudes racistas. Não há como desvincular a ciência da ética. O ambiente *natural*[358] tem dado avisos sobre os riscos da revolução

[355] Projeto estadunidense de fabricação de bombas atômicas. Iniciado em 1942, permitiu a explosão experimental em Alamogordo, no estado do Novo México (EUA), em 16/07/1945.

[356] Os ataques de antraz em 2.002, nos EUA, foram um prenúncio significativo de que, cada vez mais, o poder de destruição massiva escapa do controle dos Estados, até há pouco únicos detentores deste poder. Modificar um vírus e causar uma epidemia está cada vez mais ao alcance de indivíduos.

[357] Do grego *nannos, é, on*, que significa: anão, muito pequeno.

[358] A chamada *natureza* também nos ameaça com, por exemplo, tempestades, vulcões e terremotos; mas são ameaças mais restritas, espacialmente falando. As conseqüências das atitudes de poucos homens – aquecimento global, perda da biodiversidade, artefatos bélicos nucleares ou biológicos – podem ameaçar toda a humanidade.

científico-tecnológica sem controle. Evitar uma catástrofe não significa, necessariamente, eliminar os riscos de sua ocorrência. Alardear pode ser uma arma eficiente de conscientização.

A mesma ciência básica que permite o combate a epidemias dá o material para armas biológicas. Além disso, as ciências estão interconectadas e não se pode prever, com segurança, a aplicação de todas as suas descobertas. Assim sendo, certos tipos de pesquisas científicas e de uso de seus frutos precisam ser controlados por razões éticas, um aspecto freqüentemente levantado por Josué de Castro. Os benefícios e os riscos precisam ser informados e a maioria da população, por ser o *sujeito passivo* deste processo, possui o direito de decidir sobre o uso ou não, sobre se devem ser aplicados ou não. Para isto, as sociedades precisam mudar, radicalizando a atuação democrática; quanto maior for o número de pessoas conscientes dos problemas – e não somente cientes –, maiores serão as pressões para resolvê-los ou atenuá-los.

O perigo é grande pela monopolização da invenção tecnológica pelas grandes corporações e pelos grandes Estados nacionais; estes, muitas vezes, a serviço dos primeiros. A elaboração de teorias e a construção de protótipos de objetos técnicos podem ocorrer em várias áreas do planeta, mas sua produção, em maior escala, depende da capacidade de produção instalada, o que faz com que a simples posse da melhor tecnologia não seja, por si só, o fator principal, pois converter a idéia em produto depende da maquinaria instalada ou da capacidade de renovar as plantas industriais.

É cada vez mais difícil aquela possibilidade de um trabalho científico ter um alcance mundial e solidário; o entrelaçamento não é somente entre ciência e tecnologia mas destas com o capital. A associação do Estado com as grandes instituições de tecnociência constituem a grande fonte de poder. Cada vez mais o conhecimento científico é dirigido pelos detentores de capital, que direcionam as pesquisas para os fins das grandes corporações. Isto significa que os rumos da pesquisa escapam cada vez mais do controle da comunidade científica. Este domínio do capital ajuda a explicar porque o conhecimento de doenças comuns em áreas tropicais e pobres – um fraco mercado consumidor de remédios – não avança no mesmo ritmo das doenças predominantes nas áreas mais ricas do globo.

Por estas razões, as ciências sociais – e nesta categoria inserimos a Geografia – não podem se alicerçar nos mesmos princípios das ciências voltadas para a *natureza*. Nas sociais, o método deve ser outro porque, nelas, o consenso é quase impossível pois depende da personalidade do pesquisador, de sua formação teórica e metodológica, de sua visão de mundo. A busca de um conceito único de ciência para as sociedades, com base na contradição, pode impedir o próprio desenvolvimento científico.

A ciência deve ser feita na ótica do futuro, na busca de um mundo melhor, pois *"o presente despojado da tendência é já o passado"* (Santos, 1989, p. 11). Mas, não se pode confundir ciência social com futurologia pois esta, quando realizada em bases ditas *científicas* pode, na realidade, estar buscando estender o presente. Como diz Santos, "*o que deve nos preocupar é o futuro como alternativa e este supõe a construção de uma utopia, isto é, admitir o que jamais existiu e a busca de sua viabilização,* ..." (Ibidem). Não é prever o que necessariamente vai ocorrer, com base em leis tiradas do presente, como se este fosse permanente. Na procura de uma sociedade melhor, cabe à ciência social mostrar o que deve ser modificado, o que se deseja construir e quais *leis* do presente devem ser alteradas para que o futuro almejado possa acontecer. Como afirmou Morin:

> "*A ciência é, e continua a ser, uma aventura. A verdade da ciência não está unicamente na capitalização das verdades adquiridas, na verificação das teorias conhecidas. Está no caráter aberto da aventura que permite, melhor dizendo,*

*que hoje exige a contestação das suas próprias estruturas de pensamento.*" (apud Silva, 1998, p. V)

Foi como Josué de Castro fazia ao aceitar que o conceito de ciência não era absoluto e que as verdades científicas eram incertas e indeterminadas.

Ele também não procurou estabelecer paradigmas para a Geografia; partiu de um, que acreditava moderno, e com ele fez sua análise da alimentação. Se era o realizado pela maioria dos que o advogavam, é outra questão. A partir de certo momento, abandonou-o para, sem dizer ou saber, estar fazendo uma outra geografia, pois o entrave da visão anterior não o permitia continuar. Seus últimos escritos ainda possuíam, como suporte, as afirmações anteriores; como o mundo era outro, adaptou-o à nova situação mas com o mesmo objetivo, uma vez que a fome continuava e grande parte de sua proposta ainda não fora colocada em prática. As exigências de sua luta o fizeram ser mais vasto, indo por campos tanto geográficos – embora não aceitos como tais – quanto por não geográficos. Sua visão de ciência era mais moderna do que a Geografia dominante no Brasil de sua época.

## 5.2. As condições de vida das classes operárias de Recife (PE)

> "*L'inégalité devant la mort, c'est doc d'abord l'inégalité devant la maladie et puis l'inégalité devant la faim et la malnutricion.*" (André Mayer)

Em 1932, Josué de Castro realizou um inquérito – segundo ele, o primeiro no Brasil – sobre as condições de vida da população pobre de Recife (PE). Com atualizações, o estudo foi incluído em seu livro *Alimentação e Raça*, publicado em 1935, com o título de **As condições de vida das classes operárias no Nordeste**[359], um nome inadequado para uma pesquisa realizada somente na capital pernambucana. A razão de se comentar este trabalho neste capítulo, deriva do fato de o mesmo poder ser – resguardando as condições e o estágio das ciências populacionais da época – considerado um pioneiro levantamento de demografia no país. Nele já afirmava que caracteres considerados deficientes ou reveladores de inferioridade de alguns povos eram, na verdade, "*apenas conseqüências de más condições higiênicas e principalmente de uma alimentação má.*" (Castro, 1957**a**, p. 75) Se os mestiços brasileiros apresentavam baixa vitalidade ou aspectos de anêmico, isto não era por razão racial e sim por causa do estômago vazio. "*Não é mal de raça, é mal de fome.*" Se pouco produzia era porque lhe faltava combustível adequado e suficiente.

O intuito foi o de averiguar a alimentação do assalariado urbano de Recife e revelar aos dirigentes do país como vivia a nossa população[360]. A distribuição das populações em classes sociais e em profissões, feita "*à luz da demografia*", era um importante instrumento de avaliação da capacidade econômica de um povo, instrumento que se tornava mais rico e útil se acrescido de dados relativos à alimentação, tanto de seu consumo *per capita* quanto de seu custo e de sua composição calórica e protéica. Estes aspectos tornavam interessante este inquérito,

---

[359] Integrou, tal como neste livro, *Documentário do Nordeste*, edição de 1957 (Castro, 1957**a**, p. 75-91), versão que utilizamos.

[360] Como ele disse, não como vivia mas como morria de fome, pois as conclusões a que chegara tornava correta a "*frase de Juan B. Justo de que – 'atualmente já não se pode assassinar o proletário mas se pode legalmente fazê-lo morrer de fome'*." (Castro, 1957**a**, p. 77)

apesar de algumas precariedades. Já utilizava, na determinação do *standard* de vida da população pesquisada, os conceitos de salários reais e nominais. Para implementá-lo, foi elaborado um questionário, que seria preenchido por visitadoras de vários centros de saúde, contendo nome, profissão, residência, estado civil, número de dependentes, salário diário e média mensal do mesmo, e se possuía outras rendas. Na seqüência, um item intitulado *despesas obrigatórias*, com quinze produtos de alimentação para preenchimento da quantidade consumida, aos quais seriam acrescidos os preços, com base nos fornecidos pela Diretoria Geral de Estatística, do estado. Continuava com um item sobre *Habitação* (que incluía, separadamente, aluguel, luz, carvão e água), a despesa semestral de *Vestuário* e *outras despesas* (em aberto, somente para o valor).

Na época, era pequeno o número de contribuições externas no campo da geografia populacional, sendo a maioria amadoras, sem continuidade; a literatura americana deste setor estava "*diluída e dispersa, com mais falhas na qualidade do que simplesmente na quantidade.*" (Trewartha, 1953, p. 74)[361] Três revistas padrões européias foram pesquisadas e revelaram um escasso tratamento de tópicos populacionais. Além disto, em estudos holísticos de geógrafos americanos, o elemento populacional foi deixado de lado, sendo as pessoas omitidas diretamente nas análises regionais, ficando os outros obrigados a deduzir a sua presença dentro destas regiões. A ênfase era dada às criações humanas, e o originador e criador de toda a cena cultural deixado de lado.

Nos EUA, das teses de doutorado em Geografia, até junho de 1946, somente 3% tinham a população como um dos objetos de estudo, mas poucos autores continuaram publicando sobre o tema. Poucas destas foram levadas à escola, por falta de "*equipes geográficas com profissionalismo sério interessado em população.*" (Trewartha, 1953, p. 78) Um inventário do programa de curso em mais de vinte dos maiores e mais distintos departamentos de Geografia das universidades dos EUA demonstrou que, em nenhum deles, havia um curso separado tratando desta questão. Também, alguns geógrafos europeus testemunharam que a geografia da população não era um ramo especializado em seus países e que cursos deste campo não eram oferecidos. Concluiu, Trewartha, que era um ramo sistemático que não recebia a atenção merecida, que as pesquisas neste campo eram relativamente poucas e que, nos estudos regionais gerais, era tratada com indiferença. Isto em 1946; pode-se imaginar a situação em 1932. Desta forma, o perfil era o de que, quase sem exceção, o caminho da Geografia a ignorava.

A pesquisa, coordenada por Josué de Castro, foi aplicada em três bairros operários da capital pernambucana: Torre (zona A), Encruzilhada (zona B) e Santo Amaro (zona C), totalizando 850 famílias e 2.585 pessoas. A escolha destes bairros deveu-se ao fato de serem "*três grandes zonas proletárias*". As famílias possuíam, em média, 5,16 pessoas e despendiam, nos itens colocados anteriormente, uma quantia um pouco superior a que recebiam, caracterizando-se por estarem "*sempre devendo*" e impedidas de adquirir algo além das necessidades básicas. A alimentação abrangia 71,6% das despesas totais sendo, proporcionalmente, mais altas nos menores salários[362].

[361] Todas as citações deste autor foram traduzidas da língua inglesa.

[362] Escreveu que, nos EUA, "*o operário de salário-mínimo*" despendia 55% dele em sua alimentação e em Buenos Aires (Argentina), 52,7% (Castro, 1957**a**, p. 82). Segundo Beaujeu-Garnier, em livro publicado pela primeira vez em 1964, o custo da alimentação representava 30% do orçamento de uma família nos EUA, 40 % na Europa e 80% na Índia (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 402).

Tabela 36. Condições de Vida da População Operária do Recife

| Zonas | Nº de famílias | Nº de pessoas | Nº de pessoas por família | Salários por dia | Despesas por dia | Balanço diário | Porcentagem de despesas: (1)Alimentação (2)Habitação (3)Água e luz (4)Várias | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | (1) | (2) | (3) | (4) |
| A | 200 | 1040 | 5,2 | 3$700 | 3$830 | - $130 | 72% | 12% | 9% | 7% |
| B | 150 | 690 | 4,6 | 4$100 | 4$200 | - $100 | 69% | 11% | 9% | 11% |
| C | 500 | 855 | 5,7 | 3$300 | 3$570 | - $270 | 74% | 6% | 10% | 10% |
| Médias | – | – | – | 3$700 | 3$866 | - $166 | 71,6% | 9,6% | 9,3% | 9,3% |

Fonte: Castro, 1957**a**, p. 81
Conforme o original (com pequenas alterações)

Listou os produtos que eram consumidos por todas as famílias, o baixo consumo de leite e a rara utilização de frutas e legumes[363]. Concluiu que "*80% da nossa população operária não consome nem leite nem frutas, nem verduras e os 20% restantes consomem estas substâncias em quantidades irrisórias.*" (Castro, 1957**a**, p. 84) Após determinar o regime alimentar habitual, procurou apurar o valor nutritivo do mesmo, calculando a sua composição qualitativa e o seu valor energético, sendo este de, aproximadamente, 1.650 calorias por indivíduo, e o trabalhador necessitava, segundo ele, de 3.000 a 4.000 calorias diárias.

Em estudos realizados posteriormente, estabeleceu o número que considerava adequado para as necessidades do brasileiro, fixando-o em 2.800 calorias/dia. Com base nestes dois estudos, estabelecemos um quadro comparativo entre a ração média alimentar que encontrou na população por ele recenseada e a que estabeleceu como padrão básico para o brasileiro.

Tabela 37. Ração Média Alimentar: habitual em 1932 e padrão estabelecido em 1937

| | **Alimentação habitual** (1) | **Padrão estabelecido** (2) |
|---|---|---|
| Calorias totais | 1.646 | 2.800 |
| Albuminas | 62 gr | 100 gr |
| Hidratos de carbono | 310 gr | 500 gr |
| Gorduras | 13 gr | 36 gr |
| Cálcio | – | 1 gr |
| Fósforo | – | 1 gr |
| Ferro | – | 0,015 gr |

Fonte: (1) Castro, 1957**a**, p. 86; (2) Castro, 1937, p. 144.
Organizado pelo autor

Verificou-se, pelos dados da tabela, que a quantidade habitual, quando a comparamos com dados de pesquisas anteriores do mesmo autor (Castro, [1933], p. 66-67), era suficiente apenas para cobrir os gastos do metabolismo mínimo individual, não sobrando margem para dispêndios energéticos com o trabalho. A alimentação do recifense das áreas pesquisadas era, portanto, insuficiente do ponto de vista energético, incompleta quanto a elementos indispensáveis ao organismo, e desarmônica pela inexistência de equilíbrio alimentar.

Colocando a desnutrição existente como algo mais terrível do que um surto epidêmico ou o *flagelo periódico das secas* demonstrou, através de um quadro comparativo composto de sete cidades – mais da metade, estrangeiras –, os reflexos dela sobre a mortalidade total. Era a mais elevada, apesar de – dentro dos moldes

[363] Todas as famílias consumiam feijão, farinha, charque, café e açúcar; 81% consumiam pão. O leite entrava no regime alimentar de 19%, e em quantidades mínimas (26 gr/dia, em média, para cada filho menor das famílias que compravam leite). Frutas e legumes eram utilizados por 15 a 18% das famílias (Castro, 1957**a**, p. 83-84).

clássicos – possuir instalações higiênicas adequadas[364]. Consultando as principais *causae mortis*, verificou que 18% dos falecimentos eram produzidos pela tuberculose, uma doença que a subnutrição predispunha a sua manifestação. "*A tuberculose é uma das maneiras disfarçadas de se morrer de fome; fica-se tuberculoso procurando fugir à fome, alimentando-se de si mesmo.*" (Castro, 1957**a**, p. 89) Comparou também dados da mortalidade infantil[365] e, apurando os coeficientes de mortalidade segundo as faixas etárias, verificou que 58% dos óbitos ocorriam antes dos trinta anos[366]. Apesar das altas taxas de natalidade, sua participação na população brasileira reduzira cerca de 5% nos últimos vinte anos, tendo como causas o *centrifuguismo* – migração para o Sul – e a mortalidade elevada; daí a necessidade de um plano de combate à má alimentação, plano que não propôs neste texto.

No entanto, foi um trabalho à luz da demografia, no qual, a partir de um levantamento da renda e dos gastos, estabeleceu o padrão alimentar, demonstrou sua insuficiência quantitativa e qualitativa, fez relações com as taxas de mortalidade geral e infantil, clarificando a situação e dando o arcabouço para o poder público tomar as medidas necessárias, se as quisesse. A avaliação desta pesquisa deve levar em conta a existência e a qualidade de recenseamentos na época. Muitos dados, que deveriam estar nos censos, precisavam ser buscados, de outra forma, pelo autor.

Trewartha (1953) considerava insatisfatório o uso da densidade relativa, assim como a densidade fisiológica (população/área arável) ou a densidade agrícola (população/área cultivada), apesar de melhores. Propôs uma densidade econômica geral, com o numerador envolvendo o número de pessoas, suas qualidades econômicas e seu estágio de avanço tecnológico, e o denominador a área cultivada, a soma total dos recursos naturais e a capacidade "*de um meio ambiente natural dar apoio à vida humana em um particular estágio de seu desenvolvimento.*" (Trewartha, 1953, p. 95) A dificuldade de se estabelecer este índice provava que Josué de Castro estava mais correto ao simplesmente não dar muita atenção a ele ou a usá-lo somente para provar que a questão não era esta, para países como o Brasil.

Mais importante que todas as características físicas, era o *status* de bem estar físico de um povo, de sua saúde. O geógrafo estadunidense lembrava que a ciência médica, na época, dava pouca atenção às pessoas saudáveis e muito mais aos aspectos negativos.

> "*Populações inteiras de parte dos trópicos úmidos são infestadas com malária, solitária, desinteria e outras doenças debilitantes que fazem as pessoas incapazes de desempenhar vigorosos esforços físicos e mentais e também afeta a capacidade de trabalho. Grande parte da população mundial vive em níveis abaixo do padrão por causa que suas dietas não suprem a necessidade para a boa saúde.*" (Trewartha, 1953, p. 97)

Foi este problema, pouco estudado pelos geógrafos, o que mais chamou a atenção de Josué de Castro. Se ele deu pouca atenção a alguns aspectos – como crenças religiosas e o papel da divisão sexual –, à maioria deles deu a atenção merecida.

---

[364] Essa visão da adequação das instalações higiênicas pode ser verificada em sua análise sobre os mocambos (Castro, 1957**a**, p. 69-74), que comentamos no terceiro capítulo.

[365] Os dados eram de 1932; a mortalidade geral era 27,9‰ e a infantil de 259,9 ‰.

[366] O que dava mais veracidade aos versos de Morte e Vida Severina: "... / *mesma morte severina:/ que é a morte de que se morre/ de velhice antes do trinta,/ de emboscada antes dos vinte,/ de fome um pouco por dia/ (de fraqueza e de doença/ é que a morte severina/ ataca em qualquer idade,/ e até gente não nascida)*./ ..." (Melo Neto, 1981, p. 71).

## 5.3. Aspectos demográficos em sua obra

> "*As fronteiras entre as disciplinas acadêmicas são conveniências administrativas e não barricadas.*" (Welbur Zelinsky)

Onde estão, quantas são, como se distribuem pelo território, como se caracterizam culturalmente e como vivem as pessoas, são perguntas tradicionais de qualquer estudo geográfico das populações, cujas respostas são importantes, desde que vinculadas ao objetivo de colaborar para a resolução dos problemas sociais mais críticos. Nesta colaboração se engajam – ou deveriam – todas as ciências sociais. Estabelecer o que as distinguem é, muitas vezes, uma tarefa difícil. Se a intenção é a de classificar o trabalho de um autor como desta ou daquela ciência, aqui preferiu-se, em primeiro lugar, procurar definições do período vivido pelo pesquisador analisado para verificar se, no conceito da época, poderia ser rotulado de demógrafo ou geógrafo ou estudioso da população, pois as concepções de ciência são históricas. Depois, com os olhos de hoje, reafirmar ou não as visões pretéritas. Na década de 1950, por exemplo, pouco se falava em Geografia da População como disciplina ou da Demografia como um campo específico do conhecimento no interior das ciências sociais.

O grande impulso para o desenvolvimento da teoria e da análise demográficas foi dado por pesquisadores de outras áreas (Sociologia, História, Antropologia, Estatística, Medicina, Economia, Ecologia e outras), pioneiros que, posteriormente, foram rotulados de *demógrafos*. Ela permaneceu utilizando, como fonte de seus conhecimentos, a maioria das ciências sociais e biológicas e acabou, com seus trabalhos, por enriquecê-las. O mesmo se pode dizer de certos estudos no interior da Geografia; fome e análises demográficas adequadamente embasadas não constituíam o temário comum dela no Brasil, o que atualmente acontece. A ideologia e a finalidade predominantes impediam a inclusão. A estrutura tradicional era um fator dificultador disto. Dividida em duas partes fundamentais, que atuavam de modo isolado, padecia de uma indefinição de seu campo e de sua função, em razão da ausência de debates e de um estatuto epistemológico consistente. A *Física* considerava as características da *crosta terrestre* e, normalmente, ignorava a presença humana; a *Humana*, geralmente, tratava mais das obras do homem do que dele. Dando preferência às *coisas*, pouco destacava o papel do elemento fundamental, do utilizador destas *coisas* e agente dos fatos, do ser cujas relações sociais e idéias davam identidade àquelas paisagens.

Esta situação provocou o aparecimento da sugestão de outra divisão, uma terceira: *Geografia da população*, como também o crescimento das geografias adjetivadas. Ora, isto seria a manutenção do problema tradicional da indefinição do estatuto, do método e da atuação. Uma coisa é ter uma disciplina acadêmica com este nome, outra é transformá-la em um ramo autônomo. Se é autônomo, governa a si próprio, rege-se por leis particulares e é independente dos outros. Diferente é enfocar determinado aspecto dentro da mesma ciência, com os métodos e os objetivos da mesma. O que deve ser feito é um estudo geográfico da população. A pergunta: *Você faz geografia física ou geografia humana?*, permanece e prova a não resolução do problema. *Que Geografia você faz ou gosta mais?*, deveria ser uma questão sem sentido, se ela fosse uma ciência unitária. Neste caso caberia, sim, a indagação sobre qual o prisma ideológico da atuação.

Na segunda metade do século XIX e no início do seguinte, o grande progresso tecnológico, a crescente produtividade nos diversos setores da economia e o aumento do nível de vida nos países desenvolvidos, não somente geraram um certo otimismo

como fizeram com que, os economistas e o grande público, passassem a se preocupar menos com o problema populacional. Apesar disto, foi "*neste período que a Demografia adquiriu vida própria, como ciência humana e social, deixando de constituir uma preocupação quase exclusiva dos economistas.*" (Szmrecsáyi, 1980, p. 270) Recenseamentos foram ficando mais freqüentes, surgiram – graças ao maior uso de instrumentos da Matemática e da Estatística – novos métodos e técnicas de análise dos fenômenos demográficos, e especialistas de outras áreas começaram a participar mais nas análises e discussões teóricas a respeito das mudanças que estavam ocorrendo. A própria demografia avançou no sentido de, também, rotular-se de Estudos Populacionais, com abrangências, objetivos e características aplicados à solução de problemas humanos.

Após 1930, com a Grande Depressão e a crescente participação dos países subdesenvolvidos no mercado mundial, economistas voltaram a se interessar pelo assunto, mas com um enfoque diferenciado para os países ricos e para os pobres. Mas, somente para estes últimos, foi que ressuscitaram o espectro malthusiano. Por esta razão, mais tarde um pouco, em revistas geográficas em temas dedicados à demografia, "*os autores analisaram apenas um aspecto demográfico, principalmente a variável do crescimento populacional, associando-a à ocupação espacial.*" (Guidugli e Medinilha, 1999, p. 36)

A preocupação em identificar a Demografia como uma disciplina científica nos EUA e na Europa, foi mais intensa na década de 1950, quando se vislumbrava, com maior clareza, a questão da explosão demográfica. Nesta década, houve um amplo crescimento da dimensão demográfica, com o aparecimento da questão da *explosão demográfica* e a crescente demanda por alimentos. O aumento da preocupação com as relações entre população e sociedade ocorreu, de modo coetâneo, com "*o maior florescimento do enfoque neomalthusiano referente às relações entre população e desenvolvimento econômico, estabelecendo-se uma estreita vinculação entre produção científica e políticas controlistas.*" (Patarra, 1980, p. 9) Ou seja, procurava-se uma legitimação científica para executar programas de controle populacional e capacitar especialistas em países subdesenvolvidos; para isto, procurou-se também dar um caráter *neutro e objetivo* a esta disciplina, para conectá-la a processos de intervenção e controle.

O aspecto quantitativo foi realçado, desconsiderando-se as especificidades históricas e culturais das populações analisadas. Entretanto, em relação ao meio físico, pouca coisa foi feita. Conforme pesquisa realizada,

> "*a maioria dos países, até meados da década de 70, ainda não se preocupavam com os agravantes sobre o meio desencadeados pela ação antrópica. Até então a maioria dos países, principalmente os subdesenvolvidos, defendiam o crescimento econômico como prioridade.*" (Guidugli e Medinilha, 1999, p. 30)

Isto significava que, praticamente, nenhuma atenção era dada ao aspecto natural e que a principal preocupação seria mesmo a do crescimento econômico.

No Brasil, até a criação do IBGE, não se contava com dados confiáveis de registro civil – que até o final do século XX ainda apresentavam problemas –, nem de levantamento por amostragem, e os censos, até a primeira metade do século passado, não incluíam quesitos necessários para uma eficiente análise demográfica. Faltava, ainda, um conceito claro, um *status* científico à Demografia, o que dificultava caracterizar algum estudioso como demógrafo naquele período. Até os anos sessenta do século passado, o Brasil era, por demais, carente em matéria de ensino (inexistiam cursos universitários regulares e sistemáticos, tanto em nível de graduação quanto de especialização, específicos; havia a disciplina em cursos de ciências humanas) e pesquisa em Demografia.

O auge da discussão sobre as relações de mútua dependência entre população e crescimento econômico ocorreu nas décadas de 50 e 60 do século XX, no auge da

teoria neomalthusiana. Entretanto, crescimento econômico, por si só, não solucionava a questão pois, em um sistema capitalista liberal, o capital destinado aos salários e a criação de novos empregos caminhava mais lentamente, ou seja, não acompanhava o processo geral de acumulação; garantia este processo, o *exército de reserva*. Josué de Castro sabia disto, razão pela qual propunha o aumento de proprietários no campo e o estabelecimento, via legislação, de salários-mínimos. Sem a alteração do modelo vigente, sem a ampliação do mercado interno, sem a presença atuante do Estado, o problema não seria solucionado. O crescimento econômico, industrial e agrícola necessitava ser, social e espacialmente, melhor distribuído.

Ele reconhecia que o desenvolvimento econômico era mais que o simples crescimento do produto nacional bruto ou da renda *per capita* de sua população. Não era um simples processo quantitativo e mecânico e sim um processo qualitativo de mudança estrutural, cuja aferição só poderia ser feita a médio ou a longo prazo. Ajudou a demonstrar que a aceitação ou não do neomalthusianismo não tinha apenas um caráter científico, pois em suas premissas estava embutida uma clara opção política e ideológica, um escamoteamento dos reais fatores sócio-econômicos (como imperialismo, concentração de renda e de terra, regimes políticos autoritários a serviço de grupos, entre outros) que dificultavam a melhoria das sociedades dos países do Terceiro Mundo. A origem dos problemas destes países não derivava da população mas a ocorrência dos mesmos interferia em sua dinâmica.

A proposta de Castro sobre o controle demográfico estava parcialmente em desacordo com a teoria predominante, a da Transição Demográfica. De acordo com esta, os estágios no desenvolvimento corresponderiam a distintos comportamentos da natalidade e da mortalidade. Na etapa pré-industrial, haveria um lento crescimento em razão das altas taxas de natalidade e de mortalidade. Com a industrialização, iniciava uma nova fase, com a queda maior da mortalidade, gerando um elevado crescimento populacional, denominado de *crescimento transicional*. Em uma terceira etapa, os índices ficariam próximos e baixos, generalizando o controle demográfico e consolidando a sociedade industrial. Neste processo, houve a precedência de fatores sócio-econômicos como causas das alterações ocorridas.

No entanto, isto ocorreu, basicamente, em grande parte do continente europeu e foi colocado como uma teoria explicativa da dinâmica demográfica. Possuía um alto grau de generalidade, ficando de fora dela, por exemplo, situações como o *baby-boom* nos EUA após a Grande Depressão e, notadamente, o declínio pré-industrial da natalidade, como ocorreu em algumas áreas européias e chinesas. A própria situação atual do Brasil não se encaixa nela. Há uma relação entre o processo de industrialização e o comportamento das taxas vitais, mas isto não significa que esta relação seja direta e que a ocorrência destas quedas ocorra somente onde existir a industrialização. A utilização dos benefícios desta por parte de outros países, a presença de políticas estatais autoritárias de controle, as mudanças nas funções da família, a participação feminina no mercado de trabalho, entre outros fatores, provocaram alterações significativas. Por estas razões, discorda-se da aplicabilidade deste modelo "*a toda e qualquer sociedade, conduzindo a interpretações incapazes de encobrir o etnocentrismo que lhes dá origem.*" (Oliveira e Szmrecsányi, 1980, p. 197)

Josué de Castro não fez análises sobre a família mas sabia que a importação de medidas técnico-sanitárias e as mudanças na alimentação resultariam em uma queda da mortalidade infantil, sem as mudanças econômicas preconizadas por esta teoria. Diversos países, ainda *agrícolas* ou *semi-industriais*, estavam conseguindo isto. Como ele, entretanto, não possuía preocupações com o elevado crescimento em si e mais com as propostas neomalthusianas de atacar o problema, não enveredou muito por estes campos. Aliás, não tinha muitas preocupações com o elevado crescimento da população brasileira e sim com as precárias condições de vida dela.

Outra teoria, que se manteve até o final da década de 1960, foi a da Modernização, que procurava explicar "*o processo de desenvolvimento social e econômico pela difusão de traços materiais e imateriais de cultura a partir dos países capitalistas mais avançados.*" (Ibidem, p. 199) Definia-se como a interpretação das mudanças que aconteciam na passagem de uma sociedade *tradicional* para a *moderna*, conduzidas pelas crescentes industrialização e urbanização. Isto é, simplificava o processo histórico ao identificar como *moderna* as sociedades dos centros hegemônicos do capitalismo e, ao aceitarem os modos de pensar e agir próprios dos mesmos, as sociedades *tradicionais* estariam se transformando em *modernas*. Castro também não deu atenção a esta proposta, pois colocava a mudança na estrutura agrária e alterações com vistas a uma sociedade mais justa como pontos importantes para modificar a padrão de fome existente no mundo.

Através de uma análise feita, constatou-se que, na década de 70 a meados da seguinte, havia

> "*poucos artigos relacionando a inserção das variáveis demográficas àquelas relativas aos recursos naturais. Neste período, os autores ainda enfatizavam o crescimento populacional como principal fator dos danos ecológicos, quase em determinismo.*" (Guidugli e Medinilha, 1999, p. 35)

Entretanto, uma visão hoje aceita por muitos demógrafos já era vislumbrada por Josué de Castro: a existência de uma relação de mútua dependência entre as variáveis demográficas e as sócio-econômicas e, por esta razão, a dinâmica populacional era um processo histórico e social. Para ele, no processo de desenvolvimento econômico, a população era apenas uma das variáveis e, mesmo nela, a capacidade de produzir e de consumir dependiam da qualificação da mão-de-obra e da distribuição de renda.

Contudo, não se faz planejamento econômico adequado se não se parte dos levantamentos e análises realizados pela Demografia. As informações, quantitativas e qualitativas, que ela fornecia a respeito de número total, taxa de crescimento, composição etária, distribuição territorial, entre outras, eram fundamentais. Um projeto destinado a uma sociedade melhor deve ter a população como ponto de partida e de chegada. Ela está no diagnóstico e nos objetivos de qualquer proposta séria, voltada à melhoria de vida da maioria.

Se o demógrafo realiza um diagnóstico e explica as razões da situação, ou seja, não somente registra mas verifica as causas, Josué de Castro pode não ter sido um demógrafo típico e nem tinha como assim ser considerado, em razão de, na época, praticamente inexistir esta disciplina; entretanto, realizou estudos demográficos sobre os componentes básicos da dinâmica populacional: fecundidade, mortalidade e migrações. Não foi, todavia, um realizador de pesquisas e levantamentos de base – fez isto mais no campo da nutrição – e procurou fazer o melhor uso das informações demográficas disponíveis para o fim a que se propunha: estudar e propor soluções para a questão alimentar.

Os dados mais utilizados pelos demógrafos são, normalmente, aqueles referentes a nupcialidade, natalidade, mortalidade e migrações, dados que, pela natureza dos mesmos, não são fáceis de serem obtidos com total precisão[367]. Se fossem continuamente – e de modo acurado – registrados, não haveria a necessidade da realização de censos ou de pesquisas de campo por amostragem, exceto na busca de aspectos qualitativos ou de explicações para as quais somente estes números não seriam suficientes.

O seu trabalho sobre os operários em Recife foi o resultado de uma pesquisa de campo por amostragem. Sua amostra cumpriu o importante papel de preencher uma lacuna pela ausência de dados, quantificou um aspecto demográfico significativo, foi

[367] Níveis e razões da mortalidade, padrões de morbidez, estruturas conjugais são, em determinados momentos, muitos diferentes nas zonas rurais e urbanas, o que impede generalizações para toda a população.

um modelo passível de expansão (tanto quanto à população abarcada quanto à inclusão de outros quesitos), mas era representativo de uma área restrita, não possibilitando ainda explicações e interpretações de âmbito nacional.

A Demografia trata da natureza e do comportamento dos agrupamentos humanos,

> "*da natureza intrínseca, dos atributos universais da população, dos princípios sistemáticos que governam sua composição, suas conotações sócio-econômicas, comportamento e mudanças; a dimensão espacial é marginal a seu propósito central.*" (Zelinsky, 1969, p. 12-13)

A partir desta definição, tomada de um livro cuja primeira edição nos EUA foi em 1966, Josué de Castro não foi um demógrafo. A busca dos "*atributos universais da população*" e "*dos princípios sistemáticos que governam a sua composição*" não compôs a essência de seus trabalhos. O estudo quantitativo das populações humanas, a medição de certas grandezas concernentes ao comportamento (nupcialidade, fecundidade, natalidade, mortalidade e outras) ou as razões explicativas da maioria dos fatos demográficos, não constituíram seus objetos de análise. Entretanto, os poucos dados existentes – situação decorrente do atraso do setor no país – foram importantes para a sua atividade. Ou seja, não elaborou trabalhos essencialmente demográficos mas fez uso dos existentes.

Como descobrir leis imutáveis, universais, de um objeto – o homem como ser social – que se caracteriza por modificações atitudinais e locacionais difíceis de serem previstas? O objetivo, muitas vezes, nas ciências sociais é justamente o de compreender a realidade para que ela se modifique, o que faz com que as análises logo se transformem em históricas, em explicativas de um passado, mas não mais elucidativas do presente[368]. Se, no passado, áreas de atração de migrantes possuíam um desequilíbrio sexual favorável ao sexo masculino, hoje isto já não é uma regra válida. Antes, por exemplo, os homens nordestinos migravam, especialmente em épocas de secas, gerando as *viúvas da seca*. Segundo o IBGE, entre 1991 e 1996, dos 2,7 milhões de nordestinos que migraram, a metade não se aventurou além do limite de seus estados de origem e, nesse grupo, as mulheres eram maioria. O perfil predominante da mulher migrante: jovem, solteira e com escolaridade acima da média. Em conseqüência: havia mais mulheres nas cidades nordestinas com mais de 100 mil habitantes (em 97% delas) e mais homens nas cidades nordestinas com menos de 30 mil (em 55% delas)[369]. O que mudou?

O emprego tradicionalmente masculino nas grandes cidades (como construção civil, linha de montagem industrial, ...) ficou mais escasso. Aumentaram as ofertas de vagas para mulheres no setor de serviços (supermercados, lojas e outros). As próprias indústrias passaram a contratar mais mulheres. A mulher do campo tem escolaridade superior à do homem (que era chamado a trabalhar cedo, na roça): 55% dos rapazes da zona rural do Nordeste tinham menos de 4 anos de estudo e, entre as moças, este índice era de 42%. Isto qualificava mais a moça migrante no mercado de trabalho urbano, principalmente, no setor de serviços. Quanto menor for a cidade e mais estagnada sua economia, menos capacidade ela possuía de absorver a mão-de-obra feminina. A oferta de trabalho era mais na roça, um reduto tradicionalmente masculino.

---

[368] Por exemplo, esta afirmação de Zelinsky: "*A criação de filhos é talvez a única tarefa essencialmente feminina,* ..." (Zelinsky, 1969, p. 91). O mesmo autor propôs cinco tipos de *regiões de população/recursos*: um deles, o egípcio, "*o mais desencorajante em seu desequilíbrio no número excessivo de consumidores e escassez de recursos disponíveis, tanto físicos como sociais.* [...] *... oferece pouca esperança de qualquer melhoria qualitativa no bem estar* ..." (Ibidem, p. 165-166), teve como exemplo analisado "*desses países mal-aventurados*", a Coréia do Sul. A Amazônia, por sua vez, foi incluída no tipo *ártico-desértico*, com " *poucos recursos para a sobrevivência humana*".

[369] Dos 1502 pequenos municípios, 55% tinham mais homens.

Complicador dos estudos das questões populacionais está o fato de que o fenômeno que é causa também é efeito, no sentido de que modificando também é alterado, transformando-se em uma nova e diferente causa, que provoca efeitos diferentes no mesmo grupo humano, não sendo possível estabelecer qual será, necessariamente, o efeito esperado. O geógrafo deve enfocar os aspectos espaciais da população, tanto em locais restritos quanto em regiões ou no mundo como um todo. Zelinsky definiu Geografia da População como

> "*a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos da população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos.*" (Zelinsky, 1969, p. 17)

Importante o fato de conceber *lugar* como um território de qualquer extensão (de alguns hectares à toda a superfície da Terra) e *geográfico* como o caráter inter-relacional e não o locacional, o mero *onde* ou o aspecto fisiográfico. Mas se equivocou ao definir como ciência e não como *parte da ciência geográfica*. Para ele, a finalidade da geografia da população era

> "*compreender as características variáveis da população dos diferentes lugares, suas causas, conseqüências e, acima de tudo, suas interações com outros elementos culturais e físicos, que dão uma personalidade geográfica distinta a cada região habitada do mundo.*" (Zelinsky, 1969, p. 100)

Em sua visão, o geógrafo especialista neste aspecto, se preocupava com três níveis distintos de reflexão: "*1) a simples descrição da localização da população e suas características; 2) a explicação dessas localizações espaciais e características; e 3) a análise 'geográfica' dos fenômenos de população* [...]" (Ibidem, p. 18), entendida como as inter-relações entre as diferenças espaciais da população com alguns ou com todos os outros elementos da área estudada[370]. Para a primeira atividade pode – e deve – o geógrafo procurar trabalhos de Cartografia, e para o segundo, a gênese do processo, ir ao encontro de pesquisas de Demografia e de História. Sua tarefa específica seria a última, a interpretação do "*papel do elemento população no universo do fato demográfico*".

Por esta definição, em livros como *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, as duas primeiras atividades foram realizadas mas não com o objetivo de realizar uma análise *geográfica* da população e sim de um fenômeno vivido por ela. Se trocarmos, nesta última atividade, a palavra *população* pelo termo *alimentação*, poderíamos afirmar que ele cumpriu a tarefa, que interpretou – caracterizando, mapeando, explicando suas origens, colocando suas conseqüências e propondo soluções – o papel do elemento alimentação no universo dos fatos geográficos. Portanto foi, nestes livros, um geógrafo especialista em alimentação que fez, dos estudos de certas características da população, o alicerce de suas afirmações. Sua ênfase esteve naquilo que esta ciência possuía de fundamental: a busca de inter-relações para a compreensão global do fenômeno com vistas à solução de problemas. Se assim não foi considerado, é outra questão pois, como se tentou demonstrar, a geografia *oficial* pouco realizava estas inter-relações e, por razões ideológicas, falava de alimentos mas não analisava a fome.

O geógrafo, quando estuda a população, analisa fenômenos essencialmente biológicos e fenômenos com causas sócio-econômicas e culturais. São dinâmicos e os dados, em sua maioria, socialmente determinados. Pela vastidão do significado do

---

[370] "*Se uma pequena parte de um país é examinada, as interconexões entre sua população e a população de todo o país devem ser prontamente visíveis; e, se se examina uma nação, uma metodologia ideal destacaria claramente as similaridades e diferenças de sua população, face às outras nações. Uma metodologia satisfatória deve ligar a micro-região à macro-região e esta última ao mundo inteiro, e deve proporcionar-nos designações de movimento que mostrem a direção e as taxas de mudança.*" (Zelinsky, 1969, p. 100)

termo *população*, trataria de tudo o que concerne ao ser humano, se não tiver em mente a objetivação da ciência que abraçou e se não circunscrever com clareza o campo de atuação. Neste aspecto, Josué de Castro foi mais geógrafo ao não estudar a população *em geral* e sim ao utilizar-se de dados demográficos para a análise de um aspecto específico, procurando suas causas sociais e relacionando-o, quando necessário, aos aspectos fisiográficos. Sua vantagem adveio do estabelecimento de uma finalidade, da clareza do fim, pois é o fim que define o caminhar. Todo bom estudo começa com a demarcação da meta; ela é que traça os rumos, que permite conjeturar caminhos. A delimitação do campo e o método de análise estão vinculados à natureza do tema escolhido.

A fecundidade humana, a "*expressão concreta da capacidade procriativa da espécie*", é um elemento essencial da história das sociedades e se altera com as mudanças sociais. Existe uma variabilidade histórica e social da fecundidade, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo; neste último caso, sempre foi significativa a existência de normas e tabus

> "*que regulam a sexualidade e a constituição da família desde as sociedades mais simples às mais complexas, cuja rigidez se expressa nas sanções negativas causadas por sua transgressão ou pelo impacto social que provocam suas alterações.*" (Oliveira e Szmrecsányi, 1980, p. 185)

Dentro de uma mesma sociedade existem diferenças importantes, em razão de diversos fatores que a afetam, como níveis de renda e de escolaridade, tipo de ocupação, trabalho feminino, custo de criação, religião, predomínio rural ou urbano, possibilidades de ascensão social, entre outros, havendo, portanto, um inter-relacionamento com a estrutura social. Ou seja, a fecundidade é muito mais do que um simples fenômeno biológico. A fecundidade de ambos os sexos é, em grande parte, determinada pela faixa etária; esta *lei biológica*, entretanto, varia entre os diversos grupos em razão de aspectos culturais. Estas causas sociais foram destacadas nas análises, sendo raros os estudos demográficos que davam um papel primordial ao aspecto biológico. A grande crítica que se fez a Josué de Castro foi justamente a de inverter o significado da importância das causas, dando mais atenção às biológicas do que às sociais[371]. Seu mérito foi o de colocar na mudança social a resolução do problema da elevada fecundidade.

A própria transformação da fecundidade em um problema político somente ocorreu a partir das transformações sócio-econômicas provocadas pela expansão do sistema capitalista[372]. De um problema científico, de inquirição sistematizada da natureza, das causas e das conseqüências do fenômeno, logo se transformou, por parte de diversos grupos, em estudos visando justificar medidas eficientes para modificar a dinâmica populacional a serviço de Estados interessados em alterar esta

[371] Também em Malthus, a concepção biológica ocupou um lugar de destaque, uma vez que a fecundidade resultava da atração instintiva, permanente, entre os sexos. Entretanto, ao colocar os obstáculos (*checks*) que impediriam o natural potencial de crescimento e propor medidas de controle, já demonstrava a insuficiência de uma visão essencialmente biológica. Destruiu a visão estritamente biológica o fato de, nas últimas décadas, a tendência de redução do tamanho das famílias se manifestar em diferentes grupos sociais, inclusive em famílias pobres, derivada da adoção de novos valores sociais – cuja realização era incompatível com uma prole numerosa – que, originados dos setores mais abastados, foram se generalizando por outros setores sociais.

[372] Não se quer afirmar que só foi a partir do século XVIII, principalmente com Malthus, que o tema foi destaque. A partir deste período foi que o fenômeno foi colocado em termos mundiais e pautado em cânones dito científicos. No *Gênesis* bíblico já existia um preceito, de larga influência sobre as doutrinas católicas: "*Deus abençoou Noé e seus filhos: Sede fecundos, disse-lhes eles, multiplicai-vos e enchei a Terra*" (cap. IX, vers. 1), e também a condenação a quem atentasse contra a concepção, como ilustra o caso de Onam (cap. XXXVIII, vers. 6-10). Na Grécia Clássica existiam preocupações a respeito da população ideal da cidade-Estado, relacionando o bem estar social com um contingente suficiente para abastecer a si mesmo e capaz de se defender. No Império Romano incentivavam, em alguns setores, o casamento e a procriação, para abastecer os exércitos e controlar o território. Teorias mercantilistas valorizavam uma grande população como fator de crescimento econômico e de poderio político. A Escola Liberal vai se contrapor a esta visão.

dinâmica, inclusive em outros países. Dados sobre alimentação, também eram difíceis de serem obtidos quando elaborou *Geopolítica da fome*. Além dos problemas decorrentes do fato de muitos países não terem realizado nenhum recenseamento, da ausência de sincronismo e da desigualdade qualitativa dos censos, estes dados não compunham os doze temas principais[373] recomendados pela Comissão e Divisão de População das Nações Unidas em 1946.

O livro, *Geografia da fome*, foi elaborado em um período em que somente estavam disponíveis números sobre alguns aspectos de nossa população (população absoluta e relativa, faixas etárias, natalidade, mortalidade, dentre poucos). Quando, logo depois, redigiu *Geopolítica da fome*, o mundo carecia de números confiáveis. Aqueles fornecidos à ONU pela maioria dos países não eram confiáveis[374] e, em diversos casos, alterações em fronteiras nacionais – ou, como no caso africano, fronteiras internacionais demograficamente sem sentido – dificultavam tratar do histórico de população. Sem contar com os problemas derivados da conversão de uma moeda em outra (para verificar o real poder aquisitivo), da ausência de critérios internacionais para distinguir locais urbanos e rurais, raças ou etnias, ou de critérios nacionais para a divisão territorial para fins censitários.

Em *Geografia da fome*, incluiu a questão no debate sobre a organização do Estado e da política econômica, precisou o conceito de fome e fez um estudo que pode ser rotulado de demográfico. Quando estabeleceu as cinco regiões alimentares do país usou, como principal critério, a quantidade de pessoas atingidas pelo problema; e procurou explicar os quadros de fome pela formação econômico-social de cada área e não por aspectos naturais ou raciais. Era a fome, e não o clima ou a constituição étnica, o fator que inferiorizava a população e dificultava uma ação mais consciente da mesma. Estudar a questão da alimentação exige trabalhos demográficos, pois diversas características da estrutura da população influenciam na procura e no consumo de alimentos, como distribuição por ocupação e por idade, distribuição de renda, tamanho da família e hábitos de consumo, entre vários.

Em *Geopolítica da fome*, realizou um trabalho que também pode ser considerado de demografia. Conceitos comuns a esta ciência, como natalidade, mortalidade, expectativa de vida, superpopulação e teorias demográficas, constituíram o essencial da obra. Considerando a época, o uso dos termos e suas análises foram adequados e interligados. Entretanto, sua formação de médico o conduziu a uma análise parcial da relação entre fome e superpopulação, enfatizando demais os aspectos biológicos. Uma abordagem mais completa desta questão demográfica precisava envolver outros aspectos econômicos e culturais, uma visão mais ampla das condições de vida (inclusive sanitárias), papel social da mulher e até a duração do aleitamento materno. A centralização demasiada no combate ao neomalthusianismo foi outro fator que dificultou uma análise mais ampla; contudo, considerando a época, foi muito importante, inclusive pelas discussões que provocou.

Analisando um trabalho, cuja primeira edição foi de 1972, sobre demografia brasileira (Hugon, 1977), verificou-se que não houve nenhuma citação de Josué de Castro. Em uma seção, o autor discutiu as teses a favor ou contrárias à intervenção

---

[373] Eram eles: "*População total, sexo, idade, estado civil, local de nascimento, nacionalidade, língua pátria, características relativas à instrução, dados sobre a fecundidade, características económicas (total da população activa e da população sem actividade profissional, profissão, ramo da actividade económica e situação profissional, vários tipos de actividade económica dos quais dependem os elementos da população para assegurar os seus meios de vida, população agrícola), população urbana e rural, famílias (e relações com o chefe de família).*" (George, 1975, p. 12)

[374] Muitos países ainda não tinham realizado o seu primeiro censo. Mesmo em países ricos, a restrição do número de aspectos abordados e a falta de precisão ainda incomodavam. "*Nos Estados Unidos, por exemplo, as estatísticas de vida relativas a todo o país tornaram-se disponíveis apenas a partir de 1933; ...*" (Zelinsky, 1969, p. 35). Em geral, quanto mais pobre é o país, mais precária é sua tecnologia estatística e menos segura e abundante a sua informação demográfica. Quem mais precisa dela é o que menos a possui.

pública na questão demográfica brasileira e nem uma citação de suas teses; o pernambucano também não foi mencionado no livro. Procurou-se, também, em um artigo em inglês de Ogden (1998), mas o mesmo fez um relato da situação dos trabalhos na década de 1990, sem nenhuma citação – em suas cento e cinco referências – de algum relativo à América do Sul[375]. Demonstrou que a geografia populacional prosperava mas que também indicava alguns desafios, que enfrentava à luz do desenvolvimento tanto nas áreas relativas a Geografia quanto naquelas que vão além dela, como a História e a Demografia.

A geografia populacional, para ele, não estava em crise e sim era um campo que necessitava de renovação de duas maneiras. A primeira, precisava prestar mais atenção à ela e aprender, através dos recentes avanços substantivos e metodológicos na geografia econômica, social e cultural, se pretendíamos reconectar a geografia populacional à corrente principal da Geografia. A segunda, necessitava demonstrar a relevância do fenômeno geográfico daqueles campos que estavam largamente ignorados. Parte da geografia social da cidade, por exemplo, acontecia inconsciente às propostas de mudanças que tomavam parte no modo como as pessoas viviam em termos de família, lar, padrões de relacionamentos sexuais, morbidade e mobilidade em áreas particulares. Contudo, para Pierre George, foi no contato com geógrafos

> "*e, principalmente com os historiadores,* [que] *os demógrafos compreenderam que o número talvez não fosse o dado mais objectivo em matéria de estudo dos homens, e que ele é, muitas vezes, o resultado de uma complexa evolução de fatores heterogéneos,* ..." (George, 1975, p. 235).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) instituiu, entre o prêmios da Luta pela Terra, o Prêmio Josué de Castro, outorgado a técnicos e a batalhadores pela reforma agrária no Brasil; também foi dado o nome de Escola Técnica Josué de Castro ao estabelecimento que forma alunos do curso médio, filhos de assentados ligados ao MST, como técnicos em administração cooperativista (Stedille, 2000, p. 8). Também é o nome do Diretório Acadêmico de Medicina da FCM da UPE. Ele deve ter tido uma importância muito grande nestes aspectos; será que teve o mesmo em estudos geográficos populacionais?

## 5.4. Estudioso de geografia populacional?

> "*Viver – não é? – é muito perigoso. Por que ainda não se sabe. Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo.*" (Guimarães Rosa, *in* Grande Sertão: Veredas)

Pouco depois de Josué de Castro ter se formado em Medicina, aconteceu a Grande Depressão nos países capitalistas e começou a ocorrer uma participação mundial cada vez maior das colônias e dos países subdesenvolvidos. Durante as décadas anteriores, a população e seu crescimento haviam deixado de ser um grande problema sócio-econômico. Agora surgiu uma dualidade de enfoques, com dois pesos e duas medidas. Nos países desenvolvidos, "*a crise econômica passou a ser atribuída em parte ao declínio das taxas de crescimento populacional.*" (Szmrecsányi, 1980, p. 271) Isto ocorreu, sobretudo, pela *teoria da estagnação*, de John Maynard Keynes

[375] O importante, neste trabalho (Ogden, 1998), foi o fato de colocar, em um romance publicado em 1960, o melhor lugar para começar a entender a migração rural irlandesa. Merecia a atenção dos geógrafos por estar além dos limites estreitos da Geografia. Entretanto, somente duas das 105 citações se referiam à fome e, uma delas, à Irlanda e em Higlands em 1840. Outra fez um relato sobre a relação entre fertilidade e crescimento econômico no contemporâneo Terceiro Mundo à luz de antecedentes históricos. Se comuns foram os estudos sobre a migração leste-oeste européia, pouquíssimos foram os sobre a migração feminina.

(1883-1946), que chegou a originar uma visão *positiva* dos efeitos econômicos do crescimento populacional, válida apenas para os países desenvolvidos.

Para os subdesenvolvidos, a aplicação foi do neomalthusianismo, quando se intensificou o processo de descolonização – logo após a II$^{a}$ Guerra Mundial –, tentando demonstrar que a causa básica de seus problemas estava no rápido crescimento de suas populações, em razão da elevada queda na mortalidade – devido a medidas de tecnologia médico-sanitária importadas – e às altas taxas de fecundidade. Pregavam a disseminação de métodos anticoncepcionais. Era uma opção mais política e ideológica do que científica. Foi neste ambiente que foram publicadas *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, atacando os problemas que escamoteavam a questão, entre vários, os do imperialismo, das ações das multinacionais, o da concentração de renda e de terra, o da estrutura arcaica dos países.

Em artigo de repercussão no período (1953), Trewartha defendia que a geografia da população continuava a ser negligenciada e que deveria ser desenvolvido um sério conceito de trabalho, o qual deveria ser aplicado no ensino e na pesquisa. Os geógrafos, principalmente os estadunidenses, não tinham feito da população uma de suas maiores preocupações, negligenciando-a em tratamento sistemático especial. Retomando a história da Geografia, Trewartha pouco encontrou que justificasse sua afirmação, exceto um autor (Hettner), que citou que a população possuía uma grande influência sobre os temas geográficos mas não realizou nenhuma tentativa verdadeira de analisar seus conteúdos e métodos. Vidal de La Blache, em *Princípios de geografia humana*, reconhecia a população como fornecedora de um elemento fundamental do campo, mas enfatizava a distribuição de números e padrões de densidade associados.

Nenhuma tentativa foi feita para organizar o seu conteúdo e para reconhecer como uma distinta e fundamental subdivisão do campo da geografia humana. Jean Brunhes enfatizou os números – e não suas qualidades – e afirmou que os homens estavam pegos e contados pelas habitações, sendo o povoamento através de moradias um fenômeno mais geográfico que o povoamento de seres humanos. Destacou uma publicação de Pierre George como uma introdução à geografia populacional do mundo, como uma tentativa de apresentar um livro sobre o tema, abrindo caminho para quem desejasse se aperfeiçoar.

Por que, nos EUA, os padrões desenvolvidos pela geografia da Agricultura, Política e Industrial não se repetiam no tópico da População? Em parte, a negligência derivava da famosa divisão em Física e Cultural. Admitia a Geografia como uma ciência unitária mas ela, às vezes, simplesmente se focava mais em um ou outro campo. A rigidez do pensamento de muitos geógrafos era o que os levava a classificar os fenômenos como físicos ou culturais. O homem civilizado, que criou o que aparecia de novo no mundo, não podia ser classificado como um elemento de sua própria significação, pois isto o fazia ficar de fora. Ou seja, ele mesmo não se tornava um objeto da investigação geográfica. Assim, segundo o autor, falhou esta ciência ao não lhe fornecer um nicho especial.

Por esta razão, ofereceu uma modificação básica, sendo dada uma posição mais explícita à população. No lugar da bifurcação, ele propunha "*uma organização triangular dos elementos em que o homem, a terra física e os trabalhos do homem sejam uma tríade dos elementos principais.*" (Trewartha, 1953, p. 81) Assim, a Geografia estudaria o homem, o criador e beneficiário do aspecto cultura, a terra natural, fornecedora do meio ambiente e dos materiais para ele, e a terra cultural, produto da criação do ser humano através dos aspectos naturais. Estes três aspectos seriam agrupados em uma ciência unitária, a Geografia.

Fruto de uma bipartição, aceitava-a e propunha um triângulo; no lugar de combater a falha, a ampliava. Por que não propor uma só ciência, com base em sua proposta? Se, como ele mesmo dizia, o valor final era a vida humana, se não entendia porque os geógrafos achariam que as criações e o meio ambiente eram mais

importantes que o homem, precisava era combater isto. A Geografia era uma ciência unitária – e com isto ele concordava –, então a bifurcação era o que estava errado. Se duas ou três ou dez divisões, isto pouco acrescentava à discussão principal. Estudar a geologia ou a climatologia, por si só, não representava um estudo geográfico, assim como estudar, sem classes sociais, as moradias e as indústrias. Afirmou que os dualismos apareceriam de tempos em tempos, mas a ciência era unitária. Como então desejava colocar mais um aspecto?

No período, geografia e paisagem eram sinônimos, sendo a última entendida como um aspecto visual de uma área na superfície, a face da terra. Se o homem não era visto, caberia à Geografia somente responder à questão: por que o homem não está nesta área? Somente responder sobre os motivos da ausência humana e nada mais. Se, na época, caberia a ela dar uma explicação da paisagem visual, isto derivava da situação da época e ela não poderia parar por aí. Precisava explicar as razões humanas, por que os homens assim agiam e como deveriam fazer.

Em Geografia, o elemento pivotante é a vida humana; ela é antropocêntrica, como concordava Trewartha. "*População é o ponto de referência pelo qual todos os outros elementos são observados e do qual eles todos, isolados ou coletivamente, tem significância e significado. É a população que fornece o foco.*" (Trewartha, 1953, p. 83) Foi isto o que Josué de Castro fez. Para estudar a fome, colocou a população como foco; e, para analisá-la, pegou os outros elementos fundamentais para atingir seus objetivos. Não discutia se existia Geografia A ou B, pois admitia somente uma, com a qual fez suas análises e suas propostas. Realizou o que não faziam e, em decorrência da limitação do agir desta ciência – e não dela mesma – passou a utilizar-se de um outro instrumental, sempre próximo a ela.

A proposta de Trewartha deveria ser feita como uma crítica à geografia dual e não como uma outra alternativa. "*Não existe tal coisa como um homem sem cultura e, por esta razão, homens não podem ser considerados como um elemento de uma realidade divisória não cultural.*" (Trewartha, 1953, p. 83) Somente isto era suficiente, não precisando colocar "*que a geografia, incluindo a geografia física, é antropocêntrica,* ..." (Ibidem). Se se faz uma abordagem geográfica, ela é feita para o homem como ser social. Se alguém estuda pedologia sob o prisma geográfico, é para o ser humano. Não cabe ao geógrafo *comer terra* mas, a partir do levantamento dos pedólogos, analisar o aproveitamento feito para a sociedade. As diferenças ocorrem por razões ideológicas e não pela definição da ciência. Uns servem aos que estão no poder, outros são contra, outros parcialmente ou a nenhum deles. O critério é a qualidade do uso humano, do uso ou não uso da sociedade (e as razões). Isto Josué de Castro fez.

Quando Trewartha fez análises críticas ao que os geógrafos estavam fazendo, comprovou o que gostaríamos de realizar sobre a Geografia. Errou ao dizer que a "*geografia física é antropocêntrica por natureza"*, pois seus materiais foram selecionados tendo em mente sua satisfação, ou não, para os habitantes desta ou daquela sociedade. A população de qualquer lugar, com raríssimas exceções, é difícil de ser compreendida se não for vista como algo em constante mutação e com relações complexas, com áreas de distância variadas, envolvendo pessoas, mercadorias e idéias. Quem determina a utilidade ou não, de um elemento físico, é o homem social.

Afirmou, também, que a maior transformação de uma área tida como natural ocorria quando a população era mais avançada em tecnologia e que o homem, quando agente da produção, transformava a superfície para o seu próprio uso. Entretanto, não dizia se o transformava para alguns ou para muitos. Permanecia puxando a ação para o ser humano mas pouco falava de classe social. A terra cultural, segundo ele, era o objeto do estudo da Geografia e não poderia ser entendida sem os recursos que a produziram. Na verdade é o inverso, o produtor da *terra cultural* é o verdadeiro objeto da Geografia, sob o ângulo espacial.

Se a população é "*o elemento principal a partir do qual todos os outros são orientados*" (Trewartha, 1953, p. 86), ela é o elemento fundamental. A Geografia "*não pede para ser a ciência do homem*", ela é isto, sob o ângulo espacial e, neste aspecto, necessita buscar elementos tidos como naturais para explicar o espaço social. Trewartha propôs um programa específico sobre geografia populacional que não exigiria mudanças na concepção de Geografia; o que se pode estranhar era ainda não ter sido feita, até 1953, uma proposta sobre o item. Foi interessante sua proposta, apesar de se preocupar muito com o ecúmeno e o anecúmeno e muito pouco com a fome.

Josué de Castro fez um trabalho geográfico regional em seus dois livros mais conhecidos, com fenômenos numerosos, complexos e inter-relacionados[376]. A visão de dividir o país e o mundo para compreendê-los melhor foi a correta. Se feita somente de um modo mais geral seriam mais superficiais; e os realizou com o foco definido. Foram diversos os especialistas dos ramos sistemáticos que propiciaram os dados, desde geólogos e climatólogos a historiadores e economistas. Esta foi a sua diferença: não fez um estudo, por exemplo, sobre o Brasil mas um estudo da fome no Brasil. Carecia ainda de alguns dados mas, mesmo assim, realizou uma análise geográfica.

"*É nos aspectos de distribuição do número de pessoas que geógrafos aparentam fazer a maior parte de sua contribuição para o estudo da população.*" (Trewartha, 1953, p. 91) Essa análise importante não seria feita por Josué de Castro; ele, certamente, concordaria com a afirmação, mas demonstrando que esta tarefa limitada pouca importância dava ao problema. O que Trewartha propôs, ao sugerir o uso de uma equipe interdisciplinar para diversos temas, a combinação de esforços com antropólogos, demógrafos e historiadores econômicos, é importante, notadamente no campo histórico desta disciplina.

O número de pessoas, por si só, não é um dado significativo. É necessário saber se estão bem ou não de vida e as razões disto. As taxas de natalidade e mortalidade, de imigração e emigração, os níveis de ocupação, entre outros, são fundamentais para a análise dos fatos e para projetar futuros possíveis. Os números sobre as composições etária e sexual são importantes para se verificar tendências, que podem – ou não – ocorrer. Dados sobre a mortalidade necessitam da idade e da causa da morte; estes fatos são importantes para se analisar a situação existente no país. De pouco ou nada valem somente os dados de morte em tal ano, se não acompanhados de outros aspectos. Desta forma, se está fornecendo, apenas, o número de mortes naquele ano e mais nada. Ora, para isto não é necessário ser ciência. Causa de morte, idade, sexo e ocupação ajudariam, pelo menos, a estabelecer comparações entre as regiões ou os países, a estabelecer a expectativa de vida e as causas das mortes.

A visão de Trewartha sobre as razões dos trópicos úmidos de baixa latitude – caracterizados pela super-abundância de energia climática, no Novo Mundo –, permanecerem despovoados, foi interessante. Simplesmente colocava as técnicas da Ásia Monçônica para serem transplantadas para as Américas e a África – como se fossem semelhantes – e o problema poderia ser solucionado. O que existia era um pequeno povoamento – se comparado à Ásia Monçônica – e que exigia atitudes diferentes por uma razão física – climática –, como Josué de Castro havia demonstrado, apesar de suas imperfeições.

---

[376] Também publicou em jornais alguns artigos de cunho geográfico, no sentido da época, como: *Revalorização do Nordeste* (1936, Diário da Manhã, Recife), *Os mocambos do Nordeste* (1937, O Estado de São Paulo), *Regionalismo na paisagem cultural brasileira* (1944, Correio da Manhã, Rio de Janeiro), *Geografia da fome* (1946, Separata da Revista Médico Cirúrgica do Brasil e em A Noite), *Fatores da localização da cidade de Recife* (1948, em quatro dias, Diário de Pernambuco), *O espírito geográfico da filosofia moderna* (1949, Diário de Notícias, Rio de Janeiro; republicado em 1951, no mesmo jornal), *A cidade do Recife* (1957, revista Para Todos, Recife) e o prefácio à edição popular de *Geografia da fome* (1959, Jornal do Comércio, Recife).

Também, ao colocar que a qualidade das pessoas tinha sido seriamente negligenciada por geógrafos, ainda não conhecia – ou nem veio a conhecer – a obra de Castro. Indicava que as coisas deveriam ser tratadas por número, qualidade e valor; como aplicar somente o número quando há estágios diferentes de produção e valor? Como explicar que menos de 10% da América Anglo-Saxônica eram responsáveis por metade da produção do mundo, sem levar em conta o uso de máquinas e robôs?

Quem faz um estudo geográfico da população responde a perguntas como: por que a população mundial é distribuída desigualmente, por que há tantos vivendo em uma área e poucos em outras? Elas, no entanto, são pontos de partida, cujas respostas são de natureza histórica e, normalmente, de acordo com os mapas disponíveis, ignoram aspectos qualitativos das pessoas. Se uma boa análise geográfica da população é, inicialmente, histórica por natureza, as análises feitas pelo pernambucano foram adequadas; dificilmente omitia o passado na caracterização do presente. Se, também, se devem estabelecer algumas relações causais entre o meio físico e certos aspectos das populações[377], sem cair em determinismos fisiográficos[378], e demonstrando que, muitas vezes, esta relação deriva das relações internas da sociedade, ele fez análises geográficas. Estas, na maioria dos temas estudados, necessitam reconhecer a existência de um meio ambiente que influencia e que é modificado pela ação humana, dependendo das características econômicas e culturais, que são mais importantes que as fisiográficas mas que, sem as últimas, deixa o estudo manco. Os dados populacionais necessitam ser analisados de modo quanti-qualitativo, considerando como dinamizam a configuração espacial. É necessário verificar se privilegiam a espacialidade das questões, se tratam da distribuição das pessoas no espaço, do fluxo de crescimento urbano regional e mundial e da relação do homem com o meio ambiente.

As epidemias de fome possuem reflexos mais visíveis do que a fome endêmica, acelerando mobilidades populacionais, fragilizando as estruturas presentes no espaço geográfico. Abramovay, em livro dedicado a Josué de Castro, lembrou que a fome "*não faz apenas sofrer no imediato: ela rouba do indivíduo boa parte daquilo que seu potencial genético estava destinado a realizar.*" (Abramovay, 1991, p. 17) Em *Geopolítica da fome*, Castro transformou a fome em uma categoria de análise política, explicando, através dela, ações estatais, dominação internacional, reflexos espaciais. Uma de suas falhas foi a de não ter dado a importância merecida aos fatores culturais na alteração dos índices de natalidade[379], assim como na determinação do tamanho e

---

[377] Exemplifica isto a relação que estabeleceu entre a incidência de bócio e as características geológicas, ou as análises sobre a região Nordeste do Brasil. Não é determinismo o estabelecimento da relação entre adensamentos populacionais e planícies aluvionais, ou entre certas estruturas pré-cambrianas e a dificuldade de ocupação, desde que não se transforme isto em lei histórica de validade universal, no tempo e no espaço. Expedições em busca de metais preciosos procuravam áreas pré-cambrianas e desprezavam bacias sedimentares do Fanerozóico. Uma área anecúmena hoje pode não ser isto amanhã e as próprias áreas de aluvião na Amazônia eram menos utilizadas, do ponto de vista agrícola, do que as áreas do baixo-platô, no século passado. As ocorrências de hulha ou de petróleo só passaram a ser significativas quando o homem lhes deu utilidade.

[378] Beaujeu-Garnier, na década de 1960, ainda possuía uma visão limitada e preconceituosa a respeito das áreas de florestas equatoriais que, para ela, eram "*impenetráveis, indestrutíveis e hostis, em todo o sentido, à vida humana. Ali, a vegetação é incontrolável e todo parasita que se possa imaginar floresce.* [...] *O homem é apenas um ser marginal, ameaçado e infestado.*" (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 67) Desejando ou não, ao tratar das influências climáticas na mortalidade infantil – que afetavam de duas maneiras: "*o calor favorece todas as doenças intestinais, ao passo que o frio afeta o sistema respiratório*" –, passou uma visão próxima ao determinismo fisiográfico ao mencionar o Brasil, onde existiam, segundo ela, "*fortes contrastes climáticos ligados, é verdade, a contrastes de raça e modo de vida, convém notar que durante o período de 1948 a 1950 os índices de mortalidade infantil foram 243,6 para a cidade de Recife e 236,2 para a de Fortaleza, na área tropical, e apenas 95 para o Estado do Rio Grande do Sul e 86 para a cidade de São Paulo, ambos em latitudes mais temperadas.*" (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 120)

[379] Preso por demais ao aspecto alimentação, pouca atenção deu, como fatores da fertilidade ou da mortalidade, a aspectos como costumes conjugais (idade dos casamentos, prevalência ou não da monogamia, conceito de divórcio,

dos padrões de distribuição da população. Entretanto, estabeleceu uma questão central, procurou em sua explicação vinculá-la a outros fenômenos e estabelecer os efeitos que a fome provocava na personalidade geográfica das regiões, não transformando certos dados ilustrativos, como a densidade demográfica, em aspectos essenciais ou explicativos.

Em uma pesquisa sobre artigos que abordaram os temas: Recursos Naturais, Meio Ambiente, Dimensão Demográfica e suas respectivas inter-relações de forma integrada, feita com um total de 24 títulos, a maioria de revistas de Geografia,

> "*em princípio investigou-se as revistas a partir de 1960. Todavia, como não foi encontrada nenhuma publicação relacionada a consideração da dimensão demográfica às problemáticas ambientais, a busca se restringiu a partir da década de 70.* [...] *Ao longo da investigação, foi possível identificar que nas décadas de 70 e início da de 80, o número de artigos envolvendo estes temas foram escassos. As poucas publicações encontradas neste período tratavam a questão do crescimento demográfico como sendo o principal motivador da poluição e degradação dos recursos.*" (Guidugli e Medinilha, 1999, p. 08)

Somente a partir da década de 1990, "*os artigos passaram a considerar o crescimento demográfico como uma das causas da degradação dos recursos e do meio ambiente, aliado a outros fatores também relevantes* ..." (Ibidem, p. 08).

> Em um livro, cuja primeira edição foi em 1964, uma geógrafa francesa escreveu: "*Se o demógrafo mede e analisa os fatos demográficos, se o historiador traça sua evolução, se o sociólogo procura suas causas e sua repercussão através de observação da sociedade humana, é função do geógrafo descrever os fatos no contexto de seu ambiente atual, estudando também suas causas, suas características originais e suas possíveis conseqüências.*" (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 19)

Partindo destas afirmações, o geógrafo necessita recorrer a todas as disciplinas citadas e a outras, como a Estatística. Pelas funções colocadas a respeito do estudo da população, Josué de Castro, em seus livros principais, exerceu atividades de demógrafo e de sociólogo e foi um geógrafo, pois não somente realizou as funções citadas como foi mais além, propondo soluções, o que, acreditamos, é a função de todo cientista social. A proposta citada acima, apesar de demonstrar a necessidade de se buscar informações em diversas disciplinas[380], era limitada quanto à este último aspecto. Para ela, o estudo geográfico da população assumia "*três aspectos: a distribuição dos povos pelo globo, a evolução das sociedades humanas e o grau do êxito por elas atingido.*" (Ibidem, p. 20) Ela mesmo fez mais ao procurar as causas principais dos fatos demográficos e ao evitar (um dos aspectos positivos de seu livro) apoiar-se em um ou dois exemplos para generalizar o passado e deduzir o futuro.

---

infanticídio), divisão sexual do trabalho, padrões morais, religião predominante, disponibilidade do grupo em absorver influências externas e outros.

[380] Colocou, por exemplo, a História como *indispensável* mas, neste assunto, fez uma afirmação perigosa: "...; *períodos de paz que conduzem a desenvolvimentos mais fecundos mas, também, ao enfraquecimento de sociedades;* ..." (Beaujeu-Garnier, 1974, p. 20).

## 5.5. A Geografia e Josué de Castro

> "... *na ciência, o objeto de investigação não é a Natureza em si mesma, mas a Natureza submetida à interrogação dos homens.*" (Heisenberg)

A geografia brasileira, no período em questão, além do "*acentuado grau de dependência do exterior*", possuía também um "*acentuado caráter acrítico.*" (Monteiro, 1980, p. 41). Segundo o mesmo autor, a receptividade da obra de Josué de Castro no exterior foi em razão do tratamento que soube dar aos problemas específicos do Terceiro Mundo. Mas, se obteve projeção internacional por *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, estas obras "*não despertaram entusiasmo em nossa comunidade"*. (Ibidem, p. 41) Apesar da redescoberta deste autor estimulada, inclusive, pela chamada Geografia Crítica, existiam poucos trabalhos de pós-graduação em Geografia sobre ele[381]. Estudioso do fenômeno da fome, combatente do determinismo fisiográfico e das idéias malthusianas e neomalthusianas, elaborador de uma teoria demográfica, era de se esperar u'a maior presença nos livros relativos a estes temas, inclusive nos didáticos.

Investigou-se alguns livros didáticos de Geografia do Brasil para o ensino médio[382]. Imaginava-se que, com a marcante atuação das correntes que integravam a chamada Geografia Crítica, ele estaria mais presente, notadamente nos capítulos relativos à fome e à questão demográfica, pois chegou, embora por caminhos oficialmente *não-geográficos*, próximo a concepções presentes, na década de 1980, em discursos dos geógrafos mais comprometidos com as mudanças sociais. O que se constatou foi que, salvo citações bibliográficas ou referências esporádicas, ele permaneceu ausente.

Em Adas (1985) não constava da bibliografia e nem era citado no capítulo *Fome versus crescimento demográfico*; já na edição de 1998, havia três livros na bibliografia e referências ao autor no capítulo sobre a fome. Em alguns, apesar de capítulos sobre crescimento populacional, era, às vezes, citado na bibliografia mas ausente no texto, como em Vesentini (2000) e Moreira (1998), ou ausente na bibliografia com uma breve citação no texto (Magnoli, 1996). Em outros, não era citado na bibliografia e nem no texto (Coelho, 1996; Magnoli, 1997; Pereira, 1994; Sene, 1998). O livro sobre o Brasil, escrito por Santos e Silveira (2001), continha apenas uma referência à sua obra[383]. Até livros não didáticos que possuíam como tema básico a população ou a fome, ignoravam, muitas vezes, o autor em questão.

Ilustravam esta última situação os livros de Damiani (1998) e Lima Sobrinho (1981), o primeiro sobre população e geografia e, o segundo, a respeito da fome no

---

[381] No estado de São Paulo, somente encontramos o trabalho de Silva (1998), uma tese de doutorado em Ciências Sociais. Na UNESP (Rio Claro), somente encontramos uma monografia de conclusão de Estágio de Especialização no setor de Desenvolvimento Rural, de Marchi (1998).

[382] ADAS, Melhem. *Panorama Geográfico do Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1985. ADAS, Melhem. *Panorama Geográfico do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1998. COELHO, Marcos Amorim. *Geografia do Brasil.* 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996. MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. *A nova geografia: estudos de Geografia do Brasil.* 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996. MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. *Geografia: paisagem e território*. 2ª ed. reform. São Paulo: Moderna, 1997. PEREIRA, Diamantino A. Correia "et alii". *Geografia: ciência do espaço: o espaço brasileiro.* 2ª ed. .rev. e ampl. – São Paulo, Moderna, 1996. SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. *Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização.* São Paulo: Scipione, 1998. VESENTINI, J.M. *Sociedade e Espaço.* 31ª ed. São Paulo: Ática, 2000. MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico.* 38ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

[383] Na página 32, e refere-se à 2ª parte de Ensaios de Geografia Humana: "*Um ensaio de geografia urbana: a cidade de Recife*".

Brasil. Em um livro sobre problemas geográficos do século XX, leu-se com mais atenção os capítulos intitulados *A explosão demográfica* e *A fome*, para verificar a presença do autor em questão. Em um texto superficial e favorável ao controle demográfico – sob a aparência de colocar os dois lados, pró e contra –, no item relativo aos aspectos econômicos da alta taxa de natalidade, colocou o seguinte:

> "*Enquanto Josué de Castro defende a 'argumentação biológica' – em estado de penúria alimentar as famílias são mais prolíferas, como fator de compensação fisiológica, – Yves Lacoste inclina-se por uma 'tese social', mostrando que em um país pobre a criança é fonte de despesa para o Estado, mas uma oportunidade de lucro para a família.*" (Antunes, 1986, p. 50)

Foi a única referência a ele[384]. No capítulo referente à fome, no qual houve pouco destaque à colonização, ao modelo econômico internacional e ao latifúndio, citou um trecho de *O livro negro da fome* (Castro, 1960) em que apontava algumas mudanças necessárias para solucionar esta questão no Brasil e citava alguns números referentes à situação alimentar[385].

Anterior a isto, realizamos um levantamento dos artigos publicados no Boletim Geográfico (BG), até porque, entre as publicações do IBGE, foi a única que manteve uma preocupação constante com o professor de Geografia. Pesquisando os duzentos e cinqüenta números da revista, no período compreendido entre abril de 1943 e dezembro de 1978, constatamos que a presença de Josué de Castro na mesma foi pouco significativa. Não há, a rigor, um único artigo elaborado especialmente para o BG. O artigo de maior destaque, *O espírito geográfico da filosofia moderna* (Castro, 1951), foi uma transcrição[386]. Seu nome apareceu mais em citações bibliográficas ou em resenhas[387], embora esteja ausente de algumas bibliografias importantes para os

---

[384] O responsável pelo texto, um conhecido autor de livros didáticos de Geografia, citou, na pequena bibliografia, *Geografia da fome*, mas este assunto foi abordado, sob o prisma citado, em *Geopolítica da fome*; Yves Lacoste não foi citado na bibliografia do capítulo. No texto, afirmou que o crescimento anual da população da Terra era de pouco mais de 2% a.a. e que isto era assustador, "*uma vez que os números crescem em termos de uma progressão geométrica.*" (Antunes, 1986, p. 46) Também disse: "*Alta natalidade e subdesenvolvimento econômico* ***sempre andaram juntos*** *.,..*" (Ibidem, p. 49; grifo meu) e que o Brasil era "*um país em equilíbrio populacional onde as mulheres correspondem a 50,2% da população.*" (Ibidem, p. 55)

[385] Algumas frases do texto provocariam frontais discordâncias de Josué de Castro. Entre elas: "*A fome quantitativa é assustadora, mas, relativamente rara no mundo contemporâneo.*" (Antunes, 1986, p. 103) "*Torna-se evidente que o problema da fome qualitativa está intimamente associado à explosão demográfica.*" (Ibidem, p. 104) Sobre as causas da fome: "*Outra* ***razão tecnológica*** *está apoiada no 'descompasso entre o ritmo de crescimento populacional e o ritmo de crescimento alimentar: ...*" (Ibidem, p. 108; grifo meu). "*O homem distribui-se irregularmente pela superfície da Terra e a maior parte das terras que poderiam ser cultivadas não o são plenamente, pois estão superpovoadas.*" (Ibidem, p. 110) "*No entanto, a fome não deve servir como indicação ou 'sinônimo' de subdesenvolvimento econômico.*" (Ibidem, p. 113) Os países subdesenvolvidos possuidores de pirâmide demográfica de base muito larga, com um terço ou mais com menos de 12 anos, "*cujas 'necessidades energéticas' são inferiores às do adolescente e do adulto*", possuíam uma situação alimentar "*superior à de países subdesenvolvidos, com pirâmides demográficas mais equilibradas.*" (Ibidem) O artigo também ilustra a *objetividade* das previsões científicas: "*A Terra está entrando em uma fase de esfriamento climático, devido à ampliação das calotas polares.*" (Ibidem, p. 106) O livro, escrito em 1977, utilizou o termo *geográfico* como sinônimo de natureza. No capítulo referente ao subdesenvolvimento, falou das "*causas geográficas ou naturais*" e de "*causas históricas*", embora afirmasse que as geográficas (relevo, solo, vegetação e clima) não eram as causas do subdesenvolvimento (Ibidem, p. 64).

[386] O artigo foi publicado originariamente na revista *Formação* (n. 156, julho de 1951, Rio de Janeiro – DF).

[387] Já no primeiro número (abril de 1943, p. 148) apareceu o livro *Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo* (Porto Alegre: Livraria Globo, s/d) na biblioteca do CNG. No n. 9 (dezembro de 1943, p. 221) houve a citação de seu livro *Alimentazione e aclimatazioni umana nei tropici* (Roma: Instituto Bioclínico Italiano, 1939). Existiu uma citação na seção Periódicos (n. 14, maio de 1944, p. 202-204), uma na seção Registros e Comentários Bibliográficos (n. 29, agosto de 1945, p. 779), uma na seção Transcrição (*Áreas alimentares do Brasil*. N. 65, agosto de 1948, p. 456-466). *Fatores da localização da cidade do Recife* (n. 72, março de 1949) e *Geopolítica da Fome* (n. 109, julho/agosto de 1952, p. 456) foram objetos de Resenhas, e *Áreas alimentares do Brasil*, do livro *Geografia da Fome*, foi objeto de uma condensação por duas professoras e publicado na seção Contribuição ao Ensino (n. 53, agosto de 1947, p. 575-579). O programa de seu Curso de Geografia Humana na Universidade do

professores de Geografia[388]. Não encontramos registro de sua participação nas conhecidas Tertúlias Geográficas, que eram realizadas semanalmente e tinham seus temas e seus participantes relatados no BG[389]. Dada a importância desta revista, a quase inexistência de artigos dele pode significar que sua influência na geografia escolar tenha sido pequena, notadamente face à importância do autor no cenário internacional.

Procedeu-se também uma investigação, no período compreendido entre 1939 e 1995, na Revista Brasileira de Geografia (RBG), outra publicação do IBGE e, talvez possa-se afirmar, concorrente do BG. Mas, enquanto este era mais dirigido ao ensino, a RBG era mais comprometida com o poder federal e voltada para as necessidades do planejamento estatal. Em seu período inicial, ela se valeu da contribuição de estudiosos de outras ciências, com artigos de interesse geográfico mas "*de caráter nitidamente complementar a um campo de investigação cuja produção própria seria ainda incapaz de sustentar totalmente a revista.*" (Monteiro, 1980, p.13) Além disto, na era Vargas, grande parte dos textos publicados pelo IBGE não fugia da política de defesa da indústria como fator de solução aos problemas nacionais e do próprio nacionalismo econômico do período. Nos anos JK, a chamada *Geografia Ativa*, do grupo liderado por Pierre George, influenciou um pequeno grupo de geógrafos do IBGE, que se engajou no planejamento *pelo progresso social*. Neste período, o

> "*número de artigos sobre geografia e planejamento é bem significativo na RGB e a abordagem geográfica associada ao planejamento é especialmente expressiva no Nordeste onde o trabalho dos geógrafos se incorpora à atuação da SUDENE*." (Monteiro, 1980, p. 20)

Pesquisando a RGB, não se encontrou artigo de ou sobre Castro. Investigou-se o índice de assuntos do volume 1 (nº1, 1939) ao volume 57 (nº3, 1995), em um total de 227 revistas e quase nada se encontrou tratando especificamente da fome[390], nem mesmo no item *Geografia da População*. Temas caros para o autor em questão, como explosão demográfica, malthusianismo e neomalthusianismo, não foram, praticamente, contemplados. Já sobre *geografia urbana* – análise fatorial, hierarquias, modelos e outros – o rol foi grande. A linha editorial da revista e seu atrelamento ao governo federal ajudavam a explicar a ausência de referências ao autor e aos temas por ele abordados.

Verificou-se, superficialmente, os Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), de 1945 a 1962, ou seja, no período anterior à sua cassação política. Foram dezessete assembléias gerais e, pelos anais, ele não participou de nenhuma delas. Isto evidencia sua pouca atuação e/ou presença nos eventos significativos para a comunidade geográfica brasileira. Também investigou-se o assunto no Boletim Paulista de Geografia (BPG), revista editada pela AGB, seção de São Paulo, desde março de 1949. Efetuamos vistas em todos os exemplares até o número 77, de abril de 2001. Não se encontrou artigos dele e nem artigos específicos sobre fome ou explosão

---

Brasil foi publicado no número dois (maio de 1943, p. 33) e a lista de livros didáticos publicada no nº113 (março/abril de 1953, p. 214-218) incluía *Geografia Humana*.

[388] Por exemplo: no BG nº 215 (março/abril de 1970, p. 93-102), há uma bibliografia sobre Geografia do Brasil e nenhum livro de Castro foi citado. O mesmo aconteceu no nº 218 (setembro/outubro de 1970, p. 90-107), que trouxe uma bibliografia sobre Geografia do Brasil – Regionalização. Nos dois casos, a inclusão de *Geografia da Fome* era importante. Talvez o ano de 1970 ajudasse a explicar a omissão, uma vez que ele havia sido cassado pela ditadura militar.

[389] Embora Orlando Valverde, em depoimento, tenha afirmado que, no Rio de Janeiro, "*numa dessas conferências da AGB foi convidado o Josué de Castro, foi aí que eu o conheci.*" (Silva, 1998, p. 362)

[390] Existiam artigos sobre imigração e favelas (v. 44, n. 2, 1982, p. 357-368), conseqüências sociais da seca no Nordeste (v. 41, n. 4, 1979, p. 90-99), fontes de nutrição para combater o problema mundial de alimentação (v. 41. n. 3, 1979, p. 151-163), alimentação e subdesenvolvimento (v. 26, n. 3, 1964, p. 291-457) e condições de vida em duas áreas metropolitanas (v. 41, n. 4, 1979, p. 3-58), mas não se enquadravam nas linhas de análise de Josué de Castro.

demográfica. Encontrou-se, em um exemplar do BPG, um artigo intitulado *A geografia moderna em Pernambuco*, escrito em 1953 (portanto, após a publicação de seus livros mais famosos) e só encontramos duas linhas sobre ele: "*... e o prof. Josué de Castro editou, em 1948, um ensaio de Geografia Urbana – 'Fatores de Localização da Cidade do Recife'.*" (Rocha, 1954, p. 51). Embora o artigo se dedicasse a publicações referentes ao estado de Pernambuco, a inexistência de qualquer análise do ensaio citado ou a respeito do autor, pode ser um indicativo da não consideração do mesmo como um geógrafo importante[391].

José Veríssimo da Costa Pereira (1904-1955), em um artigo publicado em 1955 (1994), fez um minucioso levantamento de pessoas que, de uma forma ou de outra, foram importantes para a geografia brasileira. Citou mais de uma centena de nomes mas, entre eles, não figuravam os de Manoel Bomfim e de Josué de Castro. Isto nos leva a crer que Castro pouco fez para se projetar no meio geográfico nacional. Sua preocupação maior com a fome provocou a procura de outras áreas e de outros organismos. Após o curto período de docência na área, parece que não se preocupou em participar da Geografia, o que colabora para explicar sua marginalização no período.

A cassação dos seus direitos políticos em 1964 levou Josué de Castro ao exílio. Passou a viver na França, onde fundou o *Centre Internatíonal pour le Développment* (CID), que pugnava por uma política de alcance mundial na luta contra a fome. Voltou a lecionar Geografia Humana como professor estrangeiro associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes (Universidade de Paris), de 1968 até a sua morte (1973). Por esta razão, achamos relevante pesquisar a importante revista *Annales de Géographie*[392]. Iniciamos a verificação pelo ano de 1935 (a. 44, n. 247), pois foi a partir deste período que ele começou a publicar com maior intensidade seus trabalhos, inclusive no exterior[393]. Concluímos a investigação no número 530, de julho/agosto de 1986, treze anos após sua morte.

Em todo este período, não foi publicado nenhum artigo dele na referida revista. Foi citado em dois artigos[394] publicados pelo seu amigo Max Sorre. A fome, especificamente, também não foi merecedora de muitos estudos nos exemplares avaliados. Entretanto, na década de 60 e início da seguinte, um outro geógrafo brasileiro, Milton de Almeida Santos (1926-2001), teve uma significativa participação, publicando seis artigos[395], o que demonstrava que a referida publicação não dificultava a publicação por parte de não-europeus, o que poderia ser uma das hipóteses da ausência de artigos.

Na *Association de Géographes Français*, procurou-se na *Bibliographie Géografique Internationale*; achou-se somente uma citação a respeito da tradução de *Géopolitique de la faim* (item IV, Geografia Humana, p. 201) e, no próximo item, um

---

[391] No BPG, encontramos citações a respeito de Josué de Castro, como ocorreu em artigo de Gomes (1982), que o citou por algumas linhas mas não o colocou na bibliografia. Em exames, restritos demais para serem levados em conta, em outras publicações, o resultado foi semelhante: não encontramos nenhum artigo dele. Isso ocorreu com os índices da *Revista do IHGB* (do v. I ao XXX) e do *Boletim Carioca de Geografia*, da AGB – seção Rio de Janeiro (de 1948 a 1962).

[392] *Annales de Géographie*. Bulletin de Societé de Géographie. Armand Colin Editeur, Paris. Cabe mencionar que esta e as outras revistas citadas existem na biblioteca do IGCE-UNESP, campus de Rio Claro (SP), que possui um excelente setor de periódicos.

[393] *Alimentazione e aclimatazioni umana nei tropici* (Milão, 1939).

[394] *La géographie de l'alimentation* (a. LXI, n. 325, maio-junho de 1952, p. 184-199) e *Deux ouvrages sur le Brésil* (a. LXIV, n. 344, julho/agosto de 1955, p. 300-302). A tradução de sua obra, *Géopolitique de la faim*, foi citada na *Bibliographie Géografique Internationale* (Association, 1956, p. 201).

[395] Ver: *Annales de Géographie* a. 72, n. 391, maio/julho de 1963, p. 314-330; a. 74, n. 406, nov/dez 1965, p. 678-694; a. 77, n. 419, jan/fev de 1968, p. 37-63; a. 79, n. 434, julho/agosto de 1970, p. 425-445; a. 81, n. 445, maio/julho de 1972, p. 316-323; a. 82, n. 450, março/abril de 1973, p. 246-247.

pequeno texto que lhe fez referência[396]. Encontrou-se uma dissertação sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro que não o incluiu na bibliografia e somente se referiu a ele em um parágrafo (Silva, 1996, p. 123). Também uma tese que destacou algumas das suas concepções sobre a fome, com o intuito de analisar as mudanças ocorridas em um estado nordestino (Sampaio, 1999).

Estes levantamentos nos levaram a concluir, provisoriamente, que Josué de Castro permaneceu à margem da chamada geografia oficial. Apesar do elevado número de artigos por ele escritos, eles não eram direcionados aos estudantes e profissionais de Geografia. Apesar de, em *Geografia da Fome*, afirmar ter se utilizado do método geográfico e proposto uma nova divisão regional com base nas áreas alimentares, seu livro mais citado nos meios acadêmicos era *Geografia Humana*[397], um texto asséptico, neutro, didático, aparentemente *prisioneiro* das fontes mas, na época, de acordo com o conceito acadêmico de Geografia, no Brasil. Talvez grande parte de sua obra fosse considerada como não-geográfica, para os padrões da época. Seus artigos publicados no exterior também o foram em revistas não ligadas, diretamente, à Geografia[398].

Outra possibilidade é a de ele não ser realmente um geógrafo, de não ter realizado de fato uma abordagem geográfica da sociedade e dos temas analisados. Uma outra é de que a sua ausência seja mais um exemplo do uso da *estratégia do silêncio*: o não dizer proposital, para dificultar que certos problemas fossem conhecidos. A classe dominante, muitas vezes, se dá ao trabalho de procurar estabelecer o que deve ser lembrado – e como deve ser lembrado – e o que deve ser esquecido. O esquecimento imposto, às vezes, diz mais sobre a história do que o insistentemente lembrado. Como, notadamente após 1964, esta estratégia foi utilizada por governos militares, a hipótese não deve ser de todo descartada.

Entretanto, consideramos, no momento, que o autor em questão deve ser considerado um geógrafo, tanto pelo método utilizado em diversas obras quanto pelos temas abordados. Não foi um teórico da Geografia, não avançou do ponto de vista epistemológico, não pode ser considerado criador de alguma *escola geográfica*, mas analisou temas geográficos, se contrapôs à corrente dominante na época e foi útil para uma melhor compreensão do país, analisando e fazendo uso da Geografia para propor soluções. Foi com base em geógrafos que procurou verificar a ação do meio na alimentação, que procurou estabelecer seus estudos a respeito da fome. A explicação de sua ausência nos livros e em trabalhos acadêmicos de Geografia deve ser buscada mais nas características da própria ciência brasileira do que no autor.

Em entrevista concedida em 1947, ele afirmou que grande parte dos estudos sobre a fome se limitava a aspectos parciais, dando uma visão unilateral do problema. Na busca de uma visão panorâmica, do conjunto, na qual se destacavam "*de maneira compreensiva as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que*

---

[396] **Bibliographie Géografique Internationale – 1951 - 1952 - 1953**. Paris: Librairie Armand Colin, 1956. A referência foi colocada com a publicação de Michel Cépède e Maurice Lengelle, intitulada *Économie alimentaire du globe* (Paris: Librarie de Médicis, 1953) e dizia o seguinte: "*Trés importante étude sur les problèmes de l'alimentation des différentes collectivités humaines, qui apporte des compléments utiles aux travaux de J. de Castro.*"

[397] Porto Alegre: Livraria Globo, 1939 – com mapas e ilustrações – 232 p. Nele constava: "*Rigorosamente de acordo com o programa oficial do 3º ano seriado*". Este texto compõe a primeira parte (Introdução ao Estudo de Geografia Humana) do livro *Ensaios de Geografia Humana* (1957).

[398] Dos que sabemos da existência, podemos citar: "*A ciência a serviço do desenvolvimento econômico*" (Paris: **Tiers Monde**, v. V, n. 20, out/dez de 1964), "*Fome como força social: fome e paz*" (Paris: **Pourquoi**, nº especial, março de 1967), "*A explosão demográfica e a fome no mundo*" (Roma: **Revista Civilitá delle Machine**, 1968), "*De Bandung a Nova Delhi: a grande crise do Terceiro Mundo*" (Bruxelas: **Revue Génerale Belge**, n. 4, abril de 1968), "*El hambre: problema universal*" (Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1969), "*Estratégia do desenvolvimento*" (New York: **Annals of the New York Academy of Sciences**, 1970), "*Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição"* (Estocolmo: **O Correio da UNESCO**, a. I, n. 3, março de 1973).

*interferem nas manifestações do fenômeno. Para tal fim lançamos mão do método geográfico no estudo do fenômeno da fome.*" (Silva, 1998, p. 77) Ou seja, a razão básica da opção pelo método geográfico em *Geografia da fome*, foi por sua maneira de ver as coisas como um conjunto.

Procurou estabelecer uma maneira geográfica de se estudar a fome e de incluí-la no rol dos temas da ciência. Foi o método geográfico, por ele utilizado, que o permitiu explicar a pouca incidência de verminoses intestinais, do parasitismo, no Sertão do Nordeste (chuvas restritas e irregulares, pouca profundidade – facilitando a evaporação e o tornando mais seco – e elevada temperatura do solo, dificultando a sobrevivência de vermes parasitas) e as altas taxas na Zona da Mata (clima quente, ausência de estação fria, solo arenoso, chuvas regulares). Se as condições naturais favoreciam a disseminação do parasitismo no Nordeste úmido, o estudo da situação social o possibilitou concluir que não era um fatalismo mas fruto das causas do pauperismo regional; e que a solução dos problemas sociais era o remédio.

Ele se agregou a uma escola que emprestou sua concepção de ambiente (*milieu*) da ecologia e não era, verdadeiramente, uma ciência social porque era muito mais "*dos lugares do que dos homens*" e considerava estes últimos como edificadores das construções sobre a superfície, como agentes da modificação do meio. Como propor soluções inovadoras com base em uma escola que carregava uma bagagem conservadora e reacionária e que propunha uma atividade científica desinteressada, neutra? A fome exigia propostas subversivas e elas não se encaixavam em posturas positivistas.

Dividir o estudo da alimentação por regiões, em um país como o Brasil, com uma nação predominante de modo absoluto – as nações indígenas pesam pouco no aspecto quantitativo –, foi uma decisão acertada, pois aqui também a nacionalidade e a identidade cultural não são totalmente coincidentes. Entretanto, a impossibilidade da aceitação, pela Geografia, da repartição do país em áreas alimentares, pôde ser verificada no clássico artigo[399] do engenheiro-geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979). Nele defendeu a utilização de regiões naturais, que obedecessem "*à disposição determinada pela natureza, de modo que cada uma delas apresente uma certa unidade de conjunto, resultante da correlação entre os diversos fatos geográficos que nela se observem.*" (Guimarães, 1941, p. 318) Falava-se em fato geográfico como sinônimo de fato natural ou em região *natural ou geográfica*, em uma clara demonstração do significado do termo na época. Propôs uma divisão em regiões naturais para fins administrativos, com base nas unidades políticas pois muitas apresentavam problemas administrativos semelhantes[400]; dividir, com base em um conjunto de fenômenos significativos, para se ter u'a melhor idéia do conjunto.

Após definir região natural, estabelecer o método de sua caracterização e analisar diversas propostas de divisão territorial, concluiu que a melhor, "*de acordo com os fatos da Geografia Física, é a que foi proposta pelo Professor Delgado de Carvalho e adotada nos programas do ensino secundário* ..." (Ibidem, p. 368).[401] O que Josué de Castro propôs não tinha condições de ser adotado, tanto pelo pouco interesse em expor este drama nos livros didáticos, quanto por se opor à concepção dominante e

---

[399] Com o título de *Divisão regional do Brasil*, foi publicado pela primeira vez em 1941, na Revista Brasileira de Geografia; em 1948 integrou o nº 59 do Boletim Geográfico (p. 1221-1265). Uma edição fac-símile saiu, em um número especial da RBG, em 1988 (v. 50, n. especial, t. 1, p. 09-66).

[400] "*É clássica, no Brasil, a relativa identidade de problemas que apresentam os Estados nordestinos, sob a imposição da situação climática, problemas esses completamente diferentes dos que ocorrem na Amazônia.*[...] ... *tais semelhanças e tais contrastes que os problemas apresentam, decorrem dos fatos geográficos, surgindo principalmente por imperativo do meio físico.*" (Guimarães, 1941, p. 321)

[401] A melhor, dentre as divisões em regiões econômicas, "*relativa, portanto, a fatos de Geografia Humana*", era a estabelecida, em 1939, pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças. Excetuando o fato de terem incluído MA e PI na região Norte e denominado de *Centro* (e não Centro-Oeste) a região composta por MT e GO, era a divisão (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro) que, décadas depois, foi utilizada pelo IBGE.

não atender às demandas oficiais. No período predominou a orientação de se dividir o território em regiões naturais, de se utilizar uma única divisão para fins de análise geográfica e fins administrativos e pedagógicos, para facilitar a comparação dos dados estatísticos, inclusive de diferentes épocas. A repartição em regiões naturais era tida como mais estável, duradoura.

> "*Uma divisão baseada nas 'regiões naturais' tem a grande vantagem da estabilidade, permitindo um melhor estudo da evolução dum país através do tempo, pela comparação dos dados estatísticos referentes a diversas épocas. Uma divisão baseada nas 'regiões humanas', e, em particular, referente aos fatos econômicos, permite um melhor estudo da situação dum país, num dado momento, quando for dada maior importância à comparação no espaço, de umas partes com as outras.*" (Guimarães, 1941, p. 368/369)

A proposta pelo autor de *Geografia da fome* era fundamental para estudar o problema em questão e o ideal era que a situação que a provocara se transformasse e eliminasse a própria divisão proposta.

Baseada, praticamente, em um único fator (alimentação), a divisão se caracterizaria pela instabilidade se o problema fosse atacado. Foi correta a proposta feita, embora não devesse demarcar a maioria das regiões com base, aproximadamente, nos limites das unidades políticas – o que só não o fez com o Nordeste Açucareiro – pois a finalidade era outra, existiam áreas de transição e áreas, como o Vale do Jequitinhonha mineiro, que não se enquadravam na região nas quais foram colocadas. Utilizar, sem estabelecer os critérios, as regiões naturais para análises sociais ou históricas, era quase que afirmar que a região histórica era semelhante à natural e, se coincidiam, podiam dar margem a interpretações deterministas. Daí ser correta, por exemplo, a divisão por ele feita, no Nordeste, entre a Mata e o Sertão.

Sorre (1952), em artigo em francês, afirmou que deveríamos olhar "*a geografia da alimentação como um capítulo capital da geografia humana*", do mesmo modo que propôs uma geografia das doenças infecciosas. Citando vária vezes o "*médicin et géographe*" e sua obra *Geografia da fome*, disse que o método para estudar um fenômeno tão universal e multiforme era o geográfico. "*Lá onde o estatístico fornece uma proximidade, o geógrafo vai ao coração da realidade.*" (Sorre, 1952, p. 195) A fome, além de um fenômeno ecológico – "*a manifestação de um desequilíbrio entre o grupo e seu meio físico social*" –, também era um fenômeno com conexões mais distantes, "*um fait regional avec des implications universelles, donc géographique.*" Para Castro, a sobrecarga demográfica não era uma causa e sim um efeito. Se devêssemos durar bastante, a Terra poderia fazer viver em condições normais aqueles que comportava e mesmo uma quantidade maior. "*É no reconhecimento dos equilíbrios regionais que o geógrafo pode trazer aos responsáveis uma ajuda preciosa.*" (Ibidem, p. 199)

Em outro artigo (1958), continuou insistindo no interesse geográfico de *Geopolítica da fome*. A fome era um fenômeno universal com intensidade diferenciada de acordo com os países. Se o pernambucano insistiu nas causas humanas do atraso, também não subestimou a importância dos obstáculos naturais e dos tipos de regimes de alimentação.

> "*Em suma, o quadro da fome no mundo tem suas modalidades geográficas. As diferenças locais prendem-se ao conjunto dos traços do complexo geográfico, traços naturais e traços humanos. Elas constituem uma descrição do gênero de vida. É por aí que reconhecemos a fome. Mas, há mais. O tratamento geográfico, o qual nos é demonstrado, com bastante exatidão, pelo prof. Josué de Castro, é o que fornece os esclarecimentos mais complexos sobre esse fenômeno. Eles lhes dá sentido pleno, o que não fazem a Sociologia, nem a*

> *Economia, nem a História, porque encara o fenômeno no conjunto das condições do meio*." (Sorre, 1958, p. 230)

Para este autor, ele tinha avançado na rota "*a que agora parecem ter chegado os geógrafos.*"

Abramovay referiu-se a ele como *médico, geógrafo e antropólogo* (1991, p.115). Para Andrade, também pernambucano, ele "*rompeu com as falsas fronteiras que o positivismo criara entre as várias áreas do conhecimento científico e tornou-se um grande geógrafo, um dos maiores geógrafos brasileiros dos anos 40 e 50.*" (Andrade, 1995, p. 112). A geógrafa francesa Beajeu-Garnier, especialista em população, citou-o, em seu clássico livro, na bibliografia e em dois momentos do texto (1974, p. 150 e 401) mas discordava dele afirmando, já no prefácio, que o mais grave de nossos problemas era a explosão demográfica e seus efeitos sobre a "*necessidade urgente de proporcionar a todos os homens o direito de alimentar-se adequadamente, trabalhar e viver uma vida decente.*" (Beajeu-Garnier, 1974, p. 16)

As posições de Castro foram encontradas em um livro, publicado em 1974[402], de um médico que também era nacionalista, anti-neomalthusiano, anti-imperialista e que defendia que "*o aumento da população é fator de desenvolvimento em países como o nosso, de grande extensão e subdesenvolvido.* [...] *Se reduzirmos nossa taxa de crescimento permaneceremos pobres durante muito mais tempo.*" (Pacheco, 1974, p. 13) Transcreveu as experiências com ratos citadas em *Geopolítica da fome*, acrescentou outras e concluiu que "*as experiências científicas e a prática provam o acerto da concepção de Josué de Castro,*..." (Ibidem, p. 97). Concordava também com várias de suas propostas políticas e encerrou o livro com uma homenagem póstuma. Também enalteceu a tese do economista brasileiro (nascido na Áustria em 1932) Paul Singer, publicada em 1970[403], que defendia que, naquele momento, o desenvolvimento necessitava se basear principalmente no mercado interno, na substituição de importações (começando com as de bens de consumo) e que, em determinados casos, era "*bem possível que o crescimento populacional constitua antes um fator positivo que um óbice ao processo.*" (Singer, 1970, p. 19) Não defendia que o crescimento demográfico fosse *sempre* benéfico para o desenvolvimento (como o fazia o autor que o elogiou) mas que a avaliação de seu papel deveria "*ser feita à luz das condições específicas em que cada país se encontra.* " (Ibidem, p. 235)

A simples constatação de um fato não conduz, necessariamente, a soluções adequadas, principalmente quando nestas últimas existem interesses político-econômicos e não humanitários. Demonstrava isto a famosa *Revolução Verde*[404], sobre a qual inexistiam, praticamente, referências na obra de Josué de Castro, fato compreensível pelo fato de que seus principais efeitos negativos começarem a aparecer, com maior destaque, na década de 1970. Foi realizada para, através de meios técnicos avançados, diminuir drasticamente a fome no mundo, inclusive pelo temor de que ela

> "*se tornasse elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países, o que poderia ampliar o número de nações sob o regime comunista,* [...]. *Somava-se a isso o fato de que a indústria química e de insumos apresentava*

---

[402] Fez a ele uma homenagem póstuma no final do livro – que já estava no prelo quando ele faleceu (Pacheco, 1974, p. 291-292). Defendia ainda a "*reforma agrária e nacionalização de todas as atividades ligadas à segurança nacional*" (Ibidem, p. 22), "*a transformação de uma economia mundial de guerra em economia de paz*" (p. 84), acreditava na Amazônia como o "*celeiro do futuro*" (p. 88), considerava a estrutura agrária como semi-feudal (p. 102) e defendia a encíclica *Humanae Vitae* (p. 199-216). Josué de Castro foi citado, de modo positivo, em diversas páginas (p. 94, 95, 96, 97, 98, 136, 137 e 230).

[403] O texto consistiu em sua tese de Livre Docência em Demografia, apresentada, em 1968, à Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP – Departamento de Estatística. Entretanto, é muito mais um livro de Economia do que de Demografia.

[404] Uma sucinta e adequada análise da Revolução Verde pode ser encontrada em Rosa, 1998, p. 18-32.

> *uma capacidade ociosa considerável e tinha interesse em abrir novas oportunidades de negócios.*" (Rosa, 1998, p. 19).

O princípio norteador era o de que a fome era provocada pela tecnologia agrícola rudimentar dos países pobres, o que resultava em baixa produtividade. A solução, portanto, seria a introdução de técnicas de produção e de métodos de trabalho agrícola dos EUA, que possuíam uma grande produção, graças a estes fatores. A base deste processo foi a introdução de sementes selecionadas, produzidas em laboratório[405], menosprezando os elementos e os processos naturais que estavam envolvidos nas atividades agrícolas.

Onde foi realizada, os resultados relativos ao aumento da produção foram grandes, multiplicando a produção. No entanto, as sementes eram bem menos resistentes a pragas, insetos ou catástrofes naturais[406], por não possuírem condições genéticas para enfrentar estes inimigos. Sendo assim, com estas sementes, a produtividade do solo e a do trabalho aumentariam, desde que "*façam parte de um pacote tecnológico que inclui máquinas agrícolas, fertilizantes e venenos químicos.*" (Abramovay, 1991, p. 79) Conseqüência disto foi a necessidade de importação de tecnologia e de matérias-primas, ampliando a dependência externa; outra, a piora das condições de vida das massas rurais pois estas modificações só foram possíveis através da colocação, pelo poder público, de meios financeiros, e estes chegaram, em sua grande maioria, às mãos dos grandes proprietários, o que provocou concentração fundiária devido falência dos pequenos produtores, êxodo rural e inchação urbana[407]. Outra conseqüência importante, em relação a temas aqui analisados, foi o fato de a Revolução Verde ter provocado um aumento da produção de cereais e uma diminuição da de leguminosas. "... *nos países subdesenvolvidos, aproximadamente, metade das necessidades de proteínas eram supridas pelo consumo de leguminosas, que possuem duas a três vezes mais proteínas que os cereais.*" (Rosa, 1998, p. 29) Houve, portanto, um aumento da produção de alimentos, uma diminuição de sua variedade e uma redução das proteínas disponíveis à população[408].

Se fossem ouvidos certos conselhos de Josué de Castro, diversos problemas poderiam ter sido evitados. Demonstrou que, ainda que haja uma adequação calórica do regime alimentar, a pessoa estará subalimentada se lhe faltarem os *alimentos protetores* (proteínas, vitaminas e sais minerais), o que é aceito até hoje. Permitiu a inversão das considerações das *causae mortis*, transformando as causas em conseqüências de uma alimentação deficiente. Entretanto, até hoje, se alguém for procurar, através dos atestados de óbito, quem morre de fome ou de subnutrição, chegará à conclusão de que ninguém morre de fome no país.

---

[405] Batizadas de VAR (Variedades de Alto Rendimento) ou de VAP (Variedades de Alta Produtividade).

[406] "*A adaptação de uma espécie animal ou vegetal a um determinado meio ecológico supõe a vitória sobre uma série de inimigos. Estas vitórias vão enriquecendo o patrimônio genético dessa espécie e permitem que ela sobreviva no ambiente onde foi formada.*" (Abramovay, 1991, p. 78) Sendo correta a observação, a adoção destas variedades de sementes pode representar um empobrecimento do patrimônio genético destas espécies. Além disso, "*os híbridos são instáveis geneticamente, ou seja, seus grãos não são boas sementes, pois não reproduzem todas as características das plantas que os geraram*" (Rosa, 1998, p. 24), o que força os agricultores a comprar novas sementes. E as sementes de VAPs, se não recebem as quantidades necessárias de insumos, possuem uma produtividade inferior às variedades locais. São portanto, *produtos incompletos*, que necessitam de diversos insumos externos.

[407] Outras conseqüências: *erosão genética* (nome que se aplica ao fenômeno da diminuição ou da extinção de variedades vegetais – ou de raças de animais – de uma determinada espécie), intensificação das pragas já existentes e desenvolvimento de novas, eliminação de insetos benéficos, degradação pedológica e hídrica, desmatamento, perda de conhecimentos acumulados – durante gerações – pelos agricultores tradicionais etc.

[408] Há opiniões divergentes das expostas. Um geógrafo francês, referindo-se à *Revolução Verde*, escreveu que, mesmo "*quando a ajuda técnica é boa, os resultados podem ser comprometidos pela mediocridade das condições sócio-econômicas.*" (Verrière, 1980, p. 31) Apesar de reconhecer a necessidade da reforma agrária em alguns países, a existência do domínio das multinacionais fornecedoras de máquinas e adubos, e o empobrecimento genético, colocou como principal explicação do fracasso aspectos locais de natureza sócio-política.

Também, os estudos de Geografia Médica no período, poderiam ser muito úteis a certos grupos para operacionalizar o processo de internacionalização do aparelho reprodutivo.

> "*Afinal, as doenças, endêmicas ou epidêmicas, dos países da periferia, principalmente tropical, eram muito temidas pelas populações dos países do centro e poderiam desestimular ou inibir a vinda de funcionários graduados e suas famílias para essas regiões.*" (Sobral, 1988, p. 85)

Apesar de que, atualmente, as doenças que repugnam os estrangeiros sejam mais específicas, as causas das mortes na cidade de São Paulo em 1983, comprovaram conceitos ou situações demonstrados por Castro. A relação entre as causas da mortalidade, e a própria mortalidade infantil, com a renda, eram claras. A elevada mortalidade infantil possuía como uma de suas principais causas as doenças diarréicas; e aumentava a mortalidade infantil à medida que se avançava para a periferia. Óbitos por avitaminoses, anemias e outras deficiências nutricionais, também ocorriam na periferia, nos locais com menor renda, ou então, em áreas encortiçadas (Sobral, 1988).

Superpopulação, reforma agrária, fome, guerra, desarmamento, energia nuclear, poluição, desigualdade social, merenda escolar, salário mínimo, presidência de órgãos públicos brasileiros ligados à alimentação e da FAO, escritor de sucesso, foram temas e atividades, entre várias, exercidas e/ou estudadas por ele. Entretanto, as últimas gerações desconheciam a figura e a obra dele; aliás, não somente dele. Em contrapartida, segundo Pires e Simões (1992, p. 09), "*... qualquer adolescente da França e do Canadá deve ter tido a oportunidade de ler alguns de seus escritos, uma vez que seus textos fazem parte do currículo das escolas de 1$^{o}$ e 2$^{o}$ graus desses países.*" Quais seriam as razões? Uma delas seria a de que sua obra não foi significativa, inclusive para Medicina, Sociologia e Geografia, o que justificaria a falta de lembrança. Entretanto, como vimos, ela foi de alta significância no período em que viveu. Entre algumas hipóteses que podemos levantar para pensar sobre este fato, estão as seguintes:

- Incomodou muitas pessoas, por apontar causas estruturais da fome, propor soluções que desagradavam as elites políticas e econômicas, e por permanecer até o fim lutando contra as causas da fome. No próprio Nordeste, as elites econômicas evitaram incentivar a lembrança de intelectuais que as criticaram e propuseram medidas para alterar o *status quo*.

- A defesa do território da *geografia tradicional* por parte dos detentores dos critérios do que era ou não esta ciência, os defensores do feudo controlador da definição e do acesso acadêmico dos conhecimentos. O fato de, em alguns momentos históricos, ser suficiente uma geografia descritiva e estatística, poderia explicar a exclusão dos que nela não se encaixavam.

- A repercussão de suas idéias, quando se tornou mais famoso (após *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*), não foi do tamanho merecido. Uma possibilidade foi o fato de que, na segunda metade da década de 1950, a euforia provocada pelo *nacional-desenvolvimentismo* tenha dificultado. As *imagens* criadas para um novo Brasil, de sucesso em diversas áreas (futebol, basquete, boxe, concurso de misse, tênis, música), não só ofuscaram obras que realçavam nossas mazelas como *deveriam* ser ignoradas, por darem uma imagem negativa de um país que alçava vôos em direção a um belo futuro. No início da década seguinte, a própria situação promoveu uma presença maior, mas localizada mais no Nordeste, de sua luta em prol de uma reforma agrária, através do surgimento, das influências e das análises a respeito das Ligas Camponesas.

- Após 1964, a censura e os meios universitários cuidaram de escondê-lo. Décadas depois, o país era uma das dez maiores economias do mundo, mas a questão da exclusão social permanecia em níveis semelhantes. Os marginalizados continuavam os mesmos (negros e mestiços) que eram acusados, desde o século XIX, de levar o país à *barbárie*. Não se pregava mais o branqueamento nos livros e nas salas de aula; agora, quem se encarregava disso, em parte, era a publicidade, ao eleger os seus estereótipos de beleza.

- As ciências no Brasil não estudavam de modo adequado o passado que as construiu e preferiam trabalhar com o paradigma dominante, fato aliás, que as dificultou de avançar mais rapidamente. Muitos docentes ainda partiam do princípio de que deveriam trabalhar com o que era considerado verdade no momento, esquecendo-se de que, no processo educacional, discutir afirmações adversas era mais útil do que a imposição de verdades. Medicina, Sociologia, Geografia e outras, desvalorizaram nos currículos universitários a história da própria ciência no Brasil e/ou não conseguiram trabalhar personalidades multifacetadas, pois seus cursos se caracterizavam pela especialização restritiva e empobrecedora.

- Havia um desapreço dos brasileiros por sua *memória*, descaso decorrente de seu complexo de inferioridade – que os faziam valorizar mais o que é estrangeiro –, de seu baixo nível de escolaridade e do fato de estes assuntos e estas discussões não terem sido trabalhados em salas de aula, por deficiência da formação dos professores.

- Intelectuais conservadores de direita o omitiam porque não queriam realçar figuras que propuseram mudanças no sistema que defendiam. Intelectuais conservadores de esquerda o segregavam por não ter sido marxista, por não fazer da revolução o meio de mudança e, principalmente, por ele ter buscado soluções através de mudanças no interior do próprio sistema capitalista, o mesmo que gerava, segundo ele, a miséria e a pobreza. Nos meios acadêmicos, muitas vezes, tinha-se dificuldade em trabalhar pessoas das quais se discordava ou que não se constituíam em *modismos* de um determinado período.

- Porque ele culpava também a própria ciência e suas técnicas, em razão de servirem mais aos dominadores e por camuflarem seus fracassos na obtenção de melhores condições de vida para as pessoas, ao mesmo tempo em que conseguiam grandes avanços em outras áreas, inclusive a bélica.

Foi geógrafo? Muitas vezes, sim. Foi demógrafo? Várias vezes. Foi sempre alguns deles? Não. A dúvida referente ao fato de ele ter sido geógrafo ou demógrafo ou sociólogo ou nutrólogo, acaba por se tornar um elogio ao autor. Um especialista em determinado tema que se tem a dificuldade de classificar, pode ser um fato positivo. Especialista, em geral, parece um termo restritivo, aplicado, muitas vezes, a pessoas que conhecem bem determinado assunto mas pouco de sua história e de seu significado para as ciências humanas em sua totalidade. Um grande cientista não pertence somente a um segmento científico, é alguém que foi importante para a construção da ciência e de um mundo melhor. Não ser classificado como geógrafo em seu tempo pode significar estar além do segmento dominante e ser o fornecedor do instrumento para superá-lo, para impedir a estagnação, a morte da indagação, o fim da própria ciência. Dissolver os limites das especializações – aqui tomadas no sentido positivista –, romper dogmatismos, constituem caminhos para novas elaborações.

# Considerações Finais

> "*O ser humano ainda não encontrou um sistema organizado que reconcilie as fortes demandas e ambições nacionais, com as amplas unidades de um planeta compartilhado.*" (Bárbara Ward)

Em nosso projeto de pesquisa, colocou-se os seguintes objetivos: investigar a participação de Josué de Castro nos órgãos ligados à ciência geográfica, bem como em revistas e periódicos, caracterizando a Geografia a ele contemporânea; avaliar a importância das reflexões sobre o trabalho de um autor, como um processo relevante para a elaboração do conhecimento científico; analisar a atuação e a produção bibliográfica de Castro, tendo como eixo a questão populacional, e observar como o tema população/explosão demográfica era analisado pela *geografia* de sua época. Também: comparar suas teorias a respeito do crescimento populacional com as teorias dominantes na época e, de modo sucinto, analisar a ideologia, a concepção de Geografia e as razões da ausência das contribuições temáticas de Josué de Castro e de suas teorias, nos livros didáticos de Geografia; e verificar o uso de conceitos, por parte do autor, relativos à Geografia da População e analisar as suas previsões. Acreditamos que, a maioria, foi realizada, embora permaneceu uma dívida com o segundo objetivo, carecendo o mesmo de uma análise melhor. Entretanto, sua atuação parlamentar, não constante de forma explícita dos objetivos, mereceu um capítulo especial.

Entre as técnicas, foram levantadas as seguintes: realização de levantamento bibliográfico envolvendo estudos relativos a autores, no campo da Geografia, e à análise de determinadas obras sob o enfoque geográfico; análise de textos escritos sobre ou com referências a Josué de Castro; elaboração do levantamento bibliográfico da produção de Josué de Castro, de estudos sobre os principais temas abordados por ele e análise de suas obras de maior repercussão. Ainda: levantamento dos aspectos biográficos significativos, analisando, inclusive, sua atuação como deputado federal; busca de dados que permitissem caracterizar o Brasil no período vivido por ele; pesquisas para caracterizar o momento histórico e as concepções dominantes de Geografia entre 1930 e 1973; e a utilização de técnicas específicas de análise de texto. Com, talvez, a exceção da última, as técnicas traçadas foram, ainda que não em sua plenitude, realizadas.

O aspecto mais importante do projeto, foram as hipóteses levantadas. Como hipóteses, levantamos três. A primeira de que, segundo Thomas Kuhn, o desenvolvimento da ciência ocorria através de *"episódios de desenvolvimento não-cumulativo"*. Pretendíamos demonstrar que, nas ciências sociais, o processo era cumulativo e que o olhar ideológico possibilitava a convivência, no tempo, de diversos paradigmas, e que, sem o conhecimento da história de sua ciência, o pesquisador não a enriquecia. Acreditamos ter comprovado, esta hipótese, no trabalho. A segunda, foi que Josué de Castro afirmava adotar o método geográfico mas não foi "*absorvido"* pelos setores acadêmicos; entretanto, suas análises, apesar de não serem consideradas, na época, *geográficas*, eram mais espaciais do que as análises

tradicionais da Geografia. O método ecológico, o tratamento globalizante que deu aos temas abordados, foi uma inovação em sua época. Por estas razões, deveria ser considerado um geógrafo. A conclusão foi idêntica à levantada nesta hipótese. Por fim: que os temas explosão demográfica e fome não se constituíam em objetos de estudos da Geografia dominante, por esta possuir um caráter positivista, estar ligada ao poder dominante e, estes temas, exigiam a dissecação da estrutura da sociedade, a exposição de suas mazelas. Quanto à explosão demográfica, a hipótese não se verificou completamente, pois o tema era tratado por diversos autores, embora em uma perspectiva neomalthusiana e sem dissecar a sociedade. Quanto à fome, a hipótese foi comprovada, assim como o tema: reforma agrária, não colocado, especificamente, nela.

No início deste trabalho, destacou-se a pouca quantidade de estudos sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro, tanto em termos acadêmicos quanto de livros à respeito. Também, a presença marcante da dicotomia Física-Humana, dando margens para outras interpretações de geografia, que a transformaria em diversas ciências. A seguir, voltando ao século XIX, mostrou-se que o novo país criado tinha a natureza como base territorial e material, e uma monarquia desejosa de criar uma nação. O símbolo teve como base um ausente: o indígena. A busca do elemento branco foi importante para evitar um país de negros e mulatos. A Geografia, em uma escola para poucos, já existia em nosso precário sistema de ensino para inculcar o nacionalismo patriótico; e este, por ela, se pautou pela caracterização das paisagens naturais. Fora da escola, alguns fizeram esta ciência através de levantamentos empíricos e participando de debates significativos na época.

Com a República, dominou no país a visão positivista de ciência, o que fez a Geografia *esconder* alguns autores, brasileiros ou não. Com base em teorias importadas e aqui contextualizadas, fizeram dela uma ciência conservadora e a favor da elite dominante. Daquilo que era novo, somente o que interessava a esta última. As crises internacionais provocaram um relativo crescimento, notadamente no setor industrial. Na década de 1930, o Brasil era rural e analfabeto, mas com o parque industrial do Sudeste aumentando, assim como a burguesia industrial, o proletariado e a necessidade de preparar melhor a mão-de-obra. Foi neste ambiente que Josué de Castro apareceu como médico, escritor e pesquisador. Um momento de mudanças significativas, com o modelo varguista de poder.

Passou-se, então, a ter uma universidade e um *centro francês* de Geografia de ultramar. Surgiram diversos organismos ligados a este centro. O país se industrializava e Josué de Castro publicava seus livros, ganhava notoriedade e era eleito deputado federal. Alguns setores populares se organizavam, multinacionais se instalavam no país, uma nova capital federal foi construída. Neste período, ele também foi presidente da FAO e da ASCOFAM, indicado para o prêmio Nobel e nomeado embaixador brasileiro junto aos órgãos da ONU, em Genebra (Suíça). No ano seguinte a este último fato, um golpe de Estado no país levou à cassação de seus direitos políticos. A ação governamental piorou no final de 1968 e, após isto, suas chances de retornar vivo ao país, praticamente, acabaram e ele veio a falecer no exílio. Quando isto ocorreu, nas escolas, a Geografia definhava nas mãos de Estudos Sociais e, em algumas universidades, predominava a chamada Quantitativa.

As décadas de 1940 e 1950 foram marcantes para a história brasileira. Houve duas propostas significativas (Estado Novo e Plano de Metas) de projetos para a nação que alteraram, significativamente, o perfil do país. Entretanto, não solucionaram problemas básicos da população e, entre eles, o acesso a uma alimentação adequada. Neste período, apesar dos esforços de Josué de Castro, a questão da fome foi pouco discutida pela Geografia e, também, mereceu pouca atenção das outras áreas. Cinqüenta e seis anos após a publicação de Geografia da Fome, o presidente eleito em

2002, em seu primeiro discurso após a vitória nas urnas, referiu-se somente a um projeto: o Fome Zero. Ou seja, a batalha de Castro ainda não acabou.

Nos governos Vargas, o Estado procurou ser sinônimo de nação, muitos problemas políticos foram caracterizados como técnicos (para despolitizá-los), o autoritarismo procurou controlar as massas e a vida cultural, a cidade controlar o campo e a indústria ser o caminho da redenção. O Estado intervindo no capital e no trabalho, e se transformando em empresário do setor de produção, foi outra característica. Cada vez mais a população ia se transferindo para a cidade e, agradecida ao presidente *benfeitor*, não fazia da democracia um valor inquestionável. Mesmo assim, após 1945, o país viveu, ainda que de modo imperfeito, momentos de estado de direito, de situação democrática (às vezes, mais formal do que real), com relativa liberdade de organização partidária, de escolha de governantes e de expressão.

A uma proposta nacionalista se contrapôs o governo JK com uma internacionalista, mas com discursos e ideário nacional-desenvolvimentistas. O Brasil teve um grande crescimento industrial, com a presença física do capital estrangeiro, através de filiais de empresas multinacionais. Um plano estabelecia as metas e elas foram atingidas, com exceção das que afetavam, mais diretamente, as pessoas e simbolizavam maior justiça social: alimentação e educação. Todavia, havia perspectivas, crença no futuro e símbolos – como a nova capital federal – de um novo Brasil. Maior presença da cultura estadunidense ao lado da busca de afirmações culturais nacionais.

Ainda sentindo o sopro do movimento modernista de décadas anteriores, a literatura se voltou para a realidade brasileira, retratando, discutindo ou interpretando a mesma. Abriu-se uma perspectiva de análise geográfica pouco explorada. Em muitos livros, encontramos descrições de paisagens – e elas possuem uma concretude territorial – e de seus componentes espaciais; como o lugar foi construído e qual o sentido daquele espaço para os seus moradores; a possibilidade de compreender o *imaginário geográfico* dos que ali vivem e de mapear o lugar em sua configuração espaço-temporal. Toda tradição cultural nos fornece uma visão particular de mundo e, apesar das regiões serem diferentes, a condição humana se assemelha em áreas de diversos continentes. Não se trata de substituir pela análise científica a literária, mas de retirar destas obras aspectos que enriqueçam e humanizem o fazer geográfico. Nossa literatura, notadamente a partir da década de 1930, ganhou obras que lhe deram uma densidade ainda não conhecida, e isto ocorreu em um país no qual o número de leitores sempre foi, percentualmente, pequeno.

A educação escolar buscou novos caminhos, procurou se adequar ao tempo e diminuir a restrição a seu acesso. Nem sempre conseguiu mas, pelo menos, tentou. Neste processo, a Geografia, pelas características que adotou, prestou inestimáveis serviços ao Estado em organismos públicos, mas ficou aquém de suas possibilidades na escola. Presa a descrições, não analisava as relações sociais que resultavam da produção do espaço, fragmentou a realidade, despolitizou o seu discurso, e pouco colaborou no seu papel de meio para o estímulo ao pensar. Houve notáveis exceções, mas a importação de teorias e métodos, e o pouco estímulo a debates teóricos, a impediram de ter um maior destaque na discussão dos problemas nacionais.

No fim da vida, cada vez mais com os pés na prospectiva, Josué de Castro alertava-nos para o subdesenvolvimento, um tipo de poluição humana. Se tivesse vivido mais, certamente, teria dado destaque à fome e aos refugiados ambientais, "*vinculados diretamente à erosão dos solos resultante de práticas culturais inadequadas.*" (Bucher *et al.*, 1994, p. i) Como separava crescimento e desenvolvimento, certamente concordaria que o último era a melhoria de vida das pessoas e que disponibilidade de água e ar limpos também se incluiriam nos índices para medi-lo. A censura, aliada a um posterior esquecimento, fizeram com que sua

figura fosse obnubilada. Seu alerta sobre a fome foi também deixado de lado até a década de 1990, mas seus conceitos permaneceram.

No início do século XXI, alguns grandes desafios se colocavam para o Brasil e, entre eles, figuravam a questão da identidade nacional, ameaçada pelo tipo de globalização existente, e a questão derivada de sua própria estrutura demográfica, em razão do declínio da natalidade e do aumento da longevidade[409]. Diferente de meio século atrás, ocasião da publicação das principais obras do autor aqui analisado, o problema central não é mais a elevada natalidade, a ameaça da explosão demográfica. Criaram-se conjuntos supranacionais – para obter maior poder de barganha no mercado mundial –, fala-se em *gerenciamento de recursos a nível mundial*, ao mesmo tempo em que se observa a reafirmação de tradições culturais em muitas regiões, na procura de uma distintividade no mundo, como sociedade e como Estado[410].

Aquela situação de Josué de Castro, de querer ser pernambucano, brasileiro e cidadão do mundo, permanece. Ainda se busca o crescimento do país como um todo e um maior equilíbrio federativo do desenvolvimento. Impulsionada, inclusive pela atividade turística, procura-se dar uma *cara* ao país, retomando raízes culturais tradicionais, fazendo-se o mesmo em certas unidades da federação para distinguí-las das demais; e isto como uma maneira de se inserir no Mundo. A aparente tendência de diluição das soberanias nacionais, tentada pelos agentes dos aspectos perversos da atual globalização (e com a colaboração de seus Estados de origem, em uma clara demonstração da iniquidade do processo e de que este abrandamento das fronteiras não era para todos), encontra resistências nas recusas à perda de sua distintividade cultural e não, por exemplo, na formação de forças armadas poderosas. Esta situação, de alguma forma, revaloriza objetos de estudo da Geografia como o lugar, o território, que possuem, impregnada em suas identificações, a idéia de cultura.

O território permanecerá brasileiro se a nossa identidade nacional for mantida. Este é um dos desafios: recusar ou não a desnacionalização em troca de uma cultura que nos faz, aparentemente, sentirmos cidadãos de um só mundo. Esta situação também pode deixar o indivíduo em um mundo só mas só no mundo, sem pertencer a um lugar em particular, situação que alguns geógrafos de língua inglesa estão denominando de *placelesness*. As pessoas, parece, querem se sentir de um lugar e do Mundo. A globalização tentou submergir a idéia das territorialidades e, no entanto, de alguma forma, está provocando sua emersão. Não como uma renúncia em pertencer ao global mas na tentativa de se sentir, por exemplo, um cidadão brasileiro e mundial. Como foi escrito em um artigo de 1970:

> "*O universalismo de Josué de Castro – é ele mesmo que o diz – é sempre posto em termo de comparação com os valores da terra onde nasceu e onde formou a sua mentalidade. Nunca se libertou inteiramente da crosta telúrica que recobre a sua pele e a sua alma, o que dele faz um eterno regionalista.*" (Castro, 1983, p. 126)

Ou seja, foi para o mundo, se fez dele cidadão, carregando Recife (PE).

Os desafios de natureza global são, freqüentemente, também de natureza local. Sem respeito ao princípio de eqüidade e ao direito à distintividade nacional, conflitos territoriais permanecerão existindo. Parece haver um confronto entre duas tendências:

---

[409] Pela Tábua de Mortalidade de 2002 (estimativa divulgada pelo IBGE, em 01/09/03), a expectativa de vida brasileira chegou aos 71 anos, um aumento de 13,6% em relação à 1980. Neste ano, foi de 62,5 anos (H: 59,6; M: 65,7), em 1991 de 66,9 (63,2 e 70,9) e em 2.000, de 70,5 (66,7 e 74,4), ampliando a diferença entre os sexos, de 6,1 anos em 1980 para 7,7 em 2.000, em razão, inclusive, da maior exposição masculina às mortes violentas. O principal motivo do aumento da expectativa de vida foi a retração da mortalidade infantil, que em 1980 foi de 69,1 ‰ e em 2002 de 28,4‰, uma redução superior à 55% (Soares, 2003, p. C6).

[410] Além da ampliação dos conflitos nacionais, do aumento do número de Estados, também ilustra a situação a tentativa, pela ONU, de criar uma nação em Timor Leste; criou-se um Estado e, depois, se buscou estimular uma identidade timorense.

> "*globalizadora, altamente eficientista mas também altamente despersonalizadora, e a tendência nacional (não necessariamente nacionalista num sentido xenófobo); na verdade, um confronto entre a força da história que globaliza o mundo em seus roteiros cada vez mais amplos e a força da geografia, que distingue diferenças profundas entre lugares, qualquer que seja sua escala de percepção, mas por outro lado une devido às complementaridades negociadas entre estes lugares.*
> *Assim o paradigma mais capaz de entender (não necessariamente explicar) o que se passa no Mundo de hoje é muito mais de natureza geográfica que histórica, pois a globalização se assemelha a um rolo compressor sobre as tradições culturais dos diferentes países.*" (Faissol et. al., 1992, p. 82)

A utopia castriana da gerência dos recursos da Terra em proveito de todos, sem dominâncias e com base em um processo cooperativo, permanece.

As experiências forçadas de controle da natalidade em países subdesenvolvidos, e outros fatos acontecidos em diversos países, inclusive no Brasil, comprovaram que a melhora do nível de vida era a melhor forma de reduzir as taxas de natalidade e de mortalidade, dando razão à Josué de Castro[411]. Também demonstraram que o combate à fome envolvia aspectos técnicos, demográficos e econômicos mas era, primeiramente, uma questão política. Persiste também a fome em grande escala – apesar da produção agrícola suficiente –, sendo a mesma a razão de insatisfações e revoltas populares. Entretanto, o quadro demográfico é diverso. Continuam pregando o controle compulsório da natalidade, mas para grupos específicos, não existindo mais o alarde de uma hecatombe mundial em razão deste fato. A queda da taxa de natalidade não acompanhada da melhoria de vida, como ocorreu em inúmeros países, deixa atual a visão de que ela não era a causa da pobreza. Vive-se ainda em um só e dividido Mundo, tendo como principal linha divisória a questão da alimentação. Existem, agora, novas demandas estimuladas pelos modernos meios de comunicação de massa e frustradas pela desigual distribuição de renda. Grande parte do atraso interno ainda deriva de mecanismos internacionais de dominação, insistindo que a solução não está na redução da população ou, no mínimo, que somente isto não basta. Além disto, a presença de um significativo contingente populacional continua tendo um significado geopolítico importante.

Permanece a visão castriana de que as pessoas são o objeto e o objetivo das políticas de desenvolvimento, de que as mudanças desejadas são as de ordem qualitativa, inclusive na melhor distribuição espacial e social da renda. Dados demográficos sugerem

> "*de forma muito clara que a aceleração do processo de desenvolvimento traz consigo desaceleração do crescimento vegetativo de forma espontânea, portanto como conseqüência. E traz um envelhecimento progressivo da população, com repercussões em vários aspectos das políticas de desenvolvimento,* ..." (Faissol et. al., 1992, p. 92).

Foram as conquistas nos campos social e sanitário que ampliaram a longevidade e passaram a criar novos problemas, pouco estudados pelo autor aqui analisado em razão de serem posteriores à sua época. Foram elas que criaram novas questões para quem estuda, de modo geográfico, a população, inclusive o conceito de *idoso*. Este, também, deve ser adequado a cada realidade, assim como Josué de Castro procurou fazer com as necessidades protéica e calórica[412].

---

[411] Sem controle forçado, pelo censo de 2.000, a mulher brasileira possuía, em média, 2,3 filhos (Soares, 2.003, p. C6).

[412] O conceito de idoso não pode ser o mesmo em Botswana, Brasil ou Noruega. Este conceito, por sua vez, deve ser fisiológico ou psicológico? Ou deriva de como as outras pessoas percebem e classificam alguém como velho? Quais os impactos do aumento da longevidade na previdência, no mercado de trabalho, no setor de saúde e na maior resistência às inovações? São problemas que necessitam ser melhor estudados. Se fossem adotadas concepções

No primeiro censo demográfico realizado pelo IBGE, após a morte de Castro, estava patente a diminuição – sem uma campanha estatal – do índice de natalidade e que este era menor quanto maiores fossem o nível de escolaridade e o rendimento familiar, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 38. O efeito da escolaridade e do rendimento familiar na natalidade, no Brasil, em 1980

| **Nível de escolaridade** | **Filhos por Mulher** | | | **Rendimento Familiar** | **Filhos por Mulher** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rural | Urbano | Total | | Rural | Urbano | Total |
| Analfabetos | 6,0 | 6,0 | 6,0 | Até 1 s.m. | 5,0 | 4,8 | 5,0 |
| 1 a 3 anos | 4,9 | 4,6 | 4,7 | De 1 a 5 s.m. | 4,2 | 4,2 | 4,6 |
| 4 anos | 3,8 | 3,6 | 3,6 | De 5 a 10 s.m. | 5,8 | 4,1 | 4,2 |
| 8 anos | 2,7 | 2,6 | 2,6 | Mais de 10 s.m. | 3,5 | 3,5 | 3,6 |
| 12 anos e mais | 2,3 | 2,2 | 2,2 | **Total** | **5,3** | **4,2** | **4,5** |
| **Total** | **5,3** | **4,2** | **4,5** | | | | |

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 1980 e Faissol et. al., 1992, p. 93
Organizado pelo autor

Entretanto, no período, não houve melhora nos padrões alimentares e sim um aumento dos bolsões de miséria, principalmente nas metrópoles. Ou seja, aconteceu uma queda da natalidade em um quadro de aumento de concentração de renda e da pobreza. Se isto demonstrava que a natalidade podia diminuir sem a melhora do índice de proteínas na alimentação, também provava que a redução da natalidade não provocava, por si só, uma melhora dos níveis de vida. Deu-se uma queda na fecundidade, sem melhoria da distribuição de renda e na qualidade da alimentação, em um quadro de intensa urbanização, provando que esta alteração sucedeu mais por razões culturais do que de melhoria econômica ou de alterações fisiológicas.

A fome, até a década de 1930, tratada de modo sentimental e literário no país, foi por Castro *politizada*. Se antes vista, somente, como um fenômeno natural e explorado no domínio literário, o tema fome passou a ser considerado como social, tratado cientificamente – com todas as implicações –, por ele. Mas do que isto: levou ao primeiro plano da atenção universal, não o limitando a especialistas. Como qualquer outro objeto, a fome como um fenômeno universal somente surgiu da existência virtual para a realidade após ser assim observada por ele. Mas, ao centralizar demais na fome como a causa de todas as mazelas, não deu a merecida atenção às formas de crescimento das cidades, principalmente naquelas onde havia se instalado um significativo sistema fabril. Por isto, em um tema que se tornou importante para a Geografia – o espaço urbano e as intervenções no mesmo – acabou por não vinculá-lo à saúde pública e em um país no qual, em algumas cidades, os médicos tinham tomado para si a intervenção higienista nelas.

O Jornal Ciência Eletrônico, em setembro de 2.002, afirmava que a ONU havia concluído seu relatório sobre a situação da fome no Brasil e o resultado foi que um de cada três sofria de desnutrição, tendo como causa básica a desigualdade social; ou seja, não era mais a falta de alimentos mas a possibilidade de acesso aos mesmos. Partindo de um índice mínimo de 1.900 calorias/dia – abaixo dos 2.900 calorias/dia recomendáveis –, mais de 16 milhões viviam com menos de 250 calorias por dia. Os obstáculos seriam a insuficiência do salário-mínimo, a falta de acesso à terra e o fato de a maioria das culturas agrícolas ser destinada à exportação. Água e alimentos,

importadas, como a de que jovem é aquele que ainda não ingressou no mercado de trabalho e idoso aquele que o deixou, muitos, no Brasil, deixariam de ser jovens aos dez anos, ou já eram idosos aos quarenta e cinco (enquanto não existia idade mínima para a aposentadoria) ou não eram velhos aos oitenta.

segundo a ONU, eram ainda utilizados em algumas regiões "*como mecanismo de controle das elites e trocados por votos em épocas de eleição.*"

Castro dizia, nos anos 50, que não separava a problemática brasileira da mundial procurando, para os nossos problemas, soluções tanto em escala local e regional quanto em escala nacional e internacional. Uma idéia presente, por exemplo, foi a integração continental latino-americana como uma forma de lutar contra o neocolonialismo. "*La idea central es integrar América latina en estos distintos aspectos, el económico, el social y el cultural.*" (Castro, 1970, p. 10) Ao colocar o problema da fome, deixou claro que não era somente uma questão nacional pois estava vinculado à DIT e ao processo de dominação dos países ricos sobre os pobres, ao neocolonialismo.

> "*Ele era um cidadão brasileiro com uma visão e uma preocupação com os problemas mundiais e um cidadão do mundo que lutava e se arriscava em defesa da transformação da sociedade brasileira dentro de critérios racionais e populares.*" (Andrade, 1995, p. 118)

Nossa sociedade errou; sessenta anos após, é obrigada a considerar sua obra sobre o Nordeste como contemporânea e a fome como uma questão ainda não superada. Antes do período industrialista do pós-Segunda Guerra, o Brasil "*convivia com a fome em amplas camadas de sua sociedade. O mesmo continua a acontecer* ..." (Araújo, 2.000, p. 198) no início do século XXI.

Um aspecto importante foi o de que não destacou, em sua obra, soluções assistencialistas; aliás, as combateu, principalmente as isoladas, de caráter caritativo. Ele tratou

> "*de encontrar formas de execução de uma política econômica com caráter redistributivo e que minimize as desigualdades sociais. O crescimento econômico, por si só, não garante a melhoria dos níveis de vida da população. Apesar de a manutenção de baixos índices de produtividade constituir um sério obstáculo à transformação do quadro de fome, é necessário, sobretudo, a permanência de mecanismos claros de intervenção na economia que se reflitam no acesso da população aos bens produzidos. Para ele, a força motriz deste processo de crescimento econômico com impacto positivo nas condições de vida é o compromisso com os valores humanos.*" (Magalhães, 1997, p. 76)

Muitas das doenças existentes dependiam – e dependem – do precário regime alimentar e poderiam ser suprimidas com a melhora do mesmo. Mostrou, ainda, que o atraso do Brasil não resultava do processo de formação étnica e sim do processo de dominação aqui implantado.

O processo de produção industrial de alimentos tem sido dominado por alguns setores que estão impondo padrões de consumo, graças às novas tecnologias que facilitaram a distribuição, o consumo e, principalmente, a imposição de novos hábitos, visto que o sistema de produção alimentar está sendo controlado por grandes corporações. Esta possibilidade de um controle distante da produção ocorreu em razão do Estado abdicar de seu papel de regulador do território em sua totalidade. Do exterior chegam os objetos técnicos padronizados, assim como a seleção dos produtos, a maquinaria e os produtos químicos. A própria sobrevivência desta organização se deve ao exterior. No próprio Sertão Nordestino – ainda uma área de fome endêmica – há alguns lugares com tecnologia de ponta para o cultivo de frutas para a exportação. Como Castro acreditava, a tecnologia foi capaz de superar a insuficiente produção, mas isto não foi voltado para atender as demandas sociais nacionais.

Também, parece existir uma tendência a negligenciar a produção intelectual anterior, principalmente quando ela se destoa da adotada pela maioria ou pela minoria que a impõe. Mais ou menos como afirmou, em 1987, Schwarcz:

> "... *a cada geração a vida intelectual no Brasil parece começar do zero. O apetite pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o*

> *desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a conseqüente descontinuidade da reflexão.*" (apud Anselmo, 2.000, p. 221)

Este desinteresse nos traz sérias conseqüências, como o desconhecimento do processo de construção de nossa ciência e a falta de perspectiva para solucionar questões colocadas.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), publicado[413] em 2.003 sobre o balanço da década 1990-2000 em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado a partir de indicadores de renda, educação e saúde, houve uma diminuição deste índice em vinte e um países e um aumento da pobreza na América Latina. Os dados comprovaram a permanência dos assuntos discutidos por Castro e a necessidade de retomá-los para discuti-los frente à etapa denominada globalização e as conseqüências da adoção dos princípios do *Consenso de Washington*, norteadores do chamado neoliberalismo. Não cabe mais discutir se o crescimento é bom ou ruim pois, raramente, a pobreza foi reduzida em economias estagnadas como, aliás, defendia o escritor pernambucano. Entretanto, o fato de ser condição necessária não o torna suficiente. Houve inúmeros casos nos quais ocorreu crescimento econômico e aumento da pobreza, com partes dos ganhos do setor dominante provindo de perdas dos mais pobres.

Estas situações tornam atuais certas questões levantadas pelo autor de *Geografia da fome*: que tipo de política de crescimento econômico proporciona mais bem-estar à maioria da coletividade? Países que contrariaram as *novas verdades*, não promovendo a liberalização total de suas economias ou tributando influxos de capital de curto prazo, tiveram mais alterações sociais positivas do que aqueles que se entregaram de mala e cuia aos desejos do mercado mundial. Há claros indícios de que os países subdesenvolvidos, que mais liberalizaram seu comércio exterior e abriram seus mercados a fluxos de capital especulativo, foram os que mais sofreram instabilidades econômicas. Muitas vezes, o setor em que dispunham de uma certa vantagem comparativa, como a agricultura, era protegido nos países ricos. O estabelecimento de uma *única verdade*, o domínio de economistas – a serviço dos grandes grupos – na mídia e nos debates, a colocação para escanteio dos valores humanos em prol das necessidades do mercado, entre outros aspectos, provocaram uma distração perversa que impediu a colocação de perguntas adequadas e deslocou dos debates as questões essenciais. Entre estas, as levantadas por Josué de Castro há meio século: a promoção do crescimento econômico e/para eliminar a pobreza e a fome nos países subdesenvolvidos, as regras do jogo no comércio mundial, a atuação dos organismos econômicos internacionais e a adequação de políticas específicas à situação de cada país.

Ele foi um cientista social que deu significado às suas pesquisas e descrições geográficas pois as utilizou para propor soluções com vistas à melhora da situação existente, para preparar decisões voltadas à consecução de uma sociedade mais justa. Em diversas propostas, pareceu utópico; mas "*o caráter utópico é, muitas vezes, a forma necessária que teorias sociais tomam com antecedência sobre os tempos e as condições de realização:* ..." (Quaini, 1983, p. 140). Um dos inúmeros méritos de sua obra foi o de demonstrar que a ciência e a política estavam interligadas e o de excluir as, aparentemente, fáceis perspectivas de soluções tecnicistas, especializadas, para as questões sociais. Neste processo, abriu caminhos para uma compreensão mais global, mais geográfica, do problema da fome.

Ela se transformou em um dos fundamentos da dependência econômica e política dos países pobres. Ele conseguiu vincular os termos colonialismo e fome, que a História e a Geografia tradicionais insistiam em separar. A má distribuição de

---

[413] O Relatório *Pnud*, disponível no sítio www.pnud.org.br, foi publicado na Folha de São Paulo, 08/07/03, p. A8 e A9.

alimentos foi transformada em um instrumento de dominação, de poder político. Para os EUA, por exemplo, ensinar a pescar era, também, mais importante que dar o peixe, "*desde que os métodos de pescaria, a linha, o anzol, a vara e até o peixe adequado para o consumo seguissem os critérios científicos da 'civilização superior' por eles incorporada.*" (Abramovay, 1991, p. 111)

Como geógrafo, ele contribuiu para a formação de uma geografia brasileira autêntica. Suas análises e soluções ocorreram durante a II[a] Revolução Industrial. Naquele momento, criou um novo modo de pensar a questão da alimentação e – aspecto importante – abriu perspectivas para novas interpretações de inúmeros fatos sociais. Realizou estudos regionais da fome para demonstrar que ela era universal. Um dos aspectos positivos de seus textos foi que, apesar de especializados, se caracterizaram por serem no estilo de ensaios científicos, passíveis de compreensão pelo leitor médio. Foram livros de ciência com emoção, com paixão. Até porque é muito difícil manter-se frio, objetivo, perante a miséria humana. Sua divisão regional do país foi um dos nossos primeiros *mapas dolorosos*. Como ele mesmo dissera: "*Las creaciones de estos escritores latinoamericanos, en su mayor parte, se formulan en América, pero con una perspectiva y con los moldes más bien de otras partes, de Europa o Estados Unidos.*" (Castro, 1970, p. 9) Foi o que ele tentou não ser.

As técnicas atuais possibilitam a comprovação de algumas idéias de Josué de Castro pois permitem a superação da escassez no mundo. No entanto, não é o que ocorre. Mudanças podem ocorrer pois os meios de comunicação permitem que se tenha u'a maior consciência da escassez pelo conhecimento da abundância em outras classes sociais ou em outros territórios. Tivemos êxito no aumento da produção agrícola mas não na forma de distribuir esta produção. "*No entanto, o alimento é valor de troca para poucos, que nos mercados mundiais lidam com as leis da abundância e da escassez, objetivando o processo de acumulação capitalista.*" (Souza, 1995, p. 2) Vivemos em um mundo caracterizado por ciência, técnica e informação[414], em que a ciência revolucionou a produção e a técnica (re)produziu territórios produtivos, fazendo com que, atualmente, a escassez seja socialmente produzida. Por isto se pode dizer, hoje, em "*escassez produzida*" (Souza, 1995). Ela e a abundância são reguladas pelos mercados; por isto, estudar "*a fome hoje é, sem dúvida, percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território, mediatizadas pelo mercado (escassez e abundância).*" (Souza, 1995, p. 3)

No início dos anos 90, surgiu o Movimento pela Ética na Política, que se transformou no Plano de Combate à Fome e à Miséria, coordenada por Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho. Os seus princípios básicos eram a solidariedade, a parceria e a descentralização, para enfrentar os problemas responsáveis pela fome de mais de 30 milhões de brasileiros e deflagrar uma campanha nacional. A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, surgida em 1993, iniciou uma campanha contra a fome, em virtude das políticas públicas voltadas para o controle social permanecerem precárias e como uma exigência ética.

> "*Ou seja, se nos anos 40 e 50, segundo o pensamento de Josué de Castro* [...], *a fome é essencialmente um obstáculo ao desenvolvimento e, dessa forma, ocupa um lugar decisivo no processo de formulação e implementação de programas estatais, décadas mais tarde o tema incita sentimentos e aspirações, os quais, combinando solidariedade e cidadania, buscam reverter um quadro de crise dos laços sociais.*" (Magalhães, 2.002, p. 123)

[414] No entanto, o homem é, cada vez mais, um ser social que não vive na sociedade mas somente com parte dela, indiferente ao todo; e alguns impedem as mudanças que melhorem o todo.

No mesmo período, se começou a discutir o problema da obesidade, comum nas classes média e alta[415]. No XII Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela AGB e realizado em julho de 2.000 na cidade de Florianópolis (SC), foi a "*primeira vez em sua história* [que] *a AGB organizou atividades em um evento nacional enfocando o tema saúde pública.*" (Guimarães, 2.001, p. 156) Ocorreu uma mesa redonda com o tema *Geografia e saúde* e um mini-curso *Da geografia médica à geografia da saúde*.

A modernidade é irrecusável, não se está se opondo a ela mas se colocando no direito de escolher uma variável que dose a sua contribuição, não mais a partir da técnica mas de valores, "*onde o social deixaria de ser residual e à economia e à tecnologia seria atribuído um papel histórico subordinado, em benefício do maior número.*" (Santos, 1994, p. 159) Vivemos hoje em um mundo mais conhecido – por satélites, internet, televisão – e quem tem o poder escolhe mais claramente onde vai poder utilizar o seu dinheiro. "*Só que o mundo se tornou menos visível, as relações que comandam o mundo são extremamente opacas para a visão da maior parte dos homens.*" (Ibidem, p. 176) O poder da ideologia autoritária é tão grande – por excluir a democracia, era chamada por Santos de *globalitarismo* – que se acredita que ela é a realidade. A ideologia é o reino do adjetivo; ela determina em seu discurso o que é para ser tomado como real (*aquele bairro é perigoso*, *fala esquerdista*, *geografia conservadora* e outros). O discurso de chamada à realidade já vem carregado de rótulos.

Hoje, se instalaram as condições para o maior lucro para os mais fortes e a maior alienação possível para os outros. Nestes espaços,

> "*o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar o campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado.*" (Santos, 1994, p.33/34)

Uma das palavras de ordem é a competitividade, que tomou o lugar do Progresso, no início do século XX, ou do Desenvolvimento, no após II[a] Guerra. Se estas noções tinham alguma discussão ética ou acento moral, parece que a atual – tal como apresentada por seus defensores – não exige qualquer justificativa ética.

Como vimos, Castro se afastou do pensamento liberal ortodoxo[416], privilegiando, basicamente, o crescimento da produção e o aumento do consumo, ao lado da distribuição de renda, pela ação estatal. Neste sentido, não chegou a pregar soluções assistencialistas, exceto uma ou outra. Procurou encontrar formas de uma política econômica com caráter redistributivo e minimizadora das desigualdades sociais. O crescimento econômico, por si só, não garantiria a melhora dos níveis de vida da população; eram precisos

> "*mecanismos claros de intervenção na economia que se reflitam no acesso da população aos bens produzidos. Para ele, a força motriz deste processo de crescimento econômico com impacto positivo nas condições de vida é o compromisso com os valores humanos.*" (Magalhães, 1997, p. 76)

Se, nos anos 40 e 50, a fome era um obstáculo ao desenvolvimento – e, por isto, devia compor a agenda do Estado –, no momento atual ela permanece como entrave, precisa

---

[415] No ano 2.000, segundo o IBGE, 1% dos mais ricos do país detinha 13,8% de toda a renda, enquanto os 50% mais pobres ficavam com 13,5% dela. Calculava-se que trinta milhões de brasileiros se encontravam abaixo da linha da pobreza.

[416] Em carta escrita em abril de 1954, redigiu que chegara "*à conclusão de que as forças de reação se organizam numa articulação ostensiva contra o liberalismo progressista pretendendo esmagar quaisquer tentativas de se obter um certo progresso social através de medidas de libertação das classes mais pobres do regime da fome em que as mesmas vegetam.*" (apud Silva, 1998, p. 113) Em outra, em outubro de 1964, lembrou uma frase de Helder Câmara (1909-1999): "*A vergonha não é a infiltração comunista, é a falta de infiltração cristã.*" (Ibidem, p. 136)

compor a agenda do setor público e também do terceiro setor, voltado para cooperação e solidariedade social. É uma prioridade pública e uma obrigação moral.

Neste contexto, a obra de Castro teve um papel importante por procurar caminhos para a solução do grave problema da fome. Mas, ao perceber que a questão não poderia ser entendida através de análises parciais e ser resolvida sem mudanças estruturais, optou pelo método que a Geografia afirmava adotar. Fez do homem o objetivo central de suas preocupações e foi buscar, na natureza, o que era indispensável para compreender a sociedade. Seus estudos sobre a nutrição foram pioneiros, como também sua abordagem mais globalizante sobre o tema. A *desnaturalização* e a colocação da fome como fruto do subdesenvolvimento, a conceituação da mesma como um complexo de manifestações biológicas, sociais e econômicas, o desenvolvimento dos conceitos de fome global e específica, a demonstração de que derivava de fatores sócio-econômicos e não dos fisiográficos, foram contribuições fundamentais.

Não foi reconhecido como geógrafo por parcela significativa do meio universitário, apesar de ter utilizado o método do paradigma dominante da Geografia na época. Também não foi por ter optado por um tema excluído das análises geográficas e por procurar realizar a *síntese geográfica* pregada, mas não realizada por grande parte dos profissionais do ramo. Até hoje é um dos grandes ausentes nos livros didáticos, mesmo quando o assunto é alimentação e crescimento demográfico. Escorregava em biologismos, nem todas as suas afirmações eram bem fundamentadas, integrou um partido político com o qual possuía graves divergências, mas colocou a fome na cena política brasileira e mundial.

Crença de que o futuro pode ser construído e ser melhor, solidariedade, combatividade, originalidade e interdisciplinaridade caracterizaram a sua atuação. A partir da realidade brasileira, internacionalizou seus estudos e sua ação, se transformando em um cidadão do mundo sem deixar de ser brasileiro. Desejava organismos supranacionais mas que respeitassem as peculiaridades locais. Criticava uma espécie de etnocentrismo que pregava que o processo de desenvolvimento mundial deveria ser semelhante ao dos países ricos do Ocidente, esquecendo-se de que os habitantes de muitas áreas do globo, de culturas tradicionais e milenares, eram diferentes dos seres humanos produzidos pela civilização ocidental. Esta, *com seu repertório científico etnocêntrico*, sempre se recusou a aceitar o fato de que a miséria de algumas regiões era o custo social do progresso da própria Europa. Apesar das tentativas ocorridas, lamentava a falta de unidade dos países do Terceiro Mundo — desunião *"sabiamente utilizada pelas nações ricas"*.

Em 1973, quando Josué de Castro faleceu, o Brasil possuía um Estado militar autoritário, que cerceava a liberdade de expressão e de pesquisa nas universidades, ao mesmo tempo em que favorecia a expansão de cursos superiores privados mais afeitos ao lucro do que a pesquisas. Se, em nível de planejamento, a Geografia teve sua importância realçada através do IBGE – uma peça importante do aparelho ideológico do Estado –, na área da instrução escolar ela sofria um processo de depreciação, caracterizado pela redução da carga horária e pela implantação da licenciatura curta e da disciplina Estudos Sociais. Temas importantes para o geógrafo pernambucano, como a fome e a reforma agrária, estavam banidos, via censura e repressão, das salas de aula, dos estudos acadêmicos e dos meios de comunicação. Deixou como lição — entre muitas — a necessidade de se abandonar a postura comprometida — através da falsa neutralidade — com as estruturas de dominação, a necessidade de se estar voltado para a realidade social circundante e de buscar soluções em prol de um novo modo de utilização do espaço que não seja destruidor da *natureza* e que possibilite uma sociedade menos injusta e desigual.

##########

# Referências Bibliográficas


ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991(Primeiros Passos, 102)

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.199-322.

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1985.

_____. **Panorama geográfico do Brasil:** contradições, impasses e desafios sócio-espaciais. 3. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1998.

**BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA.** São Paulo: AGB/Seção São Paulo, 1949-2001.

ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS-AGB. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.** São Paulo, AGB-Nacional, 1945-1962.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2.000.

ALMENDRA, Carlos Alberto de Cunha. **A Geografia Crítica**: uma filosofia de educação. 1993.141f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 54, p. 5-28, jun. de 1977.

_____. Josué de Castro e uma geografia combatente. In: CASTRO, Anna Maria de (Org.). **Fome, um tema proibido:** últimos escritos de Josué de Castro. –Petrópolis,RJ: Vozes, 1983. p. 142-144.

_____. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. (Princípios, 165)

_____. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB-SP, n. 72, p. 63-82, 1994.

_____. Atualidade do pensamento de Josué de Castro. In: _____. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: HUCITEC; Recife: IPESPE, 1995 (Geografia: Teoria e Realidade, 29).

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Oliveira Vianna e a unidade – identidade do espaço brasileiro.** 1995. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. **Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira**: Everardo Adolpho Backheuser. 2000. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

ANTONIO FILHO, Fadel David. **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha**: uma avaliação. 1990. 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. **A visão sobre a Amazônia brasileira**: uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940. 1995. 246f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

ANTUNES, Celso. **Uma aldeia em perigo:** um ensaio sobre os grandes problemas geográficos do século XX. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986 (1. ed.: 1977).

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AQUINO, Rubim S. L. de et al. **História das sociedades americanas.** Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1981.

ARANHA, M. Lúcia de Arruda; MARTINS, M. Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1986.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2.000 (Descobrindo o Brasil)

ARAÚJO, Regina. **No meio da multidão:** um diálogo entre Mário de Andrade e a Geografia. 1992.108f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Relendo a 'Geografia da fome'. In: **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan:Fase, 2.000, p. 197-202.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Pátria amada, ignorada. **Em aberto**. Brasília, a. 37, jan/mar. 1988, p.17-23.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História:** história geral e história do Brasil. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ARRUDA, José Jobson de A. **A Revolução Inglesa.** São Paulo: Brasiliense, 1984 (Tudo é História)

_____. **História moderna e contemporânea.** 19. ed. reform. São Paulo: Ática, 1986.

ASCOFAM. **O drama universal da fome.** Rio de Janeiro: ASCOFAM-Secção Brasileira, 1958.

ASSOCIATION DE GÉOGRAPHES FRANÇAIS. **Bibliographie Géografique Internacionale - 1951- 1952 - 1953.** Paris: Librarie Armand Colin, 1956.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia física para o primeiro ano colegial.** 38. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. **O mundo em que vivemos.** 8. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

_____. A Geografia francesa e a geração dos anos setenta. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 50, mar. 1976, p. 7-28.

BARRETO, Lima. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Folha de São Paulo: Ática, 1995.

BARROS, André Luiz. As letras vivas do arauto da miséria. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 10 jun. 1996, p. 1-2.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da população.** São Paulo: Editora Nacional, 1974 (Biblioteca Universitária, série 2. – Ciências Sociais, v. 19). 1. ed. francesa: 1964.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio**: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1990. (História em Documentos)

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. São Paulo: DIFEL, 1976 (Corpo e Alma do Brasil, 45)

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999 (História em Movimento).

BOCHENSKI, I. M. **A filosofia contemporânea ocidental.** São Paulo: Herder, 1962.

BOTTOMORE, Tom**. Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos, 38)

BRASIL. Câmara dos Deputados. **ANAIS** - 1955/1956 (convocação extraordinária). Rio de Janeiro (DF): Serviço Gráfico do IBGE, 1956. 10 v.

_____- 1956. Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1957. 48 v.

_____- 1956/1957(convocação extraordinária). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1957. 04 v.

_____- 1957. Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1958. 40 v.

_____- 1958 (convocação extraordinária). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1958. 03 v.

_____- 1958. Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1959. 26 v.

_____- 1959 (convocação extraordinária). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1959. 03 v.
_____- 1959. Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1960. 29 v.

_____- 1960 (convocação extraordinária). Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1961. 05 v.

_____- 1960. Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1962. 25 v.

_____- 1960/1961(convocação extraordinária). Brasília, DF: Gráfica do Congresso Nacional, 1962. 04 v.

_____- 1961. Brasília, DF: Gráfica do Congresso Nacional, 1963. 35 v.

_____- 1961/1962 (convocação extraordinária). Brasília, DF: Gráfica do Congresso Nacional, 1963. 03 v.

_____- 1962. Brasília, DF: Gráfica do Congresso Nacional, 1964. 26 v.

_____- 1962/1963 (convocação extraordinária). Brasília, DF: Gráfica do Congresso Nacional, 1964. 02 v.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional** - 1955. Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1955.

_____-1960. Rio de Janeiro, RJ: Serviço Gráfico do IBGE, 1960 (abr., nov. e dez.)

_____-1961. Brasília, DF: Gráfica do Congresso Nacional, 1961 (mar., ago. e set.)

BRASIL, Constituição (1969). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1973.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. IMPRENSA NACIONAL. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Primeiro Fascículo (1 a 31 de jan. de 1891). Rio de Janeiro, 1891.

_____. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Quarto Fascículo (1 a 30 de abr. de 1890). Rio de Janeiro, 1890.

_____. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Quinto Fascículo (1 a 31 de maio de 1890). Rio de Janeiro, 1898.

BRAY, Silvio Carlos. Pierre Monbeig, o patriarca da geografia paulista e nacional. **Geografia**. Rio Claro, SP: AGETEO, v. 12, n. 24, p. 119-120, out. 1987.

BROEK, Jan O. M. **Iniciação ao estudo da geografia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BROWNE, Alfredo Lisbôa. **Leitura básica de O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BUCHER, Enrique H. et al. **Hidrovia:** uma análise ambiental inicial da via fluvial Paraguai-Paraná. Buenos Aires/São Paulo: Humedales para las Americas:NUPAUB, 1994.

CABRAL, Sérgio. **A MPB na era do rádio.** São Paulo: Moderna, 1996 (Polêmica).

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, Jair L. F. et al. (org.). **Dinâmica da população:** teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; série 2: textos; v. 3), p. 12-18.

CAMARGO, Dulce M. Pompêo; ZAMBONI, Ernesta. A Criança, Novos Tempos, Novos Espaços: a História e a Geografia na Escola. **Em aberto.** Brasília, ano 37, p. 25-30, jan/mar. 1988.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve Histórico da Educação Brasileira**. Campinas, SP: PUCCAMP, 1993. (Cadernos do ICH, 2)

_____. **A geografia brasileira, dentro e fora da sala de aula:** uma ciência em construção. 1997. 432 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, PUC-Campinas, Campinas,SP.

_____. A geografia de Aroldo de Azevedo*.* **Geografia.** Rio Claro, SP: AGETEO, v. 25, n. 2, p. 53-97, ago. de 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da geografia humana no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB-seção São Paulo, n. 71, p. 129-142, 1º sem. 1992.

CARNOY, Martin e LEVIN, Henry M. **Escola e trabalho no estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1987.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. **Geografia Humana** (política e econômica). 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1967.

CARVALHO, Delgado de. A interpretação do programma primário. **Orientação**. São Paulo: Departamento de Geografia da USP, n. 8, p. 107-112, 1990.

CARVALHO, Edilson Alves. **A cartografia e os aparelhos (ideológicos) de Estado no Brasil**. 1997. 204f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CARVALHO, M. Cecília Maringoni de. A construção do saber científico: algumas posições. In: _____ (org). **Construindo o saber:** técnicas de metodologia científica. Campinas, SP: Papirus, 1988, p. 65-94.

CASTANHO, M. Eugênia. **Universidade à noite**: fim ou começo de jornada. Campinas, SP: Papirus, 1989.

CASTRO, Anna Maria de (org.). **Fome, um tema proibido:** últimos escritos de Josué de Castro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

CASTRO, Josué de. **O problema da alimentação no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, [1933]. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, Brasiliana, v. XXIX).

_____. **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

_____. Áreas alimentares do Brasil. **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro: CNG, a. VI, n. 65, p. 456-466, ago. 1948.

_____. O espírito geográfico da filosofia moderna. **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro: CNG, p. 545-547, ago. 1951.

_____. **Documentário do Nordeste.** São Paulo: Brasiliense, 1957**a**.

_____. **Ensaios de Biologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1957**b**.

_____. **Ensaios de Geografia Humana.** São Paulo: Brasiliense, 1957**c**.

_____. **Geografia da fome.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957**d**.

_____. **O livro negro da fome.** São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____. **Sete palmos de terra e um caixão:** ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967**a**.

_____. **Homens e caranguejos.** São Paulo: Brasiliense, 1967**b**.

_____. Un continente obsoleto. In: CALDER, Nigel (org.). **El mundo.** México: Siglo XXI, 1967, citado por WETTSTEIN, German (1992), p. 192-212.

_____. **Geopolítica da fome:** ensaios sobre os problemas de alimentação e de população. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1968, 2v.

_____. Asturias: Regionalismo que se universaliza (prefácio). In: ASTURIAS, Miguel Angel. **Latinoamérica y otros ensayos.** 2. ed. Madrid: Guadiana, 1970, p. 8-11.

_____. Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição. **O Correio da Unesco.** Ed. brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, a. 1, n. 3, p. 20-24, mar. 1973.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é o capitalismo.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Primeiros Passos, 4)

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros.** 3. ed. (ampl. e atualizada) Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Primeiros Passos, 13)

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Definição e objeto da Geografia. **Geografia**. Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética, v. 8, n. 15-6, 1983, p.1-28.

_____. As características da Nova Geografia. In: _____. **Perspectivas da Geografia.** 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 71-101.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. **Terra livre.** São Paulo: AGB/Diretoria Executiva Nacional, n. 17, p. 99-118, 2º semestre 2001.

CLOSIER, René. **História da geografia.** 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972 (Saber, 13)

COELHO, Marcos Amorim. **Geografia geral:** o espaço natural e sócio-econômico. 3. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1992 (Série Sinopse)

_____. **Geografia do Brasil***.* 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

COIMBRA, Pedro; TIBÚRCIO, José Arnaldo M. **Geografia: uma análise do espaço geográfico.** São Paulo: Harbra, 1993.

COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. **O ensino de Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971.** 1984. 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positivista. Discurso sobre o espírito positivo.** São Paulo: Abril, 1973 (Os Pensadores, XXXIII)

_____. **Auguste Comte: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1983 (Grandes Cientistas Sociais, 7)

CORRÊA, Roberto Lobato. Da “nova geografia” à “geografia nova”. **Revista de Cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, a. 74, v. LXXIV, n. 4, p. 5-12, maio 1980.

_____. Geografia Brasileira: crise e renovação. In: MOREIRA, Ruy (org.) **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, p. 115-121.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1992.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CYRINO, Hélio e PENHA, Carlos. **Filosofia hoje.** Campinas, SP: Papirus, 1985.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998 (Caminhos da Geografia).

DEBRÉ, Robert. A doença da fome na criança. In: ASCOFAM. **O drama universal da fome.** Rio de Janeiro: ASCOFAM-Secção Brasileira, 1958, p. 133-144.

DECCA, M. Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

DEFFONTAINES, Pierre. **Geografia humana do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

ESPECIALISTAS discutem teoria sobre fome e superpopulação. **Folha de São Paulo.** São Paulo, Folha da Manhã, 12 mar. 1985.

FAISSOL, Speridião et al. Organização territorial e/ou uma geopolítica da população: qual o desafio para o próximo milênio?. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, n. 54 (4), p. 75-96, out./dez. 1992.

FAISSOL, Speridião. A Geografia Quantitativa no Brasil: como foi e o que foi? **Revista Brasileira de Geografia**: Rio de Janeiro: IBGE, v. 51, n. 4, 1989, p. 21-52.

FERNANDES, Bernardo M.; GONÇALVES, Carlos W. P. (org.). **Josué de Castro:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2.000.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O discurso geográfico:** a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942. 1994. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Solange Terezinha de Lima. **A percepção geográfica da paisagem das Gerais no "Grande Sertão: Veredas".** 1990. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Instituto de Documentação. **Dicionário de ciências sociais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

F.T.D. **Geographia**: edição texto só, para as escolas primárias (Admissão ao curso gymnasial). São Paulo: Livraria Paulo Azevedo, 1923.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1995.

GABAGLIA, Fernando A. Raja. **Praticas de Geographia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GALLO, Jorge Ivan Hübner. **O mito da explosão demográfica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984 (Primeiros Passos, 119)

GEORGE, Pierre. **População e povoamento.** Lisboa: Livraria Bertrand, 1975 (Ciências Sociais e Humanas – Universidade)

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo.** São Paulo: Ática, 1989 (Princípios, 178)

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Dumará, 1994.

GOMES, Horieste. A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 59, p. 43-57, out. 1982.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

GUIDUGLI, Odeibler S.; MEDINILHA, Andréia. A avaliação da literatura sobre a interação da dimensão demográfica nas questões ambientais. **Geografia.** Rio Claro, SP: AGETEO, v. 24, n. 3, p. 05-42, dez. 1999.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil*.* **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, a. III, n. 2, p. 318-373, abr./jun. 1941.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. **Terra livre.** São Paulo: AGB-Nacional, n. 17, p. 155-170, 2º sem. 2.001.

HEISENBERG, Werner. **Física e filosofia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 (Pensamento Científico, 1)

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780:** programas, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **O livro didático em estudos sociais**. Campinas: Universidade de Campinas, 1986 (Série Teses)

HUGON, Paul. **Demografia brasileira:** ensaio de demoeconomia brasileira. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1977.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: CNG/Fundação IBGE, 1943-1978, n. 01-259.

_____. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: CNG/Fundação IBGE, 1939-1995, v. 01-57.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*.* In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).** Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 128-175.

JOSUÉ de Castro prega revolução como solução para o continente. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 02 nov. 1968.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Primeiros Passos, 23).

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 (1. ed. inglesa: 1962).

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 37-47.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LAROUSSE. **Grande Enciclopédia.** São Paulo: Nova Cultural, 1998, 24 v.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC e EDUSP, 1989. (Estudos Urbanos)

LEME, Dulce M. Pompêo Camargo et al. **O ensino de estudos sociais no primeiro grau**. São Paulo: Atual, 1986.

LIMA SOBRINHO, Antonio Estevam. **Fome, agricultura e política no Brasil:** a chantagem alimentar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Biografia de Josué de Castro. In: FERNANDES, Bernardo M.; GONÇALVES, Carlos W.P. (org.). **Josué de Castro:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2.000, p. 31-38.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Pensamento Crítico, 5 ).

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

_____. **Ideologias e ciência social:** elementos para uma análise marxista. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, Iná E. de et al. (org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 309-353.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome:** uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

_____. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, v. 18, suplemento, 2.002, p. 121-137.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **A nova geografia:** estudos de Geografia do Brasil. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. **Geografia: paisagem e território**. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1997.

MALTHUS, Thomas R. **Thomas Robert Malthus**: economia. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais, 24)

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Biblioteca da Educação. Série 1: Escola; v. 5)

MARCHI, Dorival Donizeti. **O pensamento geográfico de Josué de Castro nas décadas de 40 e 50:** a fome e a produção de alimentos. 1998. 66p. Monografia (conclusão de estágio de especialização em Desenvolvimento Rural). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril, 1974 (Os Pensadores, XXXV).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I-Feuerbach).** 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MEC – Secretaria da Educação Superior. **Projeto Diagnóstico e avaliação do ensino de geografia no Brasil**. Brasília [s.n.], dezembro de 1984.

MEIRELES, Cecília; CASTRO, Josué de. **A festa das letras.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina** e outros poemas em voz alta. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. **O cão sem plumas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984 (Fotos de Maureen Bisilliat)

_____. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

MENDES, Oswaldo. **Getúlio Vargas.** São Paulo: Moderna, 1986 (Biografias, 5)

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MIRANDA, José Tavares de. De um pobre leiteiro das ruas do Recife às mais altas distinções no campo das ciências. **Folha da Manhã.** São Paulo, 23 jun. 1952.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro, DF: Conselho Nacional de Geografia, a. I, n. 7, p. 07-29, out. de 1943.

MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977):** avaliação e tendências. São Paulo: USP-Instituto de Geografia, 1980.

_____. **O mapa e a trama:** ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1988 (Geografia: Teoria e Realidade).

_____. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo, 1989 (Geografia: Teoria e Realidade, v. 16)

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico***.* 38. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MOREIRA, Ruy. Geografia e 'práxis': algumas questões*.* **Revista de Cultura.** Petrópolis, RJ: Vozes, a. 74, v. LXXIV, n. 4, p. 19-36, maio 1980.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. **Em aberto**. Brasília, a. 7, n. 37, jan./mar. 1988, p. 1-16.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil:** da colônia à República. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

NEVES, Margarida de Souza e HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso**: o Brasil de 1870 a 1910. 3. ed. São Paulo: Atual, 1991.

O AUTOR brasileiro mais lido e comentado no mundo inteiro. **Folha da Manhã.** São Paulo, 15 set. 1957.

OGDEN, Philip E. Population geography. **Progress in Human Geography.** Londres, n. 22, p. 105-114, Jan. 1998.

OLIVA, Teresinha Alves de. **O pensamento geográfico de Manoel Bomfim.** 1998. 189f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1995, p. 465-534 (Didática, 3).

OLIVEIRA, Lívia de. A situação da geografia entre as ciências. **Geografia**. Rio Claro, SP: AGETEO, v. 1, n. 1, p. 53-61, abril 1976.

OLIVEIRA, M. Coleta F. A. de; SZMRECSÁNYI, M. Irene de Q. F. Fecundidade. In: SANTOS, Jair L. F. et al. (org.). **Dinâmica da população:** teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; Série 2: Textos; v. 3), p. 185-208.

ONU-FAO – Food and Agriculture Organization. **FAO Conference***.* Seventh Session, Roma, 23 Nov. to 11 Dec., 1953. Roma: FAO, 1954**a**.

_____. **Actas resumidas de las Sesiones Plenarias del 20° período de Sesiones del Consejo.** 27 sept.-8 oct. 1954. Roma: FAO, 1954**b**.

_____. **Compte Rendu in Extenso des Séances Plénierès de la Vingt et Unieme Session du Conseil de la FAO.** 06-18 juin 1955, v. I. Roma: FAO, 1955**a**.

_____. **Compte Rendu in Extenso des Séances Plénierès.** 22ª Session du Conseil de la FAO. 28 oct.-2 nov. 1955. Roma: FAO, 1955**b**.

_____. **Conférence de la FAO.** Huitième session, 4-25 nov. 1955. Procès-Verbaux des Séances Plénières. Roma: FAO,1956.

PACHECO, Mário Victor de Assis. **Explosão demográfica e crescimento do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974 (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 18).

PAIM, Antonio. **A querela do estatismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala:** origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999 (Mundo do Trabalho)

PATARRA, Neide L. Objeto e campo da Demografia. In: SANTOS, Jair L. F. et al. (org.). **Dinâmica da população:** teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; Série 2: Textos; v. 3), p. 09-11.

PAULO VI. **Encíclica 'Humanae Vitae' e outros documentos sobre a Regulação da Natalidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1968 (Documentos Pontifícios, 176)

PEREIRA, Diamantino A. Correia et al. **Geografia: ciência do espaço:** o espaço mundial. 2º grau. 4. ed. São Paulo: Atual, 1993.

_____. **Geografia: ciência do espaço:** o espaço brasileiro. 2. ed. .rev. e ampl. São Paulo, Moderna, 1996.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (org.). **As ciências no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, 2 v., p. 349-460 (1. ed.: 1955)

PETRONE, Pasquale. O Ensino da Geografia nos últimos 50 anos. **Orientação**. São Paulo: IG-DEGEO-USP, n. 10, 1993, p. 13-17.

_____. A história da pesquisa do departamento de Geografia da FFLCH-USP. **Borrador**. São Paulo: AGB-SP, n. 2, p. 3-25, dez. 1994.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PIMENTEL, Maria da Glória B. **O professor em construção.** 1992. 169f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

PIRES, M. Idalina da Cruz; SIMÕES, M. Lucília Rodrigues. **Josué de Castro.** São Paulo: Paulinas, 1992 (Homens e Mulheres do Nordeste; Série: os Cientistas, 1)

PRADO JÚNIOR, Caio. A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 19, p. 52-66, mar. 1955.

PRÉVE, Orlandina de Silva Damian. **A participação do Boletim Geográfico do IBGE na produção da metodologia do ensino da Geografia**. 1988. 316f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Geografia e Sociedade, 1)

_____. **A construção da geografia humana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Geografia e Sociedade, 3)

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RATOS definham com dieta do homem Gabiru. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 out. 1992, c. 1, p. 12.

RATZEL. **Geografia.** São Paulo: Ática, 1990 (org.: A. Carlos R. de Moraes). (Grandes Cientistas Sociais, 59)

RECLUS, Elisée. **Elisée Reclus**: geografia. São Paulo: Ática, 1985 (Grandes Cientistas Sociais, 49).

REPUDIADA em Nova York tese do nutrólogo Josué de Castro de que a fome aumenta a esterilidade. **Folha da Manhã.** São Paulo, 22 mar. 1952, p. 01.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Primeiros Passos, 72)

RIBEIRO, Marcus Venicio et al. **Brasil vivo, v. II:** a República. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ROCHA, Tadeu. A geografia moderna em Pernambuco. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 17, p. 43-51, jul. 1954.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **A Universidade Federal da Paraíba**: as pretensões e a realidade. 1981. 352 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris (org.) **História geral da civilização brasileira:** tomo III – O Brasil Republicano. 3º v.: Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981, p. 507-555.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: (1930/1973). 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

RONCHEZEL, José Antonio. Estado, divisão social do trabalho e habitação. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 64, p. 05-17, 2º sem. 1986.

ROSA, Antônio Vítor. **Agricultura e meio ambiente.** São Paulo: Atual, 1998 (Meio Ambiente).

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado no Ceará.** 1999. 178f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 20)

SANTOS, José Maria dos (org.). **Brasil dia-a-dia.** São Paulo: Abril, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978**a**.

_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** São Paulo: HUCITEC, 1978**b**. Tradução de Sandra Lencioni (Geografia, Teoria e Realidade).

_____. Responsabilidade social dos geógrafos. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação. CENP. **Fundamentos para o ensino de geografia.** São Paulo: SE/CENP, 1989, p. 7-13.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Wilson dos. **A obra de Aroldo de Azevedo**: uma avaliação. 1984. 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SCHISTEK, Harald. Como conviver com o semi-árido. In: **Água da chuva:** o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 41-60.

SCHWARCS, Lília Moritz. **As barbas do imperador.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2.000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCURO NETO, Pedro. **Pactos e estabilização econômica.** São Paulo: Ática, 1986 (Princípios, 98)

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000):** a grande transação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 18-41.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. **Notas introdutórias de um itinerário interpretativo sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro.** 1996. 227f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro para uma poética da fome**. 1998. 596f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977 (Brasiliana, v. 10)

SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento** (o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico). São Paulo: Edições CEBRAP, 1970.

SOARES, Pedro. Expectativa de vida no país chega aos 71 anos. **Folha de São Paulo.** São Paulo: Folha da Manhã, 02/09/2003, p. C6.

SOBRAL, Helena Ribeiro. Mapeamento das causas de morte no município de São Paulo: subsídios a uma geografia médica da cidade. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB-seção de São Paulo, n. 66, p. 85-96, 1º sem. 1988.

SOCIEDADE Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC. **Jornal da Ciência Eletrônico**. SBPC, edição 2.117, 4ª feira, 11/02/2.002.

SOCIETÉ DE GÉOGRAPHIE, **ANNALES DE GÉOGRAPHIE**. Bulletim de Societé de Géographie. Paris: Armand Colin Editeur, ns. 247-530, 1935-1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Introdução à geografia** (geografia e ideologia). Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SORRE, Maximilien. **Max. Sorre:** geografia. São Paulo: Ática, 1984 (Grandes Cientistas Sociais, 46)

_____. A fome sem o véu discreto da fantasia. In: ASCOFAM. **O drama universal da fome.** Rio de Janeiro: ASCOFAM- Secção brasileira, 1958, p. 227-230.

_____. La géographie de l'alimentation. **Annales de Géographie**. Paris: Librairie Armand Colin, t. LXI, p. 184-199, jan/fev. 1952.

SOUZA, Maria Adélia A. de. **Globalização e efeitos perversos:** relendo a Geografia da Fome. São Paulo: www.territorial.org.br, 1995 (consultado em 2002).

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu:** um *geógrafo* do poder no Império do Brasil. 120 f. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Geografia nos trópicos: história dos náufragos de uma jangada de pedras? **Terra Livre.** São Paulo: AGB-Nacional, n. 17, p. 119-137, 2º semestre/2001.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é socialismo.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Primeiros Passos, 1).

STEDILLE, João Pedro. A fome e a reforma agrária. In: FERNANDES, Bernardo M.; GONÇALVES, Carlos W. P. (org.). **Josué de Castro:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2.000, p. 07-13.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retrospecto histórico de um debate. In: SANTOS, Jair L. F. et al. (org.). **Dinâmica da população:** teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; s. 2: Textos; v. 3), p. 263-274.

TREWARTHA, Glenn T. A case for population geography. **Annals of the Association of American Geographers.** Lancaster (Pennsylvania), v. XLIII, n. 2, p. 71-97, june 1953.

TUFANO, Douglas. **Estudos de língua e literatura**: volume 3. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1990.

TURRA, Juleusa M. Theodoro. **Água pra que te quero:** anotações sobre o ensino de Geografia, a água e o meio ambiente em Campinas. Campinas (SP): PUCCAMP, 1994 (Cadernos do ICH, 4)

VALVERDE, Orlando. Evolução da geografia brasileira no após-guerra (carta aberta de Orlando a Orlando). **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB-SP, n. 60, 1984, p. 5-20.

VERRIÈRE, Jacques. **As políticas de população.** São Paulo: DIFEL, 1980.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986. (Ensaios, 124)

_____. **Sociedade e Espaço**. 31. ed. São Paulo: Ática, 2000.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos:** o campo em chamas. São Paulo: Brasiliense, 1992 (Tudo é História, 142).

VLACH, Vânia Rúbia Farias. **A propósito do ensino de geografia**: em questão, o nacionalismo patriótico. 1988. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Carlos Miguel Delgado de Carvalho e a “orientação moderna” em Geografia. In: VESENTINI, José William (org.). **Geografia e ensino**: textos críticos. Campinas, SP: Papirus, 1989, p. 149-160.

WANDERLEY, Vernaide Medeiros. **A Pedra do Reino**: Sertão vivido de Ariano Suassuna. 1997. 173f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

WEBER, Max. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970.

WETTSTEIN, German. **Subdesenvolvimento e Geografia.** São Paulo: Contexto, 1992 (Caminhos da Geografia)

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à geografia da população.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969 (A Terra e o Homem).

ZUSMAN, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB-SP, n. 78, p. 07-32, dez. 2001.

## Sítios eletrônicos consultados:

www.capes.gov.br

www.geografia.fflch.usp.br

posgrad@prudente.unesp.br

propgpq@uece.br

npgeo@ufs.br

narcisa@bu.ufsc.br

www.posgea.ufrgs.br

spgcce@uel.br

www.rc.unesp.br

posgeo@ufu.br

posgrafi@dedalus.Icc.ufmg.br

sec-pge@uem.br

infoespa@pucminas.br

www.josuedecastro.com.br

http://www.Icb.hg.fflch.usp.br

flg@edu.usp.br

www.pnud.org.br

www.territorial.org.br

cidadao@camara.gov.br

@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@

Apêndice 1

## **Bibliografia Básica** (em ordem cronológica) **de Josué Castro**


- 1932. **Metabolismo basal e clima**. Recife: Revista Médica de Pernambuco.
- 1932. **O problema fisiológico da alimentação no Brasil.** Tese de Livre-Docência em Filosofia. Pernambuco: Faculdade de Medicina do Recife
- 1933. **O problema da alimentação no Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional. (Brasiliana, v. XXIX ) – [3 edições: 1933, 1934, e 1939 ]
- 1935. **Condições de vida das classes operárias do Recife.** Recife: Depto. de Saúde Pública.
- 1935. **Salário mínimo.**
- 1936. Therapeutica Dietética do Diabete. In: **Diabete**. Porto Alegre: Livraria do Globo, p. 271-294.
- 1936. **Alimentação e raça.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1937. **Alimentação brasileira à luz da Geografia Humana.** Rio de Janeiro: Globo. [Prêmio Alberto Torres ]
- 1937. **Condições de vida nas classes operárias do Recife.** Documentário do Nordeste. Rio de Janeiro: J. Olympio **.**
- 1937. **Documentário do Nordeste.** Rio de Janeiro: J. Olympio.
- 1937. **O ciclo do caranguejo.** Documentário do Nordeste. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- 1937. CASTRO, Josué; MEIRELLES, Cecília. **A festa das letras.** Porto Alegre: Globo.
- 1938. **Fisiologia dos tabus.** Rio de Janeiro: Edição Nestlé. [também publicado em francês e espanhol]
- 1938. **Science et tecnique.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação.
- 1939. **Alimentazione e aclimatozione humana nei tropici.** Milão: (s/n).
- 1939. **Geografia Humana.** Rio de Janeiro: Livraria do Globo (292p.)
- 1943. Pão de guerra
- 1944. O regionalismo na paisagem cultural brasileira. In: **Correio da Manhã**, 02/04/1944, Rio de Janeiro.
- 1944. **O Serviço Técnico da Alimentação Nacional e os Arquivos Brasileiros de Nutrição.** Arquivos Brasileiros de Nutrição: Editorial, maio de

- 1945. **Áreas alimentares do Brasil***.* Separata da Resenha Clínico Científica, a. XIV, abril 1945, n. 4, Tip. Rossolilo, São Paulo. [transcrito no BG, agosto de 1948, n. 65, p. 456-466]
- 1945. Metabolismo dos sais minerais nos trópicos: carências minerais no Brasil. Também: Metabolismo das vitaminas nos trópicos.
- 1946. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro. [também publicado em francês, espanhol e russo]
- 1946. **La alimentación en los trópicos.** México: Fondo de Cultura Econômica.
- 1948. **Fatores de localização da cidade do Recife – um ensaio de geografia urbana.** (Tese de concurso à cátedra de Geografia Humana. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 84 p.
- !949. Alimentação e colonização do Brasil Central (com Dr. Pedro Borges). Também: Os problemas de alimentação na América do Sul.
- 1951. O espírito geográfico da filosofia moderna*.* **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n. 101,ago. 1951, p. 545-547 (publicado originalmente na Revista *Formação* )
- [1951?] - Carências nutritivas.
- 1951. **Geopolítica da fome.** São Paulo: Brasiliense. [também publicado em francês, inglês, espanhol, italiano, alemão, sueco, japonês, tchecoslovaco, polonês, húngaro, búlgaro, russo e chinês]
- 1954. **A cidade do Recife - ensaio de geografia urbana.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante (166 p.)
- 1955. **Três personagens: Eisntein, Fleming, Roosevelt.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- 1957. **Ensaios de Biologia Social.** São Paulo: Brasiliense.
- 1957. **Ensaios de Geografia Humana.** São Paulo: Brasiliense. (2. ed. em 1959)
- 1960. **O livro negro da fome.** São Paulo: Brasiliense.
- 1964. **A ciência a serviço do desenvolvimento econômico.** Paris: Revista Tiers Monde, vol. V, n$^{o}$ 20, out./dez. de .
- 1964. **Sete palmos de terra e um caixão.** São Paulo: Brasiliense. [traduzido para o francês: *Une zone explosive: le Nordeste du Brésil.* Paris: èditions du Seuil [1965] – traduit du portugais par Christiane Privat.]
- 1965. **Ensayos sobre el Sub-Desarrollo.** Buenos Aires: Siglo Viente.
- 1966. **Adonde va la América Latina?** Lima: Latino Americana.
- 1967. **Fome como força social:** fome e paz. Paris: Revista Pourquoi, n$^{o}$ especial, março de.
- 1967. **Homens e caranguejos.** São Paulo: Brasiliense.
- 1967. Un continente obsoleto. In: CALDER, Nigel (org.). **El mundo.** México: Siglo XXI, 1984.
- 1968. **A explosão demográfica e a fome no mundo.** Roma: Revista Civilitá delle Machine. [também in: CASTRO, Anna Maria (org.). **Fome, um tema proibido.**]
- 1968. **De Bandung a Nova Delhi:** a grande crise do Terceiro Mundo. Bruxelas: Revue Génerale Belge, n$^{o}$ 4, abril de

- 1969. **El hambre:** problema universal. Buenos Aires: Editorial La Pleyade.
- 1969. **Latin American Radicalism.** New York: Vintagem Books.
- 1970. **Estratégia do desenvolvimento.** New York: Annals of The New York Academy of Sciences. [e: 1971. Lisboa: Cadernos Seara Nova]
- 1971. **Miséria na abundância:** a fome nos Estados Unidos da América. Paris: jornal Le Monde, edição de janeiro de .
- 1973. **Subdesenvolvimento:** causa primeira da poluição. Estocolmo: revista O Correio da UNESCO, ano I, n$^{o}$ 3, março de.
- [197-]. **O Brasil na conferência de desarmamento .**
- 1980. **Mensagens.** Bogotá: Colibri.
- 1983. **Fome: um tema proibido.** Petrópolis: Vozes (Org. Anna Maria de Castro)

##########

Apêndice 2

# BIOBIBLIOGRAFIA DE JOSUÉ DE CASTRO

- 1908, 05/09 - Nasceu em Recife, Pernambuco.
- 1929 - Formado em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.
- 1932 - Livre-docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife;
- Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, 1933 a 1935; de Antropologia da Universidade do Distrito Federal, 1935 a 1938; de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1939 a 1964. Também professor de Alimentação e Nutrição dos cursos de pós-graduação da Universidade do Brasil, a partir de 1940. (Segundo o currículo apresentado na Câmara dos Deputados, Doutor em Filososfia pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1938).
- 1933 - Chefe da Clínica das Doenças do Aparelho Digestivo e da Nutrição, da Brigada Militar do estado de Pernambuco.
- 1933 - Realizou um curso de especialização em Nutrição, no Instituto de Nutrição na Argentina.
- 1933 - Chefe da Comissão que realizou o inquérito sobre as Condições de Vida das Classes Operárias do Recife (primeiro inquérito desta natureza levado a efeito no país).
- 1933-1935 - Vice-diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, de Recife (PE).
- 1936 - Membro da "*Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro*", realizado pelo Departamento Nacional de Saúde.
- 1939 - Participou do Congresso Médico da Amazônia, em Belém (PA).
- 1939 - Convidado oficial do Governo Italiano para realizar um ciclo de conferências nas Universidades de Roma e Nápoles sobre "*Os Problemas de Aclimatação Humana nos Trópicos*". Convidado oficial de governos de vários países para estudar problemas de alimentação e nutrição. Entre eles: Argentina (l942), Estados Unidos (l943), República Dominicana (l945) , México (l945), França (l947).
- 1940 - Coordenação do primeiro curso de especialização em Nutrição, na Universidade do Brasil
- Presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), 1952 e 1956.
- 1939 e 1941 - ldealizador, organizador e diretor do Serviço Central de Alimentação, depois transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).
- [1942?] - Inquérito sobre: *Condições da alimentação popular do Distrito Federal* (em conjunto com João de Barros Barreto e Almir Castro)
- 1942, a partir de - Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição; presidiu a Comissão Nacional de Alimentação.

- 1942 a 1944 - Presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação. Também, no mesmo período, chefe do Departamento Técnico de Alimentação, da Coordenação da Mobilização Econômica.
- 1943 - Professor catedrático de Nutrição, no Curso de Sanitaristas do Departamento Nacional de Saúde.
- 1945 - Um dos idealizadores e fundadores do Hospital de Clínicas do Rio de Janeiro.
- 1945 - Inquérito: *A alimentação dos escolares no Brasil*.
- Membro da Comissão Organizadora da Universidade do Recife; presidente da Comissão Nacional de Bem Estar Social.
- 1946, 11/04 - Na Primeira Jornada de Bromatologia, em São Paulo, apresentou o trabalho: *Duas áreas de fome - a Amazônia e o Nordeste*; a discussão era agora centrada no flagelo e no mapa da fome no Brasil.
- 1946 - Idealizador e diretor do Instituto de Nutrição, da Universidade do Brasil.
- 1947, agosto de - Delegado do Brasil na "Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas", convocado pela FAO (*Food and Agriculture Organization*). Membro do "*Comitê Consultivo Permanente de Nutrição*", da FAO, em 1947.
- 1950 - Presidente da 2ª Conferência Latino-Americana de Nutrição, no Rio de Janeiro.
- Presidente da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM).
- "*Prêmio Franklin D. Roosevelt*" da Academia de Ciências Políticas dos EUA, 1952. "*Grande Medalha da Cidade de Paris*", 1953. "*Prêmio Internacional da Paz*", 1954. *Grande Cruz do Mérito Médico*, Brasil. "*Oficial da Legião de Honra*", França, 1955. Detentor do Prêmio Pandiá Calógeras, 1937. Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras, 1946. Prêmio da Associação Brasileira de Escritores (por *Geografia da fome*). Detentor da "*Ordem de Andrés Bello*" do Governo da Venezuela, 1968. Membro de várias Associações e Academias no Brasil e no Exterior.
- 1954 a 1962 - Deputado Federal pelo estado de Pernambuco.
- 1957 - Participou, apresentando o estudo *Food and Health*, da Segunda Conferência Internacional sobre a Influência das Condições de Vida e do Trabalho na Saúde (em Cannes).
- 1957 - Recebeu a Gran-Cruz do Mérito Médico Nacional.
- 1960 - Presidente eleito do Comitê Governamental da Campanha de Luta Contra a Fome, ONU.
- Professor *Honoris-Causa* da Universidade de Santo Domingos, República Dominicana, 1945; da Universidade de San Marcos, Lima (Peru), 1950; da Universidade de Engenharia, Lirna, 1965.
- Membro honorário da Associação Médica Dominicana, da Sociedade Acadêmica de Medicina (Recife), Academia de Medicina de Lima (Peru), da Academia Brasileira de Medicina Militar (em 1953), da Sociedade Brasileira de Biologia, da *Associazone Italiana per lo Studio dell'Alimentazione*.
- Membro correspondente do Comitê Italiano para o Estudo dos Problemas da População (Roma), da *Nutrition Foundation* (Nova Iorque), da Liga Uruguaia contra o Reumatismo

- Membro permanente do Instituto Brasileiro de Direito, Medicina e Seguro Social e presidente honorário da Sociedade Brasileira de Dietistas
- Membro da Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia, da Academia Americana de Política e Ciências Sociais, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBEC, ligado à UNESCO), da Associação de Saúde Pública.
- 1962 a 1964 - Embaixador do Brasil na ONU, em Genebra. Demitiu-se em virtude do golpe militar de 31 de março de 1964 que, através do Ato Institucional Nº 1, lhe cassaria os direitos políticos, em 09 de abril do mesmo ano.
- 1965 a 1973 - Fundador e Presidente do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), Paris.
- 1968 a 1973 - Professor Estrangeiro Associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes, Universidade de Paris.
- 1970 - Presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde (AMIEV).
- Exilado na França, faleceu em Paris em 24 de setembro de 1973.

---